

ÍNDICE

3.6.5 - Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico	1/458
3.6.5.1 - Considerações Gerais.....	1/458
3.6.5.2 - Aspectos Geopolíticos - AAR	7/458
a. Histórico de Ocupação nas Regiões Atravessadas pelo Empreendimento.....	7/458
b. Planos e Programas na Área de Abrangência Regional.....	11/458
c. Diretrizes de Zoneamento Ecológico Econômico dos Estados que compõem a AAR	28/458
3.6.5.3 - Demografia e Estrutura Produtiva - AID/AII	31/458
a. Histórico de Ocupação Humana Não Indígena na Região e da formação dos Municípios.....	31/458
b. Caracterização da População	45/458
c. Distribuição Geográfica da População.....	55/458
d. Hierarquia Urbana e Regional	59/458
Anexo 1 - Contagem Populacional na AID	
3.6.5.4 - Saúde - AII	89/458
a. Infraestrutura de Saúde	89/458
b. Incidência de Endemias.....	97/458
c. Avaliação do Potencial Malarígeno.....	106/458
d. Acatar as Recomendações da SVS/MS	106/458
Anexo 1 - Estudo de Avaliação do Potencial Malarígeno	
Apêndice 1 - Tabelas Sivep	
Apêndice 2 - Carta da Ecology Brasil - EEBR-0050/10-2383 - Que Protocola o Plano de Trabalho	

3.6.5.5 - Educação e Qualificação Profissional - AII/AID.....	107/458
a. Caracterização do Perfil Educacional	107/458
b. Nível de Qualificação Profissional.....	117/458
Anexo 1 -Fichas Utilizadas para o Mapeamento das Escolas	
3.6.5.6 - Segurança Pública - AII/AID	119/458
a. Caracterização da Infraestrutura e dos Serviços de Segurança Pública.....	119/458
3.6.5.7 - Organização Social - AII	123/458
a. Pressões Migratórias.....	123/458
b. Conflitos Agrários e Tensões Sociais	125/458
3.6.5.8 - Atividades Econômicas e Finanças Públicas - AII.....	127/458
a. Produto Interno Bruto (PIB) e Finanças Públicas	127/458
b. Atividades Econômicas.....	132/458
3.6.5.9 - Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais - AID/AII.....	155/458
a. Identificar e Mapear as Comunidades Tradicionais e Ribeirinhas mais Significativas	155/458
b. Identificar e Localizar as Comunidades Quilombolas	155/458
c. Fatos Históricos e Atuais Relacionados à Presença de Quilombos	159/458
d. Acatar as Recomendações da Fundação Palmares com a Finalidade de Seguir os Procedimentos Estabelecidos para a Realização dos Estudos Pertinentes	166/458
e. Identificar e Mapear (Delimitar) as Comunidades e Terras Indígenas na AII do Empreendimento Informando as Distâncias em Relação à Diretriz Preferencial	167/458
f. Acatar as Recomendações da FUNAI com a Finalidade de Seguir os Procedimentos Estabelecidos para a Realização dos Estudos Pertinentes.....	173/458

3.6.5.10 - Gestão Territorial, Dinâmica e Uso do Solo - AID/AII	175/458
a. Caracterizar e Avaliar o Uso e Ocupação do Solo	175/458
b. Estrutura Fundiária	184/458
c. Descrição dos Povoados, Vilas e Comunidades Ribeirinhas Atravessados pela Linha de Transmissão	194/458
d. Municípios Interceptados pelo Empreendimento	264/458
e. Uso do Solo e Existência de Planos Diretores	266/458
f. Atividades Incompatíveis na Faixa de Servidão	270/458
g. Cruzamentos, Proximidade e Paralelismos com Outras Linhas de Transmissão, Pivôs Centrais e Aeródromos Homologados e Não Homologados	272/458
h. Projetos Públicos e/ou Privados de Desenvolvimento Econômico	275/458
i. Caracterizar Paisagens nos Rios Navegáveis	275/458
j. Identificar a Necessidade de Abertura ou de Melhorias de Acessos	277/458
k. Avaliar a Questão do Incremento de Tráfego de Veículos Pesados	278/458
Anexo 1 -Questionário - Prefeituras	
Anexo 2 -Lista de Partes Interessadas (AID e Prefeituras)	
Anexo 3 - Roteiro de Entrevista de Campo - População Afetada	
Anexo 4 -Roteiro de Observação de Campo - Comunidades Visitadas	
Anexo 5 -Ficha Escolas	
3.6.5.11 - Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico e de Lazer - AID/AII	279/458
a. Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico	279/458
b. Acatar as Recomendações do IPHAN com a finalidade de seguir os procedimentos estabelecidos	371/458
c. Instituições Públicas e Privadas Locais e Regionais envolvidas com o Patrimônio Histórico - Cultural	431/458

d. Atividades Turísticas e de Lazer e as Potenciais Interferências do	
Empreendimento	440/458
Anexo 1 - Sítios Arqueológicos Registrados no IPHAN, nos Municípios	
Abrangidos pelas LTs	
Anexo 2 - Projeto de Prospecção Arqueológica	

3.6.5 - Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico

3.6.5.1 - Considerações Gerais

O diagnóstico do meio socioeconômico seguiu a itemização proposta no Termo de Referência (Processo número 02001.000656/2009-94) elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - (EIA/RIMA) da LT 500 kV Cuiabá - Riberãozinho - Rio Verde Norte, empreendimento localizado nos estados do Mato Grosso e Goiás.

Esta parte do estudo tem como objetivo caracterizar os principais aspectos sociais, culturais e econômicos das áreas de inserção do empreendimento e das populações residentes que podem ser afetadas pelo mesmo, considerando a implantação da faixa de servidão, as áreas de abertura de acessos aos locais das torres, empréstimo e bota-fora, o sistema viário utilizado para o transporte de equipamentos, materiais e trabalhadores, bem como demais interferências oriundas das etapas de implantação e operação da LT 500 kV Cuiabá - Riberãozinho - Rio Verde Norte.

A partir dos levantamentos de dados primários e secundários, bem como das análises feitas sobre os dados obtidos, são apresentados neste item os diagnósticos que servirão como base para a avaliação dos impactos e a proposição das medidas e programas ambientais pertinentes, bem como os meios e as alternativas mais eficazes para mitigar ou compensar os impactos.

A partir das observações sobre as dinâmicas sociais na região de inserção do empreendimento, o estudo procurou caracterizar as formas de ocupação e usos do território, considerando os históricos de ocupação e ciclos econômicos, como forma de contextualizar as ocupações humanas nas cidades e nas áreas atravessadas pela LT, permitindo assim, interpretar suas consequências sobre a organização espacial, e principalmente, sobre o cotidiano das comunidades residentes na área de inserção do empreendimento. Desta forma, os levantamentos *in loco*, buscaram identificar a dinâmica de circulação local, as formas apropriações dos espaços e a organização do território das populações residentes ao longo do corredor de 5 km da diretriz do traçado da Linha de Transmissão.

A apresentação dos resultados referentes as informações coletadas em campo, assim como a revisão bibliográfica, apoiada pela coleta de dados em bases oficiais foram organizadas de forma

a atender aos itens solicitados no supracitado Termo de Referência, assim como compor uma descrição do temas concernentes à socioeconomia.

Inicialmente será analisado os “Aspectos Geopolíticos da Área de Abrangência Regional” caracterizando o cenário geopolítico a partir do processo histórico de ocupação e de infraestrutura nos estados de Mato Grosso e Goiás, no contexto dos ciclos econômicos e suas influências no desenvolvimento e povoamento da região, por meio de políticas de incentivos, planos de colonização e projetos de infraestrutura.

Para este item foram consultadas as instituições oficiais e os bancos de dados disponibilizados pelos órgãos federais e estaduais, bem como por instituições de pesquisa. Foram realizadas ainda consultas em fontes oficiais governamentais sobre programas e projetos transnacionais e nacionais de infraestrutura previstos e em implantação para a região, assim como a partir dos levantamentos em campo foram indicados quais programas possuem ações desenvolvidas nas comunidades da Área de Influência Direta. Entre os principais, destacam-se: Plano Amazônia Sustentável (PAS, 2003) e Programa Amazônia Sustentável (PAS, 2008).

Em seguida será apresentado o item “Demografia e Estrutura Produtiva” onde procurou-se estabelecer uma inter-relação entre os dados da Área de Influência Indireta e Direta. Assim esse item apresenta, inicialmente, os traços básicos da formação histórica do território em estudo, incluindo os aspectos principais da formação das mesorregiões de cada Estado, destacando os municípios de maior influência no conjunto a serem interceptados pelo traçado da LT. A população destes será analisada com base em dados e indicadores essenciais, tais como o tamanho dos contingentes, sua evolução e composição por gênero e etária (segundo grandes grupos etários), bem como aspectos sócio-demográficos relativos à renda, ocupação, dinâmica de circulação, qualidade de vida e infraestrutura de serviços básicos de saneamento ambiental, tais como: abastecimento de água; rede de esgotamento sanitário; coleta de lixo para os municípios da AID; além de informações sobre as alterações ambientais relevantes que afetam as condições de saúde da população inclusive - na medida da disponibilidade de dados - para as comunidades rurais inseridas na AID do projeto.

As informações para a composição deste item tiveram como base os dados secundários obtidos através de publicações, teses e artigos acadêmicos, nas bases de dados de âmbito federal com o IBGE (Censo Demográfico 2000 e Contagem de População 2007, Regiões de Influência das Cidades - REGIC, 2007, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2008 e Síntese dos Indicadores Sociais, 2005), IPEADATA, Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, e também indicadores e outras informações obtidos nas bases de dados dos governos. Essas informações foram trabalhadas com

a compilação de informações primárias, a partir dos levantamentos de campo aplicados junto a gestores públicos das prefeituras dos municípios a serem atravessados pelo traçado, assim como lideranças locais e representantes de entidades representativas.

No item referente a **Saúde** foram destacados os serviços de saúde, com foco na infraestrutura disponibilizada pelas municipalidades e a incidência de endemias.

Os dados e informações de saúde serão consultados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo IPEA/Fundação João Pinheiro/IBGE/PNUD, Cadernos de Informações de Saúde 2007, Informações sobre Saúde 2007, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES 2008. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e o SIVEP MALÁRIA - do Ministério da Saúde/DATASUS, também serão consultados para os municípios dos estados de Mato Grosso e Goiás, situados em área considerada endêmica de malária.

Em **Educação e Qualificação Profissional** são apresentadas as informações sobre a infraestrutura e a escolarização nos municípios, considerando os diversos segmentos educacionais (fundamental, básico, médio e superior) nas áreas de influência indireta e direta. Durante a realização do campo foram mapeadas as instituições educacionais localizadas na área de influência direta da LT como forma de estabelecer diretrizes para os Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental no sentido de ajustar ações e públicos alvo de forma a otimizar a implementação de ambos na fase de obras. Finalmente foi analisado a disponibilidade dos municípios em oferecer qualificação profissional de forma a atender as exigências quanto a contratação de mão de obra durante a fase de obras.

Em relação aos dados educacionais, foi utilizado o Censo Escolar da Educação Básica 2007, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

No item **Segurança Pública** são apresentados os dados de caracterização da infraestrutura e serviços existentes de segurança pública correlacionando, com os locais que servirão de canteiro de obras do empreendimento

Em **Organização Social** foram observados os principais aspectos associados à mobilidade social (migração e deslocamento), os conflitos agrários e tensões sociais associados ao processo de ocupação e a presença dos assentamentos na região.

As informações quanto a mobilidade social (migração e deslocamento) foram analisadas com base em informações da Contagem de População 1996 e do Censo Demográfico 2000, ambos produzidos pelo IBGE. Já as informações sobre conflitos agrários e tensões sociais foram

levantadas em campo com representantes das Secretarias Municipais e lideranças locais e atualizadas com informações da Comissão Pastoral da Terra.

No item **Atividades Econômicas e Finanças Públicas** foram levantadas as informações sobre a composição do PIB dos municípios (IPEA-DATA), considerando os setores que compõem a economia municipal, bem como os dados sobre as finanças públicas (receitas, dívidas correntes e despesas). Foram destacados ainda as informações sobre os principais setores da economia, a partir dos dados de Pesquisa Pecuária Municipal, Produção Agrícola, Cadastro Central de Empresas do IBGE.

Em **Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais** foram feitos levantamentos bibliográficos, observações em campo e identificação dessas comunidades a partir de ofícios dos órgãos intervenientes, (Fundação Cultural Palmares e FUNAI).

No caso das comunidades quilombolas, foi identificado em campo uma necessidade de maior aprofundamento da questão relativa ao auto reconhecimento da população com relação a questão quilombola, assim como um posicionamento do INCRA quanto a definição dos limites territoriais dessas comunidades. O quadro encontrado em campo indica a presença de dúvidas com relação a essas questões por parte da população.

Com relação as Terras Indígenas, aguarda-se a emissão de um posicionamento da FUNAI quanto às exigências ou não de um estudo específico e seu escopo de trabalho.

Assim, as análises relativas a essa temática não foram contempladas nesse diagnóstico tendo em vista a necessidade de estudos específicos para as supracitadas populações.

O item **Gestão Territorial, Dinâmica e Uso do Solo** apresenta a caracterização sobre estrutura fundiária contemplando dados a respeito do número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por condição do produtor, fornecidos pelo Censo Agropecuário (IBGE) 1996 - 2006. As informações serão complementadas com dados do INCRA (2004) sobre os Assentamentos Rurais na All. Esses dados secundários foram qualificados pelas informações coletadas em campo, a partir da caracterização das áreas atravessadas pelo traçado da LT.

A descrição dos usos do solo teve como base a identificação das áreas e usos dos estabelecimentos agropecuários fornecidos pelo Censo Agropecuário (IBGE) 1996 - 2006.

Este item apresenta ainda a descrição das principais formas de ocupação e usos do território atravessado pelo traçado da LT 500 kV Cuiabá - Riberãozinho - Rio Verde. Contempla também

questões relativas a possíveis interferências diretas ou indiretas que a implantação e operação do empreendimento poderão vir a trazer para a região.

Destaca-se que neste sub item optou-se por apresentar as informações por trechos do traçado, a partir de unidades de paisagem, tendo em vista as semelhanças no padrão de uso e ocupação do solo, assim como nos modos de vidas dos grupos sociais identificados.

Nessa seção também foram incluídos à apresentação dos “Pontos de Relevante Interesse Social” que compreende as localidades que possuem importância para as demais da Área de Influência Direta em função da proximidade com o traçado da LT e em virtude de sua infraestrutura e de serviços que oferecem.

Em seguida é apresentada uma “Síntese Conclusiva” das informações com aspectos relevantes para a compreensão da dinâmica socioeconômica das áreas de influência.

Finalmente, é apresentada a seção de “Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico e de Lazer” e as informações e estudos referentes às áreas de influência direta e indireta do empreendimento.

Definição das áreas de estudo para o meio socioeconômico

Considerando o item 3.6.5 do Termo de Referência e a organização sociopolítica dos municípios atravessados pela Linha de Transmissão, as áreas de influência do empreendimento, para o meio socioeconômico, foram delimitadas da seguinte forma:

- Área de Abrangência Regional - AAR

Inicialmente pode-se afirmar que a Área de Abrangência Regional (AAR) é a região que inclui os estados de Mato Grosso e Goiás, atravessados pelo traçado projetado da LT. Durante os levantamentos de campo serão observados a espacialização dos impactos cumulativos ou sinérgicos com outros empreendimentos, bem como os aspectos urbano-regionais (micro e macrorregionais) das áreas afetadas.

- Área de Influência Indireta - AI

Esta área de influência é composta, por aqueles municípios que estão localizados na região de passagem da LT, ou seja, aqueles municípios em cujo território se encontra a faixa de servidão, ao longo do traçado da LT.

▪ Área de Influência Direta - AID

Para fins de atendimento do que preconiza o TR, a Área de Influência Direta compreende todos os pontos de ocupação humana, tais como: comunidades, vilas, distritos, loteamentos, fazendas e projetos de assentamento localizados num corredor de 5 quilômetros (2,5 km para cada lado do eixo) e populações tradicionais e ribeirinhas localizadas num corredor de 10 quilômetros (5 km para cada lado do eixo) ao longo da diretriz do traçado, considerando a implantação da faixa de servidão, as áreas de abertura de acessos aos locais das torres, o sistema viário utilizado para o transporte de equipamentos, materiais e trabalhadores, bem como demais interferências oriundas das etapas de implantação e operação da LT 500 kV Cuiabá - Riberãozinho - Rio Verde Norte.

O Quadro 3.6.5.1-1, a seguir, apresenta um resumo das Áreas de Influência da LT a serem estudadas.

Quadro 3.6.5.1-1 - Áreas de Influência da Linha de Transmissão
500 kV Cuiabá-Ribeirãozinho-Rio Verde Norte

AAR	AII	AID
Estado	Municípios Atravessados	
Mato Grosso (MT)	Cuiabá; Santo Antônio do Leverger; Campo Verde; Jaciara; São Pedro de Cipa; Juscimeira; Rondonópolis; Poxoréo; Guiratinga; Torixoréo e Ribeirãozinho.	<ul style="list-style-type: none"> - Localidades e povoados situados no corredor de 5 km; - Faixa de servidão administrativa; - Comunidades Indígenas, Quilombolas e Tradicionais situadas no corredor de 10 km; - Áreas de canteiros de obras e alojamentos de trabalhadores; - Vias de acessos a serem utilizadas durante o período de obras.

3.6.5.2 - Aspectos Geopolíticos - AAR

a. Histórico de Ocupação nas Regiões Atravessadas pelo Empreendimento

A região onde hoje se encontram os Estados de Mato Grosso e Goiás tem sua base econômica assentada na atividade agropecuária, em um sistema onde predominam médias e grandes propriedades, com expressiva produção mercantil de carne, leite, grãos, algodão e cana-de-açúcar. A economia agrícola determina o processo de desenvolvimento, desdobrando-se em atividades industriais e de serviços direcionadas ou decorrentes da agropecuária. A agricultura da região é realizada, em geral, com bases tecnológicas avançadas, em que se destacam o uso da mecanização, o trato cultural e a irrigação, em médias e grandes propriedades rurais, com baixa utilização de mão-de-obra.

Em meio às propriedades rurais capitalizadas da bacia, encontra-se um número expressivo de assentamentos rurais do Incra, ocupados por pequenos produtores dedicados à agricultura de subsistência, fazendo uso de práticas agrícolas tradicionais, baseadas na mão-de-obra familiar, sem aporte de capital, recebendo pequeno apoio em termos de assistência técnica, que se reflete na baixa produtividade e nos modestos resultados de sua atividade. Esses pequenos produtores complementam sua renda com trabalhos temporários, nas épocas de plantio ou de colheita, nas propriedades capitalizadas da região.

Apesar das diferenças internas encontradas na região, ela apresenta uma considerável homogeneidade em seu crescimento histórico, tendo mantido, até o último quarto do século XX, características da sociedade rural tradicional, apresentando significativo crescimento no último quarto de século, impulsionado por investimentos privados no agronegócio, principalmente em função do *boom* da soja na região do cerrado, ocorrido a partir dos anos 80.

Os primeiros migrantes para a região do estado de Goiás vieram, principalmente, em busca da mineração do ouro. Segundo Aguiar (2003 *apud* Ecology Brasil 2005), as primeiras viagens para Goiás ocorreram no século XVII, mas o interesse maior pela região foi a partir de 1726, com a descoberta de ouro pelos bandeirantes paulistas. Desta forma, o ouro passou a ser o primeiro elemento catalisador da vida econômica do povo goiano, que teve o seu apogeu de 1726 a 1778, decaindo em seguida. Nessa época, abriu-se uma frente de colonização, principalmente de Minas Gerais, em direção a essa região. Com a estagnação e a decadência da mineração de ouro, surgiram fazendas direcionadas principalmente à pecuária, ainda no século XVII, como alternativa econômica para a região, afirmando uma vocação do estado para a produção pecuária.

O processo de organização político-administrativa de Mato Grosso ocorreu a partir de 1724, com o estabelecimento do distrito de Cuiabá, que veio a se constituir em seu primeiro município. Mato Grosso englobava os atuais estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul. Durante a vigência do Estado Novo, pelo Decreto nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, foram desmembrados de Mato Grosso os territórios federais de Ponta Porã e Guaporé (hoje Estado de Rondônia). O território federal de Ponta Porã voltou a reintegrar o Estado, em virtude do Artigo 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

Segundo Oliveira (1997 *apud* Ecology Brasil 2005), até os anos 30 do século XX, menos de 20% das terras do Centro-Oeste eram ocupadas. No primeiro governo de Getúlio Vargas, a migração para a região foi estimulada com o discurso da “Marcha para o Oeste”, em que trabalhadores e agricultores nacionais e estrangeiros foram estimulados a migrarem para núcleos de colonização ali instalados. Entretanto, os resultados da ocupação da região não foram significativos.

A partir de 1935, a construção de estrada de ferro, cruzando o rio Paranaíba e atingindo a cidade de Anápolis, marcou uma nova fase do processo de ocupação da região.

A região centro-oeste manteve, até a década de 1960, seu caráter essencialmente rural, apresentando um acentuado vazio demográfico e estabelecendo ténues relações comerciais com os principais centros do país. As características climáticas, associadas à boa aptidão do cerrado para a formação de pastagens, fizeram com que a pecuária extensiva em pastagens naturais se mantivesse, por longos anos, como a forma predominante de utilização das terras na região, ao lado da exploração de recursos minerais, atividades que representaram o motor da ocupação desse território, em que viviam populações indígenas, como testemunham os diversos sítios arqueológicos nele existentes.

A partir da ascensão de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, em 1956, foi iniciada a construção da nova capital da República, exatamente com o objetivo de incentivar o desenvolvimento das regiões centro-oeste, norte e nordeste do país. Simultaneamente, inicia-se a construção da rodovia Belo Horizonte - Brasília. Paralelamente, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM foi implantada uma série de medidas voltadas para o incentivo à ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste. Houve atração de trabalhadores de todo o país, que se refletiu em forte crescimento de toda a região de entorno da nova capital e da nova rodovia e a ampliação de processo migratório para o Centro-Oeste.

De acordo com Oliveira (1997 *apud* Ecology Brasil), durante a década de 60, a região passou a receber grande número de migrantes que se deslocavam para as regiões ao sul de Mato Grosso e

Goiás. Os pequenos agricultores enfrentaram dificuldades para se fixarem nas áreas iniciais de expansão de fronteira agrícola ao sul do Centro-Oeste, onde se estabeleceram grandes propriedades. Assim, os deslocamentos das frentes demográficas foram direcionados para o estado do Mato Grosso, que se encontra mais distante do eixo central do país.

Neste momento, é particularmente significativo o crescimento observado nas regiões Sudoeste e Centro-Sul de Goiás. Leite, ao estudar a região Centro-Sul, apontou que a “área agropecuária modernizada de Goiás evoluiu para uma economia de mercado, a partir do desenvolvimento urbano e regional dos mercados de Goiânia, Anápolis e Brasília. A pecuária é leiteira, gerando a ocorrência de muitas unidades industriais de transformação (cooperativas de leite e indústria de laticínios).” (Leite, s.d:8 *apud* Ecology Brasil 2005).

Os incentivos decorrentes dos programas conduzidos pelo Poder Público, a partir deste momento, sobretudo através do crédito subsidiado, visando a ocupação do Cerrado, atraíram contingentes importantes de agricultores detentores de conhecimentos técnicos e de meios de produção, sobretudo oriundos da região Sul do país, que, fazendo uso do crédito estatal, introduziram um novo padrão de reestruturação do espaço territorial na região Centro-Oeste, ampliando a produção agrícola, principalmente de grãos, em que se destacava o arroz.

Dois tipos de produtores se distinguem nesse contexto: “Aqueles provenientes do Sul, que reproduzem o capital trazido, transformando-se em empresários rurais, através da abundância de crédito e infraestrutura de armazenagem, e os pequenos produtores, que não podendo usufruir da política creditícia, cedem lugar à concentração capitalista (de terras ou de produção)” (Idem, s.d:10).

A economia tradicional da pecuária extensiva, do extrativismo vegetal e do garimpo sobrevive paralelamente às novas configurações da vida rural que vão ganhando força em todo o Centro-Oeste a partir dos anos 60.

Pela Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977 foi criada nova unidade federativa no Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul, como parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.

A partir da década de 80, com o crescimento da importância da economia da soja e sua expansão para o Centro-Oeste, em grande parte devido às pesquisas realizadas pela EMBRAPA em busca de variedades da soja adaptáveis às condições ambientais do Cerrado, o desenvolvimento regional veio a efetivamente se consolidar.

O intenso processo de crescimento da soja vai capitanear o desenvolvimento do agro-negócio nos estados de Mato Grosso e Goiás, reunindo indústrias e serviços a montante e a jusante da produção e promovendo uma forte mecanização das práticas agrícolas. De outro lado, a modernização da agricultura acarretou a exclusão dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, uma vez que reduziu drasticamente a utilização do fator trabalho e inviabilizou a ocupação dessas áreas pela agricultura familiar. Em praticamente toda a área, predomina a agricultura em alto nível tecnológico, com aplicação de corretivos e de fertilizantes e mecanizada, sendo muito comum o uso da irrigação, principalmente nos platôs, com sistemas de pivôs centrais. Os elevados custos de produção associados às culturas locais, em decorrência das deficiências trazidas pelo clima e pelos solos da região, a predominância da monocultura (soja, milho, cana-de-açúcar e algodão) e a alta produtividade obtida, deram origem a uma concentração do agro-negócio na região, implicando na exclusão do pequeno agricultor familiar e do trabalhador agrícola.

Sobretudo a partir dos anos 90, observa-se um crescimento dos conflitos agrários na região, marcados por invasões de terras pelo Movimento dos Sem Terra - MST, dando origem a um número significativo de assentamentos rurais da reforma agrária.

A Área de Influência Indireta do empreendimento compreende 15 municípios, 11 no Estado do Mato Grosso e 4 no Estado de Goiás. O Quadro 3.6.5.2-1 relaciona os municípios em estudo, suas datas de instalação, bem como as microrregiões e mesorregiões nas quais se encontram inseridos.

Quadro 3.6.5.2-1 - Municípios da AII, ano de instalação, micro e mesorregiões

Município	Ano de Instalação	Micro Região	Mesorregião
Cuiabá	1719	Cuiabá	Centro-Sul Mato-Grossense
Santo Antônio do Leverger	1899	Cuiabá	Centro-Sul Mato-Grossense
Campo Verde	1989	Privamera do Leste	Sudeste Mato-Grossense
Jaciara	1958	Rondonópolis	Sudeste Mato-Grossense
São Pedro da Cipa	1993	Rondonópolis	Sudeste Mato-Grossense
Juscimeira	1979	Rondonópolis	Sudeste Mato-Grossense
Rondonópolis	1953	Rondonópolis	Sudeste Mato-Grossense
Poxoréo	1938	Tesouro	Sudeste Mato-Grossense
Guiratinga	1943	Tesouro	Sudeste Mato-Grossense
Torixoréu	1953	Tesouro	Sudeste Mato-Grossense
Ribeirãozinho	1993	Tesouro	Sudeste Mato-Grossense
Baliza	1942	Aragarças	Noroeste Goiano
Caiapônia	1873	Sudoeste de Goiás	Sul Goiano
Montividiu	1989	Sudoeste de Goiás	Sul Goiano
Rio Verde	1854	Sudoeste de Goiás	Sul Goiano

b. Planos e Programas na Área de Abrangência Regional

A identificação dos planos e programas implementados ou em andamento na Área de Abrangência Regional da Linha de Transmissão 500 kV Cuiabá - Riberãozinho - Rio Verde Norte procurou privilegiar as ações voltadas para a área socioambiental e de infra-estrutura.

Os Programas apresentados a seguir foram pesquisados nos planos de governo dos Estados e nos sites dos Ministérios do Governo Federal. Devido à grande quantidade de programas existentes será apresentada uma breve descrição que possa orientar ou nortear o empreendedor ao longo das fases de implantação e operação do empreendimento.

- Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal e da sociedade civil brasileira, em parceria com a comunidade internacional, que busca a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais nas florestas tropicais da Amazônia e Mata Atlântica brasileira e também melhorias na qualidade de vida das populações locais. É considerado o mais importante programa já desenvolvido para a proteção e manejo sustentável das florestas tropicais brasileiras.

O Programa Piloto foi proposto na reunião G-7, em Houston, Texas (EUA), em 1990 e foi aprovado em dezembro de 1991. Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, o programa foi oficialmente lançado no Brasil. Os primeiros recursos foram desembolsados em 1995 e até o final de 1997 haviam sido desembolsados cerca de US\$ 50 milhões. A partir de 1999, os resultados alcançados pelos subprogramas e projetos em execução e as discussões decorrentes das dificuldades surgidas na implementação desencadearam um processo de revisão de meio termo do Programa Piloto. Este processo delimitou de forma clara os objetivos do Programa e estabeleceu o ponto de partida para a discussão e preparação de uma segunda fase, a ser iniciada em 2003 e que deverá se estender até 2010.

O Programa Piloto tem como objetivo contribuir para a formulação e a implantação de políticas públicas que resultem na conservação dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e na Mata Atlântica, procurando fortalecer a capacidade de instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada para implementar tais políticas e aplicar e difundir novos conhecimentos.

O Ministério do Meio Ambiente - MMA é o responsável pela sua coordenação geral. O planejamento e a execução de atividades do Programa e de seus respectivos componentes envolvem inúmeras parcerias, especialmente com órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, organizações ambientais, movimentos sociais e o setor privado.

Pode-se destacar como os beneficiários: gestores públicos responsáveis pela aplicação das políticas ambientais nos diferentes níveis, comunidades indígenas e populações tradicionais, instituições da sociedade civil, setor privado e a comunidade científica.

- Plano Amazônia Sustentável - PAS

O Plano Amazônia Sustentável - PAS se refere ao conjunto de objetivos e diretrizes estratégicas elaborados a partir de um diagnóstico atualizado sobre a Amazônia brasileira que tem como objetivo orientar um novo modelo de desenvolvimento, no qual as soluções econômicas sejam ambientalmente sustentáveis, possibilitando a preservação de toda a área amazônica, valorizando a potencialidade de seu enorme patrimônio natural e sócio-cultural e oferecendo opções de desenvolvimento que beneficiem especialmente as populações que lá vivem.

Formado como pacto entre o Governo Federal e os governos estaduais, envolvendo também a atuação do setor empresarial e da sociedade civil e sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano visa constituir-se como locus institucional capaz de orientar o desenvolvimento de políticas públicas que atendam aos desafios da região.

A proposta do PAS surgiu em maio de 2003, em Rio Branco (AC), em reunião do presidente Lula com os governadores dos estados da Região Norte, quando foi aprovado o documento Amazônia Sustentável. Em 2007 foram realizadas Consultas Públicas em todas as capitais dos Estados da Amazônia Legal: Cuiabá (MT); Belém (PA); Macapá (AP); Porto Velho (RO); Boa Vista (RR); Palmas (TO); São Luís (MA); Manaus (AM); e Rio Branco (AC).

Segundo o diagnóstico do Plano, "a estratégia de implementação do PAS está alicerçada na ampla mobilização da sociedade regional. A solução proposta pelo PAS é um compromisso de ampliar as condições de participação de grupos de indivíduos que enfrentam maiores custos nesta direção, sugerindo a adoção de regras que interajam com a base desigual da sociedade, minimizando as consequências indesejáveis. O apoio do Estado a esforços de auto-organização e mobilização dos setores tradicionalmente excluídos das decisões sobre políticas públicas é um compromisso central da estratégia de implementação do PAS."

Assim, as diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, conforme proposto no Plano, estão agrupadas em 5 grandes eixos temáticos: Ordenamento territorial e gestão ambiental; Produção sustentável com inovação e competitividade; Infra-estrutura para o desenvolvimento; Inclusão social e cidadania; e Novo padrão de financiamento.

- Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia - PROAMBIENTE

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia (PROAMBIENTE) consiste num programa de desenvolvimento rural socioambiental direcionado à produção familiar rural agrícola da Amazônia Legal. Está voltado para a produção de sistemas equilibrados de produção, como o manejo integrado dos recursos naturais. O Programa permite que o espaço rural adquira um novo papel perante a sociedade, pois seus atores sociais deixam de ser apenas fornecedores de produtos primários, sendo valorizado o caráter multifuncional da produção econômica associada à inclusão social e conservação do meio ambiente. Seu conceito inovador está relacionado ao tratamento diferenciado aos produtores rurais que buscam a conciliação entre a produção econômica e a conservação do meio ambiente.

O Programa teve sua concepção dentro do Grito da Amazônia no ano de 2000, quando foi feita a proposta preliminar da sua criação. Este tomou corpo a partir da parceria entre as Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAGs da Amazônia) dos Estados da Amazônia Legal, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional e o IPAM, que assumiram a primeira tarefa de organizar um evento de construção do Programa. Durante o ano de 2001, foram realizados diversos encontros, reuniões e seminários para a construção e estruturação dos pólos. A proposta definitiva foi apresentada ao Governo Federal em 2003 e assumida como programa pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, naquele mesmo ano. Em junho de 2003, o PROAMBIENTE foi incluído como política pública do Governo Federal no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 e como programa da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente.

Assim, O PROAMBIENTE pode ser entendido como uma iniciativa das FETAGs, do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e da Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) que conta com o apoio técnico da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Os ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) também participam do programa.

O Programa tem como objetivo promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais. Dessa forma, o PROAMBIENTE incentiva o uso sustentável dos recursos naturais, priorizando o emprego de sistemas de produção que incorporem tecnologias mitigadoras de impactos ambientais, o preparo da terra sem uso do fogo, a utilização de áreas alteradas ou degradadas através de implantação de sistemas alternativos de uso da terra, o uso de sistemas agropastoris, sistemas agro-florestais, agro-extrativismo, o extrativismo florestal madeireiro (através de manejo comunitário) e não madeireiro, as modalidades de pesca artesanal, práticas indígenas e tradicionais e a verticalização da produção familiar rural.

O principal elemento da proposta consiste no Programa de Serviços Ambientais que permite ao produtor familiar que aderir ao PROAMBIENTE tenha apoio para o estabelecimento de um sistema de produção rural (via recursos próprios ou via crédito produtivo opcional) que une viabilidade econômica; processos participativos de planejamento e tomadas de decisão; fortalecimento de sua organização social; assessoria técnica e extensão rural pública (estatal e não-estatal); manejo integrado dos recursos naturais da unidade de produção; e mecanismos de verificação de serviços ambientais através de certificação participativa e monitoramento ambiental. Comprovada a prestação dos serviços ambientais propostos, o produtor familiar terá o direito de receber uma parcela mensal referente à remuneração desses serviços ambientais prestados à sociedade nacional e internacional.

Existem atualmente 11 pólos localizados na Amazônia Legal, cada um com 250 a 500 famílias que contam com capacitação técnica das instituições responsáveis pela coordenação. Esses pólos estão na fase de elaboração dos planos de uso que permitirão o cadastramento das famílias e a definição do tipo de assistência técnica necessária. As famílias que participam do Programa desenvolvem atividades na área de agricultura familiar, extrativismo, agropecuária, plantio de milho, feijão, arroz, pecuária de corte, de leite, extrativismo vegetal e animal, pesqueiro, entre outros.

Na Área de Abrangência Regional do estudo, destaca-se o Pólo Noroeste do Mato Grosso (ou Pólo Pioneiro Noroeste) que é desenvolvido no município de Juína. Nesta área, existem as terras indígenas TI SERRA Morena, PI e TI Aripuanã e TI Enawenê-nawê, além da TI Escondido, uma terra que possui estudos etno-históricos, sociológicos, cartográficos e fundiários aprovados pela FUNAI, e declarada como terra de ocupação indígena, onde estão os povos Rikbaktsa e Apiaká, sob intrusão de fazendeiros. Há ainda a Estação Ecológica Iquê Juruena, criada em

02/06/81/1981, ocupa uma área de 2000 km² e esta sobreposta à área do povo Enawenê-nawê, reconhecida por decreto no ano de 1996.

Essa região foi impactada no processo de ocupação territorial da Amazônia, iniciado na década de 70 pelo Governo Militar. O modo de ocupação desse espaço, que corresponde a aproximadamente 2% da Amazônia Legal Brasileira, se mostra insustentável do ponto de vista ecológico, econômico, cultural e social. Este tem sido feito nos últimos 30 anos, a partir da substituição de florestas por roças, pastos e cidades e pela exploração predatória, intensa e com altos índices de desperdício.

Assim, a continuidade da degradação ambiental pela permanência dos processos de exploração já em andamento na região, de puro extrativismo de atributos naturais de forma pouco eficiente (exemplo: exploração madeireira sem manejo florestal) constitui-se numa ameaça atual e constante para a sustentabilidade regional. Por isso, o Governo Federal, a partir de uma parceria sólida com a Prefeitura Municipal de Juína, vem buscando o restabelecimento da formação vegetal em escala de paisagem e o resgate social a partir da implantação do Programa PROAMBIENTE na região.

- Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, instituído pelo Governo Federal em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O programa consiste no benefício financeiro condicionado às famílias em situação de pobreza, (definidas como aquelas que possuem renda per capita mensal de R\$ 69,01 até 137,00) e às famílias em extrema pobreza (com renda per capita até R\$ 69,00).

Criado em 2003, o Bolsa Família unificou e ampliou os já existentes programas sociais de transferência de renda do Governo Federal, como: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação. Para isso, foi criado em 2004, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, como órgão de assessoramento imediato do presidente da República, tendo como finalidades a formulação e integração de políticas públicas, a definição de diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e a implementação do programa.

A gestão do programa é descentralizada, envolvendo os três níveis de governo como co-responsáveis pela sua implementação, ou seja, uma gestão compartilhada entre a União, os Estados e os municípios. A administração em âmbito federal é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e é operacionalizada pela Secretaria Nacional de

Renda e de Cidadania (SENARC), que realiza a concessão do benefício, segundo regras predeterminadas. Os Ministérios da Saúde e da Educação também desempenham um importante papel em relação à gestão de benefícios, uma vez que o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades exigidas tem efeitos diretos sobre os benefícios das famílias. A participação dos Estados na gestão de benefícios está focada na coordenação dos municípios que fazem parte de seu território. Os Estados exercem a função de promotores do desenvolvimento das atribuições municipais, não apenas estimulando uma ação local qualificada, como também fornecendo o suporte e o apoio técnico necessário ao planejamento e desenvolvimento do Programa. Já os governos municipais são os principais gestores do Programa junto às famílias.

O principal objetivo do programa consiste no combate a fome e a miséria, promovendo a inclusão social, assegurando os direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social e estimulando a emancipação das famílias mais pobres do país, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram e assim, conquistarem a cidadania. No entanto, para que o grupo familiar possa receber os benefícios do programa, é necessário o cumprimento das condicionalidades exigidas pelo Governo Federal. O objetivo dessas não é punir as famílias, mas responsabilizar de forma conjunta os beneficiários e o poder público, contribuindo assim para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza perpetuado entre gerações.

A primeira condicionalidade estabelecida pelo programa é o acompanhamento de saúde e do estado nutricional de todos os integrantes da família, do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos, e do pré-natal das gestantes e das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos. A segunda condicionalidade estabelecida é a frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. E a última condicionalidade é a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, existem atualmente no Estado do Mato Grosso, 270.190 famílias cadastradas no Cadastro Único do Bolsa Família. Este serve como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda (aquelas com renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo). O número de famílias beneficiadas no Estado pelo programa é de 139.681. Já no Estado de Goiás há 492.731 famílias cadastradas e 280.155 beneficiadas.

- Programas de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa do Governo Federal que visa à erradicação de todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16, garantindo a permanência delas na escola e em atividades sócio-educativas, culturais, esportivas, artísticas e de lazer, em um processo de resgate da cidadania. Além disso, o programa promove projetos de geração de trabalho e renda para suas famílias.

Em 1996, o PETI foi implantado com o objetivo de “retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança”. Ao longo dos anos, o Programa teve uma significativa expansão, ampliando o atendimento e a disponibilização de recursos para a execução das atividades relacionadas. O desembolso mensal de recursos, tomando como base o mês de agosto de 2003, foi da ordem de R\$37.189.245, segundo a Análise Situacional do PETI feita em 2004.

O PETI é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e desenvolvido em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil. Desde 2000, o programa estabeleceu uma parceria junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que tem como competência, o mapeamento dos focos de trabalho infantil no Brasil. Além disso, o Governo Federal vem buscando integrar o PETI ao Programa Bolsa Família como forma de racionalizar a gestão de ambos os programas e o evitar o desperdício de recursos públicos, a duplicidade de benefícios e propiciar uma maior cobertura do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho no Brasil.

A família que for inserida no PETI recebe uma bolsa mensal para cada filho com idade de até 16 anos que for retirado do trabalho. Para isso, as crianças e os adolescentes devem estar freqüentando a escola e a jornada ampliada, onde terão reforço escolar e atividades complementares. É necessário também que a família faça o acompanhamento do desenvolvimento infantil, da vacinação e da vigilância alimentar de crianças menores de sete anos. A bolsa mensal é de 25 reais por criança em municípios com população inferior a 250.000 habitantes, na área rural ou urbana. Em regiões metropolitanas e municípios com população superior a 250.000 habitantes, a bolsa é de 40 reais. Famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo (situação de extrema pobreza) tem prioridade e um benefício ampliado. Para execução da jornada ampliada, são disponibilizados para a área urbana 10 reais por criança e 20 reais para área rural. Cada família pode permanecer no programa pelo prazo máximo de 4 anos.

Segundo a Análise Situacional do PETI de 2004, os Estados e municípios apontaram como principais pontos positivos do programa: “melhoria na qualidade de vida da criança e da família e da auto-estima da criança; construção e resgate da cidadania e inserção social das crianças, adolescentes e suas famílias; ajuda financeira às famílias; permanência das crianças na escola e na jornada ampliada; geração de renda para as famílias, melhoria da qualidade de vida da criança e sua família, representando importante ajuda financeira às famílias; incremento de recursos que movimenta a economia dos municípios.”

- Programa Brasil Quilombola (PBQ)

O Programa Brasil Quilombola é uma iniciativa do Governo Federal que visa promover o desenvolvimento sustentável dos quilombolas, assim como garantir os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infra-estrutura- saneamento básico, transporte, água, luz, telecomunicações, previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população brasileira.

Nas duas últimas décadas, a questão quilombola passou a ficar mais em evidência no cenário nacional. A principal demanda dos quilombolas era pelo reconhecimento legal de direitos específicos, como a titulação e a demarcação das áreas ocupadas. A partir disso, foram publicadas portarias pelo INCRA e pela Fundação Cultural Palmares a fim de demarcar e titular as áreas ocupadas por quilombos. No entanto, esses projetos ainda enfrentavam algumas dificuldades para assegurar o domínio e a posse da terra pelos quilombolas, pois ainda estavam subordinados a uma legislação ambiental que não reconhecia plenamente os direitos das populações tradicionais, inviabilizando sua permanência na terra, o acesso a uma boa educação e outros fatores para sua sobrevivência com dignidade. Diante dessa necessidade de formulação de uma política de promoção social para a população quilombola, o Governo Federal implementou no ano de 2004, o Programa Brasil Quilombola com a finalidade de coordenar as ações para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil.

O programa é coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR - por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, e tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações sociais. Os governos municipais têm, neste contexto, uma função singular por se responsabilizarem, em última instância, pela execução da política em cada localidade. Para garantir a eficácia do programa, seu modelo de gestão, que cuida da formulação, execução e monitoramento das ações planejadas, é baseado nos princípios da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que são transversalidade, gestão descentralizada e gestão democrática.

O principal objetivo deste programa consiste em promover a inclusão dos quilombolas na sociedade civil, sem comprometer a legitimidade de sua cultura, numa tentativa de promoção da igualdade social e racial e preservação de sua identidade cultural e política. Desse modo, o Programa Brasil Quilombola compreende um conjunto de ações, dentre as quais fazem parte políticas públicas que são destinadas à população brasileira em geral, além das ações destinadas às comunidades quilombolas em especial.

Dentre essas, podemos destacar, primeiramente, os serviços de ouvidoria e as pesquisas que garantem a competência das próprias ações. As ações em si se concentram nas seguintes áreas: regularização fundiária - que permite o acesso legal às terras, por meio da titulação e demarcação, bem como a intervenção em terras públicas devolutas; promoção da igualdade racial - pela aplicação de direitos sociais e de cidadania e o fortalecimento da participação política dos quilombolas, juntamente com a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades, possibilitando a melhoria da qualidade de vida, a valorização cultural e impulsionando a geração de renda; segurança alimentar - superação da fome e da miséria de acordo com as demandas do Programa Fome Zero; assistência social - com a atuação de ações governamentais como Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, proteção social aos idosos e atenção à pessoa com necessidades especiais; saúde - garantir o bem-estar físico, psicológico e social dos quilombolas, com ênfase na melhoria da qualidade do sistema de saúde; infra-estrutura - como o programa Luz para Todos, obras de saneamento, comunicação, e a construção de moradias e estradas e pontes que possibilitem o transporte de mercadorias; geração de renda - qualificar os jovens pelo Consórcio da Juventude, possibilitar o desenvolvimento agrário (agroindústria familiar - com ênfase na produção de oleaginosas para a produção do biodiesel), fomentar o artesanato quilombola e capacitar as comunidades que utilizem a aqüicultura e a piscicultura para um desenvolvimento sustentável dessas modalidades econômicas; direitos humanos - combater o preconceito, promover políticas de inclusão social e possibilitar o acesso à documentação civil básica; educação - levar o programa Brasil Alfabetizado aos quilombos, além de construir e melhorar as escolas quilombolas; meio ambiente - garantir uma gestão sustentável das áreas florestais, por meio da recuperação de áreas devastadas e da educação ambiental; previdência social - incluir quilombolas no Programa de Educação Previdenciária (PEP/MPS).

No último relatório que a SEPPIR divulgou sobre o Programa Brasil Quilombola consta que os seguintes projetos já foram desenvolvidos no Estado de Goiás: apoio a atividades produtivas para o Desenvolvimento Agrário com a destinação de verba de R\$ 163.439,00 para a comunidade Kalunga, de R\$ 172.461,30 para as comunidades Cedro e Pombal, e de R\$186.417,64 para as

comunidades Vão do Moleque e Malhadinha; Ação de Fomento ao Desenvolvimento Local apoiada pela Caixa com a destinação de R\$ 185.840,92 em verbas para a capacitação de 200 jovens Kalungas em etnodesenvolvimento em comunidades indígenas e de quilombolas e em educação de jovens rurais como agentes de desenvolvimento, divulgação dos temas agroecologia e agriculturas alternativas para 1.500 famílias Kalungas e capacitação de 20 monitores em metodologias participativas; Construção de Unidades Habitacionais com a destinação de R\$ 4.080.000,00 em verbas para a construção de 117 unidades habitacionais na comunidade Kalunga; Pontes na Comunidade Kalunga; Balcão de Direitos que viabiliza o acesso da população à documentação civil básica; criação do convênio entre a SEPPIR e a Universidade Federal de Goiás visando fortalecer a gestão da Agenda Social Quilombola; e criação de um Comitê Estadual do Programa Brasil Quilombola no Estado de Goiás.

Já no Estado de Mato Grosso, foi criado o Programa MT Quilombola a ser incluído no Plano Plurianual 2008-2011. Este programa será exercido pelo governo estadual e elaborado nos mesmos moldes do Programa Brasil Quilombola.

- Projeto Brasil Municípios

O Projeto Brasil Municípios, também chamado de Projeto Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza, consiste em um acordo de cooperação técnica entre o Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e a União Européia que visa contribuir para o fortalecimento das capacidades administrativas municipais, como forma de aumentar a eficácia das ações de planejamento, gestão, avaliação e monitoramento de políticas públicas e de programas e projetos governamentais no nível dos governos locais.

O projeto será executado até 31 de dezembro de 2011 e dispõe de R\$ 15 milhões de euros como aporte total em recursos, sendo 7,5 milhões da doação européia e 7,5 milhões de contrapartida nacional de caráter não-financeiro. A direção estratégica do projeto está a cargo Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) atua como organismo responsável pela direção executiva do projeto.

Segundo o Governo Federal, o projeto poderá auxiliar na formação e na capacitação de gestores e técnicos municipais, na prestação de consultoria e assistência técnica para a solução de problemas que impedem ou fragilizam a execução de programas e projetos, no intercâmbio de experiências entre municípios, do Brasil e do exterior, no apoio ao desenvolvimento de experiências-piloto inovadoras de gestão local e no fortalecimento de parcerias, consórcios e outras formas de associativismo intermunicipal.

O projeto tem amplitude nacional, mas os municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste do país, selecionados previamente segundo critérios socioeconômicos, e que levam em conta também as inter-relações geográficas e a participação dos municípios em programas de desenvolvimento, receberão prioridade para as ações de capacitação institucional.

▪ Territórios da Cidadania

Lançado pelo Governo Federal em 2008, o programa Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável nas regiões mais necessitadas do país, especialmente no meio rural. As ações a serem executadas estão divididas nos seguintes eixos temáticos: direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde, saneamento e acesso a água; educação e cultura; infra-estrutura; apoio à gestão territorial e ações fundiárias.

O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Em 2009, o número de territórios foi ampliado de 60 para 120, sendo 27 territórios na região Norte; 56 territórios na região Nordeste; 15 territórios na região Sudeste; 12 territórios na região Centro-Oeste e 10 territórios na região Sul.

Quadro 3.6.5.2-2 - Territórios da Cidadania nos Estados de MT/GO

Estado	Territórios da Cidadania	Municípios
MT	Baixo Araguaia	Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, Canabrava do Norte, São José do Xingu, Alto Boa Vista, Novo Santo Antônio, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia, Confresa, Luciara, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirãoascalheira, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia
MT	Portal da Amazônia	Apiacás, Marcelândia, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte e Nova Guarita
MT	Noroeste	Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juína, Juruena e Rondolândia
MT	Baixada Cuiabana	Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Campo Verde, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande
GO	Vale do Rio Vermelho	Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraita, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itaguara, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossamedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana
GO	Vale do Paraná	Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambai, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio D'Abadia

Estado	Territórios da Cidadania	Municípios
GO	Chapada dos Veadeiros	Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João D'Aliança e Teresina de Goiás
DF/GO/MG	Das Águas Emendadas	Vila Boa (GO), Planaltina (GO), Água Fria de Goiás (GO), Cabeceiras (GO), Formosa (GO), Mimoso de Goiás (GO), Padre Bernardo (GO), Brasília (DF), Cabeceira Grande (MG), Buritis (MG) e Unai (MG)

Fonte: Territórios da Cidadania - 2009

Planos e Programas na Área de Influência Direta

Os principais programas governamentais federais identificados ao longo dos levantamentos de campo realizados em 2009 foram: Programa Luz Para Todos, Pronaf, ProJovem, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além do benefício de Aposentadoria Rural e o Programa Bolsa Família do Governo Federal, já descrito no item anterior.

De uma maneira geral, percebe-se que todos esses programas contribuem para assegurar condições de vida minimamente dignas a população mais carente. O incentivo através de financiamentos para pequenos produtores rurais, o auxílio para aqueles que estudam e a garantia da aposentadoria rural são um diferencial, principalmente nos assentamentos e povoados rurais existentes ao longo do traçado da LT, onde as opções de estudo e emprego são muito restritas.

- Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos é uma iniciativa do Governo Federal que visa estimular as concessionárias distribuidoras de energia a levar eletricidade até um significativo contingente de domicílios, principalmente nas áreas rurais do Brasil, para que seja possível acabar com a exclusão elétrica no país. Assim, o Governo Federal pretende utilizar a energia elétrica como instrumento de desenvolvimento social e econômico das comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e da fome e para o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica favorece a integração dos programas sociais do Governo Federal, contribuindo para que as áreas atendidas pelo programa se beneficiem de serviços básicos de saúde, educação, abastecimento de água, saneamento e comunicação e também de políticas de incentivo à agricultura familiar. Além disso, com a implementação do programa, estima-se que, aproximadamente, 300 mil empregos diretos e indiretos são gerados, já que é dada prioridade ao uso da mão-de-obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais fabricados nas regiões próximas às localidades atendidas.

O programa foi lançado em 11 de novembro de 2003 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, através do decreto número 4.873, com o objetivo de atender cerca de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. No entanto, o programa foi prorrogado para ser

concluído no ano de 2010, devido ao surgimento de um grande número de demandas. Seu orçamento ficou em 12,7 bilhões de reais, sendo 9,1 provenientes de fundos setoriais de energia do Governo Federal e o restante da partilha entre governos estaduais e empresas de energia elétrica. Segundo FURNAS, o Governo Federal já havia liberado recursos da ordem de 6,9 bilhões de reais até maio de 2009.

O programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás por meio de suas controladas (FURNAS, Eletrosul, Eletronuclear, Eletronorte, CGTEE e Chesf) e executado pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. Sua gestão é realizada através da parceria entre Estados, municípios, agentes do setor elétrico e comunidades.

No Estado de Goiás, cerca de 35 mil domicílios já foram atendidos, beneficiando 176 mil pessoas e contando com 58 milhões de reais em investimentos. No Estado do Mato Grosso, estima-se que já foram investidos cerca de 700 milhões de reais até agora, e que quase 80% dos municípios do Estado já foram atendidos pelo programa.

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa criado em 1995 pelo Governo Federal e atualmente encontra-se sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de apoiar de maneira técnica e financeira as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Pretende-se, através do programa, proporcionar a geração de empregos nas áreas rurais e o aumento da renda dos pequenos agricultores que empregam diretamente sua força de trabalho na produção agrícola, fazendo com que eles possam integrar seu trabalho à cadeia de agronegócios, além de incentivar a modernização do próprio sistema produtivo e a profissionalização desses produtores familiares.

Entre 1999 e 2000, o PRONAF abrangia 3.403 municípios brasileiros, passando para 4.539 municípios no ano seguinte, o que representou um aumento de 33% na cobertura, ou seja, a ampliação de mais de 1.100 municípios em apenas um ano. Já entre 2007 e 2008, passaram a ser atendidos 5.379 municípios, o que representou um crescimento de 58% em relação à 1999/2000, com a inserção de 1.976 municípios. O montante disponibilizado aos agricultores também cresceu: entre 1999 e 2000, foram disponibilizados pouco menos de R\$ 3,3 bilhões com uma execução de 66%. No ano agrícola de 2003/2004, houve o primeiro grande incremento no montante, com um crescimento de 65% em relação à 1999/2000, sendo ofertados R\$ 4,5 bilhões aos agricultores e com uma execução de 83% do valor disponibilizado. Entre 2006 e 2007, o

montante disponibilizado para financiamento do PRONAF chegou a R\$ 10 bilhões, representando um crescimento em relação à 1999/2000 de 205% e com uma taxa de execução de 84%.

O programa caracteriza-se por possuir as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao PRONAF se pauta, primeiramente, na discussão e avaliação familiar sobre o projeto pretendido para receber o crédito - seja para o custeio da safra, atividade agroindustrial ou para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura.

Depois disso, a família deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito, como as seguintes modalidades: Custeio - que se destina ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares; Investimento - destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas; e o PRONAF Agroindústria - destinado a investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

- Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem

O ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - é um programa lançado pelo Governo Federal em 2005 destinado a promover ações voltadas para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro, através de uma efetiva associação entre a formação básica, qualificação profissional e a participação cidadã. O programa está inserido no âmbito da Política Nacional de Juventude, que compreendeu a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e o desenvolvimento do Programa PROJOVEM. As três entidades foram criadas com funções distintas, mas com atuações complementares para possibilitar um novo modelo de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira.

O ProJovem é destinado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas então vigentes: jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e não possuem vínculos formais de trabalho. Dessa forma, o programa visa criar as condições necessárias "para romper o

ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil". O ProJovem possui um caráter emergencial pois atende um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio, e uma metodologia experimental por sua proposta curricular baseada em novos paradigmas de ensino e aprendizagem.

No início de 2007, foi criado o grupo de trabalho GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento. Essa articulação permitiu reforçar e ampliar as perspectivas e ações voltadas para a juventude em diferentes Ministérios, o que resultou no lançamento do ProJovem Integrado.

O ProJovem Integrado compreende quatro modalidades:

- ◆ ProJovem Adolescente, que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.
- ◆ ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem.
- ◆ ProJovem Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.
- ◆ ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Lançado em janeiro 2007 pelo Governo Federal, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) se dá por um conjunto de políticas econômicas direcionadas para a melhoria das condições de infraestrutura do país, de forma a impulsionar o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico sustentável do país e a eficiência produtiva dos principais setores da economia.

O PAC prevê a aplicação de um total de investimentos em infra-estrutura da ordem de R\$ 503,9 bilhões em ações que deverão ser implementadas, gradativamente, ao longo do quadriênio 2007-2010 em três eixos decisivos: Infra-estrutura Logística: envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; Infra-estrutura Energética: correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e Infra-estrutura Social e Urbana: englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos. Dessa forma, o PAC visa promover de forma conjunta o crescimento econômico acelerado, a geração de empregos e a melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. Além disso, os recursos disponibilizados pelo PAC podem permitir que muitos outros programas também possam ser implementados.

O plano de investimentos do PAC também está direcionado para a construção, adequação, a duplicação e recuperação, em quatro anos, de 45 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos, geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica, construção de 13.826 quilômetros de linhas de transmissão, instalação de quatro novas unidades de refinarias ou petroquímicas, construção de 4.526 quilômetros de gasodutos e instalação de 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol.

Na Área de Abrangência Regional em estudo, destacamos os investimentos do PAC para infraestrutura:

O investimento em transporte previsto pelo PAC para a AAR em estudo visa integrar o território dos Estados de Mato Grosso e Goiás e também melhorar as condições da interligação da Região Centro-Oeste com a Região Norte e com São Paulo, através dos seguintes projetos:

- ◆ BR-158/MT: Construção/Pavimentação dos trechos Ribeirão Cascalheira - Entroncamento MT-326 - Divisa MT/PA;
- ◆ BR-163/MT: Adequação de capacidade de travessias de urbanas de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop e pavimentação do trecho Garantã do Norte-Divisa MT/PA;

- ◆ BR-163-364/MT: Duplicação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil;
- ◆ BR-242/MT: Construção dos trechos Ribeirão - Cascalheira - Sorriso;
- ◆ BR-364/MT: Pavimentação de Mundo Novo a Sapezal, construção e pavimentação de Diamantino- km 720 e Construção e pavimentação do km 720-Campo Novo dos Parecis.
- ◆ BR-070/GO: Duplicação Divisa DF-GO - Águas Lindas
- ◆ BR-060/DF-GO: Conclusão da duplicação Brasília-DF - Anápolis-GO
- ◆ BR-153/GO: Conclusão da duplicação Aparecida de Goiânia-Itumbiara-GO

Para o setor ferroviário, estão previstos os seguintes investimentos:

- ◆ Construção da Ferrovia Norte-Sul Anápolis (Porto Seco) - Uruaçu - GO - Concessão
- ◆ Construção do trecho da Ferronorte - Alto Araguaí - Rondonópolis - MT (investimento privado com financiamento do BNDES)

Para o setor hidroviário:

- ◆ Dragagem e derrocagem Hidrovia Paraná-Paraguai - MT-MS

Com relação às ligações intermodais:

- ◆ Integração da ferrovia Norte-Sul - FCA - Porto de Santos/SP
- ◆ Integração das BRs 163 - 364 - MT com a ferrovia Ferronorte até o Porto de Santos/SP e com o Ferroanel até o Porto de Itaguaí/RJ

Com relação ao transporte aeroviário, estão previstas as seguintes ações:

- ◆ Complementação da reforma do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Cuiabá para os anos 2007-2010.
- ◆ Em andamento, a construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia.

Além disso, o PAC prevê um investimento de 6.535 milhões de reais para a geração de energia elétrica em toda a Região Centro-Oeste até 2010 com a produção 1.827 MW de potência em 10 usinas hidrelétricas em implantação, 10 usinas hidrelétricas previstas, 3 usinas termelétricas em

O ZEE, como instrumento de planejamento, possui três características fundamentais:

- ♦ integração harmônica e interdependência entre os aspectos ecológicos e econômicos;
- ♦ processualidade operacional em uma sequência interativa de fases contínuas, de modo a superar o modelo de utilização de recursos naturais gerador de desequilíbrios;
- ♦ adequação à realidade considerada, no que tange a preservar as peculiaridades próprias dos sistemas físico-bióticos, sócio-econômicos, culturais e políticos, retratando uma opção de desenvolvimento sustentável.

O ZEE, junto com a regularização fundiária, é o estabelecimento da fronteira da legalidade ambiental, demandada por governos, técnicos, ambientalistas, empresários sérios e universidades. Estabelece o que pode ser feito, como e onde, criando a base da sustentabilidade e uma clareza e foco nas operações de repressão ao crime ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) organizou, com o IBGE, a Embrapa e a CPRM (recursos minerais), o Consórcio ZEE Brasil para apoiar os estados na elaboração dos seus zoneamentos. A conclusão de todos os ZEEs estaduais e do Macro-zoneamento até o final de 2009 é um compromisso do MMA e do governo federal. Três estados concluíram (Acre, Rondônia e Pará), outros 3 enviaram às Assembléias Legislativas, inclusive Mato Grosso; o estado do Amazonas o apresentou à Comissão e envia ao parlamento estadual até o início de março.

O Projeto de Lei do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, enviado à Assembléia Legislativa do Mato Grosso em abril de 2008, divide o território do Estado em 4 categorias de uso, 97 zonas e subzonas, 167 zonas contendo Terras Indígenas e Unidades de Conservação e 15 zonas indicativas para estudos visando à implantação de unidades de conservação. O projeto contempla a definição de Zonas e Subzonas de intervenção, agrupadas nas seguintes categorias:

- ♦ Categoria 1: Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar - compreende as áreas que se encontram em processo de consolidação das atividades produtivas ou já consolidadas, que concentram a porção mais dinâmica da economia estadual, para as quais são recomendadas ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades existentes, tendo em vista a sustentabilidade ambiental e econômica.
- ♦ Categoria 2: Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo - compreende áreas de ocupação antiga ou em processo de consolidação, para as quais são necessárias ações de recuperação ambiental, ou alteração do uso do solo, ou reordenação de estrutura produtiva,

ou adequação do sistema de manejo, ou readequação para conservação e/ou recuperação de recursos hídricos, em face dos problemas de degradação emergente dos componentes ambientais ou da importância estratégica para o desenvolvimento sustentável do Estado.

- ♦ Categoria 3: Áreas que Requerem Manejos Específicos - compreende as áreas que, pelas características ambientais (elevado potencial biótico, especificidade ecológica e paisagística e elevada fragilidade) requerem manejos específicos, para garantir a manutenção de suas características e a exploração racional e adequada de sua base de recursos naturais, tendo em vista compatibilizar a proteção do ambiente natural com a sustentabilidade das atividades econômicas.
- ♦ Categoria 4: Áreas Protegidas - compreende as áreas legalmente instituídas, até a data da publicação desta lei, relativas às Terras Indígenas e Unidades de Conservação, as quais regem-se pelas respectivas normas de criação e demais dispositivos legais pertinentes, e as Unidades de Conservação propostas para implantação, que obedecem à relevância ecológica tratada no âmbito do ZSEE-MT.

Entre as diretrizes gerais de ação para implementação da política de ordenamento territorial de Mato Grosso, figuram a elaboração de uma Política Mineral - "que venha estabelecer parâmetros e critérios sociais, ambientais e econômicos para o desenvolvimento da atividade, além da criação de um cadastro estadual de produtos minerais, visando à identificação de sua origem, para o controle do comércio interno e externo" - o fortalecimento de ações de combate à biopirataria e ao tráfico e comércio ilegal de fauna e flora; e o desenvolvimento de ações conjuntas com os Estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás para gestão do Pantanal e dos rios Paraguai e Araguaia.

O Estado de Goiás ainda não dispõe deste instrumento. Apenas 20 municípios, que não fazem parte da área direta ou indiretamente afetada pelo empreendimento, são contemplados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

3.6.5.3 - Demografia e Estrutura Produtiva - AID/AII

a. Histórico de Ocupação Humana Não Indígena na Região e da formação dos Municípios

▪ Histórico de Ocupação da Área de Influência Indireta - Mato Grosso Cuiabá

A fundação da cidade é uma consequência do arrojo dos bandeirantes paulistas que, empenhados, a princípio, na captura de índios para os trabalhos da lavoura, e atraídos, depois, pelas minas de ouro e diamantes, vieram a desbravar os sertões brasileiros.

Em 8 de abril de 1719, foi fundado o arraial, sendo Pascoal Moreira Cabral nomeado guarda-mor regente. A mudança de Cuiabá para o sítio atual se deve ao sorocabano Miguel Sutil de Oliveira, João Francisco Barbado e seus companheiros, que chegaram até a embocadura do córrego "Prainha" onde, guiados pelos aborígenes, encontraram maior abundância do precioso metal. Estabeleceram-se nas fraldas da elevação de Nossa Senhora do Rosário, na "Lavra do Sutil", hoje Cuiabá, atraindo os moradores da antiga povoação.

O afluxo de gente a esse novo Eldorado foi extraordinário e, apesar das dificuldades de comunicação, espantoso foi o seu desenvolvimento. Tanto que, em 1º de janeiro de 1726, o Capitão-General de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, mandou erigir em vila o povoado, sob a invocação de Nosso Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Difícil se tornava à Capitania de São Paulo a administração dos distritos de Cuiabá e Mato Grosso, que foram por fim desanexados, por Alvará de 9 de maio de 1748, por força do qual se criava a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Foi seu primeiro governador D. Antônio Rolim de Moura Tavares, que ali aportou em 1751, com a recomendação de transferir para Mato Grosso a sede do governo. Mais tarde, em 19 de março de 1752, foi erigida em capital a recém-fundada Vila Bela da Santíssima Trindade.

Dada a sua posição geográfica central, Cuiabá conservou sua hegemonia, apesar de destituída dos foros de capital. Elevada à categoria de cidade, em 17 de setembro de 1818, passou a Capital em 1825, porém, só em 19 de agosto de 1835 foi confirmada a predominância política que historicamente lhe cabia. O problema de comunicação com o governo central só foi solucionado em 1857, com a chegada do primeiro navio a vapor, sob o comando de Antônio Cláudio Soído. Em

1870, com o fim da Guerra do Paraguai, a volta da livre navegação pelas bacias do Prata, Paraguai e Cuiabá deu novo impulso ao desenvolvimento econômico da atual capital matogrossense, como principal pólo da porção norte do Estado e do interior brasileiro, centralizando a distribuição da produção da agroindústria e do extrativismo vegetal, especialmente da poaia e da seringa, como também a comercialização de produtos industrializados provenientes da Europa. Ao mesmo tempo, no final do século XIX, as usinas de cana-de-açúcar da faixa justafluvial do rio Cuiabá marcaram a economia e a política do Estado do Mato Grosso. Do quadro dos proprietários usineiros saíram vários governantes do Estado.

Porém, segundo o Perfil Socioeconômico de Cuiabá (2007: 24), a concorrência de produto similar originário de outras regiões, dificuldades de transporte, insuficiência técnica e de maquinaria, além da política dos revolucionários de 30 contra o poder das oligarquias regionais, afetaram profundamente a produção agroindustrial local, levando ao declínio as usinas açucareiras. A produção extrativista mato-gros-sense, por sua vez, vinculada que era ao comércio internacional, perdeu seu mercado no Exterior para outros fornecedores. Assim, Cuiabá veio a conhecer mais um período de marasmo econômico, o que penalizou a cidade durante alguns anos.

A situação modificou-se com a instauração do Estado Novo, quando o governo federal lançou a política de integração nacional, por meio do programa da Marcha para o Oeste. Buscava-se interiorizar as relações capitalistas e expandir o capital internamente acumulado, objetivo a que se chegou em curto prazo, no Estado e em especial em Cuiabá, manifestamente pela ocupação de “espaços vazios”, pelo processo de urbanização da cidade e pela valorização do solo urbano. Nas primícias de sua modernidade, Cuiabá ganhou a primeira avenida e nela prédios destina-dos à administração pública, às agências bancárias, à hotelaria e ao lazer.

O processo de urbanização, iniciado no final dos anos 30 do século passado, intensificou-se na década de 60, quando Cuiabá passou à condição de pólo de apoio à ocupação da Amazônia meridional brasileira, sendo chamada de “Portal da Amazônia”. A população aumentou consideravelmente, ocorrendo a conurbação com o município vizinho de Várzea Grande.

Pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, foi criada nova unidade federativa no Brasil, o Estado de Mato Grosso do Sul, como parte desmembrada do Estado de Mato Grosso.

► Santo Antônio do Leverger

Santo Antonio do Rio Abaixo, primeira denominação deste município, teve a sua história marcada pela vinda dos bandeirantes paulistas, pela produção açucareira, e mais tarde, pelo turismo e pela pesca.

Santo Antonio de Leverger é uma cidade centenária. A origem do seu nome deve-se a imagem do santo que fora deixada por uma das expedições paulista que percorriam as minas de Cuiabá, na primeira metade do século XVIII, ainda sob domínio português. A denominação da cidade passou por várias alterações até que por força da tradição do povo, que sempre venerou o santo milagreiro, alterou definitivamente para Santo Antonio de Leverger. A data de 13 de junho foi fixada por Lei municipal, como sendo o dia do aniversário da cidade em homenagem ao Santo padroeiro e, também, ao almirante Augusto Leverger, que foi presidente da Província de Mato Grosso, e herói da Guerra do Paraguai. O território do município de Santo Antonio de Leverger foi desmembrado diretamente do município de Cuiabá, sob a denominação de Santo Antonio do Rio abaixo.

O território do município é habitado, desde tempos imemoriais pelo povo indígena Bororo. Ainda hoje, o município apresenta uma parte desse povo na Área Indígena Tereza Cristina. No tempo da história escrita, provavelmente datando dos anos de 1670 ou 1673, vêm as primeiras notícias de paulistas e bandeirantes de passagem pelo Rio Cuiabá. Manoel de Campos Bicudo teria subido o Rio até se confrontar com o morro da Canastra, hoje denominado São Jerônimo, na Chapada.

No final do século XIX, o município possuía as maiores usinas de produção de açúcar, aguardente e álcool do Estado de Mato Grosso, sendo elas, Maravilha, Conceição, Ari cá, Tamandaré São Miguel, São Sebastião e Itaicy. Dentre elas, esta última se destacou, de propriedade do Cel. Antonio Paes de Barros, mais conhecido como Totó Paes, surpreendeu com uma estrutura bastante moderna para época; pois possuía tecnologia avançada, escola, banda de música, capela, luz elétrica, mercado (armazém) e até mesmo moeda própria. Hoje, a usina se encontra desativada, bastante estragada devido à ação do tempo, e ainda conserva boa parte de sua história através dos maquinários, das casas, dos mobiliários, e também, através das pessoas que vivenciaram esse momento histórico.

Depois de muito tempo trocando de nome, a denominação destinada a permanecer é uma homenagem ao santo padroeiro e ao Almirante Augusto Leverger. Foi este cidadão, francês de nascimento, mas mato-grossense de coração, por inúmeras vezes Presidente da Província de

Mato Grosso. Herói da Guerra do Paraguai recebeu o título nobiliárquico de Barão de Melgaço, por haver proposto impedir a invasão paraguaia em Cuiabá, usando as colinas de Melgaço para alcançar seu objetivo, juntamente com bravos voluntários da Pátria.

A denominação dos habitantes é levergenses. As principais atividades econômicas são turismo, pesca, pecuária e agricultura. O município faz limite com Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis, Itiquira, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande. Tem como distritos: Sede, Mimoso, Engenho Velho, Caeté, Varginha e São Vicente da Serra.

► Campo Verde

A região do município de Campo Verde foi habitada por povos indígenas boróro, que eram conhecidos na região por coroados. O território foi amplamente movimentado por conta de expedições, a partir do século escravização e ouro.

Onde está situada a sede municipal de Campo Verde, a história de povoação é relativamente recente. O primeiro núcleo de povoamento no território campo-verdense foi em Capim Branco, posteriormente denominado Coronel Ponce, em homenagem ao cel. Generoso Paes Leme de Souza Ponce, político que governou o Estado no início do século XX. A denominação Capim Branco foi a primeira, sendo que, até os dias de hoje, os mais antigos moradores se referem ao lugar por este nome. Não existem dados históricos precisos, em relação à data de fundação de Capim Branco. Há, segundo seus moradores, a certeza de que em meados do século XIX, já havia movimentação de formação de fazendas e de um pequeno povoado. Existem vestígios até os dias de hoje, destas ações de povoamento.

Em 1889 o povoado de Capim Branco foi escolhido para abrigar uma estação telegráfica, da linha entre Cuiabá e Goiás. Nesta época comandava a operação o Coronel Gomes Carneiro, coadjuvado pelo major Cândido Rondon. A estação foi inaugurada em 1892 e, algum tempo depois, foi construído uma sede para o telégrafo.

Em 1926, passou pela região do Rio das Mortes a Coluna Prestes. Os soldados, conhecidos como "revoltosos", vinham da zona meridional, tentando alcançar território boliviano. Já haviam estado nas fazendas Rio Brillhante e Jatobá, ambas em território do município de Jaciara atualmente. Não ocorreram maiores incidentes. Por muito tempo, a região viveu apenas da pecuária e da agricultura de subsistência.

A década de sessenta representou o início da colonização do atual município de Campo Verde. Em meados de 1966, a família Côcco fixou-se às margens da atual BR-70, iniciando nova fase no processo migratório, desta feita, a colonização sulista. A viagem de reconhecimento ao lugar foi feita por Pedro Côcco. Em seu rastro, vieram outras famílias, provenientes dos três Estados da região Sul do Brasil. Primeiro, foi o cultivo de arroz que impulsionou a economia local, seguido da soja.

A Lei nº 4.898 criou o distrito, com território jurisdicionado ao município de Dom Aquino. A 24 de março de 1988, foi realizado um plebiscito para consultar a comunidade sobre a viabilidade ou não da emancipação municipal. Não demorou muito e ocorreu outro plebiscito, desta feita para definir o nome da cidade, se Campo Verde ou Campo Real. Prevaleceu o primeiro, em referência aos verdes campos do lugar. A Lei nº 5.314, de 04 de julho de 1988, de autoria dos deputados, Moisés Feltrin e Hermes de Abreu, criou o município de Campo Verde, com território desmembrado dos municípios de Cuiabá e Dom Aquino.

► Jaciara

O desbravamento das terras do atual Município de Jaciara data de 1945, e justamente por isso a sua existência histórica é bastante recente, cabendo o privilégio do seu povoamento à família Costa Ferreira. Devemos salientar, entretanto, que a fixação do povoado deu-se em 1948, quando foi feito o levantamento e loteamento da área do povoado de São Nicolau, hoje sede do Município de Jaciara. Toda a região compreendia aproximadamente 70 há. e era uma reserva Federal, sendo liberada para a colonização apenas nesta data. A partir de então, inúmeras vias de comunicações foram contruídas, possibilitando o seu maior desenvolvimento populacional e econômico. Jaciara foi elevada a distrito pela Lei nº 695, de 12/12/1953. Pela Lei nº 1188, de 20/12/1958, criou-se o Município de Jaciara, com três Distritos: Jaciara - sede, Fátima e São Pedro da Cipa.

Pela Lei Estadual nº 4148, de 10/12/1979, desmembram-se do Município de Jaciara os Distritos de Juscimeira, Santa Elvira, Irenópolis e São Lourenço de Fátima (ex-Fátima), para formar o novo Município de Juscimeira. A Lei Estadual nº 5.906, de 20/12/1991, desmembra do Município de Jaciara o Distrito de São Pedro da Cipa, elevado à categoria de município.

► São Pedro da Cipa

O território do município de São Pedro da Cipa foi habitado pelo povo indígena bororó. Posteriormente, foi amplamente movimentado por conta de investidas garimpeiras. A região tem tradição garimpeira, pois o Rio Pombas é reduto de garimpagem há muito tempo.

No entanto, o lugar só teve povoamento consolidado, a partir da década de quarenta. Neste período, o governo do Estado incentivava a colonização. As terras eram adquiridas a custo baixíssimo, desde que fossem implantados programas colonizadores. A região acompanhou o desenvolvimento do município de Jaciara.

Nicola Rádica, italiano de nascimento e paulista por vocação, foi o grande pioneiro de São Pedro da Cipa. Rádica chegou ao Vale do Rio São Lourenço em 1949. Veio atraído pela intensa propaganda que se fazia das terras férteis e virgens do lugar.

Nicola Rádico doou 20 hectares de terra para loteamento, formando-se, então, um pequeno povoado, às margens da rodovia que liga Rondonópolis a Cuiabá, nas proximidades de Jaciara.

A Lei nº 1.120, de 17 de outubro de 1958, criou o distrito de Pombas, em região eminentemente garimpeira. A 20 de dezembro de 1991, por meio da Lei Estadual nº 5.906, de autoria do deputado estadual Hermes de Abreu, foi criado o município.

► Juscimeira

A ocupação por parte do homem branco ocorreu tardiamente no território do município de Juscimeira, já em meados do século XX.

Em 1953, João Matheus Barbosa, mineiro, sobrevoou a região onde se encontra atualmente a cidade de Juscimeira. João Matheus se agradou da terra e adquiriu 50 alqueires (paulistas). Em junho de 1954, João Matheus Barbosa chegou às margens da barra do Rio Areia, onde se instalou com a esposa Salvina Luís dos Santos e filhos.

Antes de se estabelecer em terras mato-grossenses, João Matheus Barbosa morara na cidade paulista de Caiabu. Logo começaram a derrubada da mata para plantação das primeiras lavouras de subsistência, juntamente com filhos e genros. Democrático, o pioneiro João Matheus deu pequeno lote de terras a cada um dos filhos e genros, que iniciaram a plantação de arroz, feijão, mandioca, banana e hortaliças. Mineiro da cidade de Diamantina, terra de Juscelino Kubstichek

de Oliveira, político de projeto na época, João Matheus Barbosa deu o nome de Juscelândia ao incipiente povoado, em homenagem a seu patrício. Na verdade, o lugar recebera a denominação de Garimpos, tornando-se distrito. A boa produção agrícola, em função do solo ubertoso, atraiu outras famílias. Assim, a povoação crescia e a população aumentava.

A Lei nº 2.135, de 21 de janeiro de 1964, do município de Poxoréo, alterou a denominação do distrito de Garimpos para Juscelândia.

Em 1968, o vereador Jurandir Pereira da Silva encaminhou à Câmara Municipal de Jaciara, a quem o povoado estava jurisdicionado na época, a proposta do novo nome do lugar. Saiu a Lei nº 2.919, de 06 de janeiro de 1969, que ia operar a alteração de denominação do distrito de Juscelândia para Juscimeira, mas o Ato Complementar Federal nº 46, de 07 de fevereiro de 1969, impediu a execução da lei. Mas o povo insistiu e a Lei nº 3.761, de 29 de junho de 1976, alterou a denominação do distrito para Juscimeira. Juscimeira, demonstrando alta capacidade de produção, convenceu os poderes estaduais da necessidade da emancipação, o que se deu pela Lei nº 4.148, de 10 de dezembro de 1979.

► Rondonópolis

As terras onde se localiza o Município eram habitadas pelos índios Bororós, do grupo dos coroados, que se espalhavam pelos vales dos rios São Lourenço, Itiquira, Garças e Araguaia. Devassadas e escassamente povoadas no final do século XIX, só puderam ser colonizadas depois da pacificação dos índios de São Lourenço.

O primeiro povoado surgiu em Ponte de Pedra, em 1875, com o estabelecimento de um destacamento militar. Em 1890, chegou à pequena povoação o 1º Tenente Cândido Mariano da Silva Rondon, que ali estabeleceu ponto de apoio da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Gomes Carneiro. Para determinar o traçado da linha telegráfica na direção do Araguaia, foi instalado, em 1922, um posto às margens do rio Poguba ou Vermelho.

Somente a partir de 1930 tornou-se efetiva a ocupação das terras, ativada em 1939 e intensificada na década de 40, com a chegada de nova leva de povoadores, na maioria baianos, paulistas e mineiros, tendo em vista a ligação rodoviária Cuiabá-Campo Grande.

Rondonópolis, como Distrito de Paz de Cuiabá, surgiu por força da Resolução nº 814, de 8 de outubro de 1920, com sede na povoação de Rio Vermelho. Nas Divisões Administrativas

referentes aos anos de 1933, 1936 e 1937 e bem assim, no quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual nº 145, de 29 de março de 1938, Rondonópolis figura, ainda, como distrito de Cuiabá.

De acordo com o Decreto-Lei Estadual nº 208, de 26 de outubro de 1938, passou a integrar o novo Município de Poxoréo, assim permanecendo até o evento da Lei Estadual nº 666, de 10 de dezembro de 1953, quando foi elevado à categoria de Município, composto de dois distritos: Rondonópolis (Sede) e Ponte de Pedra.

Atualmente, compõem-no os de Rondonópolis (Sede), Anhumas, Boa Vista, Nova Galiléia, São José do Povo e Vila Operária.

► Poxoréo

O conhecimento das terras que hoje compreendem o Município de Poxoréo data das penetrações da região Leste de Mato Grosso, por sertanistas à cata de jazidas diamantíferas.

Em 1919, tinha início o povoamento das terras que hoje integram o Município de Poxoréo, com a chegada de João Ribeiro Vilela, Josias Batista Vilela, José Dias, Jerônimo Marça e outros que, naquele ano, resolveram instalar, ao Norte e ao Nordeste da atual Cidade de Poxoréo, fazendas agropastoris.

Posteriormente, em junho de 1924, o mineiro João Arenas Teixeira, profundo conhecedor daquela zona, conduziu uma "entrada" naqueles sertões, que tinha como objetivo principal a procura de jazidas diamantíferas. A 24 de junho de 1924, o João Arenas, Pedro José (Baiano), José Pacifico (Goiano) e Antônio Diamantino (Matogrossense), foram à fazenda Firmeza, do Sr. Antônio Barcellos, a fim de combinarem uma excursão ao Ribeirão das Pombas. No dia 27, chegaram ao Pombas. No dia seguinte, foram uma légua abaixo e encontraram um córrego, onde Louzada tirou a primeira pedra de diamante. No dia 29, deram o nome de São Pedro ao mesmo Córrego, por ser a data desse Santo. A 30 de junho, encontraram outro Córrego, que recebeu o nome de Córrego do Sete, dado por José Arenas, pelo fato de terem tirado daí sete (diamantes pequenos) e por serem sete companheiros. Instalou-se aquela gente nas proximidades do local em que hoje se ergue a Cidade de Poxoréo, e logo trataram de realizar novas explorações que revelaram, então, abundância de preciosas gemas diamantíferas, encontradas nos monchões que compreendem os garimpos de "São Paulo", "Pombas" e "Sete". Logo afluíram para a região grandes levadas de garimpeiros, ao ponto de um jornal da capital relatar a existência do povoado de São Pedro, como ficou conhecida a aglomeração, de cerca de três mil pessoas.

Pelo Decreto Estadual nº 131, de 16-02-1932, criou-se o distrito subordinado a Cuiabá. Pelo Decreto Lei nº 145, de 29-03-1938, Poxoréo figura como Distrito Judiciário do Município de Cuiabá. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Poxoréo, pelo Decreto-Lei Estadual nº 208, de 26-10-1938, desmembrado de Cuiabá, com sede na Localidade de Poxoréo.

Ao ser criado, o território do município de Poxoréo, possuía 25.509 km². Com o desenvolvimento da região e o surgimento de outros aglomerados humanos, foram surgindo vilas que se transformaram em municípios; Poxoréo foi perdendo parte de seu território em favor dos novos municípios criados. Somente em 1953, três municípios foram criados, com pelo menos parte do seu território, pertencente ao município de Poxoréo.

1º Itiquira foi criado pela Lei Estadual nº 654 de 1º de dezembro de 1953, desmembrado dos municípios de Alto Araguaia, Coxim e Poxoréo.

2º Alto Garças foi criado pela Lei nº 660 de 10 de dezembro de 1953, desmembrado dos municípios de Alto Araguaia, Guiratinga e Poxoréo.

3º Rondonópolis foi criado pela Lei nº 666 de 10 de dezembro de 1953, desmembrado do município de Poxoréo.

4º Jaciara foi criado pela Lei nº 1188 de 20 de dezembro de 1958, desmembrado dos municípios de Cuiabá e Poxoréo.

5º Dom Aquino foi criado pela Lei nº 1196 de 22 de dezembro de 1958, desmembrado do município de Poxoréo.

6º Primavera do Leste foi criado pela Lei nº 5014 de 13 de maio de 1986, desmembrado dos municípios de Poxoréo, Cuiabá e Barra do Garças.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 4 Distritos: Poxoréo, Alto Coité, Jurudore e Paraíso do Leste. Assim permanece em divisão territorial datada de 15-VII-1999.

Da década de 20 até a década de 70 pode-se afirmar que 90% da população, direta ou indiretamente, estava envolvida com a garimpagem. Na década seguinte, o garimpo mecanizado com a utilização de dragas e lavadores alterou drasticamente o manejo do solo, por se tratar de

ferramentas de alto poder de destruição. Por outro lado, elitizou a atividade, pois aquela nova metodologia de garimpagem exigia grandes investimentos, além de “devorar” as frentes de trabalhos de outros garimpeiros na modalidade primitiva. Os novos implementos dos garimpos eram poderosos e, em poucos anos, os abundantes leitos de cascalhos foram consumidos, dando lugar a um solo remexido com poucas chances de se renovar, naturalmente.

A população tem buscado guarida em outras atividades, como o plantio de maracujá no final da década de 80. Outra parte, na pecuária, agricultura, principalmente nas lavouras mecanizadas de Primavera do Leste e Campo Verde.

Restaram os serviços públicos municipais e estaduais, cujo resultado movimentou o comércio local, constituindo-se, atualmente, numa das mais efetivas fontes de renda.

► Guiratinga

Data o povoamento da zona que compreende o Município de Guiratinga de 1890, quando Antônio Cândido de Carvalho desbravou a região, formando diversos estabelecimentos, nas terras que hoje abrangem os Municípios de Alto Garças, Alto Araguaia, Itiquira, Rondonópolis e Guiratinga.

Outro veículo de colonização foi a Missão Salesiana do Brasil que, partindo de Cuiabá, infiltrou-se na região do Meruri, ali plantando, em 1894, uma das suas dependências, com o fim especial de pacificar a tribo dos "Bororos". Esse centro de colonização se expandiu com rapidez, graças à persistência com que os componentes da Missão se entregaram ao trabalho. A dependência então ali implantada recebeu a denominação de "Colônia Indígena do Sagrado Coração de Jesus".

O povoamento definitivo do solo de Guiratinga, deve-se, entretanto, a parentes do desbravador Antônio Cândido de Carvalho: João José de Moraes Cajango, Luiz Antônio de Moraes e João Balbino de Moraes, que se instalaram definitivamente na região que hoje compreende o Município de Guiratinga com o fito de explorar a agricultura e a pecuária. Procedentes do Estado de Goiás e da região do Triângulo Mineiro faziam-se acompanhar de regular rebanho bovino e, naquela região, encontraram excelentes pastagens, o que determinou sua fixação. Cultivando a amizade dos "Bororos", Cajango soube da existência de ricas jazidas diamantíferas. Auxiliado pelos índios, o goiano instalou a primeira exploração de diamantes, abaixo da confluência do córrego Gassununga com o Rio das Garças. A mina então descoberta recebeu a denominação de "Garimpo Velho", o que determinou a afluência de novos forasteiros, surgindo, assim, a maior fonte de extração de diamantes, da época, localizada no Rio das Garças.

A primeira edificação, às margens do Córrego Lageadinho, onde hoje está a cidade de Guiratinga, deu-se em 1920 - um rancho construído pelo Sr. Augusto Alves. Com a chegada de novos contingentes humanos, destacando-se, entre eles, os baianos e mineiros, o seu desenvolvimento foi rápido. Pela Resolução nº 837, de 25-10-1921, criou-se o município com a denominação de Santa Rita do Araguaia. Em 1938, foi criado o município de Lageado. Em 31 de dezembro de 1943, por Lei Federal, o nome Lageado foi substituído por Guiratinga.

► Torixoréu

O lugar onde se localiza atualmente a cidade de Torixoréu foi, até 1931, um ponto de passagem para a cidade de Baliza-GO, onde os fazendeiros de Mato Grosso, povoados da região de Ribeirãozinho, Quebradentes e Atoladeiro, se abasteciam.

A partir de 1931, se instalaram as primeiras fazendas de gado. José Gabriel de Moraes construiu a primeira casa, que deu origem ao povoado de Balizinha. O povoado florescia e teve sua denominação alterada para Baliza de Mato Grosso, figurando na categoria de Distrito. O patrimônio foi criado pelo Estado do Mato Grosso em 1933.

Em 1937, era instalada a primeira escola da vila, mantida pelo professor Pedro Albués. O Distrito de Paz foi criado em 1934, quando então foi rezada a primeira missa pelo Padre João Douroure. Em 1937, foi concluída a construção da primeira igreja da vila, construída pelos próprios habitantes da região. Nos idos de 1943, por Decreto Lei, foi alterado o nome de Baliza de Mato Grosso para Torixoréu, que, para os índios Boróros, significa "Pedra Preta".

Os primeiros habitantes da região foram, principalmente, mineiros, goianos e baianos, que vieram em busca de riqueza, especialmente o diamante, encontrado em grande quantidade na época.

A lei de 10 de dezembro de 1953 eleva o Distrito de Torixoréu à categoria de município, composto somente pelo Distrito sede.

► Ribeirãozinho

O território do município de Ribeirãozinho foi amplamente movimentado no século XIX. Um dos mais notáveis sertanistas que andou pela região foi Antônio Cândido de Carvalho, que procedia levantamento de jazidas auríferas e diamantíferas. Dentro de pouco tempo, aquele que era um

dos últimos centros de atenção de aventureiros, virou um amontoado de gente, vinda de todos os lados. Procuravam riqueza farta e fácil e que só a sorte garimpeira pode oferecer. Mas o garimpeiro não se fixa à terra.

Foi assim que, a partir de 1918, foi se desenhando o quadro histórico de Ribeirãozinho, com famílias vindas dos Estados de Minas Gerais e Goiás. A descoberta de ouro e diamante nos garimpos da região permitiu a fixação dessa população, que posteriormente instalou pequenas propriedades rurais e comerciais.

Na Divisão Territorial de Mato Grosso, datada de 31 de dezembro de 1937, Ribeirãozinho aparecia como distrito do município de Santa Rita do Araguaia, juntamente com Lageado, Alcantilado, Bonito, Cassununga, Itiquira e Tesouro. Na Divisão Territorial, Administrativa e judiciária do Estado de Mato Grosso, para o quinquênio 1944-1948, fixada pelo Decreto nº 545, de 31 de dezembro de 1943, apareceu como distrito de Alto Araguaia o vilarejo de Ponte Branca, não constando Ribeirãozinho. A condição de distrito deu-se com a Lei Estadual nº 1.170, de 21 de novembro de 1958, com território jurisdicionado ao município de Ponte Branca, recém-criado. A partir da década de setenta, com a implantação da nova fronteira agrícola brasileira - Mato Grosso - é que Ribeirãozinho despertou para a consolidação de sua comunidade. Registrou-se então forte fluxo migratório à região. Eram novas famílias que se juntavam às pioneiras do lugar. O município foi criado pela Lei Estadual nº 5.910, de 20 de dezembro de 1991, de autoria dos deputados José Arimatéia e Pedro Lima.

- Histórico de Ocupação da Área de Influência Indireta - Goiás

- ▶ Baliza

O povoamento desta região teve origem com a descoberta de jazidas de diamantes, em 1924, às margens do Ribeirão João Velho, pelos garimpeiros Cosme e Borges.

Iniciada a exploração e constatada a riqueza da jazida, a notícia atraiu grande número de famílias que se estabeleceram, nas proximidades do garimpo, iniciando-se o povoado que recebeu o nome de Baliza, nome decorrente da existência de uma pedra, de 5 m de altura, no meio do Rio Araguaia, que banha a região.

Em 13 de dezembro de 1930, com a evolução do garimpo e o conseqüente crescimento da população, o povoado foi elevado à categoria de distrito, pelo Decreto nº 4, integrando o município de Rio Bonito, atual Caiapônia.

Pela lei estadual nº 91, de 27 de outubro de 1936, o distrito tornou-se município, sendo suas divisas fixadas, em 11 de julho de 1942, pelo Decreto Estadual nº 5.911.

Com a emigração dos garimpeiros, pessoal na maioria nômade, para novas minas em Mato Grosso, e a evasão de outros, atraídos pelas obras da Fundação Brasil Central em Aragarças, onde havia grande demanda de operários, Baliza esvaziou-se, declinando-se paulatinamente, restando apenas monchões abandonados: Loca da Ponta da Serra, João Velho, Pacu, Praia Rica, Deixado, Lua, Carreira Comprida, Pedra do Zé Dias, Pedra da Baliza, Poço dos Alemães e outros, de onde se extraíram mais de 2000 quilates de pedras preciosas.

Suas ruas ainda conservam o traçado irregular, formando meandros ao longo da margem do rio, e suas casas guardam o estilo antigo, algumas abandonadas e em ruínas, permanecendo vivos, entretanto, os hábitos típicos da vida garimpeira.

► Caiapônia

A região era primitivamente habitada pelos índios Caiapós, nos fins do século XVIII, quando foi devassada por grandes levas de mineiros, equipados com escravos e rebanhos bovinos e equinos.

Nessa época, deu-se a fundação de vários povoados, entre eles o de Torres do Rio Bonito, por membros das famílias Vilela, Goulart, Cardoso, Faria e Leite.

Com a inauguração da primeira igreja, em louvor ao Divino Espírito Santo, em 1845, surgiram as primeiras edificações. Em 1850, o povoado já apresentava expressivo desenvolvimento.

Diante dessa evolução, o povoado passou à categoria de distrito, em 5 de novembro de 1855, pela Resolução Provincial nº 1, ficando pertencendo a Rio Verde.

A emancipação de Torres do Rio Bonito ocorreu em 29 de julho de 1873, pela Resolução Provincial nº 508, dando-se a instalação oficial do município em 7 de janeiro de 1874.

Na divisão administrativa de 1911, o município aparece com o nome de "Rio Bonito", topônimo alterado definitivamente pelo Decreto-Lei nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, para Caiaponia, lembrando os primitivos habitantes da região dos Caiapos.

► Montividiu

A família Peres já habitava na região do chapadão há muitos anos, quando um novo membro da família chegou ao local. Carlos Barromeu Peres, logo que chegou, adquiriu uma fazenda para se instalar na região. A Fazenda da Tapera era um reduto de oração não só dos Peres, como dos fazendeiros do local. A devoção à Nossa Senhora da Abadia crescia cada vez que os moradores se reuniam para rezar e pedir que a santa os protegesse dos ataques indígenas constantes na região. Desde então, Nossa Senhora da Abadia se tornou a padroeira do local. Diante de tanta devoção, os índios diminuíram os ataques e os moradores atribuíram o milagre à santa.

Para retribuir a graça, os habitantes da região decidiram que todos os anos, no dia 15 de agosto, uma homenagem à padroeira seria feita. Como um dos mais devotos, Carlos Barromeu Peres e sua esposa, Prudenciana Gomes da Silva, doaram um terreno, em 1918, para que a capela do Patrimônio de Nossa Senhora da Guia fosse erguida. Desde então, instalou-se em volta da capela o povoado de Montividiu. Apesar de muito tempo de existência, o arraial passou a ser reconhecido somente depois da doação. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Montividiu, pela lei estadual nº 10393, de 30-12-1987, desmembrado de Rio Verde, com sede no antigo distrito de Montividiu. Instalado em 01-01-1989.

► Rio Verde

Rio Verde surgiu com a isenção de pagamento de impostos por 10 anos pela Lei nº 11 para criadores de gado bovino e equino na região sul de Goiás. Por volta do ano de 1840, chegaram, aos sertões de Rio Verde, José Rodrigues de Mendonça e sua família. Estabeleceram-se a seis léguas de Rio Verde, na Fazenda São Tomaz.

Em 25 de agosto de 1846, José Rodrigues e sua mulher doaram sete sesmarias de suas terras para o patrimônio da igreja e construção de uma capela em louvor a Nossa Senhora das Dores. A partir daí, surgiu o Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde. De acordo com a Lei nº 08 de seis de novembro de 1854, o povoado Dores de Rio Verde foi elevado à categoria de Vila.

Em primeiro de novembro de 1865, uma coluna de 3 mil soldados, a caminho da Guerra do Paraguai, chegaram ao povoado. O grupo não ficou imune ao espírito sarcástico de pessoas do lugar e foram apelidados de abóboras, em referência à grande quantidade de plantação de abóboras na época. Como a vila não tinha outra alimentação para o exército que acabara de chegar, os soldados só comiam abóboras, escreveu o Visconde de Taunay. Já em cinco de agosto de 1848, através da Lei Provincial, a Vila foi elevada à categoria de Distrito de Rio Verde.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Rio Verde, pela lei provincial nº 670, de 31/07/1882.

No século passado, Rio Verde despontou entre as demais cidades tanto na economia como na infraestrutura, sendo a primeira cidade do Estado a possuir rede de água encanada. Em 1915, foi instalada no Município uma usina de geração de energia. Cinco anos depois, foi ligada a primeira linha de telefone e, na segunda metade da década de 30, foi construída uma rodovia que ligava Rio Verde à nova capital, Goiânia.

O grande marco de arrancada para o desenvolvimento aconteceu em 1970. Com a abertura dos cerrados, a agricultura começou a florescer e atraiu agricultores de São Paulo e da região Sul. Eles trouxeram maquinários, tecnologias, recursos e experiências que transformaram o município no maior produtor de grãos de Goiás e um dos destaques do país.

Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 4 distritos: Rio Verde, Lagoa Bauzinho, Ouroana e Riverlândia.

b. Caracterização da População

▪ População Total

No ano de 2007, de acordo com a Contagem de População do IBGE, havia 1.000.903 pessoas residindo no conjunto de municípios da Área de Influência Indireta do empreendimento. A maior parte desta população estava concentrada na capital do Mato Grosso, Cuiabá (52,6% dos habitantes da AII), e nos municípios de Rondonópolis (17,3%) e Rio Verde (14,9%). Os demais municípios em estudo apresentam baixo porte populacional, variando suas populações, em 2007, de 2.107 habitantes em Ribeirãozinho a 25.924, em Campo Verde.

Quadro 3.6.5.3-1 - População Residente - 2007

Municípios e AII	População Residente	% Sobre o Total da AII
Cuiabá - MT	526.830	52,6
Santo Antônio do Leverger - MT	19.197	1,9
Campo Verde - MT	25.924	2,6
Jaciara - MT	24.945	2,5
São Pedro da Cipa - MT	4.028	0,4
Juscimeira - MT	11.830	1,2
Rondonópolis - MT	172.783	17,3
Poxoréu - MT	17.592	1,8
Guiratinga - MT	13.883	1,4
Torixoréu - MT	4.101	0,4
Ribeirãozinho - MT	2.107	0,2
Baliza - GO	3.299	0,3
Caiapônia - GO	15.747	1,6
Montividiu - GO	9.255	0,9
Rio Verde - GO	149.382	14,9
All	1.000.903	100,0

Fonte: IBGE - Contagem de População

▪ População por Sexo

As informações disponíveis sobre a população classificada por sexo são do ano de 2000, quando foi realizado o último Censo Demográfico no Brasil. Na área em estudo como um todo, há uma leve predominância da população feminina - 50,3%. A distribuição da população por sexo, na AII, aponta um maior percentual de mulheres vivendo nas cidades maiores, enquanto a predominância masculina é bastante mais significativa nos pequenos municípios. Na capital do Mato Grosso, Cuiabá, onde reside a maior parte da população da AII, predominam os habitantes do sexo feminino. Nos demais municípios em estudo, a população masculina é predominante. Nos municípios maiores, como Rio Verde, em Goiás, e Rondonópolis, no Mato Grosso, a predominância masculina é bem menos acentuada.

Quadro 3.6.5.3-2 - População por Sexo - 2000

Municípios e AII	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Cuiabá	483346	235568	247778	48,7	51,3
Santo Antônio do Leverger - MT	15435	8346	7089	54,1	45,9
Campo Verde - MT	17221	8991	8230	52,2	47,8
Jaciara - MT	23796	12395	11401	52,1	47,9
São Pedro da Cipa - MT	3495	1834	1661	52,5	47,5
Juscimeira - MT	12063	6342	5721	52,6	47,4

Municípios e All	Total	Homens	Mulheres	% Homens	% Mulheres
Rondonópolis - MT	150227	75287	74940	50,1	49,9
Poxoréo - MT	20030	10770	9260	53,8	46,2
Guiratinga - MT	12645	6420	6225	50,8	49,2
Torixoréu - MT	4832	2551	2281	52,8	47,2
Ribeirãozinho - MT	1980	1011	969	51,1	48,9
Baliza - GO	2270	1228	1042	54,1	45,9
Caiapônia - GO	14673	7432	7241	50,7	49,3
Montividiu - GO	7736	4052	3684	52,4	47,6
Rio Verde - GO	116552	58500	58052	50,2	49,8
All	886301	440727	445574	49,7	50,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

▪ População por Idade, Razão de Dependência e Longevidade

A Síntese dos Indicadores Sociais 2005, elaborada pelo IBGE, aponta as tendências demográficas observadas no Brasil e nas suas grandes regiões. A análise da composição etária da população brasileira permite observar um estreitamento na base da pirâmide etária, associada à diminuição das taxas de fecundidade e natalidade. No entanto, “a distância que separa a fecundidade das mulheres menos instruídas das Regiões Norte e Nordeste da fecundidade das que possuem alta escolaridade do Sudeste e Sul é de mais de 3 filhos. Mesmo dentro de uma mesma região, as mulheres com até 3 anos de estudo chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres com 8 anos ou mais de estudo” (IBGE 2006: p. 28). Outras tendências, verificadas a nível nacional, são o incremento da população idosa acima de 70 anos de idade, ocasionando um alargamento do topo da pirâmide etária.

Para a análise da estrutura etária da população, no presente estudo, foram estabelecidas três faixas etárias: de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos e de 65 anos ou mais. Esta divisão permite perceber a proporção das populações infantil e idosa em meio à população total, lançando bases para a análise da razão de dependência, uma vez que a faixa etária mais longa corresponde à População em Idade Ativa (PIA), ou população potencialmente produtiva.

Foram consideradas populações com estrutura jovem aquelas em que a faixa etária de 0 a 14 anos contribui com 30% e mais, enquanto a população com 65 anos ou mais representa menos de 4%. Situam-se nesta classificação os municípios de Campo Verde, no Mato Grosso, e Caiapônia, em Goiás. Os municípios de Santo Antônio do Leverger, São Pedro da Cipa, Poxoréo e Montividiu apresentam, também, proporção de jovens acima dos 30%, mas a proporção de idosos ultrapassa os 4%.

Ao mesmo tempo, foram consideradas estruturalmente idosas as populações em que a proporção de jovens se encontra abaixo dos 28%, enquanto os idosos representam mais de 5% da população total. O único município da AII a ser enquadrado nesta classificação é Torixoréu. Chama a atenção a elevada proporção de idosos nos municípios de Guiratinga e Baliza.

Os três municípios mais populosos da AII - Cuiabá, Rondonópolis e Rio Verde, juntamente com Torixoréu e Jaciara, que apresentam os menores percentuais de população jovem entre os municípios pequenos, apresentam as maiores proporções de população adulta, ou seja, de 15 a 64 anos de idade. Isto influencia a média da AII como um todo, onde a população adulta corresponde a 66,6% do total, enquanto os jovens representam 29,3% da população e os idosos, 4,1%.

Quadro 3.6.5.3-3 - Estrutura Etária da População - 2000

Municípios e AII	0 a 14 anos	(%)	15 a 64 anos	(%)	65 anos ou mais	(%)	Total
Cuiabá	140509	29,1	325109	67,3	17728	3,7	483346
Santo Antônio do Leverger - MT	4830	31,3	9651	62,5	954	6,2	15435
Campo Verde - MT	5643	32,8	11206	65,1	372	2,2	17221
Jaciara - MT	6895	29,0	15951	67,0	950	4,0	23796
São Pedro da Cipa - MT	1087	31,1	2232	63,9	176	5,0	3495
Juscimeira - MT	3648	30,2	7719	64,0	696	5,8	12063
Rondonópolis - MT	44651	29,7	99318	66,1	6258	4,2	150227
Poxoréu - MT	6184	31,4	12600	62,9	1246	6,2	20030
Guiratinga - MT	3588	28,4	8101	64,1	956	7,6	12645
Torixoréu - MT	1336	27,6	3206	66,3	293	6,1	4835
Ribeirãozinho - MT	584	29,5	1276	64,4	120	0,6	1980
Baliza - GO	661	29,1	1439	63,4	170	7,5	2270
Caiaçônia - GO	4159	28,3	9664	65,9	850	5,8	14673
Montividiu - GO	2466	31,9	5003	64,7	267	3,5	7736
Rio Verde - GO	33533	28,8	77748	66,7	5271	4,5	116552
AII	259774	29,3	590223	66,6	36307	4,1	886304

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

A razão de dependência visa estabelecer a relação entre a população potencialmente produtiva ou PIA - População em Idade Ativa (de 15 a 64 anos) - e a população economicamente dependente (com menos de 15 e mais de 64 anos). Quanto mais elevada a Razão de Dependência, maior é a presença de jovens e idosos na população e, em consequência, maior a proporção de dependentes a ser sustentada pelos segmentos produtivos da população. Cabe estar

atento para o fato de que a razão de dependência faz uso apenas de variáveis demográficas, não levando em consideração variáveis sociais e econômicas, como o desemprego.

No Brasil, em 2000, a Razão de Dependência era de 65,4, decrescendo nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste e crescendo significativamente nas regiões Norte e Nordeste, onde se encontrava em patamares superiores a 80. A Razão de Dependência apresenta uma tendência constante de queda, em decorrência do constante decréscimo das taxas de natalidade observadas no país, que levam à diminuição da proporção de jovens na população. Mesmo levando em conta o aumento constante da população idosa, em função do aumento da esperança de vida, a primeira variável (diminuição da população jovem) é quantitativamente muito superior, tendo, portanto, maior influência sobre este indicador.

A análise dos dados de 1991 e 2000 indica a tendência acentuada de queda da Razão de Dependência nos municípios da AII, acompanhando a tendência observada nos Estados de Mato Grosso e Goiás. Destacam-se pelas significativas quedas na Razão de Dependência os municípios matogrossenses de Santo Antônio do Leverger (20%), Ribeirãozinho (15,7%) e Cuiabá (15,3%). A menor queda ocorreu no município goiano de Montividiu (3,8%).

No ano de 2000, os municípios de Cuiabá, Rondonópolis, Torixoréu, Jaciara e Campo Verde apresentaram Razão de Dependência inferior à apresentada pelo Estado do Mato Grosso enquanto que, entre os municípios goianos em estudo, apenas Rio Verde apresentou este indicador inferior ao Estado de Goiás.

Quadro 3.6.5.3-4 - Razão de Dependência - 1991/2000

Municípios da AII e Estados	1991	2000
Cuiabá	64,0	48,7
Santo Antônio do Leverger - MT	80,0	59,9
Campo Verde - MT	60,1	53,7
Jaciara - MT	62,3	49,2
São Pedro da Cipa - MT	67,3	56,6
Juscimeira - MT	66,2	56,3
Rondonópolis - MT	62,7	51,3
Poxoréu - MT	70,6	59,0
Guiratinga - MT	67,4	56,1
Torixoréu - MT	63,9	50,9
Ribeirãozinho - MT	70,9	55,2
Mato Grosso	67,8	54,9
Baliza - GO	72,1	57,7

Municípios da AII e Estados	1991	2000
Caiaapônia - GO	57,1	51,8
Montividiu - GO	58,4	54,6
Rio Verde - GO	60,7	49,9
Goiás	61,5	51,5

Fonte: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, Atlas do Desenvolvimento Humano, no Brasil. 2003.

▪ Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): renda, longevidade e educação

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado pela ONU no início da década de 90 e trouxe uma inovação ao introduzir, em sua concepção, além da variável econômica (renda), tradicionalmente utilizada nas comparações do grau de desenvolvimento entre países, outras variáveis que visam captar aspectos das condições de vida da população. Ainda que tenham ocorrido algumas alterações em sua metodologia de cálculo, o IDH tem mantido a sua concepção básica ao longo dos anos, sendo composto de três índices, aos quais são atribuídos pesos iguais: longevidade (esperança de vida ao nascer), educação (número médio de anos de estudo e taxa de analfabetismo) e renda (renda familiar *per capita* média ajustada). O IDH varia entre 0 e 1 e classifica países, estados e municípios segundo três níveis de desenvolvimento humano: baixo desenvolvimento humano (IDH até 0,5); médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) e alto desenvolvimento humano (IDH acima de 0,8).

Em 2000, de acordo com a lista dos 175 países avaliados pela ONU, no que se refere ao IDH, o Brasil ficou com a 65ª posição, com um IDH de 0,757. Em 2004, o Brasil se classificou em 72º lugar, com índice 0,775, entre 177 países. O IBGE constatou que, entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu uma melhoria dos índices em 83% das 5.507 cidades existentes no País, sendo que o subíndice de educação cresceu 25%, enquanto o subíndice de longevidade apresentou aumento de 12% e o subíndice de renda cresceu 11%.

Na área em estudo, de 1991 a 2000, houve crescimento do IDH em 14 dos 15 municípios analisados. Obtiveram as maiores elevações os municípios de Santo Antônio do Leverger (12%), Rio Verde (11%), Baliza (10%) e Ribeirãozinho (10%). No ano de 2000, os municípios de Cuiabá, Rio Verde e Campo Verde passaram a ser classificados como de alto desenvolvimento humano, com IDH maior ou igual a 0,8. O município goiano de Montividiu apresentou queda de 1% no IDH, devida, principalmente, à queda de 15% no IDH - Renda.

Quadro 3.6.5.3-5 - IDH - 1991/2000

Municípios da AII	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		Renda		Longevidade		Educação	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cuiabá	0,76	0,82	0,73	0,79	0,69	0,73	0,86	0,94
Santo Antônio do Leverger	0,60	0,72	0,52	0,63	0,70	0,75	0,58	0,78
Campo Verde	0,73	0,80	0,72	0,75	0,73	0,79	0,74	0,87
Jaciara	0,71	0,79	0,66	0,70	0,70	0,79	0,77	0,88
São Pedro da Cipa	0,63	0,72	0,61	0,63	0,62	0,71	0,66	0,81
Juscimeira	0,65	0,72	0,63	0,65	0,62	0,70	0,70	0,80
Rondonópolis	0,71	0,79	0,68	0,72	0,67	0,76	0,79	0,89
Poxoréo	0,65	0,74	0,59	0,64	0,65	0,78	0,70	0,81
Guiratinga	0,68	0,76	0,62	0,67	0,65	0,77	0,75	0,85
Torixoréu	0,68	0,77	0,64	0,66	0,65	0,76	0,74	0,89
Ribeirãozinho	0,63	0,73	0,59	0,67	0,58	0,69	0,70	0,83
Baliza	0,62	0,72	0,51	0,59	0,67	0,76	0,68	0,79
Caiapônia	0,67	0,74	0,63	0,65	0,71	0,77	0,67	0,79
Montividiu	0,66	0,65	0,68	0,53	0,62	0,61	0,67	0,82
Rio Verde	0,70	0,81	0,67	0,75	0,68	0,80	0,75	0,87

Fonte: IPEA

Com relação ao IDH - Renda, todos os municípios em estudo se classificavam, no ano de 2000, como de médio desenvolvimento humano. De 1991 a 2000, com exceção do município de Montividiu, todos apresentaram crescimento do IDH - Renda, destacando-se Ribeirãozinho (12%) e Santo Antônio do Leverger (11%). Nos demais municípios analisados, a renda foi a componente do IDH que apresentou crescimento menos expressivo.

Quanto à componente longevidade do IDH, que se baseia na Esperança de vida ao nascer, apenas o município goiano de Rio Verde podia, no ano de 2000, ser incluído na classificação de alto desenvolvimento humano. Todos os demais municípios da AII, embora tenham apresentado crescimento no período 1991/2000 (à exceção de Montividiu, que caiu 1%), situam-se como de médio desenvolvimento humano.

A componente educação do IDH, de uma maneira geral, apresentou o maior crescimento do IDH, entre 1991 e 2000, nos municípios analisados. Os percentuais mais elevados couberam aos municípios de Santo Antônio do Leverger (20%), São Pedro da Cipa (15%), Torixoréu (15%) e Montividiu (15%). No ano de 2000, a maior parte dos municípios da AII se classificaram como de

alto desenvolvimento humano no que tange à educação, destacando-se Cuiabá com IDH - Educação de 0,94. As exceções foram os municípios de Santo Antônio do Leverger, Baliza e Caiapônia, classificados como de médio desenvolvimento humano.

Os ganhos sobre a mortalidade e, como consequência, os aumentos da expectativa de vida, associam-se à relativa melhoria no acesso da população aos serviços de saúde, às campanhas nacionais de vacinação, aos avanços tecnológicos da medicina, ao aumento do número de atendimentos pré-natais, bem como do acompanhamento clínico do recém-nascido e do incentivo ao aleitamento materno, ao aumento do nível de escolaridade da população, aos investimentos na infraestrutura de saneamento básico e à percepção dos indivíduos com relação às enfermidades. O aumento da esperança de vida ao nascer em combinação com a queda do nível geral da fecundidade resulta no aumento absoluto e relativo da população idosa. De fato, a esperança média de vida ao nascer no Brasil era, em 2004, de 71,7 anos de idade, ocupando a 82a posição no *ranking* de 192 países analisados pela Organização das Nações Unidas. A vida média ao nascer, entre 1991 e 2004, incrementou-se em 4,7 anos, com as mulheres em situação bem mais favorável que a dos homens (70,9 para 75,5 anos, no caso das mulheres, e 63,2 para 67,9 anos, para os homens).

Na área em estudo, entre 1991 e 2000, houve crescimento da esperança de vida ao nascer em todos os municípios analisados, mas este crescimento foi bastante mais significativo nos municípios goianos, com destaque para Rio Verde. No entanto, o maior crescimento ocorreu no município matogrossense de Torixoréu, que apresentava este indicador mais baixo em 1991 (59 anos), tendo subido 17 pontos. O menor crescimento da esperança de vida ao nascer, no período analisado, ocorreu nos municípios de Cuiabá e Santo Antônio do Leverger. No ano de 2000, nos municípios que compõem a AII, a esperança de vida ao nascer variava de 67 anos no município de Juscimeira a 80 anos no município de Rio Verde.

Quadro 3.6.5.3-6 - Esperança de Vida ao Nascer - 1991/2000

Municípios da AII	Esperança de vida ao nascer - Ano	
	1991	2000
Cuiabá	66,31	69,06
Santo Antônio do Leverger	66,85	69,86
Campo Verde	68,75	72,15
Jaciara	67,07	72,40
São Pedro da Cipa	-	0,71
Juscimeira	62,09	67,06

Municípios da AII	Esperança de vida ao nascer - Ano	
	1991	2000
Rondonópolis	65,16	70,67
Poxoréo	64,25	71,53
Guiratinga	64,25	71,00
Torixoréu	58,80	75,60
Ribeirãozinho	-	69,40
Baliza	66,70	76,10
Caiapônia	71,00	77,20
Montividiu	61,80	77,60
Rio Verde	68,40	80,30

Fonte: PNUD/IPEA

▪ Crescimento Populacional

De 1970 a 2007, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE), o conjunto de municípios da área em estudo teve sua população incrementada em 660.742 habitantes - um crescimento de 195,5% em relação a 1970. O ritmo do crescimento foi mais acelerado entre 1980 e 1991, período em que cresceu a importância da economia da soja e ocorreu sua expansão para o Centro-Oeste, em grande parte devido às pesquisas realizadas pela EMBRAPA em busca de variedades da soja adaptáveis às condições ambientais do Cerrado.

Os municípios da AII que apresentaram crescimento maior e ininterrupto no intervalo 1970/2007 foram os centros urbanos mais populosos - Cuiabá, Rio Verde e Rondonópolis. Nos demais municípios em estudo, oscilaram momentos de crescimento mais e menos intenso com períodos de decréscimo populacional - alguns deles ocasionados por desmembramentos para formação de novos municípios, como é o caso do município de Jaciara, do qual foram desmembrados os territórios dos municípios de Juscimeira, em 1979, e de São Pedro da Cipa, em 1991.

Quadro 3.6.5.3-7 - População Residente - 1970/1980/1991/2000/2007

Município	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2007
Campo Verde	-	-	5.975	17.221	25.924
Cuiabá	100.860	212.980	402.813	483.346	526.830
Guiratinga	14.939	13.585	14.798	12.645	13.883
Jaciara	32.132	14.438	21.917	23.796	24.945
Juscimeira	-	12.757	10.948	12.063	11.830
Poxoréo	27.431	28.054	23.878	20.030	17.592

Município	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2007
São Pedro da Cipa	-	-	-	3.495	4.028
Rondonópolis	62.086	81.375	126.627	150.227	172.783
Santo Antônio do Leverger	14.509	11.738	15.389	15.435	19.197
Torixoréu	6.300	8.094	8.352	4.832	4.101
Baliza	2.578	2.783	4.128	2.270	3.299
Caiapônia	21.522	28.632	13.915	14.673	15.747
Montividiu	-	-	5.595	7.736	9.255
Rio Verde	55.697	74.699	96.309	116.552	149.382
Total	338.054	489.135	750.644	884.321	998.796

Fonte: Censo Demográfico (IBGE)

Entre 1970 e 2007, o conjunto de municípios em estudo apresentou crescimento populacional ininterrupto, bastante mais expressivo nas décadas de 70 e 80 (45% e 53%, respectivamente), e crescendo num ritmo mais lento a partir da década de 90. No entanto, os municípios em estudo apresentam perfis de crescimento demográfico diferenciado. Na década de 70, juntamente com os centros urbanos maiores como Cuiabá, Rio Verde e Rondonópolis, o município goiano de Caiapônia também apresentou crescimento expressivo, enquanto os municípios de Guiratinga, Jaciara e Santo Antônio do Leverger apresentaram crescimento negativo. Na década de 80, novamente, Cuiabá e Rondonópolis apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional, enquanto Rio Verde, embora tenha crescido expressivamente, ficou atrás dos municípios de Jaciara, Baliza e Santo Antônio do Leverger. No intervalo de 1980 a 1991, os municípios que apresentaram decréscimo populacional foram Caiapônia, Poxoréu e Juscimeira. Na década de 90, os municípios de Baliza, Torixoréu, Poxoreo e Guiratinga apresentaram crescimento negativo, enquanto a população do município de Campo Verde aumentou 188%, o maior crescimento decenal da AII em todo o período analisado. Finalmente, entre 2000 e 2007, ao mesmo tempo em que diminuiu a população dos municípios de Torixoréu, Poxoreo e Juscimeira, as maiores taxas de crescimento foram apresentadas pelos municípios de Campo Verde (51%) e Baliza (45%).

Quadro 3.6.5.3-8 - Taxa geométrica de crescimento populacional - 1970/2007

Municípios	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2007
Campo Verde	-	-	-	-	5.975	188%	17.221	51%	25.924
Cuiabá	100.860	111%	212.980	89%	402.813	20%	483.346	9%	526.830
Guiratinga	14.939	-9%	13.585	9%	14.798	-15%	12.645	10%	13.883
Jaciara	32.132	-55%	14.438	52%	21.917	9%	23.796	5%	24.945
Juscimeira	-	-	12.757	-14%	10.948	10%	12.063	-2%	11.830

Municípios	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2007
Poxoréo	27.431	2%	28.054	-15%	23.878	-16%	20.030	-12%	17.592
São Pedro da Cipa	-	-	-	-	-	-	3.495	15%	4.028
Rondonópolis	62.086	31%	81.375	56%	126.627	19%	150.227	15%	172.783
Santo Antônio do Leverger	14.509	-19%	11.738	31%	15.389	0%	15.435	24%	19.197
Torixoréu	6.300	28%	8.094	3%	8.352	-42%	4.832	-15%	4.101
Baliza	2.578	8%	2.783	48%	4.128	-45%	2.270	45%	3.299
Caiapônia	21.522	33%	28.632	-51%	13.915	5%	14.673	7%	15.747
Montividiu	-	-	-	-	5.595	38%	7.736	20%	9.255
Rio Verde	55.697	34%	74.699	29%	96.309	21%	116.552	28%	149.382
Total	338.054	45%	489.135	53%	750.644	18%	884.321	13%	998.796

Fonte: Censo Demográfico (IBGE)

c. Distribuição Geográfica da População

- Densidade Demográfica

O conjunto de municípios em estudo ocupa uma área de 65.189,1 km². O maior município é Santo Antônio do Leverger, ocupando 18% da AII, com um território de 11.868,1 km². Seguem-se os municípios de Rio Verde e Caiapônia, cujas áreas territoriais correspondem, cada uma delas, a 13% do total. Destaca-se, também, Poxoréo, com 11%, ou 6.947,4 km². Nos demais municípios analisados, a área territorial varia de 345,5 km², em São Pedro da Cipa, a 4.811,7 km², em Campo Verde.

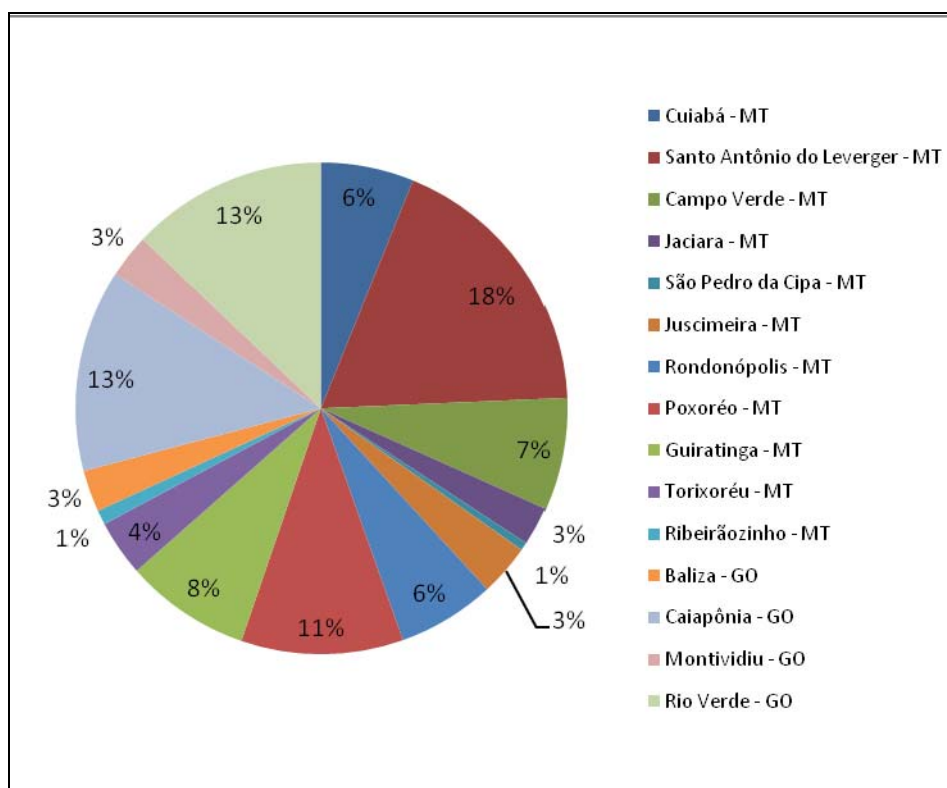


Figura 3.6.5.3-1 - Área dos municípios da AII

Na Área de Influência Indireta do empreendimento, a densidade demográfica passou de 13,6 hab/km², no ano de 2000, a 15,4 hab/km², em 2007. Os três municípios mais populosos da AII - Cuiabá, Rondonópolis e Rio Verde - se encontram acima da média da área em termos de concentração da população no espaço.

A maior concentração populacional ocorre no município de Cuiabá que, além de ser a capital do Estado do Mato Grosso, abrigando mais da metade da população da área em estudo, não dispõe de um território municipal muito extenso (3.984,9 km²), ocupando apenas 6% da AII. Em Cuiabá, a densidade demográfica passou de 121,1 habitantes por km², no ano de 2000, a 132,2 hab/km², em 2007. A segunda maior densidade demográfica é apresentada por Rondonópolis, que possuía 41,3 hab/km², no ano de 2007. No município de Rio Verde, a concentração de habitantes por quilômetro quadrado ainda é baixa, 17,2, devido ao extenso território do município - 8.415,4 km².

A menor densidade demográfica ocorre em Santo Antônio do Leverger (1,6 hab/km²), o maior município em estudo, que ocupa 18% da AII. Nos demais municípios em estudo, em 2007, a densidade demográfica variou de 1,7 hab/km² em Torixoréu a 15 hab/km² em Jaciara.

Quadro 3.6.5.3-9 - Área e densidade demográfica - 2000/2007

Municípios e AII	Área (km ²)	Densidade Demográfica 2000	Densidade Demográfica 2007
Cuiabá - MT	3.984,9	121,1	132,2
Santo Antônio do Leverger - MT	11.868,1	1,3	1,6
Campo Verde - MT	4.811,7	3,6	5,4
Jaciara - MT	1.664,5	14,3	15,0
São Pedro da Cipa - MT	345,5	10,1	11,7
Juscimeira - MT	2.212,6	5,5	5,3
Rondonópolis - MT	4.179,3	35,9	41,3
Poxoréu - MT	6.947,4	2,9	2,5
Guiratinga - MT	5.376,6	2,3	2,6
Torixoréu - MT	2.406,1	2,0	1,7
Ribeirãozinho - MT	625,6	3,2	3,4
Baliza - GO	1.788,6	1,3	1,8
Caiapônia - GO	8.682,0	1,7	1,8
Montividiu - GO	1.880,8	4,1	4,9
Rio Verde - GO	8.415,4	13,9	17,8
AII	65.189,1	13,6	15,4

Fonte: Contagem de População e Censo Demográfico

▪ Grau de Urbanização

Para permitir a uniformização dos dados dos Censos Demográficos com aqueles da Contagem de População, que fornece informações mais recentes (2007), o grau de urbanização da área em estudo foi analisado com base na porcentagem de domicílios em situação urbana.

Na AII como um todo, o crescimento da urbanização foi mais intenso entre 1991 e 2000, quando os domicílios em situação urbana passaram de 89,5% a 92,8%. Em 2007, os domicílios urbanos correspondiam a 92,9% dos domicílios da área em estudo. Os municípios analisados, todavia, apresentam diferenciações neste sentido.

Em Cuiabá, onde reside a maior parte da população da área em estudo, e no município de Guiratinga, o percentual de domicílios urbanos se manteve praticamente estável em todo o período analisado. Entre 1991 e 2007, foi notável o incremento do percentual de domicílios em

situação urbana nos municípios de Campo Verde e Montividiu. Em 2007, apenas Santo Antônio do Leverger e Baliza apresentaram maioria dos domicílios em situação rural.

Quadro 3.6.5.3-10 - Domicílios em situação urbana - 1991/2000/2007

Municípios e AII	Domicílios em situação urbana (%)		
	1991	2000	2007
Cuiabá - MT	98,2	98,7	98,5
Santo Antônio do Leverger - MT	27,3	34,9	30,1
Campo Verde - MT	44,1	75,8	77,1
Jaciara - MT	89,1	90,5	92,6
São Pedro da Cipa - MT		84,0	88,9
Juscimeira - MT	67,9	66,0	73,5
Rondonópolis - MT	89,2	94,5	95,6
Poxoréo - MT	66,5	68,1	69,3
Guiratinga - MT	81,6	90,1	81,2
Torixoréu - MT	65,1	74,5	73,4
Ribeirãozinho - MT		69,9	71,6
Baliza - GO	27,8	45,5	30,7
Caiapônia - GO	66,5	73,3	73,2
Montividiu - GO	53,4	68,7	79,6
Rio Verde - GO	86,0	90,7	92,6
All	89,5	92,8	92,9

Fonte: Censo Demográfico e Contagem de População (IBGE)

▪ Contingente Populacional Existente ao Longo do Traçado

Tendo em vista as dimensões do empreendimento (606 km de extensão) optou-se por trabalhar com estimativas do total de população presente na AID, a partir dos dados da contagem de população de 2007, realizada pelo IBGE. Para o cálculo das estimativas teve-se como base os totais populacionais das menores unidades geográficas trabalhadas pelo IBGE, isto é, os setores censitários. Ao longo da AID, que tem parcelas em 16 municípios, sendo 11 no Estado do Mato Grosso e quatro em Goiás, existem 74 setores censitários. Todos estes setores têm parcelas inseridas em uma área de 3053,42 km², que corresponde a uma faixa de 5 km de largura, de forma que ocupa a área de 2,5 km para cada lado do eixo central do traçado.

Para estimar a população residente nestas parcelas dos setores, calculou-se a densidade demográfica de todo o setor, para o ano de 2007, e aplicou-se esta taxa para a parcela atingida. Assim, multiplicou-se a taxa pela área ocupada, em cada um dos setores, chegando aos totais de população estimada, (os valores por setor estão apresentados no Anexo 1). A partir destes cálculos estima-se que na AID residam aproximadamente 6.407 pessoas.

Em relação à distribuição da população nota-se que apesar da população apresentar maior adensamento nos setores de situação urbana (cinco setores) e povoados (dois setores) a maior parcela da população está radicada nos setores definidos como zona rural (61 setores) e nos aglomerados rurais isolados (seis setores), uma vez que estes são mais numerosos que os primeiros, e ocupam áreas maiores da AID, como se observa no **Quadro 3.6.5.3-11**.

Quadro 3.6.5.3-11 - População Estimada na AID por Tipo de Setor

Tipos de Setores	Percentual da AID	Percentual da Pop. Estimada
Área Urbana	0,44	34,42
Povoados	0,04	7,60
Aglomerados Isolados	5,97	9,26
Zona Rural	93,53	47,85

Fonte: Calculado a Partir da Contagem de População de 2007.

d. Hierarquia Urbana e Regional

- Setor Terciário

Cuiabá é a capital do estado de Mato Grosso e apresenta uma série de serviços públicos e privados em diversos setores. Trata-se de um município que serve de referência para todos os demais do estado, quando se trata de atendimentos e serviços especializados. Com os investimentos advindos da Copa do Mundo de 2014 e do Programa de Aceleração do Crescimento, haverá uma melhoria na infraestrutura urbana e nos serviços, que tende a fortalecer ainda mais essa posição de referência estadual. Na AII, Cuiabá é referência para todos os municípios matogrossenses em estudo, conforme mostra o infograma abaixo.

A população do município de Santo Antônio do Leverger recorre a Cuiabá para comércio e serviços, em função da proximidade com a capital. O município está integrado à Região Metropolitana de Cuiabá, portanto, sofre muita influência da capital do Estado. O Distrito industrial da capital faz fronteira com Santo Antônio do Leverger. Essa proximidade gera um fluxo diário de trabalhadores em direção a Cuiabá. Para efetivar essa movimentação, existem duas linhas de ônibus no município, que saem do centro e do distrito de Mimoso, rumo a Cuiabá; algumas vans completam o serviço de transporte. A liderança de Cuiabá na relação aparece na busca de uma variedade de produtos que em Santo Antônio não existem. Além da dependência

econômica, Cuiabá fornece atendimento de saúde e de educação, sendo a maior referência dentro da pactuação.

Campo Verde é um município que abriga muitas atividades econômicas ligadas à produção agroindustrial, desde insumos agrícolas até maquinários e gêneros alimentícios. Apresenta uma nítida diferença social: existem bairros riquíssimos e, ao mesmo tempo, uma grande população de baixa renda, que serve de mão de obra para as atividades industriais e agrícolas. Apesar de possuir uma arrecadação bastante elevada, o município não oferece serviços de saúde e educação proporcionais ao seu desenvolvimento econômico, tampouco instrumentos de planejamento, gestão pública e infraestrutura a contento. As cidades que servem de referência para a população quanto aos serviços de saúde e educação são Primavera do Leste e Cuiabá.

O município de Jaciara, classificada como Centro de Zona B, apresenta um desenvolvimento acima do demais ao seu redor e, por esse motivo, serve como referência para Juscimeira e São Pedro da Cipa. A reanimação do setor da cana, impulsionada pela política federal para combustíveis, é a atividade que mais emprega, inclusive para as cidades vizinhas. Apesar da boa estrutura de saúde e educação, a população tem que buscar atendimento de urgência em Cuiabá e Rondonópolis.

São Pedro da Cipa é um município pequeno, localizado entre Jaciara e Juscimeira, na região do Vale do São Lourenço, de grande potencial turístico. Este município vive, basicamente, em função dos municípios citados acima, que possuem diversas atividades econômicas, principalmente Jaciara. Quando a população necessita de serviços em educação, saúde e segurança recorrem aos municípios de Jaciara, Rondonópolis e Cuiabá.

O município de Juscimeira é cortado pela BR-364, principal troço rodoviário que liga as duas cidades mais influentes (Cuiabá e Rondonópolis). A dependência em relação a estes dois municípios se expressa principalmente nos serviços de saúde. No entanto, a primeira opção de emergência é a cidade de Jaciara, que também é uma referência nos serviços de educação, enquanto o comércio serve como fonte de produtos mais sofisticados. Jaciara emprega muitos habitantes de Juscimeira, na usina de cana Pantanal. O reflexo deste fluxo de pessoas é a existência de uma linha de ônibus circular, que faz a ligação com a cidade vizinha. Em Juscimeira, está sediada a COMAJUL, principal cooperativa de produtores rurais da região, conglomerando associados de vários municípios.

Rondonópolis, que é um Centro Subregional B, é a cidade pólo que possui uma localização estratégica e que oferece uma série de serviços públicos e privados em diversas áreas: saúde, educação, segurança, turismo, lazer, economia e administração pública. Trata-se de um município que serve de referência para os outros municípios da região e que está sendo contemplado com os investimentos do PAC. Na área em estudo, Rondonópolis é referência, principalmente, para a população dos municípios de Juscimeira, São Pedro da Cipa e Guiratinga diretamente e também para, Poxoréo, ainda no Mato Grosso e Montividiu, em Goiás.

No município de Poxoréo, seguindo a hierarquia da região, a cidade de referência na busca de serviços de saúde, educação e comércio mais desenvolvido é o pólo Rondonópolis. No entanto, o cotidiano da cidade é influenciado, primeiramente, pelo município vizinho de Primavera do Leste, que emprega muitos habitantes de Poxoréo.

O município de Guiratinga segue o perfil de dependência dos aparelhos sociais e econômicos de Rondonópolis. Cuiabá também é referência importante nas especialidades de saúde.

A população dos municípios de Torixoréu, Ribeirãozinho e Baliza recorre ao município de Barra do Garça para necessidades de comércio e serviços. Para serviços e comércio mais especializados, a população de Ribeirãozinho se dirige ao município de Mineirinhos, enquanto os moradores de Baliza se dirigem a Goiânia. (Ecology Brasil 2005)

O município de Torixoréu está localizado no estado de Mato Grosso, na fronteira com Goiás. Trata-se de uma cidade pequena, que vive em contato direto com Baliza, outro município pequeno, localizado em Goiás. Por ser pequeno, Torixoréu depende dos serviços de saúde e educação provenientes de Barra do Graças e Cuiabá. Por estar localizado nas margens do rio Araguaia, este município recebe muitos turistas durante a temporada de praia.

Ribeirãozinho supre carências do seu sistema de saúde utilizando os equipamentos de saúde dos municípios pactuados: Barra do Garças, Rondonópolis e Cuiabá. O mesmo acontece com a estrutura de educação. O município de Barra do Garças, devido à proximidade e maior estrutura, é a referência na busca do ensino superior. A rede de serviços e comércio da cidade atende a necessidades básicas da população. Para maior sofisticação, mais uma vez, Barra do Garças é a primeira opção procurada. Rondonópolis aparece como segunda alternativa na busca de serviços mais incrementados. Apesar de ser a cidade pólo da região, a distância e as condições da MT-100 tornam a cidade de Barra do Garças mais acessível. O comércio local é bastante estimulado pela constante presença de técnicos das subestações de energia existentes. Pequenos hotéis e

restaurantes são dependentes dessa clientela visitante. Duas linhas de ônibus são responsáveis pela ligação do município com Doverlândia e Barra do Graças. Vale reforçar que o acesso ao município é dificultado pela distância dos principais entroncamentos rodoviários.

O município de Baliza é extremamente dependente de todas as outras cidades ao seu redor. A primeira procura deliberada dos habitantes para atendimento médico de baixa complexidade é Torixoréu, já no lado de Mato-Grosso. O mesmo ocorre com Barra do Garças, também no estado vizinho, mas a prefeitura matem a política de pactuação com Goiânia e Rio Verde. Os jovens buscam emprego em cidades mais distantes, contribuindo para uma desaceleração do crescimento populacional. Barra do Garças é a referência na busca de ensino superior. Fica evidente que, apesar de estar dentro do Estado de Goiás, Baliza tem forte dependência das cidades do Mato-Grosso, devido à proximidade. Das três linhas de ônibus operantes no município, duas fazem ligação com cidades de Mato-grosso.

Caiapônia é uma cidade média, que tem sua atividade econômica baseada na agropecuária e que apresenta um grande potencial turístico. Este potencial está sendo desenvolvido, devido à regionalização feita pelo Ministério do Turismo, que instituiu a região agroecológica como sendo um pólo turístico no estado. O município apresenta uma série de serviços públicos e privados para saúde, educação e segurança. Entretanto, quando são necessários serviços mais especializados nestas áreas, a população recorre aos municípios de Iporá, Jataí e Goiânia.

O município de Montividiu depende de toda a infraestrutura urbana de Rondonópolis. Os casos de urgência médica são destinados a essa cidade ou a Goiânia, sempre na política de pactuação. A prefeitura de Montividiu fornece transporte para estudantes que buscam especialização em Rio Verde (IFET e cursos de ensino superior). A mesma relação é mantida na procura de serviços e produtos. Duas linhas de ônibus fazem o transporte de passageiros para Caiapônia e Rio Verde.

O município de Rio Verde é um centro urbano de abrangência regional, que serve de referência para os demais municípios goianos em vários aspectos, dentre os quais se destacam: saúde, para onde são encaminhados os casos mais graves de enfermidades ou vítimas de acidentes; comércio, onde podem ser adquiridos bens de consumo duráveis e produtos específicos; administração pública, uma vez que o município abriga unidades regionais de departamentos e divisões do poder público estadual, como no caso da Agência Rural; cooperativas, às quais muitos produtores dos municípios menores são afiliados. Os municípios menores utilizam os seus equipamentos de saúde, dentro da política de pactuação. Mesmo possuindo uma boa estrutura de saúde, é

necessário o apoio para urgências em Goiânia. Considerando que Rio Verde está dentro de uma faixa de grande produção agrícola do estado de Goiás, devido à cultura da soja, atua também como pólo de equipamentos e insumos agrícolas. A empresa Perdigão, instalada na BR-060, é a maior empregadora, e várias outras complementam sua produção. O crescimento desse setor da economia é o fator que provoca uma forte migração.

Para ilustrar as ligações entre os municípios da AII e as metrópoles, serão utilizadas as definições da publicação Regiões de Influência das Cidades, REGIC - 2007.

As metrópoles se dividem em três subníveis: *Grande Metrópole Nacional*, *Metrópole Nacional* e *Metrópole*.

- ◆ **Grande Metrópole Nacional:** representada exclusivamente pela Área de Concentração de População - ACP¹ - de São Paulo, considerado o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial;
- ◆ **Metrópole Nacional:** representada pelas ACPs do Rio de Janeiro e de Brasília, as quais reúnem, respectivamente, 11,8 e 3,2 milhões de habitantes em 2007, ambas no primeiro nível da gestão territorial. Juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o país;
- ◆ **Metrópole:** representada pelas ACPs de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) e constituindo o segundo nível da gestão territorial - exceto Goiânia e Manaus, que se inserem no terceiro nível da gestão territorial, mas "têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto". (REGIC, IBGE, 2008, p.11).

As capitais regionais são formadas por 70 municípios que, "como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios" (REGIC, IBGE, 2008, p.11). As capitais regionais são divididas em A, B e C. No caso da Área de

¹ As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população

Influência Indireta, Cuiabá se classifica como Capital Regional A, fazendo ligação direta com Brasília, que é uma Metrópole Nacional.

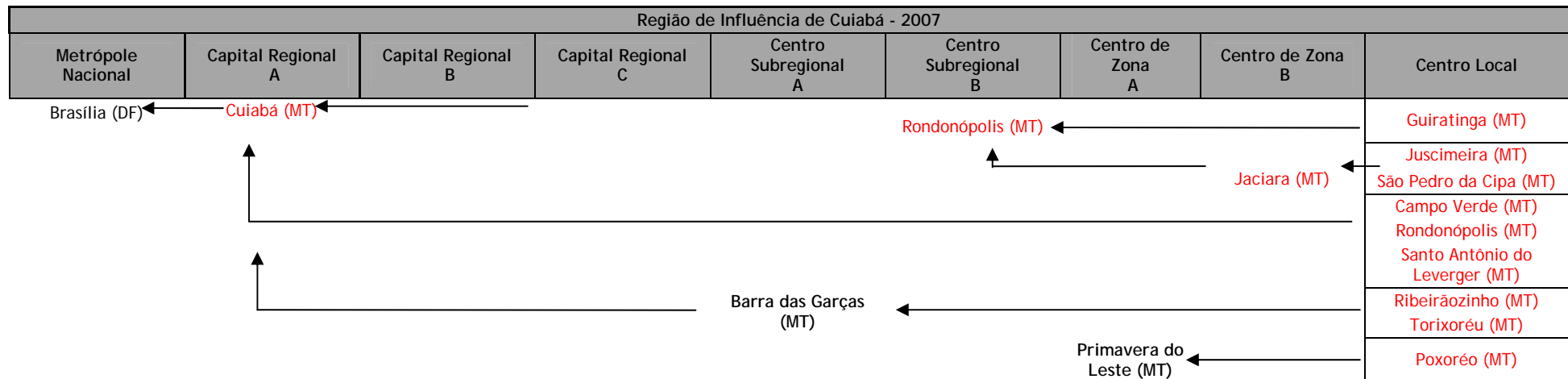
- ◆ Inclui 11 cidades, as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas;
- ◆ Constituído por 20 cidades;
- ◆ Constituído por 39 cidades.

Esses últimos se diferem do A pelo porte e pelo padrão de localização regionalizado, com o B mais presente no Centro-Sul e o C nas demais regiões do país. Os Centros Sub-regionais são integrados por 169 centros com atividades de gestão menos complexas, área de atuação mais reduzida e relacionamentos com centros externos à sua própria rede ocorrendo, em geral, apenas com as três Metrôpoles Nacionais. Têm presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste. Também se subdividem em: Centro Subregional A (85 cidades) e Centro Subregional B (79 cidades).

Os Centros de Zona compõem um nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Subdivide-se em Centros de Zona A, com 192 cidades, e B, com 364 cidades.

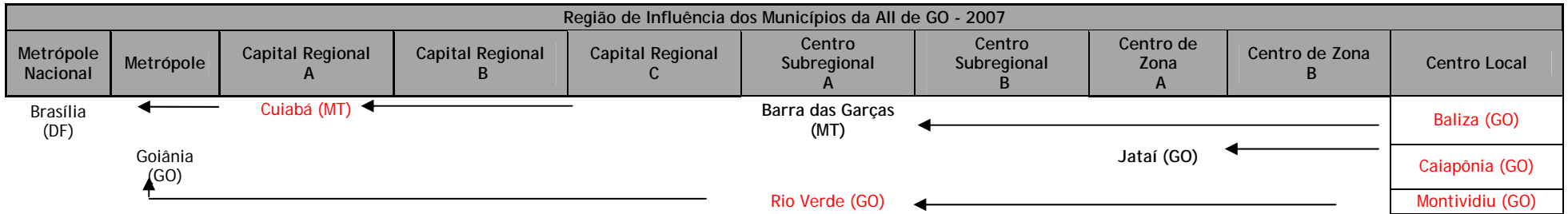
As demais 4.473 cidades, cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do município, servindo apenas aos seus próprios habitantes, e que têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes, constituem os Centros Locais.

Quadro 3.6.5.3-12 - Região de Influência de Cuiabá e municípios da AII (MT) - 2007



Fonte: IBGE - Regiões de Influência das Cidades - REGIC, 2007.

Quadro 3.6.5.3-13 - Região de Influência dos municípios da AII (GO) - 2007



- Infraestrutura

- ▶ Moradia

No ano de 2000, 7 municípios da AII haviam atingido a meta de não apresentar, entre os seus domicílios, nenhum caracterizado como subnormal: Rondonópolis, Rio Verde, Caiapônia, Jaciara, Juscimeira e Baliza. Em relação a 1991, o maior avanço ocorreu em Rondonópolis que, naquela data, possuía 2% de seus habitantes residindo em domicílios subnormais. Em Cuiabá, embora tenha havido avanço de 2,7 pontos percentuais em relação a 1991, em 2000, 1,5% dos habitantes residiam em domicílios caracterizados como subnormais.

Quanto ao percentual de pessoas residindo em domicílios que contam com fornecimento de energia elétrica, no ano de 1991, embora a energia elétrica chegasse a mais de 60% dos habitantes da AII na maior parte dos municípios analisados, ainda havia exceções como Baliza e Ribeirãozinho, onde as pessoas que tinham acesso à energia em seus domicílios representavam 28% e 47,1% do total de habitantes destes municípios, respectivamente. Houve considerável avanço até o ano de 2000, quando o percentual de pessoas residindo em domicílios com fornecimento de energia elétrica passou a variar, em toda a AII, de 78,1% em Baliza a 99,7% em Cuiabá.

O acesso à telefonia fixa ainda é privilégio de poucos na área em estudo. No ano de 2000, o percentual de pessoas vivendo em domicílios com telefone variava de 9,1% em Baliza a 68% em Cuiabá. Ainda assim, houve avanço em relação a 1991, quando este percentual variava de 1,4% em Montividiu a 24,5% em Cuiabá.

Quadro 3.6.5.3-14 - Pessoas em domicílios subnormais e em domicílios com energia elétrica e telefone - 2000

Municípios da AII	Domicílios - com energia elétrica - pessoas - (%)		Domicílios - com telefone - pessoas - (%)		Domicílios - subnormais - pessoas - (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Cuiabá	97,6	99,7	24,5	68,0	4,24	1,545
Santo Antônio do Leverger	59,5	79,0	1,6	17,6	0,51	0,001
Campo Verde	81,0	92,6	9,4	37,7	0,07	0
Jaciara	92,7	98,8	15,2	23,6	0,02	0
São Pedro da Cipa	78,3	90,7	3,5	19,9	0,02	0,001
Juscimeira	73,4	86,1	9,8	16,7	0,01	0
Rondonópolis	91,3	97,6	18,7	39,9	1,97	0
Poxoréo	64,0	82,7	6,7	14,2	0,08	0
Guiratinga	81,4	95,7	12,5	26,4	0,01	0,001
Torixoréu	68,9	88,2	6,8	25,8	0,02	0,006
Ribeirãozinho	47,1	85,7	2,8	19,6	0,01	0,012
Baliza	28,0	78,1	1,5	9,1	0,08	0,011
Caiaçônia	71,8	91,3	8,1	22,4	0,98	0
Montividiu	75,3	97,0	1,4	26,0	0,16	0,003
Rio Verde	94,5	98,3	13,8	46,7	0,41	0

Fonte: IPEA

A publicação Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002, do IBGE, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, divulga as informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais realizada junto às prefeituras dos 5.560 municípios brasileiros, relativamente ao tema *meio ambiente*. Em um dos seus eixos temáticos, abordado neste estudo, desenvolve um diagnóstico do estado do meio ambiente no município a partir da percepção do seu gestor ambiental. De acordo com esta pesquisa, no ano de 2002, em sete dos municípios em estudo, na visão de seus gestores ambientais, não há alterações ambientais relevantes que afetem as condições de vida da população. São eles: Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Rondonópolis, Guiratinga, Torixoréu, Ribeirãozinho e Montividiu. Nos demais municípios, de uma maneira geral, as alterações ambientais que aparecem com mais frequência são desmatamento, ocupação desordenada do território e presença de esgoto a céu aberto.

Quadro 3.6.5.3-15 - Alterações ambientais relevantes que afetam as condições de vida - 2002

Municípios da AII	Contaminação de nascente	Contaminação de rio, baía etc.	Contaminação de recurso solo	Deslizamento de encosta	Desmatamento	Escassez de água	Inundação	Doença endêmica	Ocupação desordenada do território	Poluição do ar	Poluição sonora	Presença de lixo	Presença de vetor	Esgoto céu aberto	Queimadas	Redução do estoque pesqueiro	Tráfego pesado área urbana	Outras Altera amb relevante nos últimos 2 anos
Cuiabá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Santo Antônio do Leverger	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Campo Verde	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
Jaciara	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
São Pedro da Cipa	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Juscimeira	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Rondonópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Poxoréo	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Guiratinga	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Torixoréu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ribeirãozinho	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Baliza	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Caiapônia	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim		Sim	Não
Montividiu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Rio Verde	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente/IBGE

- Esgotamento Sanitário

A infraestrutura de esgotamento sanitário é precária na área em estudo. No ano de 2000, à ocasião da realização do Censo Demográfico, pelo IBGE, menos da metade dos domicílios (47,5%), no conjunto de municípios em estudo, possuía instalação sanitária adequada - rede geral ou fossa séptica. Entre as instalações inadequadas, predominavam as fossas rudimentares - 37,1% do total de domicílios, havendo, ainda, 3,3% de domicílios sem banheiro ou sanitário.

Quadro 3.6.5.3-16 - Domicílios por tipo de instalação sanitária - 2000

Municípios e All	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	(%)	Fossa séptica	(%)	Fossa rudimentar	(%)	Vala	(%)	Rio, lago ou mar	(%)	Outro escoadouro	(%)	Não tinham banheiro nem sanitário	(%)
Cuiabá - MT	127.133	65.420	51,5	28.249	22,2	28.633	22,52	946	0,7	1.146	0,901	536	0,422	2.203	1,733
Santo Antônio do Leverger - MT	3.699	25	0,7	682	18,4	2.026	27,74	74	2,0	1	0,027	87	2,352	804	21,74
Campo Verde - MT	4.551	64	1,4	128	2,8	4.110	90,31	90	2,0	7	0,154	9	0,198	143	3,142
Jaciara - MT	6.200	49	0,8	1.954	31,5	3.956	63,81	30	0,5	-	-	26	0,419	185	2,984
São Pedro da Cipa - MT	960	41	4,3	11	1,1	727	75,73	2	0,2	23	2,396	4	0,417	152	15,83
Juscimeira - MT	3.416	86	2,5	69	2,0	2.809	82,23	19	0,6	18	0,527	18	0,527	397	11,62
Rondonópolis - MT	40.804	10.976	26,9	4.053	9,9	24.595	60,28	99	0,2	135	0,331	35	0,086	911	2,233
Poxoréo - MT	5.583	491	8,8	116	2,1	3.648	65,34	173	3,1	94	1,684	43	0,77	1.018	18,23
Guiratinga - MT	3.499	1.636	46,8	52	1,5	1.579	45,13	53	1,5	33	0,943	21	0,6	125	3,572
Torixoréu - MT	1.368	224	16,4	161	11,8	774	56,58	36	2,6	9	0,658	50	3,655	114	8,333
Ribeirãozinho - MT	604	-	-	5	0,8	469	77,65	-	-	15	2,483	3	0,497	112	18,54
Baliza - GO	696	-	-	1	0,1	357	51,29	14	2,0	84	12,07	6	0,862	234	33,62
Caiapônia - GO	4.273	1.880	44,0	47	1,1	1.669	39,06	67	1,6	69	1,615	75	1,755	466	10,91
Montividiu - GO	2.140	7	0,3	73	3,4	1.821	85,09	16	0,7	68	3,178	14	0,654	141	6,589
Rio Verde - GO	32.769	16.231	49,5	3.887	11,9	11.124	33,95	145	0,4	289	0,882	194	0,592	899	2,743
All	237.695	97.130	40,9	39.488	16,6	88.297	37,15	1.764	0,7	1.991	0,838	1.121	0,472	7.904	3,325

Fonte: Censo Demográfico (IBGE)

No município de Cuiabá, onde se concentravam 53,5% dos domicílios da AII, em 2000, os municípios com instalação sanitária adequada representavam 73,7% do total - 51,5% ligados à rede geral e 22,2% equipados com fossa séptica. Ainda assim, em termos absolutos, Cuiabá apresentava o maior número da AII de domicílios equipados com fossa rudimentar e de domicílios desprovidos de banheiro ou sanitário - 28.249 domicílios e 2.203 domicílios, respectivamente.

Em Rondonópolis, onde se situavam 17,2% dos domicílios da AII, no ano de 2000, havia 24.595 domicílios equipados somente com fossa rudimentar, representando 60,3% do total de domicílios no município e uma das situações sanitárias mais precárias da área em estudo. Em Rio Verde, ao contrário, a rede geral atendia a 40,9% dos domicílios, havendo ainda 16,6% equipados com fossa séptica. Havia 11.224 domicílios cujo esgoto era escoado através de fossa rudimentar, representando 37,15% do total;

Nos municípios de Guiratinga e Caiapônia, a rede geral atendia a percentuais significativos dos domicílios - 46,8% e 44%, respectivamente, enquanto o percentual de domicílios equipados com fossa séptica era bastante reduzido, restando ainda muitos domicílios equipados com fossa rudimentar. Em todos os demais municípios em estudo, a fossa rudimentar era o tipo de instalação sanitária predominante entre os domicílios. Entre estes, Jaciara era o município que apresentava o maior percentual de domicílios equipados com fossa séptica - 31,5%. O percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário, em toda a área em estudo, variava de 1,7% em Cuiabá a 21,7% em Santo Antônio do Leverger.

► Abastecimento de Água

O abastecimento de água por rede geral, no ano de 2000, atendia 85,9% dos 204.198 domicílios situados na área em estudo. Havia, ainda, 11,8% de domicílios que captavam água de poço ou nascente, e 2,3% que captavam água de "outra forma".

Quadro 3.6.5.3-17 - Domicílios por Forma de Abastecimento de Água - 2000

Município	Rede Geral	(%)	Poço ou nascente	(%)	Outra forma	(%)	Total
Cuiabá - MT	116.241	91,4	7.271	5,7	3.621	2,8	127.133
Santo Antônio do Leverger - MT	1.349	47,0	1.116	38,9	406	14,1	2.871
Campo Verde - MT	3.410	63,4	1.944	36,1	25	0,5	5.379
Jaciara - MT	5.507	88,8	618	10,0	75	1,2	6.200
São Pedro da Cipa - MT	723	75,3	203	21,1	34	3,5	960
Juscimeira - MT	2.308	67,6	1.008	29,5	100	2,9	3.416

Município	Rede Geral	(%)	Poço ou nascente	(%)	Outra forma	(%)	Total
Rondonópolis - MT	37.278	91,4	3.079	7,5	447	1,1	40.804
Poxoréo - MT	3.913	70,1	1.509	27,0	161	2,9	5.583
Guiratinga - MT	3.095	88,5	349	10,0	55	1,6	3.499
Torixoréu - MT	1.022	74,7	335	24,5	11	0,8	1.368
Ribeirãozinho - MT	457	75,7	146	24,2	1	0,2	604
Baliza - GO	263	37,8	373	53,6	60	8,6	696
Caipônia - GO	3.182	74,5	999	23,4	92	2,2	4.273
Montividiu - GO	1.396	65,2	579	27,1	165	7,7	2.140
Rio Verde - GO	24.054	73,4	8.542	26,1	173	0,5	32.769
All	204.198	85,9	28.071	11,8	5.426	2,3	237.695

Fonte: Censo Demográfico (IBGE)

Na maior parte dos municípios em estudo, em 2000, mais de 60% dos domicílios recebiam água através da rede geral, chegando a 91,4% dos domicílios em Cuiabá. As exceções eram os municípios de Baliza e Santo Antônio do Leverger, onde a rede geral chegava a apenas 37,8% e 47% dos domicílios, respectivamente. Em Baliza, a captação de água de poço ou nascente era predominante - 53,6% dos domicílios. Santo Antônio do Leverger era o município que apresentava o maior percentual de domicílios abastecidos de água por "outra forma" - 14,1%, seguido por Baliza - 8,6% - e Montividiu - 7,7%.

► Destino do Lixo

Quanto ao destino do lixo, no ano de 2000, de acordo com o Censo Demográfico, 86,5% dos domicílios situados no conjunto de municípios em estudo tinha seu lixo coletado por serviço de coleta. No restante dos domicílios, o lixo tinha outro destino.

Quadro 3.6.5.3-18 - Domicílios por destino no lixo - 2000

Município	Coletado	(%)	Outro Destino	(%)	Total
Cuiabá - MT	117.091	92,1	10.042	7,9	127.133
Santo Antônio do Leverger - MT	813	22,0	2.886	78,0	3.699
Campo Verde - MT	3.309	72,7	1.242	27,3	4.551
Jaciara - MT	5.233	84,4	967	15,6	6.200
São Pedro da Cipa - MT	715	74,5	245	25,5	960
Juscimeira - MT	2.243	65,7	1.173	34,3	3.416
Rondonópolis - MT	36.533	89,5	4.271	10,5	40.804
Poxoréo - MT	3.026	54,2	2.557	45,8	5.583
Guiratinga - MT	2.607	74,5	892	25,5	3.499
Torixoréu - MT	831	60,7	537	39,3	1.368
Ribeirãozinho - MT	393	65,1	211	34,9	604
Baliza - GO	255	36,6	441	63,4	696

Município	Coletado	(%)	Outro Destino	(%)	Total
Caiapônia - GO	2934	68,7	1339	31,3	4.273
Montividiu - GO	1474	68,9	666	31,1	2.140
Rio Verde - GO	28161	85,9	4608	14,1	32.769
All	205.618	86,5	32.077	13,5	237.695

Fonte: Censo Demográfico (IBGE)

Com exceção dos municípios de Santo Antônio do Leverger e Baliza, onde a coleta de lixo atendia 22% e 36,6% dos domicílios, respectivamente, na maior parte dos domicílios, o serviço de coleta de lixo atendia mais da metade dos domicílios, variando o percentual de domicílios atendidos de 54,2% em Poxoréo a 92,1% em Cuiabá.

- Sistema de Energia Elétrica

A CEMAT foi adquirida, via processo de privatização do setor energético, pelo Grupo Rede, com atuação em todas as regiões do país. Distribui energia elétrica para a maior parte de Mato Grosso, numa área de concessão de 903.384 km² (99,6% do território do Estado), beneficiando mais de 700 mil consumidores em 138 municípios do Estado (86.3%). Em 2003, a CEMAT possuía 2.957 km de Linhas de Transmissão; 91 Subestações; 13.020 km de Redes de Distribuição; 24.258 km de Eletrificação Rural.

A energia elétrica, na área em estudo, é fornecida, para os municípios goianos, pela CELG - Centrais Elétricas de Goiás e, para os municípios mato-grossenses, pela REDE CEMAT - Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A.

Os serviços da CELG cobrem 98% do território de Goiás, abrangendo 237 municípios, dentre os quais se encontram os da Área de Influência da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte. Conta com 295 subestações, sendo 115 de transmissão e 183 de distribuição, e 5.726 km de linhas de transmissão.

- Infraestrutura Viária e Transporte

- ▶ Sistema Rodoviário

A área em estudo tem seu sistema viário estruturado por importantes rodovias federais e uma malha estadual que as interliga. As rodovias federais que servem à região em estudo são descritas a seguir.

- ▶ Rodovia BR - 163

Rodovia longitudinal, estendendo-se por 4.426,7 km, desde Santa Catarina até a fronteira com o Suriname, passando pelos estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. No Mato Grosso, desde a divisa com Mato Grosso do Sul até a divisa com o Pará, possui uma extensão de 1.121,2 km, sendo que o trecho em que atravessa a AII da LT é coincidente com a BR-364, a partir de Rondonópolis, Juscimeira, Juciara e Cuiabá.

- ▶ BR - 364

Rodovia diagonal, no sentido Noroeste-Sudeste, com extensão total de 4.141,5 km, cortando os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre, chegando à fronteira com o Peru. Em Goiás, passa ao sul do Estado, distante da AII. Em Mato Grosso, tem uma extensão de 1.177,2 km, de Aragarças à divisa com Rondônia, servindo às cidades de Juscimeira, Jaciara e Cuiabá, tendo trecho comum, já mencionado, com a BR-070 e BR-163, na entrada de Cuiabá. A rodovia apresenta problemas em todo seu percurso, com trechos não asfaltados, em precárias condições de tráfego, sem acostamento e com sinalização precária, e trechos em obras de pavimentação. O trecho que serve à Área de Influência da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte apresenta condições regulares de tráfego, que é intenso.

- ▶ BR -070

Rodovia radial que parte do DF levando à fronteira da Bolívia, no Mato Grosso, com extensão total de 1.317,7 km. Em Goiás, a BR-070 encontra-se distante da Área de Influência da LT. No Mato Grosso, a BR-070 tem uma extensão de 468,9 km, passando ao norte da região de estudo e adentrando-a nos municípios de Poxoréo e Campo Verde, onde, por cerca de 70 km, é coincidente com as BRs 163 e 364, até a chegada à Cuiabá. A partir de Cuiabá a rodovia segue

para Cáceres e a fronteira com a Bolívia. A rodovia apresenta condições regulares de tráfego, com precariedade de sinalização. Os trechos próximos a Cuiabá apresentam tráfego intenso.

► BR 452

Rodovia de ligação, que corta o estado de Goiás a partir de Rio Verde, onde se liga à Br-060, e a Minas Gerais, chegando a Araxá, com extensão total de 508,9 km. Em Goiás, há 203,9 km em boas condições de tráfego, embora apresentando pequenos e médios buracos em seu trecho intermediário, sendo seu trecho final coincidente com a BR-153, em Itumbiara. Para região em estudo, sua importância decorre da ligação de Rio Verde com o Triângulo Mineiro.

► BR 060

Rodovia radial, partindo do DF até a fronteira com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul, com extensão total de 1.329,3 km. Em Goiás, possui 476,1 km, fazendo a ligação de Rio Verde com Goiânia e Brasília. Possui boas condições de trafegabilidade no trecho DF-Rio Verde, onde apresenta pista dupla.

► BR - 158

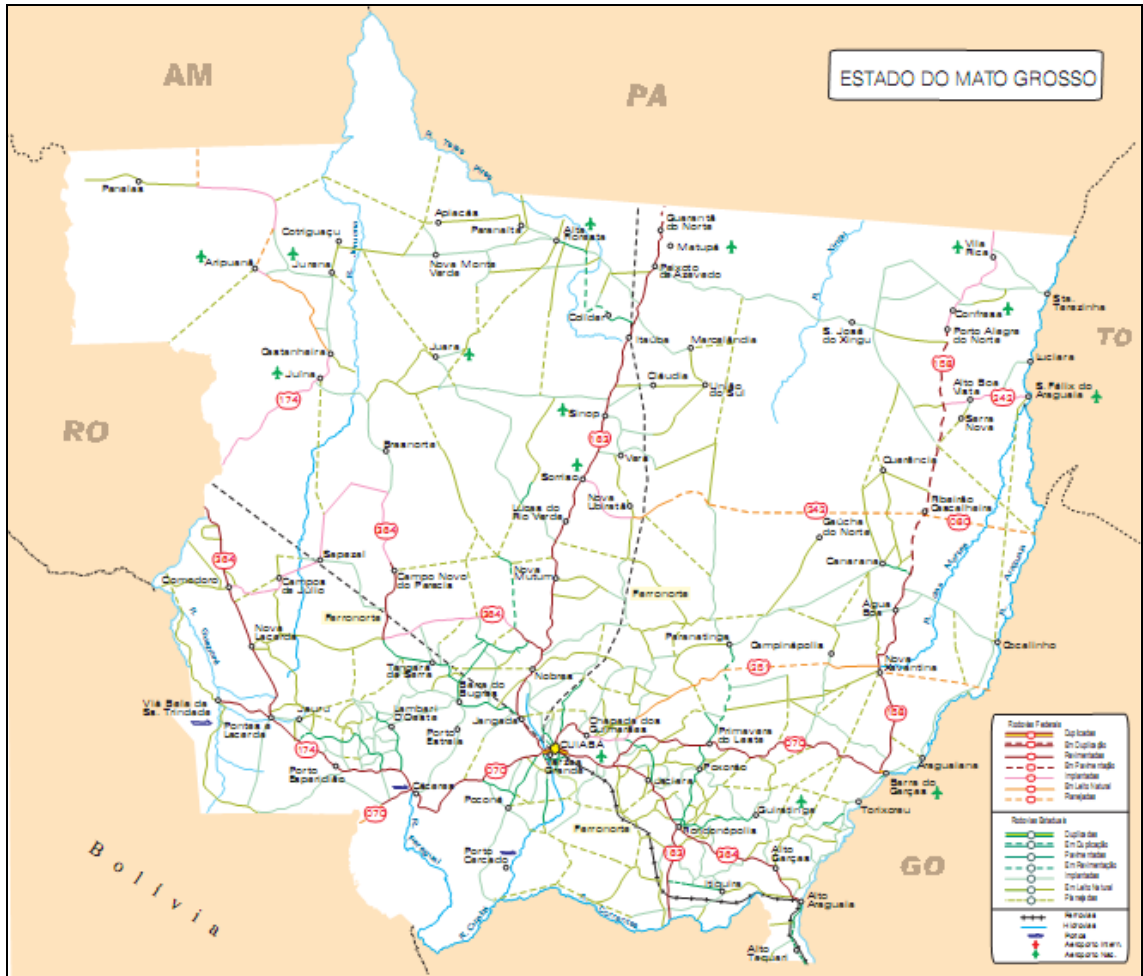
Rodovia longitudinal que corta os estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com extensão total de 3.955 km. Em Goiás, possui uma extensão de 276,9 km, entre Aragarças e Jataí (quando faz conexão com a BR-060 e a BR-364), cortando a região de estudo em Caiapônia. O trecho da BR-158 no Mato Grosso está localizado na região nordeste, da fronteira com o Pará até Aragarças, distante da AII do empreendimento.

A malha rodoviária federal que serve à Área de Influência Indireta da LT é complementada por importantes malhas estaduais, em ambos os estados, que estabelecem interligações com a malha federal. Cabem ser destacadas, pela importância que apresentam para a AII:

- ◆ MT-100, implantada, interliga Torixoréu e Ribeirãozinho, interligando a BR-070, em Aragarças, à BR-364 em Alto Araguaia;

- ◆ MT-270, em trecho implantado, liga a MT-100 a Guiratinga, permitindo o acesso a Torixoréu e Ribeirãozinho, e em trecho asfaltado, liga Guiratinga a Rondonópolis, encontrando a BR 364/163, em seu trecho coincidente;
- ◆ MT-130, asfaltada, liga Poxoréo a Rondonópolis e à BR-364/163 e, em direção Norte, leva de Poxoréo à BR-070;
- ◆ MT-344, asfaltada, interliga as BRs 070 e 364/163, permitindo o acesso de Campo Verde a Jaciara; e
- ◆ MT-040, asfaltada, leva de Santo Antonio do Leverger a Cuiabá.
- ◆ GO-174, asfaltada, interliga Rio Verde a Montividiu, seguindo para Iporá;
- ◆ GO-422, asfaltada, interliga, em continuação à GO-174, as BRs 060 e 364, passando por Rio Verde;
- ◆ GO-220, parte asfaltada e parte em pavimentação, permite o acesso de Montividiu à BR-158, que leva a Caiapônia;
- ◆ GO-421/194, em pavimentação, dá acesso de Baliza, na divisa com Mato Grosso, à BR-158;

Além da infraestrutura viária federal e estadual, a região conta com uma complexa malha de estradas vicinais ou "estradas de roça", como são denominadas pelos moradores da região, que servem de acesso às propriedades e áreas de produção. Nelas se incluem estradas municipais e estradas particulares, cuja manutenção é feita pela prefeitura local ou pelos proprietários. De uma maneira geral, essas estradas se encontram em bom estado de conservação, embora, no período das chuvas, apresentem condições precárias para o tráfego.



Fonte: Ministério dos Transportes

Figura 3.6.5.3-2 - Mapa Rodoviário de Mato Grosso



Fonte: Ministério dos Transportes

Figura 3.6.5.3-3 - Mapa Rodoviário de Goiás

O município de Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso é o município mais populoso da AII, referência em termos de saúde, educação, comércio e serviços, dispõe de um terminal rodoviário (Terminal Dr. Cássio Veiga de Sá), onde operam 4 empresas que fazem o transporte de passageiros intermunicipal e 17 empresas de transporte interestadual. De acordo com estimativas do DPI/IPDU, a partir de informações obtidas na Servente Serviços Ltda., no ano de 2005, houve movimento de 1.122.000 passageiros e 115.200 ônibus no terminal rodoviário de Cuiabá.

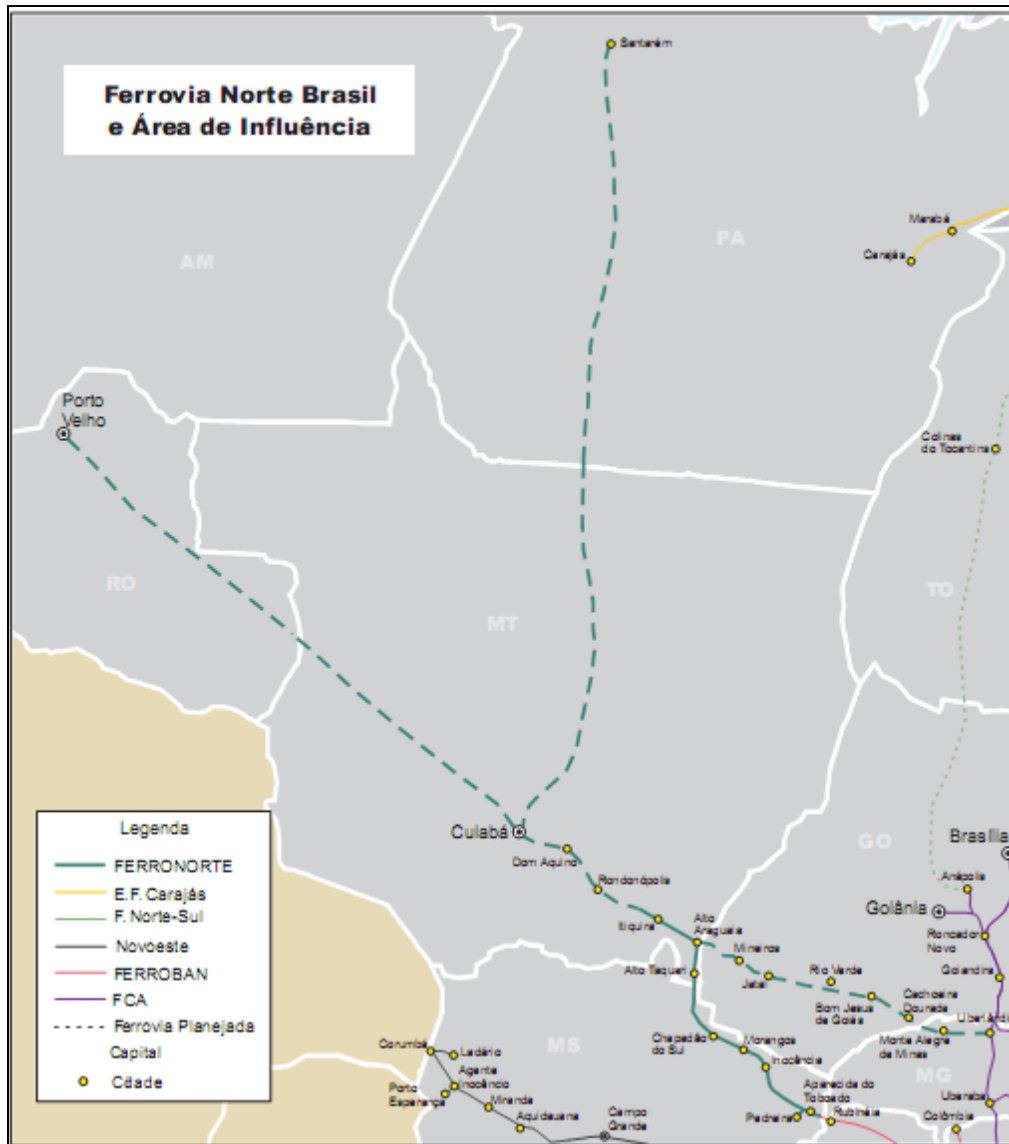
No município de Rio Verde, que se constitui em pólo regional, o transporte intermunicipal e interestadual é realizado por oito empresas, para os principais pontos regionais, estaduais e nacionais, possibilitando o transporte de passageiros para as principais capitais do país. O transporte de cargas é realizado por empresas fixas, que transportam grãos, animais, manufaturados e mercadorias refrigeradas. A frota de caminhões de Rio Verde está estimada em 4.000 veículos.

Em Rondonópolis, município privilegiado por localizar-se no entroncamento da Br 163 com a BR 364, no ano de 2007, a frota de caminhões contava com 3.210 veículos. Havia, no município, 56 veículos para transporte coletivo de passageiros.

► Sistema Ferroviário

Na área em estudo, não há nenhuma ferrovia construída. Encontra-se planejada a implantação da Ferrovia Norte Brasil (FERRONORTE S.A.) A concessão foi obtida em 1989, por 90 anos, para construir e operar um sistema ferroviário de carga de 5.000 km, ligando Cuiabá (MT), Uberlândia (MG), Uberaba (MG), Aparecida do Taboado (MS), Porto Velho (RO) e Santarém (PA).

Pretende-se interligar Cuiabá (MT) com as malhas ferroviárias existentes no Triângulo Mineiro e São Paulo, alcançar Porto Velho (RO), onde começa a navegação do Rio Madeira, e Santarém (PA), onde integra-se à navegação de longo curso pelo Rio Amazonas. Em Aparecida do Taboado (MS), interligar-se-á com a hidrovia Tietê-Paraná, servindo de alternativa para se atingir os principais mercados do Sul do País. Abre a possibilidade de escoamento da produção do Centro-Oeste pelos portos de Santos (SP) e Sepetiba (RJ). É um projeto de longo prazo, estritamente privado, não acarretando ônus para a União. As ações pertencem à FERROPASA (Ferronorte Participações S.A.), holding controladora de empresas de transporte ferroviário.



Fonte: Ministério dos Transportes

Figura 3.6.5.3-4 - Mapa Ferrovia Planejada FERRONORTE

► Sistema Aeroviário

Os aeroportos de Cuiabá e Goiânia, capitais dos Estados de Mato Grosso e Goiás, fazem as ligações comerciais regulares com o resto do País.

O aeroporto Santa Genoveva, de Goiânia, tem uma pista de 2.200 m X 45 m, com uma capacidade/ano de 600 mil passageiros. Em 2003, transportou cerca de 860 mil passageiros e cerca de 5,8 milhões kg de carga.

O Aeroporto Internacional Marechal Rondon, localizado a 10 km do centro da cidade de Cuiabá, no município de Vargem Grande, foi inaugurado em 1956. Em fevereiro de 1975, a INFRAERO assumiu a administração do aeroporto e deu início à execução de várias obras para atender às necessidades do complexo aeroportuário.

A partir de 1996, o Aeroporto Marechal Rondon se tornou internacional. Atualmente, atende a mais de 500 mil passageiros por ano. Possui pista asfaltada, com 2.330 m X 45 m, e o terminal de passageiros tem capacidade/ano para 720 mil passageiros, tendo, em 2003, transportado cerca de 630 mil passageiros e cerca de 5,3 milhões kg de carga. Desde 2004, encontra-se em obra para ampliação de suas instalações. Encontram-se em operação, no Aeroporto Internacional, as linhas nacionais BRA, Gol e TAM, as linhas regionais Trip e Cruiser e nove linhas de táxi aéreo. Entre os aeroportos com maior movimento do Brasil, o de Cuiabá ocupou, em 2005, a 17ª posição quanto ao movimento de aeronaves; a 19ª posição em relação ao movimento de passageiros; a 20ª em carga e a 10ª posição em mala postal, de acordo com o Perfil Socioeconômico de Cuiabá (2007: p.369).

Além desses aeroportos que atendem à região, existem, na área em estudo, o aeroporto de Rio Verde e vários aeródromos, homologados ou não, relacionados no **Quadro 3.6.5.3-19**.

No município de Rio Verde, o Aeroporto General Leite de Castro possui pista de 1.500 m, pavimentada e sinalizada. Os vôos regulares são realizados pela empresa TRIP, e os principais destinos são Belo Horizonte, Goiânia e Uberlândia, com conexão para diversos destinos nacionais operados pela companhia. Embarcam e desembarcam por mês, em média, 1400 passageiros. Além da capital, Goiânia, é o único município do Estado que opera com vôos diários.

Quadro 3.6.5.3-19 - Aeródromos da AII

Municípios da AII	Localidade	Pista	Dimensões (m)	Homologação
		Tipo pavimentação		
Cuiabá - MT	Sede	asfalto	2.300 x 45	sim
	Estância Santana	cascalho	1.200 x 21	sim
	Chácara Córrego Fundo	grama	650 x 18	sim
	Chácara São José	cascalho	600 x 18	sim
	Faz. Ponderosa (*)	cascalho	800 x 18	sim
	Faz. Várzea do Farval	cascalho	800 x 18	sim
Santo Antônio do Leverger - MT	Estância Sto. Antônio	asfalto	1.200 x 15	sim
	Faz. Cedro	asfalto	1.500 x 20	sim
	Faz. Salto do Poente	cascalho	700 x 23	sim
	Faz. Vertente(*)	cascalho	1.100 x 50	sim
Campo Verde - MT	Sede	cascalho	1.350 x 30	sim
	Faz. Floresta	terra	900 x 15	sim
	Faz. Cristalida	saibro	900 x 25	sim
	Faz. Santo Antonio	cascalho	1.200 x 30	sim
	Faz. Marabá	cascalho	1.100 x 50	sim
	Faz. Lagoa Funda	cascalho	1.200 x 30	sim
Jacizara - MT	Sede	cascalho	1.088 x 22	sim
	Faz. Nossa Sra. Aparecida	cascalho	700 x 20	sim
São Pedro da Cipa - MT				
Juscimeira - MT	Faz. Colorado	cascalho	900 x 23	sim
	Faz. Morro Velho	grama	800 x 18	sim
Rondonópolis - MT	Sede (*)	asfalto	1.850 x 30	sim
	Agroer/Aviação Agrícola	terra	550 x 18	sim
	Faz. Santa Mônica	cascalho	850 x 18	sim
	Sítio Sudoeste	asfalto	1.830 x 30	sim
	MT-SWRD	asfalto	1.210 x 30	sim
Poxoréo - MT				
Guiratinga - MT	Faz. Vale Rico	cascalho	800 x 30	sim
Torixoréu - MT		cascalho	1.100 x 20	sim
Ribeirãozinho - MT				
Baliza - GO	Faz Ibia	terra	1.100 x 35	sim
Caiapônia - GO		argila		não
Montividiu - GO				
Rio Verde - GO	Sede	asfalto	1.500 x 30	sim
	Faz. Reunidas	cascalho	1.200 x 18	sim
	Faz Boa Esperança	terra	600 x 18	sim

Fonte: Rotaer *apud* Ecology Brasil 2005

- Sistema de Comunicação

- ▶ Telefonia

Os serviços de telefonia nos municípios da AII são de responsabilidade da TELEGOIÁS, no atendimento aos municípios goianos, e da TELEMAT, em Mato Grosso. Com o processo de privatização das telecomunicações, concluído em 1998, a Brasil Telecom passou a ser a detentora exclusiva da concessão para a prestação de serviço telefônico fixo comutado em Mato Grosso até o final de 2000, quando entrou em operação a empresa Global Village Telecom - GVT. Em Cuiabá, no ano de 2005, havia 221.215 acessos telefônicos instalados e 4.620 telefones públicos em serviço.

Durante os levantamentos de campo, foi possível observar que a cobertura por satélite para os serviços de telefonia celular nos municípios goianos é bastante satisfatória, o que não ocorre em grande parte da área rural de Mato Grosso.

- ▶ Correios e Telégrafos

As cidades contam com os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, por intermédio de agências próprias, franquizadas, postos de venda e caixas coletoras de correspondência, situadas nas cidades da AII, que, de acordo com informações da pesquisa de campo, atendem às necessidades locais.

Além dos serviços básicos, oferecidos pela EBCT, algumas agências, ainda, mantêm recebimento de contas, serviços, taxas e impostos, tais como contas de água, luz, telefone, IPTU, carnês, entre outros serviços.

- ▶ Teledifusão

Quanto às imagens de televisão, podem ser captadas, nos municípios da AII, transmissões das redes Globo, Bandeirantes, SBT, Record, e Rede TV.

- ▶ Rádios e Jornais

Os equipamentos de informação dos municípios em estudo se encontram relacionados no **Quadro 3.6.5.3-20**.

Quadro 3.6.5.3-20 - Emissoras de Rádio e Jornais

Município	Emissoras de rádio	Jornais
Cuiabá	Rádio Cultura AM	A Gazeta
	Rádio A Gazeta FM	Folha do Estado
	Rádio Cidade FM	Diário de Cuiabá
Santo Antônio do Leverger	Rádio Comunitária Pantanal	
Campo Verde	Rádio Cidade Bela FM	O Diário
		Folha da Cidade
		Jornal Integração
Jaciará	Rádio 770 AM Xavantes Jaciara LTDA	Contato Regional
		Correio do Vale
		A Notícia
Rondonópolis	Rádio Amorim FM	Jornal A Tribuna
	Rádio Tropical FM 105	
	Rádio Evangélica FM	Revista Rondon
	Rádio Shalom FM	
	Rádio Comunitária do Conjunto S. José FM	
	Rádio Amorim Juventude 94,6 AM	
	Rádio Clube de Rondonópolis AM	
	Rádio Cultura	
Poxoréo	AM 750 Sul Mato-grossense	
	Rádio Gazeta FM 90,9	
Guiratinga	Rádio Garça Branca AM	Folha de Guiratinga
Caiapônia	Rádio AM Serral Azul	
	Rádio Liberdade FM (comunitária)	
Montividiu	FM 87,9 Rádio Ativa	
	FM 88,5 Rede Positivo	
Rio Verde	Rádio Rio Verde AM	Jornal O Mercador
	Rádio Sudoeste 96 FM	Jornal "O Popular"
	Rádio Morada do Sol 97 FM	

Fonte: Ecology Brasil, Levantamentos de Campo, 2009

- Fluxos de pessoas e cargas (ordem de grandeza)

Esse subitem foi atendido a partir da apresentação do Infograma no apresentado o item d - Hierarquia Urbana e Regional.

ANEXOS

ANEXO 1 - CONTAGEM POPULACIONAL NA AID

Municípios	Área total do Setor (km²)	Área na AID (km²)	Situação do Setor	População do Setor	Densidade Demográfica	Pop. Estimada na AID
Campo Verde	843,1	33,98	Zona Rural	1346	1,596489147	54,24870122
Campo Verde	200,71	0,65	Zona Rural	487	2,426386329	1,577151114
Cuiabá	379,51	0,34	Zona Rural	642	1,691655029	0,57516271
Cuiabá	710,16	27,93	Zona Rural	612	0,861777628	24,06944914
Guiratinga	542,8	51,8	Zona Rural	223	0,410832719	21,28113486
Guiratinga	541,92	95,01	Zona Rural	88	0,162385592	15,42825509
Guiratinga	576,66	91,88	Zona Rural	363	0,629487046	57,8372698
Guiratinga	299,4	46,15	Zona Rural	185	0,617902472	28,51619906
Guiratinga	136,68	34,67	Zona Rural	106	0,775534094	26,88776705
Guiratinga	512,25	1,77	Zona Rural	240	0,46852123	0,829282577
Guiratinga	0,74	0,64	Área Urbana	74	100	64
Guiratinga	292,17	88,75	Zona Rural	100	0,342266489	30,37615087
Jaciara	49,96	8,38	Área Urbana	476	9,527622098	79,84147318
Jaciara	150,21	30,7	Zona Rural	202	1,344783969	41,28486785
Jaciara	485,31	12,68	Zona Rural	80	0,16484309	2,090210381
Jaciara	301,19	150,02	Zona Rural	367	1,21849995	182,7993625
Jaciara	262,94	11,05	Zona Rural	516	1,962424888	21,68479501
Juscimeira	2,57	2,53	Área Urbana	855	332,6848249	841,692607
Juscimeira	61,12	27,71	Zona Rural	177	2,895942408	80,24656414
Juscimeira	16,17	3,48	Zona Rural	130	8,039579468	27,97773655
Juscimeira	24,35	16,91	Zona Rural	129	5,297741273	89,58480493
Juscimeira	0,82	0,82	Povoado	431	525,6097561	431
Juscimeira	120,65	5,54	Zona Rural	116	0,961458765	5,326481558
Juscimeira	117,37	0,14	Zona Rural	130	1,107608418	0,155065178
Juscimeira	0,94	0,94	Área Urbana	527	560,6382979	527
Juscimeira	108,05	3,58	Zona Rural	103	0,953262379	3,412679315
Juscimeira	153,11	65,28	Zona Rural	363	2,370844491	154,7687284
Poxoréo	42,2	0,42	Zona Rural	63	1,492890995	0,627014218
Poxoréo	269,6	98,76	Zona Rural	166	0,615727003	60,80919881
Poxoréo	134,14	64,61	Zona Rural	141	1,051140599	67,91419413
Poxoréo	52,72	11,02	Aglomerado Rural Isolado	371	7,037177542	77,54969651
Poxoréo	640,05	110,14	Zona Rural	283	0,442152957	48,69872666
Ribeirãozinho	1,39	1,1	Área Urbana	876	630,2158273	693,2374101
Ribeirãozinho	239,84	48,92	Zona Rural	113	0,471147432	23,04853235
Ribeirãozinho	381,17	73,29	Zona Rural	410	1,075635543	78,83332896
São Pedro da Cipa	20,19	15,84	Zona Rural	52	2,575532442	40,79643388
Rondonópolis	210,25	47,76	Zona Rural	287	1,365041617	65,19438763
Rondonópolis	198,85	41,51	Zona Rural	613	3,082725673	127,9639427
Rondonópolis	218,44	50,39	Zona Rural	356	1,629738143	82,12250504
Rondonópolis	99,79	4,83	Zona Rural	356	3,567491733	17,23098507
Rondonópolis	56,44	2,39	Zona Rural	96	1,700921332	4,065201984
Santo Antônio do Leverger	448,31	77,97	Zona Rural	850	1,896009458	147,8318574

Municípios	Área total do Setor (km ²)	Área na AID (km ²)	Situação do Setor	População do Setor	Densidade Demográfica	Pop. Estimada na AID
Santo Antônio do Leverger	3,72	0,69	Povoado	303	81,4516129	56,2016129
Santo Antônio do Leverger	121,35	43,06	Zona Rural	349	2,875978574	123,8396374
Santo Antônio do Leverger	990,38	23,2	Zona Rural	941	0,95014035	22,04325612
Santo Antônio do Leverger	624,97	66,03	Zona Rural	1363	2,180904683	144,0051362
Santo Antônio do Leverger	315,83	36,01	Zona Rural	264	0,835892727	30,1004971
Santo Antônio do Leverger	81,08	21,34	Zona Rural	241	2,972372965	63,43043907
Santo Antônio do Leverger	72,99	13,75	Zona Rural	777	10,64529388	146,3727908
Torixoréu	523,81	23,77	Zona Rural	238	0,454363223	10,80021382
Torixoréu	569,36	111,71	Zona Rural	455	0,799142897	89,27225306
Torixoréu	288,27	60,07	Zona Rural	82	0,284455545	17,0872446
Baliza	303,78	57,43	Zona Rural	101	0,332477451	19,09418
Baliza	97,7	36,7	Aglomerado Rural Isolado	171	1,750255885	64,23439099
Baliza	90,58	20,54	Aglomerado Rural Isolado	291	3,21262972	65,98741444
Baliza	67,95	34,03	Aglomerado Rural Isolado	349	5,136129507	174,7824871
Baliza	172,52	57,96	Aglomerado Rural Isolado	348	2,017157431	116,9144447
Caiapônia	296,7	60,48	Zona Rural	69	0,23255814	14,06511628
Caiapônia	390,62	50,73	Zona Rural	224	0,57344734	29,09098356
Caiapônia	503,57	56,55	Zona Rural	92	0,182695554	10,33143356
Caiapônia	279,57	12,15	Zona Rural	13	0,046499982	0,564974783
Caiapônia	390,9	5,41	Zona Rural	34	0,086978767	0,470555129
Caiapônia	384,57	104,28	Zona Rural	650	1,690199444	176,253998
Caiapônia	275	98,49	Zona Rural	127	0,461818182	45,48447273
Caiapônia	374,01	9,95	Zona Rural	59	0,157749793	1,569610438
Caiapônia	433,05	109,54	Zona Rural	151	0,348689528	38,19545087
Caiapônia	455,47	67,03	Zona Rural	225	0,493995214	33,11249918
Caiapônia	52,82	22,06	Aglomerado Rural Isolado	226	4,278682317	94,38773192
Montividiu	681,48	161,21	Zona Rural	800	1,173915595	189,2469331
Rio Verde	308,92	49,14	Zona Rural	705	2,282144244	112,1445682
Rio Verde	358,04	43,97	Zona Rural	501	1,399284996	61,52656128
Rio Verde	93,19	5,29	Zona Rural	301	3,229960296	17,08648997
Rio Verde	113,98	3,28	Zona Rural	269	2,360063169	7,741007194
Rio Verde	763,22	125,29	Zona Rural	496	0,649878148	81,42323314
Total	20383,64	3053,42		25316		6407,276933

3.6.5.4 - Saúde - All

a. Infraestrutura de Saúde

A rede pública de saúde disponibiliza 350 unidades, em toda a área em estudo. A maior parte destas unidades (182) são centros de saúde, ou unidades básicas de saúde, presentes em todos os municípios analisados. Há, também, postos de saúde na maior parte dos municípios (com exceção de Montividiu, Baliza, Guiratinga, Poxoréo e Jaciara), contabilizando 41 postos de saúde na All.



Figura 3.6.5.4-1 - Secretaria de Saúde - Município de Cuiabá



Figura 3.6.5.4-2 - Hospital Municipal - Município de Jaciara

Alguns municípios da All não dispõem de hospitais públicos. São eles: São Pedro da Cipa, Juscimeira, Guiratinga, Torixoréo, Baliza e Montividiu. Os municípios de Montividiu e Juscimeira contam com um hospital da rede privada.

Nos municípios mais populosos - Cuiabá, Rondonópolis e Rio Verde, a rede pública de saúde é mais ampla, diversificada e especializada. Os hospitais públicos são mais numerosos: há 04 hospitais gerais e um hospital especializado em Cuiabá, 03 hospitais gerais e 01 especializado em Rondonópolis e 02 hospitais gerais e 02 especializados, da rede pública, em Rio Verde. Além disso, existem 06 policlínicas da rede pública em Cuiabá e 01 em Rio Verde. Estes três municípios contam, também, com ambulâncias qualificadas como "unidade móvel pré-hospitalar de urgência e emergência". Há ambulâncias comuns nos municípios de Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara e Ribeirãozinho. As unidades de apoio à diagnose e terapia (para realização de exames, por exemplo) só existem nos três maiores municípios e em Campo Verde.

Quadro 3.6.5.4-1 - Estabelecimentos de saúde por tipo - Rede Pública - Maio/2009

Município	Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	Centro de Atenção Psicossocial	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/ Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	Hospital Especializado	Hospital Geral	Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	Policlínica	Posto de Saúde	Secretaria de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade de Vigilância em Saúde	Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/ Emergência	Unidade Móvel Terrestre	Total
Cuiabá	1	6	88	21	-	1	1	4	1	6	2	1	4	1	3	1	141
Santo Antônio do Leverger	-	-	4	1	-	-	-	1	-	-	10	-	-	-	-	1	17
Campo Verde	1	1	7	2	-	-	-	1	-	-	7	1	2	1	-	1	24
Jaciara	1	1	12	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	16
São Pedro da Cipa	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Juscimeira	-	-	4	1	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	8
Rondonópolis	-	2	37	4	2	1	1	3	-	-	4	1	1	1	1	-	58
Poxoréo	-	-	5	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Guiratinga	-	1	6	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Torixoréu	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
Ribeirãozinho	-	-	1	1	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	5
Baliza	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Caiapônia	-	-	2	-	1	1	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	8
Montividiu	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Rio Verde	1	1	9	11	-	1	2	2	-	1	11	1	1	2	2	2	47
All	4	12	182	43	4	4	4	15	2	7	41	5	8	6	6	7	350

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (DATASUS)

A rede privada de saúde disponibiliza 1487 estabelecimentos em toda a AII. No entanto, estes estabelecimentos estão concentrados nos municípios de Rio Verde, Rondonópolis e, majoritariamente, na capital do Mato Grosso, Cuiabá, onde estão localizados 66,6% dos estabelecimentos de saúde privados da área em estudo.

A maior parte dos estabelecimentos de saúde da rede privada são consultórios isolados - 1057, ao todo, na área em estudo. São mais numerosas, também, as clínicas especializadas - 267 - e as unidades de apoio à diagnose e terapia - 109. Nos municípios menores, quando existente, a rede privada de saúde é representada, principalmente, por hospitais gerais - presentes em Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Guiratinga, Torixoréu, Caiapônia e Montividiu - e consultórios isolados.

Quadro 3.6.5.4-2 - Estabelecimentos de saúde por tipo - Rede Privada - Maio/2009

Município	Centro de Atenção Hemoterápica e ou Hematológica	Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializada/Ambulatório Especializado	Consultório Isolado	Cooperativa	Farmácia Medic Excepcional e Prog Farmácia Popular	Hospital Dia	Hospital Especializado	Hospital Geral	Policlínica	Posto de saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Unidade Móvel Pré Hospitalar - Urgência/Emergência	Unidade Móvel Terrestre	Total
Cuiabá	1	3	167	703	6	1	1	8	10	1		74	14	1	990
Santo Antônio do Leverger	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Campo Verde	-	-	1	17	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	21
Jaciara	-	-	6	6	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-
São Pedro da Cipa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Juscimeira	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Rondonópolis	-	-	10	201	-	-	-	-	2	1	1	26	-	1	242
Poxoréo	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5
Guiratinga	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	6
Torixoréu	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Ribeirãozinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baliza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caiapônia	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	4
Montividiu	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	3
Rio Verde	-	-	82	120	2	-	-	2	1	5	-	1	-	-	212
All	1	3	267	1057	8	1	1	10	21	7	1	109	14	2	1487

Fonte: Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (DATASUS)

No conjunto dos 15 municípios que compõem a AII do empreendimento, estão disponíveis 3.256 leitos hospitalares, 67,3% dos quais são vinculados ao SUS. No entanto, a sua distribuição não é equânime entre os municípios em estudo. A maior parte dos leitos disponíveis, vinculados ou não ao SUS, bem como os leitos do tipo complementar ou de “outras especialidades”, concentra-se nos municípios de Cuiabá, Rio Verde e Rondonópolis, nesta ordem. Os municípios de São Pedro da Cipa e Baliza não dispõem de leitos hospitalares. Nos municípios de Santo Antônio do Leverger, Ribeirãozinho e Montividiu, não há leitos disponíveis na rede particular.

Quadro 3.6.5.4-3 - Leitos hospitalares por especialidade e vinculação ao SUS nos municípios da AII - Ago/2009

Municípios e AII	Vinculação ao SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Complementares	Obstétrico	Pediátrico	Outras Especialidades	Hospital/DIA	Total
Cuiabá	SUS	344	291	138	116	200	112	0	1.201
	Não vinculados	267	142	172	58	49	0	6	694
Santo Antônio do Leverger	SUS	5	11	1	4	4	0	0	25
	Não vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Verde	SUS	10	17	1	10	10	0	0	48
	Não vinculados	0	2	0	1	1	0	0	4
Jacara	SUS	12	7	0	4	6	1	0	30
	Não vinculados	13	8	0	6	4	0	0	31
São Pedro da Cipa	SUS	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0
Juscimeira	SUS	0	11	0	1	3	0	0	15
	Não vinculados	0	2	0	1	2	0	0	5
Rondonópolis	SUS	92	81	33	33	44	86	4	373
	Não vinculados	35	18	9	10	12	1	4	89
Poxoréo	SUS	13	25	4	12	20	3	0	77
	Não vinculados	4	4	0	2	4	0	0	14
Guiratinga	SUS	3	4	1	5	4	0	0	17
	Não vinculados	1	1	0	1	1	0	0	4
Torixoréu	SUS	7	8	0	4	3	0	0	22
	Não vinculados	0	0	0	0	0	1	0	1

Municípios e All	Vinculação ao SUS	Cirúrgicos	Clínicos	Complementares	Obstétrico	Pediátrico	Outras Especialidades	Hospital/DIA	Total
Ribeirãozinho	SUS	2	5	0	4	4	0	0	15
	Não vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0
Baliza	SUS	0	0	0	0	0	0	0	0
	Não vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0
Caiapônia	SUS	12	14	0	12	14	0	0	52
	Não vinculados	1	1	0	3	1	0	0	6
Montividiu	SUS	4	19	0	5	6	0	0	34
	Não vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0
Rio Verde	SUS	40	101	14	19	22	83	4	283
	Não vinculados	37	108	8	30	11	22	0	216
All	SUS	544	594	192	229	340	285	8	2.192
	Não vinculados	358	286	189	112	85	24	10	1.064

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES/DATASUS

No ano de 2007, na área em estudo, o Programa de Saúde da Família estava presente em todos os municípios analisados, tendo sido atendidas 141.247 famílias em toda a All. A maior parte das famílias atendidas residia nos municípios de Cuiabá (42,1%) e Rondonópolis (26,7%). Nos demais municípios em estudo, em 2007, o número de famílias atendidas pelo PSF variou de 698, no município goiano de Baliza, a 7.416 famílias, no município mato-grossense de Jaciara.

Quadro 3.6.5.4-4 - População coberta pelo Programa de Saúde da Família (PSF) nos municípios da All - 2007

Municípios e All	Número de Famílias atendidas pelo PSF
Cuiabá	59.517
Santo Antônio do Leverger	3.442
Campo Verde	6.775
Jaciara	7.416
São Pedro da Cipa	1.103
Juscimeira	3.397
Rondonópolis	37.693
Poxoréo	4.699
Guiratinga	3.769
Torixoréu	1.256

Municípios e AII	Número de Famílias atendidas pelo PSF
Ribeirãozinho	718
Baliza	698
Caiapônia	2.812
Montividiu	2.426
Rio Verde	5.526
All	141.247

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica - Cadastramento Familiar - DATASUS

Na área em estudo, no ano de 2002, havia 11.686 funcionários da área de saúde, direcionados para o atendimento pelo SUS. Os profissionais de saúde de nível superior representavam 31,5% deste total, enquanto o pessoal de saúde de nível técnico representava 32,7%. Havia, ainda, 24,9% de pessoal administrativo e 10,9% de pessoal de saúde com nível elementar.

Observa-se uma concentração dos profissionais da área da saúde em Cuiabá (66,5%), Rondonópolis (13,4%) e Rio Verde (9,7%). A presença de pessoal ocupado no atendimento pelo SUS, nos demais municípios em estudo, variava de 0,2% do total da AII (24 funcionários), em Ribeirãozinho, a 1,8% (208 funcionários) em Guiratinga.



Figura 3.6.5.4-3 - Posto do PSF no Povoado Pouso Alto- Município de Torixoréu.

Quadro 3.6.5.4-5 - Recursos Humanos dos Estabelecimentos de Saúde - Atendimento pelo SUS - 2002

Município	Pessoal de saúde - nível superior	Pessoal de saúde - nível técnico/auxiliar	Pessoal de saúde - qualificação elementar	Pessoal administrativo	Total	(%)
Cuiabá	2.551	2.666	561	1.997	7.775	66,5
Santo Antônio do Leverger	20	20	81	33	154	1,3
Campo Verde	47	42	49	22	160	1,4
Jaciara	56	41	24	29	150	1,3
São Pedro da Cipa	6	10	8	8	32	0,3
Juscimeira	22	31	33	15	101	0,9
Rondonópolis	519	413	280	356	1.568	13,4
Poxoréo	38	39	61	27	165	1,4
Guiratinga	43	56	58	51	208	1,8
Torixoréu	14	15	8	10	47	0,4
Ribeirãozinho	11	2	5	6	24	0,2
Baliza	5	5	17	6	33	0,3
Caiapônia	26	20	28	18	92	0,8
Montividiu	5	15	9	12	41	0,4
Rio Verde	323	442	50	321	1.136	9,7
All	3.686	3.817	1.272	2.911	11.686	100
(%)	31,5	32,7	10,9	24,9	100	

Fonte: Pesquisa Assistência Médico-Sanitária - IBGE/DATASUS

A proporção de médicos existentes para cada mil habitantes é um indicador da qualidade da infraestrutura de saúde, sendo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a presença de um médico para cada mil habitantes, proporção esta que, até o ano de 2000, na área em estudo, só havia sido alcançada pelo município de Cuiabá. Cinco municípios da All, até aquele ano, não dispunham de médicos residentes: São Pedro da Cipa, Poxoréo, Torixoréu, Ribeirãozinho, Baliza e Caiapônia (não há dados disponíveis para o município matogrossense de Santo Antônio do Leverger). Nos demais, a proporção de médicos por mil habitantes variava de 0,38, no município de Guiratinga, a 1,54, em Cuiabá.

Complementarmente, a porcentagem de enfermeiros residentes com curso superior é outro indicador da qualidade da infraestrutura de saúde, que revela a razão entre o total de pessoas residentes no município que exerce a profissão de enfermeiro e que tem curso superior e o total das pessoas residentes no município que exercem esta profissão vezes cem. No ano de 2000, na área em estudo, seis municípios apresentaram proporção de enfermeiros residentes com curso superior bastante mais elevada que os demais - acima de 30%: Guiratinga, Baliza, Ribeirãozinho, Campo Verde, Rondonópolis e Cuiabá, nesta ordem.

Quadro 3.6.5.4-6 - Médicos residentes e enfermeiros residentes com curso superior nos municípios da AII (% por mil habitantes), 2000

Municípios da AII	Enfermeiros residentes com curso superior - (%)	Médicos residentes (por mil habitantes)
Cuiabá	31	1,54
Santo Antônio do Leverger	45,38	0,42
Campo Verde	38	0,621
Jaciara	2	0,77
São Pedro da Cipa	19	0
Juscimeira	5	0,749
Rondonópolis	35	0,892
Poxoréo	1	0
Guiratinga	45	0,383
Torixoréu	10	0
Ribeirãozinho	38,04	0
Baliza	38,775	0
Caiapônia	6	0
Montividiu	1	0,672
Rio Verde	2	0,714

Fonte: IPEA

b. Incidência de Endemias

Entre 2001 e 2006, a enfermidade que registrou maior número de casos, na área em estudo, foi a dengue. Foram, também, notificados casos de AIDS e poucos casos de malária. A Malária será analisada em um relatório a parte seguindo as diretrizes da Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Não foi confirmado nenhum caso de febre amarela no período analisado, em nenhum dos municípios da AII.

De 2001 a 2006, foram confirmados 11.304 casos de dengue no conjunto de municípios em estudo. A maior parte dos infectados residiam em Cuiabá (48,5%) e Rio Verde (30,8%). Apresentaram percentuais mais elevados de residentes que contraíram dengue, também, os municípios de Rondonópolis (9,4%), Jaciara (3,2%) e Campo Verde (1,7%). O ano de 2003 se constituiu num ano de pico, no qual foi confirmado o maior número de casos na AII (3.490 casos confirmados), a maioria deles em Cuiabá. Em 2006, houve novamente uma elevação no número de casos confirmados de dengue na área em estudo (3.012 casos), desta vez mais concentrados no município de Rio Verde. No período analisado, o menor número de casos de dengue ocorreu no município de Ribeirãozinho - apenas 5 casos entre 2001 e 2006.

- Dengue

O estado do Mato Grosso tem umas das mais altas incidências de Dengue de todo país. Entre 2001 e 2008, os municípios do Estado do Mato Grosso são os que acumularam mais números de pessoas infectadas pela doença, 64% do total de todos os municípios da AII.

De acordo com o relatório de situação do Estado do Mato Grosso, em 2008, foram confirmados, 6.710 casos notificados de dengue. Os casos notificados são aqueles que obtiveram classificação como sendo: dengue clássico, dengue com complicações, febre hemorrágica da dengue, síndrome do choque da dengue, ignorado/branco e inconclusivos.

A taxa de incidência de dengue no Estado do Mato Grosso em 2008 foi de 226,9 casos por 100 mil habitantes. Foram registrados sete casos de febre hemorrágica, com um óbito, e nove casos de dengue com complicação, com dois óbitos. Quanto ao monitoramento da circulação viral, foram analisadas 43 amostras, mas não houve registro de amostra positiva. As internações acompanharam a tendência de redução das notificações.

Dentro dos municípios da Área de Influência Indireta do LT Cuiabá - Riberãozinho - Rio Verde Norte, a capital do Estado do Mato Grosso e o município de Rio Verde, em Goiás, tem o maior número de casos nos últimos anos, mesmo não mantendo uma média de muitos casos em todos os anos pesquisados (2001-2006).

O estado de Goiás teve no ano de 2008, 37.118 casos de dengue, um aumento de 281,7% em comparação com 2007 (9.725 notificações). Consideram-se confirmados todos os casos notificados, exceto os casos descartados. Ou seja, todos os casos com classificação final: dengue clássico, dengue com complicações, febre hemorrágica da dengue, síndrome do choque da dengue, ignorado/branco e inconclusivos. A taxa de incidência em 2008 foi de 635,5 casos por 100 mil habitantes, considerada alta. Houve registro de 247 casos de febre hemorrágica, com 14 óbitos e 1.246 casos de dengue com complicação, com 23 óbitos. Quanto ao monitoramento da circulação viral, foram analisadas 811 amostras, das quais uma foi positiva para DENV-1, 21 para DENV-2, e 89 para DENV-3.

Quadro 3.6.5.4-7 - Casos confirmados de dengue - 2001/2006

UF	Municípios (de residência) e All	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Mato Grosso	Cuiabá	123	2003	2813	21	21	507	985	553	5488
	Santo Antônio do Leverger	1	40	10	0	0	4	9	2	66
	Campo Verde	0	42	45	20	10	73	251	15	190
	Jaciara	13	84	163	85	1	19	284	6	365
	São Pedro da Cipa	2	7	13	40	0	104	39	4	209
	Juscimeira	0	21	40	6	4	29	57	5	100
	Rondonópolis	5	206	289	0	65	504	80	43	1192
	Poxoréo	8	52	39	14	13	18	3	9	156
	Guiratinga	2	7	9	1	9	66	46	3	94
	Torixoréu	70	10	0	1	4	1	2	17	105
Ribeirãozinho	1	0	2	0	1	1	1	103	109	
Goiás	Baliza	1	1	0	0	6	10	0	0	18
	Caiaapônia	1	8	0	0	4	5	5	37	60
	Montividiu	4	1	2	0	0	9	7	9	32
	Rio Verde	33	80	64	345	1296	1661	802	1336	3479
	All	264	2562	3489	533	1434	3011	2571	2142	16006

Fonte - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) - DATASUS

Segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado do Mato Grosso, o mês de janeiro de 2010 registrou 9.209 casos de dengue, por esta razão a Secretaria decretou estado de alerta para as ocorrências da doença em seus 141 municípios. Em relação ao mês de janeiro de 2009, o aumento foi de 728%, quando foram registrados 1.399 casos. Do total registrado neste janeiro, 264 foram notificados como casos graves da doença. O Estado registrou cinco óbitos no período, além de mais seis que estão sob investigação. Um dos óbitos confirmados foi no município de Rondonópolis, que está na Área de Influência do estudo.

Com o avanço da doença a secretaria de saúde tem intensificado o combate a doença, especialmente na capital, onde recentemente foi realizado um sobrevôo para identificar focos do mosquito transmissor, também foram localizadas casas abandonadas que serão vistoriadas, com ordem judicial.

O Governo de Mato Grosso visa fortalecer o combate com novas bombas costais (usadas no chamado FUMACÊ) e nove caminhonetes para a Vigilância Sanitária no Estado. Segundo a Secretaria de Saúde do Estado, ações conjuntas para o trabalho de conscientização dos moradores vão envolver as secretarias de Estado e municipais de Saúde, Infraestrutura, Meio

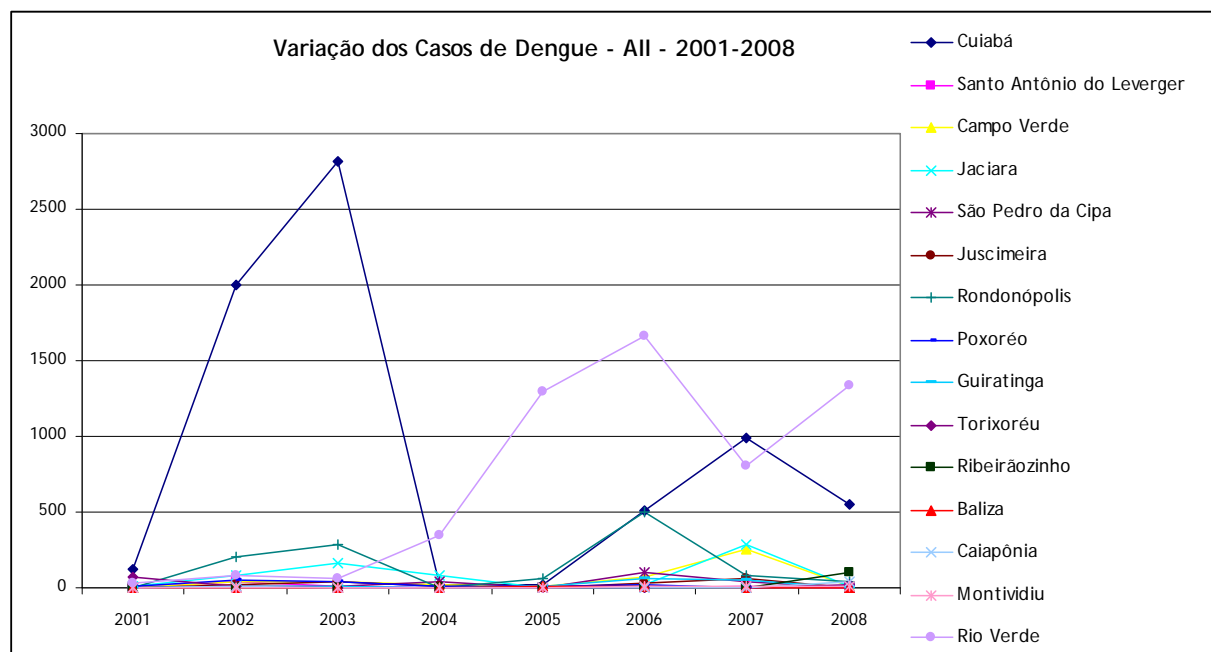
Ambiente e Educação. O Governo mato-grossense disponibiliza informações de prevenção, sintomas e tratamento no site <http://www.mtcontradengue.com.br/>.

No Estado de Goiás, até o final de 2010, todo dia 08 de cada mês será intitulado “Dia Especial de Combate a Dengue”, neste dia serão intensificadas ações de combate à doença, com a formação de grupos de trabalho destinados a realizar tarefas a fim de remover e eliminar possíveis focos do mosquito transmissor. Nas sedes das unidades administrativas haverá ações com a expectativa de motivar os servidores a ficarem alertas quanto aos possíveis focos.

No Estado alguns municípios foram considerados prioritários no combate ao mosquito Aedes Aegypti, sendo adotados pelo governo estadual diretrizes do Ministério da Saúde, tais como: capitais; municípios da região metropolitana; municípios com mais de 100 mil habitantes; municípios do Entorno de Brasília; e cidades turísticas.

Sendo essas diretrizes, na AII de Goiás, apenas o município de Rio Verde se enquadra como prioridade.

No gráfico abaixo, apresenta a variação do número de casos da doença nos municípios da AII, entre 200 e 2008. Pela análise nota-se que 2002 houve um pico nos casos em Cuiabá, reduzindo consideravelmente nos anos seguintes, começando a se elevar em 2006.

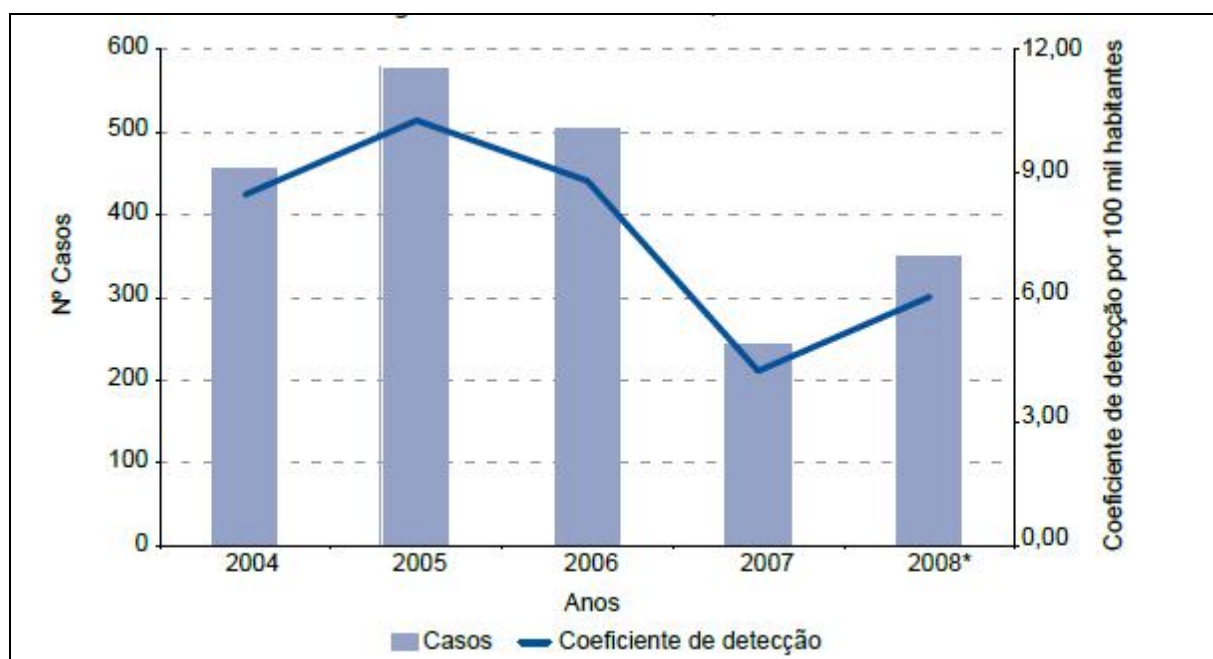


Fonte: Ecology Brasil, 2010 a partir dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) - DATASUS

Gráfico 3.6.5.4-1 - Variação do número de casos de Dengue nos municípios da AII

▪ Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA)

Entre 2004 e 2008, o Estado de Goiás registrou 2.139 casos de LTA, o que diz respeito a 12% dos casos de toda Região Centro-Oeste. O coeficiente médio de detecção para o período foi de 7,56 casos por 100 mil habitantes. Em 2008, foram confirmados 352 casos novos, distribuídos em 96 (39%) municípios. Pelo gráfico abaixo pode-se perceber o aumento da incidência da doença no Estado de 2007 para 2008, após três anos seguidos de baixas nos casos registrados.

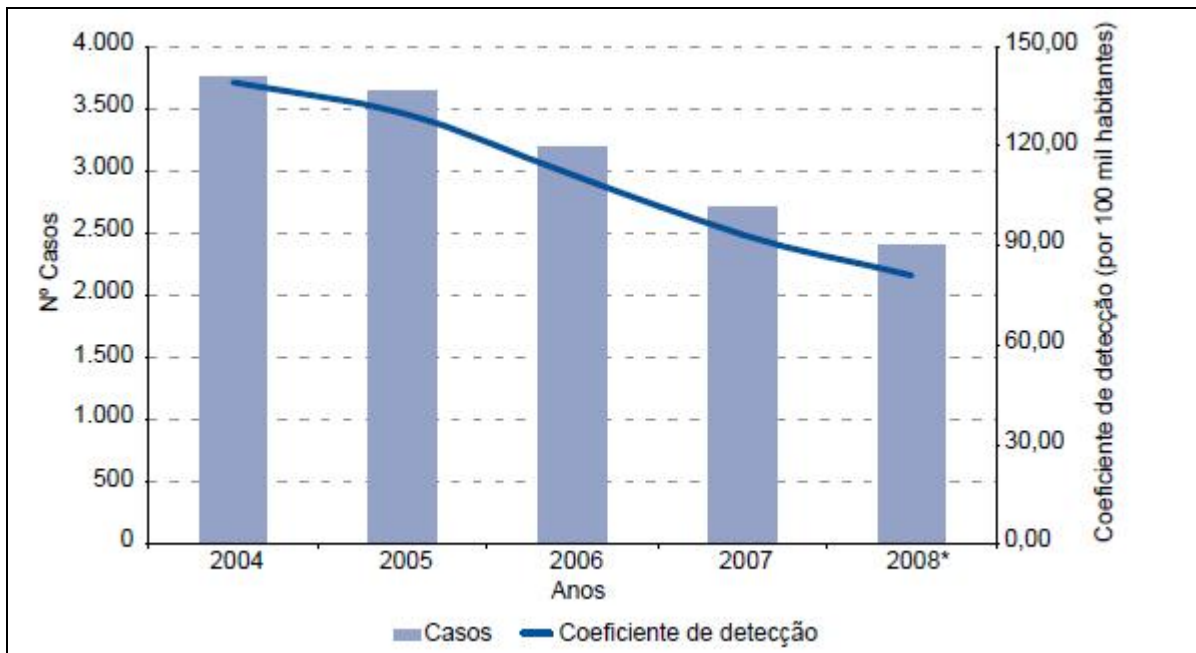


Fonte: Sinan/SVS/MS (*dados de 2008 sujeitos a revisão)

Gráfico 3.6.5.4-2 - Número de casos e coeficiente de detecção (por 100 mil habitantes) de Leishmaniose tegumentar americana. Mato Grosso, 2004 a 2008* - Goiás

O Estado do Mato Grosso apresenta uma das maiores incidências da doença no país, no período analisado foram registrados 15.685 casos de Leishmaniose Tegumentar Americana, o que corresponde a 84% da ocorrência na Região Centro-Oeste e 13% no país. O Mato Grosso é o segundo estado com maior registro de casos no país. O coeficiente médio de detecção para o período foi de 110,9 casos por 100 mil habitantes.

Considerando o indicador de densidade de casos no período de 2004 a 2006, foram identificados 26 circuitos ativos de produção da doença de importância epidemiológica no país. O estado de Mato Grosso está presente no circuito 19, chamado de Cuiabá-Santarém, composto atualmente por 24 municípios de Mato Grosso, pois neste período houve retração, excluindo os municípios do Pará. Os circuitos são decorrentes de processos socioeconômicos e ambientais, portanto, podem apresentar, em diferentes períodos, expansão ou retração das áreas de maior produção da doença, em função das características de seus determinantes.



Fonte: Sinan/SVS/MS (*dados de 2008 sujeitos a revisão)

Gráfico 3.6.5.4-3 - Número de casos e coeficiente de detecção (por 100 mil habitantes) de Leishmaniose tegumentar americana. Mato Grosso, 2004 a 2008* - Mato Grosso

Em relação aos dados municipais, os dados são do SinanWeb¹ para o período entre 2004 a 2006. O município da All com maior registro da doença foi Cuiabá (823 casos) e Rondonópolis (354), os dois no Mato Grosso. Já Santo Antônio do Leverger, só teve um registro da doença em 2001, sem novos registros nos anos seguintes.

O ano de 2003 registrou o maior número de casos no período analisado, acumulando 19% do total de 1828 casos registrados em todos os municípios. O ano de 2006 teve 294 registros, sendo 41% de casos notificados na capital, Cuiabá.

¹ <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb>

Quadro 3.6.5.4-8 - Casos confirmados por município de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) - 2001/2006

UF	Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Mato Grosso	Cuiabá	90	125	174	157	155	122	823
	Santo Antônio do Leverger	1	-	-	-	-	-	1
	Campo Verde	44	26	34	21	20	19	164
	Jaciara	13	12	12	8	5	7	57
	São Pedro da Cipa	6	-	5	-	2	-	13
	Juscimeira	6	8	14	10	2	4	44
	Rondonópolis	88	54	50	54	60	48	354
	Poxoréo	17	20	13	12	20	42	124
	Guiratinga	4	7	5	7	8	17	48
	Torixoréu	7	-	1	1	2	4	15
Ribeirãozinho	1	-	6	5	7	4	23	
Goiás	Baliza	1	4	1	4	5	11	26
	Caiapônia	2	6	8	9	7	9	41
	Montividiu	3	8	3	1	3	-	18
	Rio Verde	14	8	22	13	13	7	77
	All	297	278	348	302	309	294	1828

Fonte: SINANWEB

▪ Leishmaniose Visceral

Os municípios da All não são considerados área endêmica da Leishmaniose Visceral, por esta razão a doença não está contemplada no Relatório de Situação do Ministério da Saúde (Sistema Nacional de Vigilância em Saúde), dos Estados de Goiás e Mato Grosso. Conforme exibido na tabela abaixo, dos quinze municípios que completam a All da LT Cuiabá - Ribeirãozinho- Rio Verde Norte, apenas cinco registraram casos da doença nos últimos anos, a saber: Cuiabá, Jaciara, Rondonópolis, Poxoréo e Rio Verde.

Entre 2001 e 2006 estes municípios somaram 59 casos, tendo 2004 e 2005 registrado mais de 50% dos casos no período analisado. Em 2006 apenas Cuiabá, Rondonópolis e Poxoréo registraram casos da doença, totalizando 12 notificações.

Quadro 3.6.5.4-9 - Casos confirmados por município de Leishmaniose Visceral- 2001/2006

UF	Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Mato Grosso	Cuiabá	-	3	5	9	8	9	34
	Jaciara	-	-	3	3	-	-	6
	Rondonópolis	-	-	-	-	1	1	2
	Poxoréo	3	-	1	3	6	2	15
Goias	Rio Verde	-	1	-	1	-	-	2
	All	3	4	9	16	15	12	59

Fonte: SINANWEB

▪ AIDS

De 2000 a 2007, foram confirmados 2.308 casos de AIDS, em toda a área em estudo. A maior parte destes casos - 1.556 - ocorreu com pessoas residentes em Cuiabá, tendo sido 2004 o ano de pico. A partir de 2005, os casos de AIDS vêm diminuindo neste município. Entre os residentes no município de Baliza, por sua vez, não foi notificado nenhum caso de AIDS em todo o período analisado. Em Rio Verde, o maior número de casos de AIDS foi detectado no ano de 2002, enquanto que, em Rondonópolis, isto ocorreu em 2003.

Quadro 3.6.5.4-10 - Casos notificados de AIDS - 2000/2007

Município de residência	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Cuiabá	122	155	230	230	234	209	178	198	1556
Santo Antônio do Leverger	2	1	2	6	2		3		16
Campo Verde	3	1	2	5	4	2	4	2	23
Jaciara	3	8	5	10	5	4	4	5	44
São Pedro da Cipa		2	1	1	1				5
Juscimeira			2	4		2	3		11
Rondonópolis	34	40	47	63	47	50	46	51	378
Poxoréo	2	1	4	2	4	7	2	1	23
Guiratinga		1	1	1	1			4	8
Torixoréu	1				1	1			3
Ribeirãozinho					1				1
Baliza									
Caiaônia	1		3	2	1		2	1	10
Montividiu							2		2
Rio Verde	22	25	42	26	36	26	26	25	228
All	190	234	339	350	337	301	270	287	2308

Fonte - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) - DATASUS

Pode-se concluir que a região mais afetada pelas doenças endêmicas é a pertencente ao território do Mato Grosso. A situação da dengue é a mais grave, em vista de estarem vivendo uma epidemia da doença atualmente, tendo como agravante o modo de proliferação do mosquito transmissor. Por esta razão o governo faz ações conjuntas com a população.

Foram pesquisadas as incidências de outras doenças endêmicas, inclusive febre amarela, entretanto não foram identificados registros significativos que justificassem uma análise mais detalhada das doenças.

c. Avaliação do Potencial Malarígeno

Em atendimento a resolução CONAMA/286/01, todos os municípios do Estado do Mato Grosso se encontram em área endêmica de Malária. As recomendações da SVS/MS serão atendidas de acordo com o Ofício nº 67 DSAST/SUS/MS de 22 de julho de 2009, sendo apresentadas no **Anexo 1**, deste capítulo.

d. Acatar as Recomendações da SVS/MS

Todas as recomendações da SVS/MS quanto aos estudos epidemiológicos bem como a implantação de programas para controle da doença e de seus vetores vem sendo atendidas e ainda serão atendidas na diversas fases de implantação do empreendimento e conforme citado no item anterior, as recomendações da SVS/MS serão atendidas de acordo com o Ofício nº 67 DSAST/SUS/MS de 22 de julho de 2009, sendo as mesmas apresentadas no **Anexo 1**, deste capítulo.

ANEXOS

ANEXO 1 - ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO

ÍNDICE

1 -	Introdução	1/21
2 -	Avaliação do Potencial Malarígeno para a LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte	1/21
2.1 -	Área de Influência (AI-Malária) para o Plano de Ação de Controle de Malária (PACM)	3/21
2.2 -	Objetivos	3/21
2.3 -	Base Legal	4/21
2.4 -	Situação Epidemiológica da Malária no Estado do Mato Grosso e Municípios da AI-Malária	5/21
2.5 -	Estudos Entomológicos	6/21
2.6 -	Proposta de Plano de Ação para o Controle da Malaria (PACM).....	7/21
2.6.1 -	Objetivos do PACM	8/21
2.6.2 -	Público-Alvo	9/21
2.6.3 -	Diretrizes Gerais do PACM para Minimizar a Exposição dos Trabalhadores.....	9/21
2.6.3.1 -	Considerações	11/21
2.6.4 -	Diretrizes Gerais do PACM para Minimizar a Exposição da População	12/21
2.6.4.1 -	Recursos Materiais	13/21
2.6.4.2 -	Atendimento Clínico.....	15/21
2.6.4.3 -	Monitoramento e Controle Vetorial	15/21
2.6.4.4 -	Capacitação de Recursos Humanos.....	16/21
2.6.4.5 -	Comunicação, Educação e Mobilização Social	18/21
2.6.4.6 -	Prevenção e Controle de Surto	19/21

2.6.5 -	Responsabilidade	20/21
2.6.6 -	Produtos	21/21

Apêndice 1 - Tabelas Sivep

Apêndice 2 - Carta da Ecology Brasil - EEBR-0050/10-2383 - Que Protocola o Plano de Trabalho

1 - INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado tem como objetivo realizar prévia avaliação do potencial malarígeno para o empreendimento da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte, de acordo com o exigido pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (CGPNM/DIGES/SVS/MS), conforme previsto na Portaria nº 47, de 29 de dezembro de 2006 da Secretaria de Vigilância em Saúde. As informações do presente documento serão complementadas em documento a ser encaminhado à SVS, o qual será devidamente protocolado no referido órgão em março de 2010.

2 - AVALIAÇÃO DO POTENCIAL MALARÍGENO PARA A LT CUIABÁ - RIBEIRÃOZINHO - RIO VERDE NORTE

Os empreendimentos lineares têm importância significativa para o desenvolvimento econômico e social dos países onde são realizados. Ao mesmo tempo, eles podem gerar impactos sobre a saúde e a qualidade de vida das pessoas de sua Área de Influência, especialmente durante a fase de implantação, eventualmente aumentando a sobrecarga na rede de saúde como um todo.

Apesar de apresentar períodos de implantação dinâmicos e temporários, os empreendimentos lineares também geram impactos à saúde decorrentes da atração de mão-de-obra direta e indireta. A construção da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte pode ser um elemento modificador da transmissão da malária na região no sentido de incorporar novos indivíduos à cadeia epidemiológica (portadores e/ou suscetíveis), modificar o habitat do vetor durante a supressão vegetal e abertura de acessos aos locais das torres e faixa de supressão e, ainda, aumentar potencialmente a demanda por serviços de saúde. Por outro lado, alguns benefícios são promovidos pela implantação do empreendimento, tais como o aquecimento da economia local, a geração de empregos e o incremento na arrecadação de impostos para os municípios locais. Dos casos de malária diagnosticados no Brasil, 99,8% localizam-se na Amazônia Legal, região que compreende os estados do Amapá, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Tocantins Rondônia e Roraima. Os casos notificados na região extra-amazônica habitualmente são alóctones e procedentes das áreas endêmicas da Amazônia e da África (92%) embora casos autóctones esporádicos possam ocorrer em outras regiões do Brasil.

Os vetores biológicos da doença pertencem à Ordem dos dípteros, Família Culicidae, Gênero *Anopheles*, o qual compreende cerca de 400 espécies. No Brasil, as principais espécies transmissoras da malária, tanto na zona rural quanto na zona urbana, são o *Anopheles darlingi*, *Anopheles aquasalis*, *Anopheles albitarsis*, *Anopheles cruzii* e *Anopheles bellator*. A espécie *Anopheles darlingi* se destaca na transmissão da doença. Nas regiões amazônica e extra-amazônica, a presença dos vetores tem sido amplamente documentada.

Os impactos sobre a epidemiologia da malária decorrentes do presente empreendimento podem ser agrupados em três categorias:

- Modificação do ecossistema (abertura de acessos, supressão vegetal). Estas modificações interferem no ciclo de vida de vetores;
- Impactos decorrentes do processo de trabalho. Exposição ocupacional de indivíduos suscetíveis a áreas de ocorrência anofelínica;
- Mobilização de contingentes populacionais direta ou indiretamente relacionados com as etapas de construção do empreendimento. Aumento da demanda por serviços de saúde, aumento do número de indivíduos suscetíveis às doenças endêmicas da região do empreendimento e "importação", à área receptora, de doenças transmissíveis de circulação na área de origem dos migrantes.

Visando atender os requisitos do EIA no âmbito do monitoramento entomológico de vetores e para emissão do Laudo de Potencial Malarígeno (LAPM) contidos nas Portarias SVS-MS nº 47, de 29 de dezembro de 2006, e nº 45, de 13 de dezembro de 2007, as quais estão inseridas no escopo do licenciamento ambiental de empreendimentos realizados na Amazônia Legal, este anexo apresenta no **Apêndice 2** a Carta da Ecology Brasil EEBR-0050/10-2383 - protocolada, em 12/02/2010 - encaminhando o Plano de Trabalho para a realização de três campanhas de pesquisa entomológica na Área de Influência, com o objetivo de caracterizar a entomofauna de vetores presente, dando-se ênfase na captura dos mosquitos do Gênero *Anopheles* spp. Os resultados da primeira campanha serão disponibilizados à SVS no mês de março de 2010, juntamente com à Solicitação de Emissão de Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno.

Adicionalmente, o empreendedor esclarece que, juntamente ao levantamento entomológico, realizará trabalho de campo na área do empreendimento, incluindo reuniões com representantes

da Vigilância em Saúde do estado do Mato Grosso e das Secretarias de Saúde dos municípios de Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Rondonópolis, Poxoréo, Guiratinga, Ribeirãozinho e Torixoréu, além de entrevistas com os responsáveis locais pelo controle de endemias. O propósito destas reuniões é o de verificar, in loco, as estratégias locais de vigilância e controle de malária, dialogar com os gestores sobre os possíveis impactos da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte sobre a dinâmica epidemiológica da Malária na área de abrangência do empreendimento e iniciar parcerias para a construção e implementação do Plano de Ação para o Controle da Malária (PACM). As diretrizes gerais deste Plano de Ação serão expostas mais adiante.

2.1 - ÁREA DE INFLUÊNCIA (AI-MALÁRIA) PARA O PLANO DE AÇÃO DE CONTROLE DE MALÁRIA (PACM)

A Área de Influência para Malária abrange os municípios de Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Rondonópolis, Poxoréo, Guiratinga, Ribeirãozinho e Torixoréu, inseridos na região da Amazônia Legal. A estratégia de vigilância e controle de malária será desenvolvida nestes municípios conforme previsto na Portaria nº 47, de 29 de dezembro de 2006, da SVS-MS. As tabelas contendo os dados do SIVEP/Malária, entre 2006 e 2009, estão no **Apêndice 1**.

Na AI-Malária, os municípios de Cuiabá, Jaciara, Rondonópolis, Guiratinga e Ribeirãozinho receberão os alojamentos dos trabalhadores e os canteiros de obra do empreendimento. Todos os canteiros/alojamentos serão construídos nas sedes dos municípios.

2.2 - OBJETIVOS

Geral

Identificar e limitar os potenciais impactos sobre a dinâmica epidemiológica da Malária decorrentes da construção da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte por meio de um Plano de Ação para o Controle da Malária nos municípios da AI-Malária.

Específicos

- Desenvolver atividades de monitoramento e controle vetorial;

- Desenvolver atividades de controle clínico-epidemiológico da população suscetível;
- Prevenir e controlar possíveis surtos da doença entre a população suscetível;
- Contribuir à realização de atividades de capacitação de recursos humanos dos municípios da AI-Malária;
- Contribuir à realização de atividades de comunicação, educação e mobilização social nos municípios da AI-Malária;
- Gerar informações que contribuam para o conhecimento da epidemiologia da malária na região.

2.3 - BASE LEGAL

Portaria nº 1172/GM, de 15 de junho de 2004 - regulamenta a NOB SUS 01/96 no que se refere às competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, na área de Vigilância em Saúde, define a sistemática de financiamento e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 286, de 30 de agosto de 2001 - dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos nas regiões endêmicas de malária.

Portaria nº 47 do Ministério da Saúde, de 29 de dezembro de 2006 - dispõe sobre a Avaliação do Potencial Malarígeno e o Atestado de Condição Sanitária para projetos de assentamentos do INCRA e para licenciamento ambiental de empreendimentos em áreas endêmicas de malária.

Portaria nº 45 do Ministério da Saúde, de 13 de dezembro de 2007 - dispõe sobre a emissão do Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno e do Atestado de Condição Sanitária pelas Secretarias de Estado da Saúde pertencentes à Amazônia Legal, estabelece parâmetros para o repasse de recursos e padroniza os procedimentos para estudos entomológicos.

Nota Técnica da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNM) nº 012/CGPNM/SVS/MS, de 4 de Junho de 2007. Padroniza os procedimentos para pesquisa larvária.

2.4 - SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DA MALÁRIA NO ESTADO DO MATO GROSSO E MUNICÍPIOS DA AI-MALÁRIA

Em todas as regiões do Brasil nota-se um declínio acentuado do número de casos confirmados de malária quando analisada a série histórica entre os anos de 1999 e 2008 (Quadro 2-1).

Quadro 2-1 - Número de Casos Confirmados de Malária 1999-2008 (Regionais e Nacionais).

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Região Norte	569896	522656	341964	325174	392322	443416	586379	533331	444188	297120
Região Nordeste	55203	79399	39848	16607	11688	14740	11461	9745	6800	4765
Região Sudeste	619	647	567	508	464	650	891	734	511	391
Região Sul	377	290	207	237	231	261	289	212	258	107
Região Centro-Oeste	11379	12255	7176	7370	5255	6813	8769	6852	6867	3964
Brasil	637474	615247	389762	349896	409960	465880	607789	550874	458624	306347

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - 2009.

De acordo com uma nova avaliação do Ministério da Saúde, os casos da doença notificados em 2008 totalizaram 309.419 registros na região da Amazônia Legal, 32,4% menos que o acumulado em 2007, que chegou a 457.569 casos na região. O Mato Grosso acompanha a tendência de queda verificada na Amazônia Legal, composta ainda pelos Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão.

Para a elaboração deste documento foram consultadas as bases de dados de malária (SIVEP-Malária) obtendo-se relatório por local de notificação do período de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2009. Em 2009, o Estado do Mato Grosso apresentou um Índice Parasitário Anual (IPA) de 1,0. O valor de IPA permite classificar o Estado do Mato Grosso como área endêmica de baixo risco.

De acordo com a coordenação do Programa Estadual de Controle da Malária da Secretaria de Saúde do Mato Grosso, os casos de malária tiveram diminuição sensível nos últimos anos, caindo de 6.650 casos diagnosticados em 2006, contra 3.277 em 2009, o que corresponde a uma queda de aproximadamente 50%.

Todos os municípios em estudo são considerados áreas endêmicas de malária, apesar de apresentarem - como característica principal - a predominância de casos positivos importados. Os municípios de Cuiabá e Rondonópolis tendem a agregar um maior número de casos positivos notificados porque estes representam pólos regionais de referência em malária e atendimentos

de média e alta complexidades, além de representarem destinos comuns de migrantes regionais. Essa é uma característica distinta de locais da Amazônia Legal onde a malária é mais prevalente, tais como no Médio e Baixo Amazonas, onde os pacientes são principalmente atendidos no nível da Atenção Básica (AB). A maior frequência de casos importados constitui um cenário de vulnerabilidade na região, uma vez que os profissionais do SUS não têm enfrentado situações de epidemia. O Gráfico 2-1 mostra os valores do Índice Parasitário Anual de cada município, todos abaixo de 1. Esses valores confirmam a situação de baixo risco de transmissão de malária na AI do empreendimento, mas a presença do vetor e a falta de prática com situações de epidemia por parte dos profissionais da rede de saúde reafirmam a situação de vulnerabilidade da população local em relação a um possível aumento da cadeia de transmissão da doença.

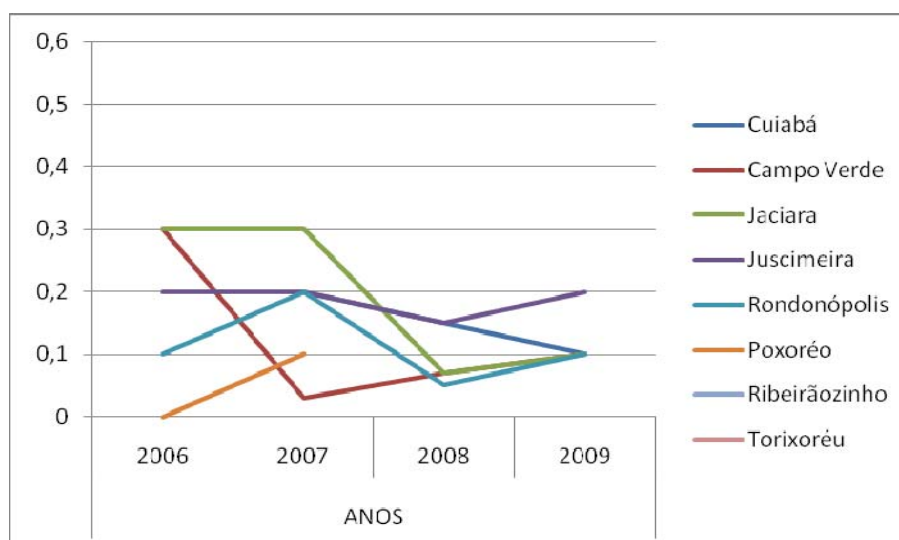


Gráfico 2-1 - Evolução do IPA entre os anos de 2006 e 2009 nos municípios de Cuiabá, Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis, Poxoréo, Ribeirãozinho e Torixoréu (MT) - (Adaptado a partir da análise dos dados do SIVEP - Malária, 2009).

2.5 - ESTUDOS ENTOMOLÓGICOS

No âmbito dos requisitos exigidos para a emissão do LAPM, será realizada no mês de março uma campanha de campo na área de influência da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte, com o objetivo de conhecer a fauna de vetores da região, dando-se ênfase especial aos mosquitos do Gênero *Anopheles* spp.

O método de captura para adultos será o de pouso-homem. A amostragem de larvas será realizada pelos métodos de coleta com conchas.

Além da campanha do mês de março, ainda há mais duas campanhas de campo previstas para ano de 2010, dando continuidade aos trabalhos de pesquisa entomológica. Estas atividades serão desenvolvidas em parceria com instituições de pesquisa entomológica locais, a fim de manter o monitoramento sistemático dos anofelinos na região, proporcionando assim um aporte consistente de dados para o estudo de vetores na AI do empreendimento de maneira continuada. A metodologia a ser empregada para a coleta de adultos se baseará nas diretrizes da Portaria nº 45 da SVS/MS, de 13 de dezembro de 2007, a qual padroniza os procedimentos para estudos entomológicos. A metodologia de pesquisa larvária - a ser aplicada em cada ponto de coleta - será realizada segundo as orientações da Nota Técnica da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNCM) nº 012/CGPNCM/SVS/MS, de 4 de junho de 2007. Estas questões serão abordadas de forma detalhada no item 2.6 - **Proposta de Plano de Ação para o Controle da Malaria (PACM)**.

2.6 - PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO PARA O CONTROLE DA MALÁRIA (PACM)

Apesar dos resultados obtidos no combate à malária com a aplicação das políticas do Ministério da Saúde, esta doença continua sendo um flagelo, especialmente das comunidades da região amazônica. O Programa Nacional de Controle de Malária (PNCM) representa a principal política pública para ordenar as atividades de monitoramento e controle da doença, estabelecendo atribuições e competências nas três instâncias de governo.

Historicamente na Região Amazônica, tem-se detectado um incremento do número de casos de malária associados ao desenvolvimento de grandes empreendimentos. Apesar de a Amazônia ocupar mais de 50% da área do País e de sua população humana representar apenas 12% do total brasileiro, de lá provêm índices recordes de diversas doenças endêmicas. A necessidade de integrar a região ao resto do Brasil resultou em grandes alterações ambientais do espaço amazônico nas últimas três décadas. Doenças antes circunscritas a focos ou a ciclos silvestres tornaram-se prevalentes nos grandes contingentes humanos que migraram para uma Amazônia carente de infraestrutura básica mínima. As migrações internas e externas à Amazônia criaram

um cenário de grande mobilidade social em que doenças antes auto-limitadas podem se espalhar rapidamente para os aglomerados urbanos.

A LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte atrairá um contingente de técnicos e operários diretamente relacionados com o empreendimento, assim como população secundária, tais como os familiares destes trabalhadores, pequenos empresários, trabalhadores do setor de serviços e outras pessoas interessadas nas oportunidades econômicas que oferece o empreendimento, agregando dessa forma novos indivíduos suscetíveis à cadeia epidemiológica.

Como exposto no item 2.4 - Situação Epidemiológica da Malária no Estado do Mato Grosso e Municípios da Al-Malária, nos municípios da Al-Malária há notificação da doença, embora o número de casos esteja em declínio, de acordo com as séries históricas analisadas. A campanha de pesquisa entomológica realizada no contexto do EIA permite documentar a presença de várias espécies do Gênero *Anopheles*, vetores primários e secundários para a malária.

A construção da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte representa um desafio para o empreendedor e os gestores locais de saúde, especialmente no sentido de estabelecer um conjunto de ações que permitam controlar os possíveis impactos sobre a dinâmica epidemiológica da malária decorrentes da construção e operação do empreendimento.

2.6.1 - Objetivos do PACM

Geral

Manter no patamar atual ou diminuir a incidência da malária nos municípios da Al-Malária, quais sejam Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Rondonópolis, Poxoréo, Guiratinga, Ribeirãozinho e Torixoréu.

Específicos

- Realizar ações de monitoramento e controle clínico e epidemiológico;
- Realizar ações de monitoramento e controle vetorial;
- Contribuir ao desenvolvimento de atividades de comunicação, educação em saúde e mobilização social junto às comunidades;

- Contribuir ao desenvolvimento de atividades de capacitação dos profissionais em relação aos aspectos clínico-epidemiológicos da malária;
- Gerar informações para aumentar o conhecimento sobre a dinâmica epidemiológica da malária na AI.

2.6.2 - Público-Alvo

- Trabalhadores das obras da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte;
- População dos 11 municípios da AI-Malária;
- Instituições públicas de saúde e instituições de pesquisa.

2.6.3 - Diretrizes Gerais do PACM para Minimizar a Exposição dos Trabalhadores

Serão implementadas ações individuais e coletivas visando minimizar a exposição dos trabalhadores à doença. Estas ações têm inter-relação com o Programa de Comunicação Social (PCS), o Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT), o Programa de Supressão da Vegetação, o Programa de Monitoramento da Fauna, o Programa de Prevenção de Acidentes com a Fauna, o Programa de Resgate da Fauna Silvestre, o Plano de Gestão Ambiental, o Programa de Redução dos Transtornos do Tráfego e, principalmente, com o Plano Ambiental para Construção (PAC) e o Programa de Monitoramento e Controle Epidemiológico e Vetorial. Cabe a esse último fiscalizar a realização das atividades previstas no PACM. Todas as atividades previstas para o canteiro de obras e o alojamento, bem como para a saúde do trabalhador (Quadro 2-2) são de responsabilidade do empreendedor, o qual deverá adotar todas as medidas necessárias (físicas e financeiras) para sua viabilização, por meio do Programa de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional Durante a Construção.

Quadro 2-2 - Ações do PACM Segundo as Fases da Obra

Fases da Obra	Ações	Responsável/Fiscalizador
Pré- instalação	Pesquisa entomológica de adultos e imaturos nas áreas dos futuros alojamentos e canteiros de obras e áreas adjacentes, segundo metodologia preconizada pela SVS-MS.	Instituição de pesquisa entomológica local.
	Estabelecer um programa de capacitação em Malária (epidemiologia, clínica, diagnóstico laboratorial, pesquisa entomológica e controle vetorial) para os profissionais de saúde responsáveis pelo Subprograma de Saúde e Segurança das Obras e o PACM.	Instituição de pesquisa entomológica local./Secretarias de Saúde Municipais e Estadual envolvidas/Empreendedor.
	Realizar atividades de educação em saúde com os trabalhadores com ênfase nas questões clínicas, epidemiológicas e ações de prevenção da malária.	Ambulatórios dos Canteiros/Alojamentos.
Instalação	Pesquisa entomológica de adultos e imaturos nos alojamentos e canteiros de obras e áreas adjacentes, segundo metodologia preconizada pela SVS-MS.	Instituição de pesquisa entomológica local.
	Manter o programa de capacitação em malária (epidemiologia, clínica, diagnóstico laboratorial, pesquisa entomológica e controle vetorial) para os profissionais de saúde responsáveis pelo Subprograma de Saúde e Segurança das Obras e o PACM, bem como para os profissionais da rede municipal de saúde dos municípios da Al-malária.	Instituição de pesquisa entomológica local./Secretarias de Saúde Municipais e Estadual envolvidas/Empreendedor.
	Realizar atividades de educação em saúde com os trabalhadores com ênfase nas questões clínicas, epidemiológicas e ações de prevenção da Malária.	Ambulatórios do empreendimento.
	Inquérito clínico epidemiológico com foco na malária a todos os trabalhadores nos exames admissional e periódico.	Ambulatórios do empreendimento.
	Exame clínico e laboratorial (gota espessa) de todos os trabalhadores durante exames admissional e periódico.	Ambulatórios do empreendimento.
	Realização de exame de gota espessa em todos os trabalhadores, com frequência mensal (busca ativa).	Ambulatórios do empreendimento.
	Realização de exame de gota espessa em todos os trabalhadores com temperatura maior o igual a 37,8 °C ou outros sintomas sugestivos de malária (busca passiva).	Ambulatórios do empreendimento.
	Colocação de telas protetoras em portas e janelas de todas as dependências dos alojamentos e dos canteiros.	Gestor de SMS.
	Utilização de mosquiteiros impregnados em todos os leitos dos alojamentos.	Gestor de SMS.
	Tratamento químico (à base de repelentes) de roupas de trabalho.	Gestor de SMS.
	Tratamento químico de adultos e imaturos (termo nebulização e/ou borrifação residual) nos alojamentos, canteiro e adjacências bem como nas atividades de supressão vegetal segundo normas específicas.	Gestor de SMS.
	Tratamento médico de casos confirmados.	Gestor de SMS.
	Notificação de lâminas positivas e comunicação às Vigilâncias Municipais.	Ambulatórios dos Canteiros/Alojamentos.

Fases da Obra	Ações	Responsável/Fiscalizador
Construção	Pesquisa entomológica de adultos e imaturos nos alojamentos e canteiros de obras e áreas adjacentes, segundo metodologia preconizada pela SVS-MS.	Instituição de pesquisa entomológica local.
	Manter o programa de capacitação em malária (epidemiologia, clínica, diagnóstico laboratorial, pesquisa entomológica e controle vetorial) para os profissionais de saúde responsáveis pelo Subprograma de Saúde e Segurança das Obras e o PACM, bem como para os profissionais da rede municipal de saúde dos municípios da AI-malária.	Instituição de pesquisa entomológica local./Secretarias de Saúde Municipais e Estadual envolvidas/Empreendedor.
	Realizar atividades de educação em saúde com os trabalhadores com ênfase nas questões clínicas, epidemiológicas e ações de prevenção da malária.	Ambulatórios dos canteiros/alojamentos.
	Inquérito clínico epidemiológico com foco na malária a todos os trabalhadores nos exames admissional e periódico.	Gestor de SMS.
	Exame clínico e laboratorial (gota espessa) de todos os trabalhadores durante exames admissional e periódico.	Ambulatórios dos canteiros/alojamentos.
	Realização de exame de gota espessa em todos os trabalhadores, com frequência mensal (busca ativa).	Ambulatórios dos canteiros/alojamentos.
Fases da Obra	Ações	Responsável/Fiscalizador
Construção	Realização de exame de gota espessa em todos os trabalhadores com temperatura maior o igual a 37,8 °C ou outros sintomas sugestivos de Malária (busca passiva).	Ambulatórios dos canteiros/alojamentos.
	Colocação de telas protetoras em portas e janelas de todas as dependências dos alojamentos e dos canteiros.	Gestor de SMS.
	Utilização de mosquiteiros impregnados em todos os leitos dos alojamentos.	Gestor de SMS.
	Tratamento químico (repelentes) de roupas de trabalho.	Gestor de SMS.
	Tratamento químico de adultos e imaturos (termo nebulização e/ou borrifação residual) nos alojamentos, canteiros e adjacências, bem como nas atividades de supressão vegetal segundo normas específicas.	Gestor de SMS.
	Tratamento médico de casos confirmados.	Gestor de SMS.
	Notificação de lâminas positivas e comunicação às Vigilâncias Municipais.	Ambulatórios dos canteiros/alojamentos.

2.6.3.1 - Considerações

As atividades de monitoramento e controle vetorial serão iniciadas na área dos futuros canteiros/alojamentos e adjacências (ADA e AID), na fase de pré-instalação. Estas atividades terão continuidade durante a fase de instalação e construção, fazendo parte das ações gerais de entomologia para os municípios da AI-Malária.

Serão firmadas parcerias com as Secretarias Municipais, a Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso e instituição local que trabalhe com pesquisa entomológica, esta última responsável pelas atividades de pesquisa entomológica nos municípios. As atividades de entomologia contarão com

a participação dos técnicos das Secretarias Municipais de Saúde da Al-Malária e dos Centros Regionais de Saúde do Mato Grosso, quais sejam Cuiabá e Rondonópolis, constituindo-se também em ações de capacitação profissional.

Durante as fases de pré-instalação, instalação e construção, os ambulatórios de saúde do empreendimento serão responsáveis pela efetivação e fiscalização das ações individuais e coletivas supracitadas, dirigidas à proteção da saúde dos trabalhadores e seus familiares. Todas as ações dos ambulatórios em relação à prevenção e controle da malária estarão articuladas com as das Secretarias Municipais de Saúde, a quem notificará oportunamente os casos suspeitos ou confirmados de malária, as atividades de monitoramento e controle vetorial realizadas nos alojamentos, canteiros e imediações, bem como outras situações relevantes relacionadas com o combate à malária. As informações relativas à malária serão coletadas e processadas em um Sistema de Informações específico, a ser desenvolvido no escopo do Programa de Monitoramento e Controle Epidemiológico e Vetorial previsto no EIA.

2.6.4 - Diretrizes Gerais do PACM para Minimizar a Exposição da População

A política de descentralização da Vigilância em Saúde está regulamentada na Portaria nº 1172/GM de 15 de junho de 2004 que dispõe sobre as competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, na área de Vigilância em Saúde. As ações de Vigilância em Saúde são de responsabilidade dos gestores municipais cabendo a ele a implementação das atividades previstas no PACM, com a colaboração dos níveis Estadual e Federal.

Pelos impactos potenciais sobre a dinâmica epidemiológica da malária, o empreendedor estabelecerá parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde dos onze municípios em questão, bem como com a Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso, outras instituições de ensino e pesquisa e ainda as empresas de consultoria responsáveis pela implementação dos programas ambientais, no sentido de viabilizar o apoio às ações de combate à malária previstas no PACM.

O PACM terá os seguintes componentes:

- Atendimento clínico;
- Monitoramento e controle vetorial;

- Capacitação de recursos humanos;
- Comunicação, educação e mobilização social.

Estas parcerias serão concretizadas através de reuniões técnicas entre os gestores de saúde locais, representantes do empreendedor e instituições de ensino e pesquisa. O objetivo destas reuniões será levantar as estruturas municipais de combate à malária (recursos humanos e materiais) e estabelecer as responsabilidades de cada um dos parceiros.

A partir deste levantamento, o empreendedor será responsável por complementar a estrutura de combate à malária em face das novas demandas advindas da construção do empreendimento.

2.6.4.1 - Recursos Materiais

Os itens complementares referentes ao estudo entomológico e à infraestrutura e recursos humanos locais para o combate à malária serão apresentados à SVS *a posteriori*, em março de 2010. Nesse estudo, será feita uma descrição da estrutura de unidades de saúde para diagnóstico laboratorial e atendimento clínico da malária e suas respectivas unidades de referência. A esta infraestrutura se deverá agregar os Ambulatórios de Saúde dos canteiros/alojamentos, os quais serão responsáveis pela saúde do trabalhador e que terão capacidade para coletar lâminas de gota espessa e fazer diagnóstico microscópico.

Nas reuniões técnicas será definida ainda a necessidade de complementação de laboratórios de campo de Malária, pontos de abastecimento e apoio às ações de controle de endemias e ainda de laboratórios de entomologia.

Em relação aos equipamentos e insumos necessários ao combate da malária, o **Quadro 2-3** e o **Quadro 2-4** apresentam itens para determinar sua possível complementação.

Quadro 2-3 - Equipamentos Necessários ao Combate

	Equipamento
Transportes	Motocicletas Embarcações
Microscópios	Microscópios Bacteriológicos Microscópios Entomológicos
Controle Químico	Termonebulizadores Bombas aspersoras manuais e/ou motorizadas
Geoprocessamento	GPS
Equipamentos de Campo	EPI Fardamento Bolsa de lona n° 10
Entomologia	Termômetro de Maximo e mínimo Capturador de Castro elétrico

Quadro 2-4 - Insumos Necessários ao Combate da Malária

Insumos
Lâminas para laboratório
Álcool para laboratório
Algodão
Azul de metileno fosfatado
Giemsa
Microlanceta descartável
Óleo de imersão
Boletim de notificação de caso
Boletim de cadastro de localidade
Boletim de cadastro de criadouro
Boletim de captura de <i>Anopheles</i>
Boletim de atividades de borrifação intradomiciliar
Boletim de atividades UBV/FOG
Pilhas para GPS
Combustível (Diesel) FOG
Combustível (gasolina) para embarcações
Combustível (gasolina) para motocicletas
Combustível (Diesel) para Pick-Up

O empreendedor contratará recursos humanos para atuar nos Ambulatórios de Saúde dos canteiros/alojamentos, assim como os técnicos da Secretaria Estadual de Saúde ou de outra instituição com atuação reconhecida na área para desenvolver atividades complementares de pesquisa entomológica. Eventualmente e, em situações especiais (surtos, epidemias, acidentes

inusitados), o empreendedor poderá apoiar as ações de combate à malária das Secretarias Municipais de Saúde com a contratação de outros recursos humanos de forma temporária, sob prévia consulta técnica.

2.6.4.2 - Atendimento Clínico

Na questão do atendimento clínico, a saúde do trabalhador será acompanhada por meio de um programa específico contido no Plano Básico Ambiental (PBA) - o Programa de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional Durante a Construção - por intermédio de ambulatórios próprios instalados nas proximidades dos alojamentos, segundo a legislação vigente. Estes ambulatórios contarão com um profissional de saúde, bem como com equipamentos para prestar atenção pré-hospitalar em caso de agravos agudos. Nesse âmbito, serão firmadas parcerias com as Secretarias Municipais e Estadual de Saúde para viabilizar o atendimento clínico dos trabalhadores nas unidades de referência para malária mais próximas aos canteiros/alojamentos dos trabalhadores.

2.6.4.3 - Monitoramento e Controle Vetorial

Como destacado no item 2.6.3 - Diretrizes Gerais do PACM para Minimizar a Exposição dos Trabalhadores - as atividades de pesquisa entomológica nos canteiros/alojamentos de áreas adjacentes serão de responsabilidade do empreendedor. Será formalizada parceria com instituição local de pesquisa entomológica, a Secretaria de Saúde ou outra instituição com atuação reconhecida na área, a qual terá a responsabilidade por esta pesquisa. Estas parcerias oferecem várias vantagens, especialmente no sentido de evitar a sobreposição de esforços entre o empreendedor e o poder público e colaborar com o fortalecimento das equipes de entomologia médica em nível regional. Os técnicos das instituições supracitadas aplicam a metodologia estabelecida pela SVS/MS para pesquisa de adultos e formas imaturas, além de ter conhecimento do território e familiaridade com a população local. Por outro lado, as contrapartidas de recursos destinados à pesquisa entomológica - por parte do empreendedor - dotarão as unidades do SUS de equipamentos e insumos necessários às atividades de entomologia, os quais poderão ser utilizados em outras investigações, permitirão um melhor conhecimento sobre a fauna de vetores nos municípios da AI-Malária e poderão gerar dados para fins de pesquisa científica.

Em termos gerais, a metodologia de pesquisa entomológica será a seguinte:

- Campanha inicial para identificação e georreferenciamento de criadouros potenciais de anofelinos de forma abrangente e representativa nos dois municípios da AI-Malária;
- Pesquisa de alados segundo metodologia específica;
- Pesquisa larvária segundo metodologia específica;
- Incorporação dos dados de capturas de alados, imaturos e cadastro de criadouros ao Sistema de Informação de Vetores de Malária por parte da Secretaria Estadual de Saúde.

A pesquisa entomológica de adultos será realizada a partir das diretrizes da Portaria nº 45 da SVS/MS, de 13 de dezembro de 2007, a qual padroniza os procedimentos para estudos entomológicos. A metodologia de pesquisa larvária - a ser aplicada em cada ponto de coleta - será realizada segundo as orientações da Nota Técnica da Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária (CGPNM) nº 012/CGPNM/SVS/MS, de 4 de junho de 2007.

Os pontos de amostragem serão definidos previamente à primeira campanha e deverão ser mantidos nos trabalhos subsequentes. No que tange à periodicidade, serão realizadas três campanhas anuais programadas (início da chuva, final da chuva e seca). Em caso de surto ou epidemia, excepcionalmente e sob prévia avaliação técnica, serão desenvolvidas campanhas de entomologia adicionais.

As atividades de monitoramento entomológico também serão marco para a capacitação em campo dos técnicos dos municípios da AI-Malária, os quais serão previamente convidados a participar em suas respectivas localidades.

Os recursos necessários para a realização das campanhas serão de responsabilidade do empreendedor.

2.6.4.4 - Capacitação de Recursos Humanos

A capacitação de recursos humanos será desenvolvida em quatro linhas de ação, descritas abaixo:

- apoio as atividades de capacitação em malária previstas pela Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso e Secretarias Municipais de Saúde. As secretarias realizam atividades de

capacitação em malária através de cursos de curta duração nas áreas temáticas de epidemiologia, clínica, terapêutica, diagnóstico laboratorial e sistemas de informação em malária de forma permanente;

- impressão de material didático e fornecimento/utilização de equipamento audiovisual;
- capacitação de campo em microscopia. No momento da coleta e exame de lâminas de gota espessa, durante as atividades de busca ativa nos trabalhadores, será oferecida capacitação nos municípios de referência;
- capacitação de campo nas campanhas de monitoramento entomológico. Os técnicos dos municípios serão convidados a participar das campanhas de coleta em suas respectivas localidades (pelo menos um por município), recebendo prévia orientação do(s) técnico(s) especializado(s) provindo(s) das Instituições Estaduais de Entomologia Médica;
- capacitações extraordinárias em situação de surto ou epidemia para reforçar as ações da Vigilância nestas eventualidades.

O objetivo geral das ações de capacitação é conseguir a autonomia dos municípios no diagnóstico laboratorial (gota espessa), tratamento clínico dos pacientes, investigação epidemiológica e controle químico dos vetores, contribuindo assim para a política de descentralização do SUS. Em relação às atividades de entomologia espera-se treinar técnicos para participarem das atividades de campo junto aos pesquisadores das Regionais de Saúde de Cuiabá e Rondonópolis, e demais técnicos especializados da Secretaria Estadual de Saúde, os quais atualmente têm a responsabilidade pelas pesquisas entomológicas nos onze municípios da AI-Malária.

Estas capacitações serão planejadas de forma semestral. O empreendedor contribuirá com estas ações de capacitação por meio de apoio econômico para deslocamento, alimentação e hospedagem de pelo menos um técnico por município, para cada uma destas capacitações, assim como dos professores dos cursos, se necessário.

2.6.4.5 - Comunicação, Educação e Mobilização Social

A comunicação, a educação em saúde e a mobilização social são elementos essenciais para a sustentabilidade das ações de combate à malária. Em termos gerais, estes temas serão trabalhados em parceria com os municípios por meio da rede de Atenção Básica, em conjunto com as Equipes de Saúde da Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Endemias (AE). Temas relacionados com doenças transmissíveis serão abordados pelo Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental do Plano Básico Ambiental (PBA).

As atividades serão desenvolvidas em três linhas de ação:

- apoio às atividades de comunicação, educação e mobilização social das Secretarias Estadual de Saúde do Mato Grosso e Secretarias Municipais de Saúde;
- atividades de comunicação, educação e mobilização social direcionados à malária no contexto dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental do PBA (PCS e PEA);
- ações de comunicação, educação e mobilização social extraordinárias em situação de surto ou epidemia para reforçar as ações da Vigilância nestas eventualidades.
- O objetivo destas ações é trazer a discussão sobre a importância da malária ao cotidiano dos moradores dos municípios da AI-malária. Serão abordadas questões gerais sobre a doença: epidemiologia, principais sintomas, tratamento, medidas de proteção individual e familiar, medidas de combate ao vetor, onde e como procurar ajuda, entre outros, por meio de um programa estruturado específico para o público alvo.
- O empreendedor oferecerá apoio logístico (transporte, impressão de material, apoio com meios audiovisuais) e técnico (profissionais de educação, comunicação e saúde) aos programas de comunicação, educação e mobilização social da Secretaria Estadual do Mato Grosso e Secretarias Municipais de Saúde. No contexto do PCS e PEA do PBA, os conteúdos serão elaborados por técnicos das áreas de saúde, educação e comunicação, contratados para a implementação dos referidos programas, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde do Pará. Em caso de surto ou epidemia, serão disponibilizados recursos extras para apoiar as ações da Vigilância em Saúde, prévia avaliação técnica.

2.6.4.6 - Prevenção e Controle de Surto

O surto pode ser definido como a ocorrência de dois ou mais casos epidemiologicamente relacionados. Alguns autores denominam surto epidêmico, ou surto, a ocorrência de uma doença ou fenômeno restrita a um espaço extremamente delimitado: um colégio, quartel, creches, grupos reunidos em uma festa, um quarteirão, uma favela, um bairro etc.

Destaca-se no PACM que, como parte da política de descentralização das ações de epidemiologia e controle de doenças do SUS, cabe às Secretarias Municipais de Saúde desenvolver ações de vigilância e controle do agravo em parceria com a Secretaria Estadual do Mato Grosso e o empreendedor.

As ações específicas previstas para a situação de surto (casos confirmados) estarão em consonância com as diretrizes do Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária. Estas ações são:

- notificação imediata;
- tratamento oportuno dos casos confirmados (em até 24 horas a partir da coleta de sangue);
- realizar investigação epidemiológica. Busca ativa de casos junto aos comunicantes;
- reforçar as atividades de comunicação, educação em saúde e mobilização social junto às comunidades afetadas. Orientação à população quanto à doença (sinais e sintomas, modo de transmissão e medidas de proteção, tais como o uso de repelentes, roupas protetoras, evitar exposição no extradomicílio nos horários de repasto do vetor, uso de telas em portas e janelas, uso de mosquiteiros impregnados);
- realizar investigação entomológica no momento do surto;
- execução de ações de controle químico do vetor adulto e imaturo (criadouros);
- comunicar aos profissionais de saúde do setor público e privado atuantes no município a ocorrência do surto e as ações de controle realizadas pela vigilância;

- reforçar as atividades de capacitação dos profissionais em relação aos aspectos clínico-epidemiológicos da malária.

As atividades previstas no Programa de Vigilância e Controle de Malária terão caráter permanente durante as três fases do empreendimento (pré-instalação, instalação e construção) e até um ano após a energização das Linhas de Transmissão em questão para as atividades de monitoramento e controle vetorial. Por meio do programa, os municípios receberão equipamentos e insumos para complementação das atividades de vigilância e controle de malária e, em períodos de surto, as ações serão intensificadas. Dependendo da situação epidemiológica no campo, recursos materiais (veículos, EPI para controle químico vetorial, material gráfico, mosquiteiros impregnados, etc.) e humanos (recrutamento de técnicos da área de combate à malária) poderão ser disponibilizados em caráter emergencial às secretarias municipais de saúde para apoiar estas ações.

Nos casos de baixa complexidade, em áreas que estejam localizadas fora das sedes municipais, uma equipe de técnicos de controle de endemias, de preferência em companhia da Equipe de Atenção Básica local, se deslocará até o local da ocorrência para realizar as atividades de tratamento, investigação epidemiológica e controle químico. O paciente será avaliado clinicamente para determinar se há necessidade de remoção para as unidades de referência de média ou alta complexidade e será medicado na sua própria localidade de residência ou na unidade de saúde mais próxima que apresente as condições apropriadas para o atendimento.

2.6.5 - Responsabilidade

O empreendedor será responsável pela execução das ações aqui expostas, em parceria com os gestores de saúde municipais e estaduais, assim como instituições de ensino-pesquisa atuantes na região.

2.6.6 - Produtos

Relatórios Entomológicos Iniciais: serão elaborados em até 15 dias após a conclusão das campanhas de campo descrevendo sucintamente as condições de realização das atividades de campo.

Relatórios Entomológicos Finais: Serão elaborados em cada campanha e entregues em até 30 dias após a finalização do processamento das amostras em laboratório com o seguinte formato: Introdução, metodologia, resultados e discussão, conclusões, recomendações e bibliografia.

Boletim Epidemiológico Eletrônico de Malária: será elaborado a cada seis (6) meses contendo as informações clínicas e epidemiológicas coletadas pelas equipes de campo e no Ambulatório de Saúde do canteiro.

Material de Apoio em Malária: quando solicitado pelos Programas de Educação Ambiental (PEA) e Comunicação Social (PCS).

Relatório Semestral do PACM: destacando o cumprimento do cronograma (entomologia, programa de saúde do trabalhador, capacitações, repasse de recursos entre outras atividades previstas no PACM), execução do orçamento e principais resultados das atividades clínico-epidemiológicas.

APÊNDICE 1- TABELAS SIVEP

510340 - Cuiabá - Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outro Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
228 - Jardim Alvorada 265 - bair	229	1	107	1	230	108	0	2	106	92	64	28	6	47	12	13	0	95	0	0
Total	229	1	107	1	230	108	0	2	106	92	64									

510340 - Cuiabá - Ano 2007

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outro Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
228 - Jardim Alvorada 265 - bair	250	0	107	0	250	107	1	0	106	50	29	27,8	6,5	42,8	25,2	23	4	80	0	0
Total	250	0	107	0	250	107	1	0	106	50	29					23	4	80	0	0

510340 - Cuiabá - Ano 2008

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outro Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
228 - Jardim Alvorada 265 - bair	179	0	82	0	179	82	3	0	79	27	10	21,3	4,6	45,8	26,8	19	3	60	0	0
Total	179	0	82	0	179	82	3	0	79	27	10					19	3	60	0	0

510340 - Cuiabá - Ano 2009

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
228 - Jardim Alvorada 265 - bair	148	0	59	0	148	59	1	0	58	10	5	15,3	3,8	39,9	11,9	6	1	52	0	0
Total	148	0	59	0	148	59	1	0	58	10	5					6	1	52	0	0

510267 - Campo Verde - Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
1 - Campo Verde - cid	3	4	3	4	7	7	0	0	7	0	0	1,4	0,1	100	28,6	2	0	5	0	0
Total	3	4	3	4	7	7	0	0	7	0	0					2	0	5	0	0

510267 - Campo Verde - Ano 2007

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
1 - Campo Verde - Cid	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0,2	0	100	0	0	0	1	0	0
Total	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0				0	0	0	1	0	0

510267 - Campo Verde - Ano 2008

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
1 - Campo Verde - cid	2	1	1	1	3	2	0	0	2	0	0	0,4	0,1	66,7	0	0	0	2	0	0
Total	2	1	1	1	3	2	0	0	2	0	0				0	0	0	2	0	0

510267 - Campo Verde - Ano 2009

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
1 - Campo Verde - cid	3	0	3	0	3	3	0	0	3	3	3	0,6	0,1	100	0	0	0	3	0	0
Total	3	0	3	0	3	3	0	0	3	3	3				0	0	0	3	0	0

510480 - Jaciara - Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
125 - Jaciara - cid	9	0	9	0	9	9	5	0	4	0	0	1,7	0,2	100	0	0	0	9	0	0
Total	9	0	9	0	9	9	5	0	4	0	0				0	0	0	9	0	0

510480 - Jaciara - Ano 2007

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
125 - Jaciara - Cid	9	0	9	0	9	9	0	0	9	0	0	1,7	0,2	100	11,1	1	0	8	0	0
Total	9	0	9	0	9	9	0	0	9	0	0					1	0	8	0	0

510480 - Jaciara - Ano 2008

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
125 - Jaciara - cid	2	0	2	0	2	2	0	0	2	0	0	0,4	0	100	0	0	0	2	0	0
Total	2	0	2	0	2	2	0	0	2	0	0					0	0	2	0	0

510480 - Jaciara - Ano 2009

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
125 - Jaciara - cid	3	0	3	0	3	3	0	0	3	0	0	0,6	0,1	100	0	0	0	3	0	0
Total	3	0	3	0	3	3	0	0	3	0	0					0	0	3	0	0

510520 - Juscimeira - Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
104 - Juscimeira - cid	0	2	0	2	2	2	0	0	2	0	0	0	0	100	0	0	0	2	0	0
Total	0	2	0	2	2	2	0	0	2	0	0				0	0	2	0	0	

510520 - Juscimeira - Ano 2007

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
104 - Juscimeira - cid	2	0	2	0	2	2	0	0	2	0	0	0	0	100	50	1	0	1	0	0
Total	2	0	2	0	2	2	0	0	2	0	0				1	0	1	0	0	

510520 - Juscimeira - Ano 2008

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
104 - Juscimeira - cid	2	0	2	0	2	2	0	0	2	0	0	0	0	100	0	0	0	2	0	0
Total	2	0	2	0	2	2	0	0	2	0	0				0	0	2	0	0	

510520 - Juscimeira - Ano 2009

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
104 - Juscimeira - cid	5	4	3	1	9	4	0	0	4	3	0	0	0	44,4	0	0	0	4	0	0
Total	5	4	3	1	9	4	0	0	4	3	0				0	0	4	0	0	

510760 - Rondonópolis - Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
7 - Vila Aurora - bair	51	0	20	0	51	20	0	0	20	11	3	4	1	39,2	25	5	0	15	0	0
Total	51	0	20	0	51	20	0	0												

510760 - Rondonópolis - Ano 2007

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
7 - Vila Aurora - bair	17	0	9	0	17	9	0	0	9	6	2	1,8	0,3	52,9	11,1	0	1	8	0	0
8 - Rondonópolis - cid	50	0	22	0	50	22	0	0	22	8	1	1,6	0,4	44	40,9	3	6	13	0	0
Total	67	0	31	0	67	31	0	0	31	14	3				3	7	21	0	0	

510760 - Rondonópolis - Ano 2008

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município/ País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
8 - Rondonópolis - cid	48	0	10	0	48	10	0	0	10	1	1	0,7	0,3	20,8	40	2	2	6	0	0
Total	48	0	10	0	48	10	0	0	10	1	1					2	2	6	0	0

510760 - Rondonópolis - Ano 2009

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município/ País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
15 - Jardim Guanabara - bair	2	0	2	0	2	2	0	0	2	0	0	0,8	0,1	100	0	0	0	2	0	0
8 - Rondonópolis - cid	30	0	10	0	30	10	2	0	8	0	0	0,7	0,2	33,3	30	0	3	7	0	0
Total	32	0	12	0	32	12	2	0	10	0	0				0	3	9	0	0	

510700 - Poxoréo - Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outra Município/ País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
22 - Poxoreo - cid	5	1	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0
Total	5	1	0	0	6	0	0	0	0	0	0				0	0	0	0	0	

510700 - Poxoréo - Ano 2007

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outro Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
22 - Poxoreo - cid	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0,4	0	100	100	1	0	0	0	0
Total	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0					1	0	0	0	0

510420 - Guiratinga - Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outro Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
313 - Guiratinga - cid	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1					0	0	0	0	0

510719 - Ribeirãozinho - Ano 2009

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outro Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
1 - Ribeirãozinho - cid	5	1	5	0	6	5	5	0	0	9	1	2,5	0,3	83,3	0	0	0	5	0	0
Total	5	1	5	0	6	5	5	0	0	9	1				0	0	5	0	0	

510820 - Torixoreu - Ano 2009

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outra Localidade do município	Importado outro Município /País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
398 - Torixoreu - cid	2	0	2	0	2	2	1	0	1	0	0	0,4	0	100	50	0	1	1	0	0
Total	2	0	2	0	2	2	1	0	1	0	0					0	1	1	0	0

UF - MT / Ano 2006

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outro Município da UF	Importado UF / País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	Nome município	BP	BA	BP	BA	Exame				Positivo	Exame									
510020 - AGUA BOA	10	0	10	0	10	10	1	6	3	0	0	0,7	0,1	100	0	0	0	10	0	0
510025 - ALTA FLORESTA	520	79	75	20	599	95	6	25	64	104	43	2	1,3	15,9	27,4	24	2	67	2	0
510030 - ALTO ARAGUAIA	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0,1	0	100	0	0	0	1	0	0
510035 - ALTO BOA VISTA	4	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0,1	0	0	0	0	0	0	0
510050 - ALTO PARAGUAI	2	2	2	2	4	4	2	0	2	0	0	0,7	0,1	100	0	0	0	4	0	0
510060 - ALTO TAQUARI	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0,2	0	100	100	1	0	0	0	0
510080 - APIACAS	411	404	50	25	815	75	68	6	1	367	55	11,8	12,8	9,2	4	3	0	72	0	0
510125 - ARAPUTANGA	7	0	2	0	7	2	0	0	2	0	0	0,1	0	28,6	0	0	0	2	0	0
510130 - ARENAPOLIS	9	0	9	0	9	9	1	1	7	0	0	0,9	0,1	100	0	0	0	9	0	0
510140 - ARIPUANA	2.118	319	467	24	2.437	491	429	59	3	95	15	26,4	13,1	20,1	20	95	3	393	0	0
510170 - BARRA DO BUGRES	12	0	6	0	12	6	0	2	4	0	0	0,2	0	50	16,7	1	0	5	0	0
510190 - BRASNORTE	687	44	127	27	731	154	149	0	5	4	2	12,8	6,1	21,1	76	117	0	37	0	0
510250 - CACERES	52	0	12	0	52	12	0	2	10	11	2	0,1	0,1	23,1	16,7	2	0	10	0	0
510263 - CAMPO NOVO DO PARECIS	21	0	18	0	21	18	1	5	12	0	0	0,7	0,1	85,7	11,1	0	2	16	0	0
510267 - CAMPO VERDE	3	4	3	4	7	7	0	2	5	0	0	0,3	0	100	28,6	2	0	5	0	0
510268 - CAMPOS DE JULIO	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0,2	0	100	100	1	0	0	0	0
510270 - CANARANA	84	0	43	0	84	43	0	42	1	0	0	2,3	0,4	51,2	0	0	0	43	0	0
510279 - CARLINDA	75	0	3	0	75	3	0	3	0	0	0	0,3	0,8	4	0	0	0	3	0	0
510285 - CASTANHEIRA	141	0	6	0	141	6	1	4	1	1	0	0,9	2	4,3	0	0	0	6	0	0
510305 - CLAUDIA	9	0	8	0	9	8	5	3	0	0	0	0,7	0,1	88,9	0	0	0	8	0	0
510310 - COCALINHO	83	0	10	0	83	10	10	0	0	0	0	1,9	1,5	12	0	0	0	10	0	0
510320 - COLIDER	84	869	23	39	953	62	0	61	1	18	7	2,3	3,5	6,5	29	14	4	44	0	0
510325 - COLNIZA	11.038	676	3.325	71	11.714	3.396	3219	90	87	2.483	785	250,4	86,4	29	12,2	396	18	2.982	0	0

Medida Nome município	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outro Município da UF	Importado UF / País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	BP	BA	BP	BA	Exame	Positivo				Exame	Positivo									
510330 - COMODORO	184	3	42	1	187	43	3	8	32	25	12	2,3	1	23	39,5	17	0	26	0	0
510335 - CONFRESA	4	0	4	0	4	4	0	0	4	0	0	0,1	0	100	50	1	1	2	0	0
510336 - CONQUISTA D'OESTE	2	1	2	0	3	2	0	1	1	1	1	0,7	0,1	66,7	50	0	1	1	0	0
510337 - COTRIGUACU	38	3	31	0	41	31	18	8	5	0	0	2,4	0,3	75,6	22,6	3	4	24	0	0
510340 - CUIABA	229	1	107	1	230	108	2	31	75	92	64	0,2	0	47	12	13	0	95	0	0
510350 - DIAMANTINO	5	9	0	2	14	2	0	0	2	0	0	0,1	0,1	14,3	50	1	0	1	0	0
510360 - DOM AQUINO	0	2	0	2	2	2	1	0	1	0	0	0,2	0	100	50	0	1	1	0	0
510370 - FELIZ NATAL	338	1	62	0	339	62	40	22	0	16	10	6,8	3,7	18,3	0	0	0	62	0	0
510410 - GUARANTA DO NORTE	96	0	29	0	96	29	0	5	24	5	2	0,9	0,3	30,2	24,1	7	0	22	0	0
510420 - GUIRATINGA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
510455 - ITAUBA	170	17	42	2	187	44	41	3	0	2	0	6,9	2,9	23,5	2,3	0	1	43	0	0
510480 - JACIARA	9	0	9	0	9	9	5	2	2	0	0	0,3	0	100	0	0	0	9	0	0
510500 - JAURU	3	0	3	0	3	3	1	0	2	0	0	0,2	0	100	66,7	2	0	1	0	0
510510 - JUARA	111	3	70	2	114	72	67	4	1	105	46	2	0,3	63,2	51,4	37	0	35	0	0
510515 - JUINA	993	424	332	21	1.417	353	182	74	97	54	30	9	3,6	24,9	30,9	105	4	244	0	0
510517 - JURUENA	416	307	82	18	723	100	67	32	1	41	6	16,1	11,6	13,8	20	20	0	80	0	0
510520 - JUSCIMEIRA	0	2	0	2	2	2	0	2	0	0	0	0,2	0	100	0	0	0	2	0	0
510525 - LUCAS DO RIO VERDE	47	0	18	0	47	18	0	17	1	0	0	0,7	0,2	38,3	0	0	0	18	0	0
510530 - LUCIARA	11	0	1	0	11	1	1	0	0	0	0	0,5	0,5	9,1	0	0	0	1	0	0
510550 - VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	27	0	8	0	27	8	4	0	4	0	0	0,6	0,2	29,6	37,5	3	0	5	0	0
510558 - MARCELANDIA	200	480	193	111	680	304	300	2	2	72	21	16,9	3,8	44,7	0	0	0	304	0	0
510560 - MATUPA	82	0	43	0	82	43	1	30	12	9	7	3,6	0,7	52,4	11,6	3	2	38	0	0
510562 - MIRASSOL D'OESTE	15	0	9	0	15	9	0	0	9	1	1	0,4	0,1	60	0	0	0	9	0	0

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outro Município da UF	Importado UF / País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O
	Nome município	BP	BA	BP	BA	Exame				Positivo	Exame									
510600 - NORTELANDIA	11	0	11	0	11	11	0	0	11	0	0	2	0,2	100	27,3	0	3	8	0	0
510615 - NOVA BANDEIRANTES	102	16	4	1	118	5	4	0	1	1	0	0,5	1,3	4,2	0	0	0	5	0	0
510618 - NOVA LACERDA	26	8	14	6	34	20	17	0	3	2	1	4,3	0,7	58,8	10	2	0	18	0	0
510621 - NOVA CANAA DO NORTE	25	0	1	0	25	1	0	1	0	1	0	0,1	0,2	4	0	0	0	1	0	0
510622 - NOVA MUTUM	5	0	5	0	5	5	0	3	2	0	0	0,3	0	100	40	1	1	3	0	0
510624 - NOVA UBRATA	376	337	156	15	713	171	170	0	1	0	0	23	9,6	24	0	0	0	171	0	0
510625 - NOVA XAVANTINA	2	1	2	1	3	3	0	1	2	1	1	0,2	0	100	66,7	1	1	1	0	0
510626 - NOVO MUNDO	49	31	4	4	80	8	3	0	5	5	0	1,3	1,3	10	50	4	0	4	0	0
510627 - NOVO HORIZONTE DO NORTE	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0,3	0	100	100	1	0	0	0	0
510629 - PARANAITA	1.299	439	152	24	1.738	176	171	2	3	677	57	19,5	19,2	10,1	17	29	1	146	0	0
510630 - PARANATINGA	53	0	20	0	53	20	18	1	1	3	3	1,3	0,3	37,7	0	0	0	20	0	0
510642 - PEIXOTO DE AZEVEDO	306	40	126	3	346	129	29	40	60	15	6	6,7	1,8	37,3	24	27	4	98	0	0
510675 - PONTES E LACERDA	159	16	54	0	175	54	1	20	33	9	1	1,3	0,4	30,9	9,3	5	0	49	0	0
510677 - PORTO ALEGRE DO NORTE	13	0	6	0	13	6	5	1	0	0	0	0,6	0,1	46,2	0	0	0	6	0	0
510680 - PORTO DOS GAUCHOS	3	0	3	0	3	3	0	3	0	0	0	0,5	0	100	0	0	0	3	0	0
510682 - PORTO ESPERIDIAO	2	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
510700 - POXOREO	5	1	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
510704 - PRIMAVERA DO LESTE	15	0	15	0	15	15	2	3	10	0	0	0,3	0	100	33,3	1	4	10	0	0
510706 - QUERENCIA	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0,1	0	100	0	0	0	1	0	0
510710 - SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	0	7	0	4	7	4	0	1	3	1	0	0,2	0	57,1	75	3	0	1	0	0

Medida	Exame		Positivo		Total		Autóctone	Importado outro Município da UF	Importado UF / País	LVC		IPA	IAES	ILP	IFA	F	F+V	V	M	O	
	Nome município	BP	BA	BP	BA	Exame				Positivo	Exame										Positivo
510724 - SANTA CARMEM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
510730 - SAO JOSE DO RIO CLARO	11	2	1	0	13	1	0	0	1	0	0	0,1	0,1	7,7	0	0	0	1	0	0	
510735 - SAO JOSE DO XINGU	3	0	3	0	3	3	3	0	0	0	0	0,4	0	100	0	0	0	3	0	0	
510757 - RONDOLANDIA	242	241	87	25	483	112	98	3	11	5	2	26,9	11,6	23,2	34,8	33	6	73	0	0	
510760 - RONDONOPOLIS	51	0	20	0	51	20	0	5	15	11	3	0,1	0	39,2	25	5	0	15	0	0	
510770 - ROSARIO OESTE	2	0	2	0	2	2	0	1	1	0	0	0,1	0	100	0	0	0	2	0	0	
510775 - SALTO DO CEU	0	6	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	
510777 - SANTA TEREZINHA	30	0	17	0	30	17	17	0	0	0	0	2,5	0,4	56,7	0	0	0	17	0	0	
510785 - SAO FELIX DO ARAGUAIA	71	0	0	0	71	0	0	0	0	0	0	0	0,8	0	0	0	0	0	0	0	
510787 - SAPEZAL	12	0	12	0	12	12	0	0	12	0	0	1	0,1	100	66,7	7	1	4	0	0	
510790 - SINOP	1.819	17	97	12	1.836	109	68	23	18	51	45	1,1	1,9	5,9	6,4	7	0	102	0	0	
510792 - SORRISO	3	0	0	0	3	0	0	0	0	76	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
510794 - TABAPORA	6	0	6	0	6	6	2	4	0	1	1	0,4	0	100	0	0	0	6	0	0	
510795 - TANGARA DA SERRA	18	0	11	0	18	11	0	4	7	1	1	0,2	0	61,1	18,2	1	1	9	0	0	
510805 - TERRA NOVA DO NORTE	37	8	20	0	45	20	1	12	7	1	1	1,7	0,4	44,4	5	1	0	19	0	0	
510830 - UNIAO DO SUL	36	26	14	13	62	27	25	0	2	70	5	4,8	1,1	43,5	0	0	0	27	0	0	
510850 - VERA	5	0	5	0	5	5	0	4	1	0	0	0,4	0	100	40	2	0	3	0	0	
510860 - VILA RICA	81	3	7	0	84	7	1	1	5	0	0	0,4	0,4	8,3	14,3	1	0	6	0	0	
510890 - NOVA MARINGA	13	0	2	0	13	2	0	0	2	0	0	0,5	0,3	15,4	50	1	0	1	0	0	
510895 - NOVA MONTE VERDE	13	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0,2	0	0	0	0	0	0	0	
Total	23.259	4.850	6.168	482	28.109	6.650	5.263	685	702	4.442	1.265					1.000	65	5.583	2	0	

APÊNDICE 2 - CARTA DA ECOLOGY BRASIL - EEBR-0050/10-2383 - QUE
PROTOCOLA O PLANO DE TRABALHO



EEBR-0050/10-2383

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2010.

A Vsa Senhoria, Sr. Guilherme Franco Neto

Assessor Especial do Ministro - Responsável pela Saúde Ambiental e do Trabalhador
Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde
SCS Quadra 04, bloco A, 6º andar - Edifício Principal
70.304-000 - Brasília - DF

Assunto: Licenciamento Ambiental da Linha de Transmissão 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho
- Rio Verde Norte

Prezado Assessor,

Em atenção ao ofício nº 67 - DSATS/SVS/MS, de 22/07/2009, emitido pela Secretaria de Vigilância em Saúde, em 22/07/2010, que encaminha as Recomendações de saúde que devem ser observadas dentro do processo de licenciamento da Linha de Transmissão em foco. Dessa forma, encaminhamos, em anexo, no documento intitulado "Plano de trabalho para o Levantamento Entomológico, para apreciação visando dar atendimento ao supracitado ofício.

Nesta oportunidade manifestamos nossos protestos de estima e apreço e nos colocamos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Ivan Soares Telles de Sousa

Vice - Presidente

M^{te} Aparecida Santos
12/2/10 17:30

Av. Rio Branco, 1
salas 1401D e 1904
Centro • 20090-003
Rio de Janeiro | Brasil
Tel.: (5521) 2108.8700
Fax: (5521) 2108.8709
www.ecologybrasil.com.br

3.6.5.5 - Educação e Qualificação Profissional - AII/AID

a. Caracterização do Perfil Educacional

▪ Educação Escolar

De acordo com o Censo Escolar, realizado pelo INEP, no ano de 2007, na área em estudo, havia 276.340 estudantes matriculados nas escolas, em diferentes níveis de ensino. Em sua grande maioria (62,4%), cursavam o Ensino Fundamental, 57,5% no ensino regular e 4,9% na Educação de Jovens e Adultos presencial e semipresencial. No Ensino Médio, estavam matriculados 24,7% dos estudantes da AII em 2007, sendo 4,8% na Educação de Jovens e Adultos e 19,4% no ensino regular. Havia, ainda, 12,5% de estudantes da creche e da pré-escola e 1,4% de estudantes do ensino profissionalizante de nível técnico.

Quadro 3.6.5.5-1 - Matrícula Inicial por Nível de Ensino e Dependência Administrativa - 2007

Município	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semipresencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio ²	Fundamental	Médio
CUIABA	Estadual	420	336	11.365	23.737	20.888	0	5.193	5.700	332	787
	Federal	0	0	0	0	1.035	1.054	0	44	0	0
	Municipal	4.761	8.250	23.556	8.091	0	0	2.405	0	475	0
	Privada	2.777	1.805	7.207	7.574	6.986	769	22	53	147	267
	Total	7.958	10.391	42.128	39.402	28.909	1.823	7.620	5.797	954	1.054
SANTO ANTONIO DO LEVERGER	Estadual	0	0	1.184	1.381	679	0	233	165	0	0
	Municipal	250	505	628	60	0	0	12	0	0	0
	Total	250	505	1.812	1.441	679	0	245	165	0	0
CAMPO VERDE	Estadual	0	0	414	710	1.486	0	179	178	0	0
	Municipal	137	575	2.169	1.554	0	0	250	0	1	0
	Privada	9	217	246	195	122	0	0	0	0	0
	Total	146	792	2.829	2.459	1.608	0	429	178	1	0
JACIARA	Estadual	0	0	1.337	1.579	1.199	0	383	146	0	79
	Municipal	337	487	1.041	362	0	0	72	0	0	0
	Privada	87	53	156	148	98	0	0	0	0	0
	Total	424	540	2.534	2.089	1.297	0	455	146	0	79
SAO PEDRO DA CIPA	Estadual	0	0	115	204	188	0	0	42	0	0
	Municipal	104	122	223	160	0	0	52	0	0	0
	Total	104	122	338	364	188	0	52	42	0	0
JUSCIMEIRA	Estadual	0	0	678	951	617	0	294	162	0	0
	Municipal	187	306	313	39	0	0	99	0	0	0
	Privada	0	14	21	0	0	0	0	0	0	0
	Total	187	320	1.012	990	617	0	393	162	0	0

Município	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semipresencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio ²	Fundamental	Médio
RONDONOPOLIS	Estadual	0	0	6.747	10.874	9.412	0	1.702	2.811	368	109
	Municipal	1.156	2.029	7.371	1.685	0	0	1.425	0	0	0
	Privada	973	1.934	1.666	1.197	723	0	21	85	0	0
	Total	2.129	3.963	15.784	13.756	10.135	0	3.148	2.896	368	109
POXOREO	Estadual	0	0	833	1.171	789	0	104	0	58	0
	Municipal	0	359	601	357	0	0	0	0	0	0
	Privada	87	0	0	0	72	67	0	0	0	0
	Total	87	359	1.434	1.528	861	67	104	0	58	0
GUIRATINGA	Estadual	0	0	625	903	710	0	160	0	16	0
	Municipal	75	225	398	78	0	0	0	0	0	0
	Privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	75	225	1.023	981	710	0	160	0	16	0
TORIXOREU	Estadual	0	0	113	260	205	0	53	13	0	0
	Municipal	38	57	160	72	0	0	0	0	0	0
	Total	38	57	273	332	205	0	53	13	0	0
RIBEIRAOZINHO	Estadual	0	0	90	212	111	0	55	0	0	0
	Municipal	33	64	110	0	0	0	0	0	0	0
	Total	33	64	200	212	111	0	55	0	0	0
BALIZA	Estadual	0	0	60	68	136	0	0	0	0	0
	Municipal	0	22	221	198	0	0	0	0	0	0
	Total	0	22	281	266	136	0	0	0	0	0

Município	Dependência	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semipresencial)	
		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais			Fundamental	Médio ²	Fundamental	Médio
CAIAPONIA	Estadual	0	0	82	896	542	0	0	60	0	0
	Municipal	36	309	961	78	0	0	55	0	0	0
	Privada	0	36	99	78	0	0	0	0	0	0
	Total	36	345	1.142	1.052	542	0	55	60	0	0
MONTIVIDIU	Estadual	0	0	0	0	618	0	0	0	0	0
	Municipal	90	250	835	795	0	0	63	0	0	0
	Privada	8	18	84	38	23	0	0	10	0	0
	Total	98	268	919	833	641	0	63	10	0	0
RIO VERDE	Estadual	0	0	142	7.224	6.263	0	16	1.014	0	0
	Federal	0	0	0	0	0	1.369	0	136	0	0
	Municipal	785	3.205	9.847	3.421	0	0	1.012	0	0	0
	Privada	351	722	1.737	1.071	940	484	0	159	0	0
	Total	1.136	3.927	11.726	11.716	7.203	1.853	1.028	1.309	0	0
AII	Estadual	420	336	23925	48101	43638	0	9092	10231	774	975
	Federal	0	0	0	0	1035	2423	0	180	0	
	Municipal	8076	16765	48434	16950	0	0	2940	0	476	
	Privada	4205	4799	11216	10301	8964	1320	43	307	147	267
	Total	12701	21900	83575	75352	53637	3743	12075	10718	1397	1242
AII	(%)	4,6	7,9	30,2	27,3	19,4	1,4	4,4	3,9	0,5	0,4

Fonte: Censo Escolar (INEP)

Os municípios que compõem a área em estudo apresentam, no entanto, similaridades e diferenças no que tange ao acesso à educação escolar. Os municípios de Santo Antônio do Leverger, São Pedro da Cipa, Torixoréu, Ribeirãozinho, Guiratinga e Baliza não dispõem de rede privada de ensino. Nos demais municípios, há instituições de ensino das redes estadual, municipal e privada. Em Cuiabá e em Rio Verde, existem escolas federais que oferecem ensino profissionalizante de nível técnico e ensino médio regular (somente em Cuiabá) e para jovens e adultos.

Em todos os municípios em estudo, mais da metade dos estudantes matriculados em escolas, em 2007, cursavam o Ensino Fundamental. Em grande parte dos municípios analisados, a maioria das vagas no Ensino Fundamental é oferecida pelas escolas estaduais, contrariando a tendência de municipalização deste nível de ensino apresentada na maioria dos municípios brasileiros. As exceções são Campo Verde, Baliza e Montividiu, onde o Ensino Fundamental é ministrado, majoritariamente, por escolas municipais. Em Rondonópolis e em Rio Verde, as vagas em escolas municipais, para este nível de ensino, já superam as vagas em instituições estaduais, quando se trata dos Anos Iniciais. Em Poxoréu, inexitem escolas particulares que ministrem o Ensino Fundamental. Em Juscimeira e Ribeirãozinho, elas existem apenas nos Anos Iniciais.

Os municípios de Santo Antônio do Leverger e Poxoréu foram os que apresentaram o menor percentual de estudantes cursando o Ensino Médio. Em todos os municípios em estudo, o Ensino Médio público é de responsabilidade exclusiva das instituições estaduais (com exceção das escolas federais de Cuiabá e Rio Verde). No município de Caiapônia, as escolas particulares não ministram este nível de ensino.

Quanto à creche e pré-escola, o ensino público é de responsabilidade exclusiva da rede municipal, com exceção de Cuiabá, onde há vagas também na rede estadual. No município de Poxoréu, não há creche pública, apenas 87 vagas na rede privada, enquanto que, no nível da pré-escola, não há vagas na rede privada, apenas 359 vagas na rede municipal.

A Educação de Jovens e Adultos, de caráter público e no nível do Ensino Fundamental, é oferecida tanto pela rede estadual quanto pela rede municipal. No município de Baliza, a população não conta com esta oportunidade no nível do Ensino Fundamental. No nível do Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos, de caráter público, é oferecida exclusivamente pela rede estadual. Nos municípios de Poxoréu, Guiratinga e Ribeirãozinho, não há EJA de nível médio.

- Ensino Superior

De acordo com o Censo da Educação Superior 2007, existem, no Estado do Mato Grosso, 58 instituições de ensino superior, 5 delas, públicas. Na capital, Cuiabá, estão localizadas uma

universidade federal (UFMT) e 2 centros de ensino técnico federais. Além disso, a população de Cuiabá conta com 11 instituições privadas de ensino, dentre as quais merece destaque o Centro de Ensino Superior de Cuiabá (CESUC). Três destas instituições privadas são de caráter comunitário ou filantrópico - uma universidade e duas faculdades. No interior do Estado, há uma universidade estadual e uma faculdade municipal, além de 42 instituições privadas de ensino superior, 5 das quais de caráter filantrópico ou comunitário. No município de Rondonópolis, destacam-se a FACER/CNEC, que oferece graduação em Serviço Social, Comunicação Social (Jornalismo), Administração e Ciências Contábeis, e o Centro de Ensino Superior de Rondonópolis (CESUR), com cursos de Direito, Administração e Pedagogia. No município de Campo Verde, merecem destaque a Faculdade de Campo Verde, que oferece graduação em Administração, e o Instituto Superior de Educação, com o curso de Pedagogia. Há também cursos da UNIDERP Interativa e UNIRONDON. Em Jaciara, destaca-se a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço. No município de Guiratinga, destacam-se as particulares UNIC, EADCOM e UNIGRAN. Em Poxoréo e em Ribeirãozinho, há cursos da EADCOM (à distância).

No Estado de Goiás, há 9 instituições públicas de ensino superior e 66, privadas. Além da uma universidade federal situada na capital, Goiânia, há uma universidade estadual e uma universidade municipal localizadas no interior do Estado, além de uma faculdade integrada, municipal, e duas faculdades, escolas ou institutos, também municipais, localizados no interior. A população do interior do Estado de Goiás conta, também, com 47 instituições privadas de ensino, entre as quais uma universidade e um centro universitário de caráter comunitário ou filantrópico.

No município de Rio Verde, destaca-se, primeiramente, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, que conta com 1.126 alunos, divididos em cursos técnico e superior: Administração, Contabilidade, Agropecuária, Alimentos, Comércio, Informática, Secretariado, Zootécnica e Tecnologia em Produção de Grãos. Entre as instituições privadas de ensino superior, a de maior destaque é a FESURV - Universidade de Rio Verde, particular, que oferece 26 cursos de graduação e 13 de pós-graduação, além de possuir um campus no município de Caiapônia, que oferece graduação em Direito e Gestão de Agronegócios. Há, também, o Instituto de Ensino Superior de Rio Verde/ Faculdade Objetivo, que oferece graduação nas áreas de administração, direito, comunicação, fisioterapia, enfermagem e turismo. Merece destaque, finalmente, a Faculdade Almeida Rodrigues (FAR), com cursos de Administração, Habilitação em Gestão de Agronegócios, Administração com Habilitação para Gestão de Sistemas de Informação, Normal Superior com Licenciatura em Educação Infantil e Normal Superior com Licenciatura nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Quadro 3.6.5.5-2 - Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Localização (Capital/Interior) - 2007

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa			Instituições																	
			Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT		
			Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Mato Grosso	Pública	Total	5	3	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	-
		Federal	3	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-
		Estadual	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Municipal	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
	Privada	Total	53	11	42	1	1	-	2	1	1	7	1	6	43	8	35	-	-	-
		Particular	45	8	37	-	-	-	2	1	1	7	1	6	36	6	30	-	-	-
Comun/ Confes/Filant		8	3	5	1	1	-	-	-	-	-	-	-	7	2	5	-	-	-	
Goiás	Pública	Total	9	2	7	3	1	2	-	-	-	1	-	1	2	-	2	3	1	2
		Federal	4	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	2
		Estadual	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Municipal	4	-	4	1	-	1	-	-	-	1	-	1	2	-	2	-	-	-
	Privada	Total	66	19	47	1	1	-	3	1	2	1	-	1	56	15	41	5	2	3
		Particular	61	16	45	-	-	-	2	1	1	1	-	1	53	13	40	5	2	3
Comun/Confes/Filant		5	3	2	1	1	-	1	-	1	-	-	-	3	2	1	-	-	-	

Fonte: Censo do Ensino Superior (INEP)

- Instituições de Ensino Identificadas no Corredor de Estudo

Com o objetivo de mapear as instituições de ensino existentes ao longo do corredor de estudo, e conseqüentemente o perfil dos alunos, foi utilizada uma ficha específica para as unidades escolares. Foram identificadas algumas unidades escolares ao longo do traçado, no entanto, só foi possível aplicar a ficha em oito instituições. Esse mapeamento contribuiu para o estabelecimento de diretrizes dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental no sentido de ajustar ações e públicos alvo de forma a otimizar a implementação de ambos na fase de obras. A seguir serão apresentadas duas tabelas: uma com informações correspondentes as fichas aplicadas nas instituições de ensino e outra com informações das localidades que dispõem de escolas em seu entorno.

Quadro 3.6.5.5-3 - Tabela das Unidades Escolares

Estado	Município - Localidade	Nome da Instituição	Esfera	Numero de Alunos	Numero de professores	Séries lecionadas	Turnos
MT	Juscimeira - Povoado Placa de Santo Antônio	E. E. Santo Antônio de Pádua	Estadual	148	11	Pré-escola; 1º Ciclo Fundamental; 2º Ciclo Fundamental; Ensino Médio	Manhã, Tarde e Noite
MT	Juscimeira - Localidade Santa Elvira	E. E. Santa Elvira	Estadual	542	25	1º Ciclo Fundamental; 2º Ciclo Fundamental; Ensino Médio	Manhã, Tarde e Noite
MT	Rondonópolis - Assentamento Chico Mendes	E. M. Rural 14 de Agosto	Municipal	306	17	1º Ciclo Fundamental; 2º Ciclo Fundamental; Ensino Médio (extensão)	Manhã, Tarde e Noite
MT	Poxoréu - Assentamento Carlos Mariguela	Escola Pontal de Areia	Municipal	35	3	1º Ciclo Fundamental. Há uma escola de ensino médio aos sábados.	Manhã
MT	Poxoréu - Distrito de Jarudore	C. E. de Educação Básica Franklin Cassiano	Estadual	276	16	2º Ciclo Fundamental e Ensino Médio	Manhã e Tarde
MT	Poxoréu - Distrito de Jarudore - Localidade de Joanesburgo	E. M. Epaminondas Correia de Oliveira	Municipal	168	8	Pré-escola e 1º Ciclo Fundamental	Manhã e Tarde
GO	Baliza - Assentamento Oziel Alves Pereira	E. M. Bandeirantes	Municipal, mas também há extensão com a Escola Estadual da Baliza.	455 380 (rede municipal) e 75 (rede estadual)	19 14 (rede municipal) e 5 (rede estadual)	Pré-escola; 1º Ciclo Fundamental; 2º Ciclo Fundamental e Ensino Médio	Tarde
GO	Caiaçônia - Banco da Terra - São Francisco	Escola João Ferreira Brito	Municipal	48	2	Pré-escola; 1º Ciclo Fundamental.	Tarde

Quadro 3.6.5.5-4 - Localidades que Possuem Unidades Escolares

Estado	Município - Localidade	Nome da Instituição	Séries lecionadas	Turnos
MT	Cuiabá - Vila Olho D'Água	Não há informação	Pré-escola; 1º Ciclo Fundamental	Não há informação
MT	Santo Antônio do Leverger - Localidade Trevo Barão do Melgaço	Escola Maria Arruda Muller	Não há informação	Manhã, Tarde e Noite
MT	Campo Verde -Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fatura	Escola Municipal Santo Antônio	Não há informação	Não há informação
MT	Rondonópolis - Povoado Vila Boa Vista	Não há informação	1º Ciclo Fundamental;	Não há informação
MT	Rondonópolis - Assentamento Dom Osório	Não há informação	Não há informação	Não há informação
MT	Torixoréu - Povoado Alto Diamantino	Escola Municipal Raquel Arbués	1º e 2º ciclo do Ensino Fundamental	Não há informação
MT	Torixoréu - Povoado Pouso Alto	Não há informação	Não há informação	Não há informação
GO	Caiaipônia - Povoado Planalto Verde	Não há informação	Não há informação	Não há informação
GO	Montividiu - Fazenda Brasilanda	Não há informação	Não há informação	Não há informação
GO	Rio Verde - Localidade Monte Alegre	Não há informação	Não há informação	Não há informação

O perfil das escolas identificadas ao longo do traçado do empreendimento em geral atende aos alunos das proximidades dos respectivos povoados, localidades ou assentamentos. Seus alunos costumam frequentar a escola a pé, tendo os alunos da rede estadual acesso a transporte escolar. As séries lecionadas são da pré-escola ao 1º ciclo do ensino fundamental em instituições de esfera municipal e pré-escola, ensino fundamental (1º e 2º ciclo) e ensino médio em instituições de esfera estadual.



Figura 3.6.5.5-1 - Escola Pontal de Areia - Assentamento Carlos Mariguela - Município de Poxoréu



Figura 3.6.5.5-2 - Escola Franklin Cassiano - Distrito de Jarudore - Município de Poxoréu



Figura 3.6.5.5-3 - Transporte Escolar no Assentamento Chico Mendes - Município de Rondonópolis

A partir da identificação dessas escolas é possível propor ações dentro dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social que utilizem o espaço escolar como pólos de formação continuada, privilegiando uma reflexão crítica da realidade socioambiental local.

As fichas utilizadas para o mapeamento das escolas encontram-se no **Anexo 1**, deste item.

b. Nível de Qualificação Profissional

A partir das informações contidas no Histograma fornecido pela Catxere Transmissora de Energia, sabe-se que na etapa de construção do empreendimento, os 2585 trabalhadores deverão ser distribuídos em quatro categorias e nas funções descritas a seguir. Do quantitativo inicial, 65% dos trabalhadores devem ser especializados e 35% são de não especializados. Esses quantitativos são variáveis conforme o plano de execução das obras a serem elaborados pela empreiteira responsável, no entanto, durante a fase de pico de obras esse numero cai para 900 trabalhadores.

Quadro 3.6.5.5-5 - Quantitativos de trabalhadores por Nível de formação e função

Nível de Formação	Função	Quantidade	Total por Nível de Formação
Superior	Engenheiro	69	69
Técnico	Técnico	164	206
	Topógrafo	42	
Administrativo	Administrativo	71	71

Nível de Formação	Função	Quantidade	Total por Nível de Formação
Geral	Encarregado de Turma	114	2239
	Oficial	241	
	Servente	1085	
	Montador	406	
	Operador de Máquinas	116	
	Motoristas	277	
TOTAL		2585	

Com relação à estrutura educacional oferecida nos municípios, pode-se afirmar que todos os municípios em estudo oferecem o ensino regular, da Pré-escola ao Ensino Médio, é oferecido pela rede pública, tendo como única exceção o município do Poxoréu que não possui vagas de creche.

Destaca-se em Cuiabá e em Rio Verde, a existência de escolas federais que oferecem ensino profissionalizante de nível técnico e ensino médio regular (somente em Cuiabá) e para jovens e adultos.

Existem, no Estado do Mato Grosso, 58 instituições de ensino superior, 5 delas, públicas. Na capital, Cuiabá, estão localizadas uma universidade federal (UFMT) e 2 centros de ensino técnico federais. Além disso, a população de Cuiabá conta com 11 instituições privadas de ensino, dentre as quais merece destaque o Centro de Ensino Superior de Cuiabá (CESUC).

No Estado de Goiás, há 9 instituições públicas de ensino superior e 66, privadas. Além da uma universidade federal situada na capital, Goiânia, há uma universidade estadual e uma universidade municipal localizadas no interior do Estado, além de uma faculdade integrada, municipal, e duas faculdades, escolas ou institutos, também municipais, localizados no interior.

No município de Rio Verde, destaca-se, primeiramente, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, que conta com 1.126 alunos, divididos em cursos técnico e superior: Administração, Contabilidade, Agropecuária, Alimentos, Comércio, Informática, Secretariado, Zootécnica e Tecnologia em Produção de Grãos.

Quanto à previsão de contratação de mão de obra, considera-se que as informações se apresentam ainda pouco conclusivas, devido a etapa em que o empreendimento se encontra, onde ainda estão sendo elaborados os estudos que deverão conformar o planejamento construtivo do empreendimento, condição do Projeto Executivo do próprio. Assim, pode ser precipitado prever qualquer quantitativo de Mão de obra, especialmente porque definições muito objetivas nesta fase poderiam impor condições muito severas para a licitação das obras, restringindo a contratação das empreiteiras que deverão ser responsáveis pela execução das obras.

3.6.5.6 - Segurança Pública - AII/AID

a. Caracterização da Infraestrutura e dos Serviços de Segurança Pública

Todos os municípios da área em estudo dispõem de equipamentos de segurança pública compatíveis com o porte de suas populações e com o seu nível de desenvolvimento socioeconômico. Neste sentido, na AII, os municípios de Cuiabá, Rondonópolis, Jaciara e Rio Verde dispõem de equipamentos de segurança pública que atendem não só as suas necessidades, como também às dos municípios de entorno.

Cuiabá possui 11 delegacias de Polícia Civil, 04 delegacias de Polícia Militar, Polícia Federal, Posto Policial, Polícia Florestal, Batalhão de Bombeiros Militar, todos servindo a municípios próximos, Unidade do IBAMA, FEMA e Exército.

O município de Rondonópolis possui uma estrutura tão completa quanto Cuiabá, com Batalhão de Bombeiros Militar, Batalhão de Polícia Militar, Delegacia Regional da Polícia Civil de Rondonópolis, Polícia Federal, Unidade regional do IBAMA, Unidade regional do FEMA, Corpo de Bombeiros, também atendendo municípios próximos, Exército - 18º Grupo de Artilharia, Delegacia Central e algumas delegacias especializadas, Polícia Judiciária Civil, Divisão da Polícia Militar, Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e Subdelegacia Regional do Trabalho.

No município de Jaciara há 01 Destacamento da Polícia Militar, Polícia Florestal - FEMA de Cuiabá, 01 Delegacia da Polícia Civil, Corpo de Bombeiros sendo as duas últimas referências da população de outros municípios.

Em Rio Verde, há um Batalhão da Polícia Militar, que atende a municípios próximos, Comando Regional da Polícia Militar, Cia. Independente da Polícia Militar, Cia. Independente da Polícia Militar - Quirinópolis, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros - Grupamento de Incêndio, Polícia Rodoviária Federal, Unidade Regional do IBAMA.

Dentre esses municípios, Cuiabá e Rio Verde terão canteiros de obras dentro das áreas da subestação. O município de Rondonópolis terá um canteiro de obras principal, com recepção de material, assim como o município de Caiapônia, que por sua vez apresenta uma infraestrutura de segurança inferior aos municípios citados.

Finalmente, o município de Jaciara terá um canteiro de apoio, assim como os municípios de Guiratinga, Caiapônia e Montividiu. No caso de Jaciara, a infraestrutura de segurança disponível é compatível com as necessidades de implantação de um canteiro de obras, tendo em vista que o mesmo servirá de apoio às ações de construção.

No quadro abaixo encontram-se relacionados os equipamentos de segurança dos municípios em estudo e os equipamentos de segurança aos quais suas populações recorrem em municípios próximos. Os equipamentos de segurança que atendem a municípios vizinhos se encontram marcados com cor, em matizes mais fortes, naqueles que atendem a um maior número de municípios.

Quadro 3.6.5.6-1 - Equipamentos de Segurança Pública - 2009

Municípios da AII	Equipamentos de Segurança Pública
Cuiabá - MT	Polícia Civil - 11 delegacias
	Polícia Militar - 4 delegacias
	Polícia Federal
	Posto Policial
	Polícia Florestal
	Unidade do IBAMA
	Batalhão de Bombeiros Militar
	FEMA
	Exército
Santo Antônio do Leverger - MT	Delegacia da Polícia Civil
	Posto de Polícia Rodoviária
	Destacamento da Polícia Militar
	Corpo de bombeiros e Guarda Florestal - recorrem a Cuiabá.
Campo Verde - MT	Delegacia da Polícia Civil
	Destacamento da Polícia Militar
	Corpo de bombeiros
	Guarda Florestal - recorrem a Cuiabá
Jaciara - MT	Destacamento da Polícia Militar
	Delegacia da Polícia Civil
	Corpo de Bombeiros
	Polícia Florestal - FEMA de Cuiabá
São Pedro da Cipa - MT	Destacamento da Polícia Militar
	Corpo de Bombeiros e delegacia - recorrem a Jaciara

Municípios da AII	Equipamentos de Segurança Pública
Juscimeira - MT	Delegacia de Polícia Civil Destacamento da Polícia Militar Polícia Florestal recorrem a Rondonópolis Corpo de Bombeiros recorrem a Jaciara
Rondonópolis - MT	Batalhão de Bombeiros Militar Batalhão de Polícia Militar Delegacia Regional da Polícia Civil de Rondonópolis Polícia Federal Unidade regional do IBAMA Unidade regional do FEMA Exército - 18º Grupo de Artilharia Delegacia Central Corpo de Bombeiros Polícia Judiciária Civil Divisão da Polícia Militar Delegacia Especializada Defesa da Mulher Delegacia Especializada Roubos e Furtos Sub Delegacia Regional do Trabalho DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
Poxoréo - MT	Delegacia de Polícia Civil Destacamento da Polícia Militar Corpo de Bombeiros recorrem ao município de Primavera.
Guiratinga - MT	Delegacia de Polícia Civil Destacamento da Polícia Militar com sete policiais e um comandante. Corpo de Bombeiros - recorrem a Rondonópolis Guarda Florestal - recorrem a Cuiabá
Torixoréu - MT	Destacamento da Polícia Militar Delegacia de Polícia Civil
Ribeirãozinho - MT	Destacamento da Polícia Militar - MPM de Ribeirãozinho Comando Regional V - 14º CPA Corpo de Bombeiros, Polícia Florestal, IBAMA e FEMA recorrem a Barra do Garça
Baliza - GO	Destacamento da Polícia Militar de Baliza - GO 7º CRPM/12º BPM/3º CIA PM Corpo de Bombeiros, Polícia Florestal, IBAMA e FEMA - recorrem ao município de Jataí
Caiapônia - GO	Delegacia de Polícia Militar - 3º Batalhão - subordinado município de Iporá Delegacia de Polícia Civil - subordinada a regional de Iporá
Montividiu - GO	Destacamento da Polícia Militar de Montividiu, subordinada ao Batalhão da Polícia Militar de Rio Verde; Delegacia da Polícia Civil

Municípios da AII	Equipamentos de Segurança Pública
Rio Verde - GO	Batalhão da Polícia Militar
	Comando Regional da Polícia Militar
	Cia Independente da Polícia Militar
	Cia Independente da Polícia Militar - Quirinópolis
	Polícia Civil
	Corpo de Bombeiros - Grupamento de Incêndio
	Polícia Rodoviária Federal
	Unidade Regional do IBAMA

Fonte: Ecology Brasil 2005 e Pesquisa de Campo 2009

3.6.5.7 - Organização Social - All

a. Pressões Migratórias

As pressões migratórias são analisadas com base em informações da Contagem de População (1996) e do Censo Demográfico (2000), ambos produzidos pelo IBGE. Os dados de 1996 permitem analisar as tendências migratórias recentes, uma vez que contabilizam o número de habitantes não residentes naquele município em 1991, ou seja, que migraram nos 5 anos que antecederam a contagem, permitindo somente a distinção entre os novos moradores provenientes da mesma unidade da federação, de outra unidade da federação, ou de país estrangeiro. Já as informações disponibilizadas pelo Censo Demográfico, embora não especifiquem o tempo de residência no município, permitem maior detalhamento a respeito do local de origem dos migrantes, pois os classificam pela região geográfica de nascimento, além disso, são dados mais recentes.

Na Área de Influência Indireta do empreendimento, no ano de 1996, 77.762 habitantes haviam fixado residência nos municípios em estudo recentemente, a partir de 1991. Mais da metade destes migrantes recentes eram provenientes de outros municípios da mesma unidade da federação (50,8%) enquanto 0,5% deste contingente de novos moradores habitava, anteriormente, outros países. Em todos os municípios analisados, predominavam os migrantes recentes originários do mesmo Estado, exceto no município mato-grossense de Torixoréu, onde predominavam migrantes provenientes de outras unidades da federação. No município de Cuiabá, os novos moradores provenientes de países estrangeiros representavam um maior contingente entre o total de migrantes recentes - 0,7%.

Quadro 3.6.5.7-1 - Pessoas não residentes no município de residência atual em 1º de setembro de 1991 por origem do movimento migratório - 1996

Municípios e All	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
Cuiabá - MT	37.972	21.478	16.035	282	177
Santo Antônio do Leverger - MT	938	230	666	17	25
Campo Verde - MT	4.986	1.744	3.235	-	7
Jaciara - MT	3.275	1.546	1.719	2	8
São Pedro da Cipa - MT	373	98	272	-	3
Juscimeira - MT	860	278	563	-	19
Rondonópolis - MT	14.487	7.363	7.058	23	43
Poxoréu - MT	1.332	442	864	4	22

Municípios e All	Total	Outra unidade da federação	Mesma unidade da federação	País estrangeiro	Ignorado
Guiratinga - MT	814	254	552	1	7
Torixoréu - MT	426	222	203	-	1
Ribeirãozinho - MT	232	93	139	-	-
Baliza - GO	660	248	411	-	1
Caiaçônia - GO	981	188	784	-	9
Montividiu - GO	1.385	425	946	1	13
Rio Verde - GO	9.041	3.723	5.234	24	60
All	77.762	38.332	38.681	354	395

Fonte: Contagem de População - IBGE

Na área em estudo, os migrantes provenientes de outras regiões do país alcançam porcentagem significativa. No ano de 2000, no conjunto dos 15 municípios em estudo, apenas 75,7% da população residente havia nascido na região Centro-Oeste. De uma maneira geral, os municípios mato-grossenses apresentam maior contingente de moradores não originários do Centro-Oeste, tendo a maior porcentagem de moradores provenientes de outras regiões sido apresentada pelos municípios de Campo Verde e Jaciara, nesta ordem. Em Campo Verde, entre os migrantes vindos de outras regiões, predominam aqueles provenientes da região Sul, enquanto no município de Jaciara, os nordestinos representam percentual mais expressivo. A maior parte dos habitantes nascidos em outras regiões do país, na All, era proveniente da região Sudeste (9,7% da população residente), sendo expressiva também a proporção dos moradores nascidos nas regiões Sul e Nordeste, nesta ordem. Os migrantes provenientes do Sudeste se concentram nos municípios maiores, como Cuiabá, Rondonópolis e Rio Verde.

Quadro 3.6.5.7-2 - População residente por lugar de nascimento - 2000

Municípios e All	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro
Cuiabá - MT	483.346	6.490	24.565	45.949	34.254	370.444	317	1.326
Santo Antônio do Leverger - MT	15.435	123	388	669	613	13.581	22	39
Campo Verde - MT	17.221	146	948	1.624	4.411	10.035	22	36
Jaciara - MT	23.796	205	3.059	2.968	2.858	14.652	18	35
São Pedro da Cipa - MT	3.495	7	547	474	154	2.289	11	13
Juscimeira - MT	12.063	86	1.267	2.118	479	8.108	-	5
Rondonópolis - MT	150.227	1.342	13.098	19.726	11.254	104.448	65	294
Poxoréu - MT	20.030	57	1.586	1.334	763	16.267	13	10
Guiratinga - MT	12.645	84	1.057	522	311	10.658	5	9
Torixoréu - MT	4.832	11	217	283	60	4.256	-	4
Ribeirãozinho - MT	1.980	-	90	51	46	1.789	-	4

Municípios e All	Total	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil sem especificação	País estrangeiro
Baliza - GO	2.270	11	164	215	9	1.869	-	2
Caiaçônia - GO	14.673	53	643	405	62	13.491	5	14
Montividiu - GO	7.736	38	753	496	541	5.881	-	27
Rio Verde - GO	116.552	566	8.875	10.134	3.282	93.444	48	202
All	886.301	9.219	57.257	86.968	59.097	671.212	526	2.020

Fonte: Censo Demográfico - IBGE

b. Conflitos Agrários e Tensões Sociais

De uma maneira geral, os conflitos identificados ao longo do corredor de estudo da futura LT estão associados a disputas por terras.

No caso do município de Santo Antônio do Leverger, a questão envolve um desacordo entre os assentados, tendo em vista que alguns venderam seus respectivos lotes para terceiros, para fins diferentes do que o acordado inicialmente.

Já o conflito existente no município de Poxoréu, mais especificamente na Terra Indígena Jarudore, será tratado de forma mais detalhada no item 3.6.5.9, subitens e e f. Ressalta-se que em consultas feitas no site da Comissão Pastoral da Terra¹, constam os registros anuais deste conflito que se estende desde a década de 70.

Finalmente, em Rio Verde, onde prevalecem as fazendas dedicadas ao agronegócio, com o predomínio de grandes extensões de terra, há um grupo acampado há cerca de 06 anos, aguardando a desapropriação de uma fazenda para efeito de reforma agrária.

Um outro aspecto que deve ser considerado é que de acordo com os dados do IBGE de 2006, há no Mato Grosso um aumento na concentração fundiária, fruto em grande parte da consolidação das atividades do agronegócio na região ao longo das últimas décadas. Tal tendência pode representar um acirramento dos conflitos fundiários na região de estudo.

¹ <http://www.cptnac.com.br>

Quadro 3.6.5.7-3 - Conflitos nos municípios de passagem da LT

Estado/ Município	Tipo de Conflito	Atores Envolvidos
MT - Santo Antônio do Leverger - Assentamento Fazenda Serrana	Conflito pela redistribuição e mudança interna na organização do Assentamento - Na constituição do assentamento as distribuições de lotes de 20 hectares por família atendeu as características de um loteamento da reforma agrária, no qual cada família recebe uma área de tamanho suficiente para a produção da agricultura familiar. Os assentamentos da reforma agrária são eminentemente agrícolas, mas no assentamento Fazenda Serrana há uma área que foi redistribuída em lotes menores que 1ha e que tem como finalidade a moradia. Constitui-se uma mudança de finalidade e uso do solo de agrícola para residencial.	Assentados em lotes de 20ha, compradores dos lotes residenciais e pessoas que fracionaram e venderam lotes com menos de 1ha.
MT - Poxoréu - Distrito de Jarudore	Conflito pela posse do território que é demarcado como indígena pela FUNAI desde 1951. Na década de 1980 os índios deslocaram-se para outras áreas (reserva de Sangradouro), mas retornaram para a reserva e reivindicam a área que foi ocupada por fazendeiros e pelos moradores do distrito de Jarudore.	Índios Bororo e Fazendeiros Locais
GO - Rio Verde - Acampamento Nova Esperança	Conflito pela ocupação das margens da GO-174 por sem-terras desde 2004 tendo como reivindicação a desapropriação de uma fazenda para reforma agrária	Sem terras do acampamento Sonho de Rose e Fazendeiros locais

3.6.5.8 - Atividades Econômicas e Finanças Públicas - All

a. Produto Interno Bruto (PIB) e Finanças Públicas

▪ Produto Interno Bruto (PIB) e Setores da Economia

No ano de 2006, o conjunto dos municípios em estudo gerou um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 7.390.198.564,44. A soma dos PIBs dos municípios mato-grossenses da All correspondeu, em 2006, a 31,7% do PIB do Estado do Mato Grosso, cabendo 18,3% apenas ao município de Cuiabá. Os quatro municípios goianos em estudo, naquele mesmo ano, contribuíram com 5,2% do PIB do Estado do Goiás.

Tanto em Mato Grosso quanto em Goiás, o setor terciário é preponderante na formação do PIB. O Estado do Mato Grosso dispõe de um setor primário mais expressivo, que contribuiu com 25,3% do PIB em 2006, enquanto que, em Goiás, o setor primário responde apenas por 10,3%, ficando o setor industrial com 26,5%.

Quadro 3.6.5.8-1 - PIB Estadual -2006

Estados	PIB Estadual - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%)	PIB Estadual - indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%)	PIB Estadual - serviços - valor adicionado - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%)	Total dos setores - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%) do PIB Estadual
Goiás	3067253,7	10,3	7931432,9	26,5	18888585,1	63,2	29887271,6	100
Mato Grosso	4646640,4	25,3	3344102,9	18,2	10408855,2	56,6	18399598,5	100
Al-GO	171791,5	11,1	600780,4	38,7	780679,9	50,3	1553251,8	5,2
Al - MT	600937,8	10,3	1422949,1	24,4	3813059,9	65,3	5836946,7	31,7

Fonte: IPEA

Os três municípios que mais contribuíram para a formação do total do PIB gerado na área em estudo, em 2006, foram Cuiabá (47,1%), Rio Verde (19,6%) e Rondonópolis (19,2%). Na AII como um todo, o setor terciário responde por 61,7% do PIB, enquanto o setor secundário contribui com 27,2%, e o setor primário, com 10,4% do PIB, no ano de 2006.

No entanto, os municípios em estudo apresentam diferenças entre si quanto à composição do PIB, que revelam que a atividade agropecuária é a base da economia da maior parte dos municípios a serem atravessados pela Linha de Transmissão Cuiabá - Rio Verde.

A capital do Mato Grosso, Cuiabá, que responde por 47,1% do PIB gerado por toda a AII em 2006, apresenta absoluta preponderância do setor terciário, com 76,5%, e um setor primário inexpressivo, que responde por apenas 0,4% do PIB gerado no município, correspondendo a apenas 1,7% do PIB gerado pelas atividades agropecuárias em toda a AII. Ao mesmo tempo, nos municípios de Rondonópolis e Rio Verde que, juntos, responderam por 38,8% do PIB gerado pela AII em 2006, o setor terciário também responde pela maior fração do PIB municipal (55,3% e 50,8%, respectivamente). Todavia, ambos apresentam elevados valores absolutos de PIB gerados pelo setor primário que, embora representem pequenas frações do PIBs municipais (6,6% e 8,3%, respectivamente), correspondem a 11,6% e 15,1% do PIB gerado pelas atividades agropecuárias em toda a área em estudo, no ano observado.

Os três menores PIBs municipais da AII, em 2006, foram gerados pelos municípios de Baliza, Ribeirãozinho e São Pedro da Cipa. Nos dois últimos, o setor terciário é preponderante na formação do PIB (58% e 53,4%, respectivamente), enquanto que, no município de Baliza, o setor das atividades agropecuárias é preponderante (54,6%). Nos demais municípios em estudo, o setor primário responde por parcela significativa, frequentemente majoritária, da formação do PIB municipal, variando de 31,2% em Jaciara a 62,5% em Campo Verde, este último responsável pelo maior PIB gerado pelo setor agropecuário entre os municípios em estudo - R\$ 259.531.417,07, correspondendo a 32,5% do total gerado pelo setor primário em toda a AII.

Na área em estudo, é possível observar que as atividades industriais se concentram nos municípios de Cuiabá, Rio Verde e Rondonópolis, onde representaram, em 2006, 23,1%, 40,9% e 38,1% dos respectivos PIBs municipais. O valor de PIB gerado pela indústria nestes três municípios, juntos, correspondeu, em 2006, a 95,6% de todo o PIB gerado pelo setor secundário na área em estudo. No município de Jaciara, o setor secundário assume parcela significativa do PIB municipal - 21%, correspondendo a 1,8% do PIB do setor industrial da AII em 2006, no ano observado. Nos demais municípios em estudo, a participação do setor secundário na formação do PIB variou de 4,3% em Baliza a 9,3% em Santo Antônio do Leverger.

Quadro 3.6.5.8-2 - Composição do PIB Municipal - 2006

Municípios e All	PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%)	PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%)	PIB Municipal - serviços - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%)	Total dos setores - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional	(%) do PIB Estadual
Cuiabá	13989,7	0,4	804138,1	23,1	2665736,1	76,5	3483863,9	18,93
Santo Antônio do Leverger	35098,0	50,2	6542,3	9,3	28331,5	40,5	69971,8	0,38
Campo Verde	259531,4	62,5	17993,4	4,3	137398,7	33,1	414923,5	2,26
Jaciara	53790,2	31,2	37058,0	21,5	81327,5	47,2	172175,7	0,94
São Pedro da Cipa	5270,1	39,0	1014,2	7,5	7214,8	53,4	13499,1	0,07
Juscimeira	26046,2	45,5	5459,2	9,5	25701,1	44,9	57206,6	0,31
Rondonópolis	93154,8	6,6	539761,6	38,1	783432,1	55,3	1416348,5	7,70
Poxoréo	54599,9	57,9	4845,7	5,1	34857,9	37,0	94303,6	0,51
Guiratinga	45183,1	56,3	3500,8	4,4	31608,8	39,4	80292,7	0,44
Torixoréu	10411,1	45,6	1649,0	7,2	10747,3	47,1	22807,5	0,12
Ribeirãozinho	3863,2	33,4	986,8	8,5	6704,0	58,0	11554,0	0,06
Baliza	5037,5	54,6	342,7	3,7	3847,2	41,7	9227,4	0,03
Caipônia	41431,6	50,7	5743,3	7,0	34510,3	42,2	81685,2	0,27
Montividiu	31803,8	43,6	4884,4	6,7	36201,7	49,7	72890,0	0,24
Rio Verde	120427,7	8,3	593670,2	40,9	735982,5	50,8	1450080,4	4,85
All	799638,4	10,4	2027589,7	27,2	4623601,7	61,7	7450829,7	

Fonte: IPEA

■ Finanças Públicas

Para analisar as finanças públicas, observa-se a participação dos municípios da AII na cota-parte de fundo de participação municipal, nas transferências correntes de tributos estaduais para os municípios, na receita tributária municipal e nas receitas de capital.

Na maioria dos municípios em estudo, a maior parte das receitas municipais é formada pelas verbas da cota-parte do fundo de participação municipal e pelas transferências correntes de tributos estaduais aos municípios.

Em todas as fontes de recursos analisadas, os municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Rio Verde respondem pelos maiores valores arrecadados na AII. A capital, Cuiabá, destaca-se pela elevada Receita Tributária - R\$ 104.195.077,1, correspondendo a 65,5% do total arrecadado desta forma pelo conjunto de municípios em estudo.

Quanto às Receitas de Capital, o município de Rondonópolis supera até mesmo Cuiabá e Rio Verde, com R\$ 11.084.178,09, em 2006. Destaca-se, também, o município de Jaciara, que obteve R\$ 3.390.043,93 em Receitas de Capital, representando 11,6% do total arrecadado desta forma pelos municípios da AII em 2006.

Quadro 3.6.5.8-3 - Discriminação da Receita Municipal - 2006

Municípios da AII	Cota-parte do fundo de participação - municipal - R\$	Transferências correntes de tributos estaduais para os municípios - R\$	Receita tributária - municipal - R\$	Receita de capital - municipal - R\$
Cuiabá	62604841,27	140038281,3	104195077,1	6092844,85
Santo Antônio do Leverger	-	-	-	-
Campo Verde	4688933,78	19420477,48	3465716,7	1017216,66
Jaciara	5470422,73	7997693,12	1955135,06	3390043,93
São Pedro da Cipa	2344466,85	828975,27	117192,9	266136,5
Juscimeira	3263707,22	2309937,81	463707,29	700311,76
Rondonópolis	24413899,88	53737960,65	23082888,32	11084178,09
Poxoréo	4681950,77	4184118,37	728031,86	669490,39
Guiratinga	-	-	-	-
Torixoréu	2343597,57	1428865,87	458885,85	721434,8
Ribeirãozinho	2344466	1421966	260233	278732
Baliza	-	-	-	-
Caiapônia	-	-	-	-
Montividiu	2644557,13	7322089,48	1420180,04	0
Rio Verde	15859453,99	63745798,39	23036380,86	4988429,78

Fonte: IPEA

b. Atividades Econômicas

▪ Setor Primário

A atividade agropecuária é, nitidamente, a base da economia na maior parte dos municípios da Área de Influência da LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte. Além de ser o grande pólo concentrador das atividades econômicas, representa um forte estímulo ao desenvolvimento do setor industrial e de serviços, em atividades relacionadas à produção agropecuária, seja na produção, comercialização e prestação de serviços relacionados a equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes e inseticidas e todo tipo de insumos para a produção; seja na transformação, no transporte e na comercialização dos produtos.

Como é elevado o grau de informalidade neste setor, tanto no que se refere ao registro de unidades empresariais quanto com relação à contratação de pessoal, as atividades agropecuárias e a pesca costumam ser sub-representadas em informações do Cadastro Central de Empresas do IBGE. Assim sendo, optou-se pela análise do setor primário através de informações sobre a produção animal e vegetal, fornecidas pela Pesquisa Pecuária Municipal, pela Produção Agrícola Municipal, e Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, realizadas pelo IBGE.

No ano de 2007, o valor da produção agropecuária na All foi de R\$ 2.034.178.000,00. A produção das lavouras temporárias foi responsável por 88,9% deste valor, destacando-se o valor da produção de soja (em grão) - R\$ 867.432.000,00 -, algodão herbáceo (em caroço) - R\$ 476.954.000,00 - e milho (em grão) - R\$ 297.631.000,00. Do total da produção agropecuária na área em estudo, os produtos de origem animal responderam por 9,5%, destacando-se os ovos de galinha e o leite. O extrativismo e a silvicultura, juntos, contribuíram com 0,9% do total, enquanto as lavouras permanentes contribuíram com 0,7%.

Os municípios que mais contribuíram para a composição do valor da produção agropecuária na All foram Campo Verde, com 30,2%, e Rio Verde, com 22,2%. Em ambos, predominam quanto ao valor da produção as lavouras temporárias, sendo também expressiva a produção de origem animal. Outros 7 municípios também apresentaram participação importante na produção agropecuária - Montividiu, Caiapônia, Guiratinga, Poxoréu, Rondonópolis, Juscimeira e Jaciara - variando a sua participação no total da produção agropecuária da All de 3,5% em Juscimeira a 8,3% em Montividiu. O valor da produção agropecuária nos demais municípios em estudo não alcança 1% do valor total produzido na All.

Quadro 3.6.5.8-4 - Valor da produção agropecuária em R\$ de 2000 (Mil Reais) - 2007

Municípios e All	Lavoura temporária	Lavoura permanente	Produção de origem animal	Extração Vegetal	Silvicultura	Total da produção agropecuária	(%) da All
Cuiabá - MT	2.588	1.006	2.686	308	795	7.383	0,4
Santo Antônio do Leverger - MT	41.848	662	1.441	295	136	44.382	2,2
Campo Verde - MT	548.892	2.018	62.994	640	387	614.931	30,2
Jaciara - MT	101.834	977	3.128	435		106.374	5,2
São Pedro da Cipa - MT	7.048	205	1.190	84		8.527	0,4
Juscimeira - MT	65.557	569	3.537	1.120		70.783	3,5
Rondonópolis - MT	112.941	1.983	11.996	597	709	128.226	6,3
Poxoréo - MT	114.499	1.176	16.384	504	341	132.904	6,5
Guiratinga - MT	138.108	169	1.869	1242	778	142.166	7,0
Torixoréu - MT	11.090	612	1.493	65		13.260	0,7
Ribeirãozinho - MT	12.297	-	868	41		13.206	0,6
Baliza - GO	4.270	70	1.907	243		6.490	0,3
Caiapônia - GO	115.018	59	11.564	1.244		127.885	6,3
Montividiu - GO	161.795	270	3.863	6		165.934	8,2
Rio Verde - GO	371.549	3.732	68.600	41	7.805	451.727	22,2
All	1.809.334	13.508	193.520	6865	10951	2.034.178	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal e Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (IBGE)

No ano de 2007, na All, a produção da lavoura temporária alcançou o valor de R\$1.809.334.000,00, representando quase 90% do valor da produção agropecuária na área em estudo. Deste valor, a produção de soja representou 47,9%, seguida do algodão - 26,4% - e do milho, com 16,5%.

A soja é cultivada na quase totalidade dos municípios da área em estudo, excetuando-se Cuiabá e São Pedro da Cipa, e pode ser considerada a principal cultura na área atravessada pela LT. O maior produtor de soja é o município goiano de Rio Verde, com 28,9% do valor da produção da lavoura temporária da All em 2007, seguido por Campo Verde (15,9%), Montividiu (12,4%), Caiapônia (8,4%) e Guiratinga (8,3%). No ano de 2004, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento de Rio Verde, o município foi o 2º maior produtor goiano de grãos, e o 1º produtor de soja. Na maioria dos municípios que cultivam soja, ela figura como o principal produto das lavouras temporárias, em termos de valor da produção. As exceções são Campo Verde, onde a soja é superada pelo algodão, e Jaciara, onde predomina a cana-de-açúcar quanto ao valor da produção. A comercialização da soja é realizada para empresas da própria região, como a Caramuru, a Girassol e a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano - COMIGO, de Rio Verde.

O cultivo do algodão é realizado nos municípios de Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara, Rondonópolis, Poxoréo, Guiratinga, Caiapônia, Montividiu e Rio Verde. O maior produtor é Campo Verde, responsável, em 2007, por 64,7% do valor da produção de algodão na AII. São expressivos também, em termos de valor da produção de algodão, os municípios de Guiratinga (9,6%) e Poxoréo (8,8%).

O milho é cultivado em todos os municípios em estudo e tem como destino principal fábricas de ração situadas no município de Rio Verde. Os maiores produtores são os municípios de Campo Verde, com 30,5% do valor da produção de milho na AII em 2007, e Rio Verde, com 26,1%.

O quarto produto de lavoura temporária mais importante na AII, quanto ao valor da produção, é a cana-de-açúcar, que, em 2007, foi responsável por 4,1% do valor gerado pelas lavouras temporárias na área em estudo. É cultivada na maior parte dos municípios analisados, exceto os goianos Montividiu e Baliza. Os maiores produtores são Jaciara, onde este é o principal produto das lavouras temporárias quanto ao valor gerado, com 60,6% do valor da produção de cana-de-açúcar da AII em 2007, e Juscimeira, com 15,6%.

Na área em estudo, há, ainda, em menor escala, lavouras temporárias de abacaxi, amendoim, arroz, batata doce, feijão, girassol, mandioca, melancia, sorgo e tomate.

Quadro 3.6.5.8-5 - Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais) - 2007

Municípios e All	Total	Abacaxi	Algodão herbáceo (em caroço)	Amendoim (em casca)	Arroz (em casca)	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)	Tomate
Cuiabá - MT	2.588	280	-	-	-	-	263	-	-	1.755	130	160	-	-	-
Santo Antônio do Leverger - MT	41.848	125	7.808	-	89	-	1.185	-	405	2.520	-	9.574	20.102	-	40
Campo Verde - MT	548.892	83	308.576	-	246	42	384	8.090	-	1.458	-	90.910	137.655	1.080	368
Jaciara - MT	101.834	-	12.178	-	756	-	44.759	482	-	893	-	14.547	28.013	206	-
São Pedro da Cipa - MT	7.048	-	-	-	-	-	6.749	-	-	259	-	40	-	-	-
Juscimeira - MT	65.557	-	-	-	588	-	11.526	-	-	3.600	-	14.945	34.660	168	70
Rondonópolis - MT	112.941	10	17.582	-	136	-	720	605	-	7.488	-	11.949	72.246	2.205	-
Poxoréo - MT	114.499	21	42.213	-	479	-	108	1.426	-	3.520	64	16.065	48.683	1.920	-
Guiratinga - MT	138.108	30	45.792	-	554	-	94	594	-	405	65	18.040	71.936	598	-
Torixoréu - MT	11.090	-	-	-	702	-	23	1.278	-	960	-	103	8.024	-	-

Municípios e All	Total	Abacaxi	Algodão herbáceo (em caroço)	Amendoim (em casca)	Arroz (em casca)	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)	Tomate
Ribeirãozinho - MT	12.297	-	-	-	101	-	24	-	-	300	-	455	11.417	-	-
Baliza - GO	4.270	-	-	-	312	-	-	-	-	68	-	665	3.225	-	-
Caiapônia - GO	115.018	907	13.280	-	3.000	-	60	2.721	154	66	-	21.117	72.600	1.113	-
Montividiu - GO	161.795	-	20.915	2.160	998	-	-	1.890	2.536	392	-	21.340	107.904	3.660	-
Rio Verde - GO	371.549	45	8.610	1.408	5.200	-	8.006	4.498	217	960	3.938	77.721	250.967	5.856	4.123
All	1.809.334	1.501	476.954	3.568	13.161	42	73.901	21.584	3.312	24.644	4.197	297.631	867.432	16.806	4.601
(%) All	100,00	0,08	26,36	0,20	0,73	0,00	4,08	1,19	0,18	1,36	0,27	16,45	47,94	0,93	0,25

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE)

O cultivo da lavoura permanente, embora pouco expressivo quanto ao valor da produção agropecuária, é realizado em todos os municípios da área em estudo, exceto no mato-grossense Ribeirãozinho. Os principais produtos, em termos de valor da produção, são a banana, que respondeu por 23,6% do valor gerado pela lavoura permanente na All em 2007, o coco-da-baía, com 23,2%, e a laranja, com 18,9%. Os maiores produtores de banana são os municípios de Santo Antônio do Leverger e Campo Verde. No cultivo do coco-da-baía, destacam-se Torixoréu e Campo Verde. A quase totalidade da produção de laranja cabe ao município de Rio Verde.

Quadro 3.6.5.8-6 - Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais) - 2007

Municípios e AII	Total	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Café (em grão)	Castanha de caju	Coco-da-baía	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina	Uva
Cuiabá - MT	1.006	416	-	-	-	80	-	-	-	510	-	-	-	-	-
Santo Antônio do Leverger - MT	662	567	-	-	-	-	-	71	-	-	19	-	5	-	-
Campo Verde - MT	2.018	756	319	6	-	600	-	210	-	-	108	-	8	11	-
Jaciara - MT	977	-	522	-	-	330	-	-	-	-	-	-	-	-	125
São Pedro da Cipa - MT	205	-	-	-	-	83	-	12	-	-	-	-	-	9	101
Juscimeira - MT	569	352	-	-	-	192	25	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis - MT	1.983	353	345	-	-	987	-	-	298	-	-	-	-	-	-
Poxoréo - MT	1.176	288	228	-	-	220	95	-	-	-	72	-	-	-	273
Guiratinga - MT	169	128	-	-	-	36	-	-	-	-	5	-	-	-	-
Torixoréu - MT	612	-	-	-	12	600	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeirãozinho - MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baliza - GO	70	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caiaapônia - GO	59	36	-	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montividiu - GO	270	-	-	-	-	-	270	-	-	-	-	-	-	-	-

Municípios e All	Total	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Café (em grão)	Castanha de caju	Coco-da-baía	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina	Uva
Rio Verde - GO	3.732	225	154	967	-	-	2.170	-	-	-	-	216	-	-	-
All	13.508	3.191	1.568	996	12	3.128	2.560	293	298	510	204	216	13	20	499
(%) All	100,00	23,62	11,61	7,37	0,09	23,16	18,95	2,17	2,21	3,78	1,51	1,60	0,10	0,15	3,69

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE)

No ano de 2007, no conjunto de municípios em estudo, a produção de origem animal alcançou o valor de R\$ 193.520.000,00, equivalendo a 9,5% do valor de toda a produção agropecuária na All. A maior parte deste valor se refere à produção de ovos de galinha (52,6%) e leite (47,2%). Em pequena escala, são produzidos também ovos de codorna e mel de abelha.

Tanto a pecuária leiteira quanto a criação de galinhas são desenvolvidas em todos os municípios em estudo. Os maiores produtores de ovos de galinha são Campo Verde, com 58,9% do valor da produção de toda a All em 2007, Rio Verde, com 28,5%, e Poxoréo, com 8,5%.

A pecuária bovina, atividade que propiciou, ao lado da mineração, a ocupação da região Centro-Oeste, continua expressiva na economia na Área de Influência. A implantação de frigoríficos, o melhoramento genético dos rebanhos e a vacinação sistemática, principalmente para o controle da aftosa, propiciaram notável desenvolvimento ao setor, abastecendo o mercado interno e possibilitando a exportação.

Na área em estudo, há rebanhos bovino, eqüino, bubalino, asinino, muar, suíno, caprino, ovino, além de criações de galos, frangos, galinhas, pintos e codornas. Com exceção dos bubalinos, asininos e codornas, estão presentes em todos os municípios em estudo. O município de Santo Antônio do Leverger possui o maior rebanho bovino da área em estudo, seguido por Rio Verde, Caiapônia, Rondonópolis e Poxoréo. O município de Rio Verde é o mais expressivo na criação de suínos, seguido por Rondonópolis e Campo Verde. Na criação de galos, frangos, pintos e galinhas, Campo Verde responde pelos maiores rebanhos.

Quadro 3.6.5.8-7 - Efetivo de Rebanho por tipo de rebanho - 2007

Municípios e All	Bovino	Equino	Bubalino	Asinino	Muar	Suíno	Caprino	Ovino	Galos, frangas, frangos e pintos	Galinhas	Codornas
Cuiabá - MT	109.783	7.838	196	100	2.285	9.887	788	13.818	33.180	42.435	-
Santo Antônio do Leverger - MT	409.452	9.142	322	109	1.670	14.526	1.204	13.703	67.565	30.512	-
Campo Verde - MT	73.299	1.712	8	32	311	63.157	93	3.477	8.889.816	1.731.205	14.950
Jaciara - MT	67.701	1.051	35	5	165	2.115	71	1.151	348.886	51.042	-
São Pedro da Cipa - MT	13.125	462	-	-	55	1.245	20	431	3.923	7.656	-
Juscimeira - MT	142.449	3.092	9	5	464	1.818	126	781	10.696	13.074	-
Rondonópolis - MT	288.209	6.248	1.726	65	553	65.757	464	4.862	39.912	106.379	6.000
Poxoréo - MT	284.249	6.970	435	31	1.456	23.293	350	6.609	81.624	393.983	-
Guiratinga - MT	134.311	3.312	86	11	712	4.678	78	2.602	11.432	21.465	-
Torixoréu - MT	127.655	1.822	131	5	467	1.076	101	1.068	2.480	4.950	-
Ribeirãozinho - MT	27.851	497	88	30	83	1.367	28	414	1.185	3.589	-
Baliza - GO	56.400	1.330	90	15	170	2.110	200	870	9.500	7.400	-
Caiapônia - GO	370.000	7.790	60	80	900	10.600	370	1.700	36.000	25.000	-
Montividiu - GO	42.250	1.200	10	15	80	28.000	130	1.000	58.300	4.400	-
Rio Verde - GO	375.000	7.000	300	80	300	345.000	320	7.000	12.830.000	1.300.000	-
All	2.521.734	59.466	3.496	583	9.671	574.629	4.343	59.486	22.424.499	3.743.090	20.950

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

Os maiores produtores de leite da AII, em 2007, foram Rio Verde, com 43,4% do valor da produção, Caiapônia, com 12,5%, Rondonópolis, com 10,4%, e Poxoréo, com 8,4%. Quanto à produção de ovos de galinha, o município de Campo Verde respondeu, em 2007, por 58,9% do valor produzido na AII, sendo expressivos também os valores produzidos por Rio Verde e Poxoréo.

Quadro 3.6.5.8-8 - Valor da produção de origem animal (Mil Reais) - 2007

Municípios e AII	Total	Leite	Ovos de galinha	Ovos de codorna	Mel de abelha
Cuiabá - MT	2.686	2.300	363	-	23
Santo Antônio do Leverger - MT	1.441	1.017	414	-	10
Campo Verde - MT	62.994	2.792	59.976	135	91
Jaciara - MT	3.128	2.945	183	-	-
São Pedro da Cipa - MT	1.190	1.069	121	-	-
Juscimeira - MT	3.537	3.415	122	-	-
Rondonópolis - MT	11.996	9.528	2.298	109	61
Poxoréo - MT	16.384	7.710	8.642	-	32
Guiratinga - MT	1.869	1.612	257	-	-
Torixoréu - MT	1.493	1.449	44	-	-
Ribeirãozinho - MT	868	820	48	-	-
Baliza - GO	1.907	1.842	65	-	-
Caiapônia - GO	11.564	11.408	156	-	-
Montividiu - GO	3.863	3.768	95	-	-
Rio Verde - GO	68.600	39.600	29.000	-	-
AII	193.520	91.275	101.784	244	217
(%) AII	100,0	47,2	52,6	0,1	0,1

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

O valor da produção do extrativismo vegetal, em 2007, R\$ 6.865.000,00, correspondeu a 0,3% do valor da produção agropecuária na AII. A extração de lenha foi responsável por 75,6% deste valor, sendo realizada em todos os municípios em estudo. Os maiores produtores são os municípios de Guiratinga e Juscimeira. Na área em estudo, são também extraídos carvão vegetal, madeira em tora, palmito e pequi.

Quadro 3.6.5.8-9 - Valor da produção da extração vegetal (Mil Reais) - 2007

Municípios e AII	Total	1.6 - Palmito	7.1 - Carvão vegetal	7.2 - Lenha	7.3 - Madeira em tora	8.6 - Pequi (amêndoa)
Cuiabá - MT	308	-	-	297	-	11
Santo Antônio do Leverger - MT	295	-	-	269	-	26

Municípios e AII	Total	1.6 - Palmito	7.1 - Carvão vegetal	7.2 - Lenha	7.3 - Madeira em tora	8.6 - Pequi (amêndoa)
Campo Verde - MT	640	10		630		
Jaciara - MT	435	21		414		
São Pedro da Cipa - MT	84	41		43		
Juscimeira - MT	1.120	44	-	1.062	14	
Rondonópolis	597			577	20	
Poxoréo	504		24	468	12	
Guiratinga	1242			1218	14	
Torixoréu - MT	65		9	47	9	
Ribeirãozinho - MT	41			38	3	
Baliza - GO	243		157	80	6	
Caiaçônia - GO	1.244		1200	28	16	
Montividiu - GO	6		4	2		
Rio Verde - GO	41		21	20		
All	6865	116	1415	5193	94	37
(%) All	100,0	1,7	20,6	75,6	1,4	0,5

Fonte: Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (IBGE)

Na área em estudo, o único produto da silvicultura é a lenha, sendo o maior produtor o município de Rio Verde, com 71,3% do valor da produção da AII em 2007. A lenha é extraída, também, nos municípios de Cuiabá, Guiratinga, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Rondonópolis e Poxoréo.

Quadro 3.6.5.8-10 - Valor da produção na silvicultura (Mil Reais) - 2007

Municípios e AII	Lenha
Cuiabá - MT	795
Santo Antônio do Leverger - MT	136
Campo Verde - MT	387
Guiratinga - MT	778
Rondonópolis - MT	709
Poxoréo - MT	341
Rio Verde - GO	7.805
All	10951

Fonte: Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (IBGE)

▪ Setor Secundário

A expansão e a importância do setor secundário da economia na área em estudo surgiram, principalmente, em decorrência da expansão e modernização do setor agropecuário na região. Expandiu-se o setor industrial voltado para a produção de equipamentos e implementos agrícolas, fertilizantes, inseticidas e insumos, assim como para a transformação e beneficiamento dos produtos.

É possível observar que as atividades industriais se concentram nos municípios de Cuiabá, Rio Verde e Rondonópolis, onde representaram, em 2006, 23,1%, 40,9% e 38,1% dos respectivos PIBs municipais. O valor de PIB gerado pela indústria nestes três municípios, juntos, correspondeu, em 2006, a 95,6% de todo o PIB gerado pelo setor secundário na área em estudo. No município de Jaciara, o setor secundário assume parcela significativa do PIB municipal - 21%, correspondendo a 1,8% do PIB industrial da AII, no ano observado. Nos demais municípios em estudo, a participação do setor secundário na formação do PIB variou de 4,3% em Baliza a 9,3% em Santo Antônio do Leverger.

No ano de 2006, havia, na AII, 4.299 unidades locais do setor industrial, 67,1% das quais eram indústrias de transformação, enquanto 27,7% eram indústrias do ramo da construção. Mais da metade destas unidades estava situada na capital do Mato Grosso, Cuiabá, enquanto 16,9% localizavam-se em Rondonópolis e 11,1%, em Rio Verde. Em termos do número de unidades industriais, os municípios de Campo Verde, Jaciara, Santo Antônio do Leverger, Guiratinga, Poxoréo, Caiapônia e Montividiu também apresentaram quantidade significativa de unidades, dado o menor porte populacional destes municípios. Nos demais municípios em estudo, o número de unidades industriais era pouco expressivo, variando de 3, em Baliza, a 13, em Juscimeira.

Quadro 3.6.5.8-11 - Número de unidades locais do setor secundário - 2006

Municípios e AII	C Indústrias extrativas	D Indústrias de transformação	E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	F Construção	Total de unidades locais do setor secundário
Cuiabá - MT	74	1.616	67	881	2638
Santo Antônio do Leverger - MT	4	26	2	18	50
Campo Verde - MT	-	98	2	14	114
Jaciara - MT	4	74	4	13	95
São Pedro da Cipa - MT	1	5	-	2	8
Juscimeira - MT	1	8	-	4	13
Rondonópolis - MT	10	565	7	147	729
Poxoréo - MT	10	23	1	4	38
Guiratinga - MT	3	29	1	11	44
Torixoréu - MT	-	5	1	4	10
Ribeirãozinho - MT	-	4	1	1	6
Baliza - GO	-	1	1	1	3
Caiapônia - GO	3	26	3	8	40
Montividiu - GO	6	24	1	4	35
Rio Verde - GO	11	381	6	78	476
All	127	2885	97	1190	4299

Fonte: Cadastro Central de Empresas (IBGE)

No ano de 2006, na área em estudo, havia 47.809 trabalhadores ocupados no setor secundário. A maior parte deles estava empregada nos municípios de Cuiabá (47,5%), Rio Verde (28,3%) e Rondonópolis (13,7%). Entre os municípios de menor porte populacional, Jaciara chama a atenção por possuir 2.775 trabalhadores ocupados no setor industrial (5,8% do pessoal ocupado no setor secundário na All), a maior parte deles nas indústrias de transformação. As indústrias de transformação respondem por 69,6% do pessoal ocupado no setor industrial, na All, enquanto as indústrias de construção respondem por 27,2%.

Quadro 3.6.5.8-12 - Pessoal ocupado em unidades locais do setor secundário - 2006

Municípios e All	C Indústrias extrativas	D Indústrias de transformação	E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	F Construção	Total do Pessoal Ocupado em Unidades do Setor Secundário
Cuiabá - MT	261	12.067	761	9.608	22697
Santo Antônio do Leverger - MT	17	93	X	80	190
Campo Verde - MT	-	818	X	46	864
Jaciara - MT	7	2.712	6	50	2775
São Pedro da Cipa - MT	X	14	-	X	14
Juscimeira - MT	X	341	-	347	688
Rondonópolis - MT	63	5.128	105	1.256	6552
Poxoréo - MT	31	50	-	10	91
Guiratinga - MT	22	50	X	12	84
Torixoréu - MT	-	7	-	15	22
Ribeirãozinho - MT	-	24	X	X	24
Baliza - GO	-	X	-	X	0
Caiapônia - GO	26	50	13	14	103
Montividiu - GO	88	51	X	30	169
Rio Verde - GO	38	11.848	108	1.542	13536
All	553	33253	993	13010	47809

Fonte: Cadastro Central de Empresas - IBGE

Cuiabá dispõe de distrito industrial - Distrito Industrial de Coxipó. No município, existem fábricas de grande porte, entre as quais se destacam as Cervejarias Antártica e Brahma, fábricas de refrigerantes, de massas, de beneficiamento de soja, além da Fábrica de Química de Petróleo e

Derivados, a EMA - Engenharia de Movimentação e Armazenagem LTDA e a Bimetal Indústria e Comércio de Produtos Metalúrgicos Ltda.

No município de Santo Antônio do Leverger, não há distrito industrial. As indústrias instaladas, como a Cerâmica Leverger; a Indústria Hajjo Hedem (lingüiça caseira) e a AFLORA - indústria de beneficiamento de alimentos, são de pequeno porte.

No município de Campo Verde, existem três distritos industriais, denominas DI1, DI2 e DI3. O DI1 é privado, enquanto os outros dois são da Prefeitura. As principais indústrias do município se encontram representadas no quadro abaixo.

Quadro 3.6.5.8-13 - Campo Verde - Principais indústrias instaladas

COMÉRCIO MARABÁ	Beneficiamento e esmagamento de soja, algodão, milho, farelo
AGROESTE (Monsanto)	Semente de sorgo e milho
SADIA	Agro-avícola e produção de ração
TENUSA	Fábrica de ração para cachorro (para exportação)
COOPERFIBRA	Plantio e beneficiamento de algodão
ADM	Processadora de soja
CARGILL	Óleo de soja
BÜNGE	Processamento de sementes
OVETRIL	Óleos vegetais

Fonte: Ecology Brasil 2005 e Guia Cultural do Centro Oeste 2009

Em Jaciara, não há distrito industrial. Como grande produtor de cana-de-açúcar, estão instaladas no município grandes usinas de açúcar e álcool, que empregam um grande contingente de trabalhadores, e estão vinculadas à NOUM, de Goiânia.

No município de São Pedro da Cipa, existe o Distrito Industrial Vila Érica, onde está instalada uma indústria cerâmica de pequeno porte. Há, ainda, 3 fábricas de palmito de pequeno porte na Vila dos Palmitos e uma filial da Usina Jaciara.

O município de Juscimeira dispõe de distrito industrial, com uma empresa de médio porte onde se produz cachaça, rapadura e pamonha.

A economia de Rondonópolis tem no agronegócio sua principal fonte de renda, sendo o município considerado como o segundo parque industrial de Mato Grosso. Dispõe de dois distritos industriais - Augusto Bortoli Razia e Vetorasso. O primeiro, mais antigo, vem tendo sua infra-estrutura totalmente reformulada através de parceria entre Prefeitura, Governo Estadual e empresários. Com uma área de 226 ha, caracteriza-se por agregar empresas de grande, médio e pequeno porte, onde são beneficiados produtos como café, arroz, feijão, óleo e farelo de soja, laticínios,

fertilizantes, embalagens, produtos oriundo do couro, entre outros. O segundo começou a funcionar em 2005, às margens das BRs 163 e 364, com uma área de 1.912.549m². Em função da produção de algodão - de alta qualidade do município - está em fase de consolidação o pólo têxtil da cidade. A primeira grande indústria a se instalar foi a TBM Têxtil, em área do município próxima à Cervejaria Petrópolis. De acordo com o Dossiê Rondonópolis 2008, a Santana Têxtil, a mais moderna fábrica têxtil da América Latina, consome 900 toneladas de pluma de algodão mensalmente para produzir 1.300 metros de tecido índigo no período, e a perspectiva é de que a indústria atraia empresas satélites para o entorno.

As principais indústrias instaladas no município de Rondonópolis se encontram abaixo relacionadas.

Quadro 3.6.5.8-14 - Rondonópolis - Principais Indústrias Instaladas

Bunge	Processamento de sementes, margarina entre outros
ADM	Processamento de soja
ADM	Fertilizantes
CARGILL	Óleo de soja
Grupo A MAGGI	Processamento de soja, milho e algodão
NORTOX	Produtos químicos (fertilizante)
DIXIETOGA	Embalagens
TBM	Têxtil
Cervejaria Petrópolis	Cerveja

Fonte: Ecology Brasil 2005

Segundo reportagem do Diário de Cuiabá (26 de janeiro de 2008), o Conselho Diretor da Política de Desenvolvimento Industrial (CODIP) autorizou a concessão de incentivos fiscais para mais seis indústrias em vias de instalação em Rondonópolis. No distrito industrial Augusto Bortoli Razia, instalar-se-ão as seguintes empresas: Industrial Metalúrgica Centro-oeste Ltda. (Faccini), Poland Química, Florestal Sul Brasil, Indústria e Comércio de Cereais Luciana Ltda. e Hidroni Equipamentos Hidráulicos. No DI Vetorasso, a Fertilizantes do Mato Grosso Ltda. (Fertipar) está em fase de instalação.

Em Poxoréo, as indústrias que se destacam são a AGROLESTE, que produz ração bovina, e a CODEP (Companhia de Desenvolvimento de Poxoréo), de pequeno porte, que atua na fabricação de tijolos, cerâmicas, serraria e concreto.

O município de Guiratinga não dispõe de distrito industrial. Entre as indústrias instaladas no município, destacam-se: Mini-indústria de cerâmica, Laticínios Juliano, Rações Alcante Lago e Fábrica de Ração. Segundo o Guia Cultural do Centro-Oeste (2009), elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo, há grande expectativa dos moradores acerca da

implantação de 06 (seis) pequenas centrais hidrelétricas no município pela Minasgarças, com previsão de gerar 3 mil empregos em 4 anos. Recentemente, foram descobertas em Guiratinga minas de manganês, cuja exploração terá início em 2010.

Tanto em Torixoréu quanto em Baliza, não há distrito industrial, tampouco indústrias significativas. Em Torixoréu, o Guia Cultural do Centro-Oeste (2009) destaca a indústria de doces.

O município de Ribeirãozinho tampouco dispõe de distrito industrial. Merece destaque a empresa Laticínio Ouro Branco, de pequeno porte (7.000 litros/dia), que produz queijo mussarela, vendido para o Estado de Goiás.

Em Montividiu, há um distrito industrial, onde se destacam indústrias de médio e pequeno porte: Algodoeira Aliança, de médio porte, que atua no beneficiamento de algodão, e as confecções de pequeno porte Mania Baby e Tropical, que produzem vestuário infantil.

No município de Caiapônia, não existe distrito industrial, mas há indústrias de destaque como a Laticínios Cana Verde, de fabricação de leite pasteurizado, e a Cerâmica Torres Ltda., que fabrica tijolos.

O município de Rio Verde se caracteriza como um dos maiores parques industriais do Centro-Oeste, contando, na área urbana, com 5 distritos industriais com infra-estrutura instalada. Destaca-se, na economia municipal, a COMIGO - Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, primeira cooperativa do Centro-Oeste e sétima cooperativa singular do país, contando com mais de 4 mil associados e gerando cerca de 1,3 mil empregos. A empresa possui armazéns, esmagamento de soja, refinaria de óleo, fábrica de fertilizantes, rações, sabão, unidade beneficiadora e empacotadora de arroz, feijão, unidade de processamento de leite, sal mineral, descaroçamento de algodão e sementes, com vários produtos industrializados.

Rio Verde possui cerca de 476 unidades industriais, destacando-se as fábricas de ração, de óleo e azeite comestíveis, de laticínios, de alimentos e refrigerantes, de embalagens, de processamento de sementes, de maquinário agrícola, entre outras, relacionando-se as de maior porte no quadro abaixo.

Quadro 3.6.5.8-15 - Rio Verde - Principais Indústrias Instaladas

Perdigão Agroindustrial S/A	Fábrica de ração e granjas
CARGILL	Óleo de soja bruto
Caramuru (de Itumbiara)	Processamento de produtos derivados do milho, óleos e azeites
CCL - Insumos Agropecuários	Comestíveis, corantes e misturas para bolo
Brasil Ind e Com. de Refrigerantes Ltda.	Insumos Agropecuários
Moinho Centro-Oeste Ltda.	Bebidas
PRIMOSLAT Ind. e Com. de Laticínios	Moinho de trigo

Perdigão Agroindustrial S/A	Fábrica de ração e granjas
Produtos Alimentícios Tapioca Ltda.	Laticínios
MONSANTO	Alimentos
TRIEL HT - ind. Equipamentos Rod. Ltda.	Semente de milho e sorgo, beneficiamento de grãos e pesquisa.
MECAR - Peças e Serviços Ltda.	Equipamentos Rodoviários
THERMO Rio Refrigeração Ltda.	Automotiva
Indústria Gessy Lever Ltda.	Refrigeração
Grupo Orsa	Alimentos
VIDEPLAST Centro-Oeste	Papel de embalagens e caixas de papelão ondulado
BRASILATAS	Embalagens

Fonte: Revista Se Liga no Futuro - Rio Verde/GO, Governo do Estado de Goiás, Site da Prefeitura de Rio Verde e Pesquisa de Campo, dezembro de 2009.

▪ Setor Terciário

Na área em estudo, a expansão do setor terciário se deu em função, principalmente, da expansão e modernização do setor agropecuário. O armazenamento, transporte e comercialização dos produtos agropecuários impulsionaram o desenvolvimento do setor de prestação de serviços, dinamizado ainda pelas necessidades de serviços financeiros, bancários, de capacitação e formação profissional, de pesquisa, dentre outros. Além disso, em função da intensa urbanização que vem ocorrendo na grande maioria dos municípios, expandiu-se o setor comercial e de serviços para o atendimento a essa população.

O setor de serviços apresenta grande expressão em Cuiabá, capital do Estado e principal centro comercial e de serviços de Mato Grosso, incluindo-se aí a atividade turística em fase de expansão. No ano de 2006, o conjunto de municípios em estudo dispunha de 35.597 unidades locais do setor terciário, 59,5% das quais localizadas em Cuiabá. As demais unidades se concentram, também, nos municípios de Rondonópolis (15,7%) e Rio Verde (12,9%).

Em Rondonópolis, o comércio assume papel de destaque na economia do município. Existem cerca de 12 mil estabelecimentos comerciais, dos mais variados ramos e portes, inclusive um *shopping center*, grandes redes de supermercados e lojas de departamentos, que proporcionam aos consumidores do município e da região uma vasta diversidade de produtos. Entre os serviços, destaca-se a atuação da Fundação Mato Grosso, de apoio à pesquisa Agropecuária, que tem desenvolvido pesquisas para o melhoramento de sementes e possui laboratório especializado em fibra de algodão.

Rio Verde se constitui em pólo de negócios do Sudoeste Goiano, possuindo um comércio forte e competitivo, suficiente para atender a população local e regional. Conta com cerca de 3.032 unidades comerciais, entre supermercados, farmácias, lojas de vestuário e calçados, móveis, revenda de automóveis, caminhões, máquinas e implementos, produtos veterinários e agrícolas e quase 8.000 prestadores de serviços.

Como estrutura bancária, a população de Rio Verde dispõe de 12 agências, sendo 3 do Banco do Brasil, 2 do Banco Estadual de Goiás e 1 agência do Bradesco, da Caixa Econômica Federal, do Itaú, do Mercantil de São Paulo, do Real, do Credirural e do Unibanco.

A cidade possui um frigorífico - Frigorífico Margem - que abate 20 mil cabeças de gado por mês, abastecendo o mercado interno e exportando cerca de 10% da produção. O município tem uma capacidade de armazenamento que chega a 1 milhão de toneladas.

Em Campo Verde, como equipamento de apoio à produção agropecuária, destacam-se as empresas CARGIL, BUNGE, SADIA, AMAL, OVETRIL, AMAGI, que atuam no armazenamento e compra de soja e milho, e a COOPERFIBRA, com atuação no armazenamento e compra de algodão, além das Transportadoras Guanabara e Riquete. Estão ainda instaladas no município empresas de grande porte, revendedoras de maquinário agrícola, como a Valta, a Massei Ferguson, a Case, a New Holland, a Agrali e a Astil.

No município de Juscimeira, como estabelecimento comercial, destaca-se a COMAJU - empresa de armazenamento. Em Poxoréo, destaca-se a APECOARISTA, comercializando material para o produtor rural.

Em função da produção de soja, estão instalados no município de Ribeirãozinho a Caramuru e a Coimbra, empresas que atuam na pré-limpeza, estocagem e secagem da soja.

No município de Caiapônia, como principais equipamentos no setor de comércio e serviços, destacam-se: a MAQNELSON, revendedora de máquinas e implementos agrícolas, que emprega 70 funcionários; a Adubos Sul Goiano, que atua como misturadora de adubo e na sua comercialização, empregando 70 funcionários; a CULTIVA, atuando na prestação de serviços, dispõe de 16 veículos para colheita de lavouras em geral, empregando 200 funcionários; a SELECTA, de armazenamento de grãos, milho, soja e arroz; e a COMPSGOL, de armazenamento de grãos, milho, soja e arroz.

Em Montividiu, entre os equipamentos de apoio às atividades agropecuárias destacam-se as empresas Coimbra, BUNGE, Caramuru, COMIGO e Selecta, atuando no armazenamento de grãos em geral. Atuam, ainda, no município, como prestadoras de assistência técnica, venda de adubos, defensivos e produtos agropecuários, a Moema Adubos, e a COMIGO - cooperativa de Rio Verde.

A maior parte das unidades empresariais do setor terciário da AII (57,8%) se dedicam a atividades de comércio e reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. 13,3% atuam no ramo de atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, havendo ainda o percentual significativo de 9% de unidades dedicadas a outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Quadro 3.6.5.8-16 - Número de Unidades Locais do Setor Terciário - 2006

Municípios e All	G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	H Alojamento e alimentação	I Transporte, armazenagem e comunicações	J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	L Administração pública, defesa e seguridade social	M Educação	N Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Total de unidades locais do setor terciário
Cuiabá - MT	11.282	1.290	1.179	593	3.574	84	492	708	1.986	21.188
Santo Antônio do Leverger - MT	126	17	15	5	53	5	4	4	36	265
Campo Verde - MT	609	49	71	8	63	5	9	12	64	890
Jaciara - MT	498	59	128	9	70	5	20	20	78	887
São Pedro da Cipa - MT	28	3	15	-	5	2	-	-	6	59
Juscimeira - MT	128	20	30	6	13	3	5	1	22	228
Rondonópolis - MT	3.595	256	453	101	489	8	109	110	480	5.601
Poxoréo - MT	257	24	17	1	14	5	13	4	66	401
Guiratinga - MT	401	21	12	4	28	2	15	6	76	565
Torixoréu - MT	111	16	2	1	7	4	2	3	20	166
Ribeirãozinho - MT	47	9	4	1	2	2	-	1	4	70
Baliza - GO	21	1	2	3	1	2	-	1	5	36
Caiaçônia - GO	297	14	15	11	11	7	5	7	45	412
Montividiu - GO	150	12	20	6	13	2	3	3	23	232
Rio Verde - GO	3.032	198	318	123	406	22	96	117	285	4.597
All	20.582	1.989	2.281	872	4.749	158	773	997	3.196	35.597

Fonte: Cadastro Central de Empresas (IBGE)

A observação do pessoal ocupado em atividades do setor terciário contribui para pensar a magnitude da atividade das unidades relacionadas acima. As atividades de comércio e reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, que são realizadas pela maior parte das unidades empresariais, respondem por 29,2% do pessoal ocupado no setor de comércio e serviços na All. O maior percentual de trabalhadores ocupados, neste setor, cabe às atividades de administração pública, defesa e seguridade social (34,1%). As atividades imobiliárias, aluguéis e prestação de serviços às empresas utilizam 10,8% do pessoal ocupado no setor terciário na área em estudo, enquanto 6,5% cabem às atividades de transporte, armazenagem e comunicações e 5,6%, a outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Quadro 3.6.5.8-17 - Pessoal Ocupado em Unidades Locais do Setor Terciário - 2006

Municípios e All	G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	H Alojamento e alimentação	I Transporte, armazenagem e comunicações	J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	L Administração pública, defesa e seguridade social	M Educação	N Saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Total de pessoal ocupado no setor terciário
Cuiabá - MT	43.466	6.050	9.224	4.301	21.777	75.315	8.756	6.541	9.600	185.030
Santo Antônio do Leverger - MT	292	62	48	9	1.210	327	126	3	43	2.120
Campo Verde - MT	1.656	138	329	68	159	507	54	33	193	3.137
Jaciara - MT	1.520	247	779	45	168	440	103	69	206	3.577
São Pedro da Cipa - MT	46	3	25	-	4	X	-	-	2	80
Juscimeira - MT	424	51	51	39	22	256	6	X	15	864
Rondonópolis - MT	13.989	1.343	3.747	451	2.180	3.798	1.048	1.169	1.804	29.529
Poxoréo - MT	307	34	30	X	29	618	7	57	117	1.199
Guiratinga - MT	528	24	11	26	36	X	8	29	75	737
Torixoréu - MT	140	17	X	X	10	266	X	4	11	448
Ribeirãozinho - MT	61	8	4	X	X	X	-	X	-	73
Baliza - GO	21	X	X	1	X	X	-	-	2	24
Caiapônia - GO	491	20	50	14	24	352	18	21	67	1.057
Montividiu - GO	256	24	108	16	23	X	26	3	251	707
Rio Verde - GO	10.670	970	1.937	488	1.690	4.553	1.493	1.094	1.810	24.705
All	73.867	8.991	16.343	5.458	27.332	86.432	11.645	9.023	14.196	253.287

Fonte: Cadastro Central de Empresas (IBGE)

▪ Emprego

No ano de 2000, na AII do empreendimento, a população ocupada representava 85,2% da População Economicamente Ativa (PEA), que era constituída por 428.014 pessoas. Os municípios mato-grossenses de Santo Antônio do Leverger, Guiratinga e Cuiabá apresentaram os maiores contingentes de desempregados da área em estudo. Nestes municípios, a população ocupada representava 80,7%, 83,3% e 83,7% da PEA, respectivamente. Por outro lado, os maiores percentuais da PEA ocupada couberam aos municípios de Ribeirãozinho, Rio Verde e Baliza, nesta ordem.

Quadro 3.6.5.8-18 - População Economicamente Ativa e População Ocupada - 2000

Municípios e AII	População Economicamente Ativa - Total - Pessoa	População Ocupada - Pessoa	(%)
Cuiabá	238170	199486	83,8
Santo Antônio do Leverger	5524	4459	80,7
Campo Verde	8197	7351	89,7
Jaciara	12155	10305	84,8
São Pedro da Cipa	1460	1249	85,5
Juscimeira	5364	4753	88,6
Rondonópolis	71431	60536	84,7
Poxoréo	8575	7642	89,1
Guiratinga	5876	4897	83,3
Torixoréu	2016	1736	86,1
Ribeirãozinho	849	769	90,6
Baliza	976	880	90,1
Caiapônia	6502	5647	86,8
Montividiu	3710	3276	88,3
Rio Verde	57209	51591	90,2
All	428014	364576	85,2

Fonte: IPEA

3.6.5.9 - Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais - AID/AII

a. Identificar e Mapear as Comunidades Tradicionais e Ribeirinhas mais Significativas

Todas as comunidades tradicionais (Quilombolas e Populações Indígenas) identificadas e mapeadas serão analisadas respectivamente nos itens 3.6.5.6.2 e 3.6.5.6.5. Ressalta-se que a referida análise não irá hierarquizar o grau de significância das mesmas, tendo em vista que de acordo com o artigo 2º, item 2, subitem a da OIT 169: *“...assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;”*

Para efeito desse estudo, o que pode ser estabelecido é a relação de vulnerabilidades, tendo como parâmetro as distancias do empreendimento em relação a esses territórios e de que maneira a implantação e operação do mesmo pode causar impactos na dinâmica de vida dessas populações. Entretanto, para dimensionar de forma completa esses impactos é necessário realizar estudos específicos com diretrizes e recomendações da Fundação Cultural Palmares e FUNAI. Nos subitens 3.6.5.9.4 e 3.6.5.9.6 serão abordados os procedimentos quanto a esses temas.

Finalmente, destaca-se que não foram identificadas comunidades ribeirinhas ao longo da AID.

b. Identificar e Localizar as Comunidades Quilombolas

De acordo com a correspondência trocada entre a Empresa Catxere Transmissora de Energia e a Fundação Cultural Palmares, com vistas a identificar as Comunidades Quilombolas existentes na área de influencia do estudo, e conseqüentemente mapear possíveis impactos por conta da implantação e operação do empreendimento, existem 05 Comunidades Quilombolas ao longo do traçado da referida LT, conforme apresentado no **Quadro 3.6.5.9-1**.

Quadro 3.6.5.9-1 - Comunidades Remanescentes de Quilombos nos Municípios da AII-MT

Comunidade	Localização	Área (ha)	População	Certidões de Auto Reconhecimento	X	Y	Distância do Traçado
Aguassú	Cuiabá - MT	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº 04 - Registro 377 - Fl. 84, em 23/08/2005 - Publicada no Diário Oficial da União em 30/09/2005, Seção 1, nº 189 - Folhas 12 e 13.	594.174	8.311.020	54 km
Coxipó-Açu	Cuiabá - MT	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº 04 - Registro 373 - Fl. 80, em 23/08/2005 - Publicada no Diário Oficial da União em 30/09/2005, Seção 1, nº 189 - Folhas 12 e 13.	Sem informação	Sem informação	Sem informação
São Gerônimo	Cuiabá - MT	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº 04 - Registro 356 - Fl. 63, em 08/08/2005 - Publicada no Diário Oficial da União em 12/09/2005, Seção 1, nº 175 - Folha 22.	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Abolição	Cuiabá - MT	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº 04 - Registro 355 - Fl. 62, em 08/08/2005 - Publicada no Diário Oficial da União em 12/09/2005, Seção 1, nº 175 - Folha 22.	649.220	8.253.897	2 km
Sesmaria Bigorna/Estiva	Santo Antonio do Leverger - MT	Sem informação	Sem informação	Registrada no Livro de Cadastro geral nº 10, Registro 971, Fl. 36, em 19/04/2007. Publicada no Diário Oficial da União, em 16/05/07, Seção 1, nº 24, Folhas 23 e 24.	666.387	8.250.144	1, 80 km

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados disponibilizados pela Fundação Cultural Palmares e pela Diretoria de Obtenção e Implantação de projetos de assentamento - DT-IN CRA/DF

Destaca-se que as informações das coordenadas das referidas comunidades foram disponibilizadas pela Coordenação dos Estudos do Meio Socioeconômico das Linhas de Transmissão LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - c1 (IE Madeira) e LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - c2 (Norte Brasil) a partir de dados do INCRA/DF, empreendimento também em fase de estudos de impacto ambiental previsto para a mesma região.

Considerando um raio de 10 km (05 km a partir do eixo do traçado) como área de estudo para essas populações, é possível notar que a partir das informações acima, as Comunidades Abolição e Sesmaria Bigorna/Estiva encontram-se na área de influencia direta do empreendimento, o que significa que ambas sofrerão impactos em suas dinâmicas sociais a partir da implantação e operação do empreendimento. No caderno de mapas - MAPA 2383-EIA-DE-4001 são apresentadas as Comunidades Quilombolas localizadas na área de influência do empreendimento.

Entretanto, durante a realização dos levantamentos de dados nas prefeituras da Área de Influência do empreendimento, assim como, durante o levantamento de campo ao longo da diretriz preferencial do traçado essas comunidades não foram identificadas pela população como quilombolas.

O que foi encontrado em campo são relatos sobre a existência de pessoas residentes tanto na região da Comunidade Abolição, como na Comunidade Sesmaria Bigorna/Estiva que tinham interesse em que houvesse um reconhecimento de sua ancestralidade e por conta de tal fato começaram a se reunir para discutir essa questão.

Para efeito desse diagnóstico, serão descritas brevemente a Comunidades de Abolição e Sesmaria Bigorna/Estiva como forma de registrar a identificação de ambas, tendo em vista a proximidade com o traçado do empreendimento, mas destacando para a necessidade de realização de um estudo complementar nessas comunidades a fim de compreender de forma mais aprofundada quais as percepções de território envolvidas, assim como mensurar impactos decorrentes da implantação e operação do empreendimento. Registra-se aqui que não foi proposto um Programa Ambiental para essas populações tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento do tema.

Por localizar-se há mais de 50 km do traçado do empreendimento, a Comunidade Quilombola Aguassu não será caracterizada neste momento.

Abolição (Município de Cuiabá): Essa Comunidade não foi mapeada porque a entrada da fazenda encontrava-se com as porteiças fechadas. A EE Maria de Arruda Miller localizada na estrada que acessa a Fazenda encontrava-se fechada por ser final de semana. De acordo com recolhidas em campo, a Escola está localizada na Fazenda Abolição, sendo comum algumas pessoas se reunirem por lá em função das atividades de um grupo artístico ligado a danças folclóricas, existente nas imediações.

Além das referidas coordenadas disponibilizadas pela Coordenação dos Estudos do Meio Socioeconômico das Linhas de Transmissão LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - c1 (IE Madeira) e LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - c2 (Norte Brasil), a informação quanto a presença de quilombolas nesta área, foi fornecida pela liderança quilombola de Cuiabá (Pedro Reis) em entrevista a equipe de campo da LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - c1 (IE Madeira), que identifica a região como Fazenda Miller. Como forma de contribuir para o detalhamento desse item, essas informações foram incorporadas a este diagnóstico. A partir de todas essas informações, pode - se supor que o território da Comunidade Quilombola Abolição esteja associado a uma divisão de terras originalmente pertencente à Fazenda Miller, tendo em vista que a escola possui o mesmo nome. Entretanto, considera-se precipitado aqui tecer qualquer análise sobre a questão tendo em vista a necessidade de realização de estudos específicos, como forma de compreender melhor a percepção dos moradores sobre tal questão, assim como dimensionar os impactos que esses territórios e seus moradores poderão vir a sofrer em decorrência da implantação e operação do empreendimento

Gleba Bigorna (Santo Antônio do Leverger): localidade formada por 38 famílias. Os lotes são divididos em áreas de 5, 12, 50 e 120 hectares. Os lotes, em sua maioria, não possuem documentação, exceto pequenas áreas. A economia está baseada na pequena pecuária leiteira, para a produção de queijos e requeijões, e na produção de mandioca e hortaliças, apresentando características de agricultura familiar. Os produtos são vendidos em Cuiabá ou para atravessadores. A comunidade não conta com escolas e os alunos precisam se deslocar para São Vicente ou para o PA Santo Antônio da Fartura. A gleba conta com energia elétrica e a água dos lotes provém de poços artesianos. O esgoto é lançado em fossas sépticas.

Os moradores precisam se dirigir para a Vila Olho d'Água ou para o PA Santo Antônio da Fartura em busca de serviços médicos. A comunidade também não possui escola em seu território. Os serviços de educação só são garantidos por ônibus escolares que levam os alunos para as unidades de ensino de regiões próximas, sejam elas áreas rurais ou sedes municipais, especialmente para a

Vila de São Vicente, localizada às margens da BR-364, sendo essa a principal rota de acesso a comunidade, além das estradas de chão.

A Gleba Bigorna foi incorporada a um processo de constituição de área de remanescente de quilombolas. O projeto, segundo informações locais, estaria justificada pela presença de três famílias de remanescentes negros trabalhadores da antiga fazenda da região. Após a morte do líder local, no entanto, o processo pode ter sido estancado ou está correndo ao largo do conhecimento da população local.

Com relação a regularização fundiária, o caso da Gleba Bigorna é bastante sensível. Sendo atualmente habitada por cerca de 3 famílias de antigos moradores da fazenda que deu origem à localidade, a Gleba também conta com a presença de inúmeras famílias que se deslocaram para a área a fim de serem incluídas no processo de constituição do PA Santo Antônio da Fartura, vizinho à localidade (a área onde se encontra a Gleba Bigorna deveria ser incluída ao assentamento). No entanto, problemas relativos à documentação da antiga fazenda impediu que toda essa área fosse incluída no processo anterior. Atualmente, os moradores da Gleba Bigorna não possuem documentos relativos à posse das terras, exceto de algumas pequenas áreas de seus lotes.

Cabe destacar que os processos relativos à transformação da Gleba Bigorna em terras quilombolas estão formalizados junto ao INCRA do estado do Mato Grosso. Não se obteve, no entanto, informações sobre o andamento dos mesmos.

c. Fatos Históricos e Atuais Relacionados à Presença de Quilombos

Os estudos sobre os quilombos têm garantido destaque especial nos processos de licenciamento ambiental, especialmente aqueles com enfoque antropológico e histórico. Tal importância ocorre devido à reformulação analítica que os trabalhos científicos sobre a escravidão sofreram nas últimas décadas.

Os anos 1980 podem ser caracterizados como o período das transformações, nas quais a miscigenação e o negro são apreendidos sob um novo viés científico. Nesse período, o Brasil vive uma época de redemocratização política, os movimentos sociais populares passam por um processo de crise e reorganização.

Em 1978, surgiu o MNU (Movimento Negro Unificado) no país, e a comemoração do centenário da Abolição gerou um sentimento de repulsa entre a população contra o 13 de Maio de 1888. O 20 de Novembro passou a ser lembrado como dia da Consciência Negra e data a morte de Zumbi dos Palmares. O próprio Quilombo dos Palmares torna-se, a partir dos anos 1980, um patrimônio nacional.

Nesse contexto, a produção bibliográfica histórica e arqueológica tem suas bases teóricas e metodológicas abaladas. As probabilidades e as incertezas estão presentes na nova forma de ver o passado e compreender o presente. Na nova historiografia, o negro é observado como protagonista da história escravista. Nesse sentido, a violência não é negada, entretanto, o “neopatriarcalismo” passa a ser o novo foco de análise para se compreender o Brasil Colonial.

Os historiadores afirmam que o sistema escravista permitiu um espaço para que o escravo negocie com o patrão, isto é, as práticas culturais, ora de resistência, ora de obediência dos escravos, poderiam constituir um cotidiano mais brando para os negros no Brasil.

A pesquisa sobre quilombos pode ser incluída nesse novo viés de análise da história social e cultural, encarando o negro como agente que negocia e resiste à violência e à opressão dos senhores de escravos.

A partir do levantamento bibliográfico realizado até o momento, é possível afirmar que as áreas a serem atingidas pelo empreendimento são em potencial locais onde pode-se encontrar comunidades remanescentes de quilombos. Os registros de quilombos na região abrangida pelo estudo são encontrados nos arredores dos rios Coxipó-Mirim e Guaporé. Durante o século XVIII, essa era uma região ainda muito pouco conhecida e não tinha seu território delimitado como hoje conhecemos.

A escravidão negra no Vale do Guaporé (atualmente pertencente ao Estado de Rondônia fazendo divisa com Mato Grosso) deu-se com a descoberta e exploração do ouro e a fixação de povoadores ligados à comercialização desse metal e à atividade agro-pastoril.

O período do escravismo negro na região do Vale do Guaporé teve como característica, além dos suplícios e angústias impostas aos negros escravos, as revoltas e fugas que marcaram a resistência à escravidão, com diversos grupos negros rebelando-se, lutando contra o sistema escravagista e fugindo para o interior da floresta.

Os escravos fugitivos fundaram vários quilombos na Amazônia, sendo o mais importante o Quilombo do Piolho ou Quariterê, (1752/95) que resistiu durante 43 anos às expedições punitivas da Coroa Portuguesa.

Embora o traçado do empreendimento, e a Subestação de Cuiabá esteja distante do Vale do Guaporé, cerca de 600 km, os principais quilombos localizados no nessa região foram: Galera, Galerinha, Taquaral, Pedras, Cabixi e Piolho.

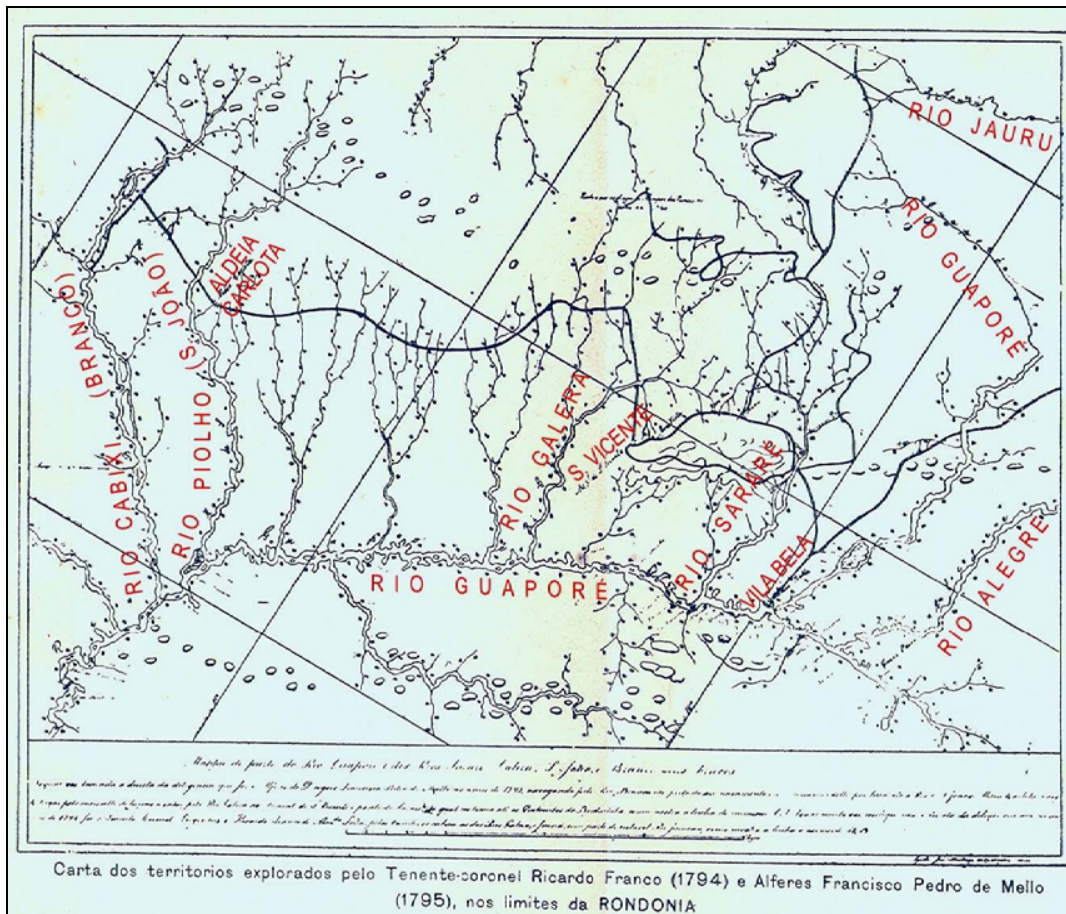
O Quilombo do Piolho ou Quariterê; a história deste quilombo começa já nas primeiras décadas do século XVIII, mais precisamente em 1719, nas margens do rio Coxipó-Mirim, com a descoberta de ouro pelos homens que acompanhavam o bandeirante Pascoal Moreira Cabral.

O sucesso da mineração e a necessidade de garantir para Portugal a posse de terras, além Tratado de Tordesilhas, fizeram com que fosse criada, em 1748, a Capitania de Mato Grosso. Sua primeira capital foi Vila Bela da Santíssima Trindade, na extremidade oeste do território colonial.

Para trabalhar na mineração, chegaram, no século XVIII, em Mato Grosso, os primeiros escravos de origem africana. Como resistência à escravidão, as fugas foram constantes, sendo individuais ou coletivas, formando diversos quilombos. Quando a capital de Mato Grosso ainda era Vila Bela da Santíssima Trindade, a região do vale do rio Guaporé foi onde houve maior concentração dessas aldeias de escravos fugitivos.

O quilombo do Piolho ou Quariterê, no final do século XVIII, localizado próximo ao rio Piolho, ou Quariterê, reuniu negros nascidos na África e no Brasil, índios e mestiços de negros e índios (cafuzos). José Piolho, provavelmente foi o primeiro chefe do quilombo. Depois, assumiu o poder sua esposa, Teresa.

Fugidos da exploração branca, os habitantes do quilombo conviviam comunitariamente em uma fusão de elementos culturais de origem indígena e africana. Os homens caçavam, lenhavam, cuidavam dos animais e conseguiam mel na mata; as mulheres preparavam os alimentos e fabricavam panelas com barro, artesanato e roupas.



Fonte: MACHADO 2006, *apud* ROUQUETTE-PINTO, 1935.

Figura 3.6.5.9-1 - Carta dos territórios explorados pelo Tenente Coronel Ricardo Franco (1794) e pelo Alferes Francisco Pedro de Mello (1795), nos limites de Rondônia. Mapa com Rio Piolho e rio Guaporé de 1795

A dificuldade de abastecimento, principalmente de escravos, motivou os habitantes da região guaporeana a organizarem uma bandeira para atacar os escravos fugitivos. O poder público, por intermédio da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, e os proprietários de escravos patrocinaram a bandeira para destruir o quilombo e recapturar seus moradores.

A bandeira contendo cerca de trinta homens e comandada por João Leme de Prado, percorreu um mês de Vila Bela até o quilombo, e, de surpresa, atacou-o, prendendo quase a totalidade dos moradores. Alguns morreram no combate que se travou, outros fugiram.

Os escravos que sobreviveram foram capturados e levados para Vila Bela, sendo colocados para reconhecimento público, a mando do capitão-general de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Após o ato de reconhecimento, os escravos foram submetidos a outros momentos de castigos, com surras, tendo parte de suas orelhas cortadas e tatuados o rosto com a letra "F" de fugitivo feita com ferro em brasa.

O objetivo da repressão era intimidar novas fugas, porém, a vontade, o desejo e a luta pela liberdade eram maior que essa humilhação. Tal conquista esteve presente por um bom tempo e duas décadas após a primeira busca, ocorreu uma segunda bandeira sendo organizada para recapturar negros fugitivos e, finalmente, acabar com o quilombo do Quariterê.

Segundo Machado (2006):

"(...) em março de 1795, o capitão general e governador da Capitania de Mato Grosso, João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, mandou chamar o Juiz Presidente e o vereador mais velho da Câmara da então capital Vila Bela para tratar da decadência das minas e das perdas e danos causados aos moradores pelas fugas de muitos escravos, que "tranquillamente" aquilombavam-se nas escarpas da extensa Serra dos Parecis. Eles "derramavam-se" pelas vizinhanças dos arraiais e nas águas das nascentes do Guaporé, principalmente nos rios Galera, Sararé, Pindaituba e Piolho, então denominado de São João, além de outros, dos quais tinha constantes notícias. Sendo a obrigação das câmaras socorrer às necessidades públicas, a fuga de escravos e a falta de terras minerais exigiam a formação de uma bandeira que explorasse os sertões, convocando os moradores para uma contribuição voluntária, comprometendo a Fazenda Real com a munição e a quinta parte da gente empregada nessa diligência." (Machado, 2006)

Comandada pelo alferes de dragão, Francisco Pedro de Melo, a bandeira continha 45 homens que destruíram as edificações e plantações do quilombo, recapturando sua população e devolvendo aos seus donos, em Vila Bela. Porém, percebendo a ineficiência dos castigos físicos, os escravos não mais foram torturados publicamente.

Informou o comandante em seu diário que o quilombo do Piolho, que emprestava o nome do rio onde estava situado, já havia sido atacado e destruído em 1770 pelo Sargento-Mór João Leme do Prado, quando apreendeu "numerosa escravatura", restando ainda ali muitos escondidos pelos matos, que se estabeleceram novamente nas cercanias do lugar. Desses escravos novamente

aquilombados, *"morreram muitos, huns de velhice e outros às mãos do gentio Cabixês, com quem tinham continuada guerra, afim de lhes furtarem as mulheres, das quaes houveram os filhos Caborés"*.

Dos escravos antigos, só seis ainda viviam: "eram os regentes, padres, médicos, pais e avós" do pequeno povo que formava o novo quilombo, *"situado em hum bellissimo terreno muito superior, tanto na qualidade das terras, como nas altas e frondosas matarias"*, nas margens dos rios Galera, Sararé e Guaporé, abundantes de caça e de pesca. A bandeira encontrou no quilombo *"grandes plantações de milho, feijão, favas, mandiocas, manduim [amendoim], batatas, caraz e outras raízes, assim como muitas bananas, ananazes, abobras (abóboras), fumo, galinhas e algodão de que faziam panos grossos e fortíssimos, com que se cobriam"*.

Depois de entregar os capturados do Rio Piolho ao paisano Geraldo Urtiz, o Alferes de Dragões Francisco Pedro de Mello deu continuidade à sua diligência, capturando outras dezenas de escravos em vários quilombos.

Os 54 índios e caborés, depois de batizados e "acariciados", foram fundar a nova Aldeia Carlota, prometeram, nas palavras de Francisco Pedro de Mello: *"expontaneamente não só reduzirem á nossa amizade e comunicação outras Aldeãs de Índios Cabixês vezinhos daquelle lugar, mas a virem a esta Villa tanto a commerciar como a trazerem boas mostras d'ouro que faça conta para atrahir aquele importante lugar alguns colonos portugueses (...)"* (apud Machado, 2006).

Outros quilombos na região também foram destruídos, inclusive ao comando do mesmo alferes, Francisco de Melo, que assolou os quilombos de "João Félix" e o do "Mutuca".

No local do quilombo do Piolho, após sua destruição a mando do capitão-general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foi organizada uma aldeia "Aldeia da Carlota", que visava o interesse português em garantir a posse da terra num local tão isolado. Os moradores da aldeia contavam com o apoio do governador.

O quilombo do Quariterê (ou Quariteté, tendo por referência outro nome do mesmo rio) foi, segundo os pesquisadores matogrossenses, o maior e mais significativo da região de Vila Bela (na Chapada e no vale do Guaporé), não só pela sua população, mas também pela organização social e fartura das suas roças, tendo sido encontradas ali até mesmo duas tendas de ferreiro. Na organização política residia a especificidade do quilombo Quariterê, que nisso se distinguia de

Palmares e dos quilombos do Ambrósio e de Campo Grande. A forma de governo adotada foi a realeza. Havia rei, mas à época da primeira destruição era governado por uma preta viúva, a Rainha Teresa [de Benguela], assistida por uma espécie de parlamentar, com capitão-mor e conselheiro. A alcunha do conselheiro da rainha, José Piolho, transformou-se em uma das designações do quilombo. Nos quilombos de Alagoas e de Minas Gerais, a chefia era masculina e não assumia o caráter de reinado formal, como no quilombo de Vila Bela. (Bandeira, 1988, apud Machado, 2006).

Ainda segundo Machado (2006), na sua rigidez disciplinadora, a rainha ficou conhecida por aplicar duros castigos aos desertores, como enforcamentos, fraturas das pernas e enterramento vivo. Como em Palmares, na religião havia um sincretismo entre cristianismo e valores religiosos africanos. Quando abatido pela primeira vez, sua população era de 79 negros, homens e mulheres, e 30 índios, levados a ferros para Vila Bela, morrendo e fugindo muitos.

Outros quilombos também foram organizados em terras mato-grossenses durante os séculos XVIII e XIX, podendo ser registrados aqui, apenas para exemplificar, os quilombos "Mutuca" e "Pindaituba", situados na Chapada dos Guimarães, os "Sepoutuba" e "Rio Manso", próximos à Vila Maria (atual Cáceres).

Em Goiás, os Calungas estão espalhados numa área que atinge os municípios de Cavalcanti, Monte Alegre e Terezinha de Goiás.

Entre os descendentes de escravos mais jovens, poucos sabem contar as histórias dos antepassados. Enquanto a maioria das comunidades hoje tem contato permanente com a sociedade nacional, os kalungas de Goiás vivem uma situação especial.

Até pouco tempo, somente se chegava aos núcleos onde vivem depois de uma demorada viagem em lombo de burro pelos caminhos difíceis ao longo de um terreno acidentado. Os mais velhos, em alguns casos, nunca deixaram o antigo quilombo para conhecer as cidades. Mas a população mais jovem já começa a se interessar pelo mundo em volta e alguns até participam dos encontros com outros grupos, promovidos pela Fundação Palmares.

Foi em 1722 - quando Bartolomeu Bueno, o Anhangüera, e João da Silva Ortiz fecharam o ciclo bandeirante, com a ocupação das terras centrais - que surgiu o estado de Goiás, em pleno ciclo do ouro e da garimpagem.

Utilizados como mão-de-obra escrava, os negros andavam cansados da submissão e dos castigos sofridos na exploração das "Minas dos Goyazes". Muitos fugiram, escondendo-se na mata, entre serras, num local de difícil acesso. Fundaram quilombos no município de Cavalcante, na região conhecida como Morro do Chapéu (hoje município de Monte Alegre), formando assim o povo kAlunga.

A comunidade vive hoje numa área de 237 mil hectares - segundo estimativa do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, o IDAGO - a 375 km de Brasília. São cinco os núcleos, abrigando cerca de cinquenta grupos de base familiar: Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Contenda e kAlunga, sendo a maior comunidade de remanescentes de quilombos do Brasil.

O fato de os kAlunga terem permanecido distantes dos centros urbanos, num lugar inóspito e de difícil aproximação, acabou fazendo deles um dos poucos exemplos de remanescentes negros que quase não sofreram influências externas em seu modo de vida.

No dia-a-dia, o povo kAlunga dedica-se à plantação de mandioca, arroz, fumo, milho e, às vezes, feijão. Cria gado e aves, pratica a caça e a pesca. Mas a fabricação de farinha - que envolve toda a família, numa espécie de ritual -, é a atividade produtiva mais importante, base principal do seu sustento.

A Constituição de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, garante aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade das terras que ocupam. Atualmente, dois projetos de regulamentação desse artigo tramitam no Congresso Nacional

d. Acatar as Recomendações da Fundação Palmares com a Finalidade de Seguir os Procedimentos Estabelecidos para a Realização dos Estudos Pertinentes

As recomendações da Fundação Palmares serão devidamente atendidas. De acordo com o histórico de envio de Ofícios entre a empresa CATXERE Transmissora de Energia e a Fundação Palmares, foram identificadas 05 comunidades remanescentes de quilombo na área de influencia

do empreendimento, a saber: Aguassú, Coxipó-Açu, São Gerônimo, Abolição, todas no município de Cuiabá e Sesmária Bigorna/Estiva, no município de Santo Antônio do Leverger conforme descrito no item 3.6.5.9.2. Como durante a realização do trabalho de campo, foi identificada uma situação conflituosa quanto a percepção dos moradores residentes com relação a auto definição como remanescentes de quilombo, e no caso da Gleba Bigorna, os limites territoriais se confundirem com o Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fatura, acredita-se que um posicionamento oficial do órgão que responde por questões relacionadas a demarcação de terras quilombolas irá contribuir para elucidar tais dúvidas.

Nesse sentido, foi enviado um Ofício ao INCRA em 19 de janeiro de 2010 solicitando informações específicas quanto aos limites territoriais e a distancia em que essas comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares se encontram do empreendimento, como forma dar continuidades aos estudos específicos e em seguida mensurar os possíveis impactos que esses territórios e seus moradores poderão vir a sofrer em decorrência da implantação e operação do empreendimento.

Até o momento de fechamento deste documento, não houve pronunciamento por parte do INCRA.

As citadas correspondências são apresentadas no Anexo 5, do Capítulo 2 - Considerações Gerais, deste estudo.

e. Identificar e Mapear (Delimitar) as Comunidades e Terras Indígenas na AII do Empreendimento Informando as Distâncias em Relação à Diretriz Preferencial

Na área de influência indireta do empreendimento foram localizadas três Terras Indígenas, nomeadamente TI Jarudore, TI Tadarimana e TI Teresa Cristina; sendo que todas elas são habitadas por grupos Bororo. No Caderno de Mapas - MAPA: 2383-00-EIA-DE-4001-00 são apresentadas as Terras Indígenas localizadas na diretriz preferencial do empreendimento.

Para efeitos deste diagnóstico, tendo em vista a distância que as Terras Indígenas se encontram do traçado proposto, apenas a TI Jarudore será brevemente caracterizada a partir de levantamentos de dados secundários. Informações primárias e análises de impactos sobre este território não foram realizadas, visto o não posicionamento da FUNAI quanto às exigências ou não de um estudo específico e seu escopo.

Quadro 3.6.5.9-2 - Localização das Terras Indígenas Identificadas nos Municípios da Área de Influência.

Terras Indígenas	Localização	Área (ha)	Tronco Lingüístico	Grupo Indígena	População	Distancia do Traçado
Jarudore	Poxoréu	4.706	Macro-Jê	Boróro	Sem informações oficiais	2 km
Tadarimana	Rondonópolis e Pedra Preta	9.785	Macro-jê	Boróro	245	30 km
Teresa Cristina	Santo Antônio do Leverger	26.237	Macro-Jê	Boróro	-358	45 km

Fonte: Funai
Informações consultadas no site da FUNAI - dia 12/02/2010
http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/mt/funt_mt.htm

◆ Terra Indígena Jarudore

A terra indígena Jarudore, pertencente ao grupo indígena Bororo, esta localizada na região sudoeste do Estado do Mato Grosso no município de Poxoréu.

Os Bororo, nome pelo qual ficaram conhecidos, significa “pátio da aldeia”. O pátio da aldeia é representado pelo centro da aldeia, local que se caracteriza por ser o espaço ritual do grupo. Ressalta-se que os Bororo tem uma complexa organização social e uma vida cerimonial muito rica, com destaque para os ritos funerários. Um funeral Bororo pode se estender por até três meses, sendo o mais longo rito do grupo. Nele são lembradas as regras de reciprocidade, sendo restaurado o equilíbrio que foi transformado com a morte do membro do grupo. O funeral bororo é um dos momentos onde as regras da vida social são difundidas e produzidas e obedece a regras específicas.

Apesar de oficialmente serem conhecidos como Bororo, o grupo se autodenomina *Bõe*. Antigamente os territórios dos Bõe se estendiam até a Bolívia e o estado de Goiás. Os Bororo são considerados o grupo indígena com a mais longa história de contato com o “homem branco”, segundo fontes documentais, esses contatos remontam há mais de 300 anos. Ao longo desse tempo o grupo sofreu um processo de depopulação causado por epidemias, subnutrição, alcoolismo, e principalmente pela perda compulsória de terras; sendo Jarudore um dos maiores exemplos dessa perda.

A primeira referência a Jarudore, enquanto território Bororo seria um documento oficial do SPILTN de 1915, que data a criação de São João de Jarudóri, no ano de 1912 por iniciativa de Candido Rondon. Essa referência delimitava o território em uma área de cerca de 100 mil hectares e seus marcos geográficos seriam os morros, rios, lagos e locais sagrados para os Bororo. Em 1945, o Decreto estadual nº 644 delimita para os Bororo uma área de 6.000 hectares, o que

representa uma redução de mais de 90% do território original. Cinco anos mais tarde, em 1950, por despacho do Departamento de Terras e Colonização do Estado do Mato Grosso, foi aprovada a demarcação da área, esse processo acarretou nova redução do território e a Terra Indígena ficou com 4.706 hectares. Em 1951, o Departamento de Terras e Colonização do Estado do Mato Grosso expediu o Título definitivo sob a superfície demarcada e, em 1958, foi efetivado o registro cartorial da área (FUNAI, 2010).

A Terra Indígena Jarudore, que foi doada pelo Estado do Mato Grosso, por decreto em 18 de agosto de 1945, para abrigar os índios da etnia Bororo, como consta no seu artigo 1º, folha 42, encontra-se totalmente ocupada por não índios, inclusive por uma pequena corrutela que tem o mesmo nome da TI e corresponde há um distrito do município de Poxoreu. É importante destacar que, os índios Bororo que ocuparam essa terra até 1970, foram sendo forçados a se retirarem do local pela presença de posseiros e fazendeiros que foram se instalando na região ao longo dos anos, e que esse processo foi violento.

Para efeito desse estudo, se dará ênfase no levantamento dos processos de reivindicação pela posse da terra do povo Bororo, principalmente pela situação fundiária em que se encontra a terra indígena e que desde a década de 1970 tem gerado um alto grau de insatisfação no grupo, o que favoreceu a criação de um movimento reivindicatório que tem como objetivos a melhoria dos serviços de saúde e educação prestados ao grupo e a recuperação das terras tradicionais. O movimento reúne todas as aldeias Bororo e busca atuar na resolução dos problemas que envolvem o grupo nas terras onde eles se encontram.

De acordo com relatórios da FUNAI (1991), o marco principal para o início dessa ocupação não indígena, na TI Jarudore, foi o ano de 1959, período em que se instalou no local um cartório de Paz e Notas. A partir desse evento a ocupação não índia passou a ser constante, o que ocasionou uma pressão sobre as comunidades indígenas residentes no local. Esses eventos que resultaram na expropriação das terras de Jarudore, repercutiu em vários jornais da época, o que só caracteriza a negligência de sucessivos governos e autoridades para a questão indígena. Esse fato pode ser verificado, em levantamento realizado nos arquivos do Serviço de Proteção do Índio (SPI), localizado no Museu do Índio. Nos arquivos é possível encontrar diversos relatórios e comunicados da SPI, da década de 1950, que denunciam a apropriação da TI Jarudore e a presença de invasores nessa terra.

Na década seguinte, outros dois acontecimentos reforçaram a invasão da TI Jarudore por uma população não indígena, a construção da estrada municipal ligando Rondonópolis ao distrito de Jarudore, e a abertura da MT - 309, ligando o distrito ao município de Poxoreo. Crocker, citado no EIA/RIMA apresentado pela Ecology Brasil (2005) apontou que já no ano de 1965 a situação dos indígenas que ocupavam a TI Jarudore era precária. Na época o antropólogo constatou a presença de apenas 15 índios vivendo em três casas, que estavam rodeadas por não índios. (Ecology Brasil - Estudo de Impacto Ambiental - EIA - LT 500 kV Itumbiara - Cuiabá. 2005). Nos relatórios levantados junto a DAF/FUNAI, sobre a TI Jarudore é possível localizar diversos documentos elaborados nas décadas de 1970 e 1980, pelo Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT), que apontam para a necessidade de retomada da TI Jarudore. A justificativa apresentada nesses documentos é que os últimos índios que permaneceram na terra saíram do local no início da década de 1980 e que no local existia apenas um aglomerado urbano e não mais aldeias indígenas. Mas, os relatórios não fazem nenhuma referência aos motivos que acarretaram a saída dos índios. Nenhuma referência as diversas pressões que fizeram com que os bororo saíssem de suas terras.

Atualmente, Jarudore, como já foi dito, corresponde há um distrito do município de Poxoréo-MT, que conta com uma infraestrutura correspondente há um pequeno povoado com escola, posto de saúde, pequenos estabelecimentos comerciais, cobrança de IPTU e com uma população que gira entorno dos 3.000 habitantes.

Com impasse que se instalou, envolvendo as comunidades indígenas, donas de direito da terra Jarudore, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) propôs a FUNAI, no ano de 1982, uma permuta em troca da TI Jarudore. No entanto essa proposta foi recusada pelos indígenas, não só pela redução da área, os índios receberiam uma área de 1890 hectares, que correspondia a menos da metade do tamanho da terra demarcada em 1949, mas de acordo com informações retiradas do número 060 do DID/DAF (1994) a área oferecida pelo INCRA encontrava-se boa parte alagada, sendo inadequada as atividades realizadas pelo grupo. Ressalta-se que a área que corresponde a Jarudoré é considerada sagrada, sendo referência, inclusive para outros grupos Bororo.

Durante o período em que se instaurou o impasse, o Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT), requisitou a área para que fosse homologada como área de povoamento não indígena, a alegação do instituto era que o governo teria doado a terra para que fosse criada a reserva e como "*não havia mais índios residindo ali*", a terra teria que ser passada para os posseiros que ocuparam a área.

Hoje em dia, mesmo com a homologação da área, a pressão sobre o grupo indígena continua; tanto por parte do governo do Mato Grosso, quanto pelos posseiros e fazendeiros que ocupam a terra Jarudore. No entanto, mesmo com essas pressões, o povo Bororo não abre mão dos seus direitos pela terra e se reorganizou para a retomada da TI. Uma das maiores evidências dessa organização são as diversas ações movidas pelo grupo, e referendadas pelo Ministério Público Federal do Estado de Mato Grosso, que têm por objetivo viabilizar a reintegração de posse e a indenização pela existência de danos aos direitos e interesses dos indígenas.

Nesse sentido, em 1983 os índios Bororo se reuniram pela primeira vez em uma grande Assembléia Bororo, que contou com a presença de representantes de todas as Terras Indígenas do grupo, representantes da imprensa, convidados de outros grupos, além dos representantes da Operação Anchieta, do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, da Missão Salesiana e com a presença de um Deputado Estadual (Kazuho Sano), para discutir os caminhos que precisavam ser tomados para reaver suas terras¹. (Ecology Brasil - Estudo de Impacto Ambiental - EIA - LT 500 kV Itumbiara - Cuiabá. 2005). Na tentativa de resumir alguns fatos dessa luta dos Bororo para reaver a TI Jarudore, no Quadro 3.6.5.9-3 é apresentado um breve histórico das principais reivindicações e processos feitos pelo grupo.

Quadro 3.6.5.9-3 - Processos Impetrados pelos Bororo de Jarudore

Ano	Classificação	Pedido	Documento
1949	Edital de Medição		Diário oficial nº 10694 - Decreto-Lei 684 de 18/08/45
1967	Solicitação de providencias com relação às violências ocorridas em Jarudore.	Procuradoria da Republica do Mato Grosso.	Oficio nº 36 de 02/02/67.
1967	Solicitação de providencias com relação às violências ocorridas em Jarudore	Chefe da 6ª. ININD, em Cuiabá, Hélio Jorge Bucker,	Protocolada na 6ª. ININD, sob o número 58, em 02/02/1967
1979	Esclarecimento sobre terras da vila Jarudore.	Presidência da Funai	Processo nº 3408/79
1981	Solicitação para despejar posseiros e divulgar os limites demarcatórios da reserva indígena Jarudore.	Presidência da Funai	Processo nº 1209/81
1983	Solicita informações dos dados acerca da situação da Reserva Indígena Jarudore, referente a sua população, ocupação da área, etc.	Departamento de Terras do Estado do Mato Grosso	Processo nº 5051/83
1997	Solicitação de um acordo em relação à situação da TI Jarudore.	Presidente da República: Fernando Henrique Cardoso.	Carta do "último cacique da antiga aldeia Jarudore".

¹ A TI Teresa Cristina, ainda não esta homologada e durante anos o Governo do Estado do Mato Grosso emitiu títulos de posse de terra em área correspondente a TI.

Ano	Classificação	Pedido	Documento
1998	Solicita grupo de trabalho visando à resolução da problemática de Jarudóre. Interessado: Assessoria Jurídica/ ERA/CGB	FUNAI	Processo nº 8862/98
2002	Reintegração de posse das terras de Jarudore.	Presidente da FUNAI	Memo. nº 071/ DIF/ ERA/ CGB, de 05/05/2002
2002	Solicita a abertura de uma Ação Civil para a Reintegração de Posse da Área Indígena Jarudore, conforme os Artigos 231 e 232 da Constituição Nacional Brasileira de 1988. Trata -se do terceiro ofício encaminhado ao Ministério Público.	Ministério Público Federal de Mato Grosso.	Ofício nº 02/002
2002	Solicitação de um acordo em relação à situação da TI Jarudore.	Presidente da República: Luís Inácio Lula da Silva.	Carta do " último cacique da antiga aldeia Jarudore" .

Fonte: Ecology Brasil - Estudo de Impacto Ambiental - EIA - LT 500 kV Itumbiara - Cuiabá. 2005

Dando sequência a essa reivindicação caracterizada por processos e lutas na justiça, tramita na Justiça Federal, desde julho de 2006, uma ação civil pública do Ministério Público Federal em Mato Grosso, pedindo a desocupação da área pertencente aos índios Bororo no Distrito de Jarudore, em Poxoréo. Essa ação foi iniciada em 1999 (Organização Governamental Amazônia, 2008).

"Na ação encaminhada para a Justiça Federal em julho de 2006, o MPF pediu, liminarmente, a imediata desocupação da terra indígena que foi intensamente ocupada depois da criação do distrito. O pedido liminar foi indeferido pela Justiça Federal e, desde então, o processo continua tramitando na 3ª Vara Federal em Mato Grosso. Um total de 209 moradores do distrito de Jarudore são réus na ação".

(Fonte: http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3708#52862).

Nesse mesmo ano de 2006, um grupo de índios Bororo resolveu ocupar uma área localizada a cerca de 5 km da área urbana do Distrito de Jarudore e estabelecer uma aldeia nova nesse local. A intenção era ocupar a área que pertencia ao grupo, forçando as autoridades a tomarem providências definitivas para que a terra seja devolvida aos índios. (Diário de Cuiabá, 26/06/2006).

Essa situação acabou resultando em ameaças de mortes aos índios Bororo que reivindicam suas terras, bem como em ameaças aos missionários salesianos que ainda atuam na região em favor

dos Bororo na terra Jarudore. Em 2007, as ameaças de violência tornaram-se realidade com o assassinado em março, de um jovem índio Bororo de 20 anos, na zona rural de Jarudore.

“Às dez horas da noite do último sábado, 17 de março [2007], Helenildo Bataru Egiri, índio Bororo de 20 anos, atendeu alguns homens desconhecidos que bateram em sua porta, pedindo água. Ao entregar a água, foi morto com três tiros à queima-roupa pelos homens, que estavam num táxi” (CIMI, 22/03/2007).

O crime teria sido cometido por um policial civil de Poxoréu contribuindo, assim, para a situação tensa que ainda encontra-se na região. (Diário de Cuiabá, 30/01/2008).

A situação da TI Jarudore, reflete o descaso que os governos e autoridades competentes vêm tratando a situação desse grupo Bororo. Além disso, a morosidade que caracteriza as demandas que implicam em rever direito de propriedade, mesmo quando essa propriedade foi adquirida através da violência e de ações irregulares (invasão de área indígena) têm levado para a região um clima de tensão e insegurança, além de favorecer a falta de respeito para com os direitos dos índios em geral e nesse caso específico para com os Bororo, legítimos ocupantes da terra.

f. Acatar as Recomendações da FUNAI com a Finalidade de Seguir os Procedimentos Estabelecidos para a Realização dos Estudos Pertinentes

As recomendações da FUNAI serão devidamente atendidas, no entanto, até o fechamento deste EIA/RIMA, as mesmas não haviam chegado.

Assim, será apresentado um histórico dos Ofícios relativos a essa questão.

- ◆ Ofício da CATXERE CO 065/09 com data de 15 de julho e protocolo em 06 de agosto de 2009 encaminha o mapa com o respectivo traçado do empreendimento e solicita a emissão do TR específico para elaboração do EIA/Rima.

- ◆ Ofício da CATXERE CO-025/10 com data de 03 de fevereiro e protocolo no mesmo dia, reitera solicitação de um posicionamento da FUNAI quanto às recomendações para necessidade de estudos pertinentes ou não. Neste ofício, inclusive, é apresentado o traçado da Linha de Transmissão 500 kV Itumbiara-Cuiabá, que segue em paralelo ao empreendimento em questão, como modo de fornecer mais subsídios para a análise desta instituição.
- ◆ As citadas correspondências são apresentadas no Anexo 5, do Capítulo 2 - Considerações Gerais, deste estudo.

3.6.5.10 - Gestão Territorial, Dinâmica e Uso do Solo - AID/AII

a. Caracterizar e Avaliar o Uso e Ocupação do Solo

Este item apresenta as características do uso e ocupação do solo e de sua respectiva estrutura fundiária, assim como a descrição das principais formas de ocupação e usos do território atravessado pelo traçado da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte. Contempla ainda questões relativas a possíveis interferências diretas ou indiretas que a implantação e operação do empreendimento poderão vir a trazer para a região.

- Uso do Solo

- ▶ Dados Gerais

Uma primeira aproximação dos dados do Censo Agropecuário com a informação da área dos municípios fornecida pelo Censo Demográfico, ambos do IBGE, permite observar a importância das atividades agropecuárias na área em estudo. Em se tratando do uso do solo, do espaço ocupado, as atividades agropecuárias assumem relevância ainda mais significativa do que em termos econômicos, ocupando os estabelecimentos agropecuários 64,6% da área em estudo, em 2006.

Na área em estudo, de 1996 a 2006, houve decréscimo na área ocupada por estabelecimentos agropecuários. Em 1996, os estabelecimentos agropecuários do conjunto dos municípios em estudo somavam uma área de 50.085,90 km², equivalendo a 76,8% da AII. Em 2006, registrou-se diminuição de quase 8.000 km², passando a área total destes estabelecimentos a ocupar 42.098,84 km² da AII.

Quadro 3.6.5.10-1 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários - 2006

Ano	Área Total dos Estabelecimentos Agropecuários (km ²)	AII (km ² 2000)	(%) AII
1996	50.085,90	65189,1	76,8
2006	42098,84		64,6

Fonte: Censo Agropecuário e Censo Demográfico (IBGE)

Com exceção de Cuiabá, onde a área dos estabelecimentos agropecuários correspondia, em 2006, a 30,7% do território municipal, nos demais municípios em estudo, os estabelecimentos agropecuários ocupam mais da metade da área dos municípios, variando, em termos percentuais, de 54,3% em Santo Antônio do Leverger a 74,3%, em Guiratinga. Mesmo no município de Campo Verde, onde tem sido observada expressiva tendência de crescimento urbano, os estabelecimentos agropecuários ocupam 71,5% do território municipal, haja vista a sua importância como maior produtor de algodão e ovos de galinha da AII, e segundo maior produtor de soja.

Quadro 3.6.5.10-2 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários por Município - 2006

Municípios da AII	Área Total dos Estabelecimentos Agropecuários (km ²)	Área do Município (km ²)	(%)
Cuiabá - MT	1.221,45	3.984,9	30,7
Santo Antônio do Leverger - MT	6.441,11	11.868,1	54,3
Campo Verde - MT	3.438,15	4.811,7	71,5
Jaciara - MT	996,50	1.664,5	59,9
São Pedro da Cipa - MT	188,93	345,5	54,7
Juscimeira - MT	3.005,23	2.212,6	72,3
Rondonópolis - MT	2.786,98	4.179,3	66,7
Poxoréo - MT	4.237,38	6.947,4	61,0
Guiratinga - MT	3.993,34	5.376,6	74,3
Torixoréu - MT	2.126,78	2.406,1	88,4
Ribeirãozinho - MT	442,78	625,6	70,8
Baliza - GO	1.328,15	1.788,6	74,3
Caiaçônia - GO	5.607,49	8.682,0	64,6
Montividiu - GO	1.152,14	1.880,8	61,3
Rio Verde - GO	5.132,43	8.415,4	61,0

Fonte: Censo Agropecuário e Censo Demográfico (IBGE)

A maior parte dos municípios acompanhou a tendência de decréscimo da área de estabelecimentos agropecuários, entre 1996 e 2006. As exceções foram São Pedro da Cipa e Juscimeira. Ao mesmo tempo em que houve diminuição da área, houve crescimento do número de estabelecimentos agropecuários (exceto em Torixoréu e Montividiu, onde houve decréscimo pouco significativo do número de estabelecimentos), evidenciando uma diminuição da concentração fundiária. Esta tendência é mais expressiva nos municípios de Rondonópolis e Santo Antônio do Leverger.

Quadro 3.6.5.10-3 - Número e Área de Estabelecimentos Agropecuários - 1996/2006

Municípios e AII	Número de Estabelecimentos		Área Total	
	1996	2006	1996	2006
Cuiabá - MT	638	1.291	125.583	122.145
Santo Antônio do Leverger - MT	447	1.728	720.001	644.111
Campo Verde - MT	460	875	420.597	343.815
Jaciara - MT	302	399	135.816	99.650
São Pedro da Cipa - MT	126	137	15.714	18.893
Juscimeira - MT	608	733	273.737	300.523
Rondonópolis - MT	1.477	2.176	360.757	278.698
Poxoréo - MT	1.023	1.314	516.100	423.738
Guiratinga - MT	522	838	412.166	399.334
Torixoréu - MT	427	336	210.702	212.678
Ribeirãozinho - MT	91	126	39.452	44.278
Baliza - GO	241	776	182.484	132.815
Caiapônia - GO	810	1.275	695.293	560.749
Montividiu - GO	322	281	179.946	115.214
Rio Verde - GO	2.231	2.166	720.242	513.243
AII	9.725	14.451	5.008.590	4.209.884

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE)

▪ Uso do Solo nos Estabelecimentos Agropecuários

De uma maneira geral, na área em estudo, o decréscimo da área ocupada por estabelecimentos agropecuários, entre 1996 e 2006, se deve à diminuição de mais de um milhão de hectares de pastagens em toda a AII. No mesmo período, foi observado crescimento expressivo na área ocupada por lavouras temporárias (nas quais se incluem soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, etc.), de 27,6% em relação à área ocupada em 1996 - mais de 200.000 hectares. Houve crescimento, também, da área ocupada por lavouras permanentes e por matas e florestas. Ainda assim, em 2006, as pastagens ainda ocupavam 47,9% da área dos estabelecimentos agropecuários da AII, contra 63,2% em 1996, enquanto as lavouras temporárias passaram de 15,4% da área dos estabelecimentos agropecuários, em 1996, a 23,3%, em 2006.

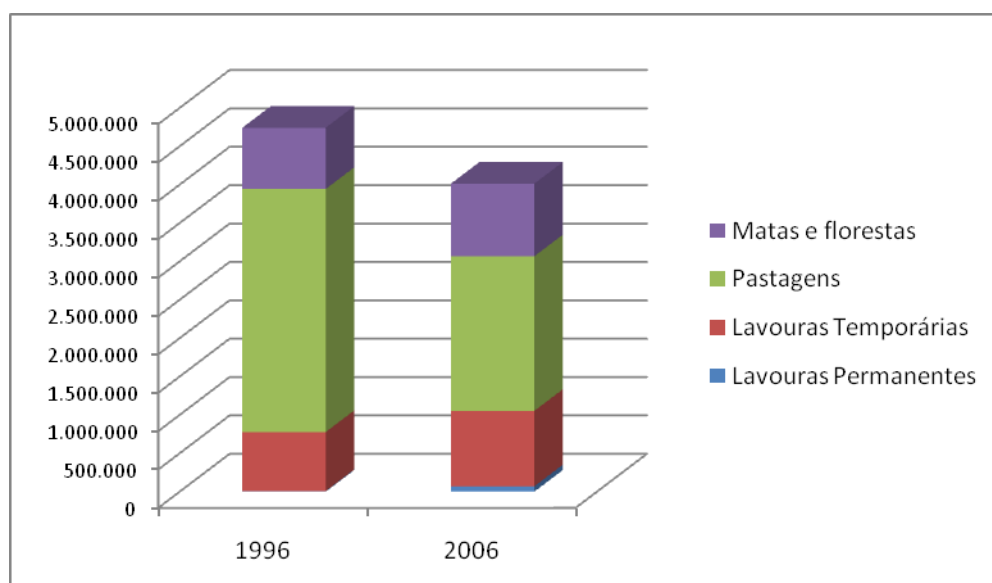


Gráfico 3.6.5.10-1 - Uso do solo nos estabelecimentos agropecuários - All

A diminuição das áreas de pastagens, entre 1996 e 2006, foi tendência acompanhada por quase todos os municípios em estudo, com exceção de São Pedro da Cipa e Guiratinga, onde houve pequeno aumento. O decréscimo das pastagens foi mais sensível nos municípios de Rio Verde (cerca de 250.000 hectares), Santo Antônio do Leverger (cerca de 175.000 hectares), Caiapônia, Campo Verde e Poxoréo. Ainda assim, a pecuária continua a ocupar percentuais significativos da área dos estabelecimentos agropecuários nos municípios de Poxoréo, Caiapônia e Santo Antônio do Leverger - 63,4%, 65,4% e 51,1%, respectivamente. As pastagens também correspondem à maior fração dos estabelecimentos agropecuários nos municípios de São Pedro da Cipa (63,3%) e Torixoréo (68,8%).

Nem todos os municípios analisados acompanharam a tendência de crescimento da área ocupada por lavouras temporárias. Houve decréscimo em Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Jaciara, São Pedro da Cipa, Caiapônia e Montividiu. Nos demais municípios, foi observada expansão das lavouras temporárias, de 1996 a 2006. O crescimento mais expressivo ocorreu nos municípios de Rio Verde, maior produtor de soja da AII, Campo Verde, maior produtor de algodão, e Juscimeira, segundo maior produtor de cana-de-açúcar da AII.

Em todos os municípios em estudo, houve crescimento, em termos absolutos, da área ocupada por lavouras permanentes, embora elas correspondam a apenas 1,7% da área dos

estabelecimentos agropecuários da AII, em 2006. Apresentaram crescimento mais expressivo os municípios de Rio Verde, Caiapônia, Baliza, Ribeirãozinho e Guiratinga.

O crescimento da área de estabelecimentos agropecuários ocupada por matas e florestas, observado para o conjunto da AII, tampouco se manifestou em todos os municípios. Houve decréscimo em Rio Verde, Montividiu, Guiratinga, Juscimeira e Campo Verde. O crescimento foi mais significativo nos municípios de Santo Antônio do Leverger e Caiapônia.

Quadro 3.6.5.10-4 - Uso dos Estabelecimentos Agropecuários - 1996/2006

Municípios e All	Lavouras Permanentes				Lavouras temporárias				Pastagens				Matas e florestas			
	1996	(%)	2006	(%)	1996	(%)	2006	(%)	1996	(%)	2006	(%)	1996	(%)	2006	(%)
Cuiabá - MT	600	0,48	1.354	1,11	2.509	2,00	952	0,78	75.838	60,39	71.526	58,56	38.993	31,05	41.602	34,06
Santo Antônio do Leverger - MT	219	0,03	9.880	1,37	35.665	4,95	30.245	4,70	504.451	70,06	328.895	51,06	128.666	17,87	244.257	37,92
Campo Verde - MT	271	0,06	3.647	1,06	140.933	33,51	207.560	60,37	176.012	41,85	57.330	16,67	95.390	22,68	67.378	19,60
Jaciara - MT	568	0,42	4.711	4,73	37.392	27,53	31.241	31,35	76.778	56,53	37.431	37,56	16.489	12,14	23.468	23,55
São Pedro da Cipa - MT	72	0,46	2.402	12,71	3.094	19,69	429	2,27	10.819	3,95	11.964	63,33	1.390	8,85	3.642	19,28
Juscimeira - MT	206	0,08	1.877	0,62	17.582	6,42	122.414	40,73	189.468	52,52	107.758	35,86	55.415	20,24	20.458	6,81
Rondonópolis - MT	2.992	0,83	3.090	1,11	77.259	21,42	80.445	28,86	216.526	41,95	131.897	47,33	55.705	15,44	57.588	20,66
Poxoréo - MT	728	0,14	2.878	0,68	53.229	10,31	53.871	12,71	367.714	71,25	268.530	63,37	61.117	11,84	81.435	19,22
Guiratinga - MT	58	0,01	19.221	4,81	50.806	12,33	53.690	13,44	214.649	52,03	223.868	56,06	110.653	26,85	77.767	19,47
Torixoréu - MT	534	0,25	X		11.679	5,54	11.918	5,60	178.104	84,53	146.415	68,84	9.976	4,73	47.769	22,46
Ribeirãozinho - MT	72	0,18	5.095	11,51	3.947	10,00	8.315	18,78	30.415	77,09	23.557	53,20	4.878	12,36	7.172	16,20
Baliza - GO	76	0,04	4.848	3,65	2.092	1,15	6.877	5,18	119.131	65,28	66.797	50,29	30.598	16,77	44.638	33,61
Caiapônia - GO	73	0,01	3.316	0,59	34.577	4,97	33.761	6,02	568.327	81,74	366.896	65,43	50.437	7,25	138.548	23,46
Montividiu - GO	X		313	0,27	101.912	56,63	66.226	57,48	49.319	27,41	30.654	26,61	25.335	14,08	15.850	13,76
Rio Verde - GO	866	0,12	7.472	1,46	196.861	27,33	274.398	53,46	389.128	54,03	141.289	27,53	112.241	15,58	74.187	14,45
All	7.335	0,15	70.104	1,67	769.537	15,36	982.342	23,33	3.166.679	63,22	2.014.807	47,86	797.283	15,92	945.759	22,47

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE)

Com relação à área ocupada por lavouras temporárias por tipo de produto, no ano de 2007, destacam-se a soja, com 59,3% da área plantada com lavouras temporárias, o milho, com 21,7%, e o algodão, com 9,7%. A relevância da soja em termos de uso do solo é mais visível no caso dos municípios de Campo Verde e Jaciara. Em Campo Verde, onde o cultivo do algodão supera o de soja quanto ao valor da produção, observa-se que há pouca diferença entre os dois produtos em termos de área plantada. Em Jaciara, maior produtor de cana-de-açúcar da AII, o cultivo da cana ocupa 16.990 hectares, enquanto as lavouras de soja respondem por 24.300 hectares de área plantada.

Quadro 3.6.5.10-5 - Área das lavouras temporárias por tipo de produto - 2007

Municípios e AII	Total	Abacaxi	Algodão herbáceo (em caroço)	Amendoim (em casca)	Arroz (em casca)	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Feijão (em grão)	Girassol (em grão)	Mandioca	Melancia	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Sorgo (em grão)	Tomate
Cuiabá - MT	703	20	-	-	-	-	125	-	-	270	8	280	-	-	-
Santo Antônio do Leverger - MT	27.142	10	1.740	-	120	-	440	-	600	450	-	7.000	16.778	-	4
Campo Verde - MT	272.561	5	73.623	-	300	6	160	5.754	-	120	-	68.986	120.000	3.600	7
Jaciara - MT	58.192	-	3.100	-	510	-	16.990	670	-	62	-	12.060	24.300	500	-
São Pedro da Cipa - MT	2.835	-	-	-	-	-	2.760	-	-	20	-	55	-	-	-
Juscimeira - MT	51.366	-	-	-	800	-	4.374	-	-	250	-	13.770	31.670	500	2
Rondonópolis - MT	90.326	2	6.094	-	190	-	300	240	-	800	-	16.200	59.000	7.500	-
Poxoréo - MT	72.681	2	11.001	-	700	-	60	990	-	220	8	15.200	39.800	4.700	-
Guiratinga - MT	95.154	2	12.600	-	800	-	47	450	-	50	5	20.000	59.500	1.700	-
Torixoréu - MT	8.329	-	-	-	760	-	50	300	-	80	-	100	7.039	-	-
Ribeirãozinho - MT	9.620	-	-	-	120	-	40	-	-	40	-	480	8.940	-	-
Baliza - GO	4.110	-	-	-	500	-	-	-	-	50	-	1.000	2.560	-	-
Caipônia - GO	82.342	45	4.000	-	4.000	-	35	1.450	200	12	-	15.000	55.000	2.600	-
Montividiu - GO	135.060	-	6.540	750	1.000	-	-	1.200	3.500	70	-	23.000	89.000	10.000	-
Rio Verde - GO	336.873	5	2.800	1.200	2.500	-	3.210	3.000	270	150	350	77.000	230.000	16.000	388
All	1247294	91	121498	1950	12300	6	28591	14054	4570	2644	371	270131	743587	47100	401
(%) All	100,00	0,01	9,74	0,16	0,99	0,00	2,29	1,13	0,37	0,21	0,03	21,66	59,62	3,78	0,03

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE)

Quanto à área plantada, há 2.835 hectares de lavouras permanentes em toda a AII. As maiores frações desta área se encontravam ocupadas, em 2007, por plantações de banana, coco-da-baía e laranja, além de 39,15% da área plantada com seringueiras, para produção do látex.

Quadro 3.6.5.10-6 - Área Plantada das Lavouras Permanentes - 2007

Municípios e AII	Total	Banana (cacho)	Borracha (látex coagulado)	Café (em grão)	Castanha de caju	Coco-da-baía	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	Palmito	Pimenta-do-reino	Tangerina	Uva
Cuiabá - MT	135	40	-	-	-	20	-	-	-	75	-	-	-	-	-
Santo Antônio do Leverger - MT	103	90	-	-	-	-	-	7	-	-	5	-	1	-	-
Campo Verde - MT	324	60	150	3	-	75	-	15	-	-	18	-	1	2	-
Jaciara - MT	424	-	365	-	-	55	-	-	-	-	-	-	-	-	4
São Pedro da Cipa - MT	15	-	-	-	-	10	-	1	-	-	-	-	-	1	3
Juscimeira - MT	70	36	-	-	-	32	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Rondonópolis - MT	553	35	405	-	-	105	-	-	8	-	-	-	-	-	-
Poxoréo - MT	206	30	120	-	-	30	7	-	-	-	12	-	-	-	7
Guiratinga - MT	23	14	-	-	-	8	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Torixoréu - MT	110	-	-	-	60	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeirãozinho - MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baliza - GO	10	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caiaipônia - GO	16	10	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Montividiu - GO	45	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Verde - GO	801	25	70	269	-	-	367	-	-	-	-	70	-	-	-
AII	2835	350	1110	278	60	385	421	23	8	75	36	70	2	3	14
(%) AII	100,00	12,35	39,15	9,81	2,12	13,58	14,85	0,81	0,28	2,65	1,27	2,47	0,07	0,11	0,49

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE)

b. Estrutura Fundiária

Na área em estudo, em 1996, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários (47,2%) possuía entre 100 e menos de 2000 hectares. Outra fração considerável se situava na faixa de 10 a menos de 100 hectares - 37,1% dos estabelecimentos agropecuários da AII.

A maior parte dos municípios em estudo acompanha a tendência apresentada pela AII, com o maior percentual de estabelecimentos situado entre 100 e 2000 hectares. As exceções são Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, São Pedro da Cipa e Rondonópolis, onde predominam os estabelecimentos cuja área varia entre 10 e menos de 100 hectares.

Os municípios de Santo Antônio do Leverger, Campo Verde e Rio Verde apresentaram os percentuais mais elevados de grandes propriedades, com mais de 2000 hectares. Por outro lado, em Cuiabá, foi registrada a maior proporção de pequenos estabelecimentos agropecuários, com menos de 2 hectares.

Quadro 3.6.5.10-7 - Número de Estabelecimentos Agropecuários por Grupos de Área Total - 1996

Municípios e AII	Total	Menos de 2 ha	De 2 a Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 2000 ha	Mais de 2000 ha
Cuiabá - MT	638	10	198	260	157	13
Santo Antônio do Leverger - MT	447	4	90	155	134	64
Campo Verde - MT	460	0	15	150	239	56
Jaciara - MT	302	5	24	112	146	15
São Pedro da Cipa - MT	126	1	40	48	36	1
Juscimeira - MT	608	10	71	267	226	34
Rondonópolis - MT	1.477	86	149	792	418	32
Poxoréo - MT	1.023	7	57	360	543	56
Guiratinga - MT	522	4	11	110	346	51
Torixoréu - MT	427	1	5	118	285	18
Ribeirãozinho - MT	91	0	1	36	49	5
Baliza - GO	241	1	8	83	136	13
Caiapônia - GO	810	0	5	142	575	85
Montividiu - GO	322	0	14	103	186	19
Rio Verde - GO	2.231	81	112	872	1113	53
AII	9725	210	800	3608	4589	515
(%)	100,0	2,2	8,2	37,1	47,2	5,3

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE)

De acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, do IBGE, a maior parte da área do total de estabelecimentos agropecuários do conjunto de municípios em estudo é utilizada por produtores proprietários (93,8%). O restante destas terras é utilizado por produtores arrendatários (3,8%), assentados sem titulação definitiva (1,8%), ocupantes (0,5%) e parceiros (0,1%). Não há registro de produtores sem área.

A maior parte dos assentados sem titulação definitiva se encontra nos municípios de Baliza e Rondonópolis, onde utilizam 27,6% e 5,7% da área dos estabelecimentos agropecuários, respectivamente. As maiores áreas de estabelecimentos utilizadas por arrendatários estão localizadas nos municípios de Rio Verde e Campo Verde, onde representam, respectivamente, 6,9% e 8,3% da área total de estabelecimentos agropecuários. O sistema de parceria ocupa área bastante reduzida e só é empregado nos municípios de Guiratinga, Rio Verde, Rondonópolis, Jaciara e Santo Antônio do Leverger, apresentando o primeiro a maior área utilizada sob esta forma. Nos municípios de Guiratinga e Juscimeira, encontram-se as maiores áreas utilizadas por produtores ocupantes.

Quadro 3.6.5.10-8 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários por Condição do Produtor - 2006

Municípios	Proprietário	Assentado sem Titulação Definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem Área	Total
Cuiabá	123165	-	1958	X	15	-	125366
Santo Antônio do Leverger	670664	6344	16475	629	646	-	694759
Campo Verde	317688	387	26533	X	130	-	344752
Jaciara	81634	688	3773	70	538	-	86702
São Pedro da Cipa	28574	-	X	X	30	-	28896
Juscimeira	168435	7641	10600	X	5084	-	191761
Rondonópolis	259368	14745	15992	89	512	-	290707
Poxoréo	415812	6579	8943	X	832	-	432191
Guiratinga	377908	5986	22766	1823	5394	-	413876
Torixoréu	198811	X	-	X	216	-	199258

Municípios	Proprietário	Assentado sem Titulação Definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem Área	Total
Ribeirãozinho	44885	X	X	X	X	-	47380
Baliza	92157	25395	2344	-	X	-	119903
Caiapônia	615608	5516	9459	X	4481	-	635136
Montividiu	161168	-	10836	-	778	-	172781
Rio Verde	535772	3279	37183	619	3955	-	580808
All	4091649	76560	166862	3230	22611	0	4364276

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Na área em estudo, no ano de 2006, na maior parte dos estabelecimentos agropecuários (76,7%), o pessoal ocupado tinha laço de parentesco com o produtor. Em toda a All, há 64.344 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, 59,7% das quais possuem laço de parentesco com o produtor. Em três dos municípios em estudo, no entanto, predominam, entre o pessoal ocupado, os empregados sem laço de parentesco com o produtor: Guiratinga, Montividiu e Campo Verde. Nos dois últimos, contudo, os estabelecimentos que empregam funcionários que possuem laço de parentesco com o produtor são mais numerosos.

Quadro 3.6.5.10-9 - Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor - 2006

Municípios e All	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor (Unidades)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor (Pessoas)	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor (Unidades)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor (Pessoas)
Cuiabá - MT	1.322	3.168	244	604
Santo Antônio do Leverger - MT	1.881	5.990	238	944
Campo Verde - MT	859	1.758	389	3.041
Jaciara - MT	396	1.594	128	764
São Pedro da Cipa - MT	148	337	54	280
Juscimeira - MT	731	2.234	107	706
Rondonópolis - MT	2.163	5.549	514	1.788
Poxoréo - MT	1.289	2.466	365	1.217
Guiratinga - MT	840	1.522	261	6.240
Torixoréu - MT	336	565	161	458
Ribeirãozinho - MT	126	326	49	153

Municípios e All	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor (Unidades)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor (Pessoas)	Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor (Unidades)	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor (Pessoas)
Baliza - GO	784	1.776	90	211
Caiapônia - GO	1.251	3.925	453	2.748
Montividiu - GO	280	686	209	1.244
Rio Verde - GO	2.307	6.525	1.219	5.525
All	14.713	38.421	4.481	25.923

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE

Convém destacar que, principalmente a partir de meados da década passada, com o Movimento dos Sem Terra (MST), e a política de reforma agrária patrocinada pelos governos federal e estaduais, intensificou-se a legalização de áreas invadidas ou desapropriadas para a constituição de assentamentos do INCRA nos municípios da Área de Influência, o que pode vir a alterar, principalmente nos municípios de pequeno número de estabelecimentos, a estrutura fundiária na área.

Quadro 3.6.5.10-10 - Assentamentos Rurais do INCRA - MT

Município	Imóvel	Área (Ha)	Capacidade assentados	Data do decreto
Santo Antônio do Leverger	PA Fazenda Santana do Taquaral	4.791,85	97	15/12/1997
	PA Ribeirão da Glória	968.000	38	2/10/1997
	PA Pontal da Glória	3.306,64	100	12/05/1999
Campo Verde	PA Terra Forte	2.099,00	71	18/10/96
	PA 28 de Outubro	2.262.000	70	18/10/96
	PA Paulo Freire	899,845	29	19/08/2002
	PA Santo Antônio da Fartura	7.513,48	270	19/08/2002
	PA 04 de Outubro	959,07	42	19/08/2002
	PA Dom Osório Stofell	9.947,00	540	14/02/2003
Jaciara	PA Mestre	8.200,00	260	Sem informação oficial
	PA Pantanal	1.500,00	111	Sem informação oficial
Juscimeira	PA Geraldo Pereira de Andrade (Maria Izabel)	3.925,000	140	Sem informação oficial
	PA Beleza	6.883,000	231	19/08/2002
	PA Santo Expedito	1.134,43	60	19/08/2002

Município	Imóvel	Área (Ha)	Capacidade assentados	Data do decreto
Rondonópolis	PA Rio Vermelho ou Estância Alcina	7.875,60	320	26/06/1987
	P A Fazenda Vale do Bacuri	622,874	30	11/10/1995
	P A Santa Luzia	826.000	27	26/12/1995
	P A Primavera	1.154,70	50	30/09/1996
	PA São Francisco	1.370,000	50	18/10/1996
	PA Carimã	5.990,59	194	18/10/1996
	PA Coqueiro	1.230,58	40	15/01/1998
	PA 17 de Março	3.075,00	116	19/08/2002
	PA Pau d'álho	607.278	25	23/11/2005
Poxoréo	PA Santo Antônio do Aldeia	1.706,092	63	07/10/1998
	PA Alminhas	1810,000	70	19/08/2002
	PA João de Barros	982.000,00	38	19/08/2002
	PA Tietê	726.000,00	37	19/08/2002
	PA Carlos Mariguela - Pontal da Areia	5.446,00	167	19/08/2002
	PA Mártires dos Carajás	3225,33	120	Sem informação oficial
Guiratinga	PA Dois Irmãos	1.495,045	60	15/01/1998
	PA Santo Antônio	4.938,26	130	Sem informação oficial
	PA Salete Strozak	1.049,00	39	Sem informação oficial

Fonte: Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2009

Quadro 3.6.5.10-11 - Assentamentos Rurais do INCRA - GO

Município	Imóvel	Área (ha)	Capacidade assentados	Data do decreto
Baliza	Fazenda Bebedouro	4.331,94	84	27/03/97
	Fazenda Bandeirantes	46.595,65	679	21/12/2001
Caiaipônia	Fazenda Santa Marta	3.549,79	44	5/11/1998
	Fazenda Morrinhos	2.356,73	61	17/12/2001
	Fazenda Santa Marta	1.426,16	35	14/10/1998
	Fazenda Santa Marta (subjudice)	3.091,13	40	15/10/1998
	Morrinhos	936,1	21	14/10/1998
	Santa Maria da Boa Vista (subjudice)	1.669,68	22	14/10/1998
	Fazenda Santa Marta / Campo Belo	1.456,10	21	14/10/1998
	Fazenda Santa Marta	2.081,20	40	14/10/1998
	Fazenda São Geraldo	3.216,08	95	7/8/2001
	Fazenda Cachoeira	2.482,53	47	3/9/2001

Município	Imóvel	Área (ha)	Capacidade assentados	Data do decreto
Rio Verde	Fazenda Vaianópolis	1.001,88	46	7/11/1997
	Fazenda Água Bonita	1.072,83	21	24/9/1997
	Fazenda Estreito da Ponte de Pedra	4.659,50	180	18/9/1996
	Fazenda Rio Preto - Talhado	1.395,71	20	2/9/1998
	Fazenda Rio Doce/Rancho Queimado	531,6103	13	10/10/2001
	Fazenda Estreito, Ponte da Pedra	6.445,14	198	26/9/1996
	Fazenda Rioverdinho da Barra Grande	649,9555	37	19/11/1998
	Fazenda Fortaleza - Rio Preto da Cachoeira e Paraíso	454,7967	24	8/12/1998

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2004

Em relação à estrutura fundiária da AII, tendo em vista os dados oficiais, apresenta algumas tendências para a região:

- ◆ A primeira diz respeito ao crescimento da média propriedade em detrimento da pequena. O crescimento do agronegócio e a mecanização da produção, com a redução da oferta de emprego rural, têm se refletido em abandono do pequeno produtor do campo, na medida em que este, frente à impossibilidade de sobrevivência com o fruto de seu estabelecimento, sem encontrar alternativas de complementação de renda em trabalhos temporários ou permanentes nas propriedades maiores, e deparando-se com o interesse de empresários em adquirir novas áreas cujo valor imobiliário vem crescendo, tende a abandonar sua terra, migrando para outras regiões ou deslocando-se para as zonas urbanas em busca de emprego.
- ◆ A segunda, diz respeito ao crescimento da categoria “arrendamento”. A região passa por um processo de modernização e capitalização da produção agrícola, em que a terra se torna um fator escasso e elevam-se os custos dos investimentos necessários à produção. A demanda por novas áreas para a produção, sobretudo de soja, cana-de-açúcar, sorgo, etc., deparada com a pequena oferta de terras para a compra, amplia uma demanda pelo arrendamento de terras em propriedades de terceiros. Ao proprietário com baixa ou limitada capacidade de capital para investimento em uma nova safra, torna-se atrativa a possibilidade de cedê-la na forma de arrendamento. Observa-se, dessa forma, uma forte tendência ao crescimento do arrendamento de terras na AII. Em toda a região, a principal forma de arrendamento é o pagamento em sacas de soja.

A pesquisa de campo realizada entre os meses de outubro a novembro de 2009 mostrou que, atualmente, é muito pontual a presença de pequenos produtores na zona rural da AII. É nos assentamentos rurais que se concentra a agricultura familiar na região. As seguintes situações foram encontradas na Área de Influência Direta do empreendimento:

◆ Acampamentos dos Sem Terras

Na AID, encontram-se acampamentos de trabalhadores sem terra, que servem de base para famílias que buscam obter terra na região para que possam vir a se estabelecer definitivamente na área, através da Reforma Agrária.

São formados por moradias temporárias, que utilizam os recursos locais disponíveis em suas construções. Normalmente, as construções mais comuns são aquelas com o chão de terra batida, cobertas com palha ou telhas de amianto e sem instalações sanitárias; em alguns casos, simples abrigos de lona podem servir de residência para as famílias.

Na entrada dos acampamentos, existem guaritas com “guardas”, responsáveis pelo primeiro contato com os visitantes. Os acampamentos são divididos em blocos, com vistas a facilitar o controle e a sua manutenção.



Figura 3.6.5.10-1 - Acampamento Olho d'Água - Município de Santo Antônio do Leverger



Figura 3.6.5.10-2 - Acampamento Nova Esperança - Município de Rio Verde

Quadro 3.6.5.10-12 - Acampamentos Rurais identificados ao longo do corredor de 5 km

Numeração Socioeconomia	Município	Nome do Acampamento	X	Y	Distância (para linha) (km)	Lado (Linha)	Numero de Famílias
2	Santo Antônio do Leverger	Acampamento Olho d' Água	630215	8259963	1,41	Direito	2
145	Rio Verde	Acampamento Nova Esperança	495656	8046195	1,15	Direito	35

◆ Assentamentos Rurais

Os assentamentos rurais são resultantes do Programa da Reforma Agrária, no qual um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vive e produz em um mesmo imóvel rural. Normalmente, são consequência de ocupações de terras que, posteriormente, são desapropriadas e adquiridas pelo Incra, sendo divididas em lotes individuais que são repassados aos ocupantes. Em alguns casos, os lotes individuais incluem as áreas produtivas destinadas a cada família; em outros, os lotes servem basicamente de local de moradia, contando com áreas de produção coletivas ou, ainda, ocorre uma mescla destas duas situações, havendo áreas para a produção familiar e áreas produtivas coletivas, destinadas, sobretudo, mas não exclusivamente, à pecuária.

Em todos os casos, os acampamentos possuem áreas - geralmente as antigas sedes e infraestruturas da fazenda desapropriada - destinadas à administração, escola, igreja, infraestrutura coletiva e áreas de convívio social dos assentados.

De acordo com Carvalho (1999), o assentamento não é apenas uma área de terra com finalidade de produção agropecuária, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores que antes não possuíam terras e, dessa forma, se apossa formalmente das mesmas. Assim, a partir desse momento, passam a se encontrar "face a face" em um espaço onde irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho. "O assentamento de Reforma Agrária é uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidades, se comparada com a rotina que o cotidiano dessas pessoas e famílias lhes proporcionava" (Carvalho, 1999:13).

Já Leite *et al* (2004), trazem a importância dos assentamentos para a geração de renda e emprego agrícola e não agrícola além de um fator dinamizador no comércio local dos municípios onde estão inseridos, tais assentamentos. Assim, os assentamentos trazem consequências não somente para as vidas dos assentados, mas para a região onde estão inseridos.

Durante os levantamentos de campo, observou-se uma grande concentração de assentados rurais, principalmente nos municípios de Rondonópolis, Baliza e Caiapônia. Ao longo dos 606 km do traçado, a LT atravessa 10 áreas de assentamentos rurais.

Quadro 3.6.5.10-13 - Assentamentos Rurais identificados ao longo do corredor de 5 km

Numeração Socioeconomia	Município	Nome do Assentamento	X	Y	Distância (para linha) (km)	Lado (Linha)	Numero de Famílias
21	Santo Antônio do Leverger	Assentamento Fazenda Serrana	660896	8245008	2,29	Direito	78
24	Campo Verde	Assentamento Sto Antonio da Fartura - Núcleo Sede	669463	8255270	6,45	Esquerdo	268
30	Rondonópolis	Banco da Terra	747162	8211039	1,88	Esquerdo	30 (originalmente eram 60)
40	Rondonópolis	Assentamento Chico Mendes	756522	8200062	6,41	Direito	30
41	Rondonópolis	Assentamento Dom Osorio	755571	8198144	8,50	Direito	40
57	Poxoréo	Assentamento Carlos Mariguela - Escola Municipal Pontal do Areia	784359	8195530	4,06	Direito	166
72	Guiratinga	Assentamento Santo Antonio	232021	8194940	9,86	Esquerdo	60
94	Baliza	Sede do Assentamento Oziel Alves Pereira	342947	8173502	3,26	Direito	600
102	Caiapônia	Escola Municipal João Ferreira Brito - Banco da Terra - São Francisco	379557	8158812	0,46	Direito	159
103	Caiapônia	Sede Assentamento Jaguatirica	380608	8154577	2,16	Direito	46

◆ Assentamentos pelo Banco da Terra ou “Agrovilas”

Outro modelo de assentamento existente na All são os assentamentos promovidos pelo Banco da Terra, ou Agrovilas. O Fundo de Terras e da Reforma Agrária ou Banco da Terra foi criado com a proposta de oferecer crédito para a aquisição de terras e construção de infraestrutura básica para trabalhadores rurais. Possibilita a aquisição de imóvel rural, incluídos os custos da documentação de transferência da propriedade e as despesas cartoriais de registro do contrato de financiamento, além da infraestrutura comunitária.

Os beneficiários são agricultores que se incluem na categoria da agricultura familiar, com, no mínimo, cinco anos de experiência na agropecuária, e trabalhadores proprietários de imóveis rurais, cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar (ou módulo rural), como definida no Estatuto da Terra. De acordo com normas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o prazo de pagamento é de até 20 anos, incluídos até três anos de carência.



Figura 3.6.5.10-3 - Escola no Banco da Terra - São Francisco, Município de Caiapônia

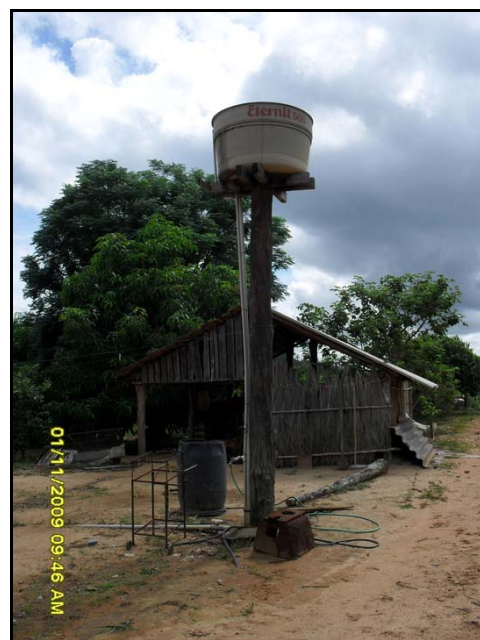


Figura 3.6.5.10-4 - Caixa d'Água no Banco da Terra - São Francisco

◆ Povoados ou Núcleos Urbanos

Sobretudo em municípios do Mato Grosso, ainda são encontrados alguns núcleos isolados, com características de bairros rurais, onde uma grande parte de seus moradores mantém laços de parentesco, tendo um passado comum na região. Esses povoados, geralmente, possuem cemitério, escola, posto de saúde e igreja, tanto católica quanto evangélica. Nessas localidades, residem em média 100 famílias, cuja renda é oriunda, basicamente, da agricultura.

De modo geral, esses povoados estão à margem do processo de modernização do campo. Os moradores podem ser considerados pobres e, em muitos casos, dependentes de programas assistenciais do Governo, como Bolsa Família, Projovem dentre outros.

Outra fonte de renda dessas famílias são as rodovias. Muitos povoados se localizam bem próximos a estradas. Nesses locais, é comum encontrar um comércio como borracharia ou vendedores de coco ou frutas da região.



Figura 3.6.5.10-5 - Povoado Alto Diamantino, município de Torixoréu



Figura 3.6.5.10-6 - Placa de entrada para o Povoado de Alcantilado, município de Guiratinga

c. Descrição dos Povoados, Vilas e Comunidades Ribeirinhas Atravessados pela Linha de Transmissão

▪ Considerações Iniciais

Esse item apresenta de forma mais detalhada, a descrição das principais formas de ocupação e usos do território atravessado pelo traçado da Linha de Transmissão 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte a partir dos levantamentos de campo realizados entre os meses de outubro e novembro de 2009.

Para a Área de Influência Direta da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte do meio socioeconômico adotou-se um corredor de 5 km de largura (2,5 para cada lado do eixo central do traçado) que atravessa trechos dos municípios de Cuiabá, Santo Antonio de Leverger, Campo Verde, Jaciara, São João da Cipa, Juscimeira, Rodonópolis, Poxoréu, Guiratinga, Torixoréu e Ribeirãozinho no Estado de Mato Grosso e Baliza, Caiapônia, Montividiu e Rio Verde no Estado de Goiás.

De uma maneira geral, pode-se dizer que a maioria das terras atravessadas pelo empreendimento é de uso rural, sendo recorrentes as áreas cobertas por plantações de cana-de-açúcar, grãos e remanescentes de vegetação nativa. No trecho projetado para a futura LT predominam propriedades grandes dedicadas a pecuária e a soja e uma série de assentamentos rurais, povoados e localidades onde a agricultura familiar tem presença marcante.

Como já mencionado anteriormente, além do levantamento quanto as formas de ocupação e usos do território, procurou-se identificar e mapear os pontos notáveis de maior relevância social na área do empreendimento com vistas à adoção de procedimentos específicos na fase de implantação do empreendimento, assim como na operação do mesmo. Tais procedimentos serão apresentados nos escopos dos Programas Ambientais, mais especificamente nos Programas de Comunicação Social, Educação Ambiental, Educação Ambiental para Trabalhadores, Redução dos Transtornos do Tráfego e Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações.

Paralelo a isso, foram realizadas entrevistas com gestores públicos em todas as prefeituras atravessadas pelo empreendimento e elaborada uma tabela com a lista de partes interessadas.

O Questionário utilizado é apresentado no **Anexo 1** e a Lista de Partes Interessadas no **Anexo 2**.

▪ Metodologia

A metodologia de trabalho, propriamente, baseou-se na observação, *in situ*, da equipe de técnicos, e em entrevistas, conduzidas pelos mesmos, a moradores e representantes de entidades comunitárias. Tais entrevistas tiveram por objetivo específico o reconhecimento mais apurado das propriedades e/ou benfeitorias afetadas e seu entorno. Foram consideradas questões relativas ao tipo de propriedade rural, modos de vida, tipos de circulação, práticas culturais, técnicas agropecuárias, entre outros.

As entrevistas foram feitas a partir de roteiro semiestruturado (**Anexo 3** e **Anexo 4**), em uma série de propriedades, Povoados, Localidades e Assentamentos Rurais atravessados ou nas proximidades do traçado. Entrevistas em instituições educacionais, realizadas, sobretudo com os diretores de escola, foram bastante valorizadas neste estudo, de modo a conhecer não só a situação educacional, como também a circulação de pessoas na região, visto que o programa de transporte escolar alcança todas as localidades, servindo também de meio de locomoção de adultos. Foram aplicados fichas (**Anexo 5**) em oito das dezoito escolas mapeadas. Das outras, obteve-se informações com a população local. Os resultados deste mapeamento foram

apresentados no subitem 3.6.5.10.3.4 - Instituições de Ensino identificadas no corredor de estudo.

Os registros fotográficos e o georeferenciamento das propriedades, localidades e povoados orientam a descrição da paisagem ao longo de todo o traçado, registrando inclusive pontos notáveis, tais como cemitérios rurais, árvores, hortas, que são considerados marcos simbólicos atribuindo significado ao espaço.

- Dinâmica de Classificação do Território

De modo geral pode-se pensar em quatro padrões de ocupação (paisagem) do território ao longo do traçado da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte: a paisagem do agronegócio que se caracteriza por extensas áreas de monocultivo voltadas para a grande empresa e/ou indústria de alimentos, a paisagem da agricultura familiar em pequenas (até 60 ha) e médias (até 500 ha) propriedades com pequenas produções diversificadas ou produções exclusivamente para subsistência da família do produtor; a paisagem de entorno das áreas urbanas que se caracteriza por empreendimentos para o lazer (chácaras; pesque e pagues) e para a produção de hortifrutigranjeiros que são comercializados diretamente nas cidades e por fim, paisagem de mata nativa (natural ou reflorestada) que em muitos casos restringe-se a parques ecológicos e áreas de relevo acidentado que não são propícias para atividades agropecuárias

As grandes propriedades com extensas áreas dedicadas ao plantio de soja, milho, sorgo e a pecuária foram identificadas em vários municípios de Cuiabá e Rio Verde. As parcerias com grandes empresas do setor cerealista e de carnes e produção em larga escala voltada para a comercialização podem ser classificados como empreendimentos do agronegócio. Nas áreas ocupadas por fazendas com mais de 500 ha, o mais comum é que elas pertençam ou que sejam arrendadas ou ainda tenham outra forma de parceria com grandes empresas do agronegócio/agroindústria, tais como a agropecuária Damha no município de Caiapônia-GO e a integração com a Perdigão que responde por parcerias produtores locais-empresa em diversas áreas desde Jaciara-MT até próximo a Rio Verde-GO.

Nas pequenas e médias propriedades com até 500 ha, a produção, de modo geral, é diversificada voltada para o autoconsumo e para comercialização de alimentos. Em muitas fazendas e sítios o modelo de produção se caracteriza pelo trabalho familiar seja dos proprietários seja do empregado que reside nas fazendas que cuja produção é uma atividade secundária do proprietário. Na Serra do Caiapó, no município de Caiapônia e em Rio Verde, as fazendas e sítios

usados como áreas de veraneio ou parcelas de fazendas que são mantidas como herança de família são administradas, muitas vezes, por um empregado e sua família. Além de uma atividade principal, tal como a produção de gado para corte ou recria, eles cultivam alimentos para o auto-consumo.

A grande maioria das áreas com sítios e fazendas menores tem sua origem no parcelamento de fazendas maiores em razão da divisão entre herdeiros ou como resultado da divisão em lotes das fazendas desapropriadas pelo INCRA para o programa de assentamentos da reforma agrária. Os municípios de Baliza e Campo Verde apresentam grande número de assentamentos da reforma agrária nos quais as famílias ocupam lotes com em média 20 ha. Neles a produção é diversificada e em alguns casos coletiva e pode ser classificada como agricultura familiar.

Há basicamente dois tipos de assentamento: o primeiro tipo é o Banco da Terra - iniciativa governamental na qual cada família recebeu um empréstimo para comprar um lote da fazenda; o segundo tipo é o assentamento da reforma agrária, nestes os lotes foram distribuídos a famílias cadastradas como sem terras. Em algumas áreas, os moradores referem-se as suas propriedades como sítios e fazendas sem fazer referência ao programa de assentamento (Banco da Terra) que possibilitou a compra da propriedade.

As áreas de preservação, em que há mata nativa do cerrado e/ou reflorestamento, estão dispostas sob relevo íngreme e acidentados, o que torna difícil o desenvolvimento de atividades agropecuárias, sendo inclusive mais frequentes do que os loteamentos.

O uso urbano para a construção de casas e áreas residenciais tais como bairros, vilas e povoados aparece com menor frequência na área de estudo, tendo com exemplo o Acampamento Olho d'Água, os Povoados Placa de Santo Antônio e Santa Elvira, em Juscimeira, o Assentamento Carlos Mariguela e o Distrito de Jarudore em Poxoréo, o Povoado Alcantilado em Guiratinga, o Assentamento Oziel Alves Pereira, em Baliza, dentre outros que se destacam ao longo do traçado.

Os quatro tipos de uso do solo se repetem e se intercalam com poucas variações ao longo da área em estudo e serão usados como base para a descrição da paisagem ao longo do traçado projetado para a instalação da LT 500 kV Cuiabá-Ribeirãozinho - Rio Verde Norte. Assim, optou-se por uma descrição por trechos onde dentro de cada município serão descritas as paisagens encontradas a partir das semelhanças e das diferenças em relação aos quatro tipos básicos de uso do solo.

No caderno de mapas - MAPA-4002-2383-EIA-DE-4002 são apresentados todos os pontos georeferenciados do meio socioeconômico.

É importante ressaltar que antes de cada trecho será apresentado um quadro contendo as coordenadas dispostas em UTM, quilômetro do traçado e distâncias desses locais da faixa de servidão. Os trechos são:

Quadro 3.6.5.10-14 - Divisão do Traçado da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte por trecho

Estado	Trecho	Pólos Locais	Principais Rotas de Acesso
Mato Grosso	01- Município de Cuiabá - Município de Santo Antônio de Leverger (Próximo ao Trevo Barão de Melgaço)	Vila Olho d'Água	BR163/364
Mato Grosso	02 - Município de Santo Antônio do Leverger - (Próximo ao Parque Ecológico de Águas Quentes) - Alto da Serra de São Vicente	Águas Quentes	BR163/364/ BR 070/ MT 140
Mato Grosso	03 - Município de Santo Antônio do Leverger - (Próximo ao CEFET - Cuiabá) - Município de Campo Verde.	Jaciara	BR163/364/ BR 070
Mato Grosso	04 - Municípios de Jaciara e Juscimeira	Jaciara	BR163/364
Mato Grosso	05- Município de Rondonópolis - Município de Poxoréo (Jarudore)	Rondonópolis e Distrito de Jarudore	MT 383 e MT 310
Mato Grosso	06 - Município de Poxoréo (Próximo a Serra das Araras) - Município de Guiratinga - Município de Torixoreu (Próximo a SE Ribeirãozinho)	Guiratinga	MT 340/ MT110/ MT 270/MT 100
Goiás	07 - Município de Baliza - Município de Caiapônia (Áreas de Assentamentos)	Caiapônia	BR 158/GO-060/GO - 221
Goiás	08 - Município de Caiapônia - (Próximo a Localidade Fazenda Palmital) até a Localidade Campo Belo (Próximo a Fazenda Inhumas)	Caiapônia e Doverlandia	BR 158
Goiás	09 - Município de Caiapônia - (Próximo a Localidade Campo Belo) até Serra do Caiapó	Caiapônia	GO 221
Goiás	10 - Município de Caiapônia - (Próximo ao Povoado Planalto Verde) - Município de Montividiu - Município de Rio Verde	Caiapônia e Doverlandia	GO-174/GO 220/ GO 408
Goiás	11 - Município de Município de Rio Verde (Próximo a Localidade Rio Verdinho) - SE Rio Verde	Rio Verde	GO-174

**TRECHO 1 - Município de Cuiabá até o Município de Santo Antonio de Leverger
 (próximo ao Trevo Barão de Melgaço)**

Este trecho se caracteriza pela predominância de fazendas cuja principal atividade e a pecuária, a exceção da Vila Olho d'Água.

Quadro 3.6.5.10-15 - Pontos Georeferenciados - Trecho 1

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
1	Cuiabá	Subestação Cuiabá	Direito	0,14	0,06	623027	8265340
2	Santo Antônio do Leverger	Acampamento Olho d'Água	Direito	1,41	9,02	630215	8259963
3	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Olho d'Água	Esquerdo	0,11	11,49	633099	8260037
4	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Olho d'Água - Plantio de Cana Forrageira	Esquerdo	0,95	11,65	633661	8260681
5	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Curral Novo	Esquerdo	1,03	7,66	630266	8262746
6	Santo Antônio do Leverger	Haras Marini	Esquerdo	3,40	11,51	634766	8262856
7	Santo Antônio do Leverger	Chácara situada na Localidade Baia do Jacaré	Esquerdo	0,22	17,37	638223	8257170
8	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Baia do Jacaré	Direito	0,30	18,91	639354	8256025
9	Santo Antônio do Leverger	Traçado da futura LT cruza rodovia BR 364/163	Direito	0,06	17,50	638197	8256869
10	Santo Antônio do Leverger	Vila Olho d'Água	Esquerdo	5,60	19,10	642267	8261139
11	Santo Antônio do Leverger	Localidade Bamba	Esquerdo	2,17	24,58	645489	8255493
12	Santo Antônio do Leverger	Fazendas Flor da Serra e Flor do Vale	Esquerdo	2,31	28,29	648486	8254396
13	Santo Antônio do Leverger	EE Maria de Arruda Miller	Esquerdo	2,02	29,12	649198	8253887
14	Santo Antônio do Leverger	Sede abandonada, mas pasto em uso	Direito	1,19	25,11	644341	8252299

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
15	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Ana Sofia II	Direito	1,39	26,26	645256	8251567
16	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Laje	Direito	0,54	30,61	649912	8251015
17	Santo Antônio do Leverger	Trevo indicando entrada para o Município Barão de Melgaço	Direito	0,14	29,39	648863	8251743
18	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Brejão da Laje	Direito	0,05	29,31	648808	8251846
19	Santo Antônio do Leverger	Trecho em que o traçado da futura LT sobe a Serra de São Vicente (área florestada)	Esquerdo	0,07	29,19	648725	8251992

Município de Cuiabá

Subestação de Cuiabá

A Subestação de Cuiabá está localizada a mais de 5 km da periferia do núcleo urbano de Cuiabá. Não há residências ou outras construções na área de entorno. Desde o acesso pela BR 163/364 até a Subestação há áreas onde o mato cresceu sendo possível diferenciar árvores de pequeno porte e áreas de pasto. Nos dois lados da Rodovia (BR 364) e nas áreas em direção a Vila Olho d'Água as propriedades são grandes, ultrapassando 500 hectares e nelas a principal atividade é a pecuária tais como a Fazenda Curral Novo (700 ha) na qual se cria gado da raça Brahma. A propriedade é administrada por um funcionário que mora com sua família na sede junto com outros empregados e suas respectivas famílias. Segundo o funcionário que trabalha na fazenda Curral Novo, a Fazenda Indiana (que fica entre a Fazenda Curral Novo e o conjunto de fazendas chamadas de Fazenda Olho d'Água) tem mais ou menos o mesmo tamanho desta, também sendo usada para a criação de gado. Na região, há inclusive um Parque de Exposições - do Grupo IMA - para leilões e venda de gado deixando claro a vocação para a produção de pecuária.



Figura 3.6.5.10-7 - Entrada da Subestação Cuiabá



Figura 3.6.5.10-8 - Subestação próxima a Rodovia em área florestada.

Acampamento Olho d'Água

Segundo informações da única moradora encontrada, o acampamento Olho d'Água já teve mais habitantes, mas a dificuldade de acesso e as áreas alagadas fizeram com que muito desistissem e abandonassem suas casas. Em novembro de 2009, apenas duas casas estavam ocupadas: a com uma pessoa trabalha em Cuiabá e que vai para lá nos finais de semana e outra pela entrevistada e seu marido. A área ocupada pertencia originalmente à Fazenda Olho d'Água. Não há eletricidade, poços artesianos, estradas em bom estado ou qualquer tipo de transporte coletivo para o acampamento. Quando o casal que lá reside precisa de alguma coisa, eles vão a pé ou a cavalo até a Vila, e de lá pegam condução para Cuiabá, inclusive para receber a aposentadoria. As casas são de madeira, construídas a partir de restos de caixas e de outros tipos madeiras descartadas ou cortadas no próprio local. O acesso para algumas destas casas estava alagado, sem possibilidades de se chegar de carro ou a pé. O casal vive de sua aposentadoria e de serviços (consertos e pequenos reparos) que prestam para pessoas da região, especialmente para moradores da Vila Olho d'Água e Baía do Jacaré.



Figura 3.6.5.10-9 - Acampamento Olho d'Água



Figura 3.6.5.10-10 - Área alagada na entrada do acampamento Olho Dágua

Vila Olho d'Água

Embora distante do futuro traçado da LT, a Vila Olho d'Água localizada às margens da Rodovia BR-364 serve como um pólo local da região e é também a entrada para duas localidades: a Fazenda Olho d'Água e a Fazenda Baía do Jacaré. Na vila há mercearias, um supermercado, lojas de produtos agropecuários e automotivos e bares que atendem o público que passa pela estrada. Na localidade as ruas não são asfaltadas e as casas de alvenaria em sua maioria não têm acabamento, apresentando baixo padrão construtivo. Há luz elétrica e um poço que fornece água para todos, inclusive para a escola para crianças até a 4ª série. Há, ainda, um posto médico com uma enfermeira que atende durante a semana. A maior parte dos moradores trabalha sob regime de contrato temporário de trabalho para fazendeiros ou em grandes empreendimentos, inclusive na duplicação da BR-364 que liga os municípios de Cuiabá a Rondonópolis, no trecho entre Santo Antônio de Leverger e Cuiabá. A proximidade com o núcleo urbano de Cuiabá faz com muitos serviços especialmente atendimento bancário, serviços de saúde e abastecimento sejam procurados na Capital.

Durante o período de safra o grande número de caminhões na estrada e os extensos engarrafamentos, fazem aumentar o número de consumidores que freqüentam os estabelecimentos as margens da rodovia.



Figura 3.6.5.10-11 - Rodovia BR 364 - Trecho entre a Vila Olho d'Água e a subestação de Cuiabá.



Figura 3.6.5.10-12 - Vila Olho d'Água

Fazenda Olho d'Água

Segundo os entrevistados, a localidade recebe o nome de Fazenda Olho d'Água por conta da fazenda original que existia na área e foi dividida entre os herdeiros e vendida para outras pessoas. Não se sabe ao certo quando esse episódio aconteceu tão pouco em quantas partes a propriedade original foi dividida, mas permanece o valor simbólico na forma como as pessoas nomeiam o lugar.

A maior parte das propriedades são maiores que 200 há de extensão e nelas cria-se gado. Em geral, os proprietários não residem nas sedes, sendo estas ocupadas por um funcionário e sua família. Quando há necessidade de mão-de-obra, contrata-se moradores da Vila Olho d'Água, que são pagos por dia de serviço ou por empreitada. O empregado de uma das fazendas que recebe o nome de Fazenda Olho d'Água (280 ha) informou que outras fazendas da região criam gado e que algumas foram abandonadas por causa da dificuldade no manejo no período de chuvas.

O lençol freático alto e as características do solo (fração mais arenosa) fazem com que muitas áreas fiquem alagadas em diversos períodos do ano. Segundo moradores da região, este é o principal motivo pelo qual algumas das famílias de Sem Terra que fundaram o acampamento Olho d'Água abandonaram suas casas.



Figura 3.6.5.10-13 - Entrada da Fazenda Olho d'Água



Figura 3.6.5.10-14 - Torres já instaladas na Fazenda Baía do Jacaré

Localidade Baía do Jacaré

A localidade de Baía do Jacaré apresenta duas propriedades maiores que são a Fazenda Baía do Jacaré (700 ha), e o Haras Marini (240 ha) que fica próximo a entrada para a Baía do Jacaré, a partir da Vila Olho d'Água. Há também outras propriedades menores, de 5 ha até 50 ha, nas quais não há uma atividade predominante. Segundo, o dono de uma propriedade com 6 ha, as propriedades são chácaras ocupadas nos finais de semana por proprietários que moram e exercem outras atividades profissionais em Cuiabá.

A Fazenda Baía do Jacaré pertence a um dentista que tem consultório em Cuiabá, que a utiliza a sede nos finais de semana junto com a família para lazer. Quando ele comprou a fazenda, as linhas de transmissão que cortam o pasto da fazenda já estavam instaladas (ou em processo final de instalação). A fazenda também tem como atividade a pecuária de corte e recria e para isso o proprietário contratou um empregado que reside na sede da fazenda. Segundo informações há outro acesso (estrada de terra) que liga a localidade a rodovia BR-070, mas que só pode ser usada nos dias em que não chove, pois o lençol freático alto faz com que qualquer chuva provoque o alagamento da água.



Figura 3.6.5.10-15 - Propriedade com 6 ha



Figura 3.6.5.10-16 - Entrada Haras Marini

Município de Santo Antônio do Leverger

Localidade Bamba

Localizado às margens da rodovia, a localidade conhecida como Bamba abriga um alojamento para trabalhadores, que foi construído pelo Consórcio Itumbiara, na época da instalação da LT Itumbiara-Cuiabá. No momento está ocupado pela empresa Delta que está fazendo a duplicação da estrada na Serra de São Vicente. A previsão é que esta obra de duplicação financiada pelo PAC - Infraestrutura termine em março de 2010.



Figura 3.6.5.10-17 - Localidade Bamba - entrada para alojamentos.



Figura 3.6.5.10-18 - Placa informando a localização de Barão de Melgaço.

Trevo Barão do Melgaço

No trecho entre a Vila Olho d'Água e o início da subida da Serra de São Vicente, no município de Santo Antonio do Leverger, predominam as grandes propriedades (mais de 500 ha) nas quais a principal atividade é a criação de gado de corte e para recria. O trevo Barão de Melgaço, é uma referencia de localização na região, se caracterizando como uma área que concentra propriedades com mais de 1000 ha. Estas costumam ser habitadas pelos empregados e suas famílias, já que a maioria dos proprietários vive em Cuiabá e Brasília. É o caso das fazendas Laje e Brejão da Laje respectivamente com 1200 e 6000 ha que tem como principal atividade a pecuária. O gerente da fazenda Laje informou que mora com sua família na sede, seus filhos assim como os filhos dos empregados das outras fazendas do Trevo de Barão de Melgaço estudam na Escola Maria Arruda Muller. Devido ao fácil acesso pela rodovia (são 70 km até a capital) os serviços bancários, médicos e as compras para abastecimento da maior parte das famílias são consumidos em Cuiabá. A maior parte das fazendas é atendida por rede de distribuição de energia elétrica e o abastecimento de água é feito por poços artesianos.

A partir da subida da Serra a vegetação típica de mata do cerrado ocupa a encosta e não há construções ou áreas de pastagem até a parte alta da Serra de São Vicente. Na parte mais plana do relevo, no trecho em obras, no sentido Cuiabá já há um início de concentração de atividades voltadas para os futuros motoristas que tráfegarão pela estrada, como bares e borracharias.

Entre as Fazendas Flor da Serra, Flor do Vale e a Fazenda Ana Sofia II há um trecho em obras, fechado para o tráfego de veículos e os estabelecimentos comerciais estavam sendo usados mais pelos funcionários da DELTA - empresa responsável pela obra de duplicação da BR 364. Ao lado da entrada para a fazenda Flor do Vale uma placa indica área de mineração. E próximo a entrada para a fazenda Ana Sofia II há uma pedreira desativada.



Figura 3.6.5.10-19 - Paisagem na Fazenda Lage



Figura 3.6.5.10-20 - Parque Ecológico de Águas Quentes - Município de Sto Antônio do Leverger

TRECHO 2 - Município de Santo Antônio do Leverger

(Próximo ao Parque Ecológico de Águas Quentes) - Alto da Serra de São Vicente

De uma maneira geral, a predominância neste trecho é de mata nativa no trecho depois do Trevo de Barão de Melgaço até o Parque Ecológico Águas Quentes no alto da Serra de São Vicente, a exceção do Assentamento Fazenda Serrana no alto da Serra de São Vicente.

Quadro 3.6.5.10-16 - Pontos Georeferenciados - Trecho 2

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
20	Santo Antônio do Leverger	Igreja Congregação Cristã do Brasil	Direito	2,04	42,70	660944	8245269
21	Santo Antônio do Leverger	Assentamento Fazenda Serrana	Direito	2,29	42,61	660896	8245008
22	Santo Antônio do Leverger	Águas Quentes - entrada do Parque	Direito	3,99	40,69	659284	8243019
23	Santo Antônio do Leverger	Loteamento da Fazenda Serrana	Direito	0,00	41,10	659036	8247010

Parque Ecológico de Águas Quentes

A Serra de São Vicente se estende a partir de Santo Antônio do Leverger até o município de Jaciara e abrange parte do município de Campo Verde. Na subida da Serra a vegetação de Mata está presente nos dois lados da estrada. No presente momento as condições de tráfego na pista estão prejudicadas pela obra de duplicação da Rodovia BR-364 que na Serra tem início na altura da Escola Maria Arruda Müller até próximo a saída para o Parque Ecológico de Águas Quentes. Nesta localidade, conhecida pelo mesmo nome e situada no alto da Serra, há três tipos de ocupação:

- ◆ **Lazer** - hotéis que recebem turistas de várias partes do país em virtude das águas termais; e chácaras cujos proprietários residem em cidades como Cuiabá, Rondonópolis, Brasília e que usufruem do espaço para lazer. As águas quentes e a paisagem são atrativos naturais do parque que conta com infraestrutura de hotéis, linhas de transporte e sinalização nas estradas para receber turistas.
- ◆ **Produção de Hortifrutigranjeiros** - o clima mais frio da Serra, a qualidade e disponibilidade de água e o acesso fácil aos mercados pela BR -364 localizado nas cidades de Jaciara, Cuiabá são fatores que estimulam a produção de Hortaliças e Frutas. A produção é feita em pequenas propriedades (em média 20 ha), esta é a principal atividade na maior parte dos lotes do Assentamento Fazenda Serrana. Alguns produtores vendem seus produtos diretamente para os consumidores e outros os entregam para restaurantes e mercados na cidade.
- ◆ **Área Residencial** - o que caracteriza esta área é a presença de imóveis usados para moradia, a proximidade das casas umas das outras criando uma vizinhança na qual a maior parte dos moradores trabalha em outra atividade. Os lotes destinados a construção desta área normalmente tem entre 0,5 a 1 hectare. A maior concentração deste tipo de área é o Parque Águas Quentes, resultado de uma re-divisão de alguns lotes de 20 ha do Assentamento Fazenda Serrana. Os lotes foram divididos em áreas de 0,5 a 1 ha e vendidos para pessoas que trabalham nos hotéis, bares, fazendas, e outros empreendimentos e /ou empresas na Região que compreende os municípios de Jaciara, Campo Verde, Santo Antonio do Leverger e Cuiabá. Inclusive o lote que em que funcionava a sede do Assentamento foi parcelado de forma irregular por gestões passadas abrigando atualmente apenas a Igreja Congregação Cristã do Brasil, mais conhecida como Igreja de Pedra.

Assentamento Fazenda Serrana

No Assentamento Fazenda Serrana, de 1600 ha, vivem 78 famílias, cada uma com lotes de até 20 ha. Na maior parte da área as famílias se dedicam na produção de hortifrutigranjeiros e de doces e queijo para vender para turistas e nas cidades vizinhas, especialmente em Jaciara e em Cuiabá. A Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Coqueiral de São Vicente também exerce a função de administração do assentamento. Nos últimos anos houve algumas transformações na forma de distribuição dos lotes e de organização do assentamento. Os lotes mais próximos da entrada do Parque de Águas Quentes foram vendidos para uma pessoa que mora em Cuiabá e transformados em chácaras de 40 ha cuja a principal destinação é ser uma segunda residência do respectivo proprietário.

No outro extremo, os lotes mais próximos da BR-364 foram desmembrados e vendidos para pessoas que trabalham na região, dando origem a uma área eminentemente residencial. A atual presidente da cooperativa informou que inclusive parte do lote sede onde se situa a Igreja de Pedra foi vendido pelos seus antecessores a pessoas que trabalhavam na região. Uma das casas desta área foi construída embaixo da linha de Transmissão Itumbiara - Cuiabá que passa no meio da propriedade de 1 ha. No traçado projetado para a futura LT algumas das casas da parte onde foi feito o loteamento estão muito próximas e uma destas casas está situada logo na área indicada para a instalação da LT. Há casas de alvenaria construídas em áreas menores do que 0,5ha, como é o caso do padrão construtivo das casas integrantes do Loteamento Fazenda Serrana.



Figura 3.6.5.10-21 - Igreja de Pedra - Assentamento Fazenda Serrana - Município de Santo Antônio do Leverger



Figura 3.6.5.10-22 - Atual sede do Assentamento Fazenda Serrana - Município de Santo Antônio do Leverger

**TRECHO 3 - Município de Santo Antônio do Leverger
(Próximo ao CEFET - Cuiabá) - Município de Campo Verde.**

Os parcelamentos em áreas de até 50 hectares dos lotes do Assentamento Santo Antonio da Fartura predominam na paisagem que se caracteriza como uma área de produção da agricultura familiar.

Quadro 3.6.5.10-17 - Pontos Georeferenciados - Trecho 3

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da Linha	Coordenada X	Coordenada Y
24	Campo Verde	Assentamento Sto Antonio da Fartura - Núcleo Sede	Esquerdo	6,45	52,77	669463	8255270
25	Santo Antônio do Leverger	Assentamento Sto Antonio da Fartura	Esquerdo	2,88	51,83	669120	8251607
26	Santo Antônio do Leverger	CEFET Cuiaba	Esquerdo	1,31	51,47	669021	8249999

Município de Campo Verde

CEFET- Cuiabá

O CEFET- Cuiabá MT - campus Vila de São Vicente fica as margens da rodovia BR-364 e atende a jovens de diversas partes do Estado nos cursos de técnicos nas áreas de tecnologias, biotecnologias e recursos humanos. Há projetos sendo desenvolvidos em com os produtores rurais do Assentamento de Santo Antônio da Fartura, no município de Campo Verde. Uma das entradas para o assentamento é feita por uma estrada ao lado dos prédios do Centro. O CEFET desenvolve projetos de gestão de qualidade e de produção junto a produtores rurais dos municípios de Campo Verde e Santo Antônio do Leverger.

Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura

O município de Campo Verde tem 1080 assentados da reforma agrária. Só no assentamento Santo Antônio da Fartura são 300 famílias em aproximadamente 9800 ha. A distribuição e o tamanho dos lotes variam de acordo com as condições (acesso e fertilidade), mas geralmente a média é de 20 ha por família. Não há uma atividade principal a que todos se dediquem. No assentamento é

possível encontrar desde plantadores de abacaxi, soja, até criadores de bois, cabras, entre outros. Na sede do assentamento há um posto médico e escola, além de igrejas, mercados e outros estabelecimentos. Mesmo não sendo pavimentadas, as estradas são de boa qualidade.

A Escola do Assentamento, cujo nome é Escola Municipal Santo Antônio, atende crianças e jovens de mais outros seis assentamentos: Santo Antônio, Córrego d'ouro, Mata-mata, Bom jardim, Formiga e Bigorna, todos localizados no município de Campo Verde. O programa de transporte escolar garante o acesso a escola mesmo para aqueles que estão distantes do núcleo urbano do assentamento. Alguns dos jovens do assentamento cursam o ensino médio no CEFET - Cuiabá.



Figura 3.6.5.10-23 - Escola localizada no Assentamento Santo Antônio da Fatura - Campo Verde

TRECHO 4 - Município de Jaciara e Juscimeira

Predomina na paisagem do agronegócio onde se desenvolve a produção agrícola de soja em grandes fazendas. Próximo a área urbana de Jaciara há também plantações de cana-de-açúcar voltadas para a produção industrial de álcool. A ocorrência de áreas urbano residenciais está restrita a área urbana de Jaciara e aos Povoados de Placa de Santo Antônio e Santa Elvira as margens da rodovia BR 163/364.

Quadro 3.6.5.10-18 - Pontos Georeferenciados - Trecho 4

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da Linha	Coordenada X	Coordenada Y
27	Juscimeira	Fazenda JR	Esquerdo	2,00	114,19	722601	8222203
28	Juscimeira	Escola Estadual Santo Antônio de Pádua - Povoado Placa de Sto Antonio	Direito	1,34	123,41	730016	8216719
29	Juscimeira	Escola Estadual Santa Elvira - Povoado de Santa Elvira	Direito	1,80	130,48	735628	8211632

Município de Jaciara

Seguindo em direção ao município de Jaciara pela BR-364, a paisagem da mata (reservas e parque) e das pequenas propriedades dá lugar a áreas extensas de plantio de soja, milho e de pasto. Próximo ao Posto da Polícia Rodoviária de Campo Verde, na divisa entre os municípios, as fazendas apresentam extensas áreas de plantio de soja e algumas áreas de plantio de eucalipto ao redor de silos e sedes. A maior parte dos grandes empreendimentos tem entrada pela BR- 364, em alguns deles há indicações de ser uma área de integração com a empresa Perdigão. As margens da Rodovia BR-364 há diversos estabelecimentos comerciais se estabeleceram voltados para atender as pessoas que se deslocam por ela, especialmente os caminhões que no período de safra da soja provocam extensos engarrafamentos na rodovia.

O trecho entre a sede do município até a localidade de Placa de Santo Antonio, já no município seguinte, Juscimeira, está ocupado por extensas plantações de cana-de-açúcar que serve de matéria prima para as Usinas Pantanal e Jaciara. Durante a realização do trabalho de campo, as

áreas destinadas aos campos de cana-de-açúcar próximos aos municípios de Jaciara e Juscimeira não estavam no período de corte



Figura 3.6.5.10-24 - Ruas da Sede do Município de Jaciara

Município de Juscimeira

Povoado Placa de Santo Antônio

O povoado de Placa de Santo Antônio pertence ao município de Juscimeira. A maior parte dos moradores do povoado trabalha nas fazendas e em estabelecimentos comerciais, fábricas e usinas de Jaciara. O posto médico, a creche, assim como a Escola Estadual Santo Antônio de Pádua, atendem as famílias do povoado e das fazendas próximas. A Escola que recebe 148 alunos desde a pré escola até o Ensino Médio, distribuídos em três turnos. A principal atividade, na maior parte das fazendas, é o plantio de cana e a criação de gado de corte e recria, mas há empreendimentos, tais como a fazenda JR, que além das atividades agropecuárias desenvolve atividades voltadas para o turismo rural.

A Fazenda JR e JR2 são propriedades vizinhas e administradas em conjunto. Na sede há instalações para o turismo rural (casa, alojamentos, galpão para eventos), 10 hectares de plantação de cana de açúcar destinadas para a usina em Jaciara, além do gado de corte, que cobre a maior parte da fazenda. O traçado da futura LT passa em uma área de pasto próximo (entre 75 e 150 m) em paralelismo com outras duas linhas de transmissão. A proximidade entre o povoado e as fazendas faz com que os a maior parte dos empregados resida no próprio Povoado. Havia o projeto dos proprietários de lotear parte da fazenda para a construção de casas

(expansão do povoado), mas que não foi concretizado por conta o acordo para a instalação das atuais LTs que cruzam sobre a propriedade.



Figura 3.6.5.10-25 - Escola no Povoado Placa de Santo Antônio - Município de Juscimeira



Figura 3.6.5.10-26 - Escola no Povoado de Santa Elvira

Povoado de Santa Elvira

Localizado às margens da Rodovia BR 163/364, o Povoado de Santa Elvira atende, na Escola Estadual Santa Elvira e na creche, não só seus moradores, mas também habitantes de outras localidades, como o assentamento Santo Exedito e do Banco da Terra, ambos situados no município de Rondonópolis. A escola recebe 542 alunos desde o 1º ciclo do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, distribuídos em três turnos. No Povoado há um posto médico e a água é captada de um poço artesiano. O fornecimento de energia elétrica é insuficiente, segundo os moradores. As ruas não são pavimentadas e os moradores quando precisam de algum serviço especializado deslocam-se para Rondonópolis.

TRECHO 5 - Município de Rondonópolis - Município de Poxoréo (Distrito de Jarudore)

Na zona rural do município de Rondonópolis predomina a paisagem da agricultura familiar em pequenas e médias propriedades. A produção diversificada e a pecuária são as atividades mais frequentes nos povoados e assentamentos presentes neste trecho. No Distrito de Jarudore a paisagem urbana dos povoados e as de mata nativa nas áreas de relevo íngreme bem como a Terra Indígena Jarudore são restritas a pequenas áreas.

Quadro 3.6.5.10-19 - Pontos Georeferenciados - Trecho 5

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
30	Rondonópolis	Banco da Terra	Esquerdo	1,88	141,65	747162	8211039
31	Juscimeira	Entrada p/ banco da Terra	Direito	0,05	136,94	742272	8210743
32	Rondonópolis	Povoado Boa Vista	Esquerdo	6,24	134,42	737495	8206005
33	Rondonópolis	Comunidade Pinguela - Sítio Boa Esperança	Direito	0,99	141,32	746162	8208332
34	Rondonópolis	Comunidade Pinguela - Sítio Ouro Verde	Direito	0,50	144,38	749252	8208088
35	Rondonópolis	Marcação do traçado da futura LT	Direito	0,06	145,23	750178	8208312
36	Rondonópolis	Fazenda Boa Esperança	Direito	1,81	148,32	752767	8205877
37	Rondonópolis	Fazenda Oriente	Esquerdo	1,03	154,84	759695	8207007
38	Rondonópolis	Marcação do traçado da futura LT entre Assentamento Chico Mendes e Fazenda O	Direito	0,05	155,39	760017	8205843
39	Rondonópolis	Escola Municipal Rural 14 de Agosto - Assentamento Chico Mendes	Direito	6,43	153,64	757073	8199926
40	Rondonópolis	Assentamento Chico Mendes	Direito	6,41	153,21	756522	8200062
41	Rondonópolis	Assentamento Dom Osório	Direito	8,50	153,21	755571	8198144
42	Rondonópolis	Faz. Bom Jesus da Lapa	Direito	0,99	160,85	765102	8203710
43	Rondonópolis	Sítio Miranda	Direito	0,19	166,11	770406	8203250

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
44	Rondonópolis	Vila Bueno	Direito	1,88	166,38	770274	8201549
45	Rondonópolis	Fazenda Pontal Grotão	Direito	4,06	170,90	774140	8198361
46	Poxoréo	LT existente entre Jarudore e Fazenda Grotão	Direito	0,29	172,88	777025	8201701
47	Rondonópolis	Reserva Indígena dos Bororos	Esquerdo	8208,31	176,95	785299	8212407
48	Poxoréo	Colégio Estadual de Educação Básica Franklin Cassiano	Esquerdo	15,42	169,12	777026	8217702
49	Poxoréo	Rio Vermelho	Esquerdo	7,76	184,66	788536	8207366
50	Poxoréo	E. m. Epaminondas Correia de Oliveira - Povoado de Joanesburgo	Esquerdo	8,72	185,06	790011	8208187

Município de Rondonópolis

Banco da Terra

Na agrovila Banco da Terra, de 365 ha, moravam inicialmente 60 famílias e o cultivo da terra era coletivo. As primeiras casas foram construídas numa área que se constituiria como uma agrovila, onde estariam concentrados os moradores, a administração do Banco da Terra e os serviços (bar, mercearia), as demais áreas estariam divididas em áreas para cultivo e áreas para a pecuária. Esta forma de trabalho e uso coletivo da terra foi substituída pela divisão de lotes individuais (para cada família). Com a divisão dos lotes cada um passou a produzir por si e isto fez com que mais ou menos 30 famílias deixassem as áreas (de solos menos férteis e com problemas na disponibilidade de água). Nos lotes ocupados, o plantio de milho e mandioca e a criação de gado de leite são as atividades mais comuns. Outra mudança na forma de organização do Banco da Terra foi o abandono parcial da agrovila e a construção de casas nos lotes. Não houve mais investimentos em equipamentos públicos na sede e, por exemplo, não há escola. As crianças do assentamento freqüentam a Escola Estadual Santa Elvira.

Povoado Vila Boa

Embora distante do traçado da futura LT, o Povoado Boa Vista se caracteriza por concentrar um número considerável de moradores, que de acordo com informações, possui cerca de 600 habitantes. A maioria dos moradores trabalha em empregos temporários na cidade de Rondonópolis para qual há transporte diário. Ainda segundo informações obtidas no local o estado de conservação do transporte coletivo é precário (ônibus em mal estado de conservação). Há escola, posto médico, posto telefônico, bares, mercearia, loja de produtos agropecuários, mas de modo geral as pessoas do lugar recorrem aos serviços na cidade de Rondonópolis. A renda fixa de algumas das famílias que moram na Vila vem da aposentadoria dos idosos e de programas sociais tais como o programa Bolsa Família.

Comunidade Pinguela

Formada por sítios e fazendas tais como o Sítio Boa Esperança, Sítio Ouro Verde, a Fazenda Boa Esperança, o Sítio Campo Alegre e a Fazenda Liberdade, tem como principal atividade o gado de leite, corte e recria. Algumas fazendas têm tanque de resfriamento de leite, cuja produção é entregue a Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira - COMAJU. Segundo alguns moradores, há o hábito de se juntar para compartilhar equipamentos e compras de insumos, já que não existe uma cooperativa formal da comunidade, embora tenham ocorrido as primeiras reuniões para tentar formalizar uma cooperativa local. Quando há necessidade, contratam mão de obra extra por dia de serviço.

O fornecimento de energia elétrica para a comunidade é de baixa qualidade, na Fazenda Boa Esperança onde está um dos tanques de resfriamento de leite já houve perda da produção por conta de falta de energia. A água na maioria das casas é captada com a construção de poços, alguns moradores captam água diretamente dos rios (roda d'Água). O sistema de tratamento de esgoto da comunidade assim como em outras áreas é feitos por fossa séptica.

Os moradores da comunidade mostraram especial apreço por festas e comemorações que junte as pessoas da comunidade. Dentre as festas coletivas a Festa de Nossa Senhora Aparecida é uma das mais freqüentadas e costuma ser realizada na comunidade Pinguela no mês de outubro. Muitos proprietários costumam celebrar sua devoção em suas casas, assim, outras festas de santos católicos também são realizadas na comunidade, reunindo quase toda a vizinhança. A maior parte dos moradores entrevistados freqüenta e utilizam serviços médico e bancário em Rondonópolis, especialmente os que são aposentados.

As crianças menores (1ª a 4ª série do Ensino Fundamental) estudam na escola do Povoado Vila Boa Vista e as maiores na Escola do Assentamento Chico Mendes (até o ensino médio). O transporte escolar atende as crianças e jovens até a Escola Municipal Rural 14 de Agosto (localizada no Assentamento Chico Mendes), mas devido à proximidade, muitos se deslocam diretamente para Rondonópolis. Alguns têm inclusive casa na cidade para que os filhos possam estudar, nestes casos as crianças só vão para casa (da comunidade) nos finais de semana e nas férias.



Figura 3.6.5.10-27 - Casa na Comunidade Pinguela



Figura 3.6.5.10-28 - Assentamento Chico Mendes

Vale do Bacuri

Com 13 anos de existência, o Vale do Bacuri caracteriza-se pela continuidade da paisagem e integração com as comunidades de entorno, dentre elas a Comunidade Pinguela. Todavia, com a especificidade de abrigar além de algumas fazendas de gado, tais como a Fazenda Oriente dedicada a pecuária para leite (114 hectares), dois Assentamentos que são conhecidos como assentamentos do Vale do Bacuri e Assentamento Chico Mendes, mas que tem realidades bastante diferenciadas. Para a região foram implementados diversos programas de melhoria da qualidade de Vida e das condições de trabalho no campo. Programa Luz para Todos, Programa de Financiamento Agrícola (PRONAF), Bolsa Família, PROJOVEM, entre outros. Os assentamentos também foram contemplados com a construção de uma Escola Municipal Rural 14 de Agosto, localizada no Assentamento Dom Osório, com capacidade para atender 600 crianças e jovens recebendo alunos desde as séries iniciais até o ensino médio construída no Assentamento Chico Mendes. Outro programa de financiamento que teve grande impacto na região foi o de instalação de tanques de resfriamento de leite (um para cada 24 famílias).

Assentamento Chico Mendes - INCRA

No Assentamento Chico Mendes há maior investimento em equipamentos sociais, tais como a construção da Escola Municipal Rural 14 de agosto que são voltados para atender uma população maior do que as 30 famílias assentadas pelo INCRA, desde 1997, em 600 ha. A principal atividade na maior parte dos lotes é a produção de leite. Os lotes têm entre 17 (mais fértil) e 25ha (menos fértil). O núcleo urbano do Assentamento conta com diversos equipamentos que foram instalados para atender a Região do vale do Bacuri e comunidades e zonas rurais de entorno. Além da escola o núcleo urbano do assentamento conta com Igrejas, Posto de saúde, sede administrativa, curral coletivo e equipamentos de lazer (campo de futebol e área para eventos). A Escola Municipal Rural 14 de agosto que recebe alunos de diversas partes do Vale do Bacuri, é uma das poucas escolas na área rural com ensino médio.

Assentamento Dom Osório - INCRA = P.A. Bacuri

No Assentamento Dom Osório vivem 40 famílias, cada uma com lotes de 25 ha divididos desde 1997. A principal atividade é a pecuária e produção de leite. O assentamento dispõe de serviços como escola, posto de saúde e mercearia. Segundo um morador, quando precisam de algum serviço costumam ir para Rondonópolis ou para o núcleo urbano do Assentamento Chico Mendes. As crianças têm acesso ao transporte escolar sendo geralmente transportadas para a Escola Municipal Rural 14 de Agosto localizada no Assentamento Chico Mendes.



Figura 3.6.5.10-29 - Assentamento Dom Osório



Figura 3.6.5.10-30 - Escola Municipal Rural 14 de Agosto - Assentamento Chico Mendes - Município de Rondonópolis

Vila Bueno

A Vila Bueno é composta por cerca de 20 casas, além de um Bar, uma mercearia e um posto médico. Ela é o ponto de encontro de proprietários de sítios e fazendas (em média 100 ha) de produção de leite e de gado para recria tais como o Sítio Miranda (62 ha) e a Fazenda Bom Jesus da Lapa (140 alqueires). Segundo o proprietário, a frequência de alguns dos pequenos produtores como ele na Vila se deve ao fato de entregarem o leite que produzem no tanque de resfriamento instalado no local. Para outros serviços e especialmente no dia em que recebe aposentadoria procura a cidade de Rondonópolis.

Grande parte dos proprietários tem outra fonte de renda (aposentaria, emprego em Rondonópolis), há um proprietário que é feirante e que produz milho, frutas, legumes e verduras que vende nas cidades. Uma linha de ônibus municipal transporta passageiros uma vez por dia para Rondonópolis. Os pais podem escolher entre colocar os filhos na Escola Rural do Assentamento Chico Mendes ou na Escola Franklin Cassiano no Povoado de Jarudore.

Município de Poxoréo

Assentamento Carlos Mariquela - INCRA

Neste assentamento residem 166 famílias distribuídas em lotes que variam entre 25ha e 30 ha ocupando uma área total de 5582ha. Não há uma ocupação principal, na maioria dos lotes a produção de alimentos é diversificada e também há criação de gado de leite. Os assentados estão organizados em associações de mini produtores por núcleo. Dependendo da distância e do tipo de produção, um conjunto diferenciado de equipamentos são instalados. No núcleo urbano do assentamento há um tanque de resfriamento para armazenamento de leite, máquinas agrícolas e assistência técnica para estas.

É também no Núcleo Urbano que estão localizadas as sedes da associação, Igrejas, mercearia e bares, além de uma área para realizar encontros comunitários e a Escola Municipal Pontal do Areia que atende no período da manhã 35 alunos do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental. A partir da 5ª série as crianças usam o transporte para ir à escola em Poxoréo. Na parte mais baixa do Assentamento, na saída para o Jarudore, próximo a LT - Itumbiara -Cuiabá há uma área destinada a reserva que foi queimada recentemente para a retirada ilegal de madeira. Essa atividade não interfere na dinâmica cotidiana dos assentados, por ser uma área de propriedade

coletiva, contudo, ela é incompatível com o empreendimento, observa-se que esta área está demarcada como o possível traçado da futura LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte.



Figura 3.6.5.10-31 - Placa sinalizadora indicando o traçado da futura LT



Figura 3.6.5.10-32 - Entrada do Assentamento Carlos Mariguela



Figura 3.6.5.10-33 - Escola Municipal Pontal do Areia

Distrito do Jarudore

Quase que a totalidade do distrito está dentro da área demarcada como território indígena pela FUNAI. No entanto, ele é ocupado por fazendas de criação de gado nas áreas de relevo mais acidentado e soja nas áreas mais planas. Os dois acessos mais usados para o distrito são feitos pela MT 458 (que liga Poxoréo a Jarudore) e por dentro do Assentamento Carlos Mariguela a partir da rodovia MT 270 que liga os municípios de Rondonópolis a Guiratinga. Além da Fazenda Pontal do Grotão e Fazenda Buritis na estrada que leva ao Distrito, foram encontrados dois povoados: Joanesburgo e Jarudore.

Aldeia Bororo

Próximo aos povoados há uma aldeia indígena Bororo que ocupa menos de 50 ha dos 4.706ha demarcados. A aldeia nova tem atualmente 12 habitantes, dos 38 que retornaram em 2005. Muitos foram embora por causa da relação conflituosa com os fazendeiros locais. A Cacique da tribo Maria Aparecida informou ainda que não há meios de produzir alimentos na área em que estão vivendo. O terreno é pedregoso e eles não têm máquinas nem sementes e muito menos formas de irrigar. A água que vem de um poço construído pelos padres Salesianos é destinada apenas ao consumo humano. O dinheiro usado para comprar alimentos vem dos trabalhos esporádicos que eles conseguem em fazendas e nas cidades. Segundo ela, os membros mais jovens se oferecem para trabalho em áreas mais distantes, pois os fazendeiros e a população dos dois povoados não dão emprego aos Índios. Outros dois fatores que levaram alguns dos Índios a se mudar para a cidade foi a falta de escola e de segurança para criar filhos. Não há professor e por isso a escola da aldeia está fechada. Outro problema apontado é a falta de transporte para a aldeia. Os índios têm um carro cedido pela FUNAI em regime de comodato, mas não tem como colocar gasolina no carro.



Figura 3.6.5.10-34 - Reserva Indígena dos Bororos.



Figura 3.6.5.10-35 - Construção Indígena



Figura 3.6.5.10-36 - Construções Indígenas



Figura 3.6.5.10-37 - Escola no Povoado Jarudore

Povoado de Jarudore

No Povoado Jarudore, com mais de 1200 habitantes, começou a ser ocupado na década de 70. Ele se localiza dentro da área demarcada como reserva indígena. A localidade conta com posto médico; cartório de registro civil; diversos tipos de estabelecimentos comerciais e posto de gasolina. O Colégio Estadual de Educação Básica Franklin Cassiano atende 276 alunos, distribuídos pelos turnos da manhã e tarde, a partir do 2º ciclo do ensino fundamental ao ensino médio. No momento, está em disputa com os Índios Bororo a posse do território.

Povoado de Joanesburgo

Atravessando o Rio Vermelho está o povoado de Joanesburgo que apresenta características similares ao Povoado do Jarudore. Lá se localiza a Escola Municipal Epaminondas Correia de Oliveira que recebe 168 alunos desde a pré escola até o 1º ciclo do Ensino Fundamental.

O rio marca o limite territorial da área demarcada como terra indígena pela FUNAI e é também o ponto de desacordo entre os moradores dos Povoados e os índios, tendo em vista que todo ano é realizado um evento turístico conhecido como temporada de Praia, ou Festival da Praia do Rio Vermelho atraindo turistas de diversos locais para uma área que está próxima aos limites da aldeia.



Figura 3.6.5.10-38 - Rio Vermelho. Divisa entre os Povoados de Jarudore e Joanesburgo.



Figura 3.6.5.10-39 - Povoado de Joanesburgo.

TRECHO 6 - Município de Poxoréo (Próximo a Serra das Araras)

Município de Guiratinga

Município de Torixoréu (Próximo a SE Ribeirãozinho)

Na Serra da Araras a paisagem é determinada pelas condições de relevo, com rara presença de pequenas propriedades. Próximo aos povoados e as sedes dos municípios de Guiratinga e Torixoréu o que predomina na paisagem é o plantio de soja nas áreas planas e de relevo suave. A pecuária ocorre nas áreas de encosta e de relevo médio e na mata nativa (as reservas legais das propriedades encontram-se nas áreas escarpadas e de relevo acidentado). Tanto a pecuária quanto o plantio de soja acontecem em médias e grandes propriedades nas quais o mais comum é morarem apenas os empregados o que se aproxima da produção para o mercado do agronegócio.

Quadro 3.6.5.10-20 - Pontos Georeferenciados - Trecho 6

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
51	Poxoréo	Fazenda Cabeceira do Calango	Direito	0,27	217,37	820650	8199544
52	Poxoréo	Área queimada	Direito	20,08	177,99	774806	8181510
53	Poxoréo	Indicação do traçado da futura LT	Esquerdo	0,09	184,04	787766	8199715
54	Poxoréo	Linha de Transmissão Itumbiara-Cuiabá	Esquerdo	0,09	184,07	787796	8199711

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
55	Poxoréo	Assentamento Carlos Marighela - acesso para a estrada que liga ao Jarudore	Direito	0,09	180,04	783749	8199494
56	Poxoréo	Placa de obras na Entrada do Assentamento Carlos Mariguela	Direito	0,14	185,27	788971	8199396
57	Poxoréo	Assentamento Carlos Mariguela - Escola Municipal Pontal do Areia	Direito	4,06	180,33	784359	8195530
58	Poxoréo	Fazenda Santana	Direito	0,08	217,47	179418	8199719
59	Guiratinga	Vila de Santo Antonio (Ranulfo)	Direito	13,39	226,94	188758	8185973
60	Poxoréo	Fazenda Santana - Curral	Direito	0,30	217,41	179343	8199508
61	Guiratinga	Faz. Rio Moreno	Esquerdo	-0,33	224,36	186304	8199714
62	Guiratinga	Marcação do traçado da futura LT - Estrada que dá acesso a Faz. Rio Moreno.	Direito	0,04	224,89	186826	8199339
63	Guiratinga	Sede fechada	Esquerdo	-0,03	228,77	190707	8199381
64	Guiratinga	Marcação do traçado da futura LT - Estrada de terra que desce em direção a Guiratinga.	Direito	0,05	228,72	190652	8199303
65	Guiratinga	Olaria	Direito	4,04	241,95	203825	8194672
66	Guiratinga	Faz. Chaparral	Direito	0,04	241,81	203697	8198673
67	Guiratinga	Fazenda sendo reformada	Direito	0,66	242,05	203936	8198046
68	Guiratinga	Fazenda do Adão (Sítio do Picapau)	Esquerdo	-0,21	243,92	205878	8198727
69	Guiratinga	Pasto (gado) em uso	Direito	0,05	243,58	205465	8198655
70	Guiratinga	Faz. Chaparral - (Entrada e Sede)	Esquerdo	-0,72	242,72	204614	8199423
71	Guiratinga	Marcação LT. Lt cruzando a estrada próximo a Guiratinga (em direção a Faz. Chaparral)	Direito	0,06	242,54	204427	8198645
72	Guiratinga	Assentamento Santo Antonio	Esquerdo	-9,86	272,22	232021	8194940
73	Guiratinga	Área ocupada por extensa plantação de soja.	Direito	0,06	272,81	231010	8185054
74	Guiratinga	Sítio São Jose	Esquerdo	-0,21	247,67	209093	8196808
75	Guiratinga	lixão na estrada	Direito	4,53	254,07	212225	8189481
76	Guiratinga	Povoado Alcantilado	Direito	2,45	271,88	229712	8182848
77	Guiratinga	Fazenda Stellamarcia	Direito	1,27	277,20	235126	8183119

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
78	Guiratinga	LT's existentes entre o Povoado Alto Diamantino e Município de Guiratinga.	Direito	0,01	276,68	234837	8184444
79	Torixoreu	Povoado de Alto Dimantino	Esquerdo	-4,26	308,44	266200	8183415
80	Torixoreu	Cemiterio	Esquerdo	-4,41	309,11	266878	8183553
81	Torixoreu	Sede Fazenda Papai e mamãe	Esquerdo	-2,87	321,52	279162	8181864
82	Torixoreu	Entrada Fazenda Papai e Mamãe	Esquerdo	-0,01	323,88	281581	8179054
83	Torixoreu	Marcação do traçado da futura LT - Estrada em direção ao Povoado Pouso Alto próximo a entrada da Faz. Papa	Direito	0,03	324,49	282188	8179024
84	Torixoreu	Fazenda Vale Do Mimoso	Esquerdo	-0,73	328,66	286345	8179871
85	Torixoreu	Faz.Sol Nascente	Esquerdo	-1,17	326,51	284185	8180270
86	Torixoreu	Armazém Boa Esperança	Direito	0,54	334,47	292176	8178718
87	Torixoreu	Marcação do traçado da futura LT ? cruzamento sob Fazenda Ouro Verde.	Direito	0,04	334,87	292564	8179218
88	Torixoreu	Fazenda Ouro verde	Esquerdo	-0,95	336,86	294600	8180123
89	Ribeirãozinho	Fazenda Paraíso	Esquerdo	-1,86	355,95	313658	8180321
90	Ribeirãozinho	Estância Alberta	Esquerdo	-1,09	357,09	314780	8179537
91	Ribeirãozinho	Subestação Barra do Peixe	Direito	2,27	370,01	327587	8175716
92	Ribeirãozinho	Substação Ribeirãozinho	Direito	0,04	367,26	324915	8177999

Serra das Araras

Na Serra das Araras, na divisa entre os municípios de Poxoréo e Guiratinga, indo do Distrito de Jarudore em direção a Guiratinga, a paisagem é composta por áreas de mata preservada nos locais de relevo mais acidentado e de fazendas de criação de gado no relevo ondulado. Na parte da Serra que pertence ao município de Poxóreu as fazendas de gado pertencem em sua maioria a pessoas que são empresários ou profissionais liberais tais como a Fazenda Rio Moreno (780 ha) na qual se cria gado. De modo geral, nestas propriedades, na maior parte do tempo reside um funcionário e sua família.

Município de Guiratinga

Serra das Araras

Na Serra das Araras, na divisa entre os municípios, descendo em direção a Guiratinga, o que predomina na paisagem são fazendas de gado que em sua maioria pertencem a pessoas que moram nas cidades de Guiratinga ou Rondonópolis. O acesso a área é feito a partir da rodovia MT 270 que liga Rondonópolis a Guiratinga, próximo a Vila de Santo Antônio. Foram encontradas algumas chácaras que de modo geral só são ocupadas nos finais de semana, em algumas delas ainda não há energia elétrica. Na Fazenda Santana (78 ha), não há luz elétrica, entretanto durante o trabalho de campo, foi possível identificar a instalação de postes do Programa Luz para Todos do Governo federal. Os proprietários da fazenda são aposentados e tem casa em Guiratinga para onde se deslocam pegando carona com os vizinhos da antiga Fazenda Cabeceira do Calango que foi dividida e hoje pertence a dois irmãos que criam gado.



Figura 3.6.5.10-40 - Paisagem Serra das Araras

Vila de Santo Antônio (Ranulfo)

Apesar de distante do traçado da futura LT, a Vila de Santo Antônio, também conhecida como Ranulfo, localiza-se as margens da rodovia MT-270. Hoje vive mais em função da circulação de pessoas de fora. A maior parte dos moradores trabalha no comércio na beira da estrada e na prestação de serviços (diária) para as fazendas em Guiratinga e Rondonópolis. Não há mais escola, e as crianças vão estudar nos municípios de Guiratinga ou em Rondonópolis.

Localidade Morro Dois Irmãos

Na Serra da Saudade e no entorno do Morro Dois irmãos repete-se o padrão de ocupação do município com as encostas e áreas de relevo acidentado sendo recobertas por mata, as áreas de relevo ondulado ocupadas por fazendas de gado e em áreas planas o plantio de soja. Em algumas fazendas, há exceções, tais como a Fazenda do Adão - Sítio do PicaPau (100 ha) voltada para a produção de leite e a Fazenda Chaparral (1200 ha) na qual parte da propriedade é usada para o plantio de eucalipto, inclusive sob uma LT já instalada na região.

Nas demais partes, criam-se gado para leite e para corte. Os proprietários destas fazendas de modo geral moram no município de Rondonópolis e com menor frequência no município de Guiratinga. Nas sedes das fazendas normalmente, moram um ou dois empregados com suas famílias.



Figura 3.6.5.10-41 - Fazenda Chaparral



Figura 3.6.5.10-42 - Casa na Localidade Morro Dois Irmãos

Povoado do Alcantilado

As fazendas de sojas na área plana próxima a sede do município dão lugar a áreas ocupadas por pastagem e mata na subida para a localidade conhecida por Chapadão do Alcantilado. O Povoado surgiu no período em que a principal atividade da área era a extração de pedras preciosas. Nos dias de hoje atende ao Assentamento Santo Antônio e as fazendas da região. No povoado há quatro mercearias, posto médico e bar. No povoado moram 28 famílias, algumas vivem da aposentadoria dos idosos e outras trabalham no Chapadão.



Figura 3.6.5.10-43 - Entrada para o Povoado de Alcantilado

Chapadão do Alcantilado

Na área conhecida como Chapadão do Alcantilado predominam as fazendas de gado para corte e recria. Da mesma forma que em outras localidades, nas sedes das fazendas geralmente moram um empregado assalariado (administrador ou gerente) e sua família, os proprietários moram em outras cidades, há inclusive proprietários que são de São Paulo, tais como o proprietário da Fazenda Papai e Mamãe (500 ha) na qual se cria gado para corte e recria e a Fazenda StellaMarcia (1000 ha) onde a pecuária de corte é a principal atividade. A exceção fica por conta do Sítio São José (22 ha) onde a proprietária é uma viúva que vive da pensão do marido (que está enterrado na propriedade) e tem uma pequena produção de leite. Esta paisagem se estende até a divisa com o município de Torixoréu.

Projeto de Assentamento Santo Antônio

Embora distante do traçado da futura LT, os moradores do Assentamento Santo Antônio circulam pela região e mantêm relações de vínculos sociais como o Povoado do Alcantilado. Próximo ao Assentamento Santo há uma extensa plantação de soja que se confunde com o início da área plantada dos lotes cujos proprietários se dedicam ao cultivo da soja. Em alguns lotes, as parcelas são inclusive arrendadas para o cultivo da soja. Segundo informações obtidas no local, os lotes de 60 ha para cada uma das 60 famílias foram divididos há mais de 12 anos e cada família escolheu a que atividade deveria dedicar. Muitas delas estão ocupadas com plantio de soja. Quando precisam de algum serviço ou contratar um empregado temporário procuram o Povoado do Alcantilado.



Figura 3.6.5.10-44 - Criação no Assentamento Santo Antônio, Município de Guiratinga



Figura 3.6.5.10-45 - Morador do Assentamento Santo Antônio, Município de Guiratinga

Sítio São José

Próximo a sede do município de Guiratinga, localiza-se o Sítio São José que possui 22 ha onde a atividade principal é o gado de leite, são 30 cabeças de gado sob administração da Dona Eleuza. Destaca-se o fato de que a proprietária tem o marido enterrado na propriedade.

Um pouco mais adiante, localiza-se o lixão da cidade de Guiratinga, as margens da rodovia MT-270.



Figura 3.6.5.10-46 - Lixão na entrada do Município de Guiratinga - Rodovia MT 270

Município de Torixoréu

Povoado Alto Diamantino

Subindo a Serra da Estrela em direção a Torixoréu situa-se o Povoado do Alto Diamantino. A maioria das casas é de alvenaria. No povoado há duas mercearias, a Escola Municipal Raquel Arbués (1º e 2º ciclo do Ensino Fundamental), um posto médico e uma Igreja. A maior parte dos moradores trabalha como diarista nas fazendas da região.

O Povoado, assim como outros da região, surgiu no período áureo da exploração de garimpos e hoje atende as fazendas e eventuais visitantes, especialmente nos períodos de Festas e de Folia em que a população se desloca entre os povoados e fazendas da região. Na área próxima ao Povoado Alto Diamantino, num lugar onde já funcionou um garimpo, há um cemitério as margens da estrada.



Figura 3.6.5.10-47 - Povoado Alto Diamantino - Escola



Figura 3.6.5.10-48 - Povoado Alto Diamantino



Figura 3.6.5.10-49 - Cemitério em Torixoréu as margens da estrada

Povoado de Pouso Alto

No povoado de Pouso Alto há uma escola, bares, mercearia e posto médico que além dos atendimentos no posto, serve de base para um programa de saúde no qual uma equipe de agentes de saúde faz visitas periódicas nas fazendas. Duas vezes por semana há transporte público para a sede do município. Na maior parte das fazendas do entorno do povoado predomina a criação de gado de corte e para recria. Há um projeto de produção de Lolo fruta exótica originária do Peru sendo implantado na Fazenda Vale do Mimoso na qual também se cultiva caqui, além de parte da propriedade ser destinada a produção de Eucalipto. Segundo do proprietário da Fazenda Sol Nascente, o povoado é o ponto de encontro dos moradores das fazendas que além de se reunirem nas festas freqüentam os bares e a mercearia para jogar conversa fora.



Figura 3.6.5.10-50 - Povoado de Pouso Alto - Posto do Programa Saúde da Família, Torixoréu



Figura 3.6.5.10-51 - Armazém em Boa Esperança.

Armazém Boa Esperança

Na parte mais plana, após a Serra da Estrela, a paisagem retoma extensas plantações de soja e fazendas de gado de leite e de corte, tais como a Estância Alberta, Fazenda Ouro Verde e Fazenda Paraíso. O Armazém Boa Esperança é o ponto de encontro da região. Nele empregados das fazendas vizinhas vêm comprar mantimentos, equipamentos e saber das notícias. O armazém fica no cruzamento de estradas que ligam os municípios de Guiratinga, Torixoreu e Ribeirãozinho. É também, parada das linhas de ônibus que circulam pela zona rural entre estes três municípios e os povoados de Pouso Alto, Alto Diamantino e Alcantilado.

Município de Ribeirãozinho

SE Ribeirãozinho e SE Barra do Peixe

A paisagem no entorno das Subestações se caracteriza por fazendas de gado e entre elas mata nativa do cerrado. Não há residências, sedes ou construções habitadas próximos as subestações. Apenas pasto em uso pelas fazendas de gado.



Figura 3.6.5.10-52 - SE Ribeirãozinho



Figura 3.6.5.10-53 - SE Barra do Peixe

TRECHO 7 - Município de Baliza - Município de Caiapônia (Áreas de Assentamentos)

A paisagem da agricultura familiar com pequenas produções diversificadas predomina no trecho do município de Baliza - especialmente nos lotes do Assentamento Oziel Pereira Alves e nos Assentamentos Banco da Terra - São Francisco e Jaguatirica no município de Caiapônia.

Quadro 3.6.5.10-21 - Pontos Georeferenciados - Trecho 7

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
93	Baliza	Marcação do traçado da futura LT - Estrada para o assentamento Oziel Alves Pereira	Direito	0,04	380,59	338215	8177197
94	Baliza	Sede do Assentamento Oziel Alves Pereira	Direito	3,26	385,66	342947	8173502
95	Baliza	Assentamento Oziel Alves Pereira	Direito	0,06	390,62	348192	8176209

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
96	Baliza	Escola Municipal Bandeirantes no Assentamento Oziel.	Direito	0,02	393,17	350740	8176004
97	Baliza	Lotes no Assentamento Oziel Alves Pereira	Direito	0,70	398,46	355640	8174801
101	Caiapônia	Banco da Terra - São Francisco	Direito	0,08	427,64	379686	8159267
102	Caiapônia	Escola Municipal João Ferreira Brito - Banco da Terra - São Francisco	Direito	0,46	427,93	379557	8158812
103	Caiapônia	Sede Assentamento Jaguatirica	Direito	2,16	431,95	380608	8154577
104	Caiapônia	Assentamento Jaguatirica	Direito	1,72	430,34	379995	8156130

Município Baliza

Assentamento Oziel Alves Pereira - INCRA

Inicialmente tentou-se produzir de forma coletiva nos 37480 ha do assentamento que reunia 7 acampamentos diferentes. Porém, com a saída de muitos assentados (das 4000 pessoas restam pouco mais de três mil) a área foi dividida em 553 lotes de aproximadamente 46ha. A dificuldade de manejo da água e de acesso a meios de produção fez com que muitos abandonassem a área. No núcleo urbano do assentamento há duas escolas, posto médico, área para eventos, Igreja, mercearias, bar e também a sede da cooperativa. Na Escola Municipal Bandeirantes atende 455 alunos somente no período da tarde divididos da seguinte forma: 380 alunos são da rede municipal e 75 da rede estadual atendendo assim todo o Assentamento. As séries lecionadas são: Pré-escola; 1º Ciclo Fundamental; 2º Ciclo Fundamental e Ensino Médio

Na maior parte dos lotes a produção de leite é a atividade predominante, mas também há plantio de cana forrageira, milho, mandioca e outros alimentos para autoconsumo. Alguns assentados também têm porcos, galinha e cabras. O assentamento foi criado em 2002, mas as famílias já estavam na área a mais tempo.



Figura 3.6.5.10-54 - Assentamento
 Oziel Alves Pereira



Figura 3.6.5.10-55 - Cooperativa Oziel
 Alves Pereira - Sede do Assentamento

Município de Caiapônia

Banco da Terra - São Francisco

O Banco da Terra está organizado em seis cooperativas: Cooperlândia, Coopervila, Cooperparaíso, Coopervida, Coopago, Coopecomprof. São 159 famílias que tem como principal atividade a produção de leite. Cada cooperativa é composta em média por 25 famílias e cada lote tem em média 15ha. Além do gado, muitas famílias plantam pequenas roças e criam galinhas e porcos para o autoconsumo. Dentro da área do assentamento, nas áreas comuns (coletivas) estão as reservas legais e as áreas destinadas ao lazer, inclusive cachoeiras que são frequentadas também por pessoas de fora dos assentamentos, especialmente pelos moradores de Doverlândia. Existem três linhas de transmissão já instaladas na região cruzando alguns dos lotes do assentamento próximo a Agrovila onde a cooperativa está instalada.

A Escola Municipal João Ferreira Brito recebe crianças de outros assentamentos e de fazendas de Campo Belo somente no período da tarde, atendendo alunos do pré escolar até o 1º ciclo do ensino fundamental. As demais séries geralmente são cursadas na Escola localizada no município de Doverlândia. Além do transporte escolar, há também uma Kombi que faz transporte diário para a sede do município. A mercearia, o bar, a Igreja e as áreas de lazer (cachoeiras) são utilizadas também pelos moradores do Assentamento Jaguatirica.

Vale destacar que o traçado da futura LT está previsto para cruzar o assentamento num loteamento próximo a Escola.



Figura 3.6.5.10-56 - Escola no Banco da Terra
São Francisco, Município de Caiapônia

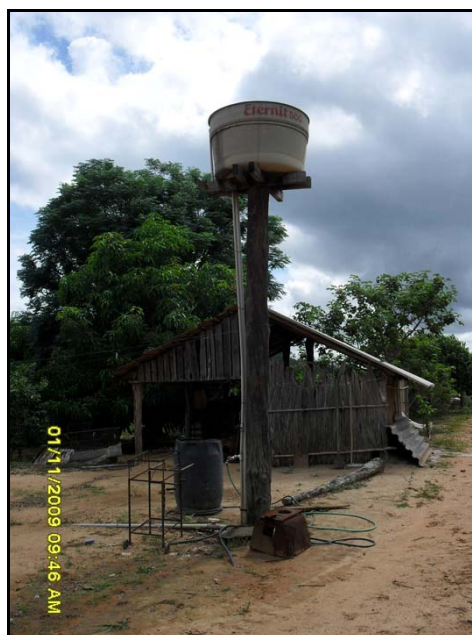


Figura 3.6.5.10-57 - Caixa d'Água no
Banco da Terra - São Francisco

Assentamento Jaguatirica

O assentamento Jaguatirica é o mais recente na região e a maior parte dos moradores começou a ocupar seus lotes no início do ano em 2009. Somente no lote sede, que era a sede da fazenda desapropriada é que há infraestrutura de captação de água (poço artesiano) e de fornecimento de luz elétrica. Nos demais lotes as casas e plantações ainda estão sendo feitas, muitos dos 46 lotes de 3 alqueires, onde residem as famílias, ainda não estão ocupados. Segundo informações dos assentados os projetos de melhoria, inclusive de extensão da rede elétrica (Programa Luz para Todos) já foram encaminhados para os órgãos competentes. Para atender a algumas necessidades básicas para a produção procuram as cooperativas do Banco da Terra - São Francisco. As crianças do assentamento freqüentam inclusive a escola do Banco da Terra. Para outros serviços deslocam-se para as cidades ou de Doverlândia ou Caiapônia.



Figura 3.6.5.10-58 - Casa no Assentamento Jaguatirica



Figura 3.6.5.10-59 - Mandioccal no Assentamento



Figura 3.6.5.10-60 - Sede do Assentamento

TRECHO 8 - Município de Caiapônia - (Próximo a Localidade Fazenda Palmital) até a Localidade Campo Belo (Próximo a Fazenda Inhumas)

Neste trecho o número de propriedades é reduzido, entretanto de uma maneira geral, são propriedades maiores que 1000 hectares onde predomina a pecuária voltada para grandes empreendimentos, caracterizando-se, portanto como uma paisagem do agronegócio.

Quadro 3.6.5.10-22 - Pontos Georeferenciados - Trecho 8

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
98	Baliza	Fazenda Palmital	Direito	0,07	408,82	365030	8170394
99	Baliza	Fazenda Santa Marcia	Esquerdo	-3,51	408,42	366397	8173721
100	Caiapônia	Fazenda Nova Lima	Esquerdo	-4,28	423,93	380951	8164850

Fazenda Palmital

Na localidade conhecida como Fazenda Palmital as propriedades são maiores que 1000 ha e predomina a pecuária como atividade principal. A Fazenda Nova Lima (970 alqueires), a Fazenda Palmital (4000 ha) e a Fazenda Santa Márcia (23400 ha) são áreas de criação de gado de raça. Nas Fazendas Nova Lima e Santa Márcia além das áreas de produção e das sedes que contam com infraestrutura de casas, escritórios, galpões e equipamentos há pista de pouso que é utilizada pelos proprietários.

A fazenda Santa Márcia pertence a Damha Agropecuária e desenvolve a seleção e produção de matrizes com o uso de tecnologias avançadas de inseminação artificial. A energia elétrica necessária para fazer funcionar instalações e equipamentos é gerada na própria fazenda numa PCH a fio d'Água. Segundo funcionários do empreendimento, esta em estudo a construção e uma segunda PCH para a ampliação das atividades na fazenda e em fazendas vizinhas tais como a fazenda Palmital que foi arrendada pela Damha Agropecuaria que além da pecuária desenvolve o plantio de soja e milho em outras fazendas.

A área ocupada pelas fazendas é extensa e cortada pela LT Itumbiara - Cuiabá, o traçado projetado para a LT Cuiabá-Ribeirãozinho-Rio Verde Norte passa por áreas de pasto nas três fazendas quase em paralelo com a LT já existente.



Figura 3.6.5.10-61 - Pasto da Fazenda Palmital com LTs ao fundo



Figura 3.6.5.10-62 - Acesso a Fazenda Santa Márcia



Figura 3.6.5.10-63 - Entrada da Fazenda Santa Márcia



Figura 3.6.5.10-64 - Sede da Fazenda Nova Lima

TRECHO 9 - Município de Caiapônia

(Próximo a Localidade Campo Belo) até a Serra do Caiapó

No trecho que se estende da Localidade Campo Belo em Caiapônia até a Serra do Caiapó, predominam as pequenas e médias propriedades familiares. Há um número menor de fazendas onde predomina a produção de soja, sendo a maior parte das propriedades, especialmente na Serra do Caiapó, dedicadas a pecuária, sobretudo nas áreas em que o relevo íngreme não está ocupado pela mata nativa.

Quadro 3.6.5.10-23 - Pontos Georeferenciados - Trecho 9

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
105	Caiapônia	Fazenda Inhumas - Propriedade de Carlos Henci	Direito	0,71	433,77	382861	8153989
106	Caiapônia	Marcação da Lt.	Direito	0,70	433,74	382851	8154019
107	Caiapônia	Fazenda Inhumas - Soja	Direito	0,79	438,33	385914	8150499
108	Caiapônia	Fazenda Inhumas	Direito	0,07	439,30	387102	8150276
109	Caiapônia	Fazenda Inhumas Lagoa	Esquerdo	-0,03	441,98	388823	8148249
110	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT - Cruzamento com a estrada entre as Fazendas Bacuri e Campo Belo.	Direito	0,28	440,66	387816	8149155
111	Caiapônia	Faz. Bacuri	Direito	1,46	441,38	387250	8147892
112	Caiapônia	Casa vazia	Esquerdo	-0,54	456,81	398392	8136903
113	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT - Rodovia dista 5 km da entrada para a sede do município de Caiapônia.	Direito	0,07	477,75	410841	8120063
114	Caiapônia	Propriedade de Jeroncio	Direito	0,57	479,43	411482	8118433
115	Caiapônia	Fazenda Filadelfia	Direito	0,06	483,95	414679	8115186
116	Caiapônia	Propriedade de Dejarmon	Esquerdo	-0,05	483,82	414686	8115362
117	Caiapônia	Fazenda Retirinho	Direito	1,21	484,72	414604	8113665
118	Caiapônia	Faz. Campo Grande (gado de corte e leite)	Esquerdo	-0,01	494,16	422325	8108578
119	Caiapônia	Fazenda Taquari	Direito	1,22	491,14	419327	8109952
120	Caiapônia	Faz. Campo Grande	Direito	0,06	491,75	420605	8110247

Localidade Campo Belo

Pela rodovia GO 060 que liga o município de Doverlândia a Caiapônia, uma outra área se distingue da área de Palmital, isto é, pelo tipo de propriedade, que são menores, com tamanhos entre 25 e 200 ha, tais como a Fazenda Bacuri (200 alqueires) na qual a principal atividade é a pecuária. O proprietário reside na casa há mais de 40 anos e ao redor da sede cultiva algumas hortaliças, frutas, dentre outros, para o autoconsumo. A sua propriedade já é cortada por Linhas de Transmissão e o traçado projetado para a futura LT cruza sobre área de pastagem e segue em direção a Fazenda Inhumas de (25 ha). Muitas destas fazendas são resultados do parcelamento de fazendas pelos herdeiros. A pecuária de leite, corte e recria são predominantes na região, mas em muitos trechos e especialmente nas margens da rodovia, há o predomínio da soja. De acordo com informações, nesta propriedade é utilizada a pulverização aérea através da contratação de uma empresa. Com exceção de alguns proprietários que compraram de vários herdeiros, a maior parte das áreas com cultivo de soja são arrendadas. A partir da Fazenda Inhumas de propriedade de Carlos Henci é possível acessar também o Banco da Terra São Francisco e o Assentamento Jaguatirica. Na Fazenda Inhumas, a principal atividade é a criação de gado com o uso de pastagem natural.

Campo Belo - na região várias fazendas recebem o nome de Inhumas. Segundo os moradores era uma família grande em que a medida que os filhos, netos e bisnetos foram crescendo ela foi sendo dividida em áreas menores. Foram encontrados pequenos sítios e fazendas entre 25 e 50 ha ocupadas por descendentes da família - nesta área já passam três LT em propriedades - que se dedicam a criação de gado e a agricultura para autoconsumo. Alguns arrendam parte de suas terras para plantio de soja. Outro tipo de propriedade que também recebe o nome de fazenda Inhumas pertence a Carlos Henci que comprou pequenos sítios e fazendas de herdeiros da família que era dona da Fazenda Inhumas original, e em sua fazenda cria-se gado de leite, corte e para recria. Há uma pequena área plantada com cana forrageira e uma represa para alimentar o gado, a maior parte da fazenda (inclusive no trecho projetado para a LT) as terras são usadas para pasto.



Figura 3.6.5.10-65 - Fazenda Bacuri,
localidade de Campo Belo



Figura 3.6.5.10-66 - Localidade Campo Belo
Sede da Fazenda Inhumas de Carlos Henci



Figura 3.6.5.10-67 - Localidade Campo Belo - Sede
da Fazenda Inhumas de Carlos Henci

Serra do Caiapó

Nas propriedades ao longo da Serra do Caiapó a mata nativa ocupa as encostas mais íngremes e nas áreas de relevo menos acidentado a principal atividade é a pecuária de leite e de corte. Muitos moradores da cidade se deslocam para Serra nos finais de semana devido a proximidade. Alguns proprietários residem na cidade de Caiapônia, Brasília e Cuiabá e são médicos, dentistas, engenheiros, funcionários públicos. Para estes a relação que tem com suas terras é mais afetiva do que de fato um investimento na pecuária. As propriedades têm em média entre 250 e 500 ha. De modo geral, os proprietários são muito antigos, como no caso do Sr. Dejarmon, que reside há mais de 40 anos em sua fazenda de 127,5 alqueires, ou tem família na região como é o caso dos proprietários da Fazenda Filadélfia, e as propriedades menores são resultado do parcelamento de

fazendas por herdeiros. A propriedade de Jerônimo e a Fazenda Retirinho (230 alqueires), assim como a Fazenda Taquari (50 alqueires) também se enquadram no mesmo caso.

Dos entrevistados apenas dois arrendatários e uma proprietária não eram nativos das redondezas.



Figura 3.6.5.10-68 - Paisagem da Serra do Caiapó



Figura 3.6.5.10-69 - Fazenda Filadelfia



Figura 3.6.5.10-70 - Fazenda Retirinho



Figura 3.6.5.10-71 - Fazenda Taquari

O acesso as fazendas é precário e em dias chuvosos muitas das estradas ficam intransitáveis. A maior parte da produção de leite que é armazenada em tanques de resfriamento vai para a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano/ Rio Verde - COMIGO. Alguns pequenos produtores também fazem queijo que entregam diretamente nas cidades. Em grande parte das casas já há luz elétrica e antena parabólica. A água é captada por gravidade de nascentes e rios da Serra. Nos locais em que as famílias proprietárias não residem na sede é comum encontrar um funcionário, geralmente solteiro que toma conta da fazenda.

No início da descida da Serra, em direção ao município de Montividiu, há indicação de uma área de mineração de Calcário, mas em seguida reaparece na paisagem a predominância da pecuária, embora em propriedades maiores, tais como a Fazenda Campo Grande e Fazenda JHS que ocupam o terço final da descida da Serra. A Fazenda Campo Grande original foi dividida em fazendas menores (222 alqueires) nas quais a atividade predominante é a pecuária, nelas a linha de transmissão de energia já existente cruza sobre áreas de pastagem. Nas áreas planas tais como em parte dos 100 alqueires da fazenda JHS o que predomina na paisagem é o plantio de soja, milho e sorgo. As margens da Rodovia e até próximo ao Povoado de Planalto Verde o plantio de soja se estende nas áreas planas.

TRECHO 10 - Município de Caiapônia - (Próximo ao Povoado Planalto Verde)
Município de Montividiu - Município de Rio Verde

Acompanhando a mudança do relevo que se torna mais suave - suave ondulado as áreas que se estendem do Povoado de Planalto Verde no município de Caiapônia até próximo ao município de Rio Verde se caracterizam pelas extensas plantações de soja e de área de Integração da empresa Perdigão. Até mesmo a Comunidade Menonita, no município de Montividiu produz soja em larga escala para vender em conjunto a produção para grandes empresas, se configurando também como uma paisagem onde prevalece o agronegócio.

Quadro 3.6.5.10-24 - Pontos Georeferenciados - Trecho 10

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
121	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT	Direito	0,04	491,80	420645	8110224
122	Caiapônia	Faz. JHS - Atividade principal é o plantio de soja e milho.	Direito	0,04	505,24	430599	8101380
123	Caiapônia	Fazenda Bom Jardim	Esquerdo	-0,17	518,61	440993	8092972
124	Caiapônia	Fazenda Bom Jardim - Propriedade de Sebastião Lázaro Leal.	Direito	0,06	518,94	441104	8092580
125	Caiapônia	Fazenda Bom Jardim - Propriedade de Ivanilda Regina Agreli Leão.	Direito	0,07	520,17	442053	8091802
126	Caiapônia	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	Esquerdo	-1,94	523,51	445937	8091413
127	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT	Direito	0,07	524,14	445241	8089426
128	Caiapônia	Casa fechada	Direito	1,21	523,84	444313	8088694

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
129	Caiapônia	Fazenda São Tome	Direito	5,37	526,22	443745	8083934
130	Caiapônia	Povoado Planalto Verde	Direito	6,29	525,57	442670	8083590
131	Montividiu	Plantio de soja (Cassol)	Direito	1,93	540,53	456430	8077315
132	Montividiu	Plantio de soja (Cassol)	Direito	0,79	540,69	457287	8078079
133	Montividiu	Faz. Tropical	Direito	1,89	541,42	457133	8076764
134	Montividiu	Marcação do traçado da futura LT - Estrada GO-220 entre Montividiu e Caiapônia.	Direito	0,08	542,85	459390	8077217
135	Montividiu	Fazenda Brasilanda - (Gado)	Direito	1,40	558,71	470631	8065936
136	Montividiu	Fazenda Brasilanda - (Soja)	Direito	2,45	559,46	470473	8064679
137	Montividiu	Fazenda 2J.1	Direito	0,10	561,61	473638	8065038
138	Montividiu	Fazenda 5S - Área usada para plantio de cana de açúcar	Direito	0,07	562,50	474334	8064476
139	Montividiu	Fazenda Pindaiba (soja)	Esquerdo	-1,94	564,64	477268	8064620
140	Montividiu	Fábrica da Cargil	Esquerdo	-8,17	571,16	486276	8065128
141	Rio Verde	Talhão de cana próximo a rodovia	Esquerdo	-2,75	583,88	492432	8052746
142	Rio Verde	Comunidade Menonita	Esquerdo	-2,67	584,16	492587	8052505
143	Rio Verde	Marcação do traçado da futura LT próximo a Integração Perdigão	Direito	0,12	588,31	494152	8047958
144	Rio Verde	Rural Rio	Esquerdo	-0,95	590,79	496847	8047977
145	Rio Verde	Acampamento Nova Esperança	Direito	1,15	590,39	495656	8046195
146	Rio Verde	Fazenda de produção de Soja - Propriedade Sr. Boldrim	Direito	0,27	589,08	494800	8047515

Povoado Planalto Verde

O Povoado de Planalto Verde, situado nas margens da rodovia GO 174, além de entreposto para as fazendas das redondezas, abriga um secador e a empresa de Calcário Caiapônia. Alguns dos moradores trabalham na própria localidade, seja nestes empreendimentos, seja em lojas, mercearia, padaria, posto de gasolina e bares. As ruas principais do povoado são asfaltadas e conta ainda com uma escola, posto médico e Igrejas católica e evangélica. Ao redor e entre o

Povoado e o município de Montividiu a principal atividade nas áreas planas é o cultivo de soja e milho. O conjunto de fazendas conhecido como Fazenda Bom Jardim pertence a pessoas que são aparentadas entre si, o proprietário de um dos talhões (14 alqueires) plantados com soja informou que a proximidade com a rodovia faz com que eles prefiram fazer compras em Caiapônia, mas que as crianças da família estudam no Povoado de Planalto Verde. Segundo o funcionário da Fazenda Tropical (1700 ha), que também é usada para o cultivo de soja como as demais terras neste trecho, grande parte das propriedades está arrendada para o plantio de soja pela Empresa Cassol. Ainda de acordo com o mesmo funcionário, a atividade de pulverização aérea costuma ser utilizada na área.



Figura 3.6.5.10-72 - Igreja no Povoado de Planalto Verde



Figura 3.6.5.10-73 - Ruas no Povoado de Planalto Verde

O acesso para fazendas Nossa Senhora Aparecida e São Tomé também se localiza no Povoado de Planalto Verde que possui algumas ruas que terminam no campo de soja irrigado com pivô central da Fazenda São Tome.

Existem atualmente três Linhas de Transmissão que atravessam um talhão de 284ha da fazenda Nossa Senhora Aparecida na qual se cultiva soja, milho, feijão e algodão. O Traçado da futura LT está projetado para seguir em paralelo a estas. Devido a proximidade do Povoado, a maior parte dos empregados tem residência lá.



Figura 3.6.5.10-74 - Soja Irrigada com pivô central na Fazenda São Tomé



Figura 3-51 - Sede da Fazenda Nossa Senhora Aparecida



Figura 3-52 - Sede da Fazenda Tropical

Município de Montividiu

Fazenda Brasilanda

Na área do município de Montividiu, em estudo para a construção da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte, o que predomina na paisagem são extensas plantações de soja pertencentes a empreendimentos de agronegócio. Na Fazenda Brasilanda (6500 ha) moram 35 famílias de empregados em casas construídas em talhões e na sede que conta com posto médico, alojamentos, refeitório, escola e área de lazer. A maior parte da área é destinada ao plantio e na sede há silos, secadores e armazéns para tratamento e armazenagem da soja. Próximo as margens do Rio Pindaíba a pecuária de leite toma o lugar da soja em uma faixa estreita entre os

campos de soja e mata ciliar à beira do rio. As fazendas vizinhas a Brasilanda, Fazenda 5 S e a Fazenda 2J.1 seguem o mesmo padrão de plantio de soja em talhões extensos sendo que na primeira, além da soja há uma granja e uma área ocupada com plantio de cana de açúcar. Segundo informações obtidas no local a fazenda vizinha a esta - Fazenda 2J.1 - segue o mesmo padrão de plantio de soja em talhões extensos.



Figura 3.6.5.10-75 - Fazenda Brasilanda



Figura 3.6.5.10-76 - Talhão de soja na Fazenda Brasilândia



Figura 3.6.5.10-77 - Tanque de resfriamento de leite



Figura 3.6.5.10-78 - Plantação de Cana de Açúcar no município de Montividiu - GO

Município de Rio Verde

Localidade Monte Alegre

O cultivo de soja predomina na paisagem, em grandes e pequenas propriedades, organizadas em comunidades e associações em projetos de integração de produtores. Nos últimos 5 anos a parceira com a empresa Perdigão promoveu o surgimento de áreas de Integração de produtores de ovinos, suínos, aves e soja.

Nesta localidade, reside uma comunidade Menonita na qual 60 famílias professam a mesma religião e modo de vida. Cada família ocupa uma parcela de 75ha onde são cultivados soja, milho e sorgo. Na sede da comunidade ficam o Templo e a respectiva editora, o salão de encontros e a escola. Há também um cemitério num trecho mais afastado onde são enterrados os membros da comunidade.

Os Menonitas têm origem nos Estados Unidos. Os primeiros migrantes se instalaram na área atraída pela possibilidade de fundar uma comunidade em que pudessem criar seus filhos de acordo com seus valores, avessos a tecnologias da informação e aos valores da educação laica. Pregam a unidade e a valorização da identidade Menonita e pouco freqüentam as sedes dos municípios. A vida comunitária é organizada a partir dos valores da religião e por este motivo as poucas pessoas que podem falar pela comunidade são os pastores da Igreja.

Nos últimos anos com a criação de parcerias de integração com a empresa Perdigão para a produção de soja, milho, aves e suínos a área próxima a comunidade Menonita começou a ser mais intensamente explorada e com isso a circulação de caminhões e carros pelas estradas de terra aumentou. De acordo com os moradores do Acampamento Nova Esperança, uma segunda entrada aberta para a Comunidade Menonita é a estrada que leva a Integração Perdigão (com 8 cooperados), assim como nas propriedades arrendadas pela Rural Rio e na Fazenda do Sr. Boldrim na qual os 360 hectares são ocupados com o plantio de soja inclusive sob a LT Itumbiara-Cuiabá que cruza a estrada próxima ao acampamento Nova Esperança.



Figura 3.6.5.10-79 - Comunidade Menonita



Figura 3.6.5.10-80 - Estrada de escoamento da produção da comunidade Menonita

Acampamento Nova Esperança - Federação da Agricultura Familiar do Estado de Goiás- FETRAF/ CUT

As margens da Rodovia GO 174 que liga os municípios de Montividiu a Rio Verde, o acampamento Nova Esperança ocupa uma área entre plantações de soja e a entrada para uma área de Integração da Perdigão. São 35 famílias que há 6 anos ocupam a área. Eles trabalham como diaristas nas fazendas e nas sedes dos municípios de Rio Verde e Montividiu. Plantam milho, arroz, feijão e mandioca para autoconsumo e eventualmente recebem cestas básicas da FETRAF - GO/CUT. As crianças vão para escola em Rio Verde. Das famílias que moram no acampamento apenas duas recebem o bolsa família. A água é captada de uma mina e a luz "puxada" da rede de distribuição de energia.



Figura 3.6.5.10-81 - Acampamento Nova Esperança



Figura 3.6.5.10-82 - Acampamento Nova Esperança

TRECHO 11 - Município de Município de Rio Verde (Próximo a Localidade Rio Verdinho) - SE Rio Verde

Próximo a sede do município de Rio Verde a paisagem das grandes áreas de produção de soja dá lugar a um conjunto de pequenas propriedades produtoras de hortifrutigranjeiros e áreas de lazer usadas tais como chácaras e pesque-pagues que estão vinculados a área urbana. A exceção da área é o entorno da SE Rio Verde onde há fazendas de produção de soja.

Por apresentar esse tipo de característica, o conjunto dessas propriedades será descrita a partir do nome do proprietário, já que por conta da reorganização do território em pequenas propriedades não foi possível identificar durante a realização do campo o nome original da propriedade.

Quadro 3.6.5.10-25 - Pontos Georeferenciados - Trecho 11

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
147	Rio Verde	Integração Perdígão	Direito	0,28	589,08	494795	8047508
148	Rio Verde	Estância Raio de Sol	Direito	0,69	592,70	497968	8045712
149	Rio Verde	Sítio de propriedade de D. Amália.	Esquerdo	-0,03	595,55	500872	8045266
150	Rio Verde	Propriedade de Cleuza. Principal atividade é a pecuária	Direito	0,06	595,37	500670	8045261
151	Rio Verde	Propriedade de Renam Ferreira Carvalho. Arrenda parte da propriedade para pasto.	Esquerdo	-0,21	595,84	501207	8045325
152	Rio Verde	Chácara - Sueli Leão de Moraes	Esquerdo	-1,38	595,98	501795	8046342
153	Rio Verde	Propriedade de Cleide Peripato	Direito	0,61	599,97	504823	8043168
154	Rio Verde	Pesque Pague Cambuí	Direito	0,61	599,96	504821	8043171
155	Rio Verde	Sede Fechada	Direito	1,13	600,68	505342	8042450
156	Rio Verde	Pasto em uso	Direito	1,48	601,35	505874	8041910
157	Rio Verde	Propriedade de Jackson Foshiera Aliev	Direito	0,42	601,13	505985	8042989
158	Rio Verde	Chácara - Maria da Conceição de Moura	Esquerdo	-2,40	603,23	508856	8045024
159	Rio Verde	Granja SC Perdígão	Esquerdo	-2,14	603,42	508954	8044722
160	Rio Verde	Chácara - Adenor Custodio	Esquerdo	-2,14	603,42	508956	8044725
161	Rio Verde	Casa fechada	Esquerdo	-1,51	603,90	509217	8043970

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	Coordenada X	Coordenada Y
162	Rio Verde	Propriedade de Roberto	Esquerdo	1,78	604,24	508525	8040736
163	Rio Verde	Represa que abastece diversas propriedades	Direito	0,80	603,93	508539	8041768
164	Rio Verde	Sítio de Jandira	Direito	0,04	603,86	508700	8042509
165	Rio Verde	Chácara	Direito	0,45	603,77	508486	8042148
166	Rio Verde	Fazenda Boa Vista	Esquerdo	-0,43	604,42	509381	8042781
167	Rio Verde	Fazenda Boa Vista	Esquerdo	-1,18	607,02	512083	8042695
168	Rio Verde	Propriedade de Seu Antônio e filhos - Sede	Direito	0,90	608,20	512566	8040354
169	Rio Verde	Propriedade de Seu Antônio e filhos - Soja	Direito	0,90	608,20	512566	8040352
170	Rio Verde	Propriedade de Denilson	Direito	0,02	608,71	513324	8041037
171	Rio Verde	Propriedade de Lazaro	Esquerdo	-0,21	608,82	513497	8041221
172	Rio Verde	Propriedade de Ronam	Direito	1,04	608,99	513279	8039975
173	Rio Verde	Propriedade de Ilde	Direito	1,12	609,21	513456	8039833
174	Rio Verde	Propriedade de Jurandir	Direito	0,29	609,06	513575	8040673
175	Rio Verde	Subestação Rio Verde	Direito	0,02	609,88	514391	8040629

Localidade Rio Verdinho

Na rodovia GO 174 de Montividiu em direção a Rio Verde, no trecho em que o relevo começa a tornar-se mais acidentado, as extensas plantações de soja dão lugar a uma diversidade maior de atividades e culturas. Além de fazendas de pecuária e do plantio de cana-de-açúcar e milho tais como a Estância Raio de Sol, há pequenas propriedades onde se produz tanto para o autoconsumo quanto para venda na cidade (hortaliças, milho para pamonha, galinhas, porcos, frutas), tais como o sítio de D. Sueli que planta mandioca em sua propriedade de 6,5 alqueires e fabrica polvilho para vender na cidade.

Há produtores de pamonha, rapadura, polvilho e queijo. Estes sítios têm em média 14ha, captam água por gravidade de minas e de rios. Também foram encontradas residências - chácaras - de pessoas que trabalham no município de Rio Verde tais como a propriedade de Dona Cleusa que até sofrer um derrame e se aposentar trabalhava como pedagoga na cidade ou como o Sr. Renam que é corretor na cidade. O sítio de propriedade de Dona Amália (cerca de 04 alqueires) esta

fechado, desde que a LT Itumbiara-Cuiabá foi instalada a uma distância de menos de 100 m da casa. De acordo com informações de sua vizinha, não havia a possibilidade de mudar a casa de lugar no sítio por que ele é menor que 4 alqueires.

Devido à proximidade com a cidade, há empreendimentos destinados ao lazer tais como fazenda de aluguel de cavalos e pesque e pagues. No Pesque e Pague Cambuí (3 alqueires) além da represa de peixes há uma área de bar e salão conjugados a casa do proprietário. A maior parte das pessoas que freqüentam o local vem de Rio Verde que fica a 15 minutos de carro.

Numa faixa de transição entre as localidade Rio Verdinho e o Entorno da Subestação Rio Verde destacam-se uma propriedade de 150 ha cuja a principal atividade é a pecuária de corte e a Fazenda Boa Vista (40 alqueires) cuja a principal atividade é a pecuária, embora segundo o proprietário, uma parte da propriedade esteja arrendada para o cultivo da soja. Por conta do tipo de produção e de uma aproximação com as características das propriedades elas serão incluídas antes da descrição do entorno da Subestação.



Figura 3.6.5.10-83 - Pesque e Pague Cambuí



Figura 3.6.5.10-84 - Propriedade de 150 ha

Ainda nesta transição do entorno da localidade Rio Verdinho para a SE Rio Verde para além de fazendas de gado merece destaque a Granja SC Perdígão que negocia insumos, matrizes e equipamentos para parceiros nos projetos de Integração Perdígão deste Rio Verde até Montividiu.



Figura 3.6.5.10-85 - Granja Perdigão

SE Rio Verde

A área ao redor da Subestação é ocupada por fazendas de plantio de soja nas áreas planas e por pecuária no relevo ondulado. As propriedades de modo geral têm entre 50 e 350 ha. Por pertencerem a parentes (pai e filhos ou irmãos), alguns realizam em conjunto o plantio de soja tais como as fazendas da família do Sr. Antonio Menezes e a fazenda de seu filho Denílson que planta soja numa área de 350 hectares. A área desapropriada para a construção da Subestação dividiu ao meio uma das fazendas de propriedade do Sr. Jurandir que continua fazendo o plantio em conjunto nas duas áreas. Vizinhos a propriedade do Sr. Jurandir estão as propriedades de Ilda Pereira Campos (5 alqueires) e de Ronam Pereira (7 alqueires) nas quais a produção diversificada de hortifrutigranjeiros em especial o milho para fabricação de pamonha, seja vendida diretamente na cidade.



Figura 3.6.5.10-86 - Propriedade de Sr. Jurandir



Figura 3.6.5.10-87 - Propriedade de Sr. Jurandir

Além das fazendas de soja e gado tais como a propriedade do Sr. Lazaro que cria gado numa propriedade de 10 alqueires, dois outros tipos de estabelecimentos estão presentes nas áreas: uma fazenda de plantio de eucalipto de propriedade do Sr. Jackson Foshiera Aliev sobre a qual passa a LT Itumbiara - Cuiabá. Na área próxima a LT, o eucalipto foi cortado e passou-se a criação de gado de corte; e os sítios nos quais os moradores têm produção diversificada de milho para pamonha, mandioca, feijão, hortaliças e frutas para autoconsumo e para vender na cidade. É o caso, por exemplo, do Sr Adenor Custodio que vive numa chácara, vizinha a propriedade de Roberto, há 1 hora de bicicleta do centro da cidade de Rio Verde.



Figura 3.6.5.10-88 - Propriedade de Jackson Foshiera Aliev



Figura 3.6.5.10-89 - Propriedade de Jackson Foshiera Aliev - Plantação de eucalipto

Neste segundo tipo destacam-se também duas áreas: a primeira uma chácara de 20 ha de propriedade de uma professora universitária que instalou diversos equipamentos e experimentos para seus alunos do curso de Agronomia e uma família que está em litígio pela posse de uma área de 12ha ocupada pela atual moradora do local, com sua respectiva família há mais de 20 anos.



Figura 3.6.5.10-90 - Propriedade em litígio, de acordo com informações da moradora.



Figura 3.6.5.10-91 - Subestação de Rio Verde



Figura 3.6.5.10-92 - Plantações próximo aos limites da Subestação de Rio Verde

- Pontos de Relevante Interesse Social na AID

Apesar de alguns pontos, apresentados nos quadros a seguir, terem sido analisados ao longo do estudo, sobretudo na parte descrição do traçado, nesta seção, procurar-se-á enfatizar algumas regiões que deverão receber uma maior atenção, a fim de avaliar o grau de interferência sobre as localidades, povoados e assentamentos rurais identificados ao longo do corredor de 05 km da

LT. O objetivo é destacar os pontos que se encontram na faixa de servidão, bem como os lugares que são referencia ou pólo para população local.

De uma maneira geral, a área de influência direta pelo empreendimento, tem um padrão de baixa ocupação, onde prevalecem áreas de lavoura e pastagem que são objeto de práticas econômicas mecanizadas, com pouca utilização de mão de obra.

A rigor, foram elaborados dois quadros, o primeiro: referente aos pontos próximos a faixa de servidão variando de 0 a 300 metros. Esses pontos são principalmente assentamentos rurais, povoados e fazendas, que poderão sofrer impactos tanto na fase de obra quanto na fase de funcionamento da LT. Entre estes impactos, consideram-se: a perda de áreas produtivas, a desvalorização de imóveis, a restrição de áreas de uso, queda de rendimentos, entre outros.

De acordo com o **Quadro 3.6.5.10-26**, há uma série de fazendas e áreas dentro dos assentamento rural que merecem mais atenção por estarem há menos de 100 metros do traçado. Dentre essas pode-se destacar: Loteamento Fazenda Serrana, Fazenda Chaparral, Fazenda Papai e Mamãe, o Assentamento Oziel Alves Pereira, Fazenda Palmital, Fazenda Inhumas Lagoa, Fazenda Filadélfia, dentre outras conforme pode ser observado no **Quadro 3.6.5.10-26**.

Quadro 3.6.5.10-26 - Ocupações próximas a faixa de servidão da LT (0-300 metros)

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
1	Cuiabá	Subestação Cuiabá	Direito	142,07	0,06	623027	8265340
2	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Olho d'Água	Esquerdo	112,27	11,49	633099	8260037
3	Santo Antônio do Leverger	Chácara situada na Localidade Baía do Jacaré	Esquerdo	217,02	17,37	638223	8257170
4	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Baía do Jacaré	Direito	296,83	18,91	639354	8256025
5	Santo Antônio do Leverger	Traçado da futura LT cruza rodovia BR 364/163	Direito	56,90	17,50	638197	8256869
6	Santo Antônio do Leverger	Trevo indicando entrada para o Município Barão de Melgaço	Direito	135,21	29,39	648863	8251743

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
7	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Brejão da Laje	Direito	51,38	29,31	648808	8251846
8	Santo Antônio do Leverger	Trecho em que o traçado da futura LT sobe a Serra de São Vicente (área florestada)	Esquerdo	66,05	29,19	648725	8251992
9	Santo Antônio do Leverger	Loteamento da Fazenda Serrana	Direito	4,70	41,10	659036	8247010
10	Juscimeira	Entrada p/ banco da Terra	Direito	54,69	136,94	742272	8210743
11	Rondonópolis	Marcação do traçado da futura LT	Direito	60,02	145,23	750178	8208312
12	Rondonópolis	Marcação do traçado da futura LT entre Assentamento Chico Mendes e Fazenda O	Direito	51,01	155,39	760017	8205843
13	Rondonópolis	Sítio Miranda	Direito	191,13	166,11	770406	8203250
14	Poxoréo	LT existente entre Jarudore e Fazenda Grotão	Direito	289,26	172,88	777025	8201701
15	Poxoréo	Fazenda Santana	Direito	81,97	217,47	179418	8199719
16	Poxoréo	Fazenda Cabeceira do Calango	Direito	266,09	217,37	820650	8199544
17	Poxoréo	Indicação do traçado da futura LT	Esquerdo	93,02	184,04	787766	8199715
18	Poxoréo	Linha de Transmissão Itumbiara-Cuiabá	Esquerdo	89,60	184,07	787796	8199711
19	Poxoréo	Assentamento Carlos Marighela - acesso para a estrada que liga ao Jarudore	Direito	88,86	180,04	783749	8199494
20	Poxoréo	Placa de obras na Entrada do Assentamento Carlos Marighela	Direito	135,33	185,27	788971	8199396

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
21	Poxoréo	Fazenda Santana - Curral	Direito	297,92	217,41	179343	8199508
22	Guiratinga	Faz. Rio Moreno	Esquerdo	325,95	224,36	186304	8199714
23	Guiratinga	Marcação do traçado da futura LT - Estrada que dá acesso a Faz. Rio Moreno.	Direito	44,30	224,89	186826	8199339
24	Guiratinga	Sede fechada	Esquerdo	32,90	228,77	190707	8199381
25	Guiratinga	Marcação do traçado da futura LT - Estrada de terra que desce em direção a Guiratinga.	Direito	45,60	228,72	190652	8199303
26	Guiratinga	Faz. Chaparral	Direito	37,41	241,81	203697	8198673
27	Guiratinga	Fazenda do Adão (Sítio do Picapau)	Esquerdo	213,48	243,92	205878	8198727
28	Guiratinga	Pasto (gado) em uso	Direito	48,98	243,58	205465	8198655
29	Guiratinga	Marcação LT. Lt cruzando a estrada próximo a Guiratinga (em direção a Faz. Chaparral)	Direito	62,76	242,54	204427	8198645
30	Guiratinga	Área ocupada por extensa plantação de soja.	Direito	61,41	272,81	231010	8185054
31	Guiratinga	Sítio São Jose	Esquerdo	207,67	247,67	209093	8196808
32	Guiratinga	LTs existentes entre o Povoado Alto Diamantino e Município de Guiratinga.	Direito	11,12	276,68	234837	8184444
33	Torixoreu	Entrada Fazenda Papai e Mamãe	Esquerdo	10,40	323,88	281581	8179054

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
34	Torixoreu	Marcação do traçado da futura LT - Estrada em direção ao Povoado Pouso Alto próximo a entrada da Faz. Papa	Direito	31,70	324,49	282188	8179024
35	Torixoreu	Marcação do traçado da futura LT - cruzamento sob Fazenda Ouro Verde.	Direito	43,96	334,87	292564	8179218
36	Ribeirãozinho	Substação Ribeirãozinho	Direito	42,28	367,26	324915	8177999
37	Baliza	Marcação do traçado da futura LT - Estrada para o assentamento Oziel Alves Pereira	Direito	37,08	380,59	338215	8177197
38	Baliza	Assentamento Oziel Alves Pereira	Direito	62,45	390,62	348192	8176209
39	Baliza	Escola Municipal Bandeirantes no Assentamento Oziel.	Direito	21,83	393,17	350740	8176004
40	Baliza	Fazenda Palmital	Direito	67,65	408,82	365030	8170394
41	Caiapônia	Banco da Terra - São Francisco	Direito	84,84	427,64	379686	8159267
42	Caiapônia	Fazenda Inhumas	Direito	71,13	439,30	387102	8150276
43	Caiapônia	Fazenda Inhumas Lagoa	Esquerdo	25,66	441,98	388823	8148249
44	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT - Cruzamento com a estrada entre as Fazendas Bacuri e Campo Belo.	Direito	282,90	440,66	387816	8149155

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
45	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT - Rodovia a 5 km da entrada para a sede do município de Caiapônia.	Direito	67,86	477,75	410841	8120063
46	Caiapônia	Fazenda Filadelfia	Direito	61,76	483,95	414679	8115186
47	Caiapônia	Propriedade de Dejarmon	Esquerdo	52,45	483,82	414686	8115362
48	Caiapônia	Faz. Campo Grande (gado de corte e leite)	Esquerdo	9,25	494,16	422325	8108578
49	Caiapônia	Faz. Campo Grande	Direito	58,39	491,75	420605	8110247
50	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT	Direito	43,18	491,80	420645	8110224
51	Caiapônia	Faz. JHS - Atividade principal é o plantio de soja e milho.	Direito	35,19	505,24	430599	8101380
52	Caiapônia	Fazenda Bom Jardim	Esquerdo	166,35	518,61	440993	8092972
53	Caiapônia	Fazenda Bom Jardim - Propriedade de Sebastião Lázaro Leal.	Direito	63,56	518,94	441104	8092580
54	Caiapônia	Fazenda Bom Jardim - Propriedade de Ivanilda Regina Agreli Leão.	Direito	69,62	520,17	442053	8091802
55	Caiapônia	Marcação do traçado da futura LT	Direito	71,48	524,14	445241	8089426
56	Montividiu	Marcação do traçado da futura LT - Estrada GO-220 entre Montividiu e Caiapônia.	Direito	81,93	542,85	459390	8077217
57	Montividiu	Fazenda 2J.1	Direito	102,30	561,61	473638	8065038

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
58	Montividiu	Fazenda 5S - Área usada para plantio de cana de açúcar	Direito	74,21	562,50	474334	8064476
59	Rio Verde	Marcação do traçado da futura LT próximo a Integração Perdígão	Direito	115,09	588,31	494152	8047958
60	Rio Verde	Fazenda de produção de Soja - Propriedade Sr. Boldrim	Direito	270,21	589,08	494800	8047515
61	Rio Verde	Integração Perdígão	Direito	278,61	589,08	494795	8047508
62	Rio Verde	Sítio de propriedade de D. Amália.	Esquerdo	27,62	595,55	500872	8045266
63	Rio Verde	Propriedade de Cleuza. Principal atividade é a pecuária	Direito	55,79	595,37	500670	8045261
64	Rio Verde	Propriedade de Renam Ferreira Carvalho. Arrenda parte da propriedade para pasto.	Esquerdo	212,62	595,84	501207	8045325
65	Rio Verde	Sítio de Jandira	Direito	42,33	603,86	508700	8042509
66	Rio Verde	Propriedade de Denilson	Direito	17,61	608,71	513324	8041037
67	Rio Verde	Propriedade de Lazaro	Esquerdo	210,75	608,82	513497	8041221
68	Rio Verde	Propriedade de Jurandir	Direito	286,54	609,06	513575	8040673
69	Rio Verde	Subestação Rio Verde	Direito	23,52	609,88	514391	8040629

▪ Pontos de Relevante Interesse Social Próximos à Faixa de Servidão

O segundo quadro concentra os pontos definidos como de sensibilidade, nesta classificação estão os pontos que variam de 301 a 900 metros da faixa de servidão da LT, a definição dessa metragem está relacionada com possíveis ajustes que o empreendimento possa ter e com isso afetar localidades que estejam nessa faixa.

Nesse grupo estão principalmente àquelas regiões que poderão sofrer impactos principalmente, durante o período de obras como, por exemplo, paralisação temporária das atividades agrícolas, quedas nos rendimentos e aumento de acidentes rodoviários provenientes do aumento do fluxo de veículos nas vias que serão utilizadas para o transporte de materiais, equipamentos e insumos construtivos, assim como para o transporte da mão-de-obra até as frentes de trabalho. Esse risco é potencializado nas comunidades com maior adensamento populacional, onde se encontram grande número de crianças e adolescentes, como povoados, assentamentos rurais e expansões urbanas, bem como em cruzamentos da Linha de Transmissão LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte com rodovias. No **Quadro 3.6.5.10-27** é possível observar essas áreas.

Quadro 3.6.5.10-27 - Pontos de Relevante Interesse Social (situados entre 301 a 900 metros do eixo da LT)

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
16	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Laje	Direito	543,35	30,61	649912	8251015
34	Rondonópolis	Comunidade Pinguela - Sítio Ouro Verde	Direito	497,29	144,38	749252	8208088
67	Guiratinga	Fazenda sendo reformada	Direito	663,54	242,05	203936	8198046
70	Guiratinga	Faz. Chaparral - (Entrada e Sede)	Esquerdo	715,92	242,72	204614	8199423
84	Torixoreu	Fazenda Vale Do Mimoso	Esquerdo	732,23	328,66	286345	8179871
86	Torixoreu	Armazém Boa Esperança	Direito	536,82	334,47	292176	8178718
97	Baliza	Lotes no Assentamento Oziel Alves Pereira	Direito	700,92	398,46	355640	8174801
102	Caiapônia	Escola Municipal João Ferreira Brito - Banco da Terra - São Francisco	Direito	460,91	427,93	379557	8158812

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Distância (para linha) (mts)	Quilômetro da linha	X	Y
105	Caiaopônia	Fazenda Inhumas - Propriedade de Carlos Henci	Direito	708,97	433,77	382861	8153989
106	Caiaopônia	Marcação da Lt.	Direito	698,99	433,74	382851	8154019
107	Caiaopônia	Fazenda Inhumas - Soja	Direito	785,86	438,33	385914	8150499
112	Caiaopônia	Casa vazia	Esquerdo	543,17	456,81	398392	8136903
114	Caiaopônia	Propriedade de Jeroncio	Direito	570,52	479,43	411482	8118433
132	Montividiu	Plantio de soja (Cassol)	Direito	791,05	540,69	457287	8078079
148	Rio Verde	Estância Raio de Sol	Direito	694,55	592,70	497968	8045712
153	Rio Verde	Propriedade de Cleide Peripato	Direito	610,25	599,97	504823	8043168
154	Rio Verde	Pesque Pague Cambuí	Direito	608,01	599,96	504821	8043171
157	Rio Verde	Propriedade de Jackson Foshiera Aliev	Direito	422,42	601,13	505985	8042989
163	Rio Verde	Represa que abastece diversas propriedades	Direito	796,88	603,93	508539	8041768
165	Rio Verde	Chácara	Direito	451,71	603,77	508486	8042148
166	Rio Verde	Fazenda Boa Vista	Esquerdo	426,31	604,42	509381	8042781
168	Rio Verde	Propriedade de Seu Antônio e filhos - Sede	Direito	900,97	608,20	512566	8040354
169	Rio Verde	Propriedade de Seu Antônio e filhos - Soja	Direito	902,88	608,20	512566	8040352

d. Municípios Interceptados pelo Empreendimento

▪ Conclusões

De uma maneira geral a Linha de Transmissão 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte atravessa, predominantemente áreas rurais, tendo como característica a concentração de terras maiores do que 100 hectares, dedicadas a produção de grãos, em especial a soja e a criação de gado, com destaque para a pecuária para corte. Esta produção em grande escala tem como destino preferencial o setor agroindustrial de alimentos que por sua vez é a base da economia de ambos os Estados.

Na região de estudo, principalmente nos municípios de Cuiabá, Santo Antonio do Leverger, Jaciara, Juscimeira, Torixoréu, Montividiu e Rio Verde, as áreas atravessadas pelo traçado

projetado para a LT Cuiabá- Ribeirãozinho - Rio Verde Norte a concentração de terras é maior tanto no tamanho das propriedades quanto no número menor de proprietários de imóveis rurais, sendo recorrente uma pessoa e/ou empresa ser proprietária de mais uma fazenda).

Ao mesmo tempo, identificou-se em campo, especialmente nos municípios de Campo Verde, Rondonópolis, Poxóreo e Baliza, uma redistribuição de terras promovida pelos planos de assentamentos agrícolas. Nesses municípios, as pequenas propriedades rurais são resultado do processo de regularização dos lotes distribuídos dentro dos assentamentos da reforma agrária onde predomina a agricultura familiar. Com a regularização e a entrega dos títulos de propriedade aos assentados muda a estrutura fundiária não só no tipo de propriedade (tamanho/situação do produtor) como também os tipos de uso do solo. Outra mudança provocada é com relação à forma de produzir e de comercializar alimentos. Nos assentamentos, as pequenas propriedades apresentam múltiplas funções: produção para autoconsumo; moradia; fonte de renda.

Os atores sociais que vão conviver com o empreendimento, são formados principalmente por dois grupos: o primeiro formado, por pequenos produtores rurais, que têm no sistema de produção a agricultura familiar, (cultivo de milho, mandioca, frutas, cana forrageira) plantada em pequenas áreas, e na criação de pequenos animais (caprinocultura e bovinocultura), sua principal fonte renda. Aqui se destaca a presença de cooperativas de produtores rurais, muito presentes nos assentamentos rurais que contribuem para a distribuição dos produtos, assim como para o fortalecimento da agricultura familiar.

O segundo grupo é formado por grandes fazendeiros ligado ao agronegócio que têm na cultura de grãos (soja, milho e sorgo), e na pecuária de corte e leite voltada para os grandes empreendimentos, a principal fonte de renda, estes fazendeiros do agronegócio em sua maioria são formados por migrantes vindo da região sul do país.

Outro aspecto que merece destaque nesse subitem é com relação ao paralelismo que o traçado da LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte está projetado para seguir, nota-se que em alguns casos, três Linhas de Transmissão.

Tal fato merece especial cuidado tanto em vista o quadro já existente quanto as restrições de uso do solo, especialmente na faixa de servidão administrativa. Propriedades com dimensões variando entre 10 a 100 hectares estabelecidas sob a dinâmica da agricultura familiar tendem a sofrer maiores perdas em áreas agricultáveis e conseqüentemente nos seus modos de vida do que

propriedade com extensões acima de 300 hectares. Municípios Interceptados pelo Empreendimento

No Quadro 3.6.5.10-28 são apresentados os municípios interceptados pelo empreendimento com as respectivas extensões do traçado por município, e suas áreas territoriais totais.

Observa-se que os municípios que terão maiores trechos atravessados pela LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte são: Caiapônia no Estado de Goiás, Guiratinga, Poxoréo e Santo Antonio do Leverger em Mato Grosso.

Quadro 3.6.5.10-28 - Municípios Interceptadas pelo Empreendimento e Respectivas Distâncias

Município	Distância Linha no Município (km)	Área do Município (km²)
Guiratinga	82,92	5368,98
Santo Antônio do Leverger	56,38	12318,37
Cuiabá	3,82	3559,84
Campo Verde	6,85	4810,40
Jaciara	42,33	1663,66
São Pedro da Cipa	4,07	344,88
Juscimeira	24,16	2212,60
Rondonópolis	29,41	4180,63
Poxoréo	56,44	6936,76
Torixoréu	39,30	2397,62
Ribeirãozinho	24,87	622,78
Baliza	41,39	1783,48
Caiapônia	120,85	8642,12
Rio Verde	43,74	8382,83
Montividiu	31,69	1875,08
TOTAL	608,23	65100,03

e. Uso do Solo e Existência de Planos Diretores

- Existência de Planos Diretores

A maior parte dos municípios em estudo não dispõe de Plano Diretor. Até o momento de realização da pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, em 2006, pelo IBGE, o documento havia sido elaborado somente nos municípios de Cuiabá e Rondonópolis. Mais recentemente, estes dois

municípios procederam à revisão do Plano Diretor, enquanto foram finalizados os Planos Diretores de Jaciara, Poxoréo e Rio Verde.

Quadro 3.6.5.10-29 - Existência e ano do Plano Diretor

Municípios da AII	Existência de Plano Diretor	Ano da lei	Revedo ou elaborando Plano Diretor
Cuiabá	Sim	2007	
Santo Antônio do Leverger - MT	Não		
Campo Verde - MT	Não		
Jaciara - MT	Sim	2006	
São Pedro da Cipa - MT	Não		
Juscimeira - MT	Não		
Rondonópolis - MT	Sim	2006	
Poxoréo - MT	Sim	2006	
Guiratinga - MT	Não		
Torixoréu - MT	Não		
Ribeirãozinho - MT	Não		
Baliza - GO	Não		
Calapônia - GO	Não		
Montividiu - GO	Não		
Rio Verde - GO	Não		

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE) 2006 e Ecology Brasil 2009 - Pesquisa de campo

Em Cuiabá, a LT percorrerá apenas 3.82 km, até a subestação. A região do município de Cuiabá onde se localiza a Subestação da Linha de Transmissão Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte é classificada como Zona de Expansão Urbana. No artigo 34 da Lei do Plano Diretor de Cuiabá (2007), a Zona de Expansão Urbana (ZEX) é definida como uma "Zona não parcelada dentro da macrozona urbana, destinada à ampliação da ocupação urbana". Próximo a ela, encontram-se o Distrito Industrial e os bairros de Nova Esperança e Jardim Industriário. De acordo com o Perfil Socioeconômico dos Bairros de Cuiabá (2007), existem, nestes três bairros, 89 domicílios, 413 domicílios e 1.940 domicílios, respectivamente. Os habitantes que moram em casas predominam largamente sobre os moradores de apartamentos, cômodos ou domicílios improvisados. A maior parte dos moradores tem renda média ou baixa, variando a renda dos responsáveis pelos domicílios, no ano de 2000, de 2,75 salários mínimos, no bairro Nova Esperança, a 5,22 salários mínimos, no Distrito Industrial. Nos domicílios destes três bairros, predominam o abastecimento de água por rede geral e a coleta de lixo. Com exceção do Distrito Industrial, onde a maioria dos domicílios se encontra equipada com fossas sépticas, a maior parte dos domicílios escoam o esgoto através de fossas rudimentares.

Em Santo Antônio do Leverger, a LT percorrerá 56,38 km, ao norte do município, próxima à BR - 364, no distrito sede, de mesmo nome do município.

Em Campo Verde, a LT passará ao sul do município, percorrendo apenas 6,85 km na Região Administrativa 1, integrada por algumas grandes fazendas e cortada pela BR 364. A Política Municipal de Meio Ambiente do município de Campo Verde, na forma da Lei 1.210/2006, prevê a regulamentação, para estabelecimento de critérios específicos para "proteção do patrimônio ambiental", os seguintes recursos e atividades: "I - os Rios; II - os Córregos e lagos naturais; III - os ecossistemas no meio rural; IV - as áreas verdes, públicas ou privadas, os parques, as praças já existentes e as criadas pelo Poder Público e por projetos de loteamento; V - a utilização do solo rural e urbano; VI - as áreas de declive e as com afloramento de rocha; VII - as áreas alagadiças; VIII - a atividade industrial; IX - a atividade agrícola; X - a coleta e o destino final do lixo; XI - o esgotamento sanitário e a drenagem."

A Linha de Transmissão Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte atravessa o município de Jaciara longitudinalmente, percorrendo 42,33 km. A faixa de servidão adentra o perímetro urbano do município. O Plano Diretor do município prevê a elaboração de um zoneamento para ordenar o território municipal, criando zonas comercial, industrial, residencial, mista, de preservação paisagística, de expansão urbana e zona rural. A Lei nº 1.160, de 6 de abril de 2009, que dispõe sobre a Política de Proteção Ambiental do Município de Jaciara, na sua Seção IV, também prevê a definição do Zoneamento Ambiental em lei específica.

A passagem da LT por São Pedro da Cipa ocorrerá no extremo sul do município, num trecho de apenas 4,07 km. A Lei orgânica nº 002, de 8 de agosto de 2005, prevê elaboração de plano diretor municipal.

No município de Juscimeira, a Linha de Transmissão percorrerá 24,16 km, passando pelos distritos de Santa Elvira e sede, de mesmo nome do município. O Capítulo II da Lei Orgânica do município versa sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento, estabelecendo diretrizes relativas ao desenvolvimento urbano: controle de expansão urbana, controle dos vazios urbanos, manutenção de características do ambiente natural e estudos permanentes do meio ambiente urbano, visando a manutenção da qualidade de vida urbana.

Em Rondonópolis, a LT percorrerá 29,41 km, ao norte do município e do entroncamento da BR 364 com a BR 163, região onde está compreendido o perímetro urbano do município. O Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Rondonópolis (2006) divide o

perímetro urbano em seis macrozonas: zonas especiais de interesse sociais (ZEIS), zonas de interesse ambiental (ZIA), zonas impactantes (ZIM), zonas de comércio e serviço (ZCS), zona centralizada (ZC) e zonas de bairro (ZB), prevalecendo as zonas de interesse ambiental sobre as demais. O plano também dedica atenção detalhada às zonas especiais de interesse social, garantindo o direito das populações de baixa renda de requerer o assentamento e um maior comprometimento do poder público na viabilização de interesses sociais.

Ao sul do município de Poxoréo, a LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte percorrerá 56,44 km, próximo às aglomerações populacionais de Jarudore, Joanesburgo e Assentamento Pontal do Areia. O Plano Diretor Participativo de Poxoréo (2006) divide o território municipal em três áreas: rural, urbanizada e área de proteção especial ambiental. As áreas rurais do município de Poxoréo, por sua vez, são subdivididas em quatro categorias: área rural consolidada, área rural extrativista, área rural distrital e área rural com urbanização específica. A área rural consolidada (ARC) corresponde às áreas ocupadas por proprietários rurais em atividade e áreas ociosas com potencial produtivo, na qual a diretriz de ocupação é desenvolver a produção agropecuária do município. Está incluída nesta categoria a área rural consolidada da região do Jarudore. A área rural distrital (ARD) corresponde a áreas da zona rural com aglomerados e equipamento urbanos comunitários, localizados estrategicamente nas regiões produtoras. Inclui-se nesta categoria a área rural distrital de Jarudore. A área rural de urbanização específica (ARUE) corresponde a áreas da zona rural destinadas aos assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais. Classifica-se como tal a área rural de urbanização específica de Joanesburgo.

No município de Guiratinga, a LT percorrerá 82,92 km, nas regiões do distrito de Alcantilado e na aglomeração populacional de Diamantino, ao norte do perímetro urbano e da APA do Rio Bandeira, Rio das Garças e Rio Taboca. O município não dispõe de plano diretor, tampouco zoneamento.

Em Torixoréu, a Linha de Transmissão percorrerá 39,30 km. A lei orgânica do município, em seu 139º artigo, estabelece o plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e determina como zona de expansão urbana "as áreas de terras nas proximidades da sede do município, distritos, vilas e povoados", num raio de 8 km ao redor destes pontos.

No município de Ribeirãozinho, a extensão do trecho da LT será de 24,87 km, até a subestação Ribeirãozinho. O município não dispõe de plano diretor. A Lei Orgânica, de 1991, no artigo 76,

estabelece como instrumentos de planejamento municipal o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.

No município goiano de Baliza, o percurso da LT estender-se-á por 41,39 km, passando por setores rurais, fora do perímetro urbano do município. A Lei Orgânica, no Capítulo II do Título VI, que trata da organização territorial do município, prevê elaboração de plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Caiapônia é o município da All no qual a LT Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte percorre o maior trecho - 120,85 km, passando pelo perímetro urbano da sede municipal. O município não possui plano diretor.

Em Montividiu, a linha de transmissão percorrerá 31,69 km. O município não dispõe de plano diretor.

No município de Rio Verde, a LT percorre 43,74 km nos distritos de Lagoa do Bauzinho e Rio Verde, até chegar à subestação. A região é constituída principalmente por grandes fazendas. O Plano Diretor do Município de Rio Verde estabelece um Zoneamento que se refere principalmente à área urbana da sede do município. Esta área é dividida nas seguintes zonas: zonas residenciais I, II e III; zonas estruturais I, II e III; zona central; zona de serviços; zonas industriais I e II; zona municipal de pequenas empresas; zona verde; zona de expansão urbana; e zona de atividades rurais. Esta última compreende glebas fora do perímetro urbano, subordinadas a legislação específica.

f. Atividades Incompatíveis na Faixa de Servidão

Ao longo do traçado projetado para a futura LT foram identificadas algumas culturas incompatíveis com o uso da faixa de servidão. São elas: cana de açúcar e eucalipto. Aqui faz-se a ressalva para a cultura da cana de açúcar, onde na realidade o sistema de produção é incompatível, tendo em vista a utilização da queimada.



Figura 3.6.5.10-93 - Plantação de Cana embaixo de LT - Município de Montividiu

Além disso, também foram identificadas algumas áreas em que a utilização de pulverização aérea, o que com a operação do empreendimento, pode representar uma atividade de risco.

No Quadro 3.6.5.10-30 serão apresentados os pontos georeferenciados com a identificação dos usos incompatíveis:

Quadro 3.6.5.10-30 - Pontos com atividades incompatíveis ao longo da faixa de servidão (Buffer de 5 km)

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Atividade	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	X	Y
4	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Olho d'Água	Esquerdo	Plantio de Cana Forrageira	0,95	11,65	633661	8260681
27	Juscimeira	Fazenda JR	Esquerdo	Cana de Açúcar	2,00	114,19	722601	8222203
52	Poxoréo	Área queimada	Direito	Área queimada	20,08	177,99	774806	8181510
66	Guiratinga	Faz. Chaparral	Direito	Plantio de Eucalipto	0,04	241,81	203697	8198673
84	Torixoreu	Fazenda Vale Do Mimoso	Esquerdo	Plantio de Eucalipto	-0,73	328,66	286345	8179871
105	Caiapônia	Fazenda Inhumas - Propriedade de Carlos Henci -	Direito	Plantio de Cana Forrageira	0,71	433,77	382861	8153989
107	Caiapônia	Fazenda Inhumas - Soja	Direito	Utilização de pulverização aérea	0,79	438,33	385914	8150499

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Atividade	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	X	Y
133	Montividiu	Faz. Tropical	Direito	Utilização de pulverização aérea	1,89	541,42	457133	8076764
138	Montividiu	Fazenda 5S	Direito	Área usada para plantio de cana de açúcar	0,07	562,50	474334	8064476
141	Rio Verde	Talhão de cana de açúcar próximo a rodovia	Esquerdo	Plantio de cana de açúcar	-2,75	583,88	492432	8052746
148	Rio Verde	Estância Raio de Sol	Direito	Cana de Açúcar	0,69	592,70	497968	8045712
157	Rio Verde	Propriedade de Jackson Foshiera Aliev	Direito	Plantio de Eucalipto	0,42	601,13	505985	8042989

g. Cruzamentos, Proximidade e Paralelismos com Outras Linhas de Transmissão, Pivôs Centrais e Aeródromos Homologados e Não Homologados

O traçado projetado para a LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte apresenta em uma série de trechos ao longo da sua extensão, paralelismo com outras três Linhas de Transmissão de Energia. Tal característica pode ser observada no **Quadro 3.6.5.10-31**. Os efeitos de tal característica serão analisados no item 3.6.7 - Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais.

Ao longo do traçado só foi identificado uma propriedade que utiliza pivô central para irrigação, que é a Fazenda São Tome, no município de Caiapônia assim como, um aeródromo na Fazenda Santa Márcia, em Baliza.

Os aeródromos públicos homologados existentes serão apresentados no **Quadro 3.6.5.10-31**.

Quadro 3.6.5.10-31 - Cruzamentos, Proximidade e Paralelismo com outras LTs - (Buffer de 5 km)

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Atividades	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	X	Y
8	Santo Antônio do Leverger	Fazenda Baía do Jacaré	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,30	18,91	639354	8256025
13	Santo Antônio do Leverger	EE Maria de Arruda Miller - Próximo as entradas para a Fazenda Abolição	Esquerdo	PCH São Tadeu I	2,02	29,12	649198	8253887
21	Santo Antônio do Leverger	Assentamento Fazenda Serrana	Direito	Paralelismo com outras LTs	2,29	42,61	660896	8245008
27	Juscimeira	Fazenda JR - Cana de Açúcar	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	2,00	114,19	722601	8222203
36	Rondonópolis	Fazenda Boa Esperança	Direito	Paralelismo com outras LTs	1,81	148,32	752767	8205877
37	Rondonópolis	Fazenda Oriente	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	1,03	154,84	759695	8207007
43	Rondonópolis	Sítio Miranda	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,19	166,11	770406	8203250
61	Guiratinga	Faz. Rio Moreno	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	0,33	224,36	186304	8199714
66	Guiratinga	Faz. Chaparral - Eucalipto	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,04	241,81	203697	8198673
68	Guiratinga	Fazenda do Adão (Sítio do Picapau)	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	0,21	243,92	205878	8198727
81	Torixoreu	Sede Fazenda Papai e mamãe	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	2,87	321,52	279162	8181864
84	Torixoreu	Fazenda Vale Do Mimoso	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	0,73	328,66	286345	8179871
85	Torixoreu	Fazenda Sol Nascente	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	1,17	326,51	284185	8180270
98	Baliza	Fazenda Palmital	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,07	408,82	365030	8170394
99	Baliza	Fazenda Santa Márcia	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs / Aeródromo/ PCH em funcionamento /PCH em construção	3,51	408,42	366397	8173721
100	Caiapônia	Fazenda Nova Lima	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	4,28	423,93	380951	8164850
101	Caiapônia	Banco da Terra - São Francisco	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,08	427,64	379686	8159267
105	Caiapônia	Fazenda Inhumas - Propriedade de Carlos Henci	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,71	433,77	382861	8153989
108	Caiapônia	Fazenda Inhumas	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,07	439,30	387102	8150276

Numeração Socioeconomia	Município	Descrição	Lado (Linha)	Atividades	Distância (para linha) (km)	Quilômetro da linha	X	Y
111	Caiapônia	Faz. Bacuri	Direito	Paralelismo com outras LTs	1,46	441,38	387250	8147892
116	Caiapônia	Propriedade de Dejarmon	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	0,05	483,82	414686	8115362
118	Caiapônia	Faz. Campo Grande (gado de corte e leite)	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	0,01	494,16	422325	8108578
122	Caiapônia	Faz. JHS - Atividade principal é o plantio de soja e milho.	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,04	505,24	430599	8101380
126	Caiapônia	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	1,94	523,51	445937	8091413
129	Caiapônia	Fazenda São Tome	Direito	Soja irrigada com pivô central	5,37	526,22	443745	8083934
133	Montividiu	Faz. Tropical	Direito	Paralelismo com outras LTs	1,89	541,42	457133	8076764
144	Rio Verde	Rural Rio	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	0,95	590,79	496847	8047977
149	Rio Verde	Sítio de propriedade de D. Amália.	Esquerdo	Paralelismo com outras LTs	0,03	595,55	500872	8045266
150	Rio Verde	Propriedade de Cleuza. Principal atividade é a pecuária	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,06	595,37	500670	8045261
157	Rio Verde	Propriedade de Jackson Foshiera Aliev	Direito	Paralelismo com outras LTs	0,42	601,13	505985	8042989

Quadro 3.6.5.10-32 - Aeródromo Públicos Homologados

Estado	Município	Nome do Aeródromo
MT	Cuiabá	Internacional de Cuiabá / Marechal Rondon
MT	Jaciara	Jaciara
MT	Rondonópolis	Rondonópolis

h. Projetos Públicos e/ou Privados de Desenvolvimento Econômico

▪ Projetos Públicos e Privados Associados ao Licenciamento Ambiental Federal

De acordo com as informações disponibilizadas no site do IBAMA sobre os empreendimentos cadastrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região em estudo, estão previstas 04 projetos, sendo 1 com parte da licença de instalação obtida e parte com licença de operação obtida. Os outros 03 projetos estão em fase inicial de licenciamento.

Quadro 3.6.5.10-33 - Informações Sobre Projetos Associados ao Licenciamento Ambiental Federal

Empreendimento	Situação	Tipologia	Municípios/Estados
ALL - Ferronorte Trecho MS - MT	Empreendimento licenciado por trecho - parte com LO e parte com LI	Ferrovias	Cuiabá / Rondonópolis / Alto Taquari / Alto Araguaia (MT)
UHE Torixoréu	Em fase inicial de licenciamento	Usina Hidrelétrica	Mineiros (GO)/Doverlândia (GO)/Baliza (GO) Ponte Branca (MT)
LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - c1 (IE Madeira)	Em fase inicial de licenciamento	Linha de Transmissão - com 2369 km de extensão	São Paulo/ Goiás/ Mato Grosso e Rondônia
LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 - c2 (Norte Brasil)	Em fase inicial de licenciamento	Linha de Transmissão - com 2382 km de extensão	São Paulo/ Goiás/ Mato Grosso e Rondônia

i. Caracterizar Paisagens nos Rios Navegáveis

Os rios identificados ao longo da área de influência direta do empreendimento, em geral são utilizados como fonte de captação de água e lazer. Em alguns percursos são utilizados também para pesca. O único rio que apresenta condições de navegação é o Rio Araguaia.

No município de Cuiabá, próximo ao Povoado Olho d'Água encontra-se um trecho do **Rio Aricá-Mirin**. Sua travessia é feita sobre ponte de concreto que liga o Povoado a Localidade Baía do Jacaré, onde os moradores da região pescam e captam água, no entanto ele não é navegável neste trecho.

Já no município de Santo Antonio de Leverger, o **Rio Bamba** desce a Serra de São Vicente em direção a sede do município, no trecho Trevo Barão de Melgaça. Na Localidade Bamba passa por fazendas e áreas de alojamento sendo usado para captação de água e para o lazer (banhos de rio e pesca). No trecho em estudo também não é usado para navegação.

Em Rondonópolis, o **Rio Areia** serve como referencia para a delimitação do município e para captação de água.

No município de Poxoréo o **Rio Areia** continua seu percurso sendo usado para captação de água e no trecho da área em estudo, é utilizado pela população que usa as margens e corredeiras do rio para o lazer, há indicação do uso de canoas e pequenas embarcações para a pesca.

Ainda em Poxoréo, o **Rio Vermelho** tem grande relevância, servindo como limite para a demarcação da Terra Indígena do Jarudore. Historicamente os índios da etnia Bororo já utilizavam o rio para deslocar-se entre as aldeias. Nas margens do rio acontece no mês de setembro o Festival de Praia do Jarudore, evento que atrai turistas de todo estado. A travessia do Rio Vermelho entre os povoados de Joanesburgo e Jarudore é feita sobre ponte de concreto com estruturas de proteção na lateral, numa via asfaltada, a circulação de carros e pessoas (a pé e de bicicleta) a exceção do período de festival de praia, está relacionada a dinâmica dos povoados.



Figura 3.6.5.10-94 - Rio Vermelho, Divisa entre os Povoados de Jarudore e Joanesburgo - Poxoréo, MT

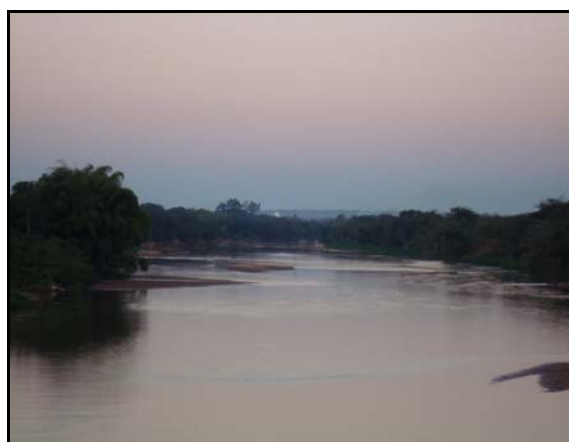


Figura 3.6.5.10-95 - Rio Vermelho, Poxoréo - MT

Localizado entre o Povoado de Alcantilado e a sede do município de Guiratinga o **Rio das Garças** atravessa uma área rural. No ponto de travessia, canoas e botes são usados para as práticas de pesca e esportes aquáticos, sendo opções de lazer, assim como o próprio banho de rio em suas margens.

O Rio Araguaia divide os Estados do Mato Grosso e Goiás, mais especificamente entre os municípios de Torixoreu, MT e Baliza, GO. Sendo navegável no trecho em estudo, é usado por barcos de pesca, para pratica de esportes aquáticos e para transporte de pessoas.



Figura 3.6.5.10-96 - Rio Araguaia - Baliza- GO



Figura 3.6.5.10-97 - Atividade de garimpo no Rio Araguaia, Baliza - GO

j. Identificar a Necessidade de Abertura ou de Melhorias de Acessos

Considerando as principais vias de acesso disponíveis na área de influencia do empreendimento e a instalação dos canteiros principais da obras nos municípios de Rondonópolis e Caiapônia, assim como os canteiros em Cuiabá, Ribeirãozinho e Rio Verde com dimensões intermediária e os canteiros de apoio a serem instalados nos municípios de Jaciara, Guiratinga, Caiapônia e Montividiu, tem-se um quadro onde de uma maneira geral as estradas são asfaltadas e com boas condições de tráfego, com exceção de alguns trechos que por não serem pavimentadas, apresentam dificuldades de tráfego nos períodos chuvosos, principalmente naqueles locais com relevo mais íngreme, tais como a Serra de São Vicente e na estrada que corta a Serra do Caiapó (entre Caiapônia e Montividiu), esta ultima inclusive fica intransitável de acordo com informações recolhidas em campo. Considera-se pertinente a recuperação da infra estrutura existente, tendo em vista que a maior parte das pontes são de madeira.

Outro trecho que também é sensível é as estradas que ligam os municípios de Poxoréo a Guiratinga, especialmente as estradas de terra que passam pelo Distrito de Jarudore e Paraíso do Leste. Aqui, as pontes também se encontram em estado precário.

Na área periurbana de Rio Verde, próximo a subestação de Rio Verde, as estradas de terra que levam a pequenos sítios e chácaras se encontram em condições precárias de uso, especialmente próximo aos pesque-pagues e na localidade Rio Verdinho. Aqui também considera-se necessário a realização de ações de manutenção tendo em vista o aumento do fluxo de tráfego.

k. Avaliar a Questão do Incremento de Tráfego de Veículos Pesados

Com relação ao incremento de tráfego de veículos pesados devido a fase de obras é preciso destacar que de maneira geral, as alterações na dinâmica de circulação das vias são temporárias, principalmente pelo fato das obras serem organizadas por frentes de trabalho, delimitando o período a circulação de tráfego e ao mesmo tempo dinamizando as etapas da obra, entretanto tais características não impedem que hajam interferências decorrentes deste processo. Assim, propõem uma série de ações que contemplem a melhoria e reestruturação das vias existentes, a instalação de sinalização viária das vias de acesso a serem utilizadas no período de obras e a disseminação de informações sobre as alterações de fluxo de tráfego para os usuários das vias de acesso e para o poder público local. Todas essas propostas são apresentadas no Programa de Redução dos Transtornos do Tráfego.

Os locais que merecem mais atenção durante o período de obras, tendo em vista o contingente populacional e a dinâmica de circulação são:

- ◆ Assentamento Santo Antônio da Fatura, Povoado Placa de Santo Antônio, Povoado Santa Elvira, Comunidade Pinguela, Assentamento Carlos Mariguela, Povoado Planalto Verde todos esses situados próximos a rodovias federais ou estaduais que também sofreram com o aumento de tráfego de veículo, mesmo que por um período delimitado.
- ◆ Os Povoados de Alcantilado, Diamantino, Pouso Alto são acessados por estradas não pavimentadas, e que se configuram como espaço de maior concentração populacional.
- ◆ No caso do Assentamento Oziel Pereira, é possível que haja uma sobrecarga nas vias de acesso, tendo em vista que elas não são pavimentadas e já se encontram em condições ruins de tráfego. Além disso, a região apresenta uma intensa circulação de pessoas, principalmente de crianças e jovens que frequentam a escola ali localizada. Esse é o caso também do Banco da Terra São Francisco e do Assentamento Jaguatirica.

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO - PREFEITURAS

Prefeitura:	Data:
Consultor:	

Informações Gerais

1 Identificação do Entrevistado

Nome:	
Cargo:	Formação Profissional:
Contato:	
OBS:	

2 Documentos:

► Mapas:

Obter, se existir e for possível, o mapa do município contemplando a área urbana e rural, com a localização dos bairros, distritos industriais, zoneamentos, etc. De preferência em meio digital (gravar em disquete, cd ou *pen drive*)

► Publicações:

Obter diagnósticos/outras pesquisas existentes sobre o município (*folders*, diagnósticos, sinopses, etc.)

3 Informações:

a) Identificar a existência no município para leis relativas ao Zoneamento Municipal:

Lei de Perímetro Urbano: _____

Lei de Zoneamento: _____

Plano Diretor: _____

Caso sim: obter uma cópia, se possível, das partes que tratam do uso e ocupação do solo (zoneamento municipal) e legislação ambiental.

Caso não: descrever a situação que se encontra (em elaboração, em revisão, para aprovação na câmara, etc.).

Lei Orgânica: _____

Obter um exemplar ou tirar cópia das seguintes partes: Capa e Capítulos que tratam do uso e ocupação do Solo e Meio Ambiente.

Outros instrumentos legais de ordenamento do uso do solo? Qual?

(Solicitar mapa que conste zoneamento da área rural e as leis e documentos)

Consta zoneamento da _____

b) O município possui CODEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental)? Quais entidades participam do conselho? Há quanto tempo foi formado?

c) Existem Organizações de Defesa do Meio Ambiente e/ou outras instituições similares atuando no município - ONGs-OSCIPs? Quais? (Indicar nome, Endereço, telefone e pessoa de contato)

d) Existem projetos e ações executadas por universidades, institutos de pesquisa e associações técnicas no município? Se sim, quais projetos?

- e) Existem no município Unidades de Conservação tais como APAs, RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e Reservas em geral? (Nome, Decreto de criação e Localização geográfica)

- f) Existem ações voltadas para segmentos sociais de interesse específico (como grupos indígenas, populações ribeirinhas, comunidades de remanescentes de quilombos, pescadores artesanais)? Quais?

- g) Quais são os principais problemas ambientais enfrentados pelo Município?

- h) Instrumentos de Gestão Ambiental:

1) Planos de Manejo de Unidades de Conservação () Sim () Não

2) Conselhos gestores () Sim () Não Quais? _____

3) Zoneamento Ecológico Econômico () Sim () Não

4) Agenda 21? () Sim () Não

h.1 Qual o grau de implementação desses instrumentos de gestão no município?

h.2 Quais os mecanismos de participação comunitária na sua implementação?

i) Urbanismo e Habitação:

- ▶ mapear (descrever) as tendências de expansão urbana, rural, industrial, contemplando Planos Diretores e zoneamentos municipais;
- ▶ identificar os vetores de crescimento das áreas urbanas e periurbanas dos municípios (nesse caso será fornecido ou deverá ser adquirido nas prefeituras um mapa de cada cidade para serem assinalados os sentidos de crescimento e indicados os tipos - industrial, residencial, etc. - USAR SETAS indicando os vetores);
- ▶ caracterizar a dinâmica urbana e potenciais de ocupação de áreas próximas ao empreendimento;
- ▶ Há assentamentos urbanos e/ou rurais (localizar em mapa e descrever a situação atual)? Qual o número de famílias residentes? Principais culturas produzidas? Tempo de existência? Quantos hectares possui o assentamento?

j) Quais são os principais programas municipais desenvolvidos nas seguintes áreas

Áreas	Programas Municipais	Programas Estaduais	Programas Federais	Institucionalidade decisória (conselhos, fóruns, comitês)	Abrangência (comunidades, bairros, povoados, nº famílias)
Meio Ambiente					
Desenvolvimento Rural					
Educação					
Social					
Saúde					
Desenvolvimento Econômico					
Turismo					
Infraestrutura					

Outros: _____

k) Quais são os principais programas desenvolvidos no município com apoio de parcerias privadas e/ou público-privadas?

Áreas	Projeto	Entidade	Total de Recursos	Abrangência (comunidades, bairros, povoados, nº famílias)
Ambiental				
Desenvolvimento Rural e Agrícola				
Educação				
Saúde				
Turismo				
Arranjos Produtivos Locais (cooperativas de produção, etc.)				

Outras Secretarias (Educação, Saúde, Agricultura, Cultura, Fazenda, Obras)

a) Indicar a existência de escolas técnicas, núcleos de formação ambiental, programas de alfabetização de adultos ou outros programas educacionais especificando se federal, estadual ou municipal.

b) Equipamentos de Segurança existentes (delegacia, corpo de bombeiros, polícia militar, etc.)

c) Identificar os principais Jornais e rádios locais e a sua abrangência.

c.1) Recebe sinais de quais emissoras de televisão?

c.2) Recebe sinais de celular? Quais operadoras?

d) Quais são as empresas responsáveis de distribuição de energia no município e se existem fontes de energia alternativas (aeólica, solar, etc.) sendo exploradas no município?

e) Existem no município, áreas procuradas para prática de lazer e turismo? Quais são os equipamentos de lazer e atrativos naturais (serra, cachoeiras, etc.)?

f) Quais são as principais festas, festejos e comemorações realizadas no município e em que época são realizados?

g) Existem no município distritos industriais ou planos de criação de algum? Quais são as principais indústrias existentes (atividades, porte da indústria - grande, média, pequena)?

h) Quais são os principais estabelecimentos comerciais e de serviços (indicar grandes estabelecimentos voltados ao comércio e serviços - do tipo grandes unidades de armazenamento e transporte de soja, empresas de comercialização de produtos e maquinários agrícolas, etc.)

i) Existem no município cooperativas de leite, soja, carne, pesca, extrativismo, etc?

j) Saúde

j.1) Caracterizar a infraestrutura e os serviços do sistema de saúde (número de hospitais, postos de saúde, etc./ públicos, privados, etc.) na área urbana e na área rural.

j.2) Citar quais os estabelecimentos de saúde existentes no município são referência para a população:

j.3) Os estabelecimentos de saúde do município conseguem atender a demanda da população local? () sim () não

Caso não, citar as deficiências e demandas:

j.4) Locais (unidades de saúde e município) que a população procura para atendimento especializado ou não:

j.5) Verificar se há casos ou incidência das principais doenças no município (mencionar tipo, número ou percentual aproximado por mês, anos, etc.), discriminando faixa etária e sexo e se as pessoas são provenientes da área urbana ou área rural:

j.6) Identificar endemias (doenças constantes que ocorrem no município) e a potencialidade de introdução de novas endemias. Em que período do ano ocorrem?

Atividades Econômicas

Quais os setores da economia que empregam mais trabalhadores?

() agropecuária () turismo rural () reflorestamento () indústria () comércio () serviços
Outros: _____

Quanto representa no total geral (% aproximada)?

Quais são os principais usos rurais (principais culturas temporárias e permanentes, pastagens naturais ou plantadas)?

Infraestrutura

Sistema de abastecimento de água:

Qual a empresa responsável pelo abastecimento de água no município?

Onde é feita a captação?

Como é fornecida a população? () rede geral () cisterna () poço () outros

Sistema de Esgotamento Sanitário:

Qual a empresa responsável pelo tratamento?

Onde é feito o tratamento do esgoto? () não existe () estação de tratamento () outro:

E pelo tratamento? Apontar os problemas e deficiências do sistema.

Quais as principais fontes de poluição existentes? () esgoto doméstico () industrial

() outro: _____

Quem produz?

Onde é despejado?

Sistema de coleta de lixo:

Saber qual a empresa responsável e como é feita a coleta, o transporte e a disposição final do lixo.

Sociedade Civil

Quais as principais entidades civis, sindicais, associações, projetos sociais, ONGs ambientais atuantes na região e suas formas de atuação?

Discriminação	Existe		Formas de Atuação / Abrangência
	SIM	NÃO	
Associação comunitária de produtores Qual(is):			
Associação de feirantes Qual(is):			
Condomínios agrícolas Qual(is):			
Cooperativas (especificar tipo) Qual(is):			
Entidade ambientalista Qual(is):			
Sindicato de trabalhadores rurais Qual(is):			
Sindicato patronal rural Qual(is):			
Associação de mulheres/clubes de mães Qual(is):			
Associação/clubes de jovens Qual(is):			
Associação de igreja (pastorais, etc.) Qual(is):			
Associação de pais e mestres da escola Qual(is):			
Conselho municipal (especificar qual) Qual(is):			
Outro - especificar: Qual(is):			

ANEXO 2 - LISTAS DE PARTES INTERESSADAS - AID E PREFEITURAS

ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA - AID

Município	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Entrevistado	Endereço	Telefone	E-mail
CUIABÁ - MT	7/11/2009	Faz. Baía do Jacaré 700ha (gado)	Joarez Ferreira Vilas Boas	Proprietário (dentista em Cuiabá)		(65)81197755	
	7/11/2009	Propriedade de 6ha	Alvaro Pinto da Fonseca			(65)99511663 ou 36653519 (chácara)	
	7/11/2009	Haras Marini 240ha					-
	7/11/2009	Faz. Curral Novo 700ha (gado)	João Paulo Silva			(65) 99814488 ou 33227722	-
	7/11/2009	Faz. Olho D'agua 280ha (gado)	Joaquim Jung	Proprietário		(65)9983-7222 ou 9983-7223	-
	7/11/2009	Acampamento Olho D'agua	Malvina Batista de Jesus	Moradora (única casa ocupada no assentamento)			-
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER - MT	6/11/2009	Faz. Serrana 20ha	Eurides Reginaldo de Deus	Proprietária		81344549	
	7/11/2009	Aguas Quentes - entrada do Parque			Rod. BR 364 - Km 77 - Serra de São Vicente		
	7/11/2009	Assentamento Fazenda Serrana 78 famílias 1600ha	Aparecida Roseli	Presidente da associação		(66)81143696 ou 81143464	
	7/11/2009	Igreja Congregação Cristã do Brasil			Assentamento Faz. Serrana		
	7/11/2009	Faz. Laje 1200ha (gado)	João Lima	Proprietário		81239240	
	7/11/2009	Faz. Ana Sofia II 203ha (gado)	Arno Schneider	Proprietário		(65)81141717	
	7/11/2009	E. E. Professora Maria de Arruda Miller			Ao lado da entrada PCH São Tadeu I		
	7/11/2009	Faz. Flor da Serra 638ha e Faz. Flor do Vale 570ha (gado)	Jose Lirio de Almeida	Administrador das fazendas		(65)81310021	
7/11/2009	Faz. Cavalcanti (gado)						
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
CAMPO VERDE - MT	6/11/2009	Assentamento Sto Antonio da Fartura 268 famílias 5000ha	José Guilherme	Vereador			
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
JUSCIMEIRA - MT	6/11/2009	Faz. Boa Esperança 1139ha (gado)	Nilo Filho	Proprietário		99942205	
	6/11/2009	Banco da Terra 30 famílias 365ha - eram 60 famílias	Giovani dos Santos				
	6/11/2009	Escola Banco da Terra - C. E. Santa Elvira	Evanilda Antunes Vicente Simal	Secretária	Rua Geni, s/nº - Santa Elvira - Juscimeira	66-34551141	escola.santaelvira@uol.com.br
	6/11/2009	Placa de Sto Antonio - E. E. Sto Antônio de Pádua	Jocélia Marlene Ferreira Machado	Diretora	Av. Principal s/nº - Povoado da Placa de Sto Antônio - Juscimeira	(66) 3413-2023	jcm.ee.santoa.padua@seduc.mt.gov.br
	6/11/2009	Fazenda JR	Francisco Antonio Moura (turismo rural)				

	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
RONDONÓPOLIS - MT	5/11/2009	Assentamento Dom Osorio 40 famílias	Seu Manuel	Coordenador do assentamento			
	5/11/2009	Assentamento Chico Mendes - E. M. Rural 14 de Agosto	Maria Aparecida Borges	Diretora	Rondonópolis - BR 70 Km 7 - Assentamento Chico Mendes	9633-5464	
	5/11/2009	Faz. Oriente 114ha (gado)	Pedro Pereira de Oliveira	Proprietário			não tem
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
POXORÉO - MT	4/11/2009	Assentamento Carlos Mariguela - E. M. Pontal do Areia	Milton	Professor	Assentamento Carlos Mariguela - Pontal do Areia	(66) 99898316	educacao@poxoreu.mt.gov.br
	4/11/2009	Assentamento Carlos Mariguela 166 famílias (3500ha)	Cicero	Coordenador do assentamento		(66)92099651	
	4/11/2009	Vale Rico					
	4/11/2009	Banco da Terra					
	5/11/2009	Faz. Buritys					
	5/11/2009	E. M. Epaminondas Correia de Oliveira	Reinan Alves da Costa	Coordenador	Rua Vasco da Gama s/nº - Joanesburgo - Jarudori - Poxoréu	(66)3432-1015	educacao@poroxoreu.mt.gov.br
	5/11/2009	Jarudore - C. E. de Educação Básica Franklin Cassiano	Roberto Francisco de Paula	Professor	Av. Manuel Cândido de Oliveira s/nº - Distrito de Jarudori - Poxoréu	(66) 3432-1010	não há
	5/11/2009	Faz. Grotão					
	5/11/2009	Sítio Miranda 62ha (gado leite)	José Cândido Alves				
	5/11/2009	Faz. Bom Jesus da Lapa 140 alqueires (gado)	José Carlos Porto Ribeiro	Proprietário		92351876	
5/11/2009	Reserva Bororo						
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
GUIRATINGA - MT	2/11/2009	Sítio São Jose 22ha (gado leite)	Eleuza dos Santos Alves	Proprietária			
	3/11/2009	Assentamento Santo Antonio 60 famílias					-
	3/11/2009	Faz. Chaparral 1200ha (eucalipto e gado)	Mauritano	Proprietário (Wilker Oliveira de Sousa é o administrador)			-
	3/11/2009	Fazendas Reunidas São Luis e St Joseph					-
	3/11/2009	Faz. Rio Moreno 780ha (gado)	José Filho	Empregado. O proprietário é dono de um supermercado na cidade.			
	3/11/2009	Faz. Santana	Astrogilda Rosa Machado	Proprietária			
	3/11/2009	Faz. Cabeceira do Calango					
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
TORIXORÉU - MT	2/11/2009	Faz. Sol Nascente 307ha	Joaquim G. da Silva	Proprietário	Km 02 - Torixoréu - MT		
	2/11/2009	Faz. Vale Do Mimoso 800ha (eucalipto, pecuaria, frutas)	Luiz Monteiro	Proprietário			
	2/11/2009	Sede Faz. Papai e Mamãe (gado)	Valdeci Alves	Empregado (o dono mora em SP e só vem uma vez por mês)			
	2/11/2009	Faz. Stellamarca 1000ha (gado)					

	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
RIBEIRÃOZINHO - MT	2/11/2009	Estancia Maria Alberta	José Belmiro Simões	Proprietário		(66) 415-1101	
	2/11/2009	Faz. Paraíso(soja)		Não havia ninguém na fazenda	MT - 100 Trevo de Acesso		
	2/11/2009	Faz. Ouro verde (soja)	Vanilda				
	2/11/2009	Armazém Boa Esperança	Oracilio Ferreira Barbosa	Proprietário			-
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
BALIZA - GO	1/11/2009	Assentamento Oziel Alter Pereira - E. M. Bandeirantes	Kely Andrade Souza Rocha Santos	Professora	Rodovia GO 194 Km 46	64-84437028	josemar-gtim@hotmail.com
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
CAIAPÔNIA - GO	1/11/2009	Faz. Tropical 1700ha (soja, milho)	Mário			99871534	
	1/11/2009	Plantio de soja (Cassol)	Propiedade de Antônio Garibaldide	Proprietário		96239826	
	1/11/2009	Plantio de soja (Cassol)	Propiedade de Roberto Oliver	Proprietário		99872553	
	1/11/2009	Faz. São Tomé - Soja irrigada p/ pivo central	Chico	Administrador		36139191	
	1/11/2009	Faz. Nossa Senhora Aparecida	Ernesto Citta (mora em SP)	Proprietário		99951919 (cel do empregado Lucivaldo)	
	1/11/2009	Plantio de Soja e Milho	Ivanilda Regina Agreli Leão	Proprietária			
	1/11/2009	Faz. Bom Jardim (soja)	Sebastião Lázaro Leal	Proprietário		99582772	
	1/11/2009	Faz. Bom Jardim (gado)	Avelino Rodrigues dos Santos	Proprietário		99883817	
	1/11/2009	Faz. JHS (soja)	Prop. João			empregado não soube informar tel.	
	31/10/2009	Faz. Campo Grande 222 alqueires (gado)	Eber Goulart Lemos				
	31/10/2009	Faz. Taquari 50 alqueires (leite, queijo)	D. Julietta	Proprietária			
	30/10/2009	Faz. Campo Grande 222 alqueires (gado corte e leite)	Alviton Rodrigues dos Santos	Proprietário			
	30/10/2009	Faz. Campo Grande 222 alqueires (gado corte e leite)	Ademar	Proprietário e genro de Avilton			
	30/10/2009	Faz. Retirinho 230 alqueires					
	30/10/2009	Propriedade de 127 alqueires (gado corte e recria)	Dejarmom				
	30/10/2009	Faz. Filadelfia 41 alqueires (gado corte e recria)	Marina Vilela de Andrada	Proprietária			
	30/10/2009	Faz. Bacuri 200 alqueires (gado corte e leite)	José Inácio Fernandes	Proprietário			
	30/10/2009	Faz. Inhumas (Gado leite)	Tarsila Goulart dos Santos	Proprietária			
	30/10/2009	Faz. Inhumas 250ha (soja, milho)	Cesar	Empregado		99856797	
	30/10/2009	Faz. Inhumas 546ha (gado)	Carlos H	Proprietário		99712757 ou (62)99732888	
30/10/2009	Assentamento Jaguatirica 46 familias	Ariovaldo	Responsável pelo assentamento				
30/10/2009	Banco da Terra - E. M. João Ferreira Brito	Nilvânia Teixeira de Oliveira Cabral	Funcionária	Banco da Terra - São Francisco			
30/10/2009	Faz. Nova Lima 970alqueires (gado)	Veriano			não tem	não tem	
30/10/2009	Faz. Sta Marcia 23400ha	Pecuária Damha					

	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
MONTIVIDIU - GO	30/10/2009	Fábrica da Cargil					
	30/10/2009	Fazenda Pindaibas (soja)	Oscar Durigan e José Oscar Durigan	Proprietários		(64) 3629-1779	
	30/10/2009	fazenda 2 J - Plantio de cana de açúcar					
	30/10/2009	Fazenda 2J.1 - Plantio de Soja	João Van Ass				-
	30/10/2009	Faz. Brasilanda 6500ha (soja)	Wilhelmus Hendrikus Josef Kompier	Proprietário			
	30/10/2009	Faz. Brasilanda 6500ha (gado)	Wilhelmus Hendrikus Josef Kompier	Proprietário		92945033 (celular do gerente Marcelo)	
	Data de realização da visita	Descrição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
RIO VERDE - GO	29/10/2009	Estância Natália - Propriedade de 47ha cultivo de soja, milho e sorgo	Jurandir Rodrigues	Proprietário		96996830	
	28/10/2009	Propriedade de 5 alqueires cultivo de milho	Ida Pereira Campos	Proprietária		92422578	-
	28/10/2009	Propriedade de 7 alqueires (leite, porco, milho)	Ronam Pereira	Proprietário		9648-9861	-
	28/10/2009	Propriedade de 10 alqueires criação de gado de leite	Lázaro Alves Pereira	Proprietário			
	28/10/2009	Propriedade de 350ha cultivo de Soja, milho	Denilson Menezes	Proprietário		99872488	
	29/10/2009	Propriedade de Seu Antônio Menezes e filhos	Propriedade de Seu Antônio Menezes e filhos	Proprietário		64-99872488 ou 64 - 36210474 ou 64 - 96314696	
	29/10/2009	Fazenda Boa Vista	Jânio Carlos Arantes	Empregado		99878579 ou 36213140 (escritório)	
	29/10/2009	Fazenda Boa Vista (gado, arrenda p/soja)	Ronaldo Pereira Gonçalves	Proprietário		92095254 ou 36139284	
	29/10/2009	Chácara 5alqueires (mandioca, milho, horta,frutas)	Altiva Lima Ferreira	Proprietária		36139284 ou 92922941	
	29/10/2009	Sítio 3 alqueires (It passa sobre o Jatoba)	Jandira Vieira de Sá	Proprietária		36210472 (cunhada)	
	29/10/2009	Propriedade de 8 alqueires gado de leite e porcos	Roberto	Arrenda a terra para o Benedito da Silva		84410079	
	29/10/2009	Chácara(mandioca, milho, horta,frutas)	Adenor Custodio	Empregado		96421876	
	29/10/2009	Chácara(mandioca, milho, horta,frutas)	Maria da Conceição de Moura	Proprietária			
	29/10/2009	Propriedade de 50ha (eucalipto, na LT gado e cavalos)	Jackson Foshiera Aliev	Filho do proprietário		81149538 ou 36210141	
	29/10/2009	Propriedade de 150ha gado de corte	Cleide Aparecida Peripato	Proprietária		(64)81213877 (cunhado)	
	29/10/2009	Chácara(polvilho, farinha, leite, porco)	Sueli Leão de Moraes	Proprietária		96716384	
	29/10/2009	Propriedade de 5 alqueires arrenda p/pasto	Renam Ferreira Carvalho	Proprietário		36211005	
	29/10/2009	Propriedade com produção de consumo próprio	Cleuza	Proprietária		92466726 (Falar com Amália)	
	29/10/2009	Estância Raio de Sol (arrenda p/ gado e soja)	Avelino José Marcum	Proprietário		99885984	
	30/10/2009	Acampamento Nova Esperança 35 familias	Julita Lourdes Santos	Líder do acampamento		Fetraf / falar com Lazineho	
30/10/2009	Rural Rio	Alexandrino Nunes	Empregado				
30/10/2009	Comunidade Menonita 60 familias (soja)	Pastor Nelson Unruh	Pastor				
30/10/2009	Talhão de cana proximo a rodovia	Usina Rio Verde			36139093		

Municípios	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
CUIABÁ - MT	17 de julho	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano	Archimedes Pereira Lima Neto	Secretário de Meio Ambiente e Des. Urbano	Praça Alencastro, 158, 5o andar, Centro	(65) 3645-6101	secretariadoverde@cuiaba.mt.gov.br
	16 de julho	Secretaria de Trabalho	Dulcineu Rodrigues	Diretor de Indústria, Comércio e Serviços	Praça Alencastro, 158, 6o andar, Centro	(65) 3465-6014	dulcineu@cuiaba.mt.gov.br
	16 de julho	IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Adriana Bussiki	Presidenta	Praça Alencastro, 158, 3o andar, Centro	(65) 3501-9205	ipdu@cuiaba.mt.gov.br
	17 de julho	IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Francisco Lopes	Gerente do Departamento de Averbção e Cartografia	Praça Alencastro, 158, 3o andar, Centro	(65) 3411-3512	
	16 de julho	Gabinete do Prefeito	Irene	Secretária do Prefeito	Praça Alencastro, 158, 3o andar, Centro	(65) 3645-6001	solicitacao.audiencia@cuiaba.mt.gov.br
		ADERCO - Associação de Defesa do Rio Coxipó	ADERCO		MT 251, Km 43 - Cuiabá	(65) 9207-0737 / 9959-9443	
		Instituto Ação Verde	Instituto Ação Verde		Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4193 - Bosque da Saúde	(65) 3611-1606	contato@acaoverde.org.br
		Cooperativa de biocombustível	Cooperbio		Rua Z, no 1 - Distrito Industrial Cuiabá	(65) 3667-1213	
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
CAMPO VERDE - MT	14 de julho	Secretário de Educação	Josias	Secretário	Av, Manoel G. Araújo	(66) 9221-1206	
	14 de julho	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Manoel Messias da Silva	Secretário	Av, Manoel G. Araújo	(66) 3419-2065	
	14 de julho	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Edson Silva Castro	Coordenador do Licenciamento Ambiental	Av, Manoel G. Araújo	(66) 3419-2065	
	14 de julho	Secretaria de Saúde	Fátima Melim Mendes	Secretaria	Av, Manoel G. Araújo	(66) 3419-4504	
	14 de julho	Secretaria de Indústria e Comércio	Rogério Cabral	Diretor do Departamento de Engenharia	Av, Manoel G. Araújo	(66) 3419-3621 / 9617-9253	rgarbral@hotmail.com
	14 de julho	Gabinete do Prefeito	Rubens Morari	Chefe de Gabinete	Av, Manoel G. Araújo	(66) 9203-8804	-
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
SANTO ANTONIO DO LEVERGER - MT	16 de julho	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente	Claudete Castro	Turismóloga	Rua José Roque Pedroso	(65) 9952-3480 / 3341-1881	claudete_tur@hotmail.com
	16 de julho	Procuradoria	Júlio Cesar	Procurador	Av. Principal	(65) 9201-3780	
	16 de julho	Secretaria de Saúde	Érica de Cássia	Gerente Técnica	Rua Treze de Junho, centro	(65) 3341-1626	
	17 de julho	Secretaria de Obras	Luis	Secretário			
	17 de julho	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Nivaldo Pinto	Presidente		(65) 3341-1140	
		Jornalista	Zé Humberto (Falcão)	Jornalista e ambientalista		(65) 9228-3669	
		Associação de usuários do SUS.	João Efigênio	Presidente do Conselho de Saúde		(65) 8427-3692/8441-0601	
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
JACIARA - MT	15 de julho	Secretaria de Turismo	Luiz Maurício	Secretário	Rua Jandira, 179 - Centro	(66) 3461-2521/8123-0384	bonvinijaci.tur@bol.com.br
	15 de julho	Secretaria de Infra-estrutura	José Clóvis	Desenhista	AV. Antônio F. Sobrinho	(66) 3461-1308	engenharia@jaciara.mt.gov.br
	15 de julho	Secretaria Adjunta de Meio Ambiente	Zilmar Barbosa Medeiros	Secretário	AV. Antônio F. Sobrinho	(66) 3461-1308	
		Ong AEMA (Associação Ecológica e Meio Ambientalista)	Padre Marte	Liderança Local	Bosque Augusto Ruschi	(66) 3461-4011	www.aemajaciara.com.br aema@vsp.com.br
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
SÃO PEDRO DE CIPA - MT	15 de julho	Secretaria de Administração e Finanças	Valmir Vieira dos Santos	Secretário		(66) 8129-7788	A prefeitura não possui linha telefônica
	15 de julho	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	Francisco Nunes da Mata	Diretor		(66) 9209-3871	
	15 de julho	Prefeitura	Rosana Rita Castelli	Agente administrativa		(66) 8115-7903	

	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
JUSCIMEIRA - MT	15 de julho	Secretaria de Trabalho	Nelson Taveira Filho	Agente administrativo	Rua M, 210 - Cajus	(66) 3412-1062	
	15 de julho	Departamento de Tributos	Ademir e Jânio	Funcionários	Rua M, 210 - Cajus	(66) 9205-5445/ 9645-0708	
	15 de julho	Gabinete do Prefeito	João Batista	Chefe de Gabinete	Rua M, 210 - Cajus	(66) 8131-3604	
	15 de julho	Secretaria de Saúde	Rosangela Lopes Ribas	Auxiliar Administrativo	Rua M, 210 - Cajus	(66) 3412-1062	
	16 de julho	Secretaria de Planejamento	Aldair Costa de Lima	Diretor	Rua M, 210 - Cajus	(66) 3412-1062	
	15 de julho	Secretaria de Turismo (temporariamente desativada)	Cassia Claudinho Soares Marques	Monitora de Turismo			
		COMAJUL (Cooperativa Mista Agropecuária de Juscimeira LTDA.)	COMAJUL	Cooperativa de Leite	Rua Dr. Castilho 720, centro.	(66) 3412-1103	www.comajul.com.br
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
RONDONÓPOLIS - MT	13 de julho	Secretaria de Turismo	Noêmia Oliveira de Almeida	Gerente do Departamento de Turismo	Av. Duque de Caxias, 526 - Vila Aurora	(66) 3411-5747	fomento@rondonopolis.mt.gov.br
	13 de julho	Secretaria de Desenvolvimento e Comércio	Elizabeth Izidório de Amorim	Gerente do Dep. De Fomento às Micro, Pequenas e Médias empresas	Av. Duque de Caxias, 526 - Vila Aurora	(66) 9995-5181	fomento@rondonopolis.mt.gov.br
	13 de julho	Secretaria de Meio Ambiente	Lindomar Alves da Silva	Secretário	Av. Rio Branco, 160 - Vila Aurora	(66) 9978-4375/ 3411-5108	meioambiente@rondonopolis.mt.gov.br
	13 de julho	Secretaria de Educação	Ana Maria	Gerente de Administração		(66) 3411-4337	
	13 de julho	Secretaria de Educação	Eroni	Coordenadora Estadual de Educação		(66) 3426-7332/ 3411-4311	
	13 de julho	Secretaria de Educação	Zezinho	Responsável por Projetos		(66)3411-4325	
	13 de julho	Secretaria de Saúde	Marta Aparecida	Responsável pela Divisão de Atenção a Saúde		(66) 3411-5035/ 9631-6007	
	13 de julho	Assessoria de legislação	Marcia Campo Limpo	Funcionária		(66) 3411-5704	marciacampolimpo@yahoo.com.br
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
POXOREU - MT	14 de julho	Controladoria Geral	Aginaldo Francisco da Luz	Controlador Geral		(66) 3436-1500	
	14 de julho	Secretaria de Planejamento	Professor Galdêncio	Funcionário		(66) 3436-1500	
	14 de julho	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Osmar Nascimento	Secretário		(66) 3436-1500	
	14 de julho	Secretaria de Obras	Marildo	Funcionário		(66) 3436-1170	
	14 de julho	Secretaria de Obras	José Ribeiro de Souza	Funcionário		(66) 9997-4774	zecapox@hotmail.com
		Associação de Garimpeiros	Cida Cabure	Presidente		(66) 8128-5791	
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
GUIRATINGA - MT	10 de julho	Secretaria de Saúde	Leonor de Fátima Bassi	Secretária	Av. Rotary Internacional	(66) 3431-1808	
	10 de julho	Secretaria de Cultura e Turismo	Divinaldo Lima	Secretário	Av. Rotary Internacional 944	(66) 3431-1441	
	10 de julho	Secretaria de Administração e Finanças	Cirena Maria Maciel Matello	Secretária	Av. Rotary Internacional 944	(66) 3431-1441	cirenagga@hotmail.com
	10 de julho	Prefeitura	José Teodoro Filho (Pebinha)	Desenhista			zetefilho@hotmail.com
		Sindicato dos Trabalhadores Rurais				(66) 3431-2102	
		ACIG - Associação Comercial e Ind.			Rua Pedro Celestino, Centro	(66) 3431-1345	
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
TORIXORÉU - MT	9 de julho	Câmara Municipal	Robson Moreira Bezerra	Vereador		(66) 3406-1090	
	9 de julho	Secretaria de Finanças e Planejamento	Renato Machado	Fiscal de Tributos		(66) 3406-1090	renatomachadopmt@hotmail.com
	9 de julho	Secretaria de Saúde	Deuclides Alves Castro	Membro do Conselho de Saúde		(66) 9617-9798	
	9 de julho	Escola Municipal Waldemom Mores Coelho		Falar com uma professora		(66) 3415-1128 - orelhão	

	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
RIBEIRÃOZINHO - MT	10 de julho	Secretaria Tributária	Luiz Alberto Vera	Diretor de Tributação			
	10 de julho	Secretaria de Finanças	Hugo	Contador		(66) 3415-1207/ 3415-1129	
	10 de julho	Secretaria de Agricultura	Rafaela Ferreira Ribeiro	Coordenadora de Meio Ambiente		(66) 3415-1263 R. 27	
	10 de julho	Camara Municipal	Carlos Augusto Sulter	Vereador		(66) 3415-1306	
	10 de julho	Secretaria de Agricultura	Levy de Souza Campos	Agrônomo		(66) 3415-1306	
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
BALIZA - GO	9 de julho	Secretaria de Educação	Adair Cardoso	Secretário	Prefeitura	(66) 9956-8938/ 3406-1350 r 207	
	9 de julho	Secretaria de Saúde	Robson Moreira Bezerra	Agente de Saúde	centro	(66) 3406-1090	
	9 de julho	Secretaria de Administração	Laécio	Secretário	centro	(66) 9956-9014	prefeituradebaliza@hotmail.com
		Secretária de Saúde	Ana Mathias	Secretária de Saúde	centro	(66) 3406-1090	
		Ong Renascer do Plantar	Juarez	Presidente	Barra do Garças	(66) 9953-0299	Realiza distribuição de mudas de eucalipto
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
CAIAPÔNIA - GO	08 de julho	Secretaria de Administração	José Neto	Secretário	Rua Pedro Salazar, 475 - Setor Nova Caiapônia	(64) 3663-1025 / 9655-6278	caiaiponia@brturbo.com.br
	08 de julho	Secretaria de Administração	José Maria	Cadastro Imobiliário	Rua Pedro Salazar, 475 - Setor Nova Caiapônia	(64) 3663-1025	jmcscic@gmail.com
	08 de julho	Secretaria de Saúde	Adilson Ferreira dos Santos	Secretário	Rua Pedro Salazar, 475 - Setor Nova Caiapônia	(64) 3663-1025 R.215	
	08 de julho	Pessoa Física	Sergio Alves Garcia	Produtor Orgânico e ambientalista	Rua Ministro João Alberto - Setor Nova Caiapônia	(64) 9985-2509	
	08 de julho	Procuradoria do Município	Milton Ferreira	Procurador	Rua Pedro Salazar, 475 - Setor Nova Caiapônia	(64) 3663-1025 R.219 e 234	
	08 de julho	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Maria Lourdes dos Santos	Secretária	Rua Pedro Salazar, 475 - Setor Nova Caiapônia	(64) 3663-1025	
		Águas - Associação de Guias de Caiapônia	Orlando Ferreira Freitas			(64) 3663-1414 / 3663-1187	orlandoaguas@yahoo.com.br
	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
MONTIVÍDIU - GO	08 de julho	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Aristides Lucena Neto	Secretário	Av. Heide Outa, Qd. 13, Lt 01. Setor Vera Cruz, Cento	(64) 3629 - 1244	
	08 de julho	Vigilância Epidemiológica	Ana Claudia Teles	Enfermeira		(64) 3629-1960	
	08 de julho	Vigilância Epidemiológica	Nilda Silva Guimarães	Ouvidora		(64) 3629-1960	Pessoa muito influente e querida pela comunidade
	08 de julho	Procuradoria do Município	Ana Karina	Procuradoria de Montividiu	Av. Heide Outa, Qd. 13, Lt 01. Setor Vera Cruz, Cento	(64) 3629-1244 ramal. 25	
	08 de julho	Secretaria da Fazenda	Nilson	Secretário	Av. Heide Outa, Qd. 13, Lt 01. Setor Vera Cruz, Cento	(64) 3629-1244 ramal 40	
	08 de julho	Secretaria de Administração	Ercílio	Secretário	Av. Heide Outa, Qd. 13, Lt 01. Setor Vera Cruz, Cento	(64) 3629-1244 ramal 48	
		Secretaria de Educação e Esporte	Jalmira Maria Silva Ghanem	Secretária de Educação e Esporte		(64) 3629-1240	

	Data de realização da visita	Secretaria / Instituição	Nome	Cargo / Função	Endereço	Telefone	E-mail
RIO VERDE- GO	06 de julho	Superintendência Municipal de Meio Ambiente	Lárazo José de Almeida	Superintendente	Rua Almiro de Moraes, 231 - Centro	(64) 3602-8400/ 8403-1997	
	06 e 07 de julho	Secretaria de Planejamento	Marco Aurélio Leão do Carmo	Coordenador de Planejamento	Av. Presidente Vargas, 3215 - Vila Maria	(64) 3602-8041/ 8134-5151	marcoarelio@rioverdegoias.com.br
	07 de julho	Superintendência Municipal da Juventude	Ricardo Júnior Pereira	Superintendente	Rua JK, 447 - esquina com rua Recife - Nova Vila Maria	(64) 3602-7210/ 8402-8517	ricardo_jp10@hotmail.com
	06 de julho	Vigilância Epidemiológica	Nívea Cristina	Responsável		(64) 3620-2123	
	07 de julho	Secretaria da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Geraldo Ribeiro de Carvalho	Secretário	Rua JK, Qd. 18, t.06 - Vila Maria	(64) 3602-7200/ 9987-8853	agricultura@rioverdegoias.com.br
	07 de julho	Assessoria especial de Habitação	Ride Alves Corrêa	Diretor de assuntos urbanísticos e ambientais	Rua Rui Barbosa, s/n. Prédio do antigo Fórum - Centro	(64) 3602-8508/ 9962-9669	ridecorrea@hotmail.com
	07 de julho	Secretaria Municipal de Educação	Zelma Arantes Leão	Gestora administrativa-pedagógica	Rua Joaquim da Fonseca esquina c/ rua Maria Rodrigues, s/n - Bairro Odília	(64) 3602-8217/ 3602-8208	educacao@rioverdegoias.com.br
	07 de julho	Secretaria Municipal Indústria e Comércio	Sidney Eduardo Maia	Diretor dos distritos industriais municipais	Rua João Rodrigues, 32 - Bairro Santo Antônio de Lisboa	(64) 3620-2083	sidneymaia@rioverdegoias.com.br ou sidney0102@hotmail.com
	07 de julho	Secretaria Municipal de Educação	Kened Ribeiro Lima	Coordenador de transporte	Rua Joaquim da Fonseca esquina c/ rua Maria Rodrigues, s/n - Bairro Odília	(64) 3602-8204 / 3602-8208	educacao@rioverdegoias.com.br
	06 de julho	Secretaria de Obras	Marcelo Pinto	Funcionário	Av. Presidente Vargas, 3215 - Vila Maria	(64) 9251-0480	marcelopinto.eng@gmail.com
			COMIGO (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano)	COMIGO	Cooperativa Mista	Av. Presidente Vargas, 1878, Jardim Goiás	(64) 3611-1500

ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA DE CAMPO - POPULAÇÃO AFETADA

ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA DE CAMPO - POPULAÇÃO AFETADA

1) Histórico da Ocupação

- A) De onde vieram:
- B) Quando e por quê:

2) Condições de Ocupação

- A) Número de famílias/residências (aproximado):
- B) Tamanho dos lotes:
- C) Padrão construtivo (predomínio):
- D) Tipos de propriedade (posse, título, arrendatário, meeiro, parceiro):
- E) Uso da terra (sistemas de produção, preços, principais destinos, formas de escoamento da produção e grau de mecanização da produção).

3) Infraestrutura

- A) Saneamento:
- B) Água:
- C) Lixo:
- D) Saúde (equipamentos e recursos humanos), potencial endêmico:
- E) Educação (equipamentos e recursos humanos):
- F) Segurança (posto - ocorrências):
- G) Transporte:
- H) Lazer:
- I) Comunicação:

4) Conflitos e Fontes de Degradação e Poluição:

5) Manifestações Culturais e Principais Saberes Locais:

6) Vias de Acesso (Rotas e Áreas de Relevante Interesse Social):

ANEXO 4 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO - COMUNIDADES VISITADAS

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO - CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES VISITADAS

MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____

COMUNIDADE: _____ COORDENADA UTM: _____

ENTREVISTADO: _____ Empreendimento: _____ Data: _____

Características	Quantitativos		Anotações
	Sim	Não	
Infraestrutura			
Vias de Acessos			
Ruas (asfalto - terra - paralelepípedo)			
Transporte Público			
Energia Elétrica			
Captação de água (rede, poço, rio, outros)			
Esgoto Domestico (rede, fossa, outros)			
Lixo (coleta, queima, aterro, lixão, outro?)			
Posto telefônico			
Bancos			
Correios			
Centro Comunitário			
Lazer (clube - parque - rio - etc.)			
Defesa Civil/Corpo de Bombeiros			
Posto Policial - Quartel			
Segurança Pública (Principais Ocorrências)			
Praça Pública			
Atividades Econômicas			
Comércio			
Indústria			
Serviço Público			
Pesca			
Agricultura			
Pecuária			
Turismo			
Extratativismo			
Outra			
Serviço de Saúde (Nº)			
Posto			
Maternidade			
Hospital Emergência			
Ocorrência de endemias			
Rede de Ensino (Nº)			
Fundamental			
Médio			
Universitário			
Evasão Escolar? Possíveis Causas e faixa etária.			
Igrejas (Nº)			
Católica			
Evangélica			
Outras:			
Associações			
Moradores			
Pescadores			

Características	Quantitativos		Anotações
	Sim	Não	
Turismo			
Outras: Exemplo Quilombolas			
Sindicatos			
Pescadores			
Trabalhadores			
Outras Organizações			
Colônia			
Cooperativa			
Tipo de Ocupação - predomínio (próprio, alugado, cedido, invasão, sitiante)			
Padrão Construtivo - predomínio baixo/médio/alto			

ANEXO 5 - FICHA ESCOLAS

Ficha Escola

1 - DADOS GERAIS

_____ / ____ / 2009
Responsável pelo Preenchimento *Data*

Nome da Instituição de Ensino

_____ *Complemento (nº)*
Endereço (Rua, Praça, Av.)

_____ *Estado (UF)*
Localidade *Município*

_____ *Coord UTM*
(DDD) Telefone(s) de Contato

E-mail

_____ *Tel. de Contato*
Nome do(a) Diretor(a)

_____ *Tel. de Contato*
Nome do(a) Coord. Pedagógico(a)

Esfera:

Municipal Estadual Federal Particular

Outro: _____

2 - ENSINO

Segmento:

- Pré-escola 1º Ciclo Fundamental (Antigo Primário) 2º Ciclo Fundamental (Antigo Ginásio)
 Fundamental Multiseriado Médio Superior

Tipo de Ensino:

- Formação Geral Normal (Formação de Professores) Profissionalizante
 Técnico Agrícola EJA - Escola de Jovens e Adultos

Séries: _____

Turnos:

- Manhã Tarde Noite Integral

Número de Alunos por Turno:

Manhã	+	Tarde	+	Noite	+	Integral	=	Total

Número de Professores por Turno:

Manhã	+	Tarde	+	Noite	+	Integral	=	Total

3 - PÚBLICO QUE ATENDE

Rural Urbano Assentamento Portador de Necessidades Educacionais Especiais Comunidade Tradicional

Outro: _____

4 - Planejamento / Organização

Possui PPP (Projeto Político Pedagógico)? SIM NÃO

O PPP inclui a Educação Ambiental (EA)? SIM NÃO

Tem Projeto na Área de EA? SIM NÃO

Qual? _____

Existe alguma associação comunitária, ONG, empresa, ou órgão governamental que desenvolve trabalhos em parceria com a escola? SIM NÃO

Pode detalhar como funciona?

3.6.5.11 - Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico e de Lazer - AID/AII

a. Áreas de Valor Histórico, Arqueológico, Cultural e Paisagístico

▪ Introdução

Este diagnóstico tem por objetivo cumprir rigorosamente a legislação pertinente no que concerne ao estudo e proteção do patrimônio arqueológico brasileiro, principalmente no tocante a Portaria nº 007/1988 do SPHAN e Portaria nº 230/2002 do IPHAN, que tratam diretamente das ações de Arqueologia Preventiva nos empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico da nação.

Encontra-se dividido em duas partes principais: a primeira, destinada ao estudo do patrimônio arqueológico da região e a segunda, destinada ao estudo do contexto histórico e cultural dessa área, demonstrando a potencialidade de ocorrência de sítios arqueológicos na área de influência da Linha de Transmissão 500 kV - Cuiabá - Ribeirãozinho - Rio Verde Norte (MT/GO).

O **Anexo 1**, deste item apresenta a lista de sítios registrados junto ao CNSA/IPHAN, localizados na região de abrangência do empreendimento, bem como, cópia do ofício de comunicação ao IPHAN da elaboração desse Diagnóstico.

Para a confecção do mesmo, recorreu-se às seguintes fontes:

- a) Bibliografia e publicações especializadas (livros, artigos em periódicos e anais de eventos científicos), relativas às pesquisas arqueológicas realizadas nos municípios atravessados pela LT,
- b) *Sites* especializados na internet sobre arqueologia, etnografia, etno-história e história regional.
- c) Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN.
- d) Demais referências nos acervos e Bibliotecas da UFSM e do LEPA.
- e) Prefeituras, Bibliotecas Públicas, Câmara de Vereadores, Museus, Escolas e demais instituições existentes nos municípios abrangidos.

O diagnóstico esboçado apresenta uma síntese dos conhecimentos existentes e disponíveis para pesquisa.

O mesmo foi realizado de forma não interventiva, pois, conforme orienta a Portaria nº. 230/2002 do IPHAN a necessidade de ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos na área de influência direta, refere-se a áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam inferências sobre a área de intervenção do empreendimento.

A região em estudo apresenta material de pesquisa em quantidade suficiente para que seja possível esboçar um Diagnóstico de Dados Secundários com informações significativas do contexto geral da área, possibilitando elaborar um parecer sobre a necessidade, na sequência de atividades previstas na legislação, de outras ações de Arqueologia Preventiva.

- Localização e Características Geográficas

O empreendimento tem a extensão aproximada de 606 km, com a previsão de construção de 1.250 torres de transmissão de energia elétrica.

Abrange os seguintes municípios:

- ◆ No estado de Mato Grosso: Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Rondonópolis, Poxoréu, Guiratinga, Torixoréu e Ribeirãozinho.
- ◆ No estado de Goiás: Baliza, Caiapônia, Montividiu e Rio Verde.

O nome Mato Grosso originou-se em 1730 com exploradores que, ao chegar, se depararam com matas muito espessas. Embora este tipo de vegetação não ocorra em toda a superfície do estado, o nome foi mantido e oficializado (Carta Régia, 9 de maio de 1748).

As riquezas da região atraíram bandeirantes e aventureiros, que para cá migraram. O primeiro a chegar, por volta de 1525, foi o português Pedro Aleixo Garcia. Conforme o Tratado de Tordesilhas, estas terras pertenciam à Espanha. Desde o início do século XVII, jesuítas espanhóis que ali se estabeleceram fundaram missões entre os rios Paraná e Paraguai. A descoberta do ouro na região acabou atraindo muitos desbravadores e acelerou o processo de povoamento na região. Até a definição das fronteiras a cargo de Portugal e Espanha através dos Tratados de Madri (1750)

e Santo Ildefonso (1777), Portugal expandiu seus domínios, construindo vilas e fortes visando proteger as terras de ataques espanhóis e originando a capitania de Mato Grosso.

A partir de 1748, Mato Grosso e Goiás são desmembradas da Capitania de São Paulo, sendo criada então a Capitania de Mato Grosso.

Depois de uma pequena divisão do estado durante a revolta Constitucionalista, o sul aproveitou a situação e formou um pequeno governo durante 90 dias. Em 1977, o governo federal decretou a divisão do Estado de Mato Grosso, formando então Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, devido à "dificuldade em desenvolver a região diante da grande extensão e diversidade".

Localizado na parte ocidental da região Centro-oeste do Brasil, com uma área de 906.806,9 km², abriga 2.498.502 habitantes. Faz limite ao Norte com os estados do Amazonas e Pará; ao Sul: Mato Grosso do Sul; ao Leste: Tocantins e Goiás e ao Oeste: Bolívia e Rondônia.

O estado divide-se em 139 municípios, os quais são interligados entre si e com outras localidades por 82.004 quilômetros de rodovias (4,8% pavimentadas).

Identificam-se três unidades de relevo no estado. O Planalto mato-grossense, a Depressão do alto Xingu e a Depressão do médio Araguaia.

O Planalto mato-grossense é formado por várias chapadas e chapadões, cujas altitudes variam de 400 a 800 m. Entre as serras mais importantes temos, ao norte do estado, as Serras do Parecis, Formosa, do Norte, Caiabis e Apiacás; e na região leste do estado, a Serra do Roncador.

A área de planalto também serve como divisor de águas entre os rios que seguem em direção ao Paraguai e os rios que compõem a bacia amazônica.

As depressões do alto Xingu e médio Araguaia estão localizadas na porção nordeste deste planalto, estando separadas naturalmente pela Serra do Roncador. São constituídas por planícies inundáveis, as quais com as cheias dos rios locais são periodicamente alagadas.

Ainda neste estado, temos uma porção da região pantaneira, denominada Pantanal mato-grossense, com altitudes variáveis de 100 a 300 m e extensa área de planície alagadiça.

Uma das paisagens características do relevo mato-grossense é a Chapada dos Guimarães, mundialmente conhecida por representar o planalto local.

Compõem a rede fluvial mato-grossense duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do rio Paraguai.

Bacia do rio Amazonas: tem como principal rio o Araguaia e seus afluentes, rio das Mortes, Xingu, Juruena, Manuel Teles Pires e Roosevelt.

Bacia do rio Paraguai: origina-se ao norte de Cuiabá tendo como seu principal afluente na região, o rio Cuiabá.

Predomina o clima típico da Amazônia, tropical superúmido de monção (Aw) na maior parte do estado, cujas temperaturas são elevadas, com temperatura média anual em torno dos 26°C. O índice pluviométrico local atinge por volta dos 2.000 mm anuais, sendo, portanto, considerado alto. A porção sul do estado é marcada pela seca, reduzindo-se de forma gradativa, à medida que avança rumo à região norte.

No estado as florestas ainda são a grande maioria da cobertura vegetal; prosseguimento da Floresta Amazônica. Já na região limítrofe do Pantanal Mato-grossense, podem ser avistadas tipologias vegetacionais de cerrados e campos. Para fins de conhecimento e até mesmo estatísticos, Mato Grosso apresenta a seguinte proporção vegetacional: 47% da área estadual tomada por florestas; 39% da área estadual tomada por cerrados; 14% da área estadual tomada por campos.

Aproximadamente quase um século após o descobrimento do Brasil, colonizadores portugueses chegaram à região de Goiás. Os primeiros a ocupar o local foram aventureiros bandeirantes vindos de São Paulo em expedições. Entre estes exploradores estava Bartolomeu Bueno da Silva - o Anhangüera, que vinha em busca de ouro, o que só encontrou no final do século XVII.

Segundo uma lenda local, na tentativa de descobrir com os índios onde se localizavam os veios de ouro, Bartolomeu Bueno da Silva ateou fogo em um prato contendo aguardente, dizendo fazer o mesmo com os rios e nascentes se os índios não lhe mostrassem as minas. Com medo, os índios atenderam e passaram a chamá-lo Anhangüera ("feiticeiro" para os nativos). Muitas outras expedições rumaram para Goiás em busca das riquezas do subsolo.

O primeiro vilarejo da região, chamado de Arraial da Barra, foi fundado em 1726 por Bartolomeu Bueno (filho de Bartolomeu Bueno da Silva). A partir daí, os povoados cresceram e se multiplicaram, isto na segunda metade do século XVIII, quando a exploração do ouro estava em

alta. A migração de pecuaristas vindos de São Paulo (séc. XVI) buscando melhores terras e condições para o gado, avolumou a colonização e implantou a pecuária na região.

O atual Estado de Goiás, antes pertencente ao Estado de São Paulo, foi separado e elevado à categoria de província em 1744. Com a decadência do ouro nos idos de 1860, a lavoura e a pecuária passaram a ser as principais atividades da região. O escoamento da produção foi propiciado pela abertura de estradas e pela navegação a vapor no final do século XIX, o que desenvolveu consideravelmente a província. No século XX, a construção da capital Goiânia foi o novo impulso econômico, mais tarde complementado com a criação de Brasília (1960).

Localiza-se no coração do planalto central, limitando-se ao Norte com Tocantins, a Sudeste com Minas Gerais, a Leste com a Bahia e Minas Gerais, a Sudoeste com o Mato Grosso do Sul e a Oeste com o Mato Grosso. Distribuídos em 246 municípios, sua população em 2000 atingiu aproximadamente 4.994.897 habitantes, ocupando uma superfície de 341.289,5 km².

Da área territorial estadual, 72% apresenta-se com altitudes variáveis entre 300 e 900 m; marca a região a presença de extensos planaltos, os quais dividem-se em quatro tipos e uma planície; assim, o estado de Goiás compreende cinco unidades de relevo.

O Planalto Cristalino está presente na maior parte do estado com suas maiores altitudes na porção sudeste (Goiânia, Anápolis e proximidade do Distrito Federal), chegando aos 1.380 m na Serra dos Pirineus; vários rios cortam o planalto, apresentando platôs extensos com chapadas (estendem-se entre rios pequenos) e chapadões (estendem-se entre rios maiores).

Uma destas chapadas, ou chapadão, devido as suas proporções, pois prolonga-se até o extremo norte do estado, recebe várias denominações como serra do Estrondo, serra Dourada, serra dos Javaés, serra dos Xavantes e a mais conhecida denominação, serra das Cordilheiras.

O Planalto Sedimentar da Bacia do Meio Norte tem sua ocorrência na divisa com o estado do Maranhão. Constitui-se de um conjunto de chapadas cujas altitudes médias atingem 600 m.

O Planalto Sedimentar do São Francisco é popularmente conhecido como Espigão Mestre, está situado na divisa com a Bahia e Minas Gerais, apresentando altitude média de 800 m.

O Planalto Sedimentar da Bacia do Paraná apresenta elevação presente na porção sudoeste do estado com altitudes variáveis de mil metros decrescendo para 500 m na Serra do Caparaó, fronteira sul de Goiás com Mato Grosso do Sul.

A Planície Sedimentar do Médio Araguaia é uma região sujeita a frequentes inundações, localizada entre Goiás e Mato Grosso em sua porção oeste.

A tipologia climática tropical se faz presente na maior parte do estado, apresentando invernos secos e verões chuvosos. As temperaturas variam de região para região; no sul giram em torno dos 20°C, aumentando ao norte para 25°C. O índice de chuvas segue o regime das temperaturas. A oeste do estado o índice atinge 1.800 mm anuais, diminuindo no sentido leste para 1.500 mm/ano.

Em parte do estado, mais precisamente no planalto de Anápolis e Goiânia, ocorre o clima tropical de altitude com temperaturas médias anuais baixas, porém, a precipitação ocorre da mesma forma que no restante do estado.

A rede hidrográfica goiana é formada pelas bacias do Amazonas, Paraná e São Francisco.

- ◆ Bacia do Amazonas: composta por dois rios goianos de importância, Tocantins e Araguaia.

Rio Tocantins - nasce na Serra Dourada (região central) segue seu curso desaguardo no rio Amazonas (em território paraense). Ao todo são 2.855 km de curso. Afluentes: margem direita: rios Maranhão, Tocantinzinho, Manuel Alves, do Sono e das Almas margem esquerda: rios Araguaia, Santa Teresa

Rio Araguaia - nasce ao sul de Goiás, percorre todo o estado e, cerca de 500 km antes da fronteira com o Pará, divide-se em dois braços formando a Ilha do Bananal (maior ilha fluvial do mundo com 20 km²). Percorre ao todo 2.627 km. Afluentes: rios Claro, Vermelho, Crixá-Açú e Jacaré.

- ◆ Bacia do Paraná: tem como rio mais importante o Paranaíba, que nasce em Minas Gerais, formando fronteira entre os estados. Todos os rios que seguem na direção sul são afluentes do Paranaíba, merecendo destaque os rios São Marcos, Jacaré, Meia Ponte, Corrente, Corumbá e Aporé (divisa com Mato Grosso do Sul).

- ◆ Bacia do São Francisco: apresenta o rio Preto como seu principal afluente, originando-se em Formosa-GO.

A vegetação goiana caracteriza-se pela presença do cerrado na maior parte do território.

As matas são pouco desenvolvidas e bastante cobiçadas, pela fertilidade do solo que se apresenta propício para a agricultura. Na porção centro-norte do estado, conhecida como Mato Grosso de Goiás, se encontra a principal mancha florestal, abrigando espécies como o jatobá, a palmeira guariroba, a copaíba ou óleo vermelho, o jacarandá e a canela.

Manchas florestais nos vales dos rios Paranaíba (sul), Tocantins (leste) e Araguaia (oeste) ainda existem, porém, boa parte especialmente no vale do rio Araguaia passa por transição entre cerrado e cerradão, onde ocorrem espécies como: angico, aroeira, sucupira-vermelha.

Em áreas onde predominam os cerrados desenvolve-se: lixeira, lobeira, pau-terra, pequi, pau-de-colher-de-vaqueiro, pau-de-santo, barbatimão, quineira-branca e mangabeira.

- O Patrimônio Arqueológico

Este Diagnóstico de Dados Secundários tem como objetivo apresentar os vestígios (cultura Material) deixados por populações pré-históricas nos estados de Mato Grosso e Goiás e populações contemporâneas (históricas) em sítios arqueológicos¹.

Os principais trabalhos arqueológicos desenvolvidos até o momento demonstram a diversidade e a riqueza arqueológica dos estados atravessados pelo empreendimento, compreendendo sítios arqueológicos do período pré-colonial (os mais antigos datam de aproximadamente 30.000 antes do presente) e colonial (entre eles reminiscências de aldeamentos jesuíticos, de quilombos e residências urbanas).

O grafismo rupestre é outra característica da vida histórico-cultural dessa região, assim como os artefatos resgatados em trabalhos arqueológicos e o mosaico de sociedades indígenas

¹ Os sítios arqueológicos podem ser definidos “como a menor unidade do espaço, passível de investigação, contendo objetos culturais, intencionais, no sentido de produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedades do passado”. MORAIS, J. L. Perspectivas Geoambientais. Tese (Livre Docência em Arqueologia). São Paulo: USP, 1999. p. 14. Ou seja, a caracterização de uma área como um sítio arqueológico pressupõe a localização de evidências humanas pretéritas associadas aos componentes físicos da paisagem. MILDNER, S. E. S. Arqueologia do Sudeste do Rio Grande do Sul: uma perspectiva geoarqueológica. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: USP, 2000.

sobreviventes. Tendo-se em vista essa expressividade histórico-arqueológica, é possível descrever o povoamento dos estados abrangidos a partir de sua cultura material².

Nesse sentido, a primeira parte deste diagnóstico tem por objetivo apresentar um panorama geral sobre a ocupação arqueológica desses estados, dando ênfase para os municípios que são diretamente atingidos pelo traçado da LT. A segunda parte tem por objetivo descrever os principais aspectos históricos e culturais desses locais.

► Contexto Arqueológico Pré-colonial

O povoamento humano da região Centro-Oeste do Brasil teve início com o estabelecimento de grupos caçadores-coletores em fins do Pleistoceno e início do Holoceno, por volta de 12.000 a 10.000 anos AP (há algumas datações que chegam até aproximadamente 30.000 AP). Nesse momento, a região apresentava uma situação ambiental diferente da atual. Desde o início do Holoceno até uns 1.000 anos a.C., período em que muitas áreas tornaram-se ecologicamente semelhantes em relação a sua atual configuração ambiental, grupos caçadores-coletores, portadores de tecnologias distintas e sistemas socioculturais complexos ocuparam praticamente todo o Centro-Oeste. Por volta de 1000 a.C., alguns desses grupos gradativamente desenvolveram ou adotaram técnicas de cultivo, geralmente associadas à produção de recipientes cerâmicos.

² Cultura Material é uma expressão usada para definir objetos de estudos arqueológicos. Apesar da denominação, tais objetos não se restringem as suas características físicas ou materiais; possuem, pelo contrário, dimensões imateriais, espaciais, temporais e sociais. Como exemplos, podemos citar: cerâmicas, líticos, sítios arqueológicos, pegadas, reminiscências estruturais, indícios de fogueiras, estradas, etc.



Fonte: PROUS, 1992

Figura 3.6.5.11-1 - Mapa dos Sítios do "paleoíndio" no Brasil.

O Centro-Oeste parece ter sido uma região de confluência para onde várias sociedades indígenas, sobretudo as agricultoras e ceramistas, se deslocaram por motivos variados. Assim, quando os europeus pisaram pela primeira vez na América do Sul, parte considerável do Centro-Oeste brasileiro apresentava-se com um extraordinário mosaico cultural.

Porém, grande parte das sociedades indígenas que ali viviam foram completamente exterminadas ou assimiladas por povos de além-mar e seus sucessores ibero-americanos. Mas, ao contrário do que muitos imaginam, a conquista das sociedades indígenas no Centro-Oeste, a exemplo das que atualmente vivem em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ainda continua a passos largos como parte de um processo de barbárie contínuo e, aparentemente, sem fim.

Em fins da década de 1970 e início de 1980, surge em Goiás um grande número de projetos de pesquisa, todos tendo como um dos objetivos principais a formação de um quadro geral sobre a ocupação humana pré-colonial. Exemplos disto são: *Projeto Paranaíba* e *Projeto Alto Araguaia*,

Existem, também, datas mais antigas, como é o caso dos sítios Abrigo do Sol (19.400 ± 1.100 AP e 14.470 ± 140 AP) e Santa Elina (23.320 ± 1.000 AP e 22.500 ± 500 AP), ambos em Mato Grosso, respectivamente estudados por Miller (1983, 1987) e Vilhena-Vialou e Vialou (1994).

Os sítios localizados em abrigos estão em sua maior parte na bacia do Paranaíba, mas ocorrem também na bacia do Rio Tocantins e na bacia do Rio São Francisco. Os sítios de áreas abertas aparecem no Sudoeste de Goiás, na bacia do Paranaíba, na parte alta do Rio Araguaia, na bacia do Tocantins, próximo à cidade de Planaltina e também na bacia do São Francisco, no oeste do estado da Bahia.

Entre os já numerosos sítios arqueológicos brasileiros datados de 12 mil e 8 mil anos, o município de Serranópolis, no sudoeste de Goiás, é um lugar privilegiado para conhecer o modo de vida desses primeiros habitantes. Ali, o ambiente era favorável não só para acampamentos passageiros, mas também para uma instalação duradoura em grandes abrigos rochosos, em que supostamente viviam com conforto as dezenas de pessoas que formavam a sociedade inicial. A conjunção de ambientes variados, com matas, cerrados, campos de altitude, veredas de buritis, um rio de porte médio e córregos permanentes, oferecia recursos vegetais, animais e minerais suficientes para o estabelecimento de muitas gerações sucessivas. De fato, nos 40 abrigos do lugar, conserva-se o testemunho bem preservado de 11 mil anos de história (mais de 500 gerações), começando com os primeiros moradores indígenas e terminando só com a instalação de fazendas de criação, plantação de café e agricultura de subsistência do século 19.

Pelos materiais recuperados é possível saber que três populações habitaram, sucessivamente, esses abrigos: a primeira, de 11 mil a 8,5 mil anos atrás (± 125 gerações), identificada pelos arqueólogos como fase Paranaíba; a segunda, a partir dessa data e possivelmente até perto do começo de nossa era (talvez umas 300 gerações), identificada como fase Serranópolis; a terceira, de 500 anos depois de Cristo até a ocupação branca da área (talvez umas 50 gerações), identificada como fase Jataí. As diferenças entre essas fases estão na subsistência, na tecnologia, nos artefatos e em outros elementos de sua cultura.

Os abrigos rochosos do local formam seis agrupamentos junto a córregos permanentes que descem da alta chapada. Cada um desses agrupamentos constituiria uma unidade de estabelecimento, uma comunidade; os abrigos individuais eram ocupados diferencialmente de acordo com o tamanho da cobertura rochosa, a insolação durante o dia, a ventilação, a facilidade de acesso, a proximidade da água e de outros recursos naturais. Abrigos grandes poderiam conter toda a população local, mas abrigos menores seriam cômodos para pequenos grupos da comunidade.

Os agrupamentos de abrigos com maiores recursos seriam ocupados de forma continuada por gerações sucessivas. Dali os moradores saíam para na caça e a coleta de frutos nos diversos ambientes da região, de acordo com as estações do ano; eventualmente saíam pequenos grupos para se estabelecerem temporariamente em locais afastados que tivessem recursos adequados.

Além dos seis conjuntos de Serranópolis, em um raio de 200 km existem sítios arqueológicos pouco densos, que podem corresponder a essas excursões e ocupações temporárias. Mas os sítios centrais eram o endereço, no qual se detinham por longo tempo, de forma estável, e aos quais sempre voltariam. Essa permanência não está representada só pela densidade do material (mais de 80 mil restos em uma escavação de 2,5 m de lado e 40 cm de espessura em um dos abrigos), mas também pela intensidade com que os instrumentos produzidos foram usados e reciclados, antes de seu abandono definitivo.

► O Material Lítico Regional

O material lítico de Mato Grosso e Goiás é caracterizado por uma indústria bastante uniforme, de raspadores plano-convexo unifaciais, de tamanho variado, estando estes associados ao trabalho em peles de animais e também a outros tipos de trabalhos não específicos.

Há duas fases definidas: Fase Paranaíba e Fase Cocal e uma, localizada no lado leste da Serra Geral ainda sem muita definição, todas pertencentes à Tradição Itaparica. Segundo Oliveira (2000), no final da década de 60, a Tradição Itaparica foi inicialmente definida por instrumentos denominados lesmas (artefatos plano-convexos), que foram estabelecidos como fósseis-guias.

Prous (1992) diz que a indústria lítica da Fase Paranaíba é caracterizada por lascas pequenas tiradas de seixos calcedônia e principalmente de quartzito. Os objetos retocados são plano-convexos (raspadores). Típicos da Fase Paranaíba são os grandes raspadores sobre lascas espessas retocadas lateralmente (lesmas). Recentes estudos por Pedro I. Schmitz (Prous, 1992), mostram a utilização de resinas em peças encabadas, que frequentemente quebravam no seu terço anterior. Há instrumentos menos característicos, como facas retocadas. Uma característica particular desta indústria é que os instrumentos receberam uma ablação por retoque do talão. No sítio GOJA-01 (Goiás) foram encontrados numerosos ossos cerrados para fabricar espátulas semelhantes às de Minas Gerais, e furadores; há registro de duas continhas de conchas perfuradas.

Conforme Prous (1992), em Mato Grosso, os níveis datados de 11.000 AP apresentam uma indústria que lembra muito a Fase Paranaíba de Goiás, mas com a presença de retoques cuidadosamente preparados, para elaboração de raspadores espessos e pontas de projétil

bifaciais. Na Lapa do Boquete, os artefatos mais antigos encontram-se dentro de uma brecha calcitada, a qual indica uma drástica modificação do microambiente da gruta.

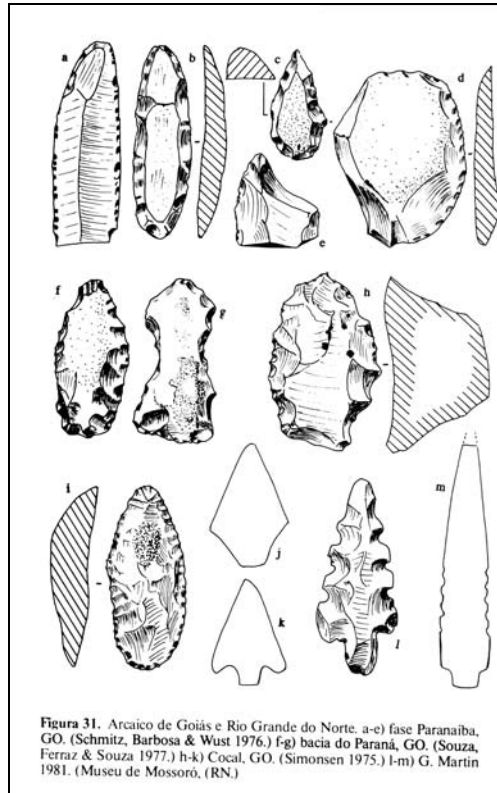
Em outro período, um pouco mais tardio, entre aproximadamente 9.000 e 4.000 AP, o clima tornou-se mais quente e úmido, proporcionando a expansão da vegetação de mata. Relacionados a este contexto climático há registros de novos grupos caçadores-coletores, representados pela Tradição Serranópolis em Goiás. Este período marca uma ruptura com o período anterior. Em Goiás, esses grupos ocuparam várias regiões: vale do Paranaíba, alto Araguaia, alto e baixo Paranã, afluentes dos rios das Almas e Caiapó.

Conforme Schmitz (2000), na indústria lítica de Goiás existia um numeroso material alisado ou picoteado, para o qual, em Serranópolis, usaram-se seixos de basalto. Com eles se produziam mós de faces polidas planas ou deprimidas, ou suportes com pequenas superfícies esmagadas e enegrecidas, além de mãos, ou esmagadores de extremidades alisadas. Existiam ainda percutores que podiam ser de quartzito ou de basalto. Em Goiás, segundo Prous (1992), estranhamente os abrigos foram abandonados em 6.000 AP, somente sendo ocupados novamente no período cerâmico.



Fonte: SCHMITZ (2000)

Figura 3.6.5.11-3 - Materiais líticos característicos da fase Paranaíba, provenientes de Serranópolis (GO).



Fonte: Prous, 1992.

Figura 3.6.5.11-4 - Exemplo de material lítico.



Fonte: www.comciencia.br

Figura 3.6.5.11-5 - Instrumentos mais característicos do primeiro período, as chamadas "lesmas".

Os instrumentos encontrados no município de Formosa (GO) foram agrupados dentro da Fase Cocal. Abrigos com pinturas rupestres e sítios abertos foram recentemente sondados por Simonsen & Souza (Prous, 1992), aparecendo uma indústria com pontas de projétil com pedúnculos e aletas, peças foliáceas unificadas plano-convexas, lesmas, raspadores convexos e côncavos e raspadeiras. As matérias-primas dominantes são o sílex e a calcedônia, sendo utilizados o calcário e o quartzito para a confecção de machados, batedores, polidores, mós para corante e mãos de pilão.

Wüst (1990) constatou mudanças no padrão de assentamento, implantação e morfologia dos sítios existentes na região do rio Vermelho, considerando a possibilidade de os grupos caçadores-coletores mais recentes terem participado de um processo de transição no qual, primeiramente, teriam adotado a prática do cultivo e, posteriormente, a produção de cerâmica, a da Tradição Una.

A maioria dos sítios de caçadores-coletores antigos, ao menos os até agora localizados, encontra-se em ambientes fechados: abrigos sob rocha em arenito e quartzito e grutas localizadas em maciços calcários com níveis que atingem até 3 m de profundidade e de 100 a 1.500 m² de extensão (Schmitz *et al.* 1978-1980; Schmitz 1980).

Embora haja registros de sítios a céu aberto, seu número é reduzido; geralmente estão relacionados à exploração de matérias-primas. Para abrigos existentes na região de Serranópolis, Schmitz (1980) interpreta as camadas menos espessas e a concentração de materiais em determinados pontos como indicadores de baixa densidade populacional. A maioria destas idéias, ao contrário de sugerirem um padrão de implantação para os sítios, atestam o uso de prospecções voltadas para o estudo de basicamente um único tipo de ambiente, o fechado.

A busca de explicações mais amplas, que levem em conta a dinâmica do sistema de assentamentos, também passa pela descoberta e correlação das diversas classes de sítios, os quais também estão localizados em ambientes abertos e devem ser devidamente investigados, ainda que isso exija um maior gasto de energia por parte dos pesquisadores, conforme enfatiza Kipnis (1998).

Ademais, salienta Oliveira (2000), escavações limitadas a um ou dois cortes estratigráficos do tipo cabina telefônica também limitam a obtenção de dados referentes ao tamanho, estrutura dos assentamentos e informações sobre a densidade de material e deslocamentos periódicos de abastecimento. Esta ausência de dados impossibilita explicações mais específicas relacionadas à demografia, natureza dos sítios e possibilidades de contatos extraculturais.

Ainda que vagas, as primeiras informações nesta direção apresentam uma classificação de sítios arqueológicos, com destaque o sítio GO-CB-01, de atividade limitada e caracterizado como oficina de lascamento (Simonsen 1975). Os sítios superficiais da área Centro-Sul de Goiás também estão correlacionados à exploração de matérias-primas (Andreatta 1985); no leste, bacia do Paranã, além da região de Caiapônia, há menção de sítios superficiais de exploração de matéria-prima que podem estar relacionados ao período de dispersão dos grupos em função da seca, indicativo de uma época de escassez de produtos alimentares (Souza *et al.* 1981-1982; Schmitz *et al.* 1986, 1989).

Segundo Fogaça (1991), a tecnologia lítica desses caçadores-coletores era simples e, com base nos materiais preservados, percebe-se o predomínio de instrumentos líticos e, em menor escala, ósseos; é também provável que tenham utilizado peles e tendões de mamíferos, penas de aves, madeira etc. No entanto, devido provavelmente à má preservação desses materiais, pouco restou como testemunho material.

Na Tradição Itaparica, os artefatos de material ósseo estão representados por espátulas feitas a partir de restos de cervídeos e outros mamíferos. A matéria-prima para a confecção dos artefatos líticos e sua localização está ligada à disponibilidade local (arenito silicificado, quartzito e outros), já que foram encontrados nos alcantilados dos próprios abrigos ocupados (Souza *et al.* 1981-1982; Schmitz *et al.* 1989). A caracterização desta indústria lítica é enfatizada pela pouca quantidade de pontas líticas.

Esta idéia levou à hipótese de que existiria no Brasil, mais precisamente nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, um horizonte Paleoíndio com ausência, ou pouca quantidade, de pontas de projéteis; outro horizonte, com maior quantidade dessas pontas, estaria localizado no planalto meridional (Schmitz 1978-1980).

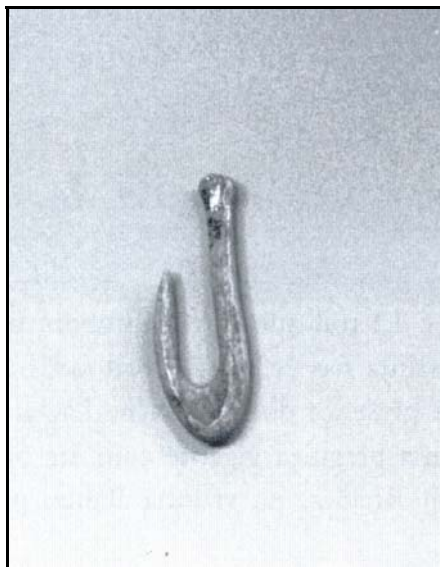
Hoje em dia, com o desenvolvimento de novas pesquisas, esta tese vem se tornando cada vez mais insustentável: pontas de projéteis em sílex e quartzo foram encontradas na bacia do Paranã (Souza *et al.* 1981-1982; D. Martins 1998); para o sítio GO-JA-01, localizado em Serranópolis, Schmitz *et al.* (1989) mencionam uma ponta de projétil com armação de osso; no planalto de Maracaju e região do alto Paraná, em Mato Grosso, também foram encontradas pontas de projéteis (G. Martins 1996; Kashimoto 1997).

Outros instrumentos podem ser destacados; todos foram confeccionados por percussão direta, a partir do uso de percutores duros, percutores pequenos discoidais, além de instrumentos alisados e picoteados; os artefatos mais freqüentes são os unifaciais que, de um modo geral, apresentam uma face plana, não-trabalhada, e outra convexa, transformada: faca unilateral e bilateral, furadores, buris, raspadores de bico plano-convexo, raspadores terminais plano-convexos, bifaces, bicos, picões, grandes raspadores, lâminas de machado lascadas, instrumentos bifaciais (Simonsen 1975; Schmitz 1982; Schmitz, 1984).

Na Tradição Serranópolis, a tecnologia de instrumentos líticos é sensivelmente modificada, caracterizada por uma indústria lítica tecno-morfologicamente mais simples. Neste período, não são mais observados os bem elaborados artefatos laminares, que passam a ser substituídos por lascas, usadas predominantemente sem qualquer retoque; ressalta-se novamente a raridade das pontas. Outros artefatos são destacados: goivas; bicos raspadores, pequenos laterais e terminais; perfuradores; pontas de entalhe; cunhas; plainas; buris; talhadores; formões; quebra-cocos etc. As espátulas de ossos também desapareceram, surgindo alguns anzóis e artefatos feitos a partir de carapaças de moluscos (Barbosa, 1981-1982).

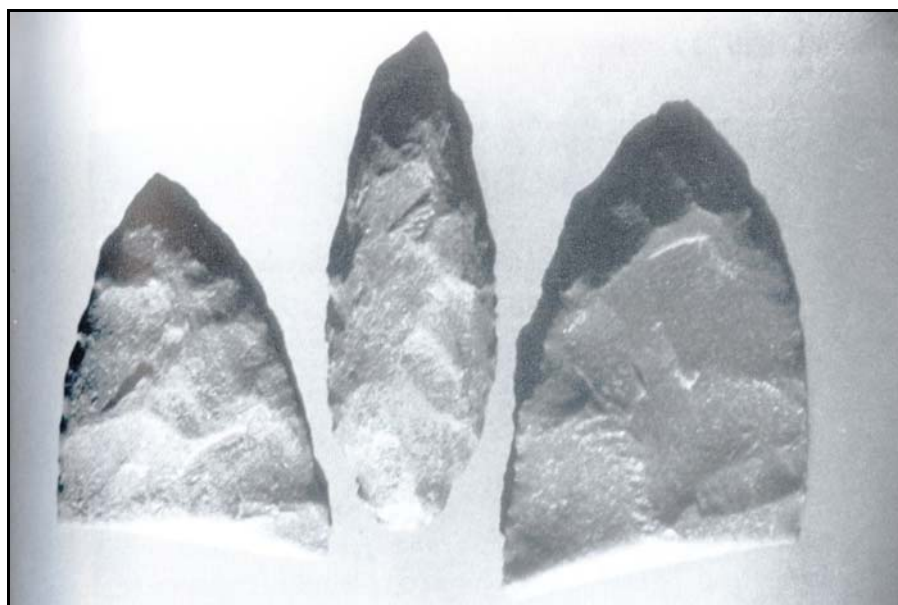
Segundo Oliveira (2000), a hipótese de continuidade, dos caçadores-coletores tardios aos agricultores e ceramistas portadores da Tradição Una, é constatada apenas em algumas áreas do Centro-Oeste: alto Araguaia e bacia do rio Vermelho (Wüst 1990). Certas características presentes entre os grupos caçadores-coletores mais recentes corroboram esta hipótese, pois representam elementos de transição de grupos caçadores-coletores para agricultores: implantação em áreas de mata/cerrado, acesso a recursos mais diversificados e solos melhores e mais propícios ao cultivo.

Oliveira (2000) salienta que os mais antigos esqueletos humanos do Centro-Oeste, provenientes de escavações controladas, são de grupos caçadores-coletores da região de Serranópolis. Ali, os enterramentos são primários: mortos eram enterrados em posição fletida, deitados sobre um dos lados e podiam ter o corpo coberto por blocos de pedras. Há dados de enterramentos de indivíduos adultos e, em menor proporção, de crianças; atestou-se ainda a presença de acompanhamentos funerários, como um conjunto de contas vegetais, sobre o corpo de uma criança e de um jovem pertencentes a caçadores-coletores mais recentes.



Fonte: Prous (2000).

Figura 3.6.5.11-6 - Anzol de osso, encontrado em níveis pré-cerâmicos superiores.



Fonte: Prous (2000).

Figura 3.6.5.11-7 - Instrumentos de arenito. No centro, uma lesma, à direita e à esquerda, pré formas foliáceas.



Fonte: Prous (2000)

Figura 3.6.5.11-8 - Restos semi carbonizados de espátulas em osso de pata de veado e fragmento de chifre.



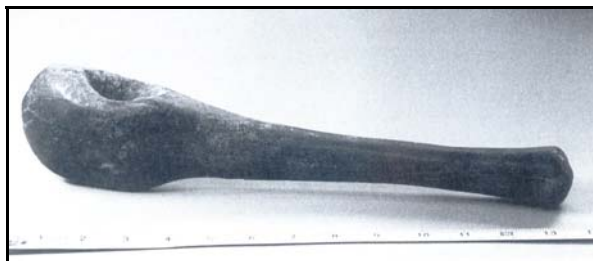
Fonte: Prous (2000).

Figura 3.6.5.11-9 - Machados com gume polido e parte oposta picoteada para facilitar o encabamento. Cultura Sapucaí.



Fonte: Prous (2000).

Figura 3.6.5.11-10 - Machado semilunar, cultura sapucaí.

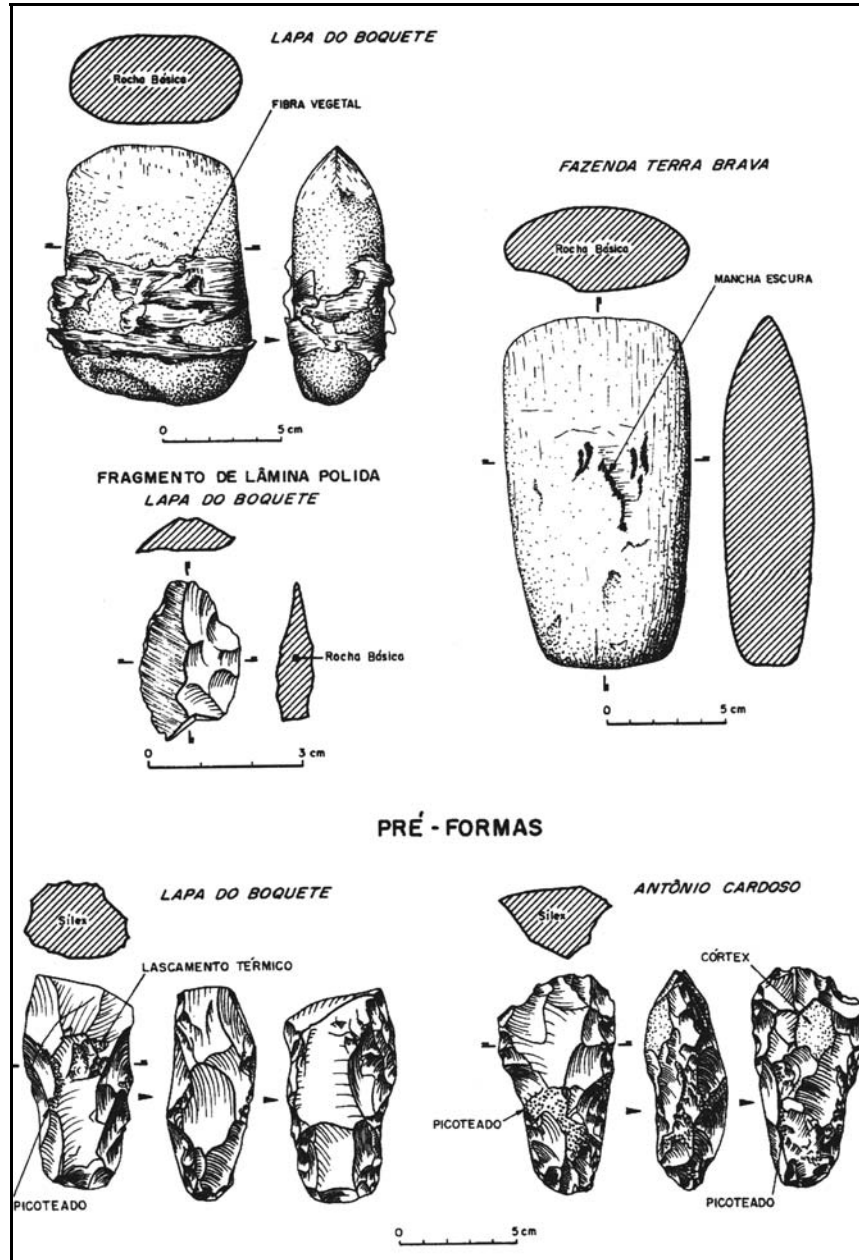


Fonte: Prous (2000)

Figura 3.6.5.11-11 - Cabo de machado, com orifício para encaixar a lâmina polida.

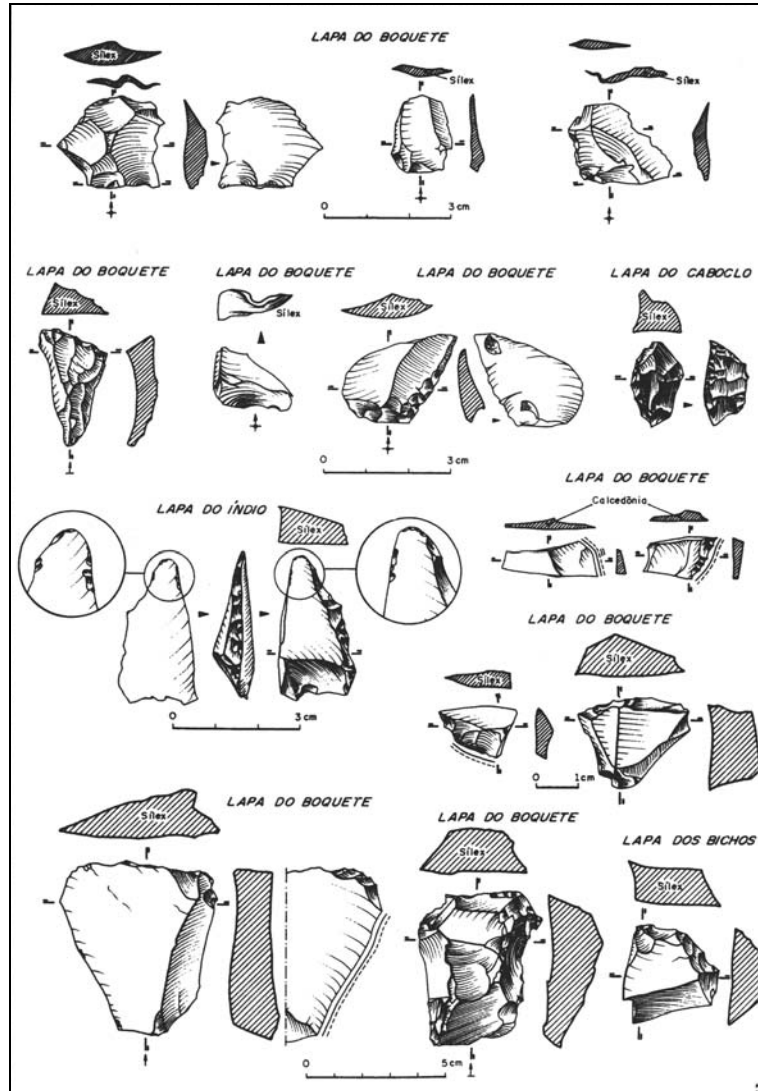
Com a chegada dos horticultores, a indústria lítica é substituída por lascas com pequenos bordos denticulados, bicos, pontas-entre-entalhes, ou simplesmente com bordos regularizados. Como desaparece o fino acabamento dos raspadores, desaparecem também as características lascas de redução secundária, antes recolhidas aos milhares. Como matéria prima, aparece também a calcedônia, presente em blocos muito menores. As mós e esmagadores continuam existindo.

Para Schmitz (2000), percebe-se por volta de 1000 d.C. uma nova cultura arqueológica em Serranópolis. Entre os artefatos líticos aparecem grandes e grossas lâminas de machados, talhados muitas vezes numa só grande lasca com pequenas regularizações, ou totalmente retocadas, ou picoteadas ou mesmo polidas.



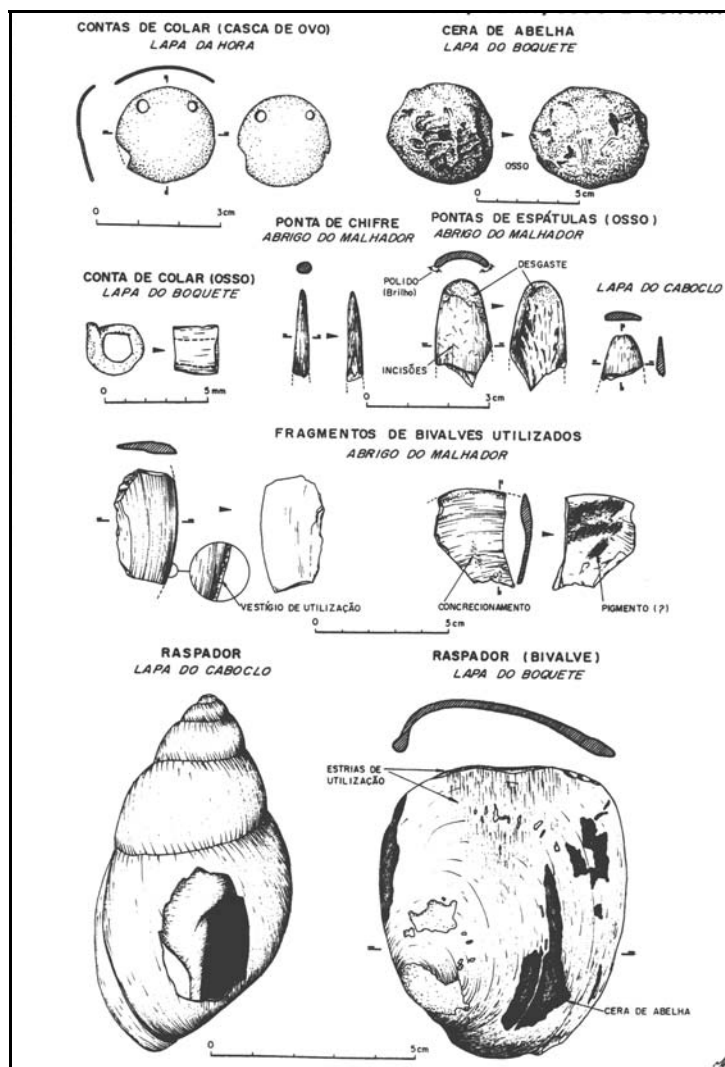
Fonte: Prous, 1997.

Figura 3.6.5.11-12 - Exemplo de material lítico.



Fonte: Prous, 1997.

Figura 3.6.5.11-13 - Exemplo de material lítico.



Fonte: Prous, 1997.

Figura 3.6.5.11-14 - Artefatos em casca de ovo, cera, osso e concha.

► O Paleoindígena

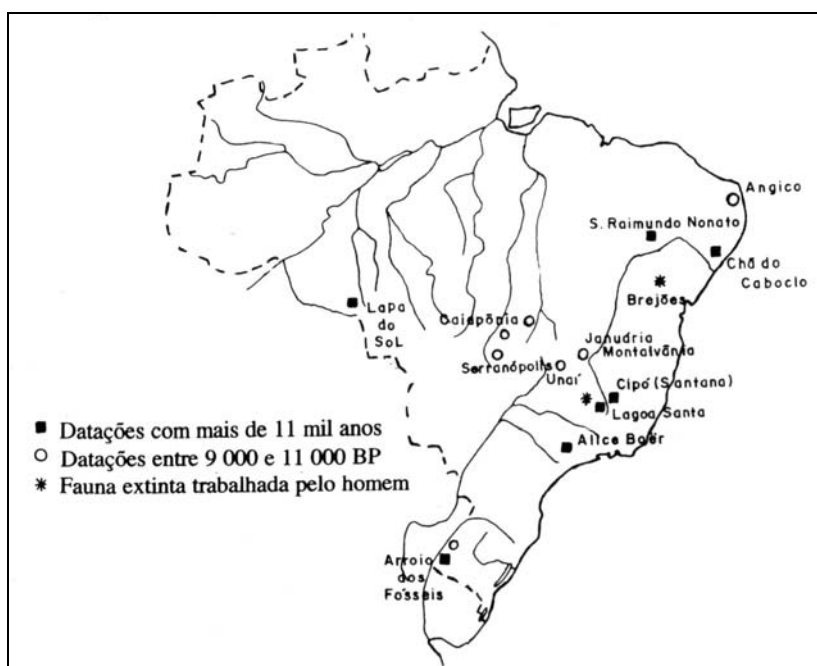
As pesquisas arqueológicas paleoindígenas iniciaram durante a execução do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), no oeste do Rio Grande do Sul e Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), entre os anos de 1968-1972.

Com os resultados obtidos, foi criado em 1972, sob a coordenação do arqueólogo Eurico Th. Miller, o Programa Paleoindígena (PROPA), financiado pelo *Smithsonian Institution* (SI-USA) e

Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com a aprovação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e com a colaboração do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

Em Rondônia e Mato Grosso, as pesquisas arqueológicas do Paleoindígena devem-se ao PRONAPABA e ao Programa Arqueológico de Rondônia (PAR) da Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Turismo (SECET-RO).

Os resultados preliminares foram apresentados por Eurico Th. Miller, em sucintas comunicações, entre os anos de 1976-1986.



Fonte: PROUS, 1992.

Figura 3.6.5.11-15 - Mapa da dispersão dos sítios paleoindígenas no Brasil.

Segundo Miller (1987), os sítios Paleoindígenas de Rondônia e Mato Grosso encontram-se nos vales dos rios Guaporé, na encosta superior da Chapada dos Parecis (MT e RO), e nos sedimentos atualmente imersos nas águas do alto rio Madeira (RO).

O clima para toda a área de Rondônia é o tropical chuvoso e o mês mais frio com temperatura sempre acima dos 18 graus, correspondente às florestas com chuvas do tipo monção; a estação

seca é de pequena duração, mas suficiente úmida para a existência de florestas. Para a área do Mato Grosso o clima refere-se às savanas tropicais, com verão úmido e inverno seco. Segundo Miller (1987):

A região do rio Madeira, fitoecologicamente, compreende uma região de floresta tropical aberta e uma sub-região de superfície dissecada de formação submontana e relevo ondulado. Pequenas áreas de tensão ecológica em formações submontanas e relevo dissecado; terraços fluviais. Pequenas áreas de savana parque, de floresta densa e planície aluvial. A encosta da Chapada dos Parecis é uma região de cobertura floresta estacional semidecidual tropical submontana, com tensão ecológica e contato com savana (Brasil. DNPM, 1979). (Miller, 1987)

A geomorfologia no alto rio Madeira é caracterizada por um embasamento de rochas do Complexo Xingu Formação Solimões com restos animais e vegetais, cobertura de argilitos, siltitos e arenitos, depósitos de planície de inundação.

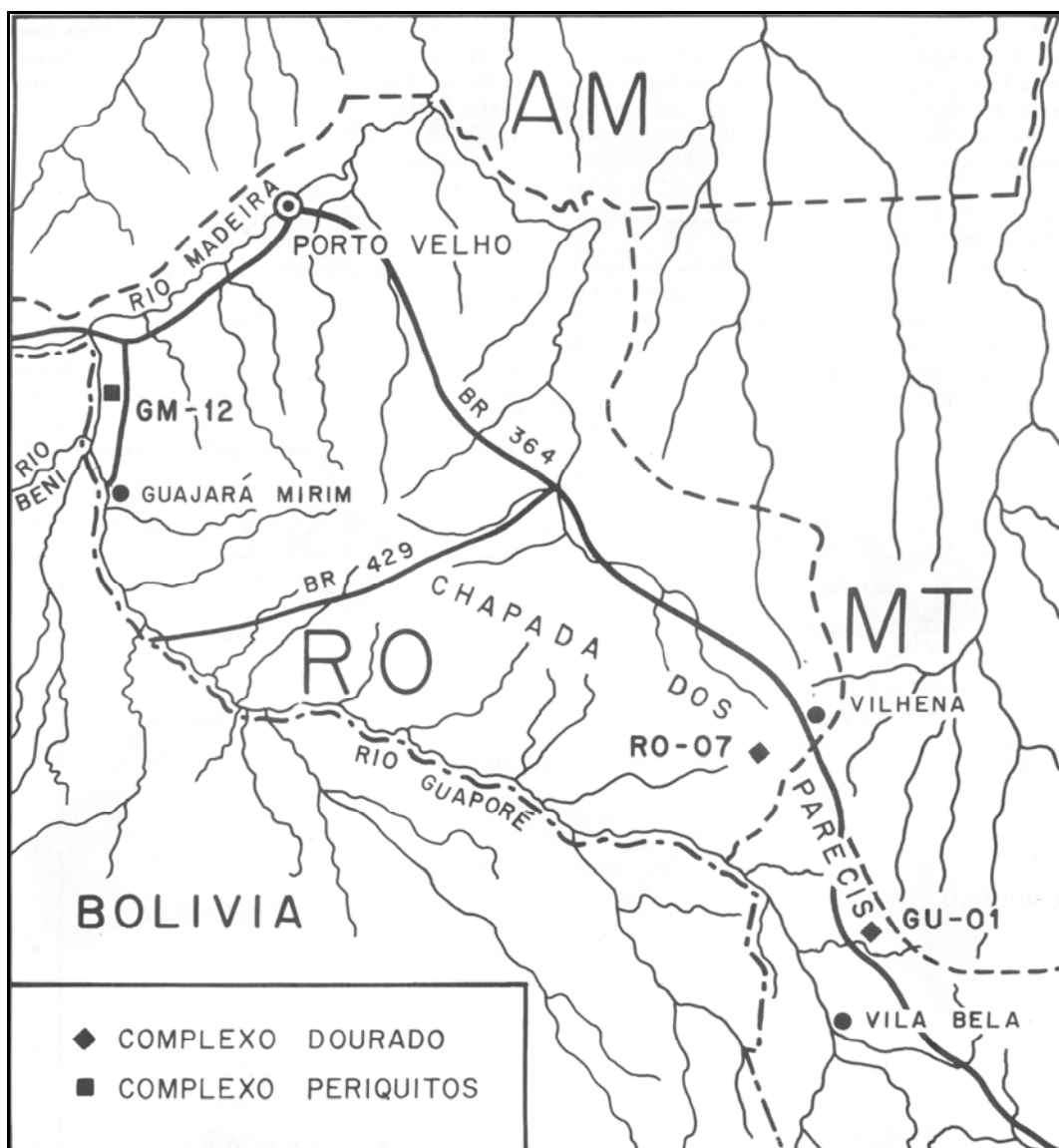
Na Chapada dos Parecis ocorre cobertura de arenito da Fazenda Casa Branca (Carbonífero-Permiano) e Formação Parecis, composta de arenitos finos (Cretáceo), onde ocorrem testemunhos de capeamento basáltico.

No alto rio Madeira predominam as formas de relevo de superfícies pediplanadas e transição para áreas dissecadas, interflúvios tabulares, colinas, pontões e áreas de acumulação inundáveis. Já no chapadão pode ser observado encimando a cuesta arenítica, superfícies tabulares e relevos escalonados.

No âmbito do Projeto Paleoindígena ficaram conhecidos dois complexos para estes estados: Complexo Dourado, encontrado em ambos os estados e Complexo Periquitos, encontrado em Rondônia.

As evidências Paleoindígenas, conhecidas na Chapada dos Parecis, ocorrem em abrigos sob rocha. Por não se constituírem de sítios habitação, a contribuição à sedimentação e composição do solo foi praticamente mínima.

As evidências encontradas no leito do rio Madeira junto à Cachoeira Periquitos fazem parte do Complexo Periquitos.



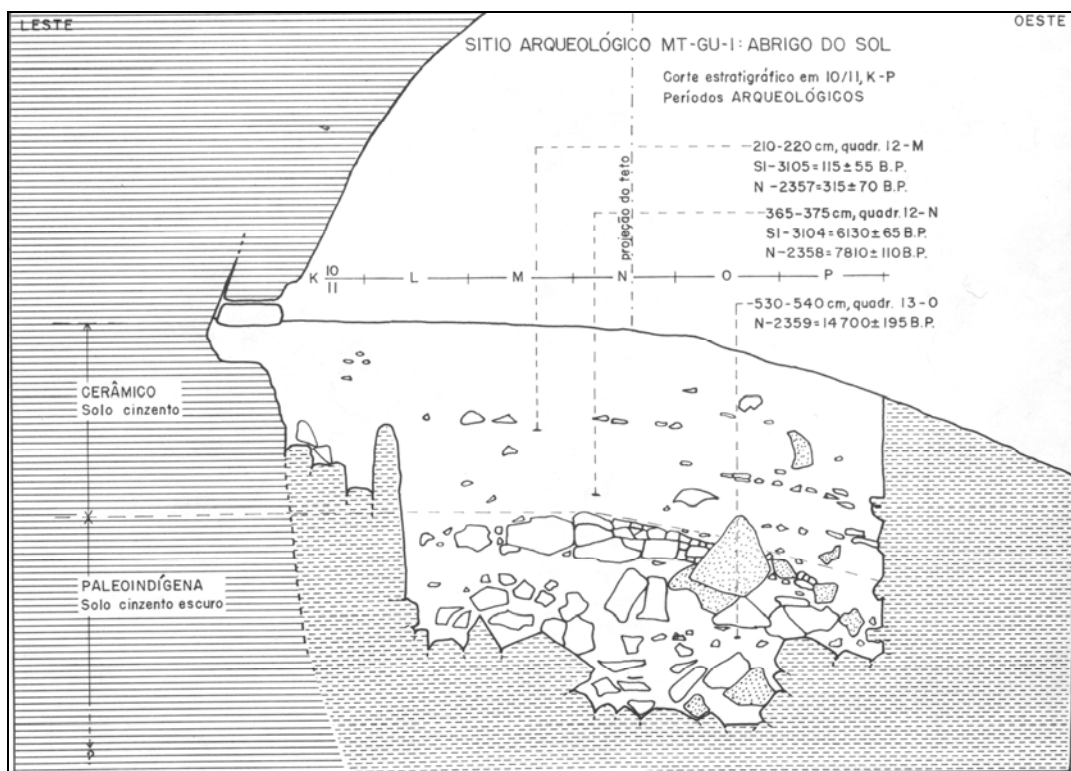
Fonte: MILLER, 1987.

Figura 3.6.5.11-16 - Localização dos sítios de paleoindígenas pesquisados em Rondônia e Mato Grosso.

O Complexo Dourados é representado por dois sítios: MT-GU-1 e RO-RO-7. Estes dois sítios caracterizam-se por estarem localizados em abrigos, possuem vestígios de ocupação e não de acampamento, em sua primeira camada sedimentar encontram-se evidências de fases cerâmica e pré-cerâmica arcaica, raros enterramentos, arte rupestre gravada, líticos (como lascas, um biface, raspadores e percutores), porções de resina, raros caroços de palmeira carbonizados e carvão.

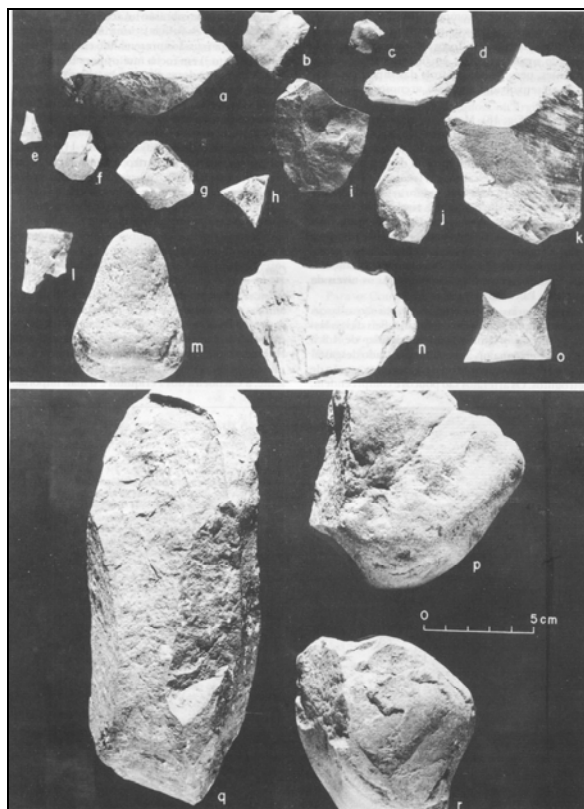
O sítio MT-GU-01 também chamado de Abrigo do Sol, localizado no Mato Grosso foi escavado por Miller, mas a publicação das pesquisas foi de autoria do fotógrafo W. J. Von Puttkamer. As informações são parcas e fragmentadas, mas sabemos que a vasta Lapa do Sol, perto do Rio Galera (afluente do Rio Guaporé), forneceu datações de grande antigüidade.

A escavação, que atingiu uma profundidade de 4,70m, evidenciou uma indústria atípica de seixos, núcleos e lascas toscas 'prismáticas'. Von Puttkamer escreve que carvões encontrados na base da escavação têm "entre 9.000 e 12.000 BP", enquanto uma datação indica que o objeto mais antigo poderia ter 12 mil anos. Outra amostra, de 14.500 BP, foi conseguida de um nível mais alto e esta inversão estratigráfica, não explicada nos artigos mencionados, faz com que este resultado seja recusado.



Fonte: MILLER, 1987.

Figura 3.6.5.11-17 - Perfil estratigráfico do sítio MT-GU-1 com a procedência das últimas datações.



Fonte: MILLER, 1987.

Figura 3.6.5.11-18 - Artefatos líticos do sítio MT-GU-1 em profundidade de 5,20-5,40 m. Peças: a-l, o, Lascas finas, espessas e poliédricas com e sem evidências de uso e retoque; m, p, q Núcleos; n, r, Percutores e talhadores.

O Complexo Periquitos é encontrado em sítios no leito do alto rio Madeira, com foco na Cachoeira dos Periquitos. Neste sítio foram encontrados fósseis humanos, mas infelizmente o único registro que ficou para a posteridade foi uma mandíbula com um molar e um pré-molar juntos (o maquinário da empresa mineradora que atuava na área destruiu o resto das evidências). As informações sobre este complexo são parcas nas publicações de Miller.

▪ O Material Cerâmico Regional

O Planalto Central brasileiro apresenta vestígios arqueológicos de grupos agricultores ceramistas estabelecidos em grandes aldeias, registrados a partir do século IX da era cristã (Wüst 1990). Pesquisas realizadas em diferentes áreas dessa vasta região indicam que o período compreendido entre aquele século e o início da colonização europeia foi marcado por interações intergrupais

que teriam concorrido para a difusão da manufatura cerâmica, da prática da agricultura, bem como da introdução e emergência de grupos étnicos e culturais, contemplados nos estudos de Schmitz, Barbosa, Wüst & Moehleche (1982) e Schmitz & Barbosa (1985) para Goiás; Wüst (1990, 1992, 1994, 1999) e Robrahn (1996a, 1996b, 1998) para as regiões mato-grossenses do alto e médio rio Vermelho e do alto rio Araguaia, respectivamente.

Muitos projetos arqueológicos foram desenvolvidos durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil Central, entre eles o Projeto Paranaíba (Serranópolis) e o Projeto Alto Araguaia (Caiapônia) (Schmitz *et al.*, 1982), e no Pantanal Mato-grossense, em meados da década de 1980, e já na década de 1990, os projetos Alto Sucuriú, Corumbá, Campo Grande/Dourados e Bela Vista, sob a coordenação científica de Pedro Ignácio Schmitz (Peixoto, 1995).

O Programa Arqueológico de Goiás, implementado a partir de 1972 (Schmitz, *op. cit*), ampliou o levantamento e a análise de sítios cerâmicos a céu aberto dessa região, trazendo novos dados para as tradições culturais que estavam sendo estabelecidas para o Centro-Oeste, entre elas sub-tradições e fases das tradições Una, Aratu e Tupiguarani.

Entre essas tradições cerâmicas, as fases Mossâmedes, Itaberaí, Uru, Uruaçu, Itapirapuã, Jaupaci, Aruanã e Iporá, representavam assentamentos a céu aberto de horticultores semissedentários. Houve reclassificações dos sítios conforme o desenvolvimento das pesquisas, de modo que a fase Uru deixou de ser uma fase da tradição Aratu, passando a representar uma tradição cultural independente. As fases existentes para a tradição ceramista Uru, por sua vez, seriam a Aruanã, sobre o rio Araguaia e o baixo rio Vermelho (GO), a Itapirapuã, sobre o rio Vermelho (GO), a Jaupaci, sobre o rio Claro, a Uru, sobre o rio Uru, a Uruaçu, sobre a margem esquerda do rio das Almas (Schmitz *et al.*, 1982:103). Foram estabelecidas ainda outras fases, relacionadas a grupos culturais da época colonial, como os sítios Uru lineares, fase Aruanã, relacionados aos karajás, os sítios Uru, fase Aguapé, como um dos substratos bororo. (Monteiro, 2005).

Os resultados do Programa de Goiás indicaram dois grupos maiores, o da tradição Aratu/Sapucaí, e o da tradição Uru; os primeiros mais a leste do Planalto e, o segundo, mais a oeste, limitados pela bacia do Araguaia. Ao sul do Planalto haveria os da tradição Tupi-guarani, e a tradição Uma.

O mapeamento de tradições culturais no Brasil feito pelos programas acima mencionados apontava a diversidade dos tipos cerâmicos. Porém atualmente questiona-se a classificação em tradições e fases nem sempre dava conta da diversidade dos artefatos encontrados, e a presença de fases ou tradições distintas em um mesmo nível estratigráfico de uma mesma ocupação.

Monteiro (2005) ressalta que os estudos antropológicos realizados no Brasil até os anos 1960 não concebiam a existência pré-colonial de grupos ceramistas na aridez dos cerrados, pensamento baseado na estreita relação que comumente existe ao redor do mundo entre produção cerâmica, desenvolvimento da agricultura e sedentarismo, inadequada em alguns ambientes, sendo o Centro-Oeste definido como área cultural de “grupos marginais”.

Até os anos 1980 esses grupos são compreendidos como sociedades simples e igualitárias, o que seria compatível com seu estado de caçadores nômades, ou mesmo de horticultores semissedentários. Porém os estudos mais recentes feitos no Brasil Central mostram que ele vem sendo intensamente povoado há pelo menos 11.000 anos por grupos humanos que apresentaram uma grande diversidade cultural decorrente de inter-relações, correspondendo mais a uma “área de confluência” de sociedades do que a um “corredor de passagem”, segundo Robrahn-Gonzalez (1996a).

Wust (1999) aponta as tradições líticas associadas a caçadores-coletores recorrentes no Centro-Oeste; a tradição Itaparica de aproximadamente 10.000 anos AP, uma tradição lítica local de 5750 ± 80 anos AP, a tradição Tombador de 2570 ± 70 anos AP, num horizonte de transição para a agricultura, além de outros sítios líticos de tradição local de 1990 ± 70 anos AP, posteriores ao aparecimento da cerâmica Una, mais antiga, em abrigos, sendo esta datada em até 2390 ± 60 anos AP.

Segundo a autora, em dois sítios cerâmicos da tradição Uru, haveria indícios de continuidade tecnológica entre os artefatos líticos. Com relação ao material lítico que associa aos sítios cerâmicos arqueológicos de índios Bororo, a pesquisadora considera que houve uma ruptura, o que poderia indicar migração externa, ocorrida durante a colonização europeia (Monteiro, 2005).

No que se refere à origem da produção de potes cerâmicos no Brasil Central, existem modelos discordantes, onde as cerâmicas mais antigas, da tradição Una, são interpretadas como *invenção local*, que teria ocorrido em vários lugares do Brasil, a partir do cultivo incipiente propiciado por fatores ambientais, ecológicos e demográficos, ou como o resultado de *difusão* muito antiga, a partir da bacia amazônica, derivada de outras tradições mais antigas, como Mina e Casa de Pedra. Essas tradições, em ambos os casos, se caracterizam, em geral, pela simplicidade de suas formas globulares, predominantemente sem atributos plásticos ou pintura (Monteiro, 2005).

Conforme Monteiro (2005), a relação entre o desenvolvimento da agricultura e a sedentarização, está bastante presente nos estudos a respeito da origem e estabelecimento dos sítios cerâmicos

no Brasil Central. O desenvolvimento incipiente da agricultura é inferido a partir da presença do material cerâmico, que ocorre em torno de 2000 anos AP (Oliveira e Viana, 2000).

O sítio MT-SL-72 com 2390 ± 60 anos AP, na região do rio São Lourenço, marca o aparecimento da cerâmica em abrigos do Mato Grosso. Para Wust (1990), os grupos horticultores estão em um horizonte cultural de agricultura incipiente.

A cerâmica da tradição Una está em abrigos, por isso sugere sua ligação com a “agricultura incipiente” praticada por “caçadores-coletores”, que eram tradicionalmente concebidos como habitantes de abrigos-sob-rocha, e em um certo tempo habitavam lugares desfavoráveis à prática agrícola.

Conforme Monteiro (2005), a cerâmica da tradição Una também aparece em contextos mais recentes de sítios a céu aberto do Tocantins, Goiás, Minas Gerais, Bahia, sendo interpretada nesses casos, como resultado do desenvolvimento isolado da agricultura por grupos locais (Prous, 1992; Robrahn-Gonzalez, 1996 a; Oliveira e Viana, 2000). Além disso, a estreita relação entre o desenvolvimento da agricultura e a produção cerâmica para a armazenagem e o processamento de alimentos vegetais, não é a única interpretação existente para sua origem, havendo diversas hipóteses interpretativas.

Conforme Oliveira e Viana (apud Monteiro 2005), “em termos de tradições, ocorreu a partir dos grupos portadores da Tradição Aratu, os quais foram parcialmente contemporâneos dos da Tradição Una. Os grupos portadores dessas duas tradições ceramistas, juntamente com os portadores das tradições Uru e Tupi-guarani e grupos do Alto Xingu, são genericamente caracterizados como grupos das grandes aldeias” (Monteiro, 2005, p. 26).

Quadro 3.6.5.11-1 - Datações de Oliveira e Viana, 2000.

Tradição	Datações
Una	2500 a 400 anos AP
Aratu	1700 a 700 anos AP
Uru	1200 a 400 anos AP
Tupiguarani	700 a 400 anos AP
Pantanal	2.200 a 800 anos AP
Descalvado	2.300 a 700 anos AP
Inciso-Ponteada	1000 a ? anos AP

Fonte: Monteiro, 2005.

Uma outra hipótese (Robrahn-Gonzalez, 1996a: 87), é a de que as ocupações em abrigos-sob-rocha por ceramistas, que quando associadas às tradições mais recentes, são interpretadas como locais de “atividades específicas” dos grupos que habitaram os sítios a céu aberto. O caráter simbólico dessas “atividades específicas” é aventado pela constante presença de inscrições rupestres nos sítios, e às características únicas da cerâmica, que se opõe ao vasilhame de uso cotidiano presente nas aldeias (Monteiro, 2005).

Monteiro (2005), a partir da revisão dos principais trabalhos feitos na região (Robrahn-Gonzalez, 1996a; Oliveira e Viana, 2000), percebe que o estabelecimento difuso das aldeias de ceramistas agricultores, das tradições Aratu e Uru, no Brasil Central, ocorreu principalmente a partir do ano 1000, apesar da tradição Aratu ser um pouco mais antiga, com registro de datações de até 1800 anos AP.

Como essas grandes aldeias datam de mais de 1000 anos após as primeiras evidências cerâmicas registradas (2500 anos AP), havendo um lapso temporal, são consideradas migrações a partir de pólos de produtores de cerâmica mais antigos, como a Amazônia

Para a Tradição Tupi-guarani, as datações podem recuar a 2000 anos AP em São Paulo, Paraná ou Nordeste do Brasil (Prous, 1992). Já as evidências de ocupação do Brasil Central por portadores dessa tradição são mais recentes, a partir de 700 anos AP (Wüst, 1999), considerando a origem amazônica desta tradição. Os assentamentos da tradição Uru são associados a migrações de grupos amazônicos, pois além das datações indicarem que surgem aparentemente de forma

repentina no Brasil Central, a cerâmica exhibe características tecnológicas e tipológicas que ocorrem na Amazônia.

As datações muitas vezes indicam contemporaneidade entre esses pólos de “aldeias circulares”, em torno de 1000 anos AP, exemplificado nos contextos amazônicos pelos sítios da região do Xingu, conforme sugere Heckenberger, 2000 (Monteiro, 2005).

Monteiro (2005) coloca que Wüst (1990, 1999), apesar de considerar a possibilidade de migrações por portadores da tradição Uru a partir do Alto Xingu, investigou o desenvolvimento local, no sudeste do Mato Grosso, do início da agricultura e da produção cerâmica, até o advento das aldeias circulares e da organização social dual e clânica bororo, a partir dos assentamentos Uru, Tupiguarani e remanescentes de caçadores/horticultores locais, associados à tradição Una.

Conforme coloca Monteiro, Wüst (1990, 1999) realizou um estudo abrangente entre 122 sítios cerâmicos e líticos a céu aberto, ao longo do Rio Vermelho e São Lourenço e seus afluentes. Em sua pesquisa observou a continuidade ou a mudança tecnológica nos sítios, a partir de artefatos agrupados em componentes principais das tradições cerâmicas Una, Uru, Tupiguarani e Bororo, revelando diferenças internas às tradições. O estudo procura demonstrar processos de continuidade e mudança entre os três horizontes econômico-culturais, de caçadores, horticultores e agricultores.

Sua pesquisa demonstrou uma *continuidade tecnológica* na produção de artefatos líticos em dois sítios cerâmicos da tradição Uru, que se sobrepõe a sítios líticos a céu aberto, o que corresponde a uma tentativa de compreender a “transição de um estado predador para um produtor”, ou seja, que marcam a transição do horizonte caçador-coletor para agricultor, e que não se restringe à ocupação dos abrigos.

Portanto teriam ocorrido mudanças na organização social através de processos de continuidade e mudança entre os assentamentos circulares das bacias dos rios Vermelho e São Lourenço que culminaram na formação da sociedade bororo. A tradição Bororo é representada para Wüst, por sítios que apresentam uma mescla de tradições anteriores (Uru, Tupiguarani, Una).

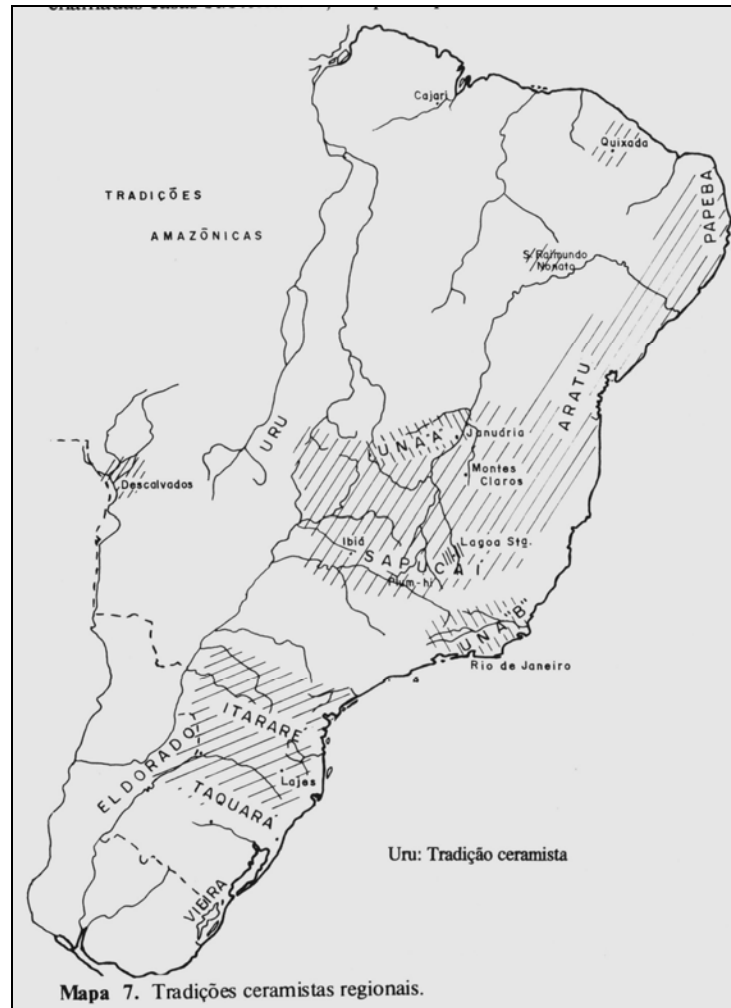
Na região do pantanal do Mato Grosso, ocorrem sítios arqueológicos com grande quantidade de cerâmica. Chamam a atenção os grandes vasos da tradição Descalvado quanto a cerâmica da tradição Pantanal, assim como o modo de vida dos índios guatós que ocuparam as áreas entre o Pantanal e o Planalto durante a época colonial, estudados por Oliveira (2005).

Monteiro (2005) lembra que os guatós são considerados por Migliácio (2000), como um dos possíveis remanescentes dos antigos habitantes dos sítios em aterro do Pantanal, ocupavam uma extensa área à época da colonização. Esse território também foi parcialmente ocupado pelos Bororos.

No caso da tradição Descalvado, existe uma grande quantidade de cerâmica com atributos recorrentes à tradição Tupiguarani, como caco-moído e policromia, mas que constituem no conjunto dos sítios, contextos materiais específicos. A tradição Tupiguarani, por sua vez, é mais conhecida por ocorrer na borda oeste do Pantanal, e no estado do Mato Grosso do Sul (Chmyz 1966, Peixoto 1995, Oliveira 1995, Kashimoto 1997).

No Alto Paraguai, na região do Pantanal Sul Mato-grossense, José Luiz dos Santos Peixoto (1995; 1998) registrou cerâmica *Pantanal*, dos ocupantes dos aterros, em sítios tupi-guarani localizados nas encostas do Maciço do Urucum, considerando, com base nessa evidência, a possibilidade da ocorrência de contatos entre aqueles grupos culturais.

De forma generalizada, Prous (1922) reúne as culturas ceramistas do Brasil em algumas grandes "famílias": tradições amazônicas (nos estados da região norte); tradição tupi-guarani (encontradas no sul desde a Argentina e o Paraguai, no norte vai até o Maranhão, com alguma penetração até na área amazônica peruana); complexo ceramista meridional (ocupando o planalto desde o Rio Grande do Sul até o oeste paulista); dois complexos centrais (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Bahia); e ainda culturas nordestinas (pouco divulgadas).



Fonte: Prous, 1992.

Figura 3.6.5.11-19 - Mapa das tradições ceramistas do Brasil.

No Brasil central estão as grandes tradições ceramistas, conhecidas como *Una*, *Aratu*, *Uru* e *Tupiguarani*, além de outras de ocorrência mais restrita, bem como os padrões de ocupação expressos pela implantação dos sítios em áreas mais propícias para a agricultura, pelo aumento da quantidade de sítios, e ainda pela distribuição espacial dos assentamentos e a ampliação de suas dimensões, com interações entre as populações o que reflete na diversidade do registro arqueológico.

Dentre as ocupações ceramistas mais antigas de Goiás merecem destaque as relacionadas aos grupos portadores da Tradição Una (Souza *et al.* 1981-1982; Schmitz *et al.* 1989). Segundo González (1996a), as datações apontam dois momentos distintos de ocupação. O primeiro

momento começa em torno dos últimos séculos a.C. e vai até o início da Era Cristã (alto Araguaia e médio Tocantins); o segundo período é mais recente, vai desde 720 a 1.210 d.C. (Tocantins, Vale do rio Vermelho e baixo Paranaíba).

Estabeleceram-se em ambientes de relevo acidentado, com predomínio de áreas de cerrado, e ocuparam as camadas mais superficiais de grutas e abrigos rochosos, às vezes os mesmos utilizados pelos antigos caçadores-coletores. Há também registros de ocupações em áreas abertas, nas cercanias do rio Claro, próximo a Jataí, além de outros sítios existentes na bacia do Paranã.

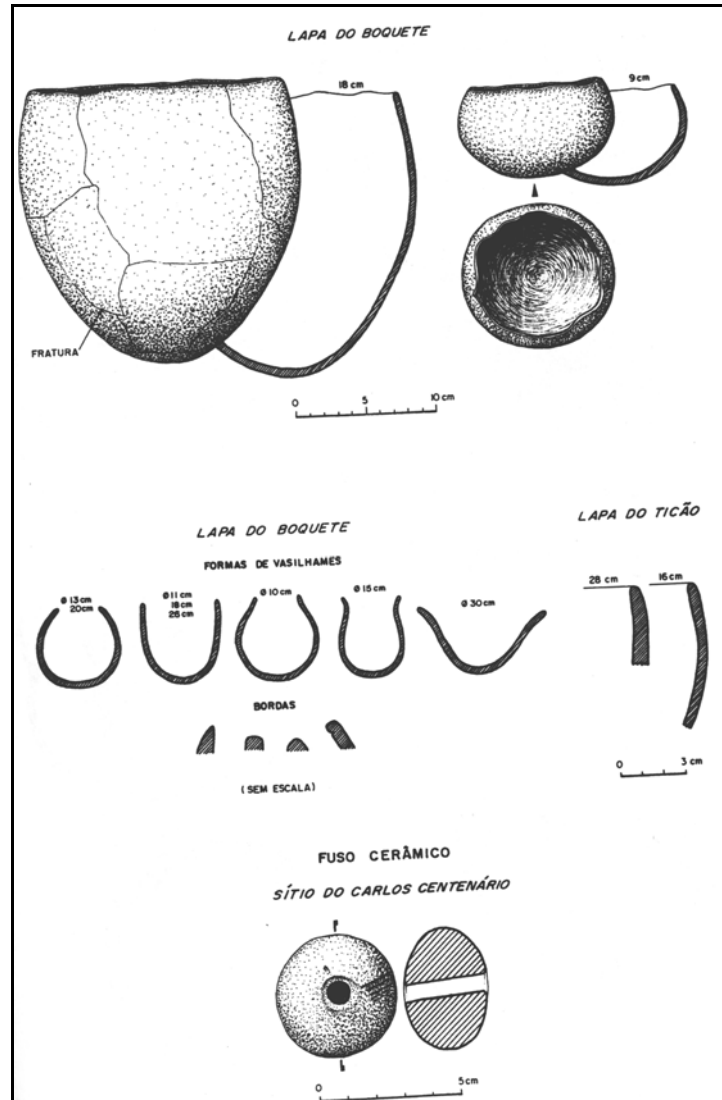
O número de sítios da tradição Una é bastante reduzido em relação ao total de sítios ceramistas registrados no Centro-Oeste, o que pode ser explicado pela baixa visibilidade dos sítios em áreas de florestas (González 1996a).

A localização dos sítios em ambientes fechados, os estratos arqueológicos pouco espessos e o material neles encontrado levaram os pesquisadores à apresentação de diferentes interpretações sobre a função desses assentamentos: cerimonial (Simonsen *et al.* 1983-1984); habitação semi-permanente (Schmitz & Barbosa 1985); habitação (Schmitz *et al.* 1986); de função não-residencial (Wüst 1990).

Os sítios localizam-se em áreas de transição entre mata e cerrado, com proximidade de solos argilosos e a esporádica ocorrência de artefatos cerâmicos e líticos polidos em sua superfície indica ser de caçadores-coletores em transição para a agricultura.

No sudoeste de Goiás, alguns sítios indicam que esses grupos cultivaram diversas plantas (milhos, cucurbitáceas, amendoim etc.) e, em escala considerável, mantiveram ainda atividades de coleta de vegetais, coleta de moluscos e caça de animais, em complementação à sua dieta alimentar (Schmitz 1976-1977; Schmitz & Barbosa 1985).

Na cerâmica da Tradição Una há recipientes pequenos, de contorno simples ou infletido, cor escura, forma de pratos rasos, tigelas e pequenas panelas com engobo branco ou vermelho e raras decorações dos tipos inciso e pontado; a espessura das paredes varia entre 0,3 e 1 cm; o antiplástico predominante é mineral e, em menor proporção, cariapé e partículas brancas de origem animal, ainda não identificadas (Wüst & Schmitz 1975).



Fonte: Prous, 1997.

Figura 3.6.5.11-20 - Cerâmica da Tradição Una em Minas Gerais.

Em períodos mais recentes, iniciaram-se as ocupações dos grupos portadores da Tradição Aratu, os quais foram parcialmente contemporâneos dos da Tradição Una. Os grupos portadores dessas duas tradições ceramistas, juntamente com os portadores das tradições Uru e Tupiguarani e grupos do alto Xingu, são genericamente caracterizados como grupos das grandes aldeias.

A Tradição Aratu localiza-se desde o litoral de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo até o interflúvio dos rios Araguaia e Tocantins e, no sul, até o rio Paranaíba (WÜST 1990). Em Goiás e Mato Grosso, esta tradição está representada principalmente nas seguintes regiões: partes

central e oriental de Mato Grosso Goiano, altos afluentes do Tocantins, Paranaíba e Araguaia; regiões dos rios Uru, Corumbá; bacia do Paranã e município de Orizona em Goiás. O momento mais antigo apresenta datas ao redor do século IX d.C., entrando em colapso muito antes do início da Conquista Ibérica.

Segundo Oliveira (2000), por volta do século IX a.C., a região foi ocupada por grupos numerosos da Tradição Aratu, que construíram grandes aldeias anulares. Estes sítios localizam-se em ambientes abertos, de relevo ondulado suave a forte, geralmente em ambientes de mata e raramente nos de cerrado; não há registros de ocupações em abrigos para estes grupos. Em sítios da bacia do Paranã há registros de sepultamentos localizados em grutas próximas às aldeias, estas últimas situadas a céu aberto (Somonsen *et al.* 1983-1984).

Investigações realizadas na região goiana de Corumbá, feitas por Mello *et al.* (1996), localizaram sítios de grupos portadores da Tradição Aratu nas proximidades de rios de porte médio a grande, como é o caso do rio Corumbá (GO). Até há pouco tempo, a literatura arqueológica regional explicava a adaptação desses grupos basicamente a regiões de rios perenes e áreas de cabeceiras dos rios (Schmitz *et al.* 1981-1982; Schmitz *et al.* 1982).

Oliveira (2000) ressalta que os grupos da Tradição Aratu, que ocuparam ambientes abertos, constituíam grandes aldeias localizadas sobre encostas suaves de colinas nas proximidades de cursos d'água de porte variado. As aldeias, formadas por diversas concentrações de refugio, principalmente cerâmico, apresentam-se nas formas circular, oval ou em ferradura, em áreas que variavam de 13.000 m² a 345.000 m², formadas por dois ou três anéis concêntricos, sendo o interno o mais antigo (Silva *et al.* 1997; Wüst & Barreto, 1999). Há também registros de sítios pequenos, constituídos por uma única mancha.

Na região de Mato Grosso Goiano, há registros de sítios de habitação, localizados no alto de colinas, sem características de assentamentos de exploração de matéria-prima ou de produtos alimentares, mas com conotação defensiva; sua posição estratégica no relevo também poderia representar a demarcação de território (Wüst, 1983, 1990).

Conforme Oliveira (2000), surge na indústria lítica a utilização da técnica de polimento, bem como novos instrumentos (Schmitz *et al.*, 1986). Entre a Tradição Aratu e a Tradição Uru, por exemplo, notam-se vários elementos comuns em sua indústria lítica: percutores de seixos,

quebra-cocos, polidores, raspadores laterais, lâminas de machado polidas com garganta e semilunar, mãos-de-pilão polidas e martelos.

A indústria de lascas é reduzida e geralmente limita-se ao uso de lascas sem trabalho secundário (Wüst, 1983). Essas semelhanças correspondem a instrumentos líticos básicos e característicos de grupos agricultores. Por outro lado, há diferenças sutis, como talhadores uni e bifaciais, furadores, entre outros, para a Tradição Uru, e mãos-de-pilão picoteadas, tembetás de corpo médio e longo, entre outros, para a Tradição Aratu (Schmitz *et al.*, 1982).

Ainda conforme Oliveira (2000), na cerâmica da Tradição Aratu, grande parte dos recipientes é maior que os dos grupos anteriormente tratados. Foram confeccionadas vasilhas periformes, esféricas ou elipsóides grandes. As bordas dos recipientes não apresentam reforço e as bases apresentavam-se arredondadas, côncavas ou furadas. São comuns as formas grandes, que comportam de dezenas a centenas de litros, embora sejam quase inexistentes os grandes pratos ou assadores.

Uma outra forma característica é um pequeno vasilhame geminado. Destacam-se ainda rodela de fuso, carimbos e cachimbos tubulares. As decorações são poucas: inciso, entalhe, unglado, ponteadado, borda acastelada, asa, aplique mamilonar, banho vermelho e pintura preta. O antiplástico predominante é o mineral, que é substituído gradualmente pelo cariapé (Schmitz, 1976-1977; Schmitz & Barbosa, 1985).

Segundo Mello *et al.* (1996), esta relação temporal não está presente em toda a região Centro-Oeste, de modo que os aditivos cerâmicos devem ser utilizados com cautela na pesquisa arqueológica, podendo contribuir ocasionalmente para a identificação de grupos culturais, mas não necessariamente serem utilizados como parâmetro cronológico.

A Tradição Uru, cujas origens podem estar relacionadas aos grupos do alto Xingu (Wüst, comunicação pessoal, 1999), ocorre desde o vale do Araguaia até o sudeste de Mato Grosso, além de sítios localizados na bacia do alto Tocantins. A data mais antiga em Goiás é do século XII d.C. Há hipóteses de que a Tradição Uru tenha chegado até o início da Conquista, podendo alguns sítios mais recentes estarem associados aos índios Karajá (Wüst, 1975).

De acordo com Oliveira (2000), os grupos portadores da Tradição Uru geralmente assentaram-se ao longo dos principais rios, em ambientes abertos e de relevo pouco acidentado; destacam-se as chapadas próximas às margens de lagos de barragem e córregos perenes, com o predomínio da

vegetação de cerrado, em solo de baixa fertilidade e altitudes mais baixas (200-600 m) em relação aos assentamentos dos grupos da Tradição Aratu (Wüst, 1990). Quanto a sua subsistência, tinham no cultivo da mandioca amarga e nos produtos da pesca os principais sustentos; as atividades de caça e coleta complementavam, em menor escala, sua dieta alimentar (Schmitz & Barbosa 1985).

Sítios da Tradição Uru foram encontrados em ambientes abertos e fechados, apresentando formas diversas: concentrações cerâmicas que representam casas plurifamiliares, dispostas em sentido linear. Podem formar até duas fileiras duplas com até 630 m de extensão ou ter formas circulares e elípticas, formadas por diferentes concentrações, de um a três anéis concêntricos com cerca de 500 m de diâmetro e cujo depósito arqueológico não ultrapassa uns 30 cm de profundidade (Schmitz *et al.*, 1981-1982; Wüst, 1983, 1990).

Os grupos da Tradição Uru confeccionaram vasilhas com formato de pratos e assadores, grandes tigelas rasas de borda reforçada, características do processamento de mandioca, e jarros necessários para estocagem de água, fermentação e conservação de bebidas. As decorações são limitadas, ocorrendo pequenas incisões, unguiações ou entalhes nos lábios ou bordas, apêndices ou apliques, suportes de panelas, pinturas pretas sobre vermelhas, bordas acasteladas, asa ou alça e carimbos. O antiplástico é predominantemente cariapé (Schmitz, 1976-1977; Schmitz & Barbosa, 1985).

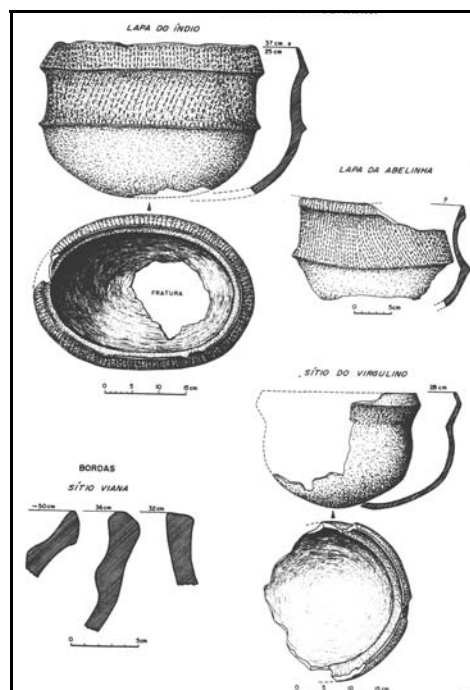
Estudos recentes, como os de González (1996a, 1996b), baseados não somente em fatores geográficos, consideram que, grande parte da região Centro-Oeste era como uma área de confluência para onde grupos ceramistas de regiões distintas teriam se deslocado. Dentre esses grupos, temos os portadores da Tradição Tupiguarani, comumente correlacionados a grupos lingüisticamente Tupi-Guarani, originários da Amazônia. Dos grupos portadores da Tradição Tupiguarani, sabe-se que eles são de origem amazônica e estiveram presentes em praticamente todo o território nacional e demais países platinos. Ainda hoje, em Goiás e Mato Grosso vivem milhares de índios Guarani, distribuídos entre as etnias Kaiowá e Nandeva. (Oliveira, 2000)

Esta confluência entre grupos pode ser observada em sítios arqueológicos de Goiás e Minas Gerais. Há um número maior de sítios multicomponenciais, ou seja, que apresentam elementos de fusão do que sítios tipicamente Tupiguarani. Há ainda a ocupação ocasional do topo de elevados morros que indicam estratégias defensivas (Wüst & Vaz, 1998). Interpretações sobre os deslocamentos dos Tupi, de caráter difusionista, consideram que o planalto central estaria

cercado por rotas de grupos Guarani e Tupinambá, representantes da Tradição Policrômica da Amazônia, da qual se teria originado a Tradição Tupiguarani (Brochado, 1984, 1989).

Os sítios da Tradição Tupiguarani até agora encontrados situam-se em ambientes de mata-galeria ou cerrado, em terrenos aplanados ou em declives suaves, próximos a grandes rios utilizados para atividades de pesca e transporte (Schmitz & Barbosa, 1985; González, 1996a). Há registros de grupos em ambientes fechados em Goiás e Mato Grosso, onde foram encontrados fragmentos cerâmicos nas camadas mais superficiais de abrigos e em ambientes abertos; os materiais indicam casos de uma única concentração, a da casa comunal, como é o caso dos sítios encontrados na região da bacia do Paranã (ver Simonsen *et al.*, 1983-1984; Ribeiro, 1988; Schmitz *et al.*, 1989; Wüst, 1990; D. Martins, 1996).

Segundo Oliveira (2000), grupos tecnologicamente Tupiguarani ocuparam parte da região Centro-Oeste formando sítios exclusivamente Tupiguarani, ou sítios multicomponenciais mantendo presentes suas características culturais, observadas através da continuidade de elementos tecnológicos, mesmo ocupando uma área de território contíguo.



Fonte: PROUS, 1997.

Figura 3.6.5.11-21 - Cerâmica da Tradição Tupiguarani em Minas Gerais.

Na região em estudo, os portadores da Tradição Tupiguarani subsistiam da agricultura, com destaque para a mandioca (Schmitz & Barbosa, 1985).

Sua cerâmica caracteriza-se pelo emprego do antiplástico de cacos moídos, decoração pintada, com destaque para a policromia, além de uma decoração plástica mais caracterizada pela ocorrência de corrugado e inciso. Os recipientes característicos são vasos rasos e com ombros, bases convexas ou planas e bordas com reforço. Instrumentos líticos lascados também são frequentes nos sítios; apresentam marcas de técnicas de polimento, além do lascamento uni e bipolar (Schmitz *et al.* 1989).

Na tecnologia cerâmica, observa-se o emprego do cauixi e cariapé, com associações específicas de areia, conchas e cacos de cerâmica. Como tratamento de superfície, destacam-se decorações pintadas e plásticas, cujas formas relacionam-se com o processamento da mandioca (Heckenberger, 1998).

A cerâmica Bororo é caracterizada por recipientes predominantemente utilitários, semi-esféricos, de contornos simples, diversas formas com gargalos e bases redondas. A espessura dos fragmentos varia de 0,5 a 0,9 cm; a superfície apresenta tom enegrecido, tendo como antiplástico diversos tipos de cinzas vegetais (Wüst, 1989).

As formas de tratamento com os mortos são diferenciadas, ocorrendo enterramentos primários, secundários diretos e secundários em urnas (Schmitz *et al.* 1989, 1986). Esta variedade de tratamento pode estar relacionada às diferenças no sistema social.

Para a Tradição Una, há um maior número de informações sobre práticas de enterramentos. Isto porque grande parte dos sítios levantados encontra-se em abrigos sob rocha, locais mais favoráveis à preservação de esqueletos humanos. Os dados indicam o predomínio de enterramentos primários, em posição fletida ou estendida, semelhantes aos de grupos caçadores-coletores anteriores. Também existem enterramentos cercados por pedras e cobertos por uma laje, em posição fletida, com ossos marcados de ocre vermelho.

Acrescentam-se ainda prováveis sepultamentos secundários diretos, de natureza coletiva e pertencentes a indivíduos jovens. Destaca-se também um enterramento de criança em posição fletida, coberta por grande quantidade de contas de sementes, tendo fincada sobre ela uma marca, interpretada como um possível indicador do local do enterramento. (Oliveira, 2000)

Entre os grupos das Tradições Aratu, Uru e Tupiguarani há o predomínio de enterros secundários em urnas, localizadas em áreas de habitação, cemitérios a céu aberto ou em abrigos rochosos, como é o caso da bacia do Paranã. Os acompanhamentos funerários variam desde tembetás a vasilhas cerâmicas, entre outros. Os enterramentos secundários sugerem maior complexidade do universo simbólico; exigem maior dedicação e sofisticação de práticas rituais, as quais representam o fortalecimento de laços sociais e rituais (Wüst, 1990).

Segundo Schmitz (2000) percebe-se por volta de 1000 d.C. uma nova cultura arqueológica em Serranópolis. Surge uma cerâmica utilitária, pequena, escura, com antiplástico mineral, caco moído ou cariapé.

Com a horticultura, a dieta passou a ser reforçada com mandioca, feijão, milho, abóbora, amendoim, pimentão e batata. Os Una provavelmente dominavam a técnica de fabricação de farinha, como atestam as pinturas rupestres que representam tipitis.

O consumo de carboidratos aumentava os problemas dentários. Frutos duros como o canção eram colocados próximos ao fogo para fragilizar a casca. Em seguida, "quebra-cocos" (bigornas de pedra) liberavam os frutos. Cascas de coquinhos serviam de combustível, fornecendo ótimas brasas. Pequenos silos de armazenagem, enterrados e cobertos de cinza para evitar insetos e roedores, preservavam sementes desidratadas, reservadas para o plantio.

Adotavam medicamentos como resina de angico e aproveitavam a resina de jatobá como cola para fortalecer a junção entre a pedra polida e o cabo do machado de madeira. Faziam cordas e trançados aproveitando embiras e palhas de milho. Sementes de capim enfeitavam colares. Nas culturas Sapucaí e Tupi-guarani, sepultamentos, em grandes urnas funerárias, passaram a ser praticados. Armas e potes, entre outras oferendas, acompanhavam o morto.

Das tradições ceramistas do complexo central, a Tradição Sapucaí é a que ocorre no Mato Grosso. Prous (1992) a considera como uma simples variedade da Tradição Aratu, que ocorre numa faixa que vai desde o centro de Minas Gerais até o Mato Grosso, passando pelo norte de São Paulo.

As publicações mais detalhadas que caracterizam esta tradição referem-se a sítios localizados na bacia mineira do rio Paranã, nos vales dos rios Grande e Verde.

Os sítios são instalados em regiões colinares, perto de rios (tanto pequenos como grandes), com amplas superfícies de diâmetro superior até que 500m, ocupando as meias encostas das elevações suaves ou os baixos terraços. Os sítios encontrados nos baixos terraços encontram-se hoje, em sua grande maioria, submersos por grandes represas, que ficam a descoberto quando as águas baixam, revelando grandes áreas de cacos erodidos facilmente notados devido à ausência de vegetação.

A cerâmica Sapucaí é caracterizada por vasos grandes com paredes espessas, incluindo urnas funerárias com mais de 1m de diâmetro de bojo, mas também ocorrem vasos pequenos com paredes finas e “bases perfuradas”, sugerindo o que seria um “cuscuzeiro”; cachimbos tubulares são encontrados com alguma frequência em coleções particulares.

Apesar do pequeno número de exemplares, em sua maioria, são deixados sem decoração. Mas pode ocorrer também, na fase Sapucaí, uma espécie de banho vermelho aplicado em qualquer tipo de recipiente. Já na Fase Ibiraci ocorre a utilização de “arenito moído”, cujos grãos que afloram a superfície do recipiente dão o aspecto de uma lixa.

Os sepultamentos conhecidos são todos em urnas, em alguns casos tampados com uma placa de pedra, em seu interior há cacos e machados, raramente são rodeados por recipientes menores.

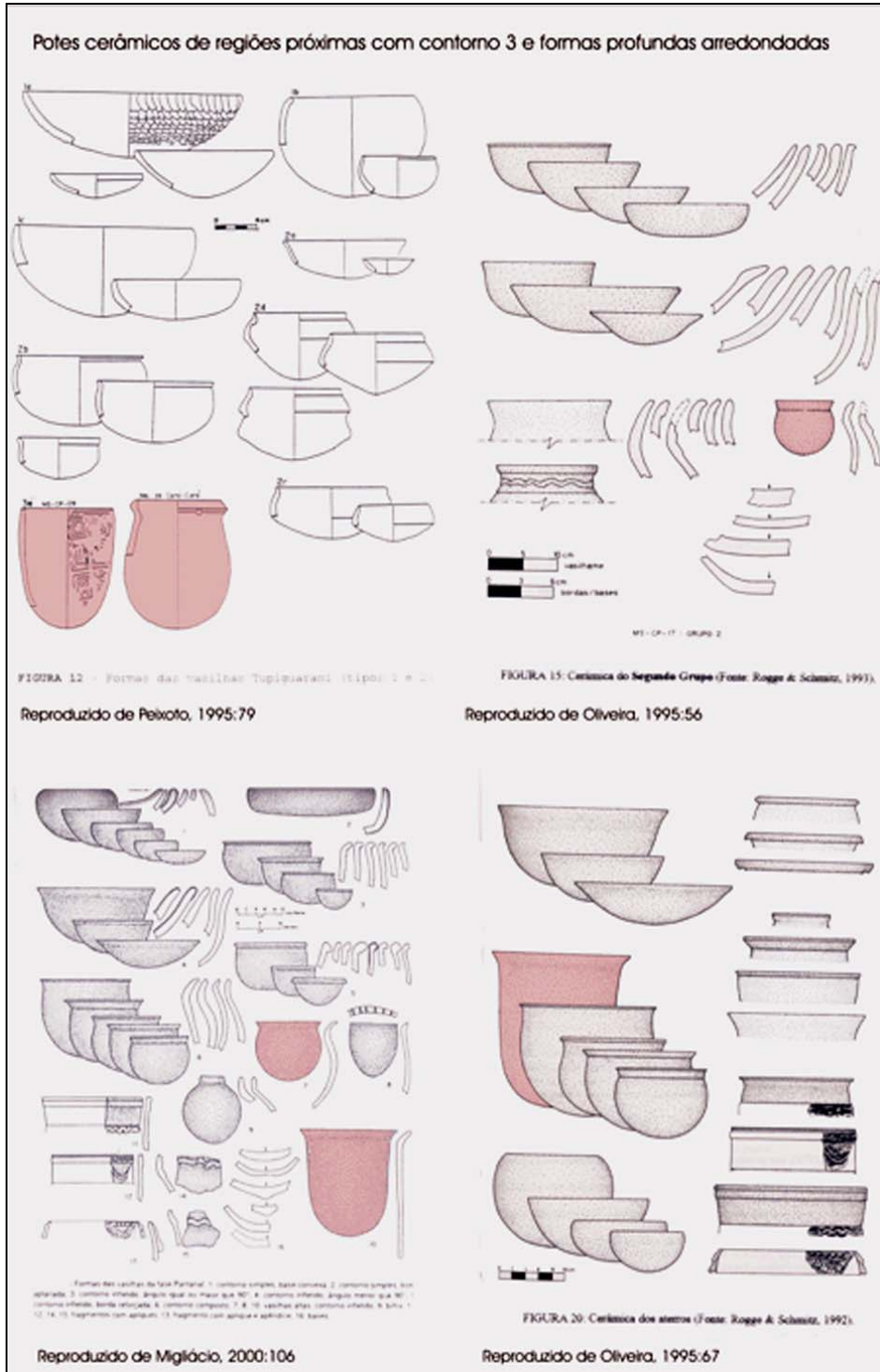
O material lítico inclui machados polidos de talão picoteado, seção biconvexa, alguns de forma semilunar; poucas lascas geralmente não retocadas; martelos cilíndricos picoteados com sulco central para encabamento.

O Museu Regional Dom Bosco, em Corumbá, mostra que em Barranco Vermelho e Descalvado (sudoeste de Cuiabá) existem enterramentos em grandes urnas globulares polidas, com engobo vermelho escuro; muitas possuem tampas e possuem machados polidos ou cachimbos quebrados. Há informações que em Barranco Vermelho existiram três linhas de urnas superpostas. Durante as escavações realizadas em 1930 por V. Petrullo (para o museu da Universidade da Pensilvânia), ambos os locais eram morros baixos, que ficam emersos, formando ilhas, durante as enchentes anuais do Pantanal.

A área escavada foi um total de 50m², sendo que a espessura do sedimento fértil é de aproximadamente 1,50m. Tratava-se de dois cemitérios, com vários níveis de sepultamentos, onde a maior parte encontrava-se em urnas. Não foi encontrado nenhum artefato lascado.

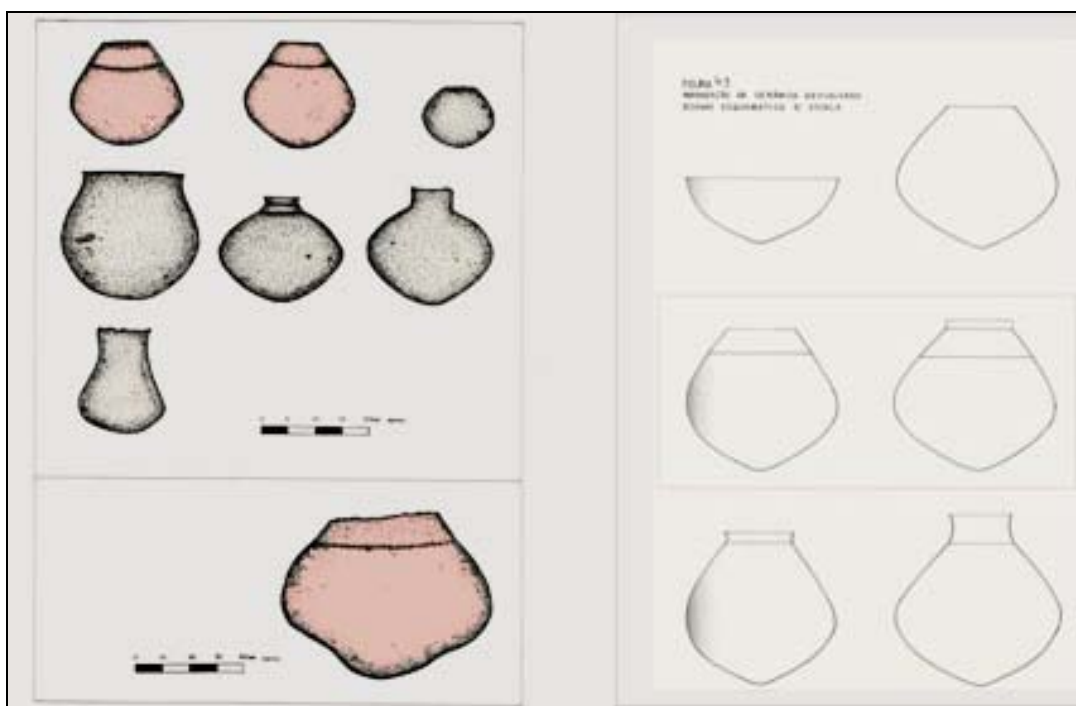
Dentre o material encontrado nos sepultamentos temos: alguns machados com sulco, uma mão de pilão; um batedor; adornos (contas cilíndricas de jaspe ou quartzito e dentes perfurados de macacos), uma ponta de osso cônica com base côncava.

Os esqueletos geralmente completos, encontrando-se em posições diversas e alguns com a cabeça isolada por uma tigela, alguns corpos não eram acompanhados por cerâmica, mas a maioria encontrava-se dentro de urnas fechadas por uma tampa.



Fonte: Monteiro, 2005.

Figura 3.6.5.11-22 - Formas cerâmicas do Estado do Mato Grosso.



Fonte: Monteiro, 2005.

Figura 3.6.5.11-23 - Formas cerâmicas do Estado do Mato Grosso.

Monteiro (2005), na sua dissertação de mestrado, estuda os contextos tecnológicos das ocupações de grupos ceramistas na Cidade de Pedra, Rondonópolis, na região sudeste do estado do Mato Grosso. A pesquisa realizada relaciona quatro sítios a céu aberto e quatro sítios em abrigo-sob-rocha de uma área que se insere em um amplo contexto regional de sítios cerâmicos, a partir de ocupações arqueológicas com cerâmica associada às tradições Uru e Tupiguarani, além de conjuntos cerâmicos não filiados.

O material cerâmico estudado provém de antigas aldeias ou acampamentos, de um cemitério, e dos abrigos espalhados entre as escarpas. Os vestígios arqueológicos dos povos que habitaram a área conhecida como Cidade de Pedra e seu entorno mostram que o local foi continuamente ocupado desde ao menos 4000 anos atrás, até a época dos índios bororos contemporâneos.

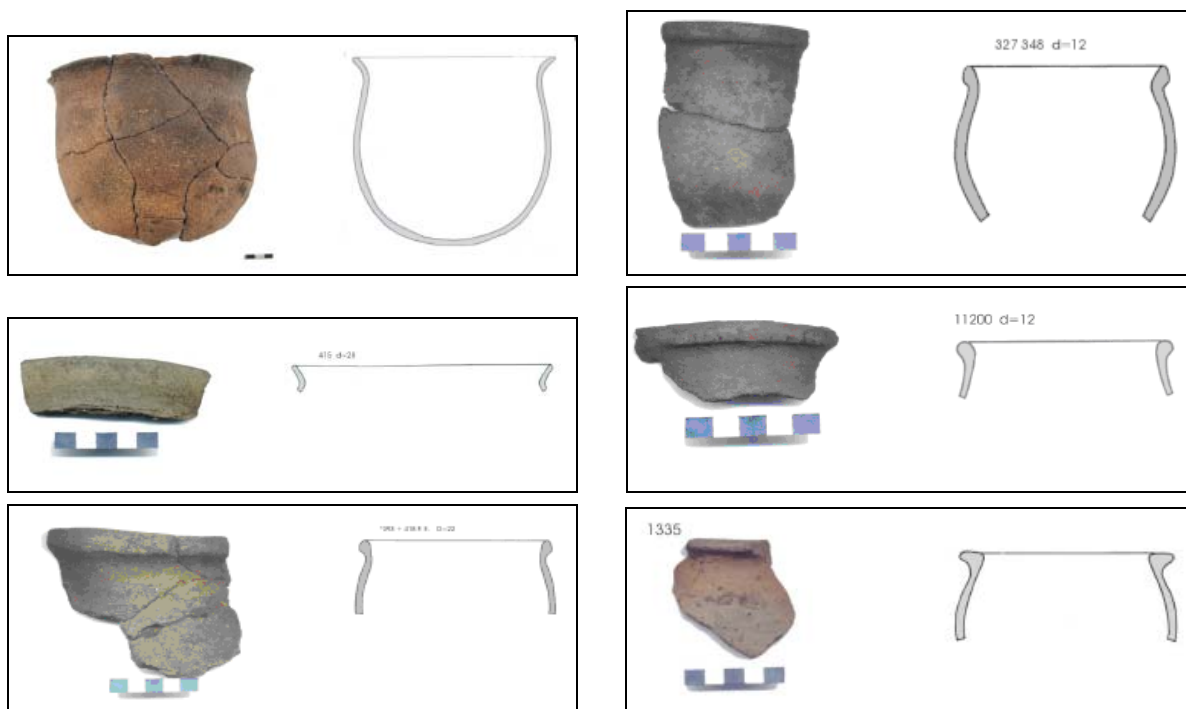
Monteiro (2005) trabalha com sítios a céu aberto e abrigo. Os sítios a céu aberto denominados Turbina e Baía do 58, apresentam cerâmica associada à tradição Uru, e os sítios a céu aberto Fazendinha e Jatobá, cerâmica associada às tradições Uru e Tupiguarani, sendo multicomponenciais.

Além disso, há amostras de duas ocorrências de sítios que foram consideradas importantes para a análise dos contextos tecnológicos, apesar de não terem sido escavados, referentes ao sítio da Gleba e ao sítio Macaúba. Os sítios em abrigo são Ferraz Egreja, Cipó (cemitério), Antiqueira, Arqueiros e Vermelhos, os quais, apesar de apresentarem potes com atributos recorrentes às tradições cerâmicas, apresentam uma maior diversidade de características.

Os potes cerâmicos dos sítios a céu aberto apresentam atributos recorrentes aos das tradições arqueológicas Uru e Tupiguarani. A tradição Uru, especificamente, ocorre através do Planalto Brasileiro, desde o rio Tocantins até a fronteira oeste do Mato Grosso, atingindo o norte do estado de São Paulo, enquanto a tradição Tupiguarani é recorrente em todo o Brasil, mas é muito mais rara no Brasil Central. (Schmitz et. Al., 1982; Wüst, 1990; Prous, 1990; Robrahn-Gonzalez, 1996).

A presença de cerâmica das tradições recorrentes também ocorre nos abrigos, fazendo parte da problemática a respeito de ocupações concomitantes entre abrigos e aldeias. Porém, nem todos os conjuntos cerâmicos reconstituídos filiam-se a tradições, como ocorre no abrigo Ferraz Egreja e no abrigo do Cipó (Monteiro, 2005).

O material cerâmico do abrigo Ferraz Egreja é atribuído à tradição Tupiguarani, além de possuir materiais não filiados.





Fonte: Monteiro, 2005.

Figura 3.6.5.11-24 - Reconstituição parcial de algumas vasilhas do sítio Ferraz Egreja.

O Abrigo Antiqueira é multicomponente com materiais da tradição Uru e outros não filiados. Entre os fragmentos cerâmicos, apenas 1 (um) fragmento é de borda.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-25 - Vasilha parcialmente remontada do Sítio Antikeira.

No Abrigo Cipó foi encontrada cerâmica não filiada a tradições, com a presença de 9 urnas funerárias.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-26 - Urna 1- Sítio Cipó.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-27 - Urna 2- Sítio Cipó.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-28 - Urna 3- Sítio Cipó.



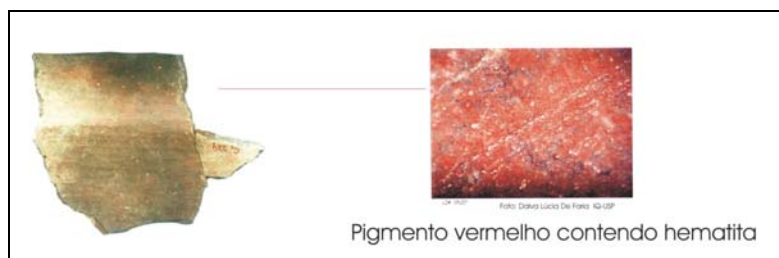
Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-29 - Urna 6- Sítio Cipó.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-30 - Urna 7- Sítio Cipó.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-31 - Urna 8- Sítio Cipó.

No Abrigo Vermelhos foram coletados 35 fragmentos cerâmicos, dos quais 4 são bordas.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-32 - Vasilhas reconstituídas parcialmente do Sítio Vermelhos.

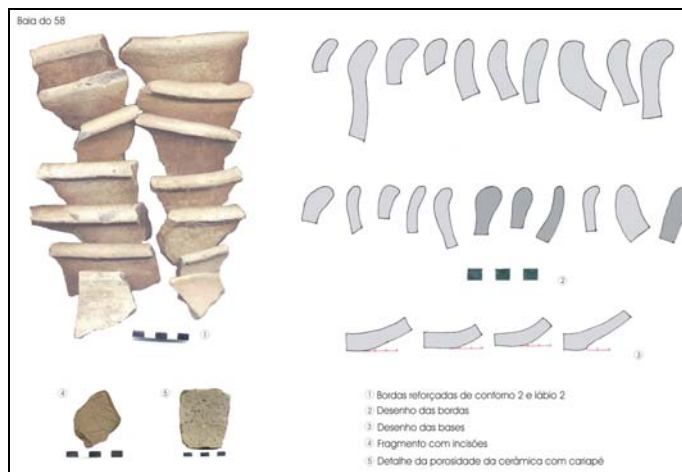
No abrigo Arqueiros foram coletados 8 fragmentos cerâmicos, dos quais 1 borda a partir uma linha de sondagens que acompanham a parede do abrigo.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-33 - Vasilha reconstituída parcialmente do Sítio Arqueiros.

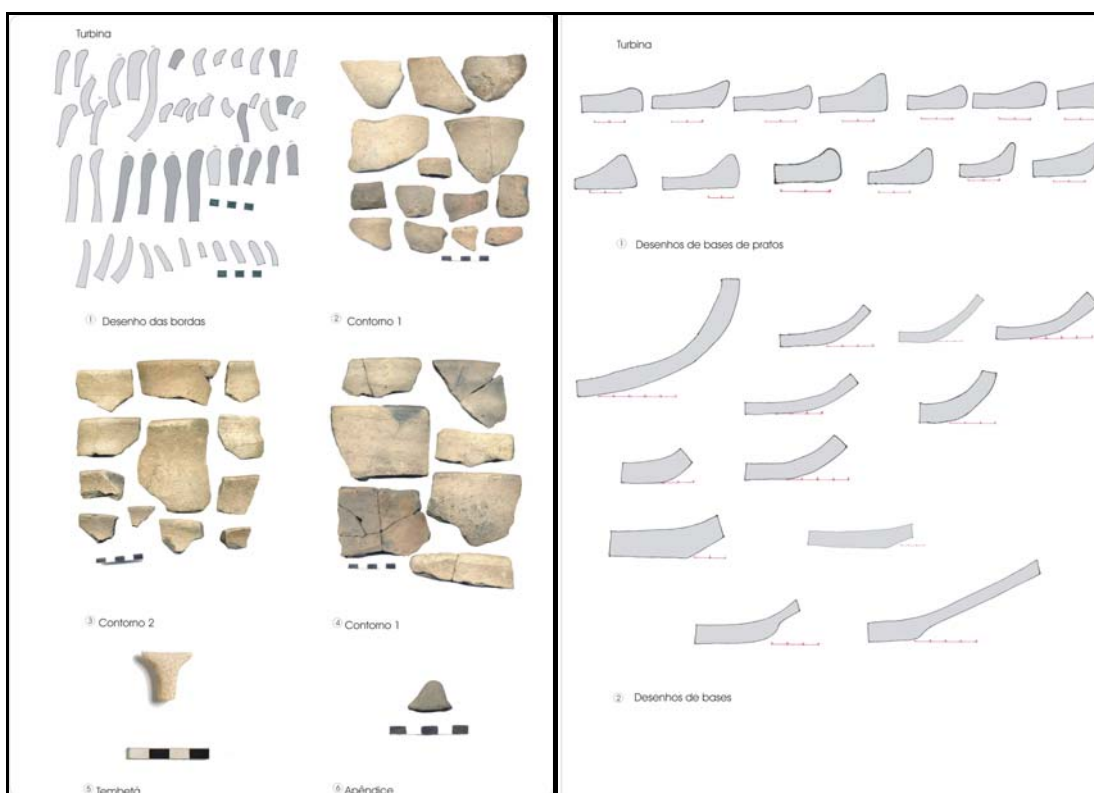
No sítio Baía do 58, a céu aberto, foram encontrados fragmentos cerâmicos ligados a tradição Uru.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-34 - Vasilhas reconstituídas parcialmente do Sítio Baía 58.

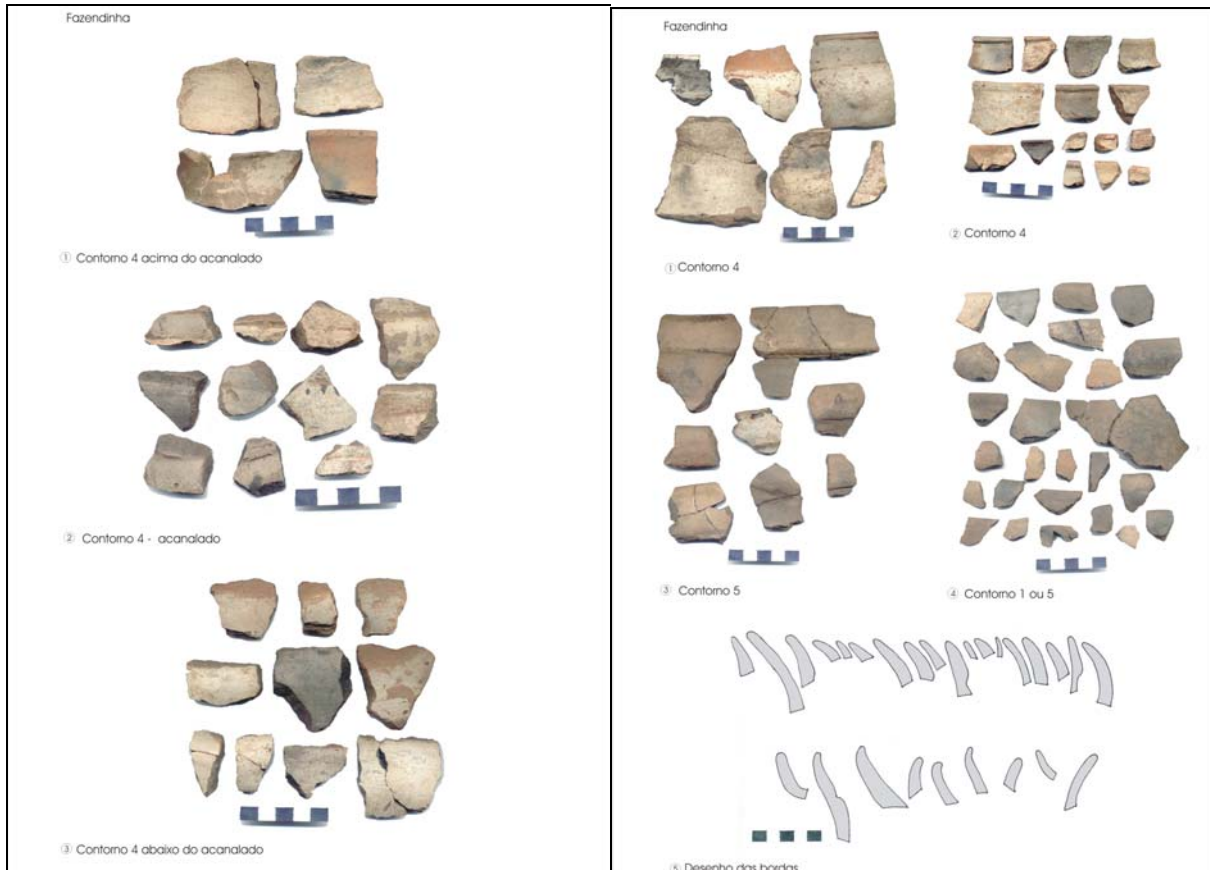
No sítio Turbina, também foram coletados materiais cerâmicos da tradição Uru.



Fonte Monteiro, 2005

Figura 3.6.5.11-35 - Exemplos de bordas e bases do Sítio Turbina.

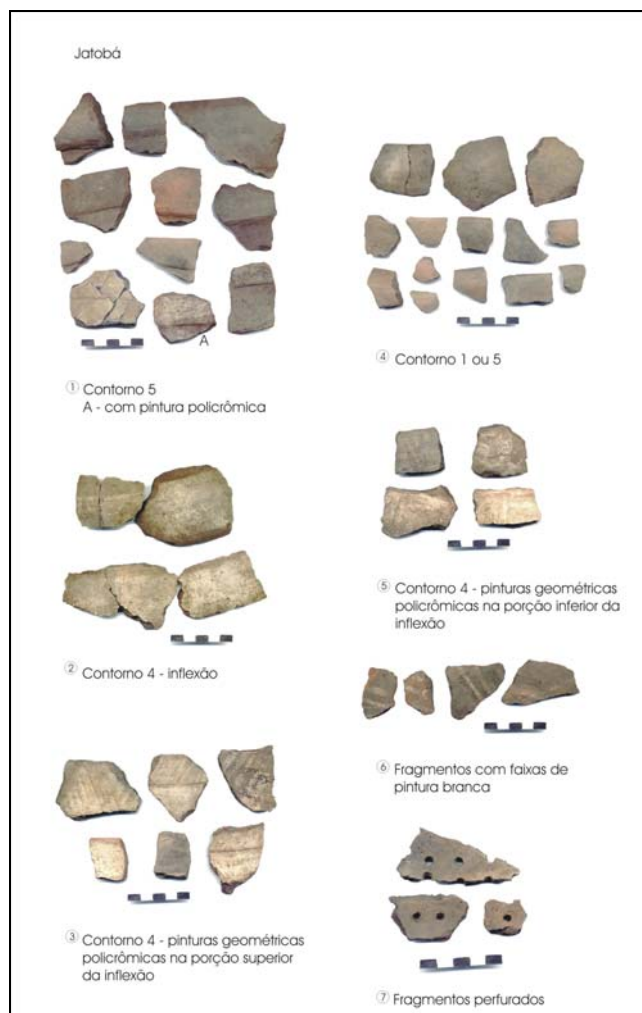
O Sítio Fazendinha é um sítio multicomponencial Uru e Tupiguarani, com grande quantidade de cerâmica.



Fonte Monteiro, 2005.

Figura 3.6.5.11-36 - Fragmentos cerâmicos - Sítio Fazendinha- Rondonópolis MT.

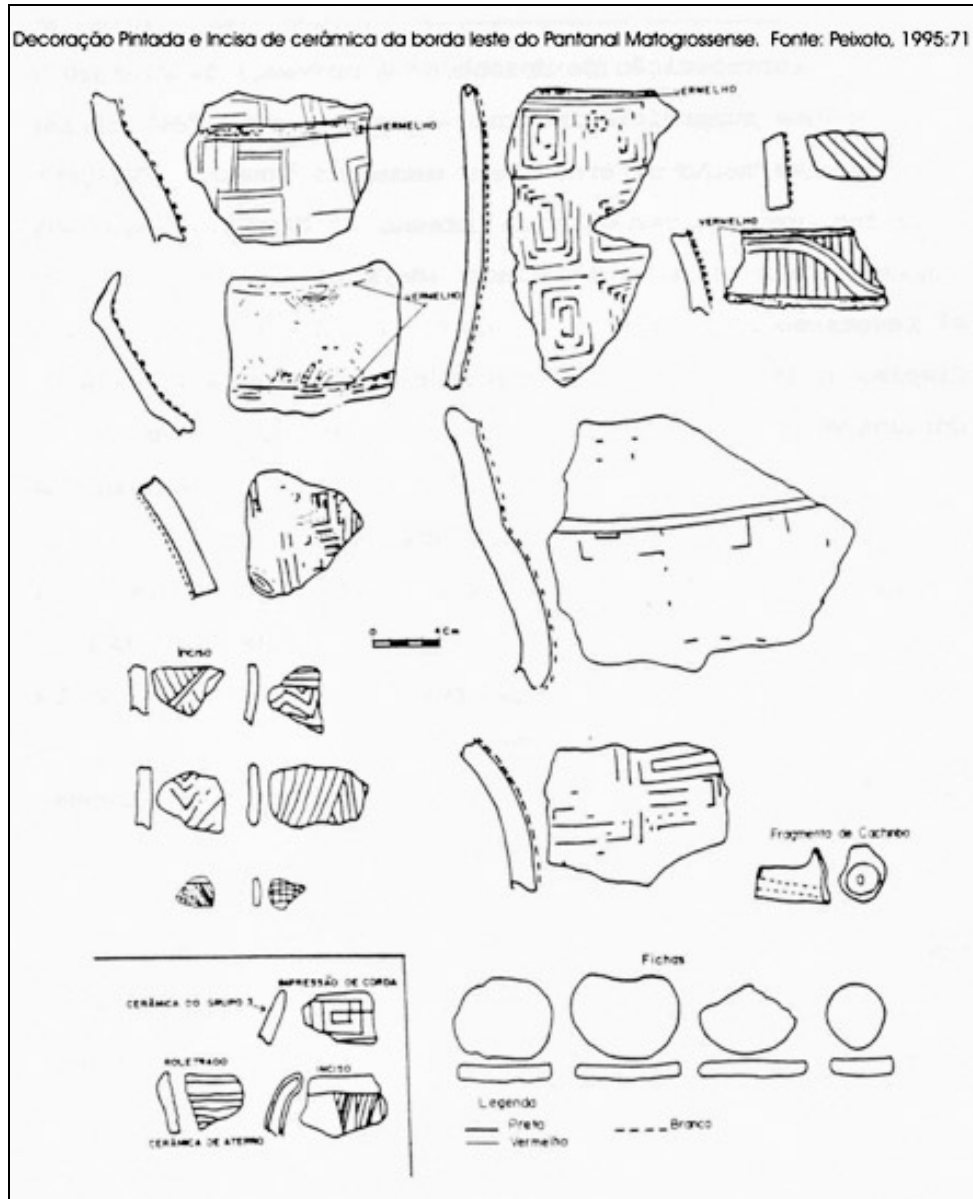
O sítio Jatobá é um sítio multicomponencial Tupi-guarani e Uru, e conta com uma amostra de material cerâmico.



Fonte: Monteiro, 2005.

Figura 3.6.5.11-37 - Exemplos de material cerâmico do sítio Jatobá.

Migliácio (2006) estuda um conjunto de sítios arqueológicos localizados na área setentrional do Pantanal Mato-grossense conhecida como Pantanal de Cáceres. Inseridos no contexto de diversidade cultural que caracteriza a região do Gran Chaco e Alto Paraguai, sítios arqueológicos associados à *cerâmica Pantanal* - atribuída a grupos pescadores-caçadores-coletores, e à *cerâmica Descalvados* - atribuída a grupos cultivadores - são discutidos a partir de seu material lítico e cerâmico, bem como da distribuição espacial desses vestígios.

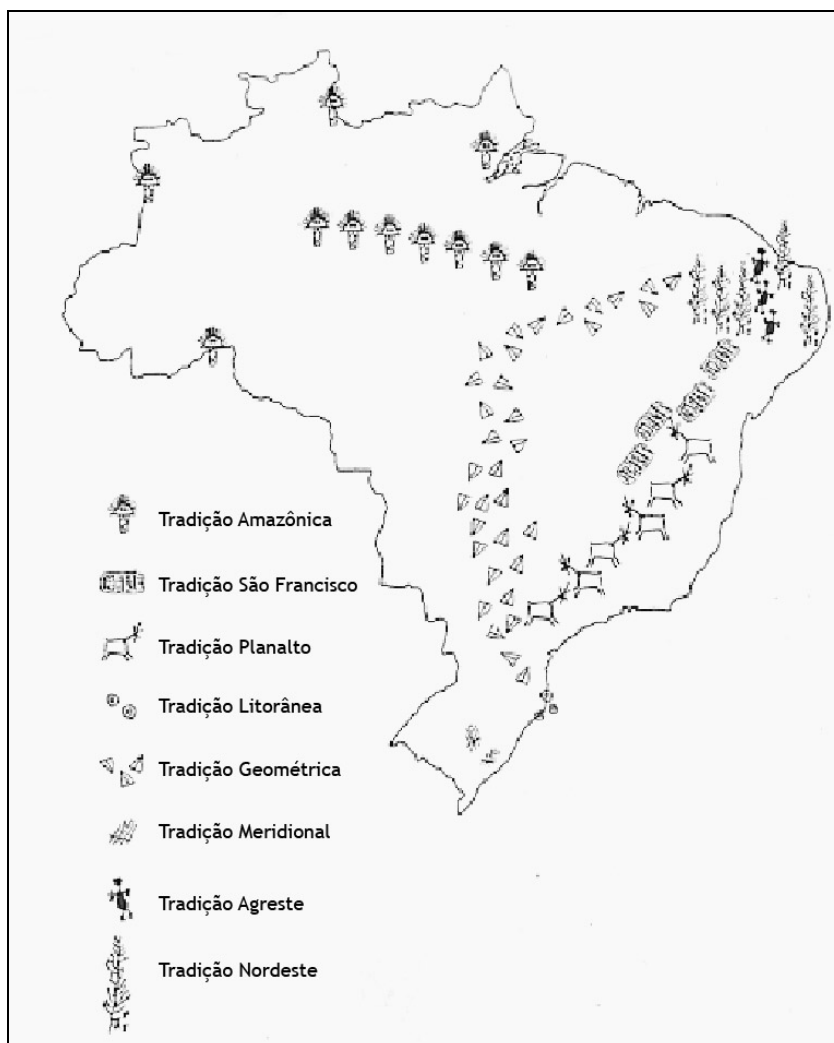


Fonte: Monteiro, 2005.

Figura 3.6.5.11-38 - Pinturas e incisões geométricas encontradas em cerâmica do pantanal e Mato Grosso do Sul, associadas à tradição Tupiguarani.

▪ O Grafismo Rupestre Regional

No que diz respeito à Arte Rupestre, a região em estudo apresenta um patrimônio rico, tanto em relação às pinturas e petroglifos quanto á variedade de estilos, distribuição e quantidade de sítios.



Fonte: GASPAR, M., 2003.

Figura 3.6.5.11-39 - Mapa das Tradições de Arte Rupestre no Brasil.

A Tradição Geométrica está caracterizada pelo predomínio de figuras geométricas com a utilização da policromia; figuras zoomórficas e antropomórficas são raras. Ela é encontrada em sítios de Goiás e Minas Gerais.

Em Goiás, dominam os estilos Caiapônia e Serranópolis, os quais representam manifestações artísticas com características regionais. O Estilo Caiapônia (possivelmente tradição Planalto), localizado no sudoeste de Goiás, está caracterizado pela predominância de figuras em movimento, sobretudo as antropomórficas e, em menor proporção, geométricas e zoomórficas. As figuras geralmente são apresentadas em perfil, sendo que em alguns antropomorfos observa-se o destaque de certos detalhes anatômicos, a exemplo de nádegas, e a ausência de outros, como pés e mãos. Também é comum a representação de instrumentos e indumentárias. Figuras fitomórficas também estão representadas, embora em pouca quantidade. No Estilo Serranópolis (possivelmente tradição São Francisco), situado um pouco mais ao sul, a maioria das manifestações é de figuras geométricas; são raras as figuras antropomórficas e zoomórficas, geralmente representadas de forma estática em relação ao estilo Caiapônia (ver Schmitz *et al.*, 1978-1980; 1986; 1997; Silva, 1992).

Oliveira (2000) salienta que é bastante complexo relacionar manifestações artísticas a determinadas tecnologias líticas ou ceramistas, mas que alguns autores apontam para a possibilidade de grupos caçadores-coletores terem produzido arte, aproveitando, assim, os suportes rochosos de abrigos (Simonsen, 1975; Schmitz, 1984; Vilhena-Vialou & Vialou, 1987; Schmitz *et al.*, 1989; Wüst, 1990). Nesta perspectiva, a Tradição São Francisco é associada, em Minas Gerais, a grupos agricultores e ceramistas.

Os petroglifos, por sua vez, também por serem posteriores às pinturas, foram genericamente associados aos grupos agricultores das grandes aldeias; este é o caso de algumas tentativas de correlação, por exemplo, das gravuras dos abrigos do rio do Peixe aos grupos ceramistas portadores da Tradição Uru.

Em Serranópolis, os abrigos freqüentemente apresentam pinturas nas porções mais resistentes e quartzíticas das paredes e tetos dos abrigos e petroglifos, onde a rocha é mais friável e apresenta uma menor resistência à abrasão.

Caracterizam-se por pinturas freqüentemente monocromáticas na cor vermelha, elaborada a partir de matéria-prima mineral.

Representam zoomorfos típicos da região como lagartos, emas, araras, de dimensões variadas, geralmente estáticos e algumas vezes justapostos.

Ocorrem ainda geométricos de formas variadas e figuras antropomorfas são raras.

Num espaço de 25 km existem aproximadamente 40 abrigos, dos quais ao menos oito apresentam ocupações humanas antigas, cujas datas vão de 11.000 a 8.400 anos.

Embora existam abrigos pequenos com 100 m² úteis, a maior parte é grande, podendo chegar até 1500 m².

Provavelmente as pinturas tenham sido feitas por todos os grupos que ocuparam sucessivamente os abrigos, embora não se possa identificar hoje qual dos grupos fez uma figura ou uma gravação determinada.

De fato nos instrumentos das camadas mais antigas da ocupação, datados de ao menos 10.500 anos, aparecem manchas de tinta, do mesmo jeito como aparecem nas camadas médias e nas superiores.

A maior parte das pinturas são feitas com pigmentos vermelhos, uma composição de minerais de ferro. Raramente aparece o amarelo, o preto e o branco.

As figuras representam seres vivos e figuras geométricas. Os animais que lhes são próximos, como o lagarto, o tatu, a tartaruga, macaquinhos, o veado, a ema, a seriema, as araras e os papagaios, entre outras aves, são representados cheios, delineados ou feitos com traços e pontos. Geralmente são estáticos e, muitas vezes, justapostos e repetidos, sem formar cenas verdadeiras.



Fonte: www.revista.fapemig.br

Figura 3.6.5.11-40 - Arte Rupestre em Caiapônia.

Caiapônia possui aproximadamente 45 abrigos, que em geral são de pequenas dimensões. Muitos deles mais apropriados a cerimônias do que propriamente à ocupação, já que a área útil dos abrigos é pequena, dando abrigo a possivelmente uma família.

Suas ocupações mais antigas correspondem aos caçadores da fase Paranaíba, Tradição Itaparica, com datações a partir de 11.000 AP. Apresentam alguns elementos da Tradição Planalto e algumas semelhanças com a Tradição Nordeste.

Nas pinturas e gravuras de Caiapônia destaca-se o movimento, a criatividade e a liberdade das figuras.

Na maioria das vezes, são apenas animais representados com extraordinário realismo: veados, antas, tatus, tartarugas, onças, aves, macacos correndo em círculo, peixes aos pares ou em cardumes, como as piracemas do tempo da seca no Araguaia.

Em outras, representam cenas do cotidiano: homens carregando crianças nos ombros ou nas costas, sustentando pesos, deitados, dançando em grupo, fazendo acrobacias, um casal segurando uma criança.

As pequenas figuras humanas, ao redor de 10 cm, representadas com traços simples, mas muito expressivas, geralmente com os órgãos sexuais bem acentuados, freqüentemente usam cocares na cabeça, penachos nas nádegas e armas nas mãos: entre estas se podem distinguir perfeitamente porretes e lança-dardos

As pinturas encontram-se na parede e teto dos abrigos, predominantemente na cor vermelha ocorrendo ainda o preto e o amarelo. São raras as figuras policrômicas. A matéria prima para elaboração das tintas é de origem mineral.

Ocorrem representações de animais, cenas de vida, de cotidiano, grande quantidade de antropomorfos bem delineados, zoomorfos e geométricos.

As cenas apresentam uma grande variedade de representações de caça, iniciação, ritos, abastecimento etc., inclusive cenas de animais com macacos em círculos ou piracemas.

Os geométricos ocorrem freqüentemente em locais de acesso mais difícil e como elemento decorativo em abrigos pequenos. Caracterizam-se por figuras irregulares, sem formato definido. Algumas vezes constituem-se de aglomerados de traços curvos e retos.

A cidade de Formosa possui aproximadamente 29 grutas de pequenas dimensões, desenvolvidas em um conjunto calcáreo, com características típicas de formações cársticas como salas, estalactites, sorvedouros e chaminés.

Em sete abrigos as pinturas localizam-se nas paredes e tetos, em alturas variáveis, em superfícies lisas e irregulares.

O estilo é caracterizado por figuras monocromáticas em tons variados de vermelho, preto, e raramente há associação de duas cores. O conjunto estilístico de Formosa é da Tradição Geométrica. A técnica de tratamento é variada, ocorrendo puntiforme tracejado linear contínuo, linear cheio e silueta.

A cidade de Jaraguá, próxima à área do empreendimento, constitui zona de ocupação de grupos agricultores da Fase Mossâmedes que utilizaram a borda inferior da Serra do Caiapó, a Serra Dourada e a Serra do Pirineus.

Na área onde ocorre a fase Mossâmedes, a única sinalização rupestre corresponde a uma gravura em um sítio localizado no município de Jaraguá.

A gravura é formada por sulcos em um extenso lajedo constituído de arenito. O estilo caracteriza-se pela representação de antropomorfos simples, mas bastante estilizados, com figuras masculinas, femininas e possíveis crianças ou talvez cenas.

Não há uma confirmação, mas sim uma grande possibilidade de que os autores do painel sejam agricultores da Fase Mossâmedes, que constituíam a aldeia próxima ao bloco.

A cidade de Itapirapuã está inserida em uma região onde foi registrada ocupação de agricultores da Tradição Amazônica, sendo registrados três sítios de gravuras elaboradas sobre lajedos e blocos de granito.

O estilo é caracterizado pela representação de geométricos e zoomorfos estilizados de grandes dimensões, possivelmente cobras.

Gravuras semelhantes em lajedos são bastante comuns nas bacias do Araguaia e do Tocantins.

Na Chapada dos Veadeiros e Vale do Paraná existem grutas e lajedos nos quais se constata a existência de petroglifos.

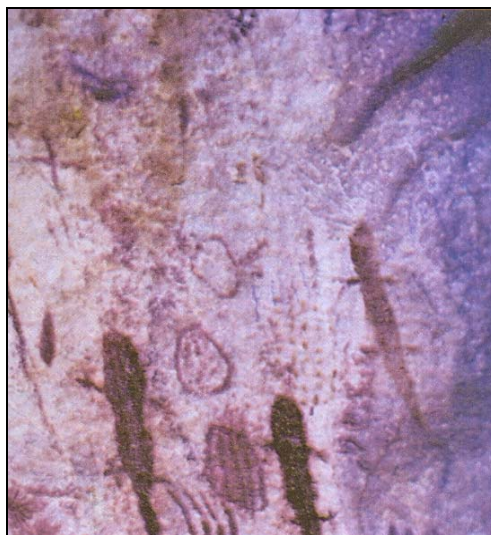
Segundo alguns arqueólogos, o estilo das gravuras no Vale do Paraná é caracterizado pela presença de motivos abstratos, predominando geométricos e alguns realistas como pegadas de animais. São representações estáticas, cuja técnica de execução é a do polimento, com raros exemplares picoteados.

Os petroglifos elaborados sobre lajes de arenito apresentam dimensões variáveis e uma grande diversidade de formas.



Fonte: Ossami de Moura, 2006.

Figura 3.6.5.11-41 - Antropomorfos encontrados em Caiapônia



Fonte: Ossami de Moura, 2006.

Figura 3.6.5.11-42 - Antropomorfos encontrados em Caiapônia.



Fonte: Ossami de Moura, 2006.

Figura 3.6.5.11-43 - Arte rupestre encontrada em Formosa.



Fonte: Ossami de Moura, 2006.

Figura 3.6.5.11-44 - Arte rupestre encontrada em Formosa.



Fonte: Ossami de Moura, 2006.

Figura 3.6.5.11-45 - Arte rupestre encontrada em Formosa.



Fonte: Ossami de Moura, 2006.

Figura 3.6.5.11-46 - Arte rupestre encontrada em Goiás.



Fonte: Ossami de Moura, 2006.

Figura 3.6.5.11-47 - Arte rupestre encontrada em Goiás.

▪ Contexto Arqueológico Histórico

Os sítios arqueológicos coloniais correspondem ao conjunto de bens patrimoniais com datas posteriores ou contemporâneas ao contato entre os indígenas americanos e os homens brancos, ou seja, os conquistadores europeus.

Os trabalhos desenvolvidos sobre esse período são denominados de Arqueologia Histórica. Os mesmos dispõem, em alguns casos, de documentações escritas, que são utilizadas para auxiliar as interpretações dos vestígios materiais.

Na opinião das arqueólogas THIESSEN & TOCCHETTO (1999), um sítio arqueológico histórico caracteriza-se por uma complexidade de fatores, conforme é possível observar na citação a seguir:

A questão da definição de um sítio arqueológico é perpassada por problemas presentes na Arqueologia como um todo e na Arqueologia Histórica particularmente. O fato, aqui, reveste-se de maior complexidade: um sítio arqueológico define-se a partir de três vetores - temporal, espacial e cultural. Com relação a este último vetor, os sítios arqueológicos históricos no Brasil podem ser definidos a partir das evidências materiais da cultura européia no interior das sociedades indígenas. (...)

Quanto aos sítios históricos o vetor temporal assume uma importância primordial e aparece ligado a própria concepção de Arqueologia que cada pesquisador possui. Assim, se considerarmos que a Arqueologia toma como objeto artefatos enquanto vestígios sociais do passado, como na perspectiva historicista (FUNARI, 1988) ou que visa sistemas pretéritos, como coloca BINFORD (1962), então estaremos confinando a pesquisa a um determinado marco temporal: o passado. A questão que se coloca é que passado é este. Ele pode variar de uma escala que vai desde sociedades extintas num extremo, até o dia de ontem, no outro.³

OLIVEIRA & SYMANSKI (1999) classificam os sítios históricos em cinco categorias funcionais de sítios arqueológicos: sítios religiosos, sítios militares, sítios comerciais / produtivos, sítios domésticos e lixeiras coletivas.⁴

A partir das citações anteriores, podemos perceber o potencial arqueológico colonial dos estados atravessados pelo empreendimento em estudo. A área pode ser considerada como um espaço que possui um conjunto de características favoráveis à localização de sítios arqueológicos históricos, tendo em vista o processo de conquista e colonização do Brasil iniciado na região Nordeste.

Sendo assim, os itens finais desse diagnóstico sobre o patrimônio arqueológico dedicam-se a descrever as potencialidades de sítios arqueológicos coloniais na região do empreendimento.

► Fornos, fornalhas e fogões

Em fins do século XVII teve início o processo de colonização de Goiás pelos jesuítas. Já no primeiro quartel do século XVIII ocorreu um processo de ocupação desencadeado pela atividade de mineração, integrando o movimento de expansão das fronteiras coloniais, que acabou por definir a maior parte do atual território nacional. (Guimarães, 1996).

O processo que se caracterizou por um rápido desenvolvimento e uma grande produção de riquezas teve, entretanto, curta duração. Pouco mais de duas décadas, a partir das quais a crise se instalou, e a atividade nuclear tornou-se cada vez mais residual.

³ THIESSEN, B & TOCCHETTO, F. Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. Revista do CEPA. v.3, n. 29. Santa Cruz: UNISC, 1999. (Jan/Jun) p. 268.

⁴ OLIVEIRA, L. D. & SIMANSKI, L. C. P. Arqueologia Histórica no sul do Brasil: um breve panorama. Revista do CEPA. v.3, n.29. Santa Cruz: UNISC, 1999. (Jan/Jun).

No século XIX, houve um processo de reorganização interna, como o estabelecimento de novas formas de ocupação do solo a partir da predominância de fazendas voltadas para as atividades agropastoris auto-sustentadas e que destinavam parte de sua produção para o mercado.

A grande diversidade de dados obtidos durante as atividades de Salvamento do Projeto de Salvamento Histórico - Arqueológico na área atingida pela UHE - Serra da Mesa, em Goiás, refletiu este processo histórico e proporcionou a elaboração de um breve estudo sobre as estruturas de queima registradas.

Os sítios foram avaliados a partir da prospecção, estabelecendo-se uma tipologia, tendo como referência as atividades nele desenvolvidas.

Os sítios do tipo fazenda foram caracterizados a partir de vestígios de atividades agro-pastoris. Nesses sítios foram encontrados vestígios de habitações, currais, paióis, chiqueiros, fogões, fornos, fomalhas, monjolos, engenhos etc.

Nos sítios de mineração predominavam vestígios ligados à atividade mineradora, como açudes, canais, catas, aterros, arrimos e mundéus.

Os sítios mistos apresentavam vestígios tanto de atividades agropastoris como de mineração. E os classificados na categoria diversos foram aqueles que não apresentaram vestígios suficientes para definir sua função ou, então, apresentaram caráter excepcional no conjunto de sítios, como é o caso da Olaria do Xambá, no qual se destaca um conjunto de oito fornos para a queima de cerâmica.

Na área abrangida pelo estudo, uma das grandes influências no tocante à transformação de alimentos veio das diferentes culturas indígenas que ocupavam a região, quando teve início o processo de exploração colonial da mesma.

Um dos elementos da cozinha indígena é o jirau - armação horizontal de madeira para secar ou assar alimentos - que foi assimilado pelas habitações coloniais marcando sua história. O jirau é um elemento transformador de fogões e fomalhas domésticos, tanto por estar associado a seu uso, quanto por inserir-se na estrutura construída.

A incorporação do jirau à cozinha brasileira permitiu o uso como base para a construção do fogão (como o próprio nome já indica): "*O fogão subiu, saiu do chão, virou mesa*".

A posição da cozinha também é significativa: na casa do "branco" sua localização é externa, de acordo com o hábito indígena e o clima tropical. No seio da população mais pobre, o fogão é instalado dentro da casa, e ali funciona como o foco da reunião familiar.

No Brasil Colonial o clima exerceu enorme influência no processo de exteriorização das estruturas de queima e, conseqüentemente, da cozinha: "*O meio impôs determinadas adaptações entre as culturas e a assimilação de hábitos que influenciaram a localização da cozinha, separando-a do resto da construção para que a mesma não aquecesse a casa*" (Bastide, 1959).

Assimilando o hábito indígena o português passou "*a cozinhar no quintal... a comer na varanda fresca... colocou os fogões fora das habitações... quando elas existiam*".

A associação com o elemento servil também contribuiu para o afastamento da cozinha da zona de habitação. Nos primeiros séculos, as zonas de serviço domiciliar localizavam-se em ranchos abertos, em alpendres e latadas⁵ derivadas.

No universo dos escravos mestiços forros, a cozinha também guardava influências indígenas, embora absorvendo e transformando hábitos. O contato com o colonizador levou-os à adoção de determinados métodos, que transformaram a cozinha em lugar de trabalho.

A partir do momento em que as habitações vão se constituindo, as cozinhas começam a personalizar-se em volta da trempe, do fogão de tucuvura, do fogão de chão, do fogão de jirau, do fogão de taipa e do fogão de poial. As estruturas de queima vão recebendo maior investimento nas suas técnicas construtivas e neste processo, destaca-se o fogão.

O fogão mais rústico, vinculado à herança indígena, é o *fogão de tucuvura*, constituído por três pequenos cupins dispostos triangularmente. A lenha era colocada entre eles.

O *fogão de trempe* foi o sucessor, sendo utilizado pelos bandeirantes na fase da mineração, em seus acampamentos, como também por tropeiros, em suas andanças pelo interior. Constituíam-se em uma armação de três varas de ferro ou de paus verdes, firmadas em triângulos, unidas e fixadas no alto, por uma correia, de onde pendia uma corrente de ferro com gancho.

⁵ Grade de ripas, varas ou cana para sustentar parreiras ou outras estruturas.

O *fogão de chão*, utilizado nas habitações, era constituído por dois ou quatro tijolos colocados de "espelho", apoiados sobre os dados mais compridos e estreitos, assentados paralelamente e separados no espaço de colocação de lenha. Sobre os tijolos eram colocados duas ou três barras de ferro, para apoio de recipientes.

O *fogão de jirau* era formado, como o nome indica, por um jirau de quatro forquilhas, onde eram amarrados cipós formando uma esteira, a qual era adicionada uma massa de barro, misturado a estrume e açúcar, moldando-se a câmara de combustão. A mistura de rapadura e estrume torna o barro refratário mais resistente às rachaduras, devido ao calor do fogo. Eram inseridas barras de ferro, que constituíam a trempe. Quanto mais aperfeiçoada, apresentava pequena chaminé feita de folha de flandres ou tubo de manilha que, saindo do fundo do mesmo, atravessava diagonalmente a parede de pau-a-pique da cozinha e puxava a fumaça para fora.

O *fogão de taipa* era feito de barro e preparado de forma semelhante ao do fogão de jirau, porém com maiores quantidades de estrume e rapadura, que o tornava um refratário. Apresentava formato retangular e era confeccionado com taquara ou cipó, em forma de um grande cesto colocado de forma invertida sobre um chão mais alto, a cerca de 0,10m do piso da habitação. Sobre essa massa aplicavam-se rodela grossas de madeira, ligeiramente afuniladas para formarem as trempes do fogão. A boca situada lateralmente e no fundo, era formada por uma meia-lua e apresentava uma chaminé. Geralmente construída com tijolos recobertos do mesmo barro.

O *fogão poial* ou de *rabicho* é um tipo de fogão maciço, construído com taipa ou tijolos, estes últimos utilizados a partir do século XIX, até os dias de hoje. Por vezes traz o forno acoplado a sua estrutura e apresenta parte de seu corpo mais baixa servindo de apoio para a lenha que está sendo queimada, daí a origem do seu nome. Possui também uma trempe, constituída por uma chapa de ferro fundido com aberturas circulares que podem variar em número, de três a cinco, começando com a de maior diâmetro e terminando com a de menor. Apresenta chaminé localizada ao fundo, com válvula de controle da saída de fumaça.

O *fogão para "afogado"* inspirava-se nos pequenos fogões de engenho de apurar rapadura, as fornalhas, e eram constituídos de madeira rústica. Eram levantados diretamente sobre o chão, com tijolos unidos por barro amassado com estrume e açúcar de rapadura. Tinham formato circular e uma abertura lateral para a colocação da lenha. Sua utilização era temporária, principalmente em ocasião de festas.

Os *fornos de barro* eram encontrados em áreas rurais ou em casas urbanas antigas. Eram construídos sobre bases quadradas de tijolos, revestidas por argamassas e preenchidas com terra ou cascalho compactado. Sobre as bases, eram assentadas armações em forma de cúpula arredondada que recebiam três camadas de massa feita de terra, açúcar mascavo, ou rapadura bem moída e estrume esfarelado.

Na parte superior ou na parte traseira da cúpula havia um orifício, geralmente redondo, chamado suspiro, que era tampado por um batoque de madeira ou pedra em forma de cone. O suspiro tinha a função de regular a saída de fumaça resultante da queima da lenha. Na parte frontal da cúpula havia uma boca, como formato retangular e algumas vezes arrematada por pedras, vergas e ombreiras, para dar suporte e acabamento.

Neste estudo foram localizados no total 87 estruturas de queima, sendo registrados 38 fornos, que podem ser enquadrados em duas grandes categorias segundo o tipo e o destino de sua produção: os fornos domésticos, utilizados para processar alimentos, e aqueles destinados a queimar calcáreo, produzindo cal, e a queimar utensílios de barro, telhas e tijolos; voltando sua produção para o próprio consumo ou para o abastecimento do comércio local e regional.

O segundo grupo é composto pelas fornalhas, que totalizam 28 exemplares. Destinavam-se a processar caldo de cana obtido nos engenhos e produzir a rapadura ou a aguardente. O terceiro grupo constituído pelos fogões apresentou 21 estruturas. Dividiam-se entre aqueles mais rústicos, construídos rápida e toscamente para o processamento de alimentos em acampamentos temporários de tropeiros, caçadores e pescadores; e aqueles mais elaborados, construídos dentro das habitações, constituindo o espaço das cozinhas e que, além de processar os alimentos, aqueciam as noites frias.

Em sítios arqueológicos como Barriguda, Carneiro II, Córrego Mieis II, Fazenda Serra Negra, Palmeirão I, Palmeirão II, Pasto da Sementeira, Pirucaia, Quebra jirau, Quebra Pau, entre outros, as estruturas de queima encontradas repetem técnicas e sistemas tradicionais.

Nos sítios Aranha II, Carneiro I, Córrego Valentina, Serrinha e Tapera Maria Ferreira, enquadrados na categoria Fazenda; Chiqueiro de Pedras II e Mata do Café, enquadrados na categoria Misto; e no sítio Olaria do Xambá, classificado na categoria diversos, as estruturas de queima encontradas apresentavam estruturas técnicas e de sistemas construtivos.

No sítio Aranha II foi encontrada uma fôrnalha que, juntamente com a mesa e a roda de ralar mandioca, compunham uma fábrika de farinha, localizada no interior da habitação.

Assim como o sítio Aranha II, o sítio Córrego Valentina apresentava um conjunto para a produção de farinha, composto por um engenho, uma prensa de mandioca e duas fôrnalhas. As fôrnalhas, entretanto, encontravam-se isoladas no sítio e não possuíam compartimentos internos, apresentando apenas uma boca para a introdução de material combustível.

Outros exemplos que cumpre destacar foram encontrados nos sítios Serrinha, Mata do Café e Tapera da Maria Ferreira. No primeiro, além de dois fornos de queimar telhas e tijolos, foi encontrado um engenho composto por uma roda d'água e um conjunto de seis fôrnalhas. As fôrnalhas localizavam-se transversalmente à roda d'água, em posição estratégica para receber o caldo de cana-de-açúcar produzido no engenho.

O conjunto apresentava formato externo retangular e as paredes eram construídas com tijolos, cujo formato trapezoidal era definido de acordo com sua localização na estrutura. As fôrnalhas apresentavam formatos diferentes: três delas tinham forma de ferradura para a colocação dos tachos, outras duas com prolongamentos laterais, como se fossem utilizadas para o escoamento de materiais combustíveis ou do material processado.

Entre as estruturas havia ainda um terceiro tipo de fôrnalha, que apresentava a abertura da boca em verga de arco abatido e dois arcos internos que sustentavam a trempe composta por tijolos, configurando, assim, uma fôrnalha de alambique.

No sítio Mata do Café foram encontradas três fôrnalhas construídas em uma mesma plataforma, cujo alicerce era de blocos de pedra.

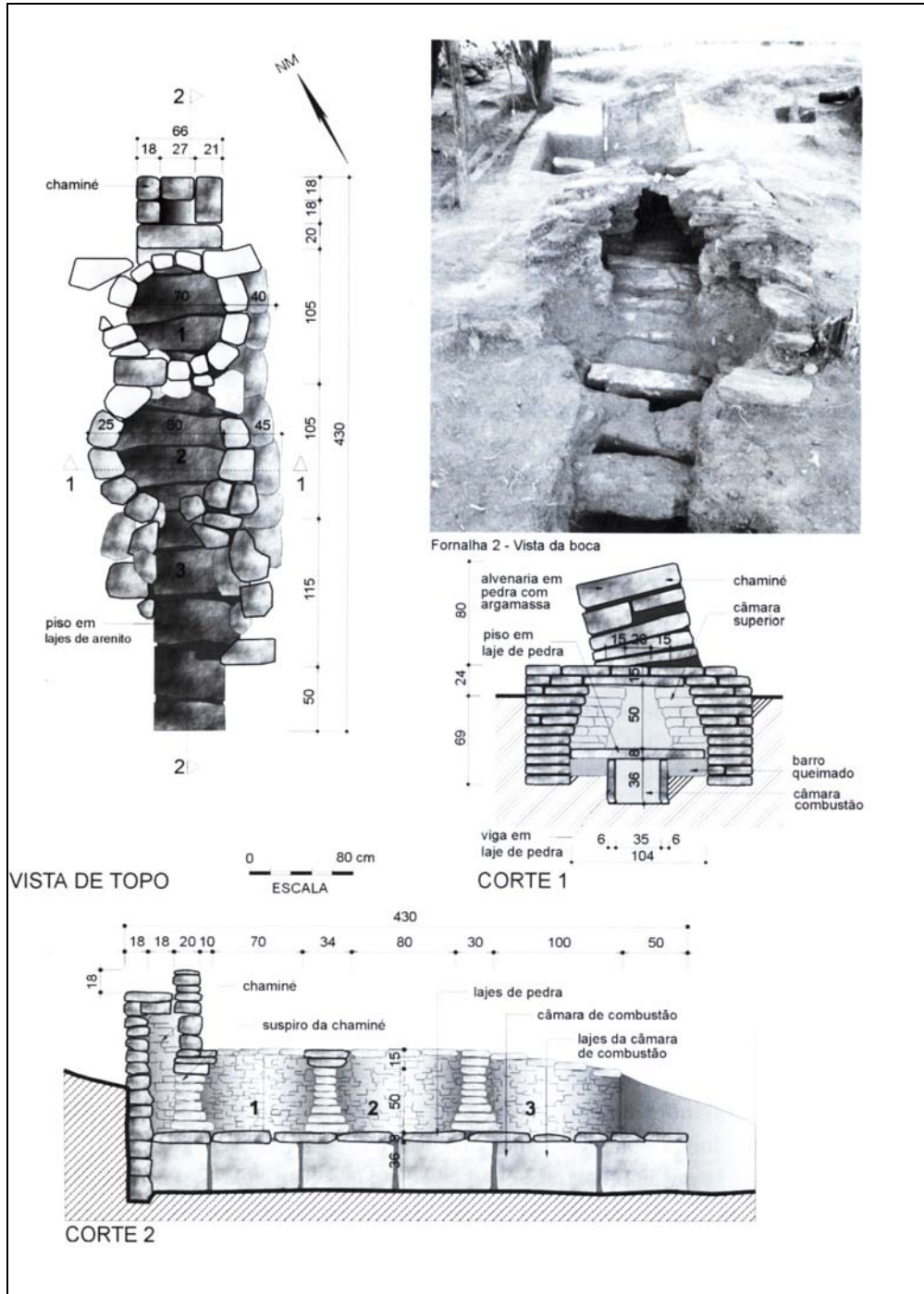
Diferente das fôrnalhas mencionadas até o momento, foi o conjunto encontrado no sítio Tapera da Maria Ferreira, que eram fôrnalhas que integravam um engenho de cana de açúcar do qual restaram os esteios de suporte, uma mesa do engenho e duas moendas.

Estas moendas eram construídas utilizando barro, terra de cupinzeiro, adobe, telhas coloniais, pedras e madeiras. Sua peculiaridade estava no fato de apresentar uma única câmara de combustão, que fornecia calor para duas trempes de formato circular, e uma chaminé, por onde era controlada a saída de fumaça.

Os vestígios identificados evidenciam uma diversidade de técnicas construtivas, de materiais utilizados, de localização das estruturas, configurando as áreas de serviços e definindo uma ocupação diferenciada do espaço doméstico.

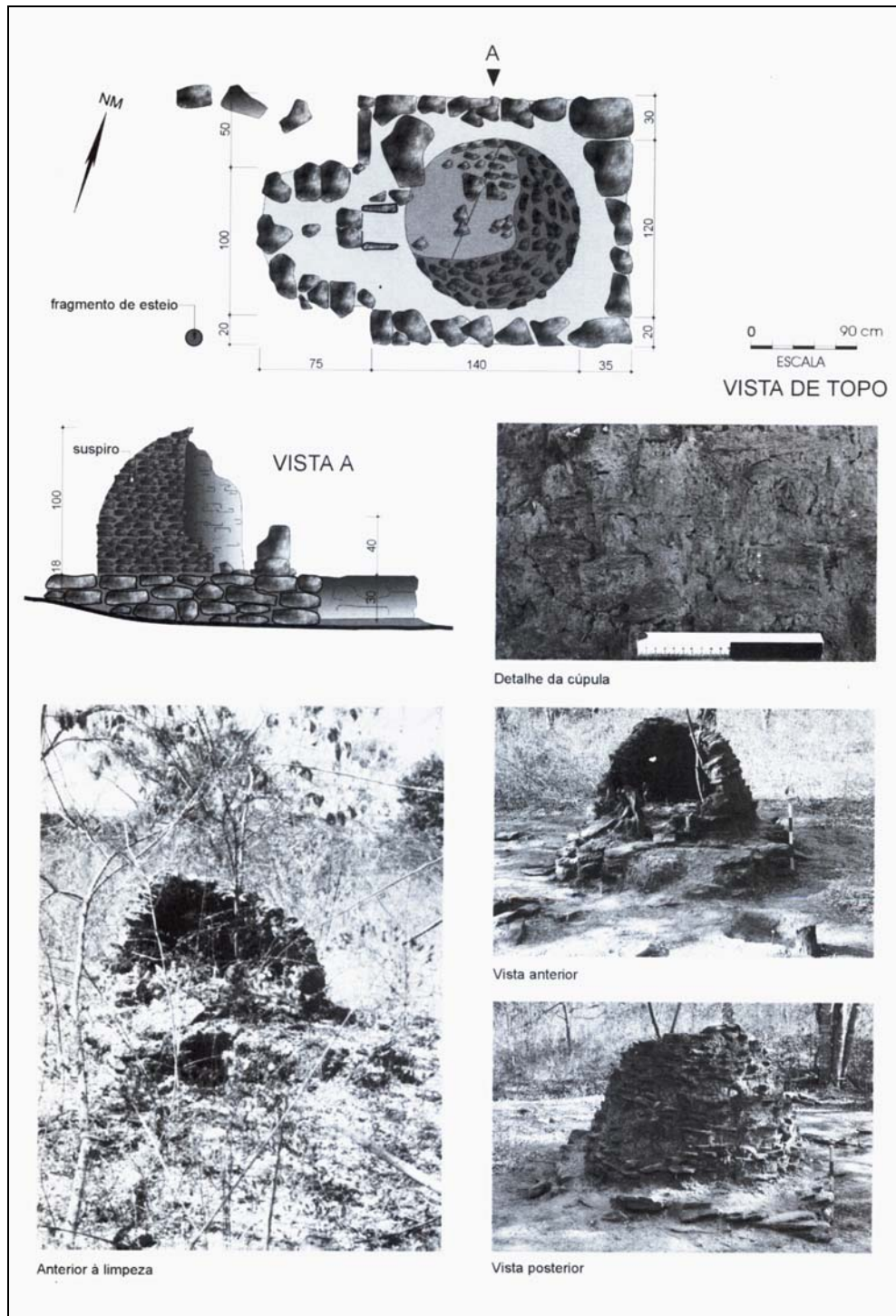
A variação das técnicas construtivas e dos materiais utilizados se deu em função de duas variáveis: a disponibilidade dos materiais e as exigências colocadas pela transformação de produtos a ser realizada.

A extroversão das áreas de serviços, evidenciada pelos sítios arqueológicos analisados, mostra reflexos dos hábitos indígenas e de bandeirantes, como não poderia deixar de ocorrer em região como o território goiano.



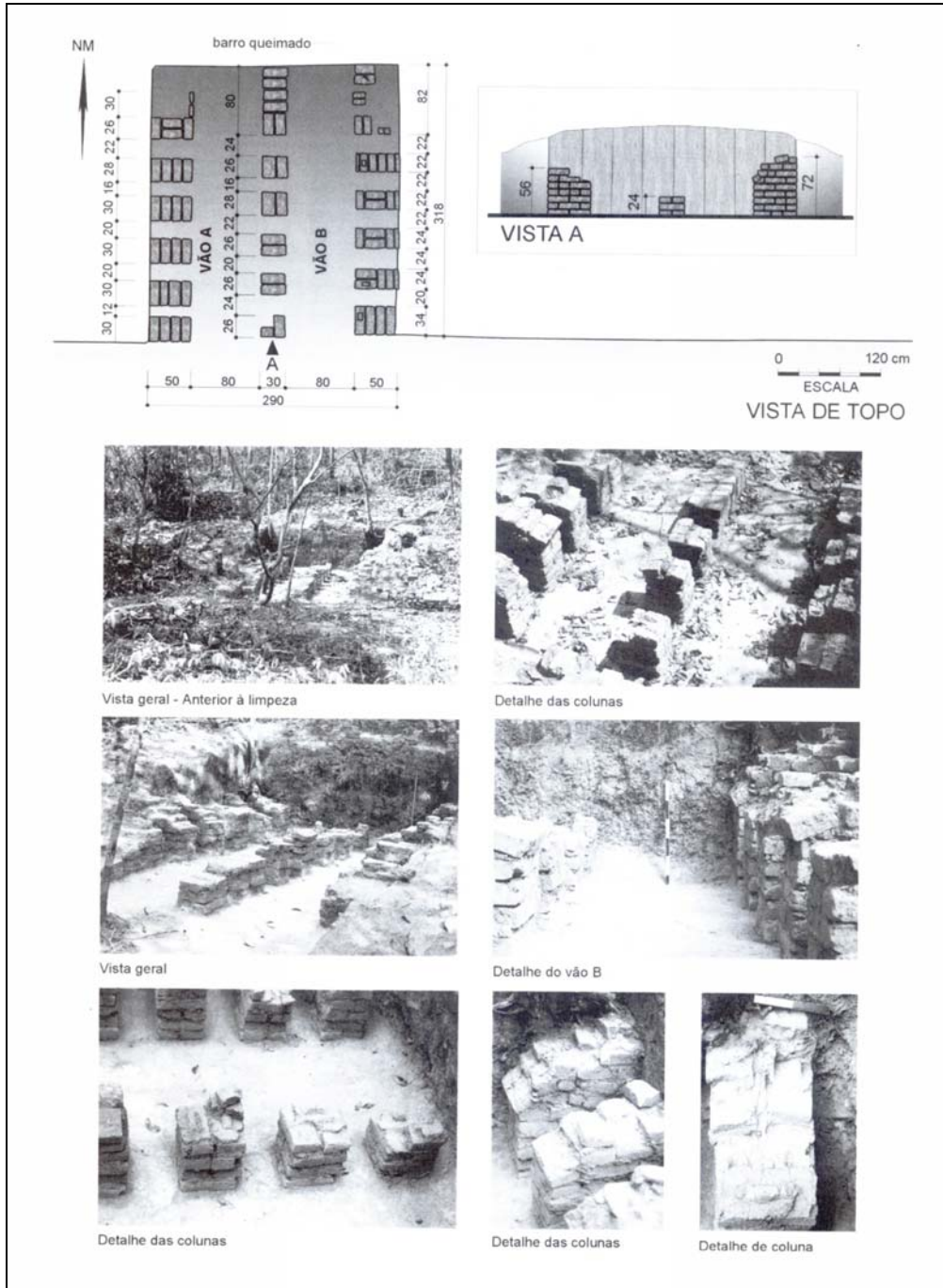
Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 3.6.5.11-48 - Exemplos de estruturas de queima em Minas Gerais.



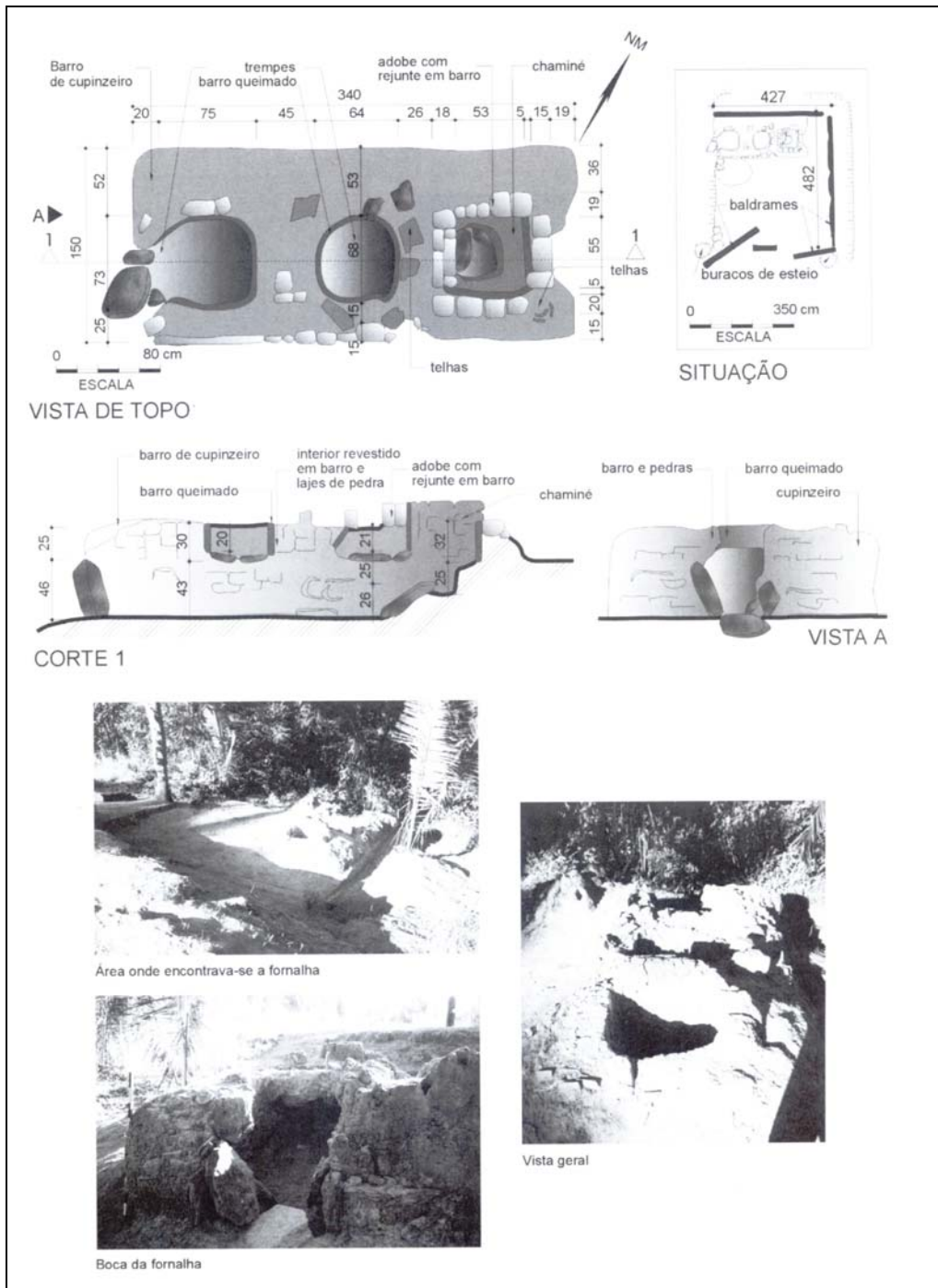
Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 3.6.5.11-49 - Exemplos de estruturas de queima em Minas Gerais.



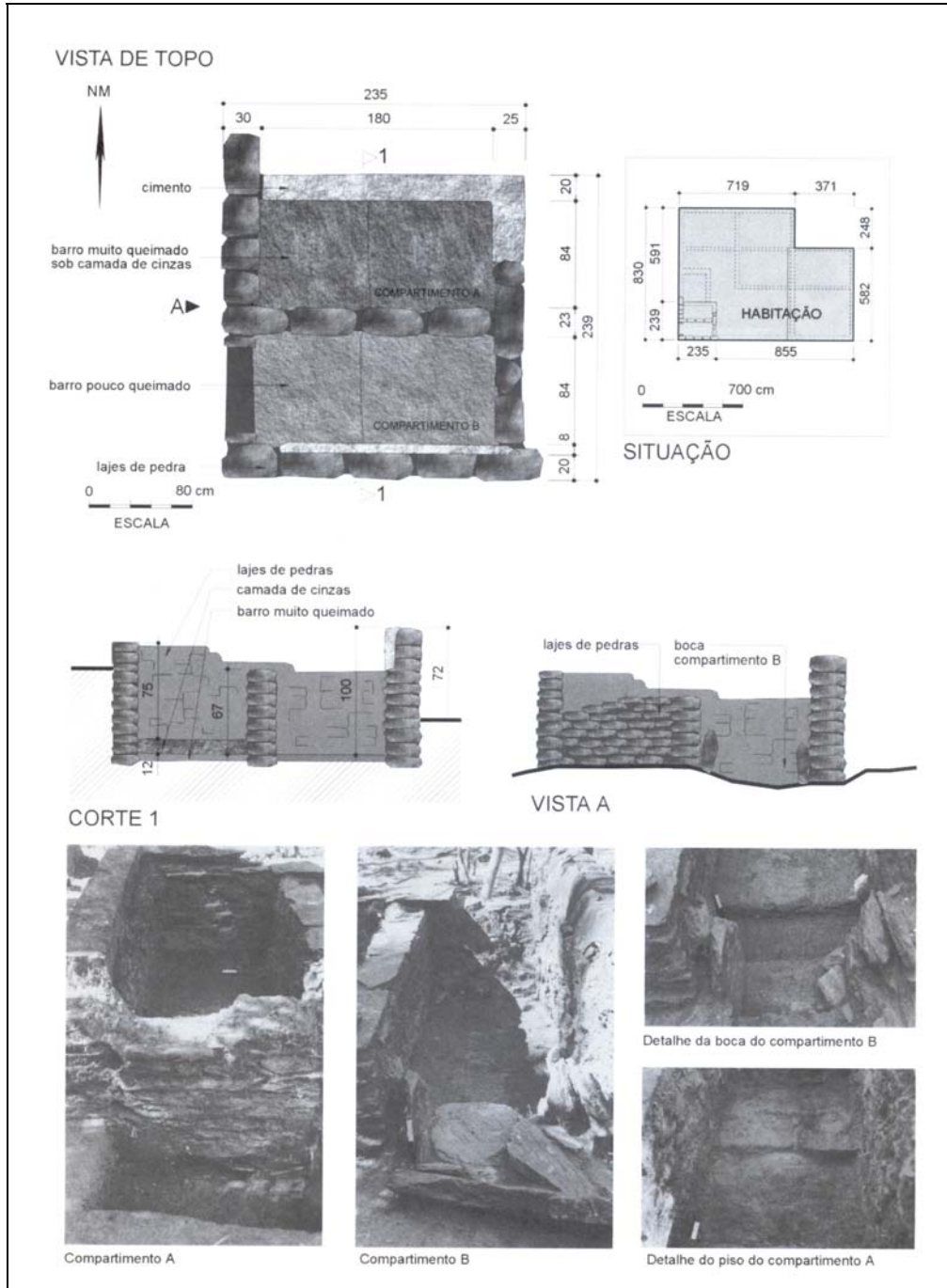
Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 3.6.5.11-50 - Exemplos de estruturas de queima em Minas Gerais.



Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 3.6.5.11-51 - Exemplos de estruturas de queima em Minas Gerais.



Fonte: Cardoso, 1997.

Figura 3.6.5.11-52 - Exemplos de estruturas de queima em Minas Gerais.



Fonte: Ossami de Moura (2006)



Fonte: Ossami de Moura (2006)

Figura 3.6.5.11-53 - Amostra do tipo de piso encontrado nos sítios arqueológicos de Goiás.

Figura 3.6.5.11-54 - Muro de pedra encontrado em Goiás.



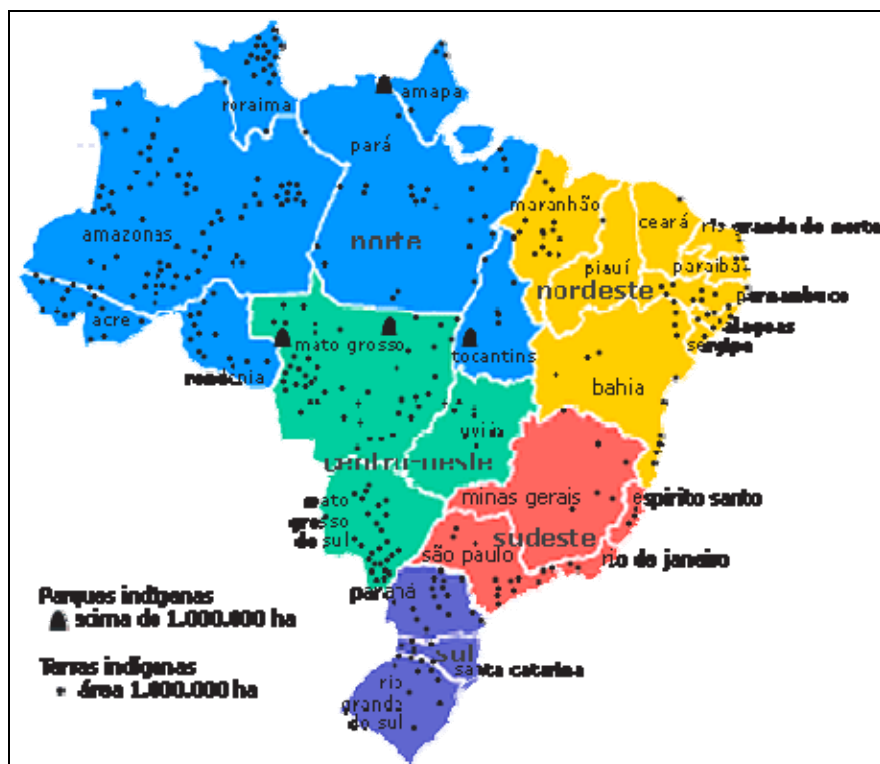
Fonte: Ossami de Moura (2006)

Figura 3.6.5.11-55 - Material arqueológico encontrado em Goiás.

- Os Remanescentes Indígenas

Os povos indígenas contemporâneos estão espalhados por todo o território brasileiro. Vários desses povos também habitam países vizinhos. No Brasil, a grande maioria das comunidades

indígenas vive em terras coletivas, declaradas pelo governo federal para seu usufruto exclusivo. As chamadas Terras Indígenas (TIs) somam, hoje, 582 em todo o país.



Fonte: www.educacional.com.br.

Figura 3.6.5.11-56 - Mapa dos parques e terras indígenas no Brasil

Na Amazônia Legal (composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte oeste do Maranhão), vive 60% da população indígena. É possível estimar em cerca de 10 a 15% os índios que vivem em cidades, mas ainda não existe um censo confiável a esse respeito.

O reconhecimento das Terras Indígenas por parte do Estado (processo de demarcação) é um capítulo ainda não encerrado da história brasileira. Muitas delas estão demarcadas e contam com registros em cartórios, outras estão em fase de reconhecimento; há, também, áreas indígenas sem nenhuma regularização. Além disso, diversas TIs estão envolvidas em conflitos e polêmicas.

► Remanescentes indígenas em Goiás

As Bandeiras e a Mineração contribuíram para o povoamento da região que hoje conhecemos por Goiás. No século XVIII, ocorreu um afluxo populacional motivado pela frente de expansão baseada na pecuária, uma proveniente do Maranhão, e a outra de Minas Gerais. Disso resultou a dizimação dos indígenas da região devido ao conflito com os brancos e às doenças trazidas por estes.

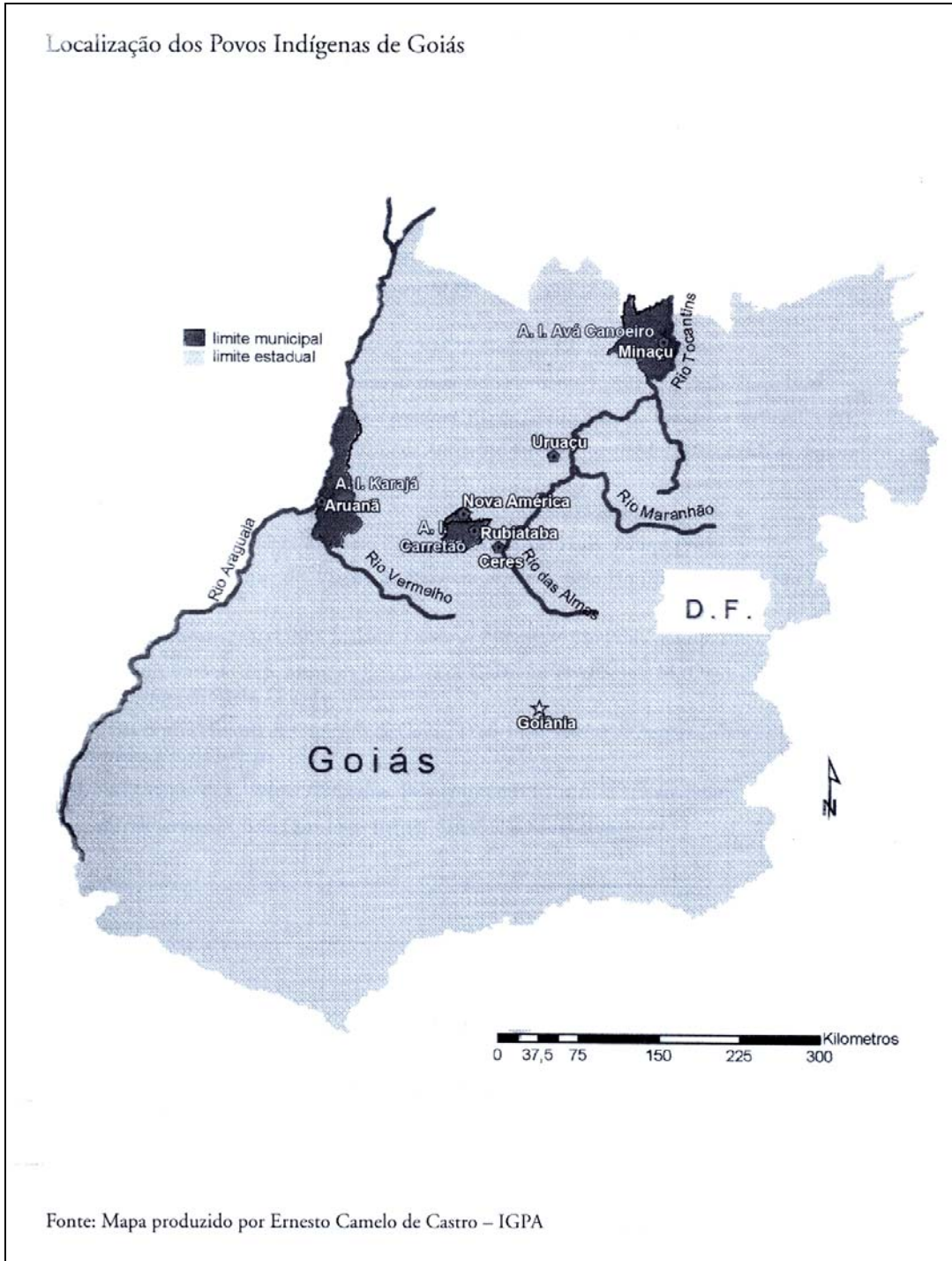
A vegetação característica de Goiás é o cerrado, que forma campos recortados por florestas de galerias. Nessas áreas viviam a maior parte dos grupos tribais, cuja população somava aproximadamente trinta mil índios, dos quais oito mil viviam aldeados.

Segundo a classificação lingüística de Rodrigues (1987), os índios que habitavam a província de Goiás pertenciam em sua maioria ao tronco Macro-Jê, família Jê (grupos Akwen, Kaiapó, Timbira e Karajá), totalizando dez línguas; apenas três línguas pertenciam ao Grupo Tupi, Família Tupi-Guaraní (Grupos Tapirapé, Avá-Canoeiro e Tenetehara).

De acordo com os aspectos culturais, os índios de Goiás podem ser classificados em dois grupos principais, os Jês e os Tupi.

Os Jê, com tecnologia rudimentar e organização social complexa, subdividem-se em: Timbira Ocidentais (Aoinajé) e Orientais (Krahó); Kaiapó Meridionais (Kaiapó de Mossâmedes) e setentrionais (Gorotire e Gradahu); Karajá (Xambioá, Karajá e Javaé) e Akwen (Xavante e Xerente).

Os Tupi, menos numerosos, subdividem-se em: Tapirapé, Tenetehara (Guajajara) e Avá-Canoeiro.



Fonte: Ossami de Moura (2006)

Figura 3.6.5.11-57 - Povos indígenas de GO.

Os Akwen

Os Akwen se dividiam em dois grupos, os Xavante e Xerente. Cunha Matos (1824) foi um dos primeiros autores a referir-se aos dois grupos como habitantes de uma mesma região, porém em aldeias diferenciadas.

Na segunda metade do século XIX os Xavante formavam várias aldeias, (algumas em contato permanente com a população branca dos aldeamentos de Janimbú e Tereza Cristina), enquanto outros grupos, localizados na região do Rio Das Mortes, ainda não tinham contato com a população nacional.

No início do século XIX, os Xerente representavam uma ameaça à rota do gado que demandava à Bahia, rota utilizada pelos pecuaristas goianos para exportar sua boiada.

Os Kayapó

Os Kayapó formavam dois grupos, os Kayapó Meridionais, que ocupavam o sul de Goiás e o noroeste de Minas, o triângulo Mineiro; e os Kayapó setentrionais, que habitavam a região que fica entre o Xingu e o Araguaia.

Por volta de 1860, um dos grupos Kayapó, os Gradahu, estabelecidos na Bacia do Pau d'Arco, afluente do Araguaia, entrava em contato permanente com os habitantes de Santa Maria do Araguaia e com os dominicanos que fundaram Conceição do Araguaia.

Os Gotorite, da Região do Xingu, mantinham contatos esporádicos com os brancos. Quando o General Couto de Magalhães fundou o colégio Isabel em 1872, alguns desses índios frequentaram-no como internos.

Existem referências ao aldeamento de Mossâmedes, criado no século XVIII, que se internaram nas matas da região do Rio Claro e do Rio Bonito, de onde partiam em incursões contra a população desses arraiais.

Os Timbira

Os Timbiras ocupavam uma vasta região de Palmeiras, intermediária entre a caatinga do Nordeste e o cerrado, que abrangia o sul do Maranhão e o norte de Goiás. A expansão da pecuária nessa região provocou uma série de conflitos periódicos com esses grupos.

Os Krahó fugiram do Maranhão devido à frente pastoril que se estabelecera na Região de Pastos Bons e se instalaram no Tocantins, onde apoiavam as expedições armadas contra os outros grupos tribais da região. À medida que a pecuária se desenvolvia, os Krahó tornavam-se grandes aliados dos fazendeiros na luta contra as outras tribos. Entretanto, com o rareamento da caça, a sua principal fonte de alimentação, esses indígenas passaram a caçar o gado dos fazendeiros.

Para resolver esse problema, os fazendeiros aliaram-se aos missionários Capuchinhos, que fundaram a missão Pedro Afonso para instalar os índios, localizada nas confluências do Rio Tocantins com o Riacho do Sono. Após terem vivido aldeados nessa missão por algum tempo, alguns grupos de Krahó foram mais para o nordeste, na região dos rios Manuel Alves Pequeno e Manuel Alves Grande.

Os Apinajé viviam entre o Tocantins e o Araguaia. Seu contato permanente com os brancos data do final do século XVIII, quando foi fundado o posto militar em São José das Duas Barras, e as relações foram conflituosas. Os indígenas, junto com os brancos, fundaram uma povoação que deu origem à cidade de Carolina, no Maranhão.

Depois lutaram pela independência, contra os portugueses. Os Apinajé formavam um dos maiores grupos indígenas de Goiás até 1830, com cerca de cinco mil índios. Nos anos 40, os capuchinhos estabeleceram uma missão junto aos Apinajé, em Boa Vista.

Os Karajá

Esses índios estavam concentrados nas margens do Rio Araguaia, próximo à Ilha do Bananal. Durante a estação seca acampavam nas margens do rio, alimentando-se de peixes e ovos de tartaruga, e durante o período das cheias migravam para o interior e cultivavam roças.

Em 1774, foram aldeados em Nova Beira e Pedro III ou Carretão, mas tais aldeamentos não obtiveram êxito. As guarnições dos presídios estabelecidos no Araguaia praticaram crueldades contra os Karajá, fazendo-os seus inimigos, ocorrendo vários conflitos durante o século XIX.

Quadro 3.6.5.11-2 - População Karajá.

População Karajá				Ano	Fonte
Karajá	Javaé	Xambioá	TOTAL		
–	–	–	7 a 8 mil	1775	Fonseca, 1868
815	–	–	–	1908	Krause, 1940-1943
795	–	–	–	1939	Lipkind, 1948
1.406	–	–	–	1980	Toral, 1992
1.588	–	–	–	1990	Toral, 1992
1.900	750	250	2.900	1995	ISA, 1998
±1.500	±841	202	±2.593	1997	Braggio, 1997

Fonte: Ossami de Moura (2006)

Quadro 3.6.5.11-3 - Famílias Karajá.

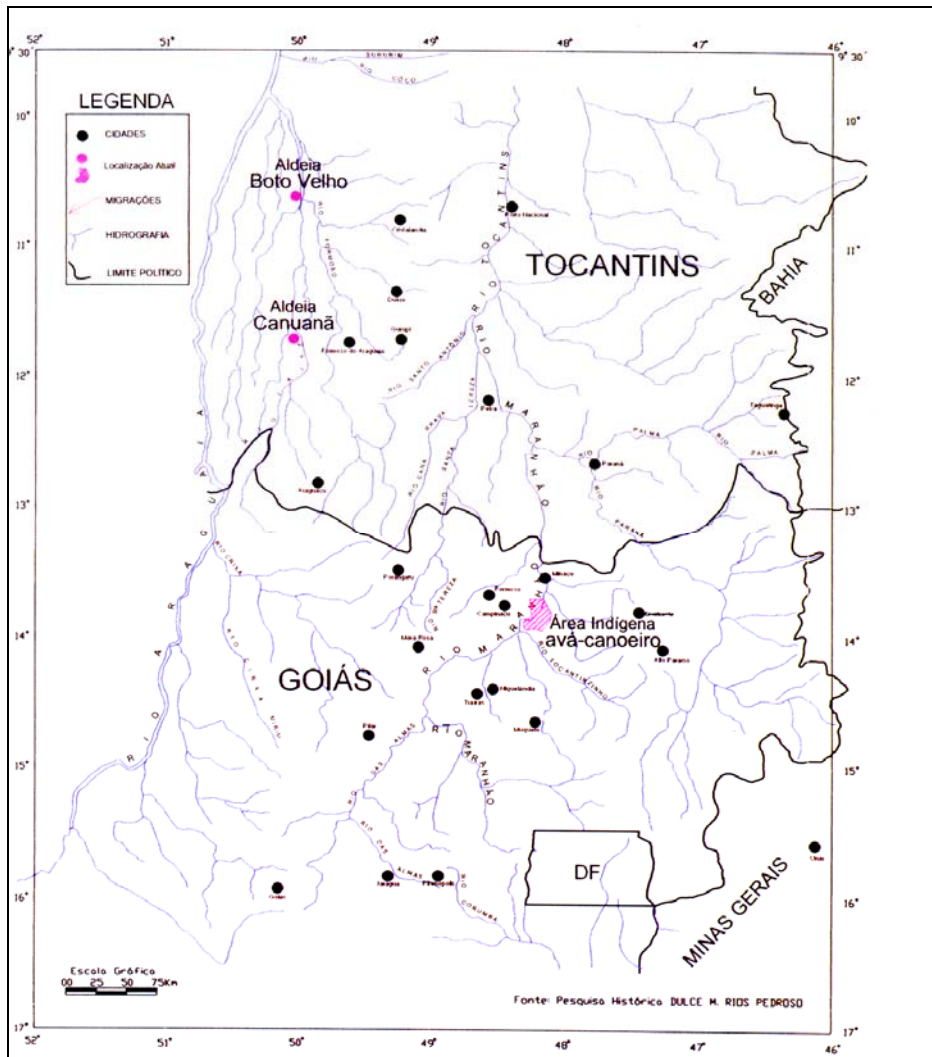
Karajá de Aruanã	Ano	Fonte
5 famílias	1939	Wagley, 1987
14	1947	Oliveira, 1947
37	1971	Simões de Paula, 1972
24	1975	Wüst, 1975
32	1986	Arruda, 1986
47	1992	Lima Filho, 1992
50	1994	Cruvinel; Lima Filho, 1994
73	1997	Potim, 1997
79	2002	Schiel, 2002
146	2004	Hawakati Karajá, 2004

Fonte: Ossami de Moura (2006)

Os Canoeiro

A localização desses grupos é apresentada de forma variada por diversos autores. Alguns dizem que viviam nos sertões de Tesouras, entre o rio do mesmo nome e o Rio do Peixe. Outros dizem que eles se localizavam nos sertões de Amaro Leite. Falava-se ainda que esse grupo teria migrado para a região proveniente do Tocantins.

Certamente esse foi o grupo indígena mais temido de Goiás devido aos seus constantes ataques contra as populações locais. Foram feitas expedições punitivas ("bandeiras") oficiais e semi-oficiais para punir os índios, bem como fundados vários presídios da região de Amaro Leite.



Fonte: Ossami de Moura (2006)

Figura 3.6.5.11-58 - Localização Avá-canoeiro, 2006.

Os Tapirapé e Guajajara

Os Tapirapé habitavam o oeste do Rio Araguaia, região de densa floresta que se estende a uns 150 km ao norte do Rio Tapirapé. Esse grupo vivia em constantes hostilidades com os Kayapó.

Na margem direita do Rio Araguaia existia um pequeno grupo Guajajara, que fugiu do Maranhão perseguido pelo Gavião.

A legislação que regulou a ação do estado junto às populações tribais foi o Regimento das Missões, de 1845, e a Lei de Terras, de 1850. O Regimento das Missões tinha por objetivo incorporar o indígena à 'civilização ocidental', seja pelo uso da força ou pela dominação ideológica.

A política Indigenista do período entre 1850 e 1889 tem por base duas leis: o decreto nº 426, de 1845, que regulamentava a organização das missões de catequese e civilização dos índios, e a lei de terras de 1850.

A Província de Goiás era bastante isolada no final do século XVIII e início do XIX. As duas principais vias de comunicação, os rios Araguaia e Tocantins, eram quase inacessíveis devido à deficiência de abastecimento para os navegantes, à escassez de mão-de-obra para a tripulação e aos ataques indígenas.

Para ligar Goiás ao resto do país, houve a intervenção do Estado com a construção de presídios e colônias militares e a instalação de aldeamentos ao longo dos dois rios.

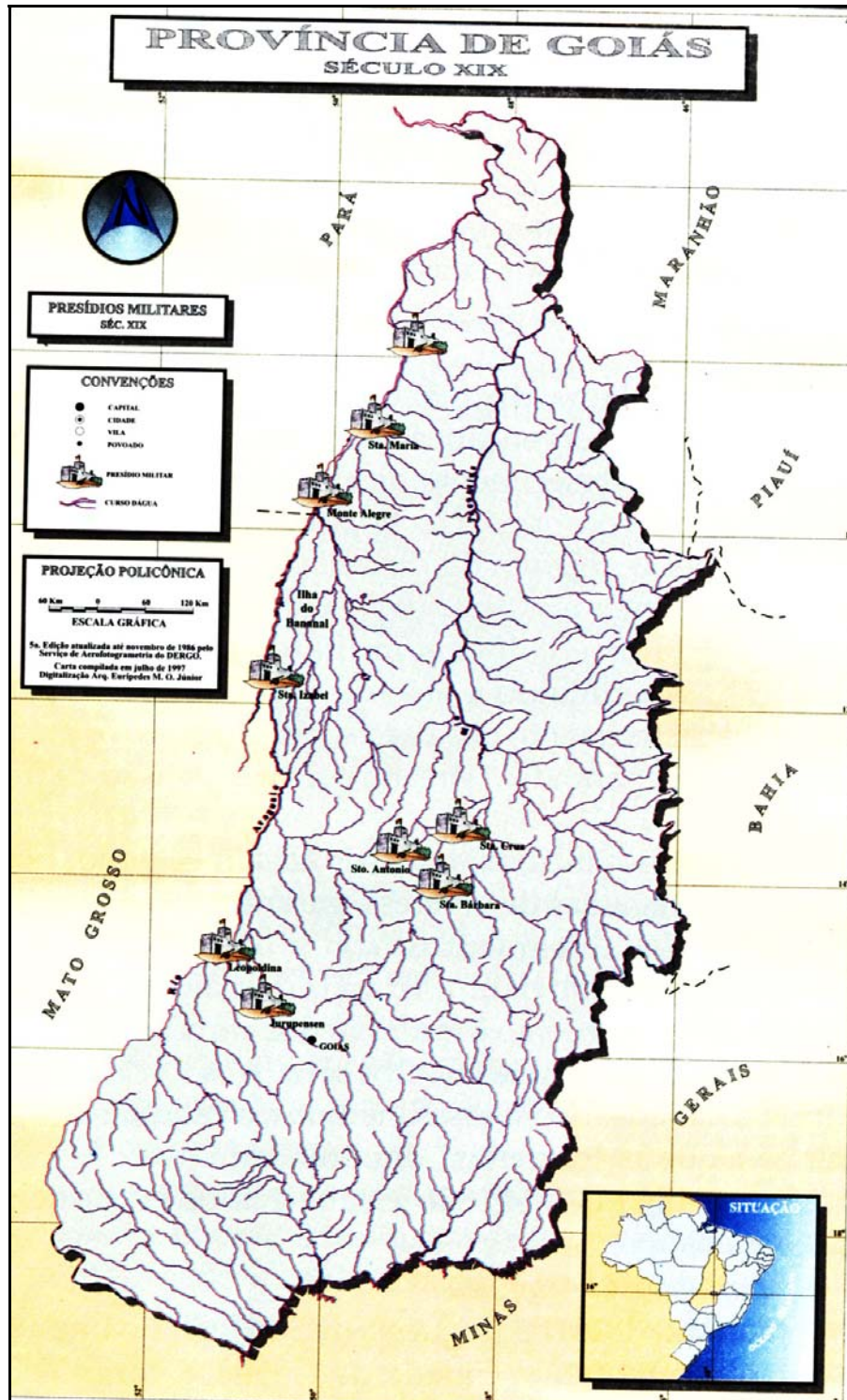
Os presídios

Os presídios incumbiam-se de afastar os índios hostis, prover os navegantes de víveres e garantir apoio logístico à navegação. No Araguaia, foram fundados os presídios de Leopoldina e Vila Isabel, em 1850, o presídio de Januária, em 1852, e o Santa Maria, em 1858.

Os presídios de Leopoldina, Vila Isabel e Januária foram transferidos para o Rio Maranhão, tendo em vista que a navegação do Tocantins atingia um maior número de municípios.

Em 1853, são criados os presídios de Genipapo e de Amaro Leite, no município de Pilar, comarca de Goiás. Na linha do Tocantins, foram fundados quatro presídios, de 1850 a 1854: Santa Tereza, Santa Cruz, Santa Bárbara e Santo Antônio.

Outros presídios e colônias militares foram construídos nas margens desses rios, com o objetivo de conter o ataque dos índios.



Fonte: Rocha 1998

Figura 3.6.5.11-59 - Mapas dos presídios militares em Goiás no século XIX.

Os aldeamentos

Os aldeamentos, sob a direção dos frades capuchinhos, promoviam a fixação dos índios, e visavam à transformação dos hábitos cotidianos mediante uma nova disciplina do trabalho e o incentivo à agricultura em detrimento da caça e da pesca.

Nesses locais juntaram-se os índios e a população branca, formando os arraiais, que deram origem a muitos núcleos urbanos de Goiás.

Os aldeamentos justificam-se pela necessidade da expansão pecuária, para afastar os indígenas que representavam um obstáculo à navegação na região e para fornecer mão-de-obra aos navegantes e viajantes das rotas de comércio com o Pará.

Os principais aldeamentos foram os seguintes:

Janimbú - A Missão de São Joaquim do Janimbú foi fundada em 1845 na Região de Salinas. Em 1862 sua população era composta por mais de duzentos índios, distribuídos em quatro aldeias: duas de Xavante e duas de Karajá. Contava também com trezentos colonos brancos.

O aldeamento transforma-se em uma Vila Sertaneja, onde foram construídas uma escola de primeiras letras e uma oficina de ferreiro.

Boa Vista - Esse aldeamento foi fundado em 1841, na extremidade da península entre o Araguaia e o Tocantins. Em 1853, sua população contava com cerca de quatro mil índios Krahó e Apinajé. Em 1857, esse número havia reduzido para 1176 índios e, em 1861 para seiscentos, devido ao contato com os brancos. Essa missão contava com quatro aldeias Apinajé, uma aldeia Guajajara e outra Krikati.

Em 1865, havia seiscentos indivíduos brancos no aldeamento. Ocorreram conflitos entre um missionário e os índios Xambioá, que passaram a ser hostis à população branca.

Pedro Afonso - O aldeamento Pedro Afonso foi criado em 1849, à margem direita do Rio Tocantins, e abrigava principalmente o grupo tribal Krahó. Em 1858, a população de Pedro Afonso era de duzentos índios. Esse aldeamento contava com uma oficina de ferreiro e uma escola de primeiras letras.

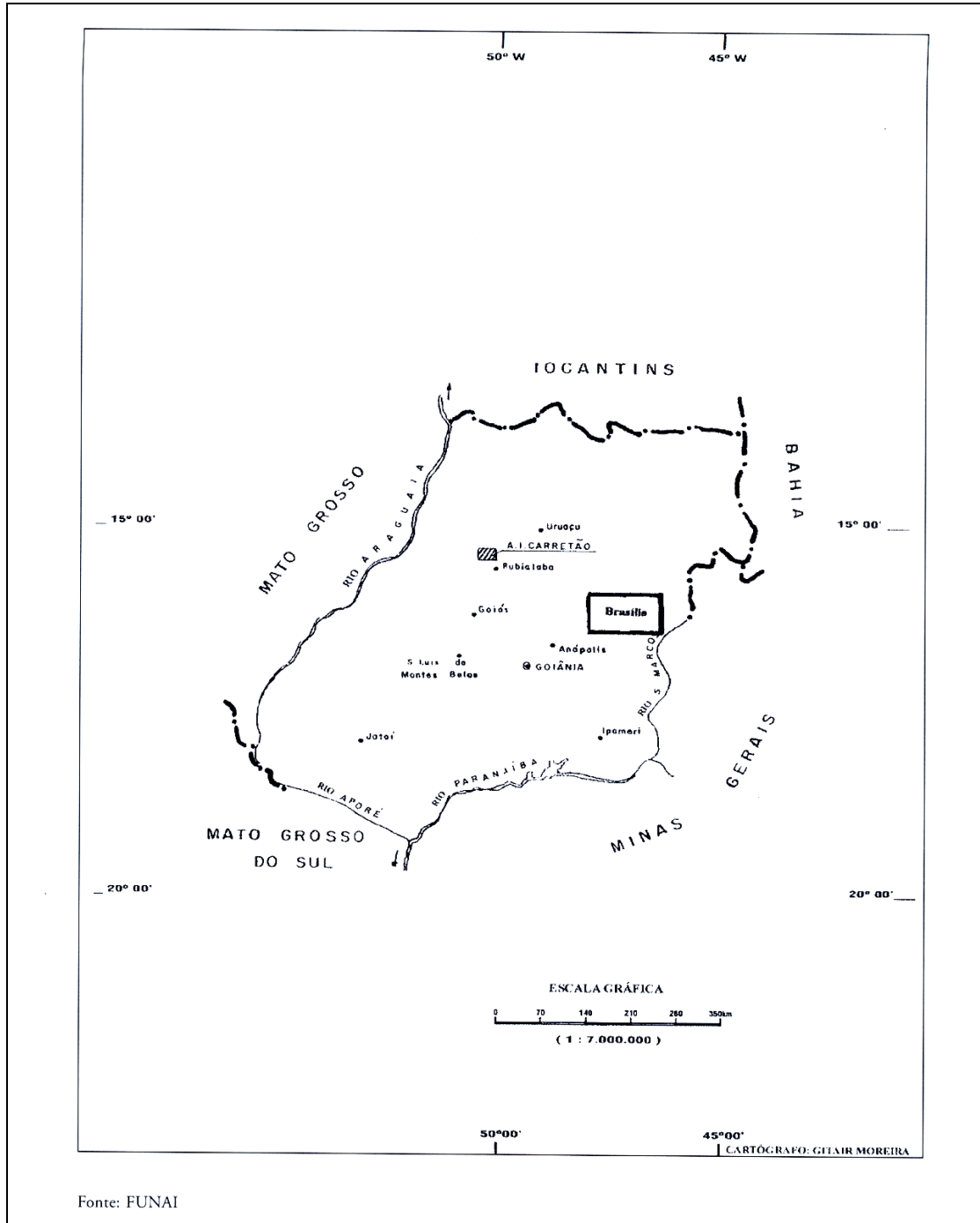
Nesse mesmo ano, os Krahó foram removidos para outra aldeia junto às margens do Rio do Sono, pois os fazendeiros cobiçavam as terras do aldeamento antigo.

Tereza Cristina - Foi fundado em 1850, no Rio Piabanhas, afluente do Tocantins, próximo a Pedro Afonso. Em 1852, contava com dois mil Xerente e mais de mil Xavante aldeados.

Na década de 1960, o aldeamento mudou-se para um local denominado “aldeia Panela de Ferro”, em razão do esgotamento dos recursos da antiga aldeia.

Foi ocorrendo uma redução desses indígenas, e, em 1900, o aldeamento de Tereza Cristina contava com apenas 1900 indivíduos.

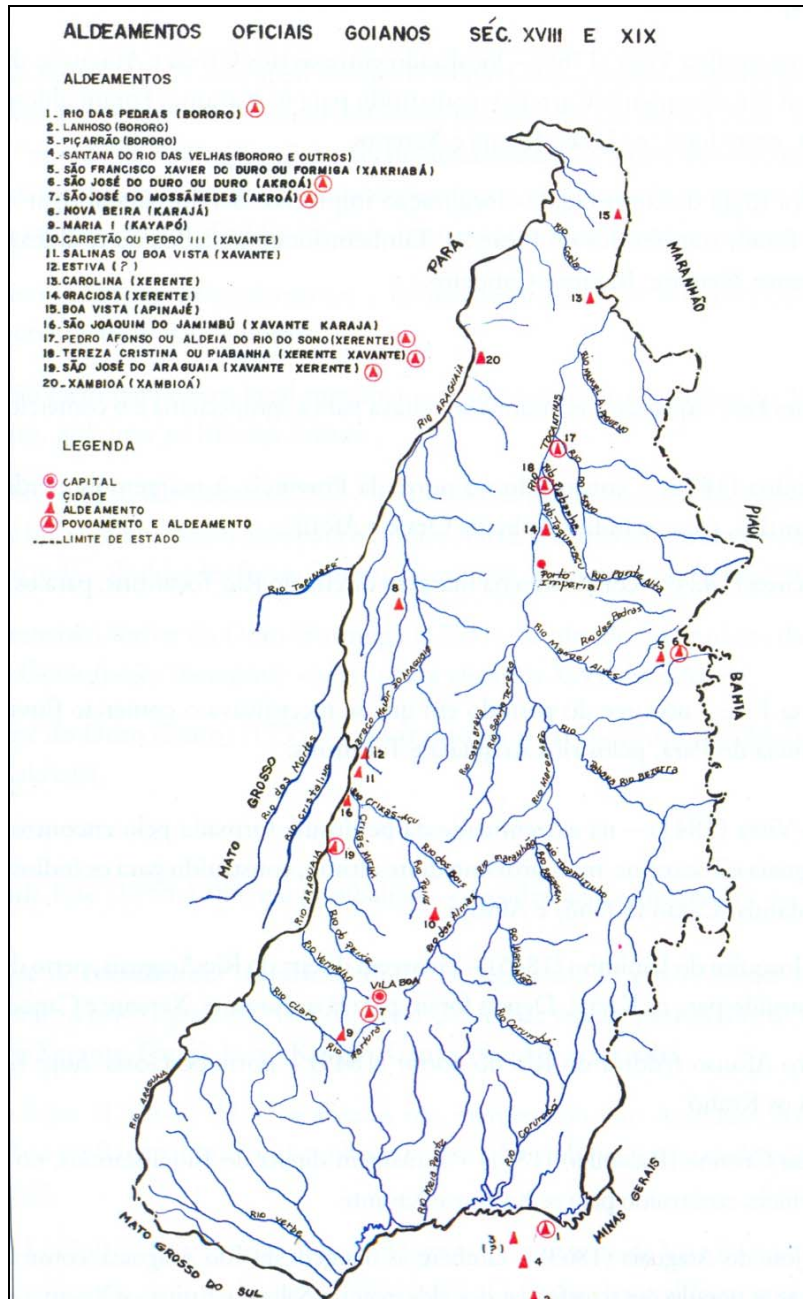
Carretão - Foi fundado em 1784, a 22 léguas a noroeste da capital. Por volta dos anos 70, ele foi transferido para um local próximo à Estrada para a Vila do Pilar. Era um aldeamento em decadência, com poucos descendentes de Xavante e Xerente.



Fonte: Ossami de Moura (2006)

Figura 3.6.5.11-60 - Área indígena de Carretão/GO.

Santa Maria - A missão de Santa Maria foi fundada em 1859, para os índios Karajá e Kayapó. No local onde havia um presidio com o mesmo nome. Em 1897, esse aldeamento contava com 64 civilizados e uma Igreja.



Fonte: Ossami de Moura (2006)

Figura 3.6.5.11-61 - Aldeamentos GO/ séc. XVIII e XIX.

► Remanescentes indígenas no Mato Grosso

No Mato Grosso, existe um total de 25.123 indivíduos, distribuídos em 42 grupos indígenas: Apiaká; Juruna; Mehináko; Rikbaktsa; Yawalapiti; Arara; Kalapalo; Metuktire; Suyá; Zoró; Aweti; Kamayurá; Munduruku; Tapayuna; Bakairi; Karajá; Mynky; Tapirapé; Bororo; Katitaulú; Nafukuá; Terena; Cinta Larga; Kayabí; Nambikwara; Trumai; Enawené-Nawê; Kayapó; Naravute; Umutina; Hahaintsú; Kreen-Akarôre; Panará; Waurá; Ikpeng; Kuikuro; Pareci; Xavante; Irantxe; Matipu; Parintintin e Xiquitano.

Neste estado concentra-se uma das maiores comunidades indígenas do País, que vivem numa área de 17.342.409 hectares. Um total de 11.015.459 hectares dessa área já está demarcado pelo Governo Federal. Nela vivem 38 comunidades, às quais pertencem 14.352 índios. As 19 tribos restantes encontram-se em áreas reservadas, mas ainda não definitivamente demarcadas pela FUNAI. São ao todo 39 os municípios onde existem comunidades indígenas.

Foram identificadas três terras indígenas próximas à região do empreendimento: a Jarudore, Tadarimana e Tereza Cristina. A seguir são relacionadas as informações básicas de cada uma delas:

TI Jarudore

A TI Jarudore, localizada no município de Poxoréo, no MT, foi reservada originalmente em 1912, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para os índios Bororos. Entretanto sucessivas invasões de terceiros, não permitiram sua efetivação/demarcação. O registro da primeira invasão data de 1945, promovida pelos colonizadores ligados às autoridades que governavam o estado, quando a reserva foi reduzida de 100 mil para 6 mil ha, por meio de portaria publicada no Diário Oficial, assinada pelo então governador Crescêncio da Silva (Portaria nº 1.532, de 22/08/1945).

Desde então vem sendo ocupada ilegalmente por terceiros. Uma nova demarcação foi iniciada 3 anos depois, o que possibilitou novas invasões, restando aos índios cerca de 4,7 ha da área para ser homologada, acarretando a perda de 95% de sua extensão original.

A área continuou a sofrer invasões. A rodovia MT-383 corta a área. Há uma cidade dentro da TI com colégio, casas de comércio etc., que atendem a milhares de moradores não-índios, enquanto os Bororo que ali viviam, aos poucos foram expulsos por esses invasores e, atualmente, estão

espalhados pela região, vivendo nas periferias das cidades ou em outras reservas com outras etnias, o que tende a gerar novos conflitos.

Em 2001, o MPF instaurou processo de re-integração de posse dos 4.706 ha restantes a favor dos índios e determinou que a FUNAI realizasse o levantamento antropológico, tendo em vista as invasões que tomaram conta da Terra Indígena Jarudore.

TI Tadarimana

A TI Tadarimana possui uma superfície de 9.785 ha localizada nos municípios de Pedra Preta e Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, onde vivem 245 Bororo. Foi demarcada e homologada em 1991, conforme Decreto 300, de 29/10/1991.

Para a construção de uma linha de transmissão, em 1973 a Eletronorte cortou 4,2 km da TI Tadarimana, com a implantação de torres, as quais foram mais tarde desativadas. Os Bororo entraram com o pedido de indenização e receberam, a título de indenização pelos impactos e danos ambientais causados durante a permanência e posterior retirada da Linha de Transmissão Couto Magalhães-Rondonópolis, o valor de aproximadamente R\$ 92 mil, valor definido após a realização de um levantamento de impactos ambientais realizado por um grupo de trabalho instituído pela FUNAI, que contou com a participação do Ministério Público de Cuiabá e profissionais da Universidade Federal de Mato Grosso.

A utilização dos recursos é voltada à implantação de projetos alternativos que busquem a melhoria da qualidade de vida do grupo.

TI Tereza Cristina

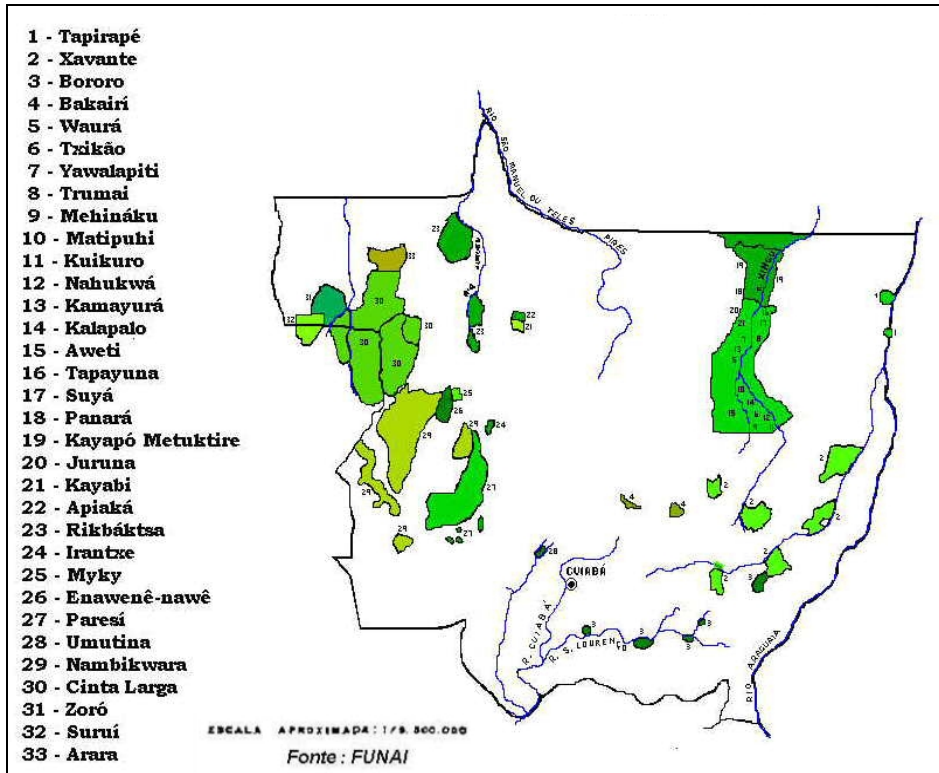
A TI Tereza Cristina, onde vivem 358 índios da etnia Bororo, está localizada no município de Santo Antônio do Leverger, no MT, e possui 34.149 ha de extensão. Em 2005 foram realizados estudos para revisão dos limites.

Em 2001 o Ministério Público Federal em Mato Grosso embargou o projeto de construção de uma ferrovia (Feronorte) no traçado original do trecho Rondonópolis-Cuiabá, que passava próxima à Terra Indígena.

Quadro 3.6.5.11-4 - Terras Indígenas no Mato Grosso.

POVO INDÍGENA	LOCALIZAÇÃO
Apiaká	Rio dos Peixes, em Juara
Arara	Aripuanã e Colniza
Aweti	Gaúcha do Norte
Bakairi	Nobres, Paranatinga e Planalto da Serra.
Bororo	General Carneiro, Rondonópolis, Santo Antonio do Leverger, Barão do Melgaço e Poxoréo (em litígio).
Chiquitano	Cáceres
Cinta-Larga	Aripuanã e Juína
Eawenê-Nawê	Sapezal, Comodoro e Juína
Guató	Barão de Melgaço
Ikpeng	Feliz Natal
Irantxe	Brasnorte
Kayapó (Mebengôkre)	Peixoto de Azevedo, São José do Xingu.
Kalapato	Querência
Kamayurá	Gaúcha do Norte
Karajá	O território Karajá se estende por toda a região do Vale do Araguaia, entre os Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará, concentrando-se principalmente no Parque Indígena da Ilha do Bananal (TO).
Kayabi	Rio dos Peixes, Juara.
Kuikuro	Gaúcha do Norte
Matipu	Gaúcha do Norte
Mehinaku	Gaúcha do Norte
Myky	Brasnorte
Munduruku	Rio dos Peixes, Juara.
Nahukwá	Gaúcha do Norte
Nambikwara	Comodoro, Pontes Lacerda, Nova Lacerda e Sapezal.
Panará	São Félix do Xingu e Garantã do Norte.
Paresi	Tangará da Serra, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Comodoro e Sapezal.
Rikbaktsa	Brasnorte, Juara e Cotriguaçu.
Suyá	Querência
Surui	Arupuanã
Tapayuna	São José do Xingu
Tapirapé	Santa Terezinha
Terena	Rondonópolis
Trumai	Feliz Natal
Umutina	Barra do Bugres
Waurá	Gaúcha do Norte
Xavante	Água Boa, Paranatinga, Nova Xavantina, Barra do Graças, Campinápolis, Novo São Joaquim, Canarana, Ribeirão Cascalheira e General Carneiro.
Yawalapiti	Gaúcha do Norte
Yudjá (Juruna)	Marcelândia
Zoró	Rondolândia.

Fontes: CIMI, ISA e Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.



Fonte: www.ufmt.br/ichs/museu_rondon.

Figura 3.6.5.11-62 - Localização das áreas indígenas no MT.

- b. Acatar as Recomendações do IPHAN com a finalidade de seguir os procedimentos estabelecidos

Para a LT 500 kV Cuiabá-Ribeirãozinho-Rio Verde Norte todas as tratativas de atendimento as Portarias 07 e 230 do IPHAN, assim como, a adoção dos procedimentos estabelecidos junto a esse instituto. Dessa forma, encontram-se em fase de conclusão da Prospecção Arqueológica na área do empreendimento em epígrafe.

- Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento

O Centro-Oeste do Brasil possui uma área de 1.602.133 km², distribuídos entre os atuais Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na região, o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas sistemáticas e contínuas teve início em Goiás, através da execução de projetos de

pesquisa junto à Universidade Católica de Goiás (UCG) e à Universidade Federal de Goiás (UFG), respectivamente em 1971 e 1974.

Posteriormente, sobretudo a partir da década de 1980, pesquisas desta natureza foram realizadas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em sua maioria por arqueólogos brasileiros vinculados a instituições de ensino superior.

Antes dos anos 1970, porém, alguns trabalhos podem ser enquadrados na categoria de pesquisas sistemáticas, este é o caso dos trabalhos de Petrullo (1932) e Schmidt (1914, 1940a, 1940b).

Ao que tudo indica, as primeiras ocupações humanas do Centro-Oeste estão vinculadas à presença de grupos caçadores-coletores que se estabeleceram na região entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 12.000 e 10.000 AP. Existem, todavia, datas mais antigas, mas que, em sua quase totalidade, ainda devem ser vistas com cautela. Este é o caso, apenas para exemplificar, das datações oriundas dos sítios Abrigo do Sol (19.400 ± 1.100 AP e 14.470 ± 140 AP) e Santa Elina (23.320 ± 1.000 AP e 22.500 ± 500 AP), ambos em Mato Grosso, respectivamente estudados por Miller (1983, 1987) e Vilhena-Vialou e Vialou (1994)

No município de Rondonópolis - região sudeste do Estado do Mato Grosso - existem atualmente diversos sítios arqueológicos em fase de estudos. O programa de Pesquisas "Pré-História e Paleoambiente em Mato Grosso", subprojeto Cidade de Pedra, coordenado por Águeda Vilhena Vialou, Denis Vialou e Levy Figuti (Vialou, 1996, 2000, 2005) concentra seus estudos nos sítios rupestres da cidade de Pedra.

As pesquisas ligadas ao programa já fizeram o levantamento de mais de 50 sítios com inscrições rupestres nos mais diversos suportes das formações rochosas. O abrigo Ferraz Egreja foi sistematicamente escavado desde 1983, e as datações mostram que as ocupações vão de 4610 ± 60 anos AP (C14) até a época colonial, sendo a datação mais recente de 205 ± 40 anos AP. Os níveis cerâmicos, de acordo com as seqüências estratigráficas observadas por Vilhena-Vialou (2005) a partir da cerâmica e dos vestígios de conjuntos e remontagens de lascamentos, atingem os solos de aproximadamente 1900 ± 40 anos AP, sendo as ocupações anteriores de não-ceramistas (Monteiro, 2005).

A Cidade de Pedra é uma formação rochosa localizada no baixo curso do Rio Vermelho, a cerca de 20 quilômetros da cidade de Rondonópolis (MT), entre as coordenadas $16^{\circ} 29' - 33'$ de latitude sul e $54^{\circ} 48' - 55'$ de longitude oeste.

É caracterizada por afloramentos areníticos ruiformes restritos a uma área de aproximadamente 50 km circunscritos entre o rio e o chapadão típico dessa região de cerrado, com uma variação de altitude de 200 a 500 metros. O espaço é entrecortado por nascentes que se desenvolvem em riachos com água abundante, que deságuam no Rio Vermelho.

A partir do alto do Chapadão observa-se no horizonte, a oeste, a planície do Pantanal Mato-grossense. Portanto, é uma área totalmente encaixada entre a Serra de São Jerônimo, pelo lado leste, desde o Pantanal, a oeste, ocupando um trecho do vale que inclui as bacias de outros rios menores, como os rios Jurigue e Tadarimana, que junto com o Vermelho e o Ribeirão Ponte de Pedra, deságuam no São Lourenço. O São Lourenço por sua vez deságua no Pantanal, quando atinge o rio Paraguai (Monteiro, 2005).

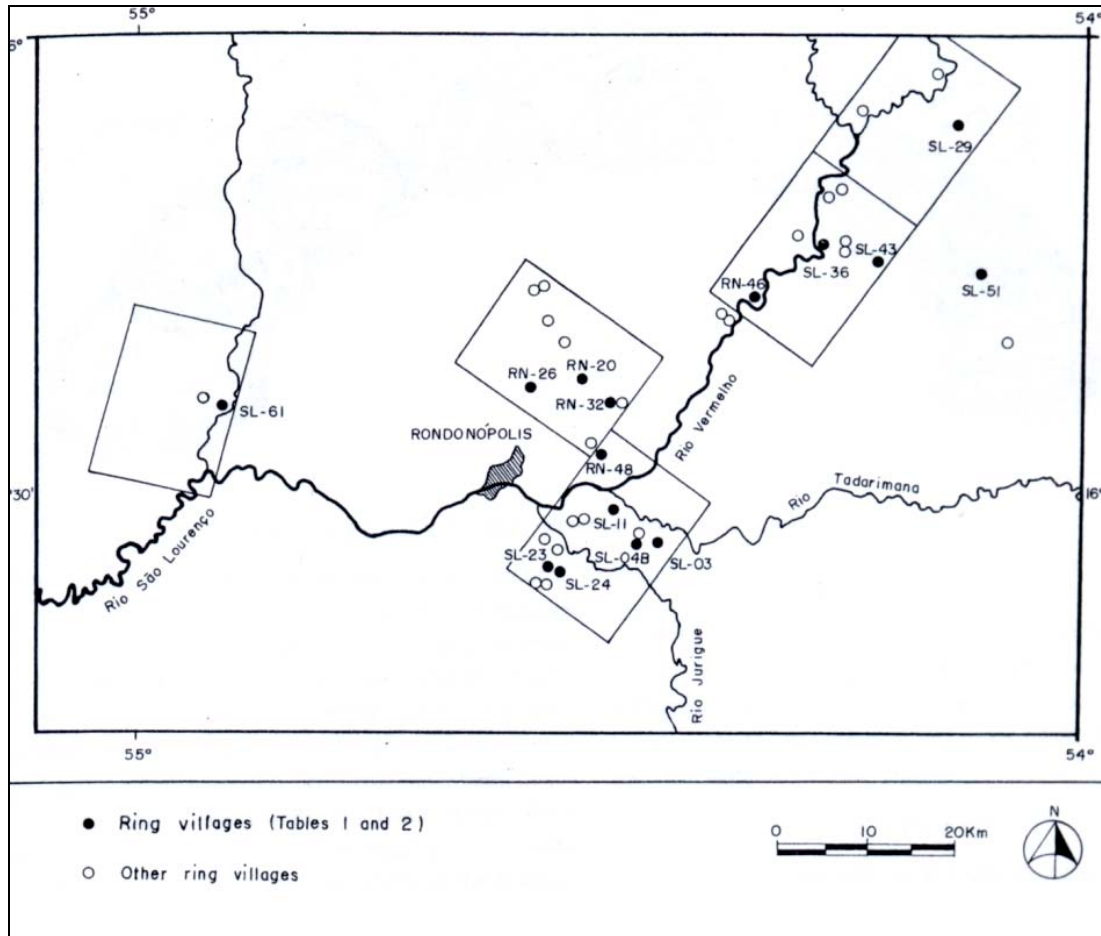


Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-63 - Cidade de Pedra.

Conforme Monteiro (2005), os vestígios arqueológicos dos povos que habitaram a área conhecida como Cidade de Pedra e seu entorno, mostram que o local foi continuamente ocupado desde ao menos 4000 anos atrás, até a época dos índios bororós contemporâneos. No caso do sítio Ferraz Egreja, os níveis caracterizados pela presença de artefatos cerâmicos recuam a aproximadamente 1700 anos AP.

A mesma autora estuda os contextos tecnológicos das ocupações de grupos ceramistas na Cidade de Pedra de quatro sítios a céu aberto e quatro sítios em abrigo-sob-rocha de uma área que se insere em um amplo contexto regional de sítios cerâmicos com cerâmica associada às tradições Uru e Tupiguarani, além de conjuntos cerâmicos não filiados.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-64 - Área da pesquisa: Rio Vermelho, Rondonópolis, MT - Cidade de Pedra.
Retirado de Wüst e Barreto (1999).

Os abrigos Ferraz Igreja, Antiqueira, Cipó, Vermelhos e Arqueiros localizam-se em pontos diferentes da Cidade de Pedra, estando em cada caso implantados a distâncias variadas dos cursos d'água.



Fonte: Monteiro (2005)

Figura 3.6.5.11-65 - Localização dos sítios da Cidade de Pedra (De Figuti, imagem de satélite e coordenadas, escala aprox. 1/100.000).

Na planície fluvial foram encontrados quatro sítios cerâmicos a céu aberto a partir de prospecções sistemáticas, e um sítio lítico. As datações para estes sítios giram em torno de 1000 a 200 anos AP, sendo dois deles unicomponenciais com cerâmica associada à tradição Uru (sítios Baía do 58 e Turbina), e dois deles multicomponenciais com cerâmica associada às tradições Uru e Tupiguarani (sítios Fazendinha e Jatobá). Além disso, há duas ocorrências de material cerâmico de sítios não escavados na planície do rio Vermelho, o sítio da Gleba o sítio Macaúba (Monteiro, 2005).

- ◆ Sítio Ferraz Egreja: O abrigo Ferraz Egreja é uma formação que se assemelha a um cogumelo de arenito, cuja base é mais estreita que o topo, de modo que propicia uma cobertura em todo seu entorno. Essa estrutura é ladeada por morros de rochas nuas cortadas pelo córrego de Ferraz Egreja, o qual desce pela rocha carregando uma grande quantidade de corantes ferruginosos.

O sítio possui 31 estruturas de combustão datadas, de modo que houve um contínuo processo de ocupação nesse abrigo, por mais de 4000 anos. Entre as estruturas de fogueiras já foram coletas em torno de 15.000 lascas e estilhas líticas, mais de 1000 cacos cerâmicos, e aproximadamente 10.000 corantes minerais, os quais foram utilizados para pinturas na rocha.

O sítio exhibe ainda figuras, desenhos geométricos, e gravuras feitas por picoteamento (Monteiro 2005). As datações estão entre 4610 ± 60 e 100 ± 50 anos AP, e trata-se de um sítio multicomponencial, com tradição Tupiguarani e materiais não filiados.

- ◆ Sítio Antiqueira: O abrigo Antiqueira está localizado a uma altitude menor que Ferraz Egreja, dentro da Cidade de Pedras. A caverna recebe pouca iluminação atualmente devido à cortina de árvores da mata que recobre a área em frente.

Não obstante tem uma grande abertura de boca de 70 metros de largura voltada para o sul e sua profundidade não ultrapassa os trinta metros. As datações são de 645 ± 45 anos AP. Trata-se de um sítio multicomponencial com materiais da tradição Uru e outros não filiados.

Foram encontrados fragmentos de cerâmica (apenas um fragmento de borda) e um machado polido, além de algumas lascas líticas, a partir das primeiras sondagens.

- ◆ Sítio Cipó: O abrigo se diferencia por estar mais isolado, em um lugar de acesso restrito a 10 metros do chão, semi-escondida pelas copas das árvores. As datações são de 1025 ± 100 anos AP. Possui cerâmica não filiada, com a presença de 9 urnas funerárias, além de 1 machado, 1 tembetá, 3 contas de conchas, lascas.

Além destes, existem os abrigos Vermelhos e Arqueiros na Cidade de Pedra, o sítio a céu aberto Baía do 58, e os sítios Turbina, Fazendinha, Jatobá, Macaúba e o sítio Gleba.

Em Caiapônia (GO) existem aproximadamente 45 abrigos, que em geral são de pequenas dimensões. Muitos deles mais apropriados a cerimônias do que propriamente à ocupação, já que a área útil dos abrigos é pequena, dando abrigo a possivelmente uma família.

Suas ocupações mais antigas correspondem aos caçadores da fase Paranaíba, Tradição Itaparica, com datações a partir de 11.000 AP. Apresentam alguns elementos da Tradição Planalto e algumas semelhanças com a Tradição Nordeste.

No ano de 2005, a mesma equipe que elabora o presente diagnóstico realizou ações de arqueologia preventiva na região em estudo inseridas no Projeto de Salvamento Arqueológico na área atravessada pela LT 500 kV Itumbiara - Cuiabá (Processo IPHAN nº 01516.000212/2005-62).

Naquela ocasião foram encontrados sítios arqueológicos (que passarão pelos procedimentos necessários, previstos na legislação em vigor, para salvaguardar o patrimônio arqueológico brasileiro), que se localizavam respectivamente em:

- Caiapônia (GO) = 27 sítios arqueológicos
- Baliza (GO) = 02 sítios arqueológicos
- Guiratinga (MT) = 08 sítios arqueológicos
- Rondonópolis (MT) = 04 sítios arqueológicos

▪ Contexto Histórico

▶ Estado de Mato Grosso

Está localizado a oeste da região Centro-Oeste e a maior parte de seu território é ocupado pela Amazônia Legal, sendo o extremo sul do estado pertencente ao Centro-Sul do Brasil. Tem como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O).

Ocupa uma área de 906.806,9 km², pouco menor que a Venezuela. Sua capital é a cidade de Cuiabá. O estado abriga 2.498.502 habitantes e está dividido em 139 municípios, os quais são interligados entre si e com outras localidades por 82.004 quilômetros de rodovias (4,8% pavimentadas).

As cidades mais importantes são: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Cáceres e Barra do Garça. Extensas planícies e amplos planaltos dominam a área, a maior parte (74%) se encontra abaixo dos 600 metros de altitude. Juruena, Teles Pires, Xingu, Araguaia, Paraguai, Piqueri, São Lorenço, das Mortes e Cuiabá são os rios principais.

A economia se baseia na indústria extrativista (madeira, borracha); na agricultura (cana-de-açúcar, soja, arroz, milho); na pecuária e criações; na mineração (calcário e ouro); e na indústria (metalúrgica e alimentícia).

Em Mato Grosso existem muitos vestígios da presença do homem pré histórico, espalhados por todo território do estado. Os cadastros de sítios arqueológicos do IPHAN apresentam grande variedade em pinturas, gravuras, sítios líticos e cerâmicos.

A região do alto Xingu, em Mato Grosso, assim como a região Amazônica como um todo, tem sido abordada, em diversos debates da Arqueologia relacionados à possibilidade de essa área proporcionar ou não recursos para uma base econômica estável, necessária para o sedentarismo e o crescimento populacional.

Nesta perspectiva, destacam-se duas possibilidades: uma defendida por Meggers (1954), considera certos fatores ecológicos, a exemplo da infertilidade dos solos, como barreiras para o desenvolvimento da produção econômica e intensificação dos recursos; outra, elaborada por Carneiro (1956), considera que o cultivo da mandioca, possível mesmo em solos de baixa fertilidade e localizados em terra firme, quando combinado com recursos aquáticos, poderia proporcionar uma base econômica estável e nutricional segura para suportar grandes populações.

No período referente ao século XVI, os conquistadores espanhóis que subiam o Rio da Prata com certeza estiveram nessas terras. O português Aleixo Garcia é, historicamente, o primeiro europeu a pisar em solo mato-grossense, ainda pelos idos de 1524.

Por todo o século inicial da história colonial brasileira, em companhia de "adelantados" espanhóis, a partir da recém fundada Assunção, os exploradores espanhóis subiram o Rio Paraguai acima, atravessando o Chaco ou mar de Xaraiés, e chegaram no atual território mato-grossense. Expressamente podem ser referidos Ruy Diaz de Gusmán, Antonio Rodrigues e Henrique Montez, entre outros.

No século XVII, bandeirantes paulistas perambulavam pelo território hoje pertencente a Mato Grosso do Sul, destruindo as missões jesuíticas dos Itatins, tomando de assalto às pequenas vilas como Santiago de Xerez, preando índios e fazendo toda sorte de incursões predadoras.

São mencionados idênticamente aqueles bandeirantes que, vindos de Goiás, ou mesmo direto de São Paulo, buscavam as tão sonhadas e ambicionadas Minas dos Martírios.

Neste período destaca-se também a figura de Raposo Tavares, outro dos desbravadores dos sertões e preador de indígenas. Cruzam ainda o território de Mato Grosso Bartolomeu Paes de Abreu, Antonio de Andrade, Manuel Rodrigues de Arzão, Domingos Barbosa, Miguel Garcia Bernardes, Manuel de Campos Bicudo, Jacinto Moreira Cabral, Gaspar de Godói Colaço, André de Zunega, dentre outros penetradores do século XVII.

A ocupação efetiva da região deu-se por alguns bandeirantes do grupo dos "emboabas". Receberam essa denominação porque os paulistas após descobrirem ouro em Minas Gerais, queriam o privilégio único de exploração das minas por eles encontradas, mas entraram em choque com os portugueses interessados numa maior arrecadação do quinto - a quinta parte do ouro achado que era imposto para a coroa.

Esta disputa resultou em um conflito armado e esta guerra foi chamada de emboabas, que significa "estrangeiro" em Tupi-guarani. Os paulistas apesar de terem se aliado com grupos de índios, acabaram cercados e ao deporem armas foram fuzilados, perto de um capão que depois disso passou-se a chamar-se "Capão da Traição".

Após esse desenlace nas Minas Gerais, organiza-se em São Paulo uma grande Bandeira (grupos de pessoas que saíam pelo interior do país com a intenção de caçar índios e procurar ouro) que seguiu pelo Rio Tietê. O grupo, liderado por Antônio Pires de Campos que ia à frente de Pascoal Moreira Cabral, subiu o rio Paraná, o rio Pardo e seu afluente, o Anhanduíaçú e vararam por terra até um dos afluentes do Aquidauana, descendo em seguida as águas do rio Paraguai.

Em 1718, Antonio Pires de Campos, utilizando como rota o rio São Lourenço e o Cuiabá, chega até o Coxipó Mirim, onde lutou com os índios Coxiponés. Ao regressarem, encontraram a bandeira de Pascoal Moreira Cabral estacionada no Bananal. Pascoal Moreira observa que há ouro na margem do rio e 30 quilômetros acima encontra índios ornamentados com o metal, atestando a riqueza da região.

Desta última batalha com os índios a bandeira sai perdedora, e seus componentes se improvisam em mineradores com instrumentos inadequados, e devido à quantidade fixaram-se na região, denominada de Forquilha.

Em 8 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral assina a ata da fundação de Cuiabá, um arraial, sob a proteção de Nossa Senhora da Penha de França e enviada para São Paulo endereçada ao

Governador Dom Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, que aclamou Moreira Cabral de Guarda-mor das Minas e capitão Mor Regente.

A chegada da notícia de Pascoal em São Paulo causou uma verdadeira febre do ouro, ocasionando um rápido povoamento na região de Cuiabá. Em 1721, já possuía uma capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França e a primeira missa foi celebrada em 21 de abril de 1721, no local hoje denominado "Coxipó do Ouro", na estrada para Chapada dos Guimarães.

Em 1722, o sorocabano Miguel Sutil, agricultor, mandou dois índios Carijó a sua roça buscar mel, e ficou surpreso quando ao invés de mel trouxeram ouro. Esta descoberta foi o motivo que os moradores da "Forquilha" mudaram para onde hoje é a cidade de Cuiabá.

Com a descoberta das "Lavras do Sutil" a região recebeu milhares de aventureiros para explorar uma das maiores manchas de ouro que já se teve notícia, exatamente onde hoje é a avenida chamada de "Prainha", por causa do córrego já canalizado sob a avenida.

Em 1725, começa o ataque do índio Paiaguá às monções que faziam o abastecimento da região, vindas de São Paulo e Rio de Janeiro, via Rio Paraguai. Deste primeiro ataque, só um branco e um negro saíram com vida. Em 15 de novembro de 1726, Cuiabá foi elevada à categoria de vila com o nome de "Vila Real do Nosso Senhor Bom Jesus de Cuiabá", e instalada sua Câmara, criando pelouros para Juízes Ordinários e Vereadores.

Em 1727, a Vila passa por uma das mais terríveis crises; não havia nenhum mantimento e José Barbosa de Sá afirmava que até as espigas de milho nasciam sem grão algum, e que quem escapava das doenças não escapava da fome.

Rodrigo César fez uma série de extorsões, cobrava os impostos das monções, de forma que mal lhes sobrava o que vender. Tanto extorquiu que a vila começou a ser abandonada pelos habitantes que mudaram para São Paulo ou para Goiás. Em 1728, Rodrigo César Meneses volta para São Paulo, deixando a vila completamente arrasada, com 8 ou 9 casas de telha, sendo a melhor que vivia o Capitão General, e as demais cobertas de capim.

A instalação de fazendas era proibida pela Corte em regiões de garimpo, por dois motivos principais, o primeiro era que desviaria a pouca mão-de-obra existente do garimpo que, gerava imposto para a coroa, para a agricultura. O segundo que concorria com as monções que, eram grupos agraciados pela corte para fazerem o comércio em troca do ouro.

Junto com a Bandeira de Pascoal Moreira Cabral veio um sorocabano chamado Antonio de Almeida Lara, que com a desculpa de caçar perdizes acabou subindo a serra da Chapada que na época chamava-se do Canastra por causa do Morro São Jerônimo parecer um tatu canastra, mas acabou escolhendo um lugar para instalar uma fazenda, tudo às escondidas do Governo português.

Mandou buscar em muitas canoas mudas de cana-de-açúcar em São Paulo, plantando-as em Chapada na Fazenda Buriti-Monjolinho de sua propriedade, formando o primeiro canavial de Mato Grosso, e criando a primeira fábrica de cachaça da região.

O nome Mato Grosso é originário de uma grande extensão de sete léguas de mato alto, espesso, quase impenetrável, localizado às margens do rio Galera, percorrido pela primeira vez em 1734 pelos irmãos Paes de Barros. Acostumados a andar pelos cerrados do chapadão dos Parecis, onde apenas havia algumas ilhas de arbustos agrestes, os irmãos aventureiros, impressionados com a altura e porte das árvores, o emaranhado da vegetação secundária que dificultava a penetração, com a exuberância da floresta, denominaram-na de Mato Grosso.

Perto desse mato, fundaram as Minas de São Francisco Xavier e toda a região adjacente, pontilhada de arraiais de mineradores, ficou conhecida na história como as Minas do Mato Grosso. Com a independência do Brasil em 1822, passou a ser a Província de Mato Grosso, e com a República em 1899, a denominação passou a Estado de Mato Grosso.

Em 1892, civis e militares iniciam um movimento separatista contra o governo do Presidente Floriano Peixoto. A revolta é reprimida. Disputas entre as regiões norte e sul do estado levam à intervenção federal, em 1917. Na primeira metade do século XX, o estado volta a crescer com a chegada dos seringueiros, criadores de gado e exploradores de erva-mate. Em 1977, uma parte do estado foi desmembrada e transformada em Mato Grosso do Sul.

É marcante a transferência de lendas e credices de outras regiões para o Estado do Mato Grosso.

Mãe do Morro, Cracachá, Piraputanga Dourada, Alavanca de Ouro, o Minhocão do Pari e o Boi-a-Serra são algumas lendas regionais que vêm sendo transmitidas de geração a geração, seja através de literatura ou oralmente.

No estado, a cultura popular é muito difundida nas festas de santo, como as em louvor a São Benedito, a Nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo, lembram o tempo do Império, e seu organizadores (festeiros) são titulados de reis, rainhas, juízes e outros cargos alusivos. Na região chamada Baixada Cuiabana, as maiores festas são as em louvor a São Benedito, (geralmente realizada na última semana de junho e com o encerramento no 1º domingo de julho) e ao Senhor Divino. A primeira em Cuiabá é marcada por almoços e jantares regionais e bailes populares; a segunda costuma ser liderada pela alta sociedade local.

Nas cidades históricas de Vila Bela de Santíssima Trindade (1ª capital do Mato Grosso) e Nossa Senhora do Livramento, ambas com alto índice de negros, mantém-se o registro da Dança do Congo em honra a Nossa Senhora do Rosário. Ladainhas (rezas cantadas) avançando madrugadas e a passagem de bandeiras para arrecadar donativos para a realização das festas também são tradicionais em todo o Estado.



Fonte: www.cultura.mt.gov.br

Figura 3.6.5.11-66 - Dança do Congo em Vila Bela da Santíssima Trindade

As danças e músicas do universo da Cultura Popular Mato-grossense, conforme o pesquisador da cultura do estado Milton Pereira de Pinho, sofrem duas grandes influências:

A autóctone onde a instrumentalização e a musicalidade são de origem local, fruto do choque cultural entre índios da região, negros escravizados e brancos colonizadores, desenvolvida nos primeiros anos de fundação das cidades ribeirinhas e a platina onde a instrumentalização e a musicalidade foram trazidas para a região

no processo da colonização, via Estuário do Prata, no século XIX, principalmente logo após a Guerra da Tríplice Aliança.⁶

Vale acrescentar que a expansão da recepção migratória pós anos 1960, ampliou o acesso aos mais diversos ritmos de músicas e danças de manifestos coletivos.

O artesanato mato-grossense reflete o cotidiano e os costumes de vida do próprio artista. Destacam-se os ceramistas de São Gonçalo-Beira-Rio, as redeiras de Várzea Grande, as mulheres de Fibra de Nova Olímpia, o artesanato em madeira e as bijóias (sementes diversas) do norte e médio norte do estado, além do artesanato indígena, força do Araguaia e médio-Araguaia.

Este segmento vem ganhando incentivo para comercialização internacional com programas desenvolvidos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso e pelo Sebrae. Organizados em associações e cooperativas, os artesões avançam com exposições e feiras permanentes.



Fonte: www.cultura.mt.gov.br

Figura 3.6.5.11-67 - Artesanato mato-grossense.

⁶ Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Entre as diversas manifestações populares regionais, destacam-se:

- ◆ Siriri - dança das mais populares do folclore mato-grossense, praticada especialmente na periferia das cidades e na zona rural da região chamada Baixada Cuiabana (vários municípios no entorno da Capital) e Cáceres, fazendo parte das festas de batizados, casamentos e festejos religiosos. É uma dança que lembra os divertimentos indígenas.
- ◆ Cururu - é dança de roda, só para homens, ao som de desafio cantado, com acompanhamento instrumental da viola de cocho e o ganzá.
- ◆ Dança do Congo - também chamada Congadas. É de origem autenticamente africana. Esta dança geralmente fazia parte das comemorações festivas de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.
- ◆ Boi-à-Serra - é um folguedo encontrado em Mato Grosso, que tem como temática o boi.
- ◆ Cavalhada - é a representação de uma batalha que se trava entre os mouros e os cristãos (segundo reza a tradição).
- ◆ Dança dos Mascarados - é uma réplica da Contradança europeia, mesclada com influências ocorridas através dos tempos com as danças afros e indígenas.
- ◆ Caretas - no período de carnaval a tradição na cidade de Guiratinga é um desfile de mascarados em que nada do corpo é mostrado.
- ◆ Chorado - dança afro da região de Vila Bela da Santíssima Trindade.
- ◆ Curussé - conforme o pesquisador cultural Mário Friedländer, "Curussé é a denominação atual que se dá a uma dança brincadeira de origem chiquitana que ocorre no município de Porto Esperidião".⁷
- ◆ Dança do Zinho Preto - ou Dança Cabocla, existe em Jauru, desde a década de 1970, tendo sido trazida da cidade de Mantenópolis, no Espírito Santo, por José Alves Batista - o Zinho Preto, criador da dança.

⁷ Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br.

- ◆ Folia de Reis - folguedo popular de origem portuguesa em que um grupo de foliões carregando bandeiras, pede esmolas para a festa dos Reis Magos.
- ◆ Pastorinhas ou Pastoril - folguedo comum em Barra do Garças, região do Vale do Araguaia.
- ◆ Cateretê - dança de origem africana da região do Congo, trazida ao Brasil por escravos daquela região. Foi disseminada na região sudeste e Estados de Goiás e Mato Grosso.
- ◆ Catira - considerada a mais contundente expressão rural originada do Lundu, ao lado do Cateretê, Cururu Paulista, Arrasta-Pé, Balanço, Calango Mineiro, Pagode e etc.
- ◆ Polca Paraguaia - ritmo que surgiu na Bacia Platina. O gênero Polca, de origem eslava (polka), é designação dada à dança rápida. É um ritmo que veio da síntese das músicas espanholas e a interpretação impulsiva do povo paraguaio.
- ◆ Guarânia - de origem paraguaia. Significa paixão, amor, desejo e tudo que é romântico e bucólico. É uma das expressões musicais mais fortes do cone sul e Mato Grosso conheceu-a desde o início.
- ◆ Santa Fé ou Chopin - dança platina, da Província de Santa Fé (Argentina) implantou-se nos músicos da região pantaneira e fronteira, com técnica peculiar. A técnica do teclado, tanto do acordeom, harmônica, pé-de-bode (sanfona de oito baixos), tem uma profunda desenvoltura na sua mão esquerda no estado, pois não se iguala em nenhuma parte do Brasil.
- ◆ Troika Pantaneira - expressão coreográfica criada em Barão de Melgaço, pelo professor João Cláudio Gonçalves.
- ◆ Chamamé - em Mato Grosso desenvolveu-se mais na região pantaneira do município de Coxim, hoje inserido em Mato Grosso do Sul, onde criou conotação própria e tornou-se o chamamé pantaneiro, pois os temas musicais estavam ligados com a região.
- ◆ Lambada - de origem paraense. Suas raízes são o carimbó/sirimbó e a cúmbia colombiana, ambas de origem negra. A lambada já era cantada e tocada (pois também é instrumental), desde meados de 1960, com os cantores Pinduca e Carlos Martins. Em 1999, na região do município de Poconé, músicos regionais misturam toda de siriri e lambada, surgindo então o ritmo denominado popularmente de " *lambadão* " .

- ◆ Ladainha - é uma cantoria que também é conhecida pelo nome de ladainha de beira-de-rio. Trata-se de resto de Canto Gregoriano que plasmou na população do Cerrado e da Baixada Cuiabana, criando conotação própria comum nas rezas de festas de santo.
- ◆ Dança dos Lenços - esta dança originou-se na cidade pantaneira de Barão de Melgaço, sendo criada por D. Leodina Oliveira da Silva. É expressão cultural tirada de um dos passos do siriri, chamado de Barco do Alemão. Os bailarinos dançam ao ritmo de rasqueado, ao som de acordeom, violão e percussão. A dança é uma declaração singela de amor.
- ◆ Rasqueado Cuiabano - definição da palavra rasqueado: *"... arrastar as unhas ou um só polegar sobre as cordas, sem as pontear"*. (Acordes em glissados, rápidos, rasgado, rasgadinho, rasqueado e rasqueo) - Dicionário Musical Brasileiro - Mário de Andrade. O pesquisador da cultura mato-grossense, Milton Pereira de Pinho escreveu que "o ritmo começou após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), quando os prisioneiros e refugiados da Retomada de Corumbá ficaram confinados à margem direita do Rio Cuiabá, atualmente cidade de Várzea Grande".⁸
- ◆ Moda de Viola - em Mato Grosso é facilmente encontrada em toda extensão araguaiana, trazida pelos migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, onde é muito comum.
- ◆ Música Nordestina - a música nordestina influenciou Mato Grosso em toda região do Vale do Araguaia e norte do estado, principalmente depois da fundação de Brasília.
- ◆ Danças Gauchescas - os migrantes de origem sulistas mantêm e difundem seus ritmos em Mato Grosso mantendo em todo o estado CTGs - Centro de Tradições Gaúchas. Algumas das danças representadas aqui: Dança do Facão, Bugio, Milonga, Chote, Fandango e Vanerão.

⁸ Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br.

Quadro 3.6.5.11-5 - Lista do patrimônio histórico em Mato Grosso

Município	Monumento ou obra	Ano do tombamento	Esfera do tombamento
Acorizal	Centro Histórico de Acorizal	2006	Estadual
Barão de Melgaço	Casas Históricas de Piúva	2007	Estadual
Barra do Bugres	Igreja de Santa Cruz	2008	Estadual
Barra do Bugres	Casas históricas da Aldeia Umutina	2008	Estadual
Cáceres	Marco do Jauru	1978	Federal
Cáceres	Centro Histórico de Cáceres	2002	Estadual
Cáceres	Fazenda Descalvados	2001	Estadual
Cáceres	Fazenda Jacobina	2007	Estadual
Campo Novo do Parecis	Tahiantesu	1991	Estadual
Chapada dos Guimarães	Complexo da Cachoeira da Martinha	2007	Estadual
Chapada dos Guimarães	Igreja da Sé de Santana	1957	Federal
Cuiabá	44° Batalhão de Infantaria Motorizada	2007	Estadual
Cuiabá	Arsenal de Guerra	1984	Estadual
Cuiabá	Assembléia Provincial de Mato Grosso	1984	Estadual ^[1]
Cuiabá	Cadeia Pública de Cuiabá	1984	Estadual
Cuiabá	Casa à rua Joaquim Murтинho, 246	2006	Estadual
Cuiabá	Casa Barão de Melgaço	1998	Estadual ^[2]
Cuiabá	Casa Cuiabana	1983	Estadual
Cuiabá	Casa Dom Aquino	1997	Estadual
Cuiabá	Casa dos Frades Franciscanos	1987	Estadual ^[2]
Cuiabá	Casa de Dona Bem Bem	1998	Estadual ^[1]
Cuiabá	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Cuiabá	1992	Federal ^[3]
Cuiabá	Chafariz do Mundéu	1980	Estadual ^[2]
Cuiabá	Cine Teatro de Cuiabá	1984	Estadual
Cuiabá	Conjunto arquitetônico do antigo Distrito D. Pedro II	2007	Estadual
Cuiabá	Fábrica de Pólvora	2008	Estadual
Cuiabá	Fachada do 1º Batalhão da Polícia Militar de Cuiabá	2004	Estadual
Cuiabá	Fachada do Cemitério de Nossa Senhora da Piedade	1998	Estadual
Cuiabá	Fachada principal da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá	1998	Estadual
Cuiabá	Grande Hotel	1984	Estadual
Cuiabá	Grupo Escolar Senador Azeredo	1984	Estadual
Cuiabá	Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte	1987	Estadual ^[2]
Cuiabá	Igreja de São Gonçalo	1987	Estadual
Cuiabá	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	1975 1987	Federal ^[1] Estadual
Cuiabá	Igreja de Nossa Senhora da Guia	2003	Estadual
Cuiabá	Igreja de Nossa Senhora do Bom Despacho	1977	Estadual
Cuiabá	Imprensa Oficial de Mato Grosso	1998	Estadual ^[2]
Cuiabá	Liceu Cuiabano	1985	Estadual

Município	Monumento ou obra	Ano do tombamento	Esfera do tombamento
Cuiabá	Mercado do Peixe	1983	Estadual
Cuiabá	Morro do Santo Antônio	2000	Estadual
Cuiabá	Palácio da Instrução	1983	Estadual ^[2]
Cuiabá	Palácio da Justiça	2000	Estadual ^[2]
Cuiabá	Palácio Episcopal	1998	Estadual
Cuiabá	Ponte de Ferro do Coxipó	1984	Estadual
Cuiabá	Ponte de Ferro da Guia	2000	Estadual
Cuiabá	Residência dos Governadores de Mato Grosso	1983	Estadual ^[2]
Cuiabá	Secretaria Geral do Estado de Mato Grosso	2000	Estadual
Cuiabá	Seminário da Conceição	1977	Estadual
Cuiabá	Tesouro do Estado	1983	Estadual ^[2]
Diamantino	Casa Canônica e Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino	2003	Estadual
Diamantino	Centro Histórico de Diamantino	2006	Estadual
Mirassol d'Oeste	Clube Recreativo Bandeirantes	2007	Estadual
Nobres	Cachoeira do Tombador	2006	Estadual
Nossa Senhora do Livramento	Relógio da Fonte Pública de Livramento	2002	Estadual
Poconé	Casarão de Cotia	2007	Estadual
Poconé	Centro Histórico de Poconé	2007	Estadual
Porto Esperidião	Posto de Telégrafo de Porto Esperidião	1984	Estadual
Poxoréo	Centro Histórico de Poxoréo	2007	Estadual
Poxoréo	Farmácia São Pedro	2007	Museu da Farmácia
São Félix do Araguaia	Painéis dos Murais da Libertação	2004	Estadual
Santo Antônio do Leverger	Cadeia Pública de Santo Antônio	2000	Estadual
Santo Antônio do Leverger	Morro Grande	2006	Estadual
Santo Antônio do Leverger	Usina de Itaici	1985	Estadual
Várzea Grande	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	1998	Estadual
Várzea Grande	Igreja de Nossa Senhora da Guia	2006	Estadual
Vila Bela da Santíssima Trindade	Arraial São Francisco Xavier	2007	Estadual
Vila Bela da Santíssima Trindade	Ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade e do Palácio dos Capitães-Generais	1988	Federal
Vila Bela da Santíssima Trindade	Centro Histórico de Vila Bela da Santíssima Trindade	1984	Estadual

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki>.

1. A construção está localizada na área tombada do Centro Histórico de Cuiabá.
2. A construção está localizada na área de entorno da área tombada do Centro Histórico de Cuiabá.
3. Algumas construções na área de tombamento federal e na respectiva área de entorno são também tombadas estadualmente.

As ruínas da antiga Igreja Matriz, na cidade de Vila bela da Santíssima Trindade, dedicada à Santíssima Trindade, têm grossas paredes, com mais de um metro de largura, feitas de tijolos de adobe, que chegam a atingir mais de 6 metros de altura.



Fonte: www.mochileiro.tur.br/ www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-68 - Ruínas da Igreja Matriz da Santíssima Trindade em Vila Bella da Santíssima Trindade.

► Municípios Abrangidos pelas LTs

Cuiabá

Cuiabá, principal cidade de Mato Grosso, é a capital do Centro Geodésico da América do Sul. Conhecida como o "Portal do Amazônia", é também uma das principais portas do Pantanal, pois é a partir exatamente da baixada cuiabana, depressão geográfica da bacia do rio Paraguai, que começa a se formar o Pantanal, irrigado principalmente pelos rios Paraguai, São Lourenço, Cuiabá, Manso e Vermelho.

Sobre a origem do nome do município, Cuiabá derivar-se-ia de Icuía, espécie de flecha para pesca, feita de cana brava e pá, partícula locativa: lugar, pouso. Icuipá designaria, por conseguinte, lugar onde se faz alguma coisa.

Os bandeirantes, no desbravamento do cerrado, aportaram no local para explorar o minério, abundante na época. Cuiabá foi batizada então como o Arraial do Bom Jesus de Cuiabá, até retirar de Vila Bela da Santíssima Trindade a qualidade de capital do Estado do Mato Grosso. A cidade cresceu e cresce como a capital brasileira de expansão demográfica mais acelerada.

Atualmente é reconhecida como importante pólo industrial do centro-oeste. É rota primordial para escoamento da produção agrícola e pecuária de Mato Grosso para os grandes centros do Brasil. Esse crescimento atraiu grandes investidores que concentram no município negócios imobiliários, comerciais e agroindustriais, tornando a cidade um centro desenvolvido.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário é um dos marcos de fundação da cidade de Cuiabá, tendo sido construída em arquitetura de terra em torno de 1730, próximo às águas do córrego da Prainha, em cujas águas Miguel Sutil descobriu as minas de ouro que impulsionariam a colonização da região. Sua fachada é típica da arquitetura colonial brasileira e esconde a decoração barroca-rococó nos altares do interior, com rica talha dourada e prateada, única com esses detalhes no país.

Construída inicialmente com a técnica da taipa de pilão, passou por várias reformas, incluindo uma que transformou sua fachada em neogótica, entre as décadas de 1920 e 1980, quando foi reformada e a arquitetura colonial resgatada. Atualmente é palco da Festa de São Benedito.

No pé da colina onde hoje está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, à margem esquerda do córrego da Prainha, estava localizada a maior mina de ouro da região. Foi esta mina a origem da povoação de Cuiabá, que se deu à margem direita do córrego, em torno das jazidas.

Este local é mencionado em 1722 por José Barbosa de Sá, ao relatar a descoberta do ouro por índios que, a mando de Miguel Sutil, buscavam mel, no lugar chamado "tanque do Arnesto", onde foi construída a capela de Nossa Senhora do Rosário. Ainda em 1722, Barbosa de Sá comenta sobre "*huma capellinha a San Benedito junto ao lugar chamado depois rua do cebo, que dahy a poucos annos cahio e não se levantou mais*", erguida pelos negros. Não se sabe qual seria a localização da "rua do cebo". Depois, a capela teria sido reerguida anexada à igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Barbosa de Sá ainda cita a igreja outras duas vezes: acerca do sepultamento de um homem junto de sua mulher, na igreja, em data não citada, e em 1754, sobre a excomunhão fixada em sua porta por um padre chamado José Aires ao seguir para Goiás, transcrita a seguir:

Neste anno [1754] chegou a esta Villa por terra o Padre Joze Ayres clerigo do habito de Saõ Pedro a fazer sua missaõ fella com muyto fructo publicou Jubileo que se celebrou com muyto aplauso findo elle passou a Mato Grosso aonde entrando a fazer missaõ foy mandado pelo General que despejasse a Capitania voltou a esta Villa e

estando para seguir viagem para Goyas mandoulhe o Doutor Intendente Francisco Xavier de Guimaraens Britto e Costa dizer que mandasse pagar capitação de hum escravo que o acompanhava respondeo o Missionario que a naó devia pagar por Real privilegio que para isso tinha. O que naó admittindo o Intendente insistio a que pagasse respondeo lhe o clerigo com palavras descompostas de que picado o Intendente, requero ao Vigario de Vara hum auto de injuria contra o sacerdote mandou o Vigario prender asentou-se em caza do Ouvidor o Doutor Antonio Vaz Morilhas e agravou do Vigario para o Juis dos Feitos da Coroa que era o mesmo ouvidor que mandou-lhe remetteste o vigario o auto. O que vendo o Intendente foy com todos os seus officiaes a audiencia do Ouvidor a dalo de suispeito e fazer protestos vendo-o o Ouvidor a porta naó quis fazer audiencia dando o dia por feriado retirouse o Intendente e foi no dia seguinte a audiencia do juis ordinario que era Lourenço Soares de Britto e ahy fes quantos protestos quis que todos se lhe escreveraó teve o Ouvidor o clerigo alguns dias em sua caza donde o enviou para Goyas deixando este haá excommunhaó fexada na porta da Capella de Nossa Senhora do Rozario contra todos os que o perseguiraó. - SÁ, 1975, pp. 47-48.

A Igreja do Rosário foi tombada pela primeira vez em 4 de dezembro de 1975 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, após o processo de tombamento nº 553-T-57A. A igreja encontra-se registrada no Livro do Tombo das Belas Artes, sob inscrição número 523, e no Livro do Tombo Histórico, sob inscrição número 457. O tombamento inclui todo o interior da igreja, como retábulos, o mobiliário antigo ainda restante e todo seu acervo.

Em 15 de outubro de 1987, a Fundação Cultural de Mato Grosso tombou a igreja do Rosário através da portaria nº 76/87 referente ao Processo de Tombamento de Bens nº. 03/87. Nesse tombamento, foram incluídos os imóveis vizinhos como área de entorno.

Por fim, a igreja e seu entorno foram incluídos no tombamento do Centro Histórico de Cuiabá, tombado em 24 de março de 1993, após o processo nº 1180-T-85.

Não se sabe ao certo a data da construção da igreja atual, mas estima-se ter sido por volta de 1730.

Pelas leituras arqueológicas feitas na última restauração foram descobertos vestígios de uma capela, da qual restou uma parede de quatro metros de largura por três metros e meio de altura, entre o púlpito e o altar lateral oeste. Sobre essa parede há uma descontinuidade do material:

taipa de pilão abaixo da linha de ruptura, e tijolos de adobe, acima. A partir dessa parede foi construída a nave principal da atual igreja do Rosário, a leste dela. Posteriormente, a igreja foi ampliada, em direção ao coro, ao sul, e ao norte, até o retábulo da capela-mor. Nessa mesma ampliação foi construída a ala lateral oeste.

Ainda no século XVIII a igreja tomou as configurações atuais, quando foi feita a segunda ampliação. Nessa, o coro e os fundos do altar foram ampliados e a ala lateral leste foi construída. É possível notar as diferenças de acabamento e cor entre os tipos de argila usados na taipa da ala leste.



Fonte: www.images.google.com.br

Figura 3.6.5.11-69 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Cuiabá)

Também são patrimônios tombados no Mato Grosso, com localização em Cuiabá:

- ♦ **Casa de Nhô Nhô:** casarão conhecido como um dos mais tradicionais e confortáveis, tipicamente cuiabano. Situado na antiga Rua do Campo (atual Rua Barão de Melgaço) veio arrastando no seu bojo tanta tradição, que chega aos nossos dias como uma das mais tradicionais casas de festas de São Benedito de Cuiabá, ou simplesmente Casa de Dona Bem Bem (Constança Figueiredo).

Os festeiros de São Benedito realizavam as festas isoladas em suas residências, com muita fartura. A partir de 1974, resolveram escolher a mais típica casa cuiabana, a casa de Dona Bem Bem, para realização anual, em conjunto, da festa do Santo, o que permaneceu até

1981. O casarão foi construído em 1850, em estilo colonial. Atualmente é uma residência particular.

O tombamento deu-se através da Portaria Estadual nº 10/98 D.O. de 08/06/98 e Portaria Federal nº 10/92 D.O.U. de 06/11/92.



Fonte: www.images.google.com.br

Figura 3.6.5.11-70 - Casa de Nhô Nhô

- ◆ **Antiga Residência Oficial dos Governadores de Mato Grosso:** foi construída entre os anos de 1939 e 1.941, no Governo do Interventor Júlio Muller, localizada na Av. Barão de Melgaço, atrás do prédio da prefeitura de Cuiabá.

Foi a primeira construção da Obras Oficiais do Governo Vargas. Getúlio Vargas foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o estado e, também, o primeiro hóspede ilustre da casa.

Durante 45 anos, a residência abrigou 14 dirigentes do Estado de Mato Grosso e seus familiares, sendo desativada como residência oficial em 1986. A última reforma/restauro, em 2000, devolveu à residência suas características do projeto original. Também foi palco de grandes decisões políticas e governamentais. Atualmente é a sede do Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso/ MT Fomento. O tombamento deu-se através da Portaria nº 53/83 D.O., de 09/01/1941.



Fonte: www.cultura.mt.gov.br

Figura 3.6.5.11-71 - Antiga Residência Oficial dos Governadores de Mato Grosso

- ◆ **Palácio Fillinto Muller:** antigo prédio da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, hoje com o nome de Campo D' Ourique, está localizado na Praça Moreira Cabral em Cuiabá.



Fonte: www.cultura.mt.gov.br

Figura 3.6.5.11-72 - Palácio Fillinto Muller

- ◆ **Casa Barão de Melgaço:** o imóvel foi construído em 1801, em Estilo Colonial com características neoclássicas e inaugurado em 1802. O Almirante Augusto João Manoel Leverger, o Barão de Melgaço chega a Cuiabá em 1830 e faz da casa sua residência.

Após o seu falecimento, em 1880, a herdeira do mesmo doa a casa para sua sobrinha que, em 1926, tem o imóvel desapropriado pelo estado. Em 1931, o Estado de Mato Grosso doa o bem para a sede do Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Mato-grossense de Letras.

Atualmente, é sede do Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Mato-grossense de Letras. O Tombamento deu-se através da Portaria nº 13/98 D.O. de 08/06/1998.



Fonte: www.cultura.mt.gov.br

Figura 3.6.5.11-73 - Casa Barão de Melgaço

- ◆ **Museu Histórico:** atualmente abriga o registro da história do estado e foi criado em 29 de agosto de 1896, onde funcionava a Thesouraria Provincial (Contadoria Provincial) de Mato Grosso, denominada Tesouro do Estado após a Proclamação da República. Foi tombado em 1983.



Fonte: www.cultura.mt.gov.br

Figura 3.6.5.11-74 - Museu Histórico

- ◆ **Centro Histórico de Cuiabá:** é uma área histórica do município de Cuiabá, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e formada pelas primeiras vias urbanas da cidade, abertas a partir da descoberta de ouro às margens do córrego da Prainha, em 1722.

O período de mineração foi curto, durou até 1730, mas foi fundamental para definir os eixos de ocupação da cidade, à margem do córrego da Prainha. A cidade foi crescendo e consolidando outros espaços, como o quadrilátero do largo da matriz, onde, além dela estavam o pelourinho, a casa de câmara e cadeia e a residência dos ouvidores e juízes-de-fora.

Com estilos que variam do barroco ao neogótico, construídos sobre minas de ouro, seus casarões de arquitetura colonial remanescem do século XVIII. Ruas estreitas e sinuosas, verdadeiros labirintos, revelam estratégias usadas pelos colonizadores para despistar aventureiros atraídos pela fartura das minas auríferas.

Para assegurar a preservação desse patrimônio que compreende 400 imóveis, o tombamento foi homologado pelo Governo Federal em 1992.



Fonte: www.images.google.com.br

Figura 3.6.5.11-75 - Centro Histórico de Cuiabá

Em Cuiabá, o folclore está representado em diversas manifestações como o Cururu, o Boi-à-Serra, o Rasqueado e o Siriri; um dos folguedos mais populares e antigos do Mato Grosso, dançado por homens, mulheres e crianças, em roda ou fileiras formadas por pares que se movimentam ao som da viola de cocho, do ganzá e do mocho.

A viola de cocho é instrumento típico do Estado do Mato Grosso. É fabricada artesanalmente a partir de um tronco de madeira inteiriça, esculpida no formato de uma viola que é escavada no corpo até que suas paredes fiquem bem finas, obtendo-se assim o cocho propriamente dito (a maior ou menor ressonância depende da espessura das paredes e do tampo). Geralmente medem 70 cm de comprimento.



Fonte: <http://coisasdemt.blogspot.com>

Figura 3.6.5.11-76 - Viola de Cocho



Fonte: www.aparecaemfoco.com

Figura 3.6.5.11-77 - Dança do siriri e cururu

- Principais festas populares

As principais festas populares da região são:

- ◆ **Folia de Reis** - Dia 6 de janeiro, no distrito de Milho Verde, os foliões visitam, em cortejo musical, casas que têm presépios montados.
- ◆ **Festa de São Gonçalo** - Final de semana mais próximo do dia 10 Janeiro, distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, comemoração do dia padroeiro do distrito com missa e *show* pirotécnico.
- ◆ **Festa de São Sebastião** - Dia 20 de janeiro, comemoração do Dia de São Sebastião.
- ◆ **Festa de São Sebastião** - Terceiro domingo de janeiro, distrito de Mato Grosso, novena, barraquinhas, procissão.
- ◆ **Festa de São Sebastião** - Dia 20 de Janeiro, distrito de Milho Verde, apresentação dos catopês e marujos.
- ◆ **Festival de Férias** - Terceira semana do mês de Janeiro, distrito São Gonçalo do Rio das Pedras, cultura, arte, música, tradição.
- ◆ **Aniversário da Cidade** - Dia 29 de Janeiro, *show* em praça pública.

Santo Antônio do Leverger

O município de Cuiabá deu origem ao município de Santo Antonio do Rio Abaixo, depois denominado Santo Antônio, depois Leverger e finalmente Santo Antonio do Leverger.

Santo Antonio do Rio Abaixo teve a sua história marcada pela vinda dos bandeirantes paulistas, pela produção açucareira, e mais tarde, pelo turismo e pela pesca. Santo Antonio do Leverger é uma cidade centenária.

A origem do seu nome deve-se à imagem do santo que fora deixada por uma das expedições paulistas que percorriam as minas de Cuiabá, na primeira metade do século XVIII, ainda sob domínio português.

A versão histórica que predominou registra que, em época de rio cheio, uma monção subia o Rio Cuiabá em direção às minas de ouro descobertas por Miguel Sutil. Esta foi atacada pelos índios do povo Guató, embarcações foram afundadas, culminando em algumas vítimas fatais. Assombrados com o que havia ocorrido pararam para pernoitar à beira do sangradouro.

Na manhã seguinte, prontos para seguir viagem, um dos batelões ficou preso, como se tivesse encalhado num banco de areia. Apesar de várias tentativas, os paulistas não conseguiram arrastar o batelão. A superstição tomou conta dos rudes canoeiros. Como sugestão, retiraram vários pertences, restando apenas a imagem de Santo Antonio. Nada conseguiram, até que foi dada a ordem de retirar a imagem do santo e a canoa deslizou mansamente rio abaixo.

Mais tarde, outra monção que por ali passava tentou levar a imagem, e o prodígio se repetiu. No local foi erguida uma capela de palha. A pequena capela deu origem ao surgimento de uma pequena povoação de agricultores. Com o tempo, foi construída uma Igreja que tempo depois deu lugar ao templo atual.

A denominação da cidade passou por várias alterações até que por força da tradição do povo, que sempre venerou o santo milagreiro, mudou definitivamente para Santo Antonio do Leverger.

A data de 13 de junho foi fixada por lei municipal como sendo o dia do aniversário da cidade, em homenagem ao santo padroeiro e, também, ao almirante Augusto Leverger, ilustre cidadão, que foi presidente da Província de Mato Grosso, e herói da Guerra do Paraguai.

O território do município de Santo Antonio de Leverger foi desmembrado diretamente do município de Cuiabá, sob a denominação de Santo Antonio do Rio Abaixo.

A área do município é habitado, desde tempos imemoriais, pelo povo indígena Bororo. Ainda hoje o município apresenta uma parte desse povo na Área Indígena Tereza Cristina.

Com data dos anos de 1670 ou 1673, vêm as primeiras notícias de paulistas e bandeirantes de passagem pelo Rio Cuiabá. Manoel de Campos Bicudo teria subido o Rio até se confrontar com o morro da Canastra, hoje denominado São Jerônimo, na Chapada.

Pelas águas do Rio Cuiabá também sulcaram embarcações paulistas e, 1718, de Antonio Pires de Campos, paulista preador de índios do povo Bororo da barra do rio Coxipó. Pelo rio Cuiabá passou também Pascoal Moreira Cabral.

A Igreja Matriz de Santo Antonio foi construída em estilo Barroco, entre 1946 e 1948, sob coordenação do Frei Walfredo Staehle, mestre de obras, e em regime de mutirão. Em noites enluaradas, grupo de pessoas da comunidade carregavam baldes de areia da praia para ser utilizada nesta construção. No dia 11 de junho de 1994 foi lançada uma campanha pró-restauração da Igreja-Matriz. É patrimônio tombado no município.



Fonte: www.cultura.mt.gov.br

Figura 3.6.5.11-78 - Igreja Matriz de Santo Antônio

No final do século XIX, o município possuía as maiores usinas de produção de açúcar, aguardente e álcool do Estado de Mato Grosso, sendo elas, Maravilha, Conceição, Ari cá, Tamandaré São Miguel, São Sebastião e Itacy. Dentre elas, esta última se destacou. De propriedade do Cel. Antonio Paes de Barros, mais conhecido como Totó Paes, surpreendeu com uma estrutura bastante moderna para época, pois possuía tecnologia avançada, escola, banda de música, capela, luz elétrica, mercado (armazém) e até moeda própria.

Hoje, a usina se encontra desativada, bastante deteriorada devido à ação do tempo, mas, ainda conserva boa parte de sua história através dos maquinários, das casas, dos mobiliários, e também, através das pessoas que vivenciaram esse momento histórico.

A denominação dos habitantes é levergenses. As principais atividades econômicas são turismo, pesca, pecuária e agricultura. O município faz limite com Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Rondonópolis, Itiquira, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Várzea Grande. Tem como distritos: Sede, Mimoso, Engenho Velho, Caeté, Varginha e São Vicente da Serra.

Não restou memória escrita da vida dos moradores de Santo Antonio do Rio Abaixo, até a chegada dos tempos do cultivo de cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar foi fator preponderante do desenvolvimento de Santo Antonio do Rio Abaixo. A região de terra fértil já produzia alimentos para os garimpeiros de rio acima.

Santo Antonio do Leverger teve nada menos que 12 fábricas de açúcar e aguardente, além de inúmeros engenhos de rapadura. Os engenhos pertenciam, geralmente, a donos de minifúndios.

A expansão industrial da cana começou a decair a partir de 1925, entrando em rápido declínio, a ponto de quase desaparecimento a partir de 1930. O governo federal destinou cotas irrisórias de produção para Mato Grosso, desestimulando o trabalho nesta cultura.

Na atualidade, a economia tem como base principal a agropecuária, e ainda a pesca e o turismo; o setor comercial teve um forte avanço através da expansão e desenvolvimento de mercados, lojas, lanchonetes e restaurantes etc.

O município produz milho, arroz, batata, cana-de-açúcar, derivados do leite como queijos e doces, sendo também um dos maiores produtores de mandioca e de farinha de mandioca da região.

Sua população estimada em 2004 era de 15 459 habitantes. O município conta com os seguintes distritos: Sede, Mimoso, Engenho Velho, Caeté, Varginha e São Vicente da Serra.

A extensa área que abrange o município de Santo Antônio do Leverger é ocupada em grande parte pela planície pantaneira, rica em material arqueológico a ser pesquisado.

É um dos pontos mais significativos da chamada Arqueologia Industrial, por conta de ter abrigado nas margens do Rio Cuiabá, um expressivo número de indústrias a partir do século XIX, as usinas de açúcar, álcool e aguardente.

Campo Verde

A história da ocupação da região onde hoje está localizado o município de Campo Verde pode ser dividida em duas etapas: primeira ainda no século XIX, quando chegaram os primeiros habitantes vindos do triângulo mineiro.

Algumas famílias se estabeleceram na localidade conhecida como Buriti dos Borges e deram início ao processo de colonização. Por mais de 100 anos a região viveu apenas da pecuária e da agricultura de subsistência, até que na década de 1970, com a chegada de migrantes vindo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Campo Verde, então conhecido como Distrito de Posto Paraná, deu um salto de progresso. Primeiro foi o cultivo de arroz que impulsionou a economia local, depois a soja ocupou o cerrado e trouxe mais riquezas para o futuro município. Em 4 de julho de 1988, Campo Verde conquistou a tão sonhada emancipação político-administrativa. Sua população estimada em 2007 era de 27.672 habitantes, distribuídos numa área de 4811,71 km².

Campo Verde tem clima tropical, com temperaturas variando entre 18 e 24 graus. A vegetação predominante é o cerrado, com 97% da área, e 3% de mata. O município é banhado pelos seguintes rios: Rio São Lourenço, Rio das Mortes, Rio Aricá Mirim, Rio Cumbica, Rio Roncador, Rio Ximbica, Rio Galheiros e Rio da Casca.

O crescimento econômico de Campo Verde está acima da média nacional. Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal era de 218 milhões e em 2006 em torno de 512 milhões (R\$: 511.311.963,71). Esses números garantem ao município a 7ª posição no Ranking Econômico de Mato Grosso. As bases desse crescimento são a produção agrícola, pecuária, indústria, comércio e construção civil.

O município é o maior produtor de algodão em pluma do país, de ovos comerciais e frangos de corte do Estado de Mato Grosso. Além disso, o município é grande produtor de carne suína, sementes fiscalizadas e grãos como soja, milho e arroz, com uma área cultivada superior a 300 mil hectares/ano.

Campo Verde está localizado a 130 km de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, a 150 km de Rondonópolis, a 100 km de Primavera do Leste e próximo ao entroncamento da Rodovia BR 070 que liga Goiânia e Brasília, com a Rodovia BR 364 que liga Campo Grande e São Paulo, o que facilita a logística de transporte.

O município tem o título de Capital Estadual do Frango, agora ainda mais consolidado com a construção do frigorífico da empresa Sadia, um investimento de 750 milhões de reais que possibilitará o abate de 500 mil frangos por dia no município.

Além das atrações naturais, Campo Verde promove anualmente diversos eventos que buscam divulgar a cidade e suas potencialidades. A Exposição Agropecuária, Comercial e Industrial de Campo Verde é promovida pelo Sindicato Rural com apoio da Prefeitura. Em pouco tempo, a Expoverde se transformou na vitrine, onde todas as riquezas e potencialidades do município são expostas. A feira, realizada no final do mês de julho e início de agosto, reúne rodeio profissional, exposição de grandes e pequenos animais, mostras de máquinas agrícolas, festas gastronômicas, leilões e *shows* artísticos de renome.

O FESCCAM, Festival da Canção de Campo Verde, é um dos mais tradicionais do estado. Disputado nas categorias infantil, adulto e canções inéditas, é atração regional e atrai milhares de pessoas ao pavilhão de eventos.

Campo Verde é um município novo com registros bastante antigos, tanto na pré-história quanto no período colonial e provincial. Seu território foi permanentemente cruzado por expedições que demandavam, desde o séc. XVIII até a cidade de Vila Boa de Goiás, sem contar os inúmeros aventureiros famosos que permearam seu solo, alguns com registros, outros nem tantos.

Possui sítios arqueológicos em seu território. Um dos registros de interesse arqueológico se localiza no distrito de Capim Branco, ou Coronel Ponce, localidade distante 20 km da cidade, onde está o Morro da Rapadura, com inscrições rupestres de mais de 4.500 anos. Este sítio foi visitado na década de 1970, por um grupo de italianos que retirou um bloco de pedras com inscrições "para estudos", segundo afirmaram a alguns moradores da pequena vila que classificam o ato como "roubo de material arqueológico".



Fonte: www.viafanzine.jor.br

Figura 3.6.5.11-79 - Inscrições no morro da Rapadura em baixo relevo

Capim Branco abrigou por décadas um imponente prédio de estação telegráfica de fins do séc. XIX, e, que na década de 1970/80 foi totalmente lapidada por agricultores do entorno da vila, liderados por um fazendeiro local. Levaram tijolos, telhas, madeiras e a história também. Prevê-se a construção de uma réplica da estação por parte de autoridades municipais e estaduais. O local deve ser alvo de estudos e pesquisas, visto que possui muito material tanto no subsolo quanto nas mãos de alguns moradores locais.

Jaciara

A tomada de posse da terra em Jaciara se deu a partir de 1877. Três mineiros, Limírio Enéas de Moura, Luíz França de Moura e Osório de Moraes, da mesma família, vindos da localidade de Babagem - atualmente município de Estrela do Sul, Minas Gerais - chegaram às margens do Rio Brilhante, próximo ao sítio urbano de Jaciara. Puseram-se a trabalhar a terra, junto a mulheres e filhos. Na região, a Fazenda Brilhante, testemunhou muitos fatos históricos ocorridos, a exemplo da passagem da Coluna Prestes pela região. Também no território do município, a Fazenda Jatobá, na região de Selma, é local de importância histórica.

A cidade de Jaciara teve origem exatamente no lugar denominado pelos antigos moradores de Fundão ou Cabeceira de Olho de Boi. Em 1947, Milton Ferreira da Costa, com 25 anos de idade, que morava na cidade paulista de Marília, fez viagem de negócios até Rondonópolis. Na ocasião, ao cruzar os céus do Rio Brilhante, interessou-se pelo imenso vazio demográfico encontrado. Iniciava-se então o tempo das colonizações favorecidas pelo governo.

Em pouco tempo foi feito documento cedendo área de 70 mil hectares a Milton Ferreira da Costa, seu pai Milton Ferreira Sobrinho, os irmãos, Paulo, Osvaldo, Navarro, Jeny e o cunhado Coreolano de Assunção. Foi Coreolano quem deu o nome de Jaciara à cidade.

De posse dos títulos, foi aberta a empresa Colonizadora Pastoril e Agrícola - CIPA, com sede em Presidente Prudente, no Estado de São Paulo. Seus sócios fundadores foram Milton, Paulo, Osvaldo e Navarro. A medição das terras ficou por conta do engenheiro Paulo Campos, sendo agrimensor o polonês Francisco Truginski. À frente da colonizadora permaneceu Paulo Ferreira.

Um dos pioneiros da região foi o italiano Nicola Rádica. Foi o primeiro comprador de terras da CIPA. A sede da CIPA e da futura cidade de Jaciara situava-se na Gleba São Nicolau. O primeiro colonizador a chegar foi Alzerino Bernardes de Aguiar. Em seguida, chegaram Coreolano Assunção, Nicola Rádica, Irineu de Oliveira, Bruno José de França e a família Barbosa. Antonio

Ferreira Sobrinho, o patriarca da família foi quem deu estabilidade ao lugar. Sua experiência permitiu-lhe ocupar a presidência da empresa.

O plano da cidade data de 1950. As ruas receberiam denominações de povos indígenas. A exceção foi a Avenida dos Tamoyos, que passou a chamar-se Antonio Ferreira Sobrinho, homenagem aos fundadores do lugar, na figura do patriarca. A primeira casa de alvenaria foi adquirida por Mariano José Delmondes.

Até a década de 1970, predominavam os elementos étnicos paulista, mineiro, e nordestino. A partir daí houve miscigenação com famílias vindas do sul do país. Jaciara teve um primeiro impulso com base na fertilidade do solo. No começo ainda se plantava à base de enxada, mas o conjunto da colonização alcançou sucesso rápido.

A Lei nº 695, de 12 de dezembro de 1953, criou o distrito de Jaciara, em território do município de Cuiabá. A Lei Estadual nº 1.188, de 20 de dezembro de 1958, de autoria do deputado Manoel J. Arruda criou o município, com território desmembrado dos municípios de Cuiabá e Poxoréo.

Em 1958, teve início a abertura da BR-364, passando por Jaciara. Esta estrada foi de fundamental importância para o crescimento do lugar. Em 10 de novembro de 1962, o estado, através da Lei nº 1765, criou a Usina Jaciara, implantada no ano posterior. Em 1965, produziu sua primeira safra. Devido a problemas de administração, o estado arrendou a usina a uma cooperativa. Posteriormente, passou o controle acionário a particulares, os irmãos Naoum - Mounir, Willian Habib e George Habib.

Jaciara apresenta rico potencial arqueológico, sendo que o sítio mais conhecido é a Gruta das Perdidas, localizada a aproximadamente 10 km do centro da cidade, na região antiga Fazenda Brilhante, da Família Moura.

O sítio foi catalogado pelos arqueólogos franceses Denis Vialou e Agueda Vilhena Vialou, em 1984, que o encontrou em abrigos sobre rochas, onde paredes exibem pinturas rupestres datadas pelo carbono 14 entre 3.630 e 4.610 anos, caracterizando o local como zona pré-histórica.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-80 - Inscrição rupestre na parede da Gruta das Perdidas

São Pedro da Cipa

A região tem tradição garimpeira, pois o Rio Pombas é reduto de garimpagem há muito tempo. No início da exploração os aventureiros do garimpo tinham mais facilidade em suas atividades, pois os diamantes afloravam nas encostas e leitos de rios. Com o passar do tempo foram necessários equipamentos modernos para a prospecção diamantífera. As gemas tornaram-se mais difíceis de serem encontradas e não é todo mundo que tem capital suficiente para o investimento necessário.

A região acompanhou o desenvolvimento do município de Jaciara, que foi colonizado pela CIPA - Companhia Industrial Pastoril e Agrícola.

Nicola Rádica, italiano de nascimento e paulista por vocação, foi o grande pioneiro de São Pedro da Cipa. Encantou-se com as terras e matas banhadas pelo Rio São Lourenço e adquiriu terras na região. Rádica chegou ao Vale do Rio São Lourenço em 1949. Veio atraído pela intensa propaganda que se fazia das terras férteis e virgens do lugar. O italiano chegou após uma viagem aérea, realizada juntamente com Milton Ferreira - colonizador - um dos sócios da Companhia Industrial Pastoril e Agrícola, que havia adquirido 70 mil hectares de terras do governo estadual na região. A viagem de avião foi complicada. Uma pane ocorreu quando a aeronave sobrevoava o Pantanal mato-grossense obrigou o piloto a um pouso forçado, sem vítimas.

Formou-se então um pequeno povoado, às margens da rodovia que liga Rondonópolis à Cuiabá, nas proximidades de Jaciara. O primeiro nome que o núcleo recebeu foi Centro - Nápolis, mas

não se fixou. Foi então que surgiu o nome de São Pedro da Cipa. São Pedro, por ser o santo padroeiro da comunidade e Cipa é referência à companhia colonizadora, que era dona das terras em que proliferou o atual município.

As terras férteis atraíram muita gente à região. Os primeiros povoadores ficaram entusiasmados com a ideia de plantarem café, já que os colonos vinham de região cafeeira paulista. O café foi a primeira grande cultura do lugar.

A Lei nº. 1.120, de 17 de outubro de 1958, criou o distrito de Pombas, em região eminentemente garimpeira. A 20 de dezembro de 1991, através da Lei Estadual nº. 5.906, de autoria do deputado estadual Hermes de Abreu foi criado o município, desmembrado dos municípios de Jaciara e Dom Aquino.



Fonte: www.images.google.com.br

Figura 3.6.5.11-81 - Igreja Católica de São Pedro da Cipa

Juscimeira

A primeira denominação da localidade foi Garimpos, bem antes de ser efetivamente colonizada.

Em 1953, João Matheus Barbosa sobrevoou esta região do Vale do Rio São Lourenço, comprou terra e no ano seguinte se instalou às margens do Rio Areias, juntamente com seus familiares. Mineiro de Diamantina, terra do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, o pioneiro deu o nome de Juscelândia ao incipiente povoado, em homenagem ao seu patrício.

A fertilidade do solo acabou por atrair mais gente à região. Em 20 de maio de 1957, à distância de 1 km da divisa das terras de João Matheus Barbosa, estabeleceu-se o Sr. José Cândido de

Lima, juntamente com seus familiares. O procedimento de José Cândido foi idêntico ao de João Matheus: derrubou a mata, dividiu-a em lotes e entregou aos parentes e famílias de conhecidos que vieram com ele. O povoado iniciado por José Cândido recebeu o nome de Limeira, uma auto-homenagem.

Em 1964, a prefeitura de Poxoréo, a quem a área estava jurisdicionada, alterou a denominação de Garimpos para Juscelândia. O fato criou um mal-estar, pois os dois povoados, Juscelândia e Limeira, formavam na verdade, um único núcleo urbano.

Em 1970, os padres João e Mário Hering edificaram a igreja de São Bom Jesus de Juscimeira, na divisa dos dois povoados, contribuindo para a solução do distanciamento dos dois núcleos populacionais.

A solução para o impasse em relação ao nome surgiu em 1968, quando o vereador Jurandir Pereira da Silva apresentou proposta do novo nome, Juscimeira, que foi rejeitado por Ato Complementar Federal. Mas o povo insistiu e a Lei nº 3.761, de 29 de junho de 1976, alterou a denominação para Juscimeira, com aprovação da comunidade.

O município foi criado pela Lei nº 4.148, de 11 de dezembro de 1979.

Rondonópolis

Em 1902, saindo de Palmeiras, localidade do Estado de Goiás, Manuel Conrado dos Santos instalou-se às margens do Rio Vermelho, ou Poguba, com o fito de colonizar terras. A denominação de Poguba dada ao Rio Vermelho tem precisamente o significado de "rio de águas avermelhadas". Desta forma, o primeiro nome do lugar foi Rio Vermelho.

Em 1916, a Comissão Rondon realizou levantamento topográfico da região, com vistas ao estabelecimento da linha telegráfica. Nesta época, o major Otávio Pitaluga, membro da Comissão Rondon, resolveu fixar residência em Rio Vermelho. Em 1917, formou fazenda ao lado dos goianos, que ia do rio Arareau até o local denominado Porocho.

O major Pitaluga chegou com ideia de lançar as bases para uma futura cidade. O projeto tinha por consequência a necessidade de transferência das fazendas do sítio escolhido para outro lugar. Com o projeto, o nome foi alterado para Rondonópolis e as famílias formadoras de Rio Vermelho se sentiram atingidas sentimentalmente.

O nome de Rondonópolis não era bem aceito, depois que as terras e o próprio patrimônio levavam o nome de Rio Vermelho. Mas a vontade do major Otávio Pitaluga se sobrepôs a todos os apegos sentimentais e não havia como contestar sua liderança.

Em março de 1919, a denominação passou oficialmente a ser Rondonópolis, em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon, mais tarde, Marechal Rondon, que visitava o pequeno lugar de uma só rua, de vez em quando. Era um dos lugares prediletos dele. Aproveitava a ocasião para visitar os índios do povo Bororo que habitavam na região. A Resolução nº. 814, de 8 de outubro de 1920, criou o distrito de Rondonópolis. Este se beneficiou de sua localização privilegiada no entroncamento das rodovias para Campo Grande e Alto Araguaia. O município foi criado pela Lei nº 666, de 10 de dezembro de 1953.

Até a década de 1940, a cidade permaneceu em decadência. Poxoréo, perto dali, era elevada a município e crescia com o garimpo, enquanto Rondonópolis ficava estagnada. Somente depois de 1947 a cidade se desenvolveria, com a instalação de colônias agrícolas pelo governo do estado. Começa a haver um fluxo de migração, inicialmente de outras partes do estado e também de Minas Gerais, São Paulo, do Nordeste e até de outros países, e mais tarde principalmente da região Sul.

A expansão se acelera, e Rondonópolis passa pelo mais rápido processo de modernização do campo que se tem notícia na região Centro-Oeste. Já como polo econômico, nas décadas de 1980 e 1990 fica conhecida como "Capital nacional do agronegócio".

Rondonópolis faz limite com os municípios de Juscimeira, Poxoréo, Itiquira, São José do Povo, Pedra Preta e Santo Antônio do Leverger. A cidade é banhada pelos rios Vermelho, Tadarima, Arareau, Ponte de Pedra e Jurigue.

A região tem vegetação típica do cerrado, e o clima é tropical quente e subúmido, com chuvas concentradas na primavera e no verão. A economia é baseada no agronegócio, no comércio e na prestação de serviços. As lavouras de algodão e soja e o gado de corte e de leite são destaque. A indústria, também ligada ao campo, é composta basicamente por esmagadoras de soja, indústrias têxteis, químicas e de fertilizantes, curtumes e outras. É um importante polo comercial, além de ser considerada "capital regional", por sua importância. Como quase todas as cidades do estado, Rondonópolis cresceu muito de 1960 até os dias de hoje. De 22.554 habitantes

em 1960 passou a 62.551 em 1970, 82.293 em 1980, 126.082 em 1991, 150.227 em 2000 e mais de 180.000 em 2007.

Os primeiros sinais de vida em terras que hoje pertencem ao município de Rondonópolis são de pelo menos cinco mil anos atrás, segundo os estudos realizados no sítio arqueológico Ferraz Igreja.

A região sul do Estado de Mato Grosso, onde se localiza Rondonópolis, também tem ocupação muito antiga e, parte desta porção territorial é alvo de pesquisa sistemática da missão Franco-Brasileira (MAE-USP - MNHN/Paris).

Inúmeros sítios arqueológicos foram encontrados e pesquisados na região denominada Cidade de Pedra, dentre os quais os de Ferraz Igreja, Vermelhos, Cipó, Anões, Alvorada, Falha e Mano Aroé, dentre tantos outros.

A Cidade de Pedra atualmente é parque ecológico e arqueológico em reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Nesta área a ocupação foi intensa nos últimos 3 mil anos, sendo que os grupos ocupantes da região há 2 mil anos ainda não conheciam a cerâmica, sendo que foi a partir desta época que os ceramistas iniciaram seus afazeres deixando fragmentos que comprovam a tese. As pesquisas também revelam que o povo ceramista dava preferência a esta região quer seja como breve acampamento, moradia perene ou mesmo como necrópole, sendo que a teoria foi justificada pela presença de fogueiras e áreas de atividades cotidianas ao longo dos tempos.



Fonte: www.jornalatribuna.com.br

Figura 3.6.5.11-82 - Cidade de Pedra

Região localizada às margens do Rio Vermelho, próximo à cidade de Rondonópolis, entre explorações agrícolas e aldeias indígenas. Paisagem de exuberante vegetação mantida intacta ao longo de, pelo menos, 7 mil anos de ocupações, o local possui formações areníticas com vastos abrigos esculpidos nas rochas. Nesses, pode-se encontrar paredes decoradas com desenhos geométricos, animais e figuras humanas como marcação de território pelos povos que habitavam ou circulavam pelo local.

Muitas ocupações pré-históricas aí se sucederam sendo provavelmente seus últimos habitantes os índios Bororós, ainda presentes atualmente.



Fonte: <http://www.jornalatribuna.com.br/>

Figura 3.6.5.11-83 - Pintura rupestre - Parque Ecológico João Basso

O Parque Ecológico João Basso é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, reconhecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30 de dezembro de 1997, mediante a portaria 170. Trata-se de um parque privado, de propriedade da Agropecuária Basso, empresa dedicada às atividades agro pastoris, com sede em Rondonópolis. O parque fica localizado dentro da Fazenda Verde, de propriedade da Agropecuária.

Poxoréo

As origens de Poxoréo são garimpeiras. Desde o fim do século XIX, garimpeiros procuravam sem sucesso diamantes nas cabeceiras do Rio São Lourenço. Em 24 de junho de 1924, João Arenas Teixeira dirigiu-se à Fazenda Firmeza, de Antonio Barcelos, a fim de formar uma expedição ao Rio São Lourenço. Com Pedro José, José Pacífico, Antonio Diamantino, Rueda, Francisco

Louzada, Félix Abadie e mais um companheiro foram examinando os cascalhos indicadores de diamante.

A região, já bem conhecida, apresentava rios ainda não nomeados. O primeiro diamante foi encontrado no dia 29 de junho e por isso deram o nome de São Pedro ao córrego. A notícia do diamante se espalhou e a região dos córregos São Paulo, Pombas, Sete, São Pedro sentiu a corrida garimpeira. A corrutela maior foi a de São Pedro. Em 1927, ocorreu um incêndio em São Pedro e os garimpeiros mudaram-se para o sopé do Morro da Mesa, a 30 quilômetros da região explorada até então, às margens do rio Poxoréu. Assentaram-se, então, os começos de Poxoréu.



www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-84 - O povo Bororo foi habitante da região de Poxoréu

A primeira denominação do lugar foi Morro da Mesa, em referência ao exuberante morro que tem a forma de mesa talhada em arenito triássico. Posteriormente o nome foi alterado para Poxoréu. A denominação, de certa forma, foi uma homenagem ao povo Bororo.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-85 - Morro da Mesa

Poxoréo tornou-se lugar de referência na região, ponto de escala de avião na rota Cuiabá-Goiás. O município de Poxoréo foi criado em 05 de março de 1939, através dos Decretos-Lei nº 145 e nº 208.

Inicialmente, dizia-se Poxorêu, com pronúncia fechada. No entanto, o povo se habituou com a pronúncia aberta, Poxoréu. Mais tarde, um estudo de numerologia, executado a pedido do prefeito Lindberg Nunes Rocha, em seu segundo mandato, determinou a mudança da grafia para Poxoréo, através da Lei Municipal nº 01, de 07 de julho de 1968.

Em 2007, ocorreu o tombamento do centro histórico da sede municipal de Poxoréu, uma tentativa de através de investimento do estado de se recuperar o patrimônio histórico da antiga cidade.

Tanto nas cercanias do município, quanto em toda a extensa área que abrange a cidade, registram-se a ocorrência de cavernas, abrigos sob rocha e áreas abertas de inscrições e pinturas rupestres. O distrito de Jarudore apresenta um número expressivo de sítios arqueológicos, assim como a região da Raizinha, dentre outros pontos também importantes.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-86 - Inscrição rupestre no Morro da Janela em Poxoréo

Um registro interessante se deu através de pesquisa etnoarqueológicas realizada sobre hábitos do povo bororo, que habitou esta vasta região. A explicação se dá em função de ser antigo o costume de fumar entre os Bororo, embora, em origem, restrito aos velhos. As folhas destinadas aos charutos pertencem a vários vegetais, inclusive o tabaco. Uma tradição antiga afirma que o tabaco foi encontrado em estado nativo no cume do Meari, (Morro do Tabaco), nas vizinhanças de Poxoréo. Fumavam charutos e usavam também cachimbos feitos com frutas de jequitibá ou de cerâmica.

Guiratinga

A história da efetiva ocupação do território, que atualmente se constitui no município de Guiratinga, foi marcada pelas expedições de Antonio Cândido de Carvalho, seguido de João José de Moraes - o Cajango, Luíz Antonio de Moraes e João Balbino de Moraes. Os primeiros desbravadores da região pretendiam explorar a agricultura e pecuária. Vinham do Estado de Goiás, sempre atraídos pela exuberância das pastagens naturais e fertilidade do solo.

A partir de 1894, estabeleceu-se na região a Missão Salesiana do Brasil, que havia partido de Cuiabá a 17 de junho daquele mesmo ano. Esta missão levou o nome de Colônia Indígena Coração de Jesus, ficando sob a direção do padre João Duroure, que era de origem francesa. Este mesmo religioso foi o fundador da "Obra Salesiana de Guiratinga", em 1933.

Em 1920, Augusto Alves, natural do estado de Minas Gerais, construiu o primeiro rancho em Lageadinho, exatamente onde se situa a sede municipal do município de Guiratinga. Atribui-se a Augusto Alves a façanha de ter lançado as bases de povoamento do município. O primeiro nome, Lageadinho, era referência geográfica a um córrego de igual nome, que se avizinhava à corrutela formada basicamente de mineiros e baianos.

A Lei nº 961, de 12 de junho de 1926, alterou a denominação de Lageadinho para Lageado. Em 8 de agosto de 1929, o Decreto-Lei nº 870, determinava que fosse reservada área de 3.600 hectares de terras, consideradas devolutas, para a constituição do patrimônio de Lageado. Neste período, o povoado tinha seu território jurisdicionado ao município de Santa Rita do Araguaya.

Fato inédito deu-se através do Decreto-Governamental nº 291, de 20 de agosto de 1933. Por este instrumento legal houve a transferência da sede e comarca, do município de Santa Rita do Araguaya - então todo-poderoso - para Lageado, um simples povoado, um distrito subalterno que funcionaria como sede municipal.

O fato foi essencialmente político, bem típico do coronelismo que imperava na época no governo de Mato Grosso, foi uma verdadeira humilhação à comunidade de Santa Rita.

Em 1934, foi nomeado prefeito municipal de Lageado o 1º tenente Francisco Fernandes dos Santos. Ainda no mesmo ano assumiu o poder municipal de Santa Rita do Araguaya no distrito sede de Lageado o Flávio Augusto de Rezende Rubim. No dia 17 de julho de 1937, o Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, Júlio Müller, nomeou prefeito Gabriel Ferreira. Não demorou muito e a situação voltou ao normal, retornando Santa Rita do Araguaya à condição de município e comarca.

O Decreto-Lei nº 145, de 29 de março de 1938, criou o município de Lageado. Em 1939, tomou posse como primeiro prefeito do município criado o Clóvis Hugueneu. Em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto-Lei-Federal nº 545, Lageado teve seu nome alterado para Guiratinga. Conforme relatório da própria prefeitura municipal de Guiratinga, durante a administração do prefeito Joaquim Alves de Moura, a alteração deveu-se "...a um consenso da população mais esclarecida, visto que os garimpeiros permaneciam arredios."



Fonte: www.achetudoeregiao.com.br

Figura 3.6.5.11-87 - Guiratinga - MT

Torixoréu

No ponto em que se localiza atualmente a cidade de Torixoréu, foi até 1931, um local de passagem para a cidade de Balisa, no Estado de Goiás, onde os fazendeiros de Mato Grosso, povoadores da região de Ribeirãozinho, Quebradentes e Atoladeira, se abasteciam.

A partir daquele ano José Gabriel de Moraes, Acylino Mourão, Saturnino da Silva Coelho e outros, ali se instalaram. Fixaram-se inicialmente na propriedade de Gabriel de Moraes, iniciando fazendas de gado. Entretanto, já em 1926, ali possuía fazenda de gado, com excelente residência o pioneiro Vítor Teodoro Ribeiro, dono de extensa área de terras e boas pastagens. A sede situava-se a apenas seis quilômetros de onde se situa atualmente o sítio urbano de Torixoréu.

João Gabriel de Moraes fez a construção da primeira casa. A partir daí foram construídas outras residências, dando origem ao povoado denominado Balizinha. O patrimônio foi criado pelo governo estadual através do Decreto nº 318, de 19 de outubro de 1933. O Distrito de Paz foi criado pelo Decreto nº 319, de 25 de maio de 1934, sendo a 14 de agosto do mesmo ano, devidamente instalado.

O povoado florescia, tendo designação alterada para Baliza de Mato Grosso. Por conta da Divisão Territorial de Mato Grosso, de 31 de dezembro de 1936, o povoado constava como distrito, integrando o município de Santa Rita do Araguaia.

Em 1937, era instalada a primeira escola da vila, mantida pelo professor Pedro Arbués, falecido em 14 de julho de 1948. Ainda em 1937 foi concluída a construção da primeira igreja do lugar. O templo ficou dedicado ao padroeiro São João Bosco e ficou subordinado à paróquia de Santa Rita do Araguaia.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 208, de 26 de outubro de 1938, Lajeado, atual município de Guiratinga, adquiriu o distrito de Baliza de Mato Grosso do município de Araguayana.

Ainda no ano de 1946, media-se o prestígio político de Torixoréu, elegendo seu representante na Assembléia Legislativa do Estado, o deputado Heronides Araújo. Participava então, Torixoréu, da vida política mato-grossense.

A Lei nº 665, de 10 de dezembro de 1953, de autoria do deputado Heronides Araújo, criou o município.

Ribeirãozinho

A denominação Ribeirãozinho é de referência geográfica, tratando-se de um pequeno curso d'água, que recebeu este nome por seu tamanho. Este riacho banha a sede municipal da localidade e joga suas águas no Rio Araguaia, que serve de divisa entre Ribeirãozinho e o Estado de Goiás.

As origens históricas de Ribeirãozinho estão ligadas às fazendas de gado, instaladas ainda no século passado e no garimpo de diamantes. Esta parte do leste mato-grossense sempre foi muito procurada, tanto por garimpeiros, quanto por gente afeita à agropecuária.

A partir de 1918, foi se efetivando o povoamento de Ribeirãozinho, com a vinda de famílias mineiras e goianas. João Ribeiro é tido como um dos principais fundadores da localidade.

Na Divisão Territorial de Mato Grosso, em 31 de dezembro de 1937, Ribeirãozinho aparecia como distrito de Santa Rita do Araguaya.

A partir da abertura da fronteira agrícola, na década de setenta, o povoado de Ribeirãozinho iniciou a sua consolidação econômico-social.

O município de Ribeirãozinho foi criado em 20 de dezembro de 1991, através da Lei Estadual nº 5.910.

► Estado de Goiás

Com aproximadamente 5,1 milhões de habitantes, Goiás é um estado privilegiado por natureza. Localizado no Planalto Central do Brasil, o estado apresenta uma natureza rica e diversificada. São inúmeras cachoeiras, águas termais, esculturas naturais feitas em pedras, cavernas enigmáticas e fauna e flora que detém exemplares não encontrados em outros locais do planeta.

O topônimo Goiás (que antes da última reforma ortográfica era escrito Goyaz) tem origem na denominação de uma comunidade indígena. Guaiá, composto de Gua e iá, significa "indivíduo igual", "pessoas de mesma origem".

Mesmo já tendo sido percorrido pelas bandeiras quase desde os primeiros dias da colonização, o povoamento de Goiás só se deu em decorrência do descobrimento das minas de ouro no século XVIII.

Expedições como "entradas", "descidas" e "bandeiras" eram organizadas principalmente na Bahia, então centro da colonização, em caráter oficial, como as destinadas a explorar o interior e buscar riquezas minerais, ou por empresas comerciais particulares, destinadas a capturar índios. Porém, os bandeirantes e jesuítas que passavam por essas bandas não vinham para fixar-se. Sua intenção era levar índios goianos para o sul e para o norte e traçar roteiros para mostrar os caminhos existentes na região.

O povoamento de Goiás vai ter início logo após a descoberta de ouro em Minas Gerais e em Mato Grosso, quando o paulista Bartolomeu Bueno, o Anhangüera, organizou uma bandeira para buscar minas de ouro.

A bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. Seus membros eram em torno de 150, mas o número total, incluindo os escravos, índios e alguns negros, chegava a quase 500.

A bandeira acabou desencaminhada após seguir um roteiro que Anhangüera possuía, marchando sem rumo pelo cerrado de Goiás durante meses. Muitos homens morreram de fome ou acabaram voltando para São Paulo em pequenos grupos. Mas Anhangüera resolveu continuar e acabou encontrando, quase que por acaso, ouro nas cabeceiras do rio Vermelho - região da atual cidade de Goiás. Finalmente, em 21 de outubro de 1725, após três anos de busca, retornou a São Paulo.

Alguns meses depois, organizou uma nova expedição para explorar as minas, sendo a primeira região ocupada a do rio Vermelho, onde foi fundado o arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado de Vila Boa. Mais tarde, essa passaria a ser a cidade de Goiás, capital do território por mais de 200 anos. Em suas proximidades surgiram numerosos arraiais, nas margens dos rios e córregos.

Em 1749, a Corte portuguesa enviou o primeiro governador e capitão-general, Conde dos Arcos, elevando Goiás à categoria de capitania.

Na época do início da exploração pelo colonizador português, eram numerosas as tribos indígenas em Goiás. Entre as mais importantes pode-se citar os Caiapós, Xavantes, Guaiás, Crixás, Araés, Xerentes, Carajás e Acroás.

No sul do estado os Caiapós moveram contínuas guerras contra as perseguições dos "capitães-do-mato", sendo em parte exterminados. Em 1780, foram todos aldeados.

Os Acroás no norte habitavam a região de Arraiais, Natividade e São Domingos. Foram combatidos por Wenceslao Gomes da Silva, sendo posteriormente aldeados em Duro, atual Dianópolis. Nunca foi possível precisar o número exato de indígenas existente no estado e a colonização causou o desaparecimento parcial ou total de muitas tribos.

A estrutura administrativa colonial desagradava à população local. As Câmaras foram as primeiras a se manifestar contra os capitães-generais. Em 1770, por ocasião da morte do governador-general, a Câmara elegeu uma junta governativa para substituí-lo.

Em 1803, após desentender-se com o capitão-general de então, pretendeu destituí-lo do poder. Esses dois casos não foram bem recebidos pelo Governo Metropolitano e severamente repreendidos.

Já em 1820, quando da escolha dos representantes goianos à Constituinte Portuguesa, aconteceram uma série de manifestações. Chegou-se a propor a deposição do capitão-general Manoel Inácio de Sampaio e a instalação de um governo provisório. A conspiração foi denunciada e seus principais implicados receberam como castigo a deportação “para além de 50 léguas da capital de Goiás”.

No mesmo ano de 1820, o governador Sampaio foi obrigado, por pressão de grupos políticos locais, a criar uma junta governativa. Sampaio conseguiu ganhar as eleições, porém vários desentendimentos e brigas o obrigaram a renunciar e se retirar da província.

A partir de então, Goiás viveu um período de crise política e pouco rendimento econômico. As diferentes ideias dos grupos políticos locais causou um choque de interesses e acabou sendo eleita uma nova junta governativa.

Após a Independência do Brasil, em 1822, surge um movimento separatista no norte de Goiás liderado pelo padre Luiz Bartolomeu Márquez, chamado de “O Apóstolo da Liberdade”. Ao longo do tempo surgiram desentendimentos entre os revolucionários e alguns abandonaram a luta. Devido à violenta reação do governo central, o movimento acabou enfraquecendo até não ter mais forças para continuar.

No entanto, o ideal separatista continuou vivo ao longo dos séculos XIX e XX, até que em 1989 ocorre a criação do estado do Tocantins nessa mesma região.

Com a abdicação de Dom Pedro I, ocorreu em Goiás um movimento de caráter nacionalista, que ficou conhecido como o movimento de 13 de agosto de 1831. Recebendo adesão e apoio das tropas, o movimento conseguiu deportar todos os portugueses que ocupavam cargos públicos em Goiás, além de depor o presidente da província Miguel Lino de Moraes e vários funcionários da capital como o ouvidor, o juiz de fora e os militares. O movimento conquistou a nomeação de três goianos para a presidência de Goiás.

O principal sustentáculo econômico goiano foi a exploração de ouro, sustentada pela escravidão negra. No entanto, as minas acabaram se esgotando, paralelamente ao fim da instituição escravista. A falta de escravos para trabalhar nas minas acarretou a aceitação do trabalho livre assalariado.

Com a decadência das minas de ouro, Goiás viveu um período de grandes dificuldades financeiras. A maior parte dos mineiros que ali permaneceu após o desaparecimento do ouro, passou a se dedicar à agricultura de subsistência e à criação de gado.

Nas três primeiras décadas do século XIX, espalharam-se fazendas de gado pelos sertões de Goiás. Esse desenvolvimento da pecuária ocasionou o aumento da população e correntes migratórias chegaram ao estado procedentes do Pará, do Maranhão, da Bahia e de Minas Gerais.

Até a chegada da estrada de ferro em Goiás, em 1911, a economia do estado girou em torno da exportação do gado em pé. Com a chegada da ferrovia aumenta a exportação do arroz, principal produto agrícola da região.

Tem início a construção de estradas para ligar as regiões vizinhas à região da estrada de ferro. A criação da estrada de ferro, a 1ª Guerra Mundial e a expansão do café intensificaram a imigração para Goiás, trazendo entre outros, italianos, japoneses e alemães.

Esse conjunto de acontecimentos acarretou a expansão da região. Uma série de mudanças importantes ocorreu, como o aumento da arrecadação do estado, a diversificação da produção para exportação, a valorização da terra e a inserção da economia goiana à nacional.

A localização da capital de Goiás foi, desde os primeiros tempos de sua história, um fator de problemas. Com a Revolução de 30, houve uma violenta transformação nas estruturas políticas do estado, o que influenciou a retomada do problema da mudança. Em 24 do outubro de 1933, foi lançada a pedra fundamental da nova capital.

A construção progrediu rapidamente e, em 7 de novembro de 1935, ocorreu a mudança provisória e o governador Pedro Ludovico fixou residência em Goiânia. A mudança definitiva somente se deu em 1937, quando os principais edifícios públicos já estavam construídos.

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente e a população se multiplica. A construção de novas vias de comunicação possibilita a integração do estado com o seu interior e com o resto do país.

No setor econômico, durante as décadas de 1960-70, a indústria tem pouca expressão. A agricultura baseia-se em três produtos principais: arroz, milho e feijão. A pecuária é de extensão, sendo que o rebanho bovino de Goiás é o quinto do país.

Na década de 1950, são criados o Banco do Estado e a Central Elétrica de Goiás (CELG). Em 1987, aconteceu o acidente de repercussão internacional com o Césio-137 em Goiânia, deixando quatro mortos, dezenas de contaminados e o grande problema dos rejeitos radioativos. Em 1988, ocorreu a emancipação e criação do Estado do Tocantins.

Um dos grandes problemas da atualidade é a ocupação desenfreada dos espaços urbanos na região que vai de Brasília até Goiânia. Isso trouxe graves problemas sociais, econômicos e urbanos para o estado. O trabalho infantil é outro grande desafio para as autoridades goianas.

Goiás possui um grande potencial turístico ainda pouco explorado. O estado apresenta importantes cidades históricas como a cidade de Goiás e Pirenópolis, além de uma das maiores estâncias termais do mundo em Caldas Novas.

Em 29 de março de 2001, o Comitê do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) aprovou a indicação da cidade de Goiás como candidata ao título de Patrimônio Histórico da Humanidade.

Praticamente todo o conjunto arquitetônico da cidade de Goiás é tombado pelo Patrimônio Histórico. Diversas entidades culturais se destacam, como a Academia Goiana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Museu Antropológico do Instituto de Ciências e Letras, entre outras.

A busca pela percepção de uma identidade goiana começa com discussões de historiadores a respeito de ideias como decadência e atraso.

O início da ocupação do território goiano acontece de forma rápida e heterogênea, marcada pelo nomadismo. Esses fatores teriam propiciado o surgimento de famílias extensas e estáveis. Os desdobramentos posteriores no interior da sociedade estariam ligados a dois momentos da história goiana: a riqueza do período mineratório e a posterior decadência econômica.

A igreja teve um papel legislativo presente na construção das primeiras organizações familiares. Durante o Império, o poder das famílias baseava-se não apenas na propriedade fundiária, mas também no poder intelectual.

A construção da sociedade goiana esteve embasada em seus processos econômicos e sociais. Para se entender um pouco mais do processo de construção dessa cultura é importante lançar mão de

novas perspectivas de análise: uma delas seria através das comidas típicas goianas. A partir do estudo da cozinha goiana se faz possível ressaltar elementos de etnicidade, que estariam presentes no eixo do mundo familiar e doméstico.

A cozinha se reveste de importância, posto que as práticas culinárias, como expressão cultural e comunitária, são vistas como formas identitárias de pertencimento a um grupo, fazendo parte das apresentações folclóricas e regionais. A tradição refere-se à articulação existente em cada sociedade, entre memória pessoal, memória grupal e memória coletiva. Compreendem elementos importantes na expressão da identidade social. Nesse sentido, a cozinha goiana é vista como diferencial e singular dentro de um contexto sócio cultural.

Essa culinária apresenta, como a cultura brasileira, as marcas da miscigenação, sofrendo as influências indígenas, africanas e europeias, sobretudo portuguesa. Tem semelhança com a cozinha paulista mineira e mato-grossense. Os bandeirantes, quando se deslocam para Minas Gerais, Goiás e território mato-grossense levam os hábitos culinários de São Paulo.

Os cadernos de receita da cozinha são passados de geração em geração. Tanto o angu de milho como o toucinho fazem parte da alimentação dos habitantes de Goiás. Destacam-se muitos pratos como bolo de arroz, empadão goiano, arroz com pequi, biscoito, pão de queijo, pamonha, galinhada, peixe na telha, guariroba.

Integrando o folclore goiano, está a comercialização feita do bolo de arroz oferecido em domicílio, diariamente, junto com o leite e verduras, um trabalho que iniciava ainda de madrugada.

Situadas fora do ritmo cotidiano, a galinhada e a pamonhada possibilitavam encontros entre famílias e amigos. Há também a influência árabe em pratos doces como a alfenim. O pequi, fruta do cerrado, vem se constituindo na principal marca da identidade goiana.

Figura marcante da culinária goiana é Cora Coralina, conhecida nacionalmente, não só como poetisa, mas também como doceira. Inclusive lança um livro, *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, expondo o cotidiano dos moradores da antiga capital da Goiás. Está Entre outros autores locais que transmitem tradições através da temática gastronômica.

Não com menos importância, apresentam-se os pratos como o feijão-com-arroz e a canjica, advindos diretamente do ambiente rural. Frutos da forte ligação com a terra proveniente desde o século XIX, quando as práticas e representações de vida cotidiana eram majoritariamente rurais.

O arroz, misturado com diversos outros ingredientes, é uma tradição no estado, que também apresenta uma série de pratos a base de peixes do rio Araguaia.

O folclore do estado é permeado de festas religiosas que comemoram o Divino Espírito Santo, o Senhor Bom Jesus da Lapa, Nossa Senhora do Rosário etc. Entre os folguedos populares se destacam o Congado, o Cururu, o Marimbondo, o Quebra-Machado e o Recortado.

Outro ponto relevante refere-se à tradição, e pode-se citar como elementos característicos as Cavalhadas de Pirenópolis e a Festa do Divino. Estes seriam expressões arraigadas ao cotidiano popular.

Todos os anos, por ocasião da Festa do Divino Espírito Santo, a população local e o grande número de visitantes vivem as Cavalhadas, evoluções que representam as batalhas medievais entre mouros e cristãos, lembrando Carlos Magno e os doze pares de França.

As culturas camponesas e tradicionais perdem um pouco o espaço na cultura popular devido ao crescimento das cidades. As Cavalhadas estariam entre os espetáculos de redefinição da tradição. A tradição, por conseguinte, engloba toda a festa. Todos os aspectos da festa são tradicionais, inclusive a participação de Mascarados no Campo de Cavalhadas.

É interessante perceber a grande identificação da população com esses eventos, pois é comum que até mesmo as crianças aspirem ser um dos Mascarados para sair às ruas em dias de festa. São as denominadas Cavalhadinhas, que em sua maioria são compostas por parentes dos adultos participantes das Cavalhadas. Os eventos proporcionam à população compreender-se como participante desse mundo cultural, e através dele o indivíduo percebe-se assumindo um papel ímpar no interior de sua sociedade.

► Municípios Abrangidos pelas LTs

Baliza

O povoamento desta região teve origem com a descoberta de jazidas de diamantes, no ano de 1924, às margens do Ribeirão "João Velho", pelos garimpeiros Cosme e Borges.

Iniciada a exploração e constatada a riqueza da jazida, a notícia atraiu grande número de famílias que se estabeleceram nas proximidades do garimpo, iniciando-se o povoado que recebeu o nome de Baliza, nome decorrente da existência de uma pedra, de 5 metros de altura, no meio do Rio Araguaia, que banha a região.

Em 13 de dezembro de 1930, com a evolução do garimpo e o conseqüente crescimento da população, o povoado foi elevado à categoria de distrito, pelo decreto nº. 4, integrando o município de Rio Bonito, atual Caiapônia.

Pela lei estadual nº 91, de 27 de outubro de 1936, o distrito tornou-se município, sendo suas divisas fixadas, em 11 de julho de 1942, pelo decreto estadual nº. 5911.

Com a saída dos garimpeiros, pessoas na maioria nômades, para novas minas em Mato Grosso e a evasão de outros atraídos pelas obras da Fundação Brasil Central em Aragarças, onde havia grande demanda de operários, Baliza esvaziou-se, declinando progressivamente, restando apenas monchões abandonados: Loca da Ponta da Serra, João Velho, Pacu, Praia Rica, Deixado, Lua, Carreira Comprida, Pedra do Zé Dias, Pedra da Baliza, Poço dos Alemães e outros, de onde se extraíram mais de 2.000 quilates de pedras preciosas.

Suas ruas ainda conservam o traçado irregular, formando meandros ao longo da margem do rio e suas casas guardam o estilo antigo, algumas abandonadas e em ruínas, permanecendo vivos, entretanto, os hábitos típicos da vida garimpeira.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Baliza, figura no município de Rio Bonito. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o distrito figura no município de Rio Bonito.

Elevado à categoria de município com a denominação de Baliza, pela lei estadual nº 91, de 27 de outubro de 1936. Sede no distrito de Baliza, ex-povoado. Constituído de dois distritos: Baliza e Bom Jardim, ambos desmembrados de Rio Bonito.

Pelo decreto-lei estadual nº. 8305, de 31-12-1943, o distrito de Bom Jardim passou a denominar-se Ibotim e o município de Rio Bonito a chamar-se Caiapônia. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Caiapônia

Foi em meados de 1830, que se embrenharam pelo sertão de Goiás, corajosos mineiros acompanhados de escravos e levando consigo rebanhos de gado bovino, fixaram residência no sudoeste goiano, região dominada pelos índios Caiapós.

No início dos anos 40 do século XIX, chegou também nessa região outro grupo de pessoas, liderados pelos cunhados do Tenente José do Carmo: Capitão José Junqueira Vilela e José Joaquim Vilela, sobrinhos de José Manoel Vilela, fundador do Município de Jataí.

Os primeiros anos de colonização do município foram marcados por intensos conflitos entre os colonizadores e os índios Caiapós, que tendo em razão de sua ferocidade, praticamente foram dizimados, e os poucos que sobreviveram tiveram que fugir para outras regiões.

Depois de terem resistido a vários ataques indígenas, as famílias Vilela, Cardoso, Leite, Goulart e Faria, fundaram o povoado de Torres do Rio Bonito, que progrediu rapidamente. Em 1850, o povoado tomava aspecto de vila; nesta data já existia uma igreja, cuja construção data de 1845, sendo a primeira do povoado, construída em louvor do Divino Espírito Santo, padroeiro do povoado.

Devido ao progresso alcançado rapidamente, o povoado foi elevado à categoria de Distrito de Rio Verde, em cinco de novembro de 1855, pela Lei provincial nº. 01. A criação do município Torres do Rio Bonito deu-se em 29 de julho de 1873, com a determinação da Lei Provincial, nº. 508, tendo sido instalado em 07 de janeiro de 1874.

Na divisão administrativa em 1911, o município aparece com o nome de Rio Bonito. A partir de 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto - Lei Estadual n°. 8305, passou a denominar-se Caiapônia, seu nome atual.

Um dos aspectos importantes de Caiapônia é que já fizeram parte do seu município, além de Doverlândia e Palestina de Goiás, os municípios de Baliza, Piranhas, Bom Jardim de Goiás e Aragarças, e até parte do Mato Grosso, nas vizinhas cidades de Santa Rita e Alto Araguaia. À época da província de Goiás, as divisões eram feitas por prelaças, e Torres do Rio Bonito pertencia a Coxim, Estado do Mato Grosso.

Montividiu

Sua população estimada em 2008 era de 9.766 habitantes.

A história local data do início do século XX, quando Goiás ainda estava sendo desbravado pelos pioneiros. Quando no século XIX o imperador D. Pedro II decidiu que o planalto central brasileiro fosse povoado, diversas medidas de incentivo foram tomadas para que pessoas pudessem vir habitar e trabalhar na lavoura e criação de gado. O sudoeste de Goiás passou a receber então indivíduos provenientes de várias regiões do país, atraídas pelos incentivos dados pelo imperador, como: isenção de impostos por 10 anos e doações de terras para a formação de fazendas. Daí o início de vários arraiais e, mais tarde, cidades.

Em meados do novo século, o fazendeiro Carlos Barromeu Peres, representante da família Peres, doou terras à Diocese do Divino Espírito Santo, com sede em Jataí, em favor de Nossa Senhora da Abadia, para que nelas fosse construída uma capela. A partir daí, as pessoas começaram a se aglomerar naquela região das confluências do Córrego Tapera com o Rio Montividiu e surgiu o arraial denominado Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia de Montividiu.

O título de fundador de Montividiu cabe ao fazendeiro Carlos Barromeu Peres. As poucas casas existentes foram construídas de barro e pau-a-pique, sendo cobertas com folhas da palmeira Buriti, matéria-prima muito comum na região naquele tempo. Em 04 de outubro de 1907, o povoado foi elevado à condição de Distrito, pertencente ao município de Rio Verde. Naquela época, o distrito começava a se despontar pela sua posição geográfica estratégica. Viajantes de diversas cidades passavam por Montividiu e ali pernoitavam antes de seguirem viagem.

Durante as várias décadas em que Montividiu pertenceu a Rio Verde, foram notadas as riquezas da região, mas era necessário muito mais para que o distrito tivesse o seu crescimento consolidado, até que em 30 de Dezembro de 1987 aconteceu a sua emancipação. Em 1º de Janeiro de 1989 houve a instalação do município de Montividiu, com a posse da primeira Administração Municipal (1989-1992) e da Câmara Municipal, composta de novos vereadores. Desde então, a população se multiplicou, o número de empresas e estabelecimentos comerciais é cada vez maior e a melhoria de vida da população é constante.

Rio Verde

No início do século XIX, quando Goiás era constituído ainda de muitos espaços vazios e de latifúndios improdutivos, José Rodrigues de Mendonça e sua família transferiram-se de Casa Branca, São Paulo, para terras às margens do rio São Tomás, onde tomaram posse destas. Este desbravamento tornou-se o embrião do município de hoje.

Anos depois, juntaram-se ao pioneiro outros proprietários rurais, cujas fazendas deram origem à Vila de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde. Em 5 de agosto de 1848, o povoado foi elevado à categoria de freguesia, data em que se comemora o aniversário da cidade. Foi a primeira cidade do estado a possuir rede de água encanada.

Em 1915, foi instalada no município uma usina de geração de energia. Cinco anos depois foi ligada a primeira linha de telefone e na segunda metade da década de 1930 foi construída uma rodovia que ligava Rio Verde à nova capital, Goiânia.

O grande marco de arrancada para o desenvolvimento aconteceu em 1970. Com a abertura dos cerrados, a agricultura começou a florescer e atraiu agricultores de São Paulo e da região Sul. Eles trouxeram maquinários, tecnologias, recursos e experiências que transformaram o município no maior produtor de grãos de Goiás e um dos destaques do país.

Cada vez mais o município é atrativo para novas empresas e grandes indústrias, sem abandonar a atividade que deu início à sua história de sucesso: a agropecuária, cada vez mais moderna e tecnificada.

A população de Rio Verde é formada por pessoas de várias procedências. Às famílias pioneiras se juntaram as migrantes de diversas regiões do Brasil e imigrantes de vários países. Dentre eles, estão holandeses, russos e norte-americanos.

Segundo o IBGE, a população do município em 2007 é de 149.382 habitantes, sendo que 91% reside na zona urbana e 9% na zona rural.

- **Recomendações**

O estudo realizado para a elaboração desse Diagnóstico demonstrou de forma clara e precisa o massivo potencial arqueológico e histórico-cultural da região investigada, bem como a imensa diversidade etnográfica presente nesse espaço sociogeográfico.

Não se pode desprezar, de forma alguma, as amplas possibilidades que são apresentadas através do profundo exame realizado, no qual ficaram evidenciadas as grandes potencialidades da ocorrência de sítios arqueológicos na área de influência das Linhas de Transmissão, pois se trata de uma área que foi densamente habitada desde os primórdios da ocupação humana.

Também não se pode descartar a necessidade de promover ações de Educação Patrimonial que contribuam para a recuperação e manutenção do riquíssimo acervo cultural do qual são portadores os atuais habitantes da região.

Conforme determinado na Portaria nº 230/2002 do IPHAN, faz-se necessário, antes de qualquer ação construtiva ou de engenharia do empreendimento, elaborar e executar um **Projeto de Prospecção Arqueológica**, apresentado no **Anexo 2**, deste item, que levantará e detalhará as evidências apontadas nesse Diagnóstico nas áreas de impacto direto e indireto do empreendimento.

Ao finalizar o Projeto de Prospecção Arqueológica, ter-se-á uma visão mais nítida dos danos que poderão vir a ser causados pelas obras de engenharia. Por outro lado, o mesmo apontará as medidas mitigatórias a serem tomadas segundo a legislação de proteção ao patrimônio em vigor no país, ou seja, fornecerá as informações necessárias para se definir a necessidade de implantação e a metodologia a ser utilizada, para um **Projeto de Salvamento Arqueológico, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial** em todas as suas fases, na área abrangida pelo empreendimento.

c. **Instituições Públicas e Privadas Locais e Regionais envolvidas com o Patrimônio Histórico - Cultural**

- Museus que se destacam no Estado do Mato Grosso

Museu de Arqueologia da UNEMAT: criado através da Resolução 036/04, de 16 de dezembro de 2004, o espaço abriga o Centro de Pesquisa e Museu de Arqueologia, Etnografia, Paleontologia e Espeleologia, na cidade de Cáceres. O museu foi construído com recursos de compensação ambiental da empresa Gás Ocidente de Mato Grosso. Parte do acervo etnográfico foi doada pela Conferência Ameríndia realizada em Cuiabá em 1989.

O acervo é composto por arte plumária, artefatos de cerâmica e materiais bélicos. O acervo arqueológico é em parte resultado das escavações do gasoduto Brasil-Bolívia, e, também resultado de escavações em sítios arqueológicos na região do Alto Paraguai e revelam rituais de sepultamento de comunidades que habitavam a região acerca de mil anos.

A maioria das peças, entre adornos, anexos e urnas funerários, foram coletadas em escavações nos sítios arqueológicos de Jatobá e Índio Grande, localizados rio abaixo, a 240 km de Cáceres.

Os projetos foram desenvolvidos em parcerias entre a Universidade de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo entre os apoiadores financeiros a Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso, Fapemat.

Compõe também o acervo, peças de sítios arqueológicos localizados nos municípios de Indiavaí, (MT) e Unaí (Minas Gerais) doados pela empresa Griphus Consultoria Cultural (com assessoria da Unemat).



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-88 - Museu de Arqueologia da UNEMAT

Museu de Pedras Ramis Bucair: fundado no ano de 1959 pelo agrimensor e historiador Ramis Bucair, na Rua Galdino Pimentel, antiga "Rua do Meio", no centro histórico de Cuiabá. O acervo particular conta com mais de quatro mil peças arqueológicas, etnográficas e geológicas. Além de uma coleção de pedras semipreciosas, semi-jóias fósseis de dinossauro, cristais, rochas, pedras com inscrições rupestres e até um meteorito.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-89 - Museu de Pedras Ramis Bucair

Museu de História Natural de Alta Floresta: o Museu foi criado através de convênio firmado entre a UNEMAT, Prefeitura de Alta Floresta e Governo do Estado. Em seu acervo possui vários fósseis e artefatos arqueológicos encontrados na região, além do registro e catalogação de sítios arqueológicos encontrados e, também, de material da história recente de colonização de Alta Floresta e a extensa região norte mato-grossense.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-90 - Museu de História Natural de Alta Floresta

Museu Rondon: o Museu Rondon contou com a colaboração de várias etnias na construção do seu acervo, composto de 1.253 peças cadastradas, catalogadas e informatizadas, tendo como maior riqueza a variedade cultural representada em suas coleções.

A formação do acervo iniciou-se em 1972, com a participação de experientes sertanistas, como os irmãos Orlando e Cláudio Villas Boas, os missionários da Missão Anchieta-Salesiano, bem como antropólogos e indigenistas da FUNAI que atuavam nas áreas indígenas. O museu também conta com doações de particulares.

Um fato relevante é o acervo da Coleção Panará, formada por peças colocadas pelos índios em um tapiri, em uma aldeia abandonada como retribuição aos brindes deixados pela equipe de atração da FUNAI, coordenada pelos irmãos Villas Boas, que destinaram esse rico material ao recém fundado Museu Rondon.

Também se destaca a coleção Padre Edgard Schmidt, que contém plumárias do povo Rikbaktsa, coletadas logo após os primeiros contatos pacíficos com esses índios e a coleção Bakairi, acervo composto por várias máscaras do ritual do Yakuigade.

A coleção Bororo, criteriosamente coletada por técnicos indigenistas que tiveram décadas de experiência com os índios, como funcionários da FUNAI. O acervo arqueológico data dos primeiros anos da fundação do museu, quando o arqueólogo Lehel de Silimon começou os trabalhos de pesquisa arqueológica, conveniado com a CODEMAT. Em 1986, com o convênio SPHAN/UFMT o acervo arqueológico foi ampliado com doações de particulares.

O museu está localizado no Campus da UFMT, em Cuiabá.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-91 - Museu Rondon

Museu de Pré-História - Casa Dom Aquino: o museu abriga notável acervo de material pré-histórico e histórico de Mato Grosso. A professora e arqueóloga Susana Hirooka é a sua curadora. Ela recolhe material arqueológico há muitos anos em áreas de construção de usinas hidrelétricas e também em outros pontos de prospecção arqueológica.

O acervo possui peças raras e conta com itens dos primórdios das populações que habitaram o estado. O museu reúne ainda fósseis marinhos encontrados em Chapada dos Guimarães, fragmentos de louça portuguesa, urna funerária, cerâmica arqueológica, entre outros materiais que vão do Paleolítico, ao Mesolítico e Neolítico.

O Museu de Pré-história - Casa Dom Aquino, está localizado em Cuiabá, em imóvel histórico tombado pelo Estado.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-92 - Museu de Pré-História

Museu Histórico e Indígena de Rosário Oeste: o museu foi criado em 1980, pelo jornalista e historiador Weller Marcos, através da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste. O prédio onde foi instalado o museu serviu de residência para o Comendador Gabriel de Moraes e Souza, rico fazendeiro da região.

Em 1912, por decreto do Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, foi criado e instalado na residência o primeiro grupo escolar do município, denominado Grupo Escolar Presidente Marques.

A missão do museu é registrar, preservar, expor e estimular a arte, a cultura e a história de Rosário Oeste, com a finalidade de promover e valorizar a identidade artística, cultural e histórica. Tipologia do acervo: Antropologia e Etnografia. Arqueologia. Artes Visuais. Ciências Naturais e História Natural. Ciência e Tecnologia. História.

Os bens culturais que compõem o acervo do museu foram adquiridos através de doações da própria comunidade, desde 1980, ano de sua criação. O acervo é composto de objetos indígenas, documentos históricos, pedras, moedas, cédulas, quadros, objetos antigos e fotografias.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso é a mais antiga instituição cultural de Mato Grosso, fundado em 01 de janeiro de 1919, por iniciativa do então Presidente de Mato Grosso Dom Aquino Correia, tem por objetivo de fomentar a pesquisa e a preservação histórico-geográfica de Mato Grosso.

O Instituto está sediado na Avenida Barão de Melgaço, no centro histórico de Cuiabá, na antiga Casa Barão de Melgaço. Apresenta acervo de material bibliográfico e de imagens sobre etnografia, antropologia e arqueologia.



Fonte: www.mtseusmunicipios.com.br

Figura 3.6.5.11-93 - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

- Museus que se Destacam no Estado de Goiás

Museu de Arte Contemporânea: com base na premissa de que um museu é uma instituição viva e dinâmica, o Museu de Arte Contemporânea desenvolve seu papel, no campo das artes plásticas, de divulgar, estimular e exibir a produção cultural dos artistas contemporâneos. Instalado no mezanino do edifício Parthenon Center compõe juntamente com a Escola de Artes Visuais e o Balé do Estado, um espaço denominado Octo Marques, em homenagem a este artista plástico da cidade de Goiás. O MAC foi inaugurado em 8 dezembro de 1988 com a realização da 1ª Bienal de Artes de Goiás. Seu acervo é composto de obras pertencentes à extinta Caixego, doadas a título de comodato; adquiridas através de salões (prêmios aquisição), por doações dos artistas que fazem exposições no local e aquisições de instituições e de particulares. São quinhentas obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, objetos e reproduções. Além da exposição de suas obras, o MAC promove mostras de artistas locais e de outros estados e países, dinamizando o processo de intercâmbio cultural. Frequentemente abre espaço para exposições promovidas por embaixadas com o intuito de divulgar a cultura de outros países junto à comunidade goianiense. O Museu tem biblioteca, aberta ao público, com cerca de setecentos volumes, entre livros, periódicos e catálogos. Na Escola de Artes Visuais há cursos de desenho, pintura, gravura e modelagem para todas as idades. O MAC promove palestras com artistas plásticos, bem como mostra de vídeos e filmes de caráter cultural.

Museu Pedro Ludovico: na antiga rua 26, atualmente Dona Gersina Borges, abriga uma casa que faz parte da história do povo goiano. Lá morou o fundador da capital, Pedro Ludovico Teixeira que iniciou sua construção em 1934, tendo concluído a obra em 1937. A arquitetura em Art-Déco, em voga na época, marca o prédio até hoje conservado assim como o deixou seu proprietário.

Tombado pelo Patrimônio Histórico Estadual foi transformada em museu em 1987. Distribuído por toda residência está o acervo, constituído de 1836 peças. São porcelanas, mobiliário, vestuário, cristais e objetos de uso pessoal. Dois mil livros e oitocentos documentos originais datados dos anos vinte até a década de setenta, compõem a biblioteca particular de Pedro Ludovico. O acervo iconográfico contém 1.142 fotos, formando importante registro histórico. Há ainda outra biblioteca, Antônio Borges Teixeira que com seus duzentos e setenta e oito livros contam a história de Goiânia e do estado. O Museu passou recentemente por ampla reforma conservando-se todo o seu acervo. O espaço permite a historiadores, estudantes, intelectuais, pesquisadores, jornalistas e curiosos fazer uma incursão nas décadas de 30, 40, 50 e 60.

Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga: com arquitetura em art-déco, estilo que marcou as construções de sua época, o Museu Estadual Professor Zoroastro Artiaga foi fundado em 1946 com acervo formado por documentos históricos, utensílios antigos, objetos relacionados aos índios do Brasil Central e peças artísticas. Seu nome presta homenagem ao primeiro diretor, professor Zoroastro Artiaga, que permaneceu no cargo até 1957 e posteriormente de 1964 a 1971, sendo responsável pela caracterização da instituição, enquanto museu eclético.

Na parte térrea do prédio ficam as exposições; administração, reserva técnica, biblioteca e folclore se localizam na parte superior. Em uma das alas encontram-se expostas coleção de arte sacra, arte popular e objetos relacionados a história da Revolução Industrial, intitulada como "Industrializados". Na outra ala, fica, amostra, uma exposição de minerais e rochas característicos de regiões do Estado, uma de artefatos indígenas, além de dioramas. Um com aves nativas do cerrado, outro sobre mineração e um terceiro referente a etnologia.

A seção de folclore estampa a riqueza da cultura do povo goiano. Registra-se a presença de material representativo das várias regiões do estado. O descaroador de algodão, a roda, o tear remontam o visitante aos antigos mutirões de fiandeiras. Roupas e máscaras lembram as tradicionais cavalhadas de Pirinópolis e Santa Cruz. O departamento de imagem e som com mais de mil discos em 78 rpm completam o acervo do museu num importante resgate da história dos goianos.

Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás: neste Museu o visitante encontrará quatro mil, quatrocentas e quarenta e duas peças, importantíssimo legado da cultura no Centro-Oeste. Tendo funcionado em vários locais ao longo dos seus vinte e oito anos de existência, o museu, inaugurado em 1970, está instalado na Praça Universitária, pólo de faculdades tanto da UCG como UFG. Lá estão abrigados grupos de pesquisa interdisciplinar com projetos em desenvolvimento, atividades de ação educativa e cultural, vinculadas a programas relativos ao ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino, ação museológica que assessora os programas de Museus do estado e exposição semi-permanente e outras temporárias. Da exposição fazem parte artefatos confeccionados de matéria-prima vegetal: tronco, colmo de gramínea, estirpe, palha, raque e espinhos de palmeira, frutos, sementes e algodão; de origem animal: ossos, dentes, cerdas, fios de cabelo, conchas, penas e plumas; e, de origem mineral: argila e pedra. O acervo contém ainda, material cerâmico, objetos líticos, pinturas rupestres, material ósseo (humanos e restos alimentares), testemunhos antropológicos e material malacológico. Estão representados os grupos indígenas: Apinayé, Aweti, Canela, Cinta Larga,

Juruna, Kalapalo, Kamayurá, Kayabí, Krahó, Kreen Akarore, Kuikuru, Karajá, Mehináku, Suyá, Tapirapé, Txikão, Txukarramãe, Xavante, Xerente, Yawalapiti, Waurá. Para os que necessitam de recursos bibliográficos o Museu conta também com uma biblioteca especializada.

Museu de Escultura ao Ar Livre: instalado na praça Hosnestino Guimarães (conhecida como praça universitária), próxima ao Campus da Universidade Federal de Goiás, esse museu é formado por esculturas livres colocadas sobre o chão, onde as pessoas podem apreciá-las caminhando entre elas.

Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia: vinculado à Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Católica de Goiás, o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia é muitas vezes confundido como o Museu de Antropologia. O Instituto nasceu do desejo da UCG de difundir o conhecimento sobre o índio brasileiro. Como tal, coordena, desenvolve, orienta e executa estudos e pesquisas nas áreas de Antropologia, Arqueologia, Meio Ambiente e Educação.

O Instituto possui um acervo de fitas, fotos, vídeos, filmes, slides, livros, cartões postais e peças. O material compõe exposições da vida indígena, através de sua cultura material e procura educar os visitantes sobre a importância das tradições culturais para a sobrevivência dos índios.

Na Exposição Etnológica observam-se adornos e ornamentos de índios do Xingu e Brasil Central. São 87 peças entre colares, brincos, tembetá, pentes, pulseiras, batoques, máscaras, e cíciars, acrescidas de mais 43 de instrumentos e utensílios como esteiras, cestas, arcos, flechas e vasos de cerâmica.

Um destaque é a coleção de 52 peças de bonecas karajá, retratando cenas da vida cotidiana daquela tribo. Sua expressão de arte se manifesta nas bonecas feitas em cerâmica, denominadas ritxoð. A este acervo somam-se quinze outras coleções, também de bonecas, fabricadas por diferentes ceramistas, adquiridas pelo Instituto, perfazendo um total de 208 peças.

A Exposição Fotográfica dispõe de cem pôsteres coloridos sobre os índios da Amazônia e do Brasil Central. As Arqueológicas contêm restos cerâmicos, de alimentos, pedaços de ossos de animais e humanos e peças fósseis. Eles contam a história dos caçadores, coletores e horticultores em nosso Estado. Há ainda painéis de pinturas rupestres e fósseis de mamíferos e malacológicos.

O acervo do Meio Ambiente contém exemplares vegetais, palinoteca com coleção de lâminas de polém, e carpoteca contendo frascos de frutas do cerrado. A Biblioteca, recentemente

inaugurada, é fruto de doações e intercâmbios com outras universidades, museus, institutos e produções científicas das áreas de Etnologia, Arqueologia e ciências afins.

Museu de Arte de Goiânia: sediado em local privilegiado, dentro do Bosque dos Buritis - marco turístico da cidade - o Museu de Arte de Goiânia (MAG) foi inaugurado à 20 de outubro de 1970. Criado pela lei n.º 4188, de 28 de agosto de 1969 é o primeiro museu público municipal de artes plásticas da região Centro-Oeste. O MAG constitui-se uma instituição pública de caráter permanente, sem fins lucrativos. Têm como objetivos reunir e abrigar adequadamente as obras de seu acervo, além de estimular e divulgar a produção artística visando promover o intercâmbio cultural.

O museu conta com 03 Salas de Exposição, sendo uma delas localizada em outra sede, no SEPAC - Sala de Exposição do Palácio da Cultura - na Praça Universitária que também abriga o Museu de Escultura ao Ar Livre. Contamos ainda, com a Sala Amaury Menezes reservada para as exposições do acervo e a Sala Reinaldo Barbalho para eventos e exposições. Além disso, o MAG possui setores de Intercâmbio e Exposições, Conservação e Restauração, Reserva Técnica e na área de Ação Educativa, oficinas de artes plásticas e Biblioteca Especializada.

Museu Histórico de Jataí Francisco Honório de Campos: localizado na cidade de Jataí no Estado de Goiás (GO).

Foi inaugurado em 1994 e abriga ossos de um esqueleto pré-histórico conhecido na arqueologia pelo nome de Homem da Serra do Cafezal - descoberto em 1996, pelo goiânio professor Dr. Altair Sales Barbosa.

- Casa de Cora Coralina, localizado na Cidade de Goiás.
- Palácio Conde dos Arcos, localizado na Cidade de Goiás.
- Museu das Bandeiras - IPHAN, localizado na Cidade de Goiás.
- AGEPEL - Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, localizada na Cidade de Goiânia
- Conselho Estadual de Cultura Presidente: localizada na Cidade de Goiânia.

- Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - IHGG, localizado na localizada na Cidade de Goiânia.
- Instituto de Pesquisas e Estudos do Brasil Central - IPEH-BC, localizado na localizada na Cidade de Goiânia.
- Sociedade Goiana de Cultura, localizada na Cidade de Goiânia.

d. Atividades Turísticas e de Lazer e as Potenciais Interferências do Empreendimento

As atividades de turismo e lazer na área de influencia direta se caracterizam pelo consumo da paisagem natural, especialmente das águas e por atividades ligadas ao turismo rural. Na perspectiva do consumo de paisagens naturais o turismo ecológico em parques ecológicos, estações de água e a trilhas ecológicas que levam a cachoeiras e grutas são procurados por turistas de fora da região. O parque Águas Quentes na Serra de São Vicente e as trilhas ecológicas tais como a gruta do morcego no município de Caiapônia são frequentados por turistas até mesmo de fora do país. As cachoeiras e corredeiras, especialmente as localizadas dentro de assentamentos tais como a do Banco da Terra, no mesmo município, são mais freqüentadas por moradores locais.

Os estabelecimentos voltados para o turismo rural apresentam-se como alternativas para simular a experiência da vida campestre. São empreendimentos de pesque e pague próximo a cidades, tais como o Pesque Pague Cambuí na localidade Rio Verdinho há 15 minutos da cidade do Rio Verde ou o country resort localizado na Fazenda JR próximo a Placa de Santo Antonio em Juscimeira no qual o turista pode realizar tarefas rotineiras de uma fazenda (andar a cavalo, cuidar da horta, lidar com gado).

Outra categoria de turismo e lazer é a participação em eventos tais como os Festejos Religiosos e o Festival de Praia do Jarudore. Os Festejos Religiosos são mais restritos as populações locais tais como na Comunidade Pinguela no município de Rondonópolis. De modo geral são festejos de Santos Católicos nos quais há um rodízio de festeiros e de locais de celebração dentro e entre povoados e comunidades. Os festejos mais citados pelos entrevistados foram os que acontecem no mês de outubro para Nossa Senhora Aparecida e no mês de dezembro a Festa dos Santos Reis.

No mês de setembro durante dois dias as margens do Rio Vermelho o Festival de Praia do Jarudore combina lazer aquático, barraquinhas e shows e atrai turistas de varias partes do Estado para o município de Poxoreu. Há inclusive uma proposta de incluir o Festival de Praia no calendário de Festas do Estado do Mato Grosso. Contudo esta proposta ainda esbarra na questão Indígena, a festa ocorre dentro da área demarcada como Reserva Indígena do Jarudore e, segundo os índios da etnia Bororo, o grande fluxo de turistas bem como a circulação de máquinas para instalação de Barraquinhas e espaços para show provocam danos nas margens do rio. Por outro lado os moradores e especialmente os comerciantes dos Povoados de Joanesburgo e do Jarudore destacam a importância do festival para a economia local.

No calendário de eventos do Estado do Mato Grosso outro tipo de evento que merece destaque é o circuito mato-grossense de rodeios com etapas classificatórias em varias cidades. No ano de 2009 as cidades de Campo Verde, Rondonópolis e Cuiabá receberam etapas deste circuito.

De uma maneira geral, essas atividades são irão sofrer interferências por conta do empreendimento. Salienta-se que cuidados ambientais relativos a fase de obras, tais como placas informativas sinalizando tráfego de caminhões, cargas e insumos, assim como interrupções de vias devem ser adotados tendo em vista os transtornos temporários que podem vir a causar, especialmente em período de festas coletivas.



Figura 3.6.5.11-94 - Parque Ecológico de Águas Quentes - Município de Sto Antônio do Leverger



Figura 3.6.5.11-95 - Pesque e Pague, Localidade de Rio verdinho



Figura 3.6.5.11-96 - Fazenda JR - Placa de Santo Antonio

Como forma de mapear de forma completa as atividades de turismo e lazer, optou-se neste subitem por também apresentar informações relativas a área de influencia indireta do empreendimento, tendo em vista a dinâmica de circulação das pessoas que procuram tal tipo de atividade. Assim será descrito de forma breve os principais aspectos relevantes desse tema.

Mato Grosso

O Estado do Mato Grosso tem um planejamento turístico bem definido pela Secretaria Estadual de Turismo do Mato Grosso - SEDTUR. Os municípios são divididos em pólos turísticos, a saber: Amazônia, Cerrado, Pantanal e Araguaia.

Pólo Turístico	Município
Cerrado	Campo Verde, Cuiabá, Guiratinga, Jaciara, Juscimeira, Poxoréu e São Pedro da Cipa.
Araguaia	Ribeirãozinho, Rondonópolis e Torixoréu.
Pantanal	Santo Antônio do Leverger.

Fonte: SEDTUR-MT

No Cerrado, um dos biomas mais importantes do país, encontram-se os municípios localizados na região central do Estado do Mato Grosso. Nesses municípios o grande atrativo são as cachoeiras e montanhas. O Cerrado se forma com uma paisagem agreste, com árvores de pequeno porte e retorcidas, em terrenos aparentemente áridos e sem vida.

No subsolo nascem os rios que se dividem nas três principais bacias hidrográficas do país: Platina, Amazônica e Tocantins. Além disso, a sua rica flora possui mais de 10 mil espécies de plantas. Na região ainda encontram-se cavernas, grutas, corredeiras, cachoeiras e muitas trilhas. Alguns sítios arqueológicos já foram cadastrados pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Nacional em municípios da AII - Jaciara e Poxoréu.

Cuiabá

O município de Cuiabá, sendo a capital do Estado do Mato Grosso, recebe muitos turistas que vem a trabalho, portanto sua rede de hotéis está pronta para atender a demanda de visitantes. A cidade tem todos os atrativos de um grande centro urbano, como *shopping centers*, cinema, boates, lojas, bares e restaurantes. Além disso, existem várias opções de lazer ecológico. O centro de Cuiabá é agitado pelo comércio, mas ainda possui vários monumentos que lembram muito seu passado e sua história de quase três séculos. A cidade de quase 300 anos, apesar de ser um centro urbano, guarda símbolos de sua colonização, como a Igreja Matriz que é de 1722.

O município é caminho dos visitantes que estão a caminho do Pantanal, cerca de 100 quilômetros é o que leva para chegar a alguns municípios que fazem parte desse bioma. O município de Cuiabá oferece todo tipo de transporte para o turista, podendo ser de carro, avião ou barco, podendo a viagem ser um passeio pelos diversos rios da bacia ou um safári fotográfico pela Rodovia Transpantaneira.

Em 2009, a cidade foi escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, em 2014. A Prefeitura está finalizando um Plano Diretor que pretende investir na ordem de bilhões de reais. Será construído um novo e moderno estádio de futebol. A cidade ganhará um anel viário, e ainda milhões de reais em investimentos em transportes públicos, ampliação, adequação e construção de vias públicas. O slogan da campanha da cidade é "Copa no Pantanal - Cuiabá 2014".

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Coxipó, Rio Cuiabá.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Mãe Bonifácia, Parque Mossairo Okamura, Morro da Luz (Morro da Colina), Horto Florestal.
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Aquário Municipal, Museu do Rio, Museu Rondon, Museu da Imagem e do Som de Cuiabá, Museu de Arte e Cultura Popular (Universidade Federal de Mato Grosso), Zoológico da Universidade Federal do Mato Grosso.
Outros	Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Igreja do Rosário, Igreja de São Benedito, Palácio da Instrução, Obelisco do Centro Geodésico da América do Sul.

Fonte: www.copanopantanal.com.br



Fonte: www.copanopantanal.com.br

Figura 3.6.5.11-97 - Obelisco do Centro Geodésico da América do Sul.

Santo Antônio do Leverger

A economia no município de Santo Antônio de Leverger se apóia fortemente no turismo, a atividade expande-se através do Rio Cuiabá, Pantanal e no próprio sítio urbano. As praias atraem muitos turistas, que também visitam a cidade durante o carnaval, onde vários blocos vão as ruas.

O caminho das águas, conhecido como, Rota das Baías, é feito de barco entre Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço, passando por antigas usinas de açúcar e álcool, podendo-se ver toda a beleza do pantanal.

O município abriga o povoado de Mimoso, localizado às margens da Baía de Chacororé. Nesse distrito nasceu Cândido Mariano da Silva Rondon, o “Patrono das Comunicações”. Está sendo construído o Memorial Rondon, um centro internacional que abrigará museu, biblioteca e base para atividades turístico-culturais, além de um aeródromo, uma marina e uma casa de festas.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Paraguai, Rio Cuiabá, Rio São Lourenço, Bacia do Prata, Praia de Santo Antônio do Leverger, Praia das Veredas, .
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Serra de São Jerônimo



Fonte: www.feriastur.tur.br

Figura 3.6.5.11-98 - Rota das Baías

Campo Verde

O turismo ainda é uma atividade promissora no município, que é contemplado por cachoeiras, corredeiras, quedas d’água, morros, formações rochosas, cavernas, construções centenárias e sítios arqueológicos o município aposta no crescimento da atividade.

As atrações no município ainda são pouco exploradas economicamente, locais como as cachoeiras do Rio da Casca, São Lourenço, Roncador e os morros da rapadura que possui um sítio arqueológico com inscrições rupestres datadas de mais de 4 mil e quinhentos anos, e o morro da Cruz com mirante de mais de 400 metros que proporciona uma ampla visão da paisagem e da beleza da região da localidade de Coronel Ponce.

O distrito de Campim Branco fica a 20 Km de Campo Verde, e abriga casas centenárias que serviam de moradia ao Marechal Cândido Rondon e guarda parte da história da colonização da região. A cidade de pedra e possui várias formações rochosas, além das Lagoas Azul e Dois Corações e a Gruta do Francês. Em Campo Verde destacam-se locais para o desenvolvimento do turismo rural.

O Turismo ecológico fica por conta das várias fazendas da região do Distrito Capim Branco, que ainda possui três rios: Roncador, Galheiros e da Casca.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Rio da Casca, Cachoeira São Lourenço, Cachoeira Roncador, Rio Roncador, Rio Galheiros, Rio da Casca.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Fazenda Soberana, Fazenda Santa Luzia, Fazenda Serrinha, Fazenda Água Fria.
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Lagoa Azul, Morro da Cruz.
Outros	Gruta do Francês, Lagoa Dois Corações.

Fonte: Prefeitura de Campo Verde



Fonte: Prefeitura de Campo Verde

Figura 3.6.5.11-99 - Prefeitura Municipal de Campo Verde - Campo Verde - MT

Jaciara

A atividade turística no município é recente, tendo como principais atrativos as cachoeiras, distribuídas por todo o território. A mais visitada é a Cachoeira da Fumaça, distante 10 km da cidade. No Complexo Cachoeira da Fumaça estão localizados os Balneários Rocha, Thermas Cachoeira da Fumaça, Estância ECO GAETA e Paraíso das Águas, acessíveis através da Estrada Parque Cachoeira da Fumaça, que cruza todo o Complexo.

Outro atrativo é o Altar da Lua, no rio Tenente Amaral, no Vale das Perdas, onde, além das pinturas rupestres, existem várias corredeiras de águas cristalinas que vão desembocar no rio São Lourenço, um dos formadores da Bacia Pantaneira. No rio Tenente Amaral pratica-se o rafting, esporte radical com forte apelo turístico na região.

No momento a Prefeitura investe no Turismo visando a copa do mundo de futebol, em 2014. Foi criada uma comissão de turismo, o Comitê Jaciarense Pro - Copa 2014. já que a cidade não possui secretaria específica. A meta é organizar todo tipo de investimento turístico no município para o evento esportivo que terá em Cuiabá uma de suas sedes.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira da Fumaça, rio São Lourenço, rio Tenente Amaral
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Vale das Perdas
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Balneários Rocha, Thermas Cachoeira da Fumaça, Estância ECO GAETA e Paraíso das Águas
Outros	Altar da Lua

Fonte: ECOLOGY AND ENVIRONMENT DO BRASIL - EIA Linha de Transmissão 500 kV Itumbiara - Cuiabá - 2005



Fonte: www.feriastur.tur.br

Figura 3.6.5.11-100 - Grupo fazendo rafting na Cachoeira da Fumaça - Jaciara - MT.

São Pedro de Cipa

O município de São Pedro de Cipa não é visado para turismo e também não possui planejamento para tal. O município não possui site na Internet ou nenhum outro tipo de divulgação dos atrativos da cidade. O local de lazer da população local é o Rio Campinas, na Cachoeirinha, onde se desenvolve a ECOPRAIA; uma semana de festividades com música, futebol, venda de artesanatos e comidas típicas

Juscimeira

O grande atrativo turístico e de lazer de Juscimeira são os balneários de águas termais, destacando-se entre elas: a Termas Alphaville, Termas Aquários, Garimpos das Águas, o Hotel Tropical, as Termas São Francisco e a Fazenda JR. O município é conhecido como paraíso das águas quentes.

Além delas, constituem-se em locais de visitação as Cachoeiras do Chuveirão, do Prata, das Sete Quedas e do Bispo.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Chuveirão, Cachoeira do Prata, Cachoeira das Sete Quedas, Cachoeira do Bispo, Cachoeira do Beleza.
Atividades Turísticas	
Outros	Alphaville, Termas Aquários, Garimpos das Águas, o Hotel Tropical, as Termas São Francisco e a Fazenda JR., Gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: Prefeitura de Juscimeira



Fonte: /www.ferias.tur.br

Figura 3.6.5.11-101 - Cachoeira do Prata - Juscimeira - MT.

Rondonópolis

O município de Rondonópolis, ao sul do Estado, atrai turistas aos canyons que cortam o cerrado e águas vão desembocar no Rio Vermelho, um dos formadores da bacia do Prata, onde são disputadas provas de canoagem, assim como no Rio Ponte de Pedra.

Na Cidade de Pedra encontram-se preciosos sítios arqueológicos, com pinturas rupestres espalhadas em diversas "lapas". Tudo isso se encontra dentro do Parque Ecológico João Basso, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Rio Vermelho, Rio Ponte de Pedra
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque Ecológico João Basso

Fonte: ECOLOGY AND ENVIRONMENT DO BRASIL - EIA Linha de Transmissão 500 kV Itumbiara - Cuiabá - 2005



Fonte: A Tribuna do Mato Grosso

Figura 3.6.5.11-102 - Canyons do Parque Ecológico João Basso - Rondonópolis - MT.

Poxoréo

Constituem-se em principais atrativos para as atividades turísticas e de lazer do município: o Balneário Lagoa (urbano), o Balneário Águas Quentes (rural), Jarudore, as Cachoeiras do Lucas e do Zacarias, Tartarugas Gigantes (formações rochosas), que atraem visitantes de várias regiões, indicando o potencial turístico do município.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Lucas, Cachoeira do Zacarias.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Balneário Lagoa (urbano), Balneário Águas Quentes (rural), Tartarugas Gigantes.
Atividades Turísticas	
Outros	Igreja São Francisco.

Fonte: ECOLOGY AND ENVIRONMENT DO BRASIL - EIA Linha de Transmissão 500 kV Itumbiara - Cuiabá - 2005



Fonte: Prefeitura Municipal de Poxoréu

Figura 3.6.5.11-103 - Igreja de São Francisco

Guiratinga

Dentre as atrações naturais para o lazer, em Guiratinga, destacam-se como as mais procuradas: as quedas d'água de Cachoeiras do Amor, do Itobório, dos Carbonatos, do Celular e da Pecuária, além das praias naturais, canyons (do Inferninho e do Infernã), sítios arqueológicos (fósseis de dinossauros) e trilhas ecológicas.

O planalto dos Alcantilados, localizado entre os municípios de Guiratinga e Poxoréu, também é muito visitado pelos amantes da natureza. Destacam-se, ainda, a pescaria nos rio das Garças e rio Prata, assim como o Festival da Praia no rio Prata, no rio das Garças e no Rio Bandeiras.

As Vilas de Pescadores oferecem passeios de barco e pescaria, na Vila Nova uma passarela suspensa com 115 metros de extensão leva o visitante a cruzar as águas do Rio Garças. Na Vila do Alcantilado existem vários pontos de pesca, praias naturais, e passeios de barco que levam ao cânion dos Alcantilados.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira do Amor, Cachoeira do Itobório, Cachoeira dos Carbonatos, Cachoeira do Celular, Cachoeira da Pecuária, Rio das Garças, Rio Bandeiras, Rio Prata.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Cânyons do Inferninho e Infernã, Parque Temático Morro da Arnica, Área de Preservação Ambiental do Cai-Cai.
Atividades Turísticas	
Outros	Vila de Pescadores do Alcantilado, Vila de Pescadores da Vila Nova

Fonte: Prefeitura de Guiratinga



Fonte: www.panoramio.com

Figura 3.6.5.11-104 - Centro do Município de Guiratinga- Guiratinga - MT

Torixoréu

Segundo informações do site da Prefeitura do município, a atividade turística ainda está sendo estudada, será feito um inventário turístico da cidade - Oferta Turística de Torixoréu de Mato Grosso, para ser avaliado o potencial turístico do município. Assim a Prefeitura poderá ver quais os investimentos adequados para implementar o turismo de forma sustentável e ecologicamente correta.

Atualmente a Pedra de Baliza é o principal atrativo turístico da cidade, o ponto turístico divide Mato Grosso e Goiás.



Fonte: www.feriastur.tur.br

Figura 3.6.5.11-105 - Pedra da Baliza - Torixoréu - MT.

Ribeirãozinho

A pescaria no rio Araguaia é o principal atrativo para os visitantes e moradores. O Hotel Fazenda às margens do rio Araguaia, é um local de visitação, principalmente no verão, em função das praias. Como o município não tem secretaria de turismo, ou qualquer órgão que divulgue a atividade no município, não sendo possível apurar informações mais detalhadas.

Araguaia - O Pólo Turístico do Araguaia é uma planície alagada por rios volumosos com extensas praias fluviais, grandes áreas de Cerrado e parte de Floresta Amazônica. Há diferentes paisagens no local, do campo à floresta tropical. A diversidade dos ecossistemas protegidos pelo Parque Nacional do Araguaia atrai biólogos, ornitólogos e outros pesquisadores de fauna e flora da região. (SEDTUR-MT)

Entre os atrativos estão: a pesca esportiva, esportes radicais, grutas e cavernas. O Vale do Araguaia ganhou este nome por causa do grande rio Araguaia que nasce próximo ao Parque Nacional das Emas, mais precisamente na Serra do Caiapó. Em seu trajeto para o Norte, serve de limite entre os Estados de Goiás e Mato Grosso. Em toda sua extensão, cerca de 2.115 Km, drena inúmeras regiões agrícolas e pastoris. Seus principais afluentes são os rios das Mortes e Garças, definindo o Baixo, Médio e Alto Araguaia.

Pantanal - O bioma do Pantanal foi declarado pela Unesco "Reserva da Biosfera" e "Patrimônio Natural da Humanidade". No total são 230.000 Km² de vida silvestre, dos quais grande parte está dentro de Mato Grosso, onde nasce e se forma.

O Pantanal Mato-grossense é a maior planície alagável do mundo, formada pela Bacia do Rio Paraguai e pelo regime cíclico das águas. O fenômeno, repetido há milhões de anos, transformou o Pantanal na maior superfície úmida do planeta - abrigando uma das maiores reservas ictiológicas da América do Sul.

► Goiás

O principal atrativo do Estado de Goiás é a diversidade, além do atrativo das cidades históricas e do turismo nobre das águas quentes, as terras goianas abrem espaço para os lugares místicos, para as cachoeiras e para o ecoturismo. As Cavernas e grutas que preservam história podem ser encontradas no município de Caiapônia. O Estado de Goiás é destino muito procurado por turistas, por manter o cerrado preservado em algumas regiões. O turismo ecológico atrai os

visitantes com inúmeras cachoeiras, lagos, formações rochosas e grutas. Outras atrações muito procuradas pelos turistas são: o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o Parque Nacional das Emas e o Rio Araguaia, que atrai cerca de 150 mil turistas por temporada.

Diferente do Estado do Mato Grosso, o Governo do Estado não possui um planejamento turístico definido, mesmo assim, Goiás não deixa de ser procurado por muitos turistas.

Baliza

A cidade localizada no noroeste goiano possui as cachoeiras como seus principais atrativos turísticos. O Rio Araguaia que corta uma parte do território também é usado como área de lazer pelos moradores do município e de cidades vizinhas.

Em Baliza, as inúmeras cachoeiras e córregos são utilizados para o lazer dos moradores locais e dos municípios do entorno, destacando-se como os principais: a Cachoeira Salto Paraguassu, a Cachoeira Rio do Peixe, a Cachoeira do Caracol, e a Cachoeira do Anedino. Ressalta-se ainda, a realização dos Jogos Radicais Ecológicos e de Educação Ambiental do Encantado; dentro da APA Vale do Encantado, que tem como um de seus objetivos conscientizar a população a importância da preservação ambiental.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira Salto Paraguassu, Cachoeira Rio do Peixe, Cachoeira do Caracol, Cachoeira do Anedino.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	APA Vale do Encantado

Fonte: ECOLOGY AND ENVIRONMENT DO BRASIL - EIA Linha de Transmissão 500 kV Itumbiara - Cuiabá - 2005



Fonte: <http://www.ferias.tur.br>

Figura 3.6.5.11-106 - Rio Araguaia - Baliza - GO

Caiapônia

O município de Caiapônia fica a 345 Km de Goiânia, e se destaca como um importante pólo ecoturístico de Goiás em função de suas belezas naturais. As cachoeiras de São Domingos, Jalapa e Samambaia, são algumas delas. O turismo de aventura tem na Serra do Gigante Adormecido e a Serra das Torres seus grandes atrativos.

No centro da cidade o lago dos Buritis, onde são realizadas todas as festas da cidade, como carnaval (Zé Pereira), festa de maio (Barraquinhas) é o grande atrativo tanto dos moradores, quanto dos visitantes. Fora do centro urbano, vivem comunidades que se intitulam "alternativas", o que atrai visitantes a procura do turismo esotérico.

O município tem a divulgação de seus atrativos turísticos e dados em geral através do site Região Agro-Ecológica⁹ de Goiás, que inclui ainda Chapadão do Céu, Rio Verde, Mineiros, Jataí e Serranópolis.

Em função da importância e dinâmica da atividade turística, existe uma Associação dos Guias Turísticos de Caiapônia.

⁹ www.agroecologica.tur.br

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeira de São Domingos, Cachoeira da Jalapa, Cachoeira da Samambaia, Cachoeira do Sereno, Cachoeira da Abóbora, Cachoeira do Rio Verdão, Cachoeira do Rio Bonito, Cachoeira da Santa Márcia, Cachoeira do Pântano.
Atividades Turísticas	
Recreação, aventura e atividades ao ar livre	Lago dos Buritis, Serra do Gigante Adormecido, Serra das Torres, Gruta do Morcego, Pedra Pintada.

Fonte: ECOLOGY AND ENVIRONMENT DO BRASIL - EIA Linha de Transmissão 500 kV Itumbiara - Cuiabá - 2005



Fonte: <http://www.agroecologica.tur.br>

Figura 3.6.5.11-107 - Cachoeira São Domingo - Caiapônia - GO

Montividiu

O município tem belezas naturais e grande vocação para o turismo, porém ainda pouco explorados. O Rio Montividiu e as Três Cachoeiras são exemplos disso, o rio forma, como o nome diz três cachoeiras uma ao lado da outra, as quedas formam uma piscina natural de água limpa e extrema beleza.

Na cidade o Rio Montividiu é utilizado pela população como local de banho e descontração. A cidade conta com outros pontos de lazer como a Ponte de Pedra, Parque dos Dinossauros, Pesque e Pague, Rio Montividiu, segundo informações no site da Prefeitura (www.pmmontividiu.com.br) em breve, o Parque Ecológico (lago).

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Três Cachoeiras, Rio Montividiu.
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Parque dos Dinossauros.
Atividades Turísticas	
Recreação, aventura e atividades ao ar livre	Ponte da Pedra Pesque e Pague.

Fonte: Prefeitura de Montividiu



Fonte: Prefeitura de Montividiu

Figura 3.6.5.11-108 - Três Cachoeiras - Montividiu - GO

Rio Verde

Dentro os quatro municípios da AII que pertencem ao Estado de Goiás, Rio Verde é o melhor equipado em termos de atrativos turísticos. O município possui shopping center, boate, cinema, um centro de tradições gaúchas, pista para prática de caminhada, diversas praças, vários bares e restaurantes, clubes de pesca esportiva, clubes sociais e até um spa. A Prefeitura ainda visa a construção de um parque ecológico, com lago, que será feito no encontro do córrego Barrinha com o córrego do Sapo, aproveitando toda a encosta do Jardim Adriana, contando com 170 mil m², de área de preservação ambiental, área de lazer para prática de esporte.

O município abriga grandes indústrias, como: a Perdigão, Cargill, Grupo Orsa, Videplast, Kowalsky Alimentos e Comigol no município, dessa forma o turismo de negócios teve um crescimento considerável, o que levou a Prefeitura a criar a Superintendência de Turismo, em 2005. Semanalmente o município recebe empresários brasileiros e estrangeiros. Para atender essa demanda Rio Verde possui 31 hotéis, com cerca de 1500 apartamentos, tendo uma taxa de ocupação mensal acima dos 60%. Além disso, a faculdade (Instituto de Ensino Superior de Rio

Verde/Faculdade Objetivo) local implementou o curso de Turismo, tamanha a procura de mão-de-obra especializada.

Atrativos Naturais e Ecológicos	
Rios e Cachoeiras	Cachoeiras De Ouroana, Cachoeira Cabeleira, Cachoeira da Pitanga, Cachoeira do Inferninho, Cachoeira do Rio Preto, Cachoeira Paraíso do Rio Preto
Parques, Reservas e Estações Ecológicas	Pesque-Pague Estância Igrejinha, Parque de Exposição Agropecuária Garibalde da Silveira Leão
Atividades Turísticas	
Recreação, Aventura e Atividades ao Ar Livre	Praça Joaquim da Silveira Leão, Praça dos Coqueiros, Praça Rodrigues de Mendonça, Cristo Redentor, Thermas Park Aquático
Outros	Igrejinha, Barriguda (Árvore Símbolo Do Município)

Fonte: Prefeitura de Rio Verde



Fonte: <http://www.agroecologica.tur.br/>

Figura 3.6.5.11-109 - Cachoeira da Pitanga - Rio Verde - GO.

ANEXOS

**ANEXO 1- SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS REGISTRADOS NO IPHAN, NOS MUNICÍPIOS
ABRANGIDOS PELAS LTS**

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Conjunto Arquitetônico	Cuiabá/MT	Sítio a céu aberto (histórico) Sítio habitação.
Engenho Bom Jardim	Cuiabá/MT	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações.
Nossa Senhora do Rosário	Cuiabá/MT	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações.
Lara Pinto	Cuiabá/MT	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações. Engenho
Letreiro do Bugre no Morro da Estiva	Cuiabá/MT	Gravuras Rupestres
Mamão	Cuiabá/MT	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Taperão do Aricá	Cuiabá/MT	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações. Engenho
Xavier II	Cuiabá/MT	Sítio sob Gruta e arte rupestre
São José Velho	Campo Verde/MT	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações. Engenho
Lapa Escondida	Jaciara/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Local do Frade	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida B	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida D	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida E	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida F	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida G	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida Principal	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha apresentando painel com motivos geométricos, zoomorfos e antropomorfos e cenas, pintados em vermelho, branco, amarelo; há amoladores e pilões fixos, além de lascas rítmicas e cacos cerâmicos em superfície.
São Lourenço de Fátima	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Serra Pintada	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Abrigo Gomes Carneiro 1	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Abrigo Gomes Carneiro 2	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Areia	Juscimeira/MT	Sítio lítico
Brilhante	Juscimeira/MT	Sítio lítico
Loca da Cruz	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca da Estrela	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca da Panela	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca da Taboca	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Castelo	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Morro Sozinho	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Morro Vermelho	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Noel I	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Noel II	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca do Noel III	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Caminho Córrego do Motorista	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Colina	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca da Anta	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca da Centopéia	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca da Cobra	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Loca da Coragem	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto e sítio cerimonial.
Loca dos Macacos	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Parto	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca Tupi	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha com material cerâmico
Loca do Sapo	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca dos Veadinho	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Oficina da Palestina	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Oficina do Garimpo	Juscimeira/MT	Sítio lítico a céu aberto
Oficina do Túlio	Juscimeira/MT	Oficina lítica sobre um afloramento rochoso
Rancho do Pescador	Juscimeira/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Rancho Queimado I	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Rancho Queimado II	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Roca do Otacílio	Juscimeira/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
São Lourenço	Juscimeira/MT	Sítio lítico com média-baixa incidência de artefatos
Sítio da Bateria	Juscimeira/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Abelha	Rondonópolis/Mt	Sítio Cerimonial a céu aberto, com a existência de gravuras rupestres.
Abrigo da Onça	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Abrigos dos Anoes	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Abrigos dos Selos	Rondonópolis/Mt	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Abrigos Vermelhos I a XII	Rondonópolis/Mt	Abrigo sobre rocha com material cerâmico.
Acampamento Militar do Morro Solteiro	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Adubo	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Água Limpa	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Aldeia Bororo	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Aldeia Bororo de Pobo	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Aldeia de Tadarimana de 1983	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Aldeinha Bokodoro	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Alvorada	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Anta	Rondonópolis/Mt	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Antiquera	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Arareal	Rondonópolis/Mt	Sítio lítico situado no perímetro urbano de Rondonópolis.
Arigao Bororo	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Bananeiras	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Boa Vista	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Campinho Três Pontes	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campinho Três Pontes (A)	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campinho Três Pontes (B)	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campo Limpo	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto
Capivara I	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Capivara II	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Carapicho	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Carapicho A	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Carapicho B	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Carimã 1	Rondonópolis/Mt	Sítio em abrigo com arte rupestre, com rara cerâmica na superfície
Carimã 2	Rondonópolis/Mt	Abrigo com arte rupestre
Caverna Coral	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Caverna do Homem Deitado	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Caverna Riscada	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação pré-histórico e histórico.
Chico Mineiro	Rondonópolis/Mt	Sítio acampamento pré-cerâmico / Sítio habitação, exposto a céu aberto.
Chico Mineiro II	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cogumelo	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Doutor Félix I	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Doutor Félix II	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Em frente de Poboré	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Falha	Rondonópolis/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Ferraz Igreja	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Ferraz Igreja	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Guarapa	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Igarapes	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Itaquatiara	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Kejare anterior ao contato	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto
Kejare recente	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto
Kuogo I Guru	Rondonópolis/MT	Sítio acampamento, exposto a céu aberto.
Laje dos Bonecos	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Leiteiro	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Lenha	Rondonópolis/MT	Sítio oficina cerâmica, exposto a céu aberto.
Magarinos 1	Rondonópolis/MT	Abrigo sobre rocha
Nicanor	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Paulicéia	Rondonópolis/MT	Sítio oficina lítica, exposto a céu aberto.
Paulinho I	Rondonópolis/MT	Sítio oficina lítica, exposto a céu aberto.
Paulinho II	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Pobore de Rondon	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Pobore dos primeiros contatos	Rondonópolis/MT	Sítio cerâmico a céu aberto (antiga aldeia Bororo)
Pobore Raireu	Rondonópolis/MT	Sítio acampamento pré-cerâmico (com reocupações), exposto a céu aberto.
Ponte de Pedra I	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Ponte de Pedra II	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Ponte de Pedra III	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Ponte de Pedra IV	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Portão Eletrônico	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Rancho Fundo	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Recanto Feliz	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Renda	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Rio Vermelho		
Roca Comunitário	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Roca Comunitário (Bororo)	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Roca do Kaiua	Rondonópolis/MT	Sítio cerâmico a céu aberto/ Ativid. limit.

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Roca do Waldomiro	Rondonópolis/MT	Sítio cerâmico a céu aberto
Roca Pobore	Rondonópolis/MT	Aldeia Bororo atual / Sítio habitação
Roca Pobore (SPI)	Rondonópolis/MT	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Santa Cruz	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
São Jorge	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Serraria	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sete Barras	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Sítio Abelha	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Sítio das Abelhas	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio do Bode	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Sítio do Caju	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio Duas Pedras	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Sítio Tucanos	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Tadarimana (1979 - 1983)	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tadarimana anterior a 1978	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tia Bila	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tocaia dos Morcegos	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Tori Paru da época de Baldus	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tori Paru dos anos 70	Rondonópolis/MT	Antigo rancho do Manezinho e do Kasimiro
Tori Paru dos primeiros contatos	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Três Marimbondos	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Viaduto do Chá I	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Viaduto do Chá II	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Vila Paulista	Rondonópolis/MT	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Abrigo das Abelhas	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo Dipetrol (Caretas)	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo Dipterol (Lagoinha)	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo do Deco	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo do Jarudore	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo do Morro das Araras	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo Paraíso	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo Troale	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Ana Saraiva	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Barra do Areia	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Bate Caverna ou Caverna do Lambari ou Caverna do Fundão	Poxoréo/Mt	Caverna subterrânea/ Ativid. limit.
Beira do Rio Poxoréo	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campo da Dona Edite	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Casa do Hélio	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cemitério do Troale	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico que se encontra totalmente enterrado, sem nenhum material ocorrendo a superfície. O sítio foi cortado por duas estradas em cujos barrancos aparece algum material.
Cemitério Paraíso	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cerrado Caminho Jato	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Chiquinho da Roca	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Escolinha de Jarudore	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Fazenda Grotão	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Fazenda Hoshina	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Fazenda Hoshina Curral	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Igrejinha	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Jarudore Bororo (primeiros contatos)	Poxoréo/Mt	Sítio cerâmico a céu aberto (antiga aldeia Bororo)
Jarudore Bororo dos anos 80	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Lote da Sobra	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Metro 1	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Metro 2	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Morro da Janela I	Poxoréo/Mt	Trata-se de um dentre muitos abrigos rochosos da área que apresentam gravuras rupestres sobre os paredões de arenito de morros testemunhos bastante altos e de forma tabulares.
Morro da Janela II	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Morro da Janela III	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Morro da Janela IV	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Morro da Mesa	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Morro das Araras (1a. Aldeia)	Poxoréo/Mt	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Morro das Araras (2a. Aldeia)	Poxoréo/Mt	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Morro do Bigode	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Pobojare - Fumaca II	Poxoréo/Mt	Sítio lítico-cerâmico a céu aberto (antiga aldeia)
Pobojare recente	Poxoréo/Mt	Sítio a céu aberto (duas casas abandonadas de índios)
Pobojare tradicional (primeiros contatos)	Poxoréo/Mt	Sítio a céu aberto (antiga aldeia Bororo)
Roca da Dona Alice	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Roca da Dona Thomazia	Poxoréo/Mt	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Roca do Waldemar	Poxoréo/Mt	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Seringal do Barreirinho I	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico com material aflorando basicamente à superfície e concentrado em manchas concêntricas indicando ter sido este o local de uma antiga aldeia circular.
Seringal do Barreirinho II	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Seringal do Barreirinho III	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio Babaçu	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Sítio da Lagoa	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio do Waldir	Poxoréo/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Talud da Igrejinha	Poxoréo/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Toboga	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha
Tombador margem direita	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico a céu aberto, sobre vertente de suave colina à margem direita do rio Tombador, com alta densidade de material lítico lascado à superfície e grandes lages de arenito
Tombador margem esquerda	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico a céu aberto, a beira do rio Tombador, com uma densidade bastante grande de material lítico lascado e poucos fragmentos cerâmicos à superfície.
Topo do RN-011	Poxoréo/Mt	Sítio lítico a céu aberto/ Ativid. limit.
Torre dos Macacos	Poxoréo/Mt	Abrigo sob rocha

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Abrigo do Garca	Guiratinga/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo do Garimpo I	Guiratinga/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo do Garimpo II	Guiratinga/Mt	Abrigo sob rocha
Abrigo do Nercio	Guiratinga/Mt	Abrigo sob rocha
Aijere	Guiratinga/Mt	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cascalheira dos Padres	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Doutor Auto I	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Doutor Auto II	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima (Lesma)	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima Morro I	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima Morro II	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Itubore (anterior a 1946)	Guiratinga/Mt	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Médio Areia	Guiratinga/Mt	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Morro de Guiratinga I	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Morro de Guiratinga II	Guiratinga/Mt	Sítio lítico a céu aberto
Sítio Cachoeira Mansa	Guiratinga/Mt	Abrigo sob rocha

PODER PÚBLICO

ANEXO 2- PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA



Arte Rupestre – Caiapônia/GO – Fonte: images.google.com.br

**PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA
NA ÁREA ABRANGIDA PELA
LT 500 KV - CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E
LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO - RIO VERDE NORTE (MT/GO)**

**Arqueólogos Responsáveis
Doutor Saul Eduardo Seiguer Milder
Doutoranda Juliana Rossato Santi**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS
LEPA



**PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA
DA ÁREA ABRANGIDA PELA
LT 500 kV - CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E
LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO - RIO VERDE NORTE (MT/GO)**

Arqueólogos Responsáveis
Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder
Doutoranda Juliana Rossato Santi

Arqueólogo Subcoordenador
Ms. Angelo Inácio Pohl

Santa Maria/RS, Maio de 2009

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA	4
2. OBJETIVOS	5
3. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO	6
4. POTENCIALIDADES ARQUEOLÓGICAS REGIONAIS	16
5. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA DO PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA	23
5.1. Conceituação	23
5.2. Parâmetros do Modelo Locacional	24
5.3. Seqüência das operações	26
6. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS	27
7. ARQUEÓLOGOS RESPONSÁVEIS PELAS PESQUISAS	28
8. EQUIPE TÉCNICA	28
9. IDONEIDADE FINANCEIRA	29
10. ENDOSSO INSTITUCIONAL	29
11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	29
12. PROPOSTA PRELIMINAR DE UTILIZAÇÃO FUTURA DO MATERIAL PRODUZIDO PARA FINS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS	30
13. BIBLIOGRAFIA	30
ANEXOS	42
Relação de sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN	42
Idoneidade Financeira	42
Endosso Institucional	42
Mapa de localização do empreendimento	42
Currículos Arqueólogos responsáveis e equipe técnica	42

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Prospecção Arqueológica foi elaborado de acordo com as normas e procedimentos determinados pela Portaria nº. 07/88 – IPHAN e Portaria nº. 230/02, que dispõem sobre os pedidos de autorização para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas.

O Projeto teve por base o Diagnóstico produzido sobre o patrimônio arqueológico, histórico, cultural e etno-histórico da área abrangida pelas futuras instalações da Linha de Transmissão 500 kV - Cuiabá – Ribeirãozinho e Linha de Transmissão 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte (MT/GO).

Tendo em vista a potencialidade arqueológica, histórica e cultural da área em tela, o presente projeto visa à obtenção de permissão para execução de prospecções arqueológicas nos municípios acima referidos, buscando impedir a devastação e a depredação dos bens culturais que possam existir ali.

Conforme Art. 20 da Constituição Federal do Brasil e Lei nº 3.924 / 61, os bens arqueológicos são considerados bens da União e devem ser estudados antes que qualquer obra possa vir a danificá-los.

Nesse sentido, a implantação de uma LT, na qual são construídos canteiros de obras, acessos novos e torres de transmissão, pode ser extremamente lesiva aos bens ambientais e culturais encontrados no subsolo, exigindo um Programa de Prospecção Arqueológica em locais que sofrerão impactos diretos e indiretos da obra.

Considerando as características gerais do empreendimento, associadas ao potencial arqueológico dessa região, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que visem estimular a preservação do patrimônio cultural local.

Genericamente, a estratégia que sustenta um Projeto de Prospecção Arqueológica considera a influência do mesmo distribuída em três áreas:

a) Área de influência direta: fração de terreno circunscrita pela linha poligonal apresentada no projeto de construção da obra. Essa área deve ser entendida como potencialmente privilegiada no tocante a busca da arqueoinformação.

b) Área de influência indireta: é uma faixa de terreno de dimensões que variam conforme as adaptações necessárias a cada situação que se apresentar quando do incremento das obras de engenharia (acessos, depósitos de materiais, canteiros

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

de obras, etc.). Constitui uma fração de terreno que deverá ser verificada objetivando prevenir possíveis impactos ao patrimônio arqueológico.

c) Área de influência expandida: constituída pelo município no qual será instalado o empreendimento.

O empreendimento é de responsabilidade da CATXERÊ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., localizada na Avenida Marechal Câmara, nº. 160, sala 1036 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ - CNPJ: 10.542.732/0001-67.

O contato nesta empresa é o Sr. Carlos Assumpção Olesko, Diretor Técnico, telefone (21) 2101-9900 e (21) 8357-0155, com endereço eletrônico - olesko@iracematransmissora.com.br ou olesko@cymi.com.br.

2. OBJETIVOS

✎ Atender à legislação específica referente à identificação, proteção e salvamento de sítios, com a aplicação de metodologias adequadas a esses processos.

✎ Prevenir a depredação e destruição do patrimônio arqueológico local protegido pela Constituição Federal e Lei específica (nº. 3.924/ 61).

✎ Identificar e mapear as áreas com possibilidades de sítios arqueológicos antes que qualquer obra possa pôr em risco esses bens culturais.

✎ Realizar sondagens e outras formas de prospecções para identificar a extensão e a profundidade das evidências arqueológicas encontradas.

✎ Coletar amostras de evidências arqueológicas quando oportuno para identificar as filiações desses artefatos e correlacionar com os tipos de ocorrências arqueológicas registradas regionalmente.

✎ Registrar o maior número possível de informações referentes aos sítios identificados passíveis de serem afetados direta ou indiretamente pela LT.

✎ Verificar o grau de destruição do impacto ou de preservação dos sítios arqueológicos encontrados.

✎ Recomendar medidas de salvamento e proteção dos sítios arqueológicos ou alterações no traçado da LT.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

¥ Contribuir com análise sobre os procedimentos arqueológicos a serem desenvolvidos durante licenciamentos ambientais.

¥ Produzir conhecimentos sobre a ocupação pré-colonial e colonial da Região, em especial nos Estados de Mato Grosso e Goiás.

3. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

O empreendimento tem a extensão aproximada de 607 km, com a previsão de construção de 1.250 torres de transmissão de energia elétrica.

Abrange os seguintes municípios:

- No Estado de Mato Grosso: Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Campo Verde, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Rondonópolis, Poxoréo, Guiratinga, Torixoréu e Ribeirãozinho.

- No Estado de Goiás: Baliza, Caiapônia, Montividiu e Rio Verde.

O nome Mato Grosso originou-se em 1730 com exploradores que, ao chegar, se depararam com matas muito espessas. Embora este tipo de vegetação não ocorra em toda a superfície do estado, o nome foi mantido e oficializado (Carta Régia, 9 de maio de 1748).

As riquezas da região atraíram bandeirantes e aventureiros, que para cá migraram. O primeiro a chegar, por volta de 1525, foi o português Pedro Aleixo Garcia. Conforme o Tratado de Tordesilhas, estas terras pertenciam à Espanha. Desde o início do século XVII, jesuítas espanhóis que ali se estabeleceram fundaram missões entre os rios Paraná e Paraguai. A descoberta do ouro na região acabou atraindo muitos desbravadores e acelerou o processo de povoamento na região. Até a definição das fronteiras a cargo de Portugal e Espanha através dos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), Portugal expandiu seus domínios, construindo vilas e fortes visando proteger as terras de ataques espanhóis e originando a capitania de Mato Grosso.

A partir de 1748, Mato Grosso e Goiás são desmembradas da Capitania de São Paulo, sendo criada então a Capitania de Mato Grosso.

Depois de uma pequena divisão do estado durante a revolta Constitucionalista, o sul aproveitou a situação e formou um pequeno governo durante 90 dias. Em

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

1977, o governo federal decretou a divisão do Estado de Mato Grosso, formando então Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, devido à "dificuldade em desenvolver a região diante da grande extensão e diversidade".

Localizado na parte ocidental da região Centro-oeste do Brasil, com uma área de 906.806,9 km², abriga 2.498.502 habitantes. Faz limite ao Norte com os estados do Amazonas e Pará; ao Sul: Mato Grosso do Sul; ao Leste: Tocantins e Goiás e ao Oeste: Bolívia e Rondônia.

O estado divide-se em 139 municípios, os quais são interligados entre si e com outras localidades por 82.004 quilômetros de rodovias (4,8% pavimentadas).

Identificam-se três unidades de relevo no estado. O Planalto mato-grossense, a Depressão do alto Xingu e a Depressão do médio Araguaia.

O Planalto mato-grossense é formado por várias chapadas e chapadões, cujas altitudes variam de 400 a 800m. Entre as serras mais importantes temos, ao norte do estado, as Serras do Parecis, Formosa, do Norte, Caiabis e Apiacás; e na região leste do estado, a Serra do Roncador.

A área de planalto também serve como divisor de águas entre os rios que seguem em direção ao Paraguai e os rios que compõem a bacia amazônica.

As depressões do alto Xingu e médio Araguaia estão localizadas na porção nordeste deste planalto, estando separadas naturalmente pela Serra do Roncador. São constituídas por planícies inundáveis, as quais com as cheias dos rios locais são periodicamente alagadas.

Ainda neste estado, temos uma porção da região pantaneira, denominada Pantanal mato-grossense, com altitudes variáveis de 100 a 300m e extensa área de planície alagadiça.

Uma das paisagens características do relevo mato-grossense é a Chapada dos Guimarães, mundialmente conhecida por representar o planalto local.

Compõem a rede fluvial mato-grossense duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do rio Paraguai.

Bacia do rio Amazonas: tem como principal rio o Araguaia e seus afluentes, rio das Mortes, Xingu, Juruena, Manuel Teles Pires e Roosevelt.

Bacia do rio Paraguai: origina-se ao norte de Cuiabá tendo como seu principal afluente na região, o rio Cuiabá.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

Predomina o clima típico da Amazônia, tropical super-úmido de monção (Aw) na maior parte do estado, cujas temperaturas são elevadas, com temperatura média anual em torno dos 26°C. O índice pluviométrico local atinge por volta dos 2.000mm anuais, sendo, portanto, considerado alto. A porção sul do estado é marcada pela seca, reduzindo-se de forma gradativa, à medida que avança rumo à região norte.

No estado as florestas ainda são a grande maioria da cobertura vegetal; prosseguimento da Floresta Amazônica. Já na região limítrofe do pantanal-matogrossense, podem ser avistadas tipologias vegetacionais de cerrados e campos. Para fins de conhecimento e até mesmo estatísticos, Mato Grosso apresenta a seguinte proporção vegetal: 47% da área estadual tomada por florestas; 39% da área estadual tomada por cerrados; 14% da área estadual tomada por campos.

Aproximadamente quase um século após o descobrimento do Brasil, colonizadores portugueses chegaram à região de Goiás. Os primeiros a ocupar o local foram aventureiros bandeirantes vindos de São Paulo em expedições. Entre estes exploradores estava Bartolomeu Bueno da Silva - o Anhangüera, que vinha em busca de ouro, o que só encontrou no final do século XVII.

Segundo uma lenda local, na tentativa de descobrir com os índios onde se localizavam os veios de ouro, Bartolomeu Bueno da Silva ateou fogo em um prato contendo aguardente, dizendo fazer o mesmo com os rios e nascentes se os índios não lhe mostrassem as minas. Com medo, os índios o atenderam e passaram a chamá-lo Anhangüera ("feiticeiro" para os nativos). Muitas outras expedições rumaram para Goiás em busca das riquezas do subsolo.

O primeiro vilarejo da região, chamado de Arraial da Barra, foi fundado em 1726 por Bartolomeu Bueno (filho de Bartolomeu Bueno da Silva). A partir daí, os povoados cresceram e se multiplicaram, isto na segunda metade do século XVIII, quando a exploração do ouro estava em alta. A migração de pecuaristas vindos de São Paulo (séc. XVI) buscando melhores terras e condições para o gado, avolumou a colonização e implantou a pecuária na região.

O atual Estado de Goiás, antes pertencente ao Estado de São Paulo, foi separado e elevado à categoria de província em 1744. Com a decadência do ouro nos idos de 1860, a lavoura e a pecuária passaram a ser as principais atividades da região. O escoamento da produção foi propiciado pela abertura de estradas e pela na-

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

vegação a vapor no final do século XIX, o que desenvolveu consideravelmente a província. No século XX, a construção da capital Goiânia foi o novo impulso econômico, mais tarde complementado com a criação de Brasília (1960).

Localiza-se no coração do planalto central, limitando-se ao Norte com Tocantins, a Sudeste com Minas Gerais, a Leste com a Bahia e Minas Gerais, a Sudoeste com o Mato Grosso do Sul e a Oeste com o Mato Grosso. Distribuídos em 246 municípios, sua população em 2000 atingiu aproximadamente 4.994.897 habitantes, ocupando uma superfície de 341.289,5 km².

Da área territorial estadual, 72% apresenta-se com altitudes variáveis entre 300 e 900m; marca a região a presença de extensos planaltos, os quais dividem-se em quatro tipos e uma planície; assim, o estado de Goiás compreende cinco unidades de relevo.

O Planalto Cristalino está presente na maior parte do estado com suas maiores altitudes na porção sudeste (Goiânia, Anápolis e proximidade do Distrito Federal), chegando aos 1.380m na Serra dos Pirineus; vários rios cortam o planalto, apresentando platôs extensos com chapadas (estendem-se entre rios pequenos) e chapadões (estendem-se entre rios maiores).

Uma destas chapadas, ou chapadão, devidos as suas proporções, pois prolonga-se até o extremo norte do estado, recebe várias denominações como serra do Estrondo, serra Dourada, serra dos Javaés, serra dos Xavantes e a mais conhecida denominação, serra das Cordilheiras.

O Planalto Sedimentar da Bacia do Meio Norte tem sua ocorrência na divisa com o estado do Maranhão. Constitui-se de um conjunto de chapadas cujas altitudes médias atingem 600m.

O Planalto Sedimentar do São Francisco é popularmente conhecido como Espigão Mestre, está situado na divisa com a Bahia e Minas Gerais, apresentando altitude média de 800m.

O Planalto Sedimentar da Bacia do Paraná apresenta elevação presente na porção sudoeste do estado com altitudes variáveis de mil metros decrescendo para 500m na Serra do Capará, fronteira sul de Goiás com Mato Grosso do Sul.

A Planície Sedimentar do Médio Araguaia é uma região sujeita a frequentes inundações, localizada entre Goiás e Mato Grosso em sua porção oeste.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

A tipologia climática tropical se faz presente na maior parte do estado, apresentando invernos secos e verões chuvosos. As temperaturas variam de região para região; no sul giram em torno dos 20°C, aumentando ao norte para 25°C. O índice de chuvas segue o regime das temperaturas. A oeste do estado o índice atinge 1.800mm anuais, diminuindo no sentido leste para 1.500mm/ano.

Em parte do estado, mais precisamente no planalto de Anápolis e Goiânia, ocorre o clima tropical de altitude com temperaturas médias anuais baixas, porém, a precipitação ocorre da mesma forma que no restante do estado.

A rede hidrográfica goiana é formada pelas bacias do Amazonas, Paraná e São Francisco.

- Bacia do Amazonas: composta por dois rios goianos de importância, Tocantins e Araguaia.

Rio Tocantins - nasce na Serra Dourada (região central) segue seu curso desaguardo no rio Amazonas (em território paraense). Ao todo são 2.855 km de curso. Afluentes: margem direita: rios Maranhão, Tocantinzinho, Manuel Alves, do Sono e das Almas margem esquerda: rios Araguaia, Santa Teresa

Rio Araguaia - nasce ao sul de Goiás, percorre todo o estado e, cerca de 500 km antes da fronteira com o Pará, divide-se em dois braços formando a Ilha do Bananal (maior ilha fluvial do mundo com 20 km²). Percorre ao todo 2.627 km. Afluentes: rios Claro, Vermelho, Crixá- Açú e Jacaré.

- Bacia do Paraná: tem como rio mais importante o Paranaíba, que nasce em Minas Gerais, formando fronteira entre os estados. Todos os rios que seguem na direção sul são afluentes do Paranaíba, merecendo destaque os rios São Marcos, Jacaré, Meia Ponte, Corrente, Corumbá e Aporé (divisa com Mato Grosso do Sul).

- Bacia do São Francisco: apresenta o rio Preto como seu principal afluente, originando-se em Formosa-GO.

A vegetação goiana caracteriza-se pela presença do cerrado na maior parte do território.

As matas são pouco desenvolvidas e bastante cobijadas, pela fertilidade do solo que se apresenta propício para a agricultura. Na porção centro-norte do estado, conhecida como Mato Grosso de Goiás, se encontra a principal mancha florestal, abrigando espécies como o jatobá, a palmeira guariroba, a copaíba ou óleo vermelho, o jacarandá e a canela.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Manchas florestais nos vales dos rios Paranaíba (sul), Tocantins (leste) e Araguaia (oeste) ainda existem, porém, boa parte especialmente no vale do rio Araguaia passa por transição entre cerrado e cerradão, onde ocorrem espécies como: angico, aroeira, sucupira-vermelha.

Em áreas onde predominam os cerrados desenvolve-se: lixeira, lobeira, pau-terra, pequi, pau-de-colher-de-vaqueiro, pau-de-santo, barbatimão, quineira-branca e mangabeira.

As LT's são referenciadas pelas seguintes UTM's:

LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho		
VÉRTICE	SAD 69 UTM 21K	
	(UTM) E	(UTM) N
PÓRTICO	622.965,031	8.265.519,294
MV01	626.016,340	8.264.038,110
MV02	638.339,870	8.256.851,540
MV03	639.655,190	8.256.207,200
MV04	640.016,980	8.255.997,510
MV05	640.787,230	8.255.424,360
MV06	644.143,540	8.253.467,020
MV07	651.211,370	8.250.559,030
MV08	657.318,310	8.246.721,290
MV09	657.966,870	8.246.842,840

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho		
VÉRTICE	SAD 69 UTM 21K	
	(UTM) E	(UTM) N
MV10	658.210,720	8.246.877,450
MV11	666.962,060	8.248.335,000
MV12	676.562,580	8.249.932,190
MV13	692.517,590	8.244.730,210
MV14	692.890,510	8.244.592,940
MV15	693.273,390	8.244.468,160
MV16	693.605,400	8.244.375,990
MV17	694.071,840	8.244.223,180
MV18	703.615,180	8.241.111,350
MV19	717.248,520	8.229.425,680
MV20	717.516,220	8.229.205,160
MV21	717.791,520	8.228.959,900
MV22	735.818,470	8.213.504,120
MV23	740.774,060	8.211.375,830
MV24	746.361,610	8.209.303,430
MV25	754.638,050	8.207.287,470

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho		
VÉRTICE	SAD 69 UTM 21K	
	(UTM) E	(UTM) N
MV26	757.895,610	8.206.313,910
MV27	761.793,720	8.205.544,510
MV28	777.500,020	8.201.718,810
MV29	784.146,640	8.199.450,670
MV30	785.330,630	8.199.669,120
MV31	788.430,720	8.199.609,470
MV32	790.301,140	8.199.244,270
MV33	794.436,070	8.199.190,520
MV34	796.173,310	8.199.092,360
MV35	806.270,230	8.198.931,180
MV36	808.861,760	8.198.334,950
MV37	810.023,930	8.198.441,530
MV38	813.497,140	8.198.645,820
MV39	813.866,960	8.198.679,030
MV40	814.210,490	8.198.819,900
MV41	816.572,840	8.199.874,740

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho		
VÉRTICE	SAD 69 UTM 21K	
	(UTM) E	(UTM) N
MV42	817.634,310	8.200.112,110
MV43	818.717,680	8.200.237,470
MV44	819.554,555	8.199.925,321
MV44	178.193,545	8.199.888,611
MV45	184.830,990	8.199.401,640
MV46	190.973,280	8.199.345,870
MV47	192.558,070	8.199.098,210
MV48	193.910,160	8.198.745,360
MV49	205.500,020	8.198.704,060
MV50	208.443,240	8.196.947,750
MV51	215.073,940	8.193.066,630
MV52	218.151,750	8.190.992,810
MV53	219.379,290	8.190.525,820
MV54	226.571,200	8.185.892,460
MV55	265.263,390	8.179.168,050
MV56	320.718,910	8.178.362,090
MV57	324.929,510	8.178.069,420
POR_RIB	325.090,134	8.178.068,894

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho		
VÉRTICE	SAD 69 UTM 21K	
	(UTM) E	(UTM) N
LT 500 kV Ribeirãozinho – Rio Verde Norte		
VÉRTICE	SAD 69 UTM 22 K	
	(UTM) E	(UTM) N
PORT_RIB	325.327,385	8.178.068,114
MV01	325.488,000	8.178.067,590
MV02	332.325,260	8.177.815,530
MV03	336.478,510	8.177.401,570
MV04	355.745,120	8.175.542,890
MV05	375.809,030	8.164.584,050
MV06	383.829,090	8.153.880,840
MV07	387.834,220	8.149.467,900
MV08	404.984,970	8.127.630,490
MV09	406.613,090	8.125.758,160
MV10	407.695,900	8.124.178,770
MV11	415.055,750	8.114.807,750
MV12	417.159,830	8.113.471,080
MV13	418.092,960	8.112.902,250
MV14	418.791,550	8.112.434,190
MV15	421.869,100	8.108.876,050
MV16	427.143,410	8.105.300,790

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

LT 500 kV Cuiabá - Ribeirãozinho		
VÉRTICE	SAD 69 UTM 21K	
	(UTM) E	(UTM) N
MV17	429.667,900	8.102.198,340
MV18	455.000,420	8.081.070,550
MV19	456.096,640	8.080.219,390
MV20	457.049,170	8.079.322,390
MV21	461.464,780	8.075.554,630
MV22	466.163,190	8.071.927,870
MV23	470.194,820	8.068.105,440
MV24	493.174,890	8.048.496,950
MV25	502.353,870	8.040.608,120
MV26	514.323,920	8.040.609,120
PORT_RV	514.456,825	8.040.610,120

É possível visualizar a área de abrangência das LT's no mapa inserido em anexo

4. POTENCIALIDADES ARQUEOLÓGICAS REGIONAIS

No Estado do Mato Grosso são registrados junto ao Banco de Dados do I-PHAN 659 sítios arqueológicos, desses, 219 se encontram nos municípios abrangidos pelas LT's: 08 em Cuiabá, 01 em Campo Verde, 10 em Jaciara, 34 em Juscimeira, 95 em Rondonópolis, 54 em Poxoréo e 17 em Guiratinga.

No Estado de Goiás são registrados 1.091 sítios arqueológicos, desses, nenhum está localizado nos municípios abrangidos pelas LT's.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Em anexo, tabela dos sítios arqueológicos com registro na área de abrangência dos municípios atingidos pelo empreendimento, disponíveis no site www.iphan.gov.br/bancodados/arqueologico.

O Centro-Oeste do Brasil possui uma área de 1.602.133 km², distribuídos entre os atuais Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na região, o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas sistemáticas e contínuas teve início em Goiás, através da execução de projetos de pesquisa junto à Universidade Católica de Goiás (UCG) e à Universidade Federal de Goiás (UFG), respectivamente em 1971 e 1974.

Posteriormente, sobretudo a partir da década de 1980, pesquisas desta natureza foram realizadas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em sua maioria por arqueólogos brasileiros vinculados a instituições de ensino superior.

Antes dos anos 1970, porém, alguns trabalhos podem ser enquadrados na categoria de pesquisas sistemáticas, este é o caso dos trabalhos de Petrucci (1932) e Schmidt (1914, 1940a, 1940b).

Ao que tudo indica, as primeiras ocupações humanas do Centro-Oeste estão vinculadas à presença de grupos caçadores-coletores que se estabeleceram na região entre o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, entre 12.000 e 10.000 AP. Existem, todavia, datas mais antigas, mas que, em sua quase totalidade, ainda devem ser vistas com cautela. Este é o caso, apenas para exemplificar, das datações oriundas dos sítios Abrigo do Sol (19.400 ± 1.100 AP e 14.470 ± 140 AP) e Santa Elina (23.320 ± 1.000 AP e 22.500 ± 500 AP), ambos em Mato Grosso, respectivamente estudados por Miller (1983, 1987) e Vilhena-Vialou e Vialou (1994)

No município de Rondonópolis – região sudeste do Estado do Mato Grosso - existem atualmente diversos sítios arqueológicos em fase de estudos. O programa de Pesquisas “Pré-História e Paleoambiente em Mato Grosso”, subprojeto Cidade de Pedra, coordenado por Águeda Vilhena Vialou, Denis Vialou e Levy Figuti (Vialou, 1996, 2000, 2005) concentra seus estudos nos sítios rupestres da Cidade de Pedra. As pesquisas ligadas ao programa já fizeram o levantamento de mais de 50 sítios com inscrições rupestres nos mais diversos suportes das formações rochosas.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

A Cidade de Pedra é uma formação rochosa localizada no baixo curso do Rio Vermelho, a cerca de 20 quilômetros da cidade de Rondonópolis, entre as coordenadas 16° 29'-33' de latitude sul e 54° 48'-55' de longitude oeste.



Cidade de Pedra. Fonte: Monteiro (2005)

É caracterizada por afloramentos areníticos ruiformes restritos a uma área de aproximadamente 50 km circunscritos entre o rio e o chapadão típico dessa região de cerrado, com uma variação de altitude de 200 a 500 metros. O espaço é entrecortado por nascentes que se desenvolvem em riachos com água abundante, que deságuam no Rio Vermelho.

A partir do alto do chapadão observa-se no horizonte, a oeste, a planície do Pantanal Matogrossense. Portanto, é uma área totalmente encaixada entre a Serra de São Jerônimo, pelo lado leste, desde o Pantanal, a oeste, ocupando um trecho do vale que inclui as bacias de outros rios menores, como os rios Jurigue e Tadarimana, que junto com o Vermelho e o Ribeirão Ponte de Pedra, deságuam no São Lourenço. O São Lourenço por sua vez desagua no Pantanal, quando atinge o rio Paraguai (Monteiro, 2005).

Conforme Monteiro (2005), os vestígios arqueológicos dos povos que habitaram a área conhecida como Cidade de Pedra e seu entorno, mostram que o local foi continuamente ocupado desde ao menos 4.000 anos atrás, até a época dos índios bororos contemporâneos. No caso do sítio Ferraz Igreja, os níveis caracterizados pela presença de artefatos cerâmicos recuam a aproximadamente 1700 anos AP.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

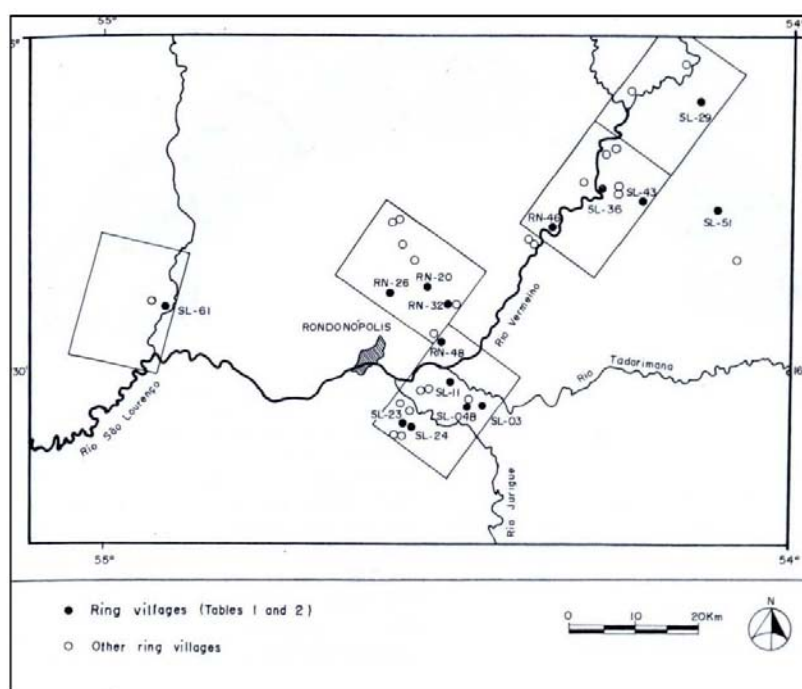
A mesma autora estuda os contextos tecnológicos das ocupações de grupos ceramistas na Cidade de Pedra de quatro sítios a céu aberto e quatro sítios em abrigo-sobrocha de uma área que se insere em um amplo contexto regional de sítios cerâmicos com cerâmica associada às tradições Uru e Tupiguarani, além de conjuntos cerâmicos não filiados.

Os abrigos Ferraz Egreja, Antiqueira, Cipó, Vermelhos e Arqueiros localizam-se em pontos diferentes da Cidade de Pedra, estando em cada caso implantados a distâncias variadas dos cursos d'água.



Localização dos sítios da Cidade de Pedra
(De Figuti, imagem de satélite e coordenadas, escala aprox. 1/100.000). Fonte: Monteiro (2005)

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)



Área da pesquisa: Rio Vermelho, Rondonópolis, MT - Cidade de Pedra.
Retirado de Wüst e Barreto (1999). Fonte: Monteiro (2005)

Na planície fluvial foram encontrados quatro sítios cerâmicos a céu aberto a partir de prospecções sistemáticas, e um sítio lítico. As datações para estes sítios giram em torno de 1000 a 200 anos AP, sendo dois deles unicomponenciais com cerâmica associada à tradição Uru (sítios Baía do 58 e Turbina), e dois deles multi-componenciais com cerâmica associada às tradições Uru e Tupiguarani (sítios Fazendazinha e Jatobá). Além disso, há duas ocorrências de material cerâmico de sítios não escavados na planície do rio Vermelho, o sítio da Gleba o sítio Macaúba (Monteiro, 2005).

O abrigo Ferraz Igreja foi sistematicamente escavado desde 1983, e as datações mostram que as ocupações vão de 4610±60 anos AP (C14) até a época colonial, sendo a datação mais recente de 205 ± 40 anos AP. Os níveis cerâmicos, de acordo com as seqüências estratigráficas observadas por Vilhena-Vialou (2005) a partir da cerâmica e dos vestígios de conjuntos e remontagens de lascamentos, a-

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

tingem os solos de aproximadamente 1900 ± 40 anos AP, sendo as ocupações anteriores de não-ceramistas (Monteiro, 2005).

É uma formação que se assemelha a um cogumelo de arenito, cuja base é mais estreita que o topo, de modo que propicia uma cobertura em todo seu entorno. Essa estrutura é ladeada por morros de rochas nuas cortadas pelo córrego de Ferraz Egreja, o qual desce pela rocha carregando uma grande quantidade de corantes ferruginosos.

O sítio possui 31 estruturas de combustão datadas, de modo que houve um contínuo processo de ocupação nesse abrigo, por mais de 4000 anos. Entre as estruturas de fogueiras já foram coletas em torno de 15.000 lascas e estilhas líticas, mais de 1000 cacos cerâmicos, e aproximadamente 10.000 corantes minerais, os quais foram utilizados para pinturas na rocha.

Exibe ainda figuras, desenhos geométricos, e gravuras feitas por picoteamento (Monteiro 2005). As datações estão entre 4610 ± 60 e 100 ± 50 anos AP, e trata-se de um sítio multicomponencial, com tradição Tupiguarani e materiais não filiados.

O abrigo Antiqueira está localizado a uma altitude menor que Ferraz Egreja, dentro da Cidade de Pedras. A caverna recebe pouca iluminação atualmente devido à cortina de árvores da mata que recobre a área em frente.

Não obstante tem uma grande abertura de boca de 70 metros de largura voltada para o sul e sua profundidade não ultrapassa os trinta metros. As datações são de 645 ± 45 anos AP. Trata-se de um sítio multicomponencial com materiais da tradição Uru e outros não filiados.

Foram encontrados fragmentos de cerâmica (apenas um fragmento de borda) e um machado polido, além de algumas lascas líticas, a partir das primeiras sondagens.

O sítio Cipó é um abrigo que se diferencia por estar mais isolado, em um lugar de acesso restrito a 10 metros do chão, semi-escondida pelas copas das árvores. As datações são de 1025 ± 100 anos AP. Possui cerâmica não filiada, com a presença de 9 urnas funerárias, além de 1 machado, 1 tembetá, 3 contas de conchas, lascas.

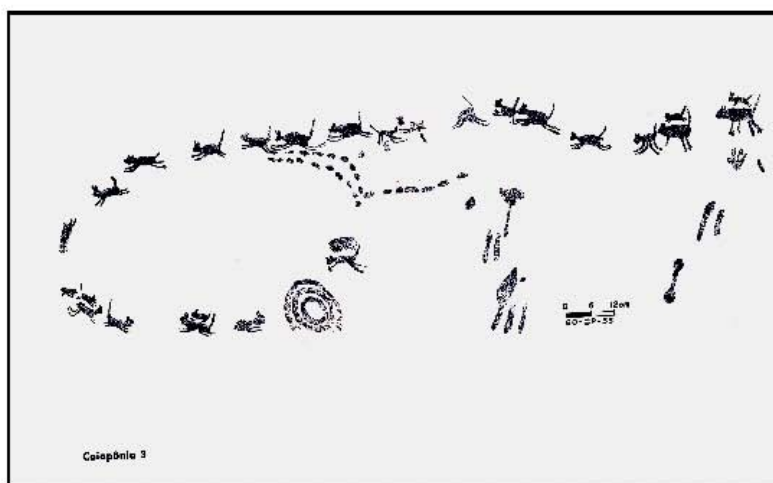
PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Além destes, existem os abrigos Vermelhos e Arqueiros na Cidade de Pedra, o sítio a céu aberto Baía do 58, e os sítios Turbina, Fazendinha, Jatobá, Macaúba e o sítio Gleba.

Em Caiapônia(GO) existem aproximadamente 45 abrigos, que em geral são de pequenas dimensões. Muitos deles mais apropriados a cerimônias do que propriamente à ocupação, já que a área útil dos abrigos é pequena, dando abrigo a possivelmente uma família.

Suas ocupações mais antigas correspondem aos caçadores da fase Paranaíba, Tradição Itaparica, com datações a partir de 11.000 AP. Apresentam alguns elementos da Tradição Planalto e algumas semelhanças com a Tradição Nordeste.

Nas pinturas e gravuras de Caiapônia destaca-se o movimento, a criatividade e a liberdade das figuras.



Arte Rupestre em Caiapônia. Fonte: www.revista.fapernig.br

No ano de 2005 a mesma equipe que elabora o presente projeto de prospecção, realizou ações de arqueologia preventiva na região em estudo, inseridas no "Projeto de Salvamento Arqueológico na área atravessada pela LT 500 kV Itumbiara – Cuiabá" (Processo IPHAN nº. 01516.000212/2005-62).

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

Naquela ocasião foram encontrados sítios arqueológicos (que passarão pelos procedimentos necessários, previstos na legislação em vigor, para salvaguardar o patrimônio arqueológico brasileiro), que se localizavam respectivamente em:

- Caiapônia (GO) = 27 sítios arqueológicos
- Baliza (GO) = 02 sítios arqueológicos
- Guiratinga (MT) = 08 sítios arqueológicos
- Rondonópolis (MT) = 04 sítios arqueológicos

5. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA DO PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

5.1. Conceituação

Os “sítios arqueológicos” podem ser definidos, segundo MORAIS (1999), como a “menor unidade do espaço, passível de investigação, contendo objetos culturais, intencionais, no sentido de produzidos ou rearranjados, que testemunham as ações de sociedade do passado”. Dessa forma, a caracterização de uma área como um sítio arqueológico pressupõe a localização de evidências humanas pretéritas associadas a componentes físicos da paisagem.

O autor define “paisagem” como o produto das relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente e entre o homem e o homem. A “arqueologia da paisagem” enfatiza as relações com a natureza, entre os sítios arqueológicos e entre as sociedades humanas.

Tal ciência permite reconhecer rotas humanas, mudanças de povoamento, apropriações do espaço e outras atividades que envolvam interações humanas e ambientais.

Considerações sobre o estado dos sítios arqueológicos:

✎ *Sítios Primários*: podem ser caracterizados como sítios que conservam sua situação pós-deposicional, com a preservação de sua estratigrafia e espacialidade. Se forem encontrados, serão escavados com plotagem 3D e com decapagem por níveis sociológicos.

✎ *Sítios Secundários*: podem ser caracterizados como sítios que sofreram interferência no seu período pós-deposicional, com destruição de sua estratigrafia e,

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

conseqüentemente, perda de relações intra-sítio, porém, com conservação de materiais arqueológicos. Estes sítios sofreram coleta superficial sistemática.

≠ *Sítios Terciários*: podem ser caracterizados como sítios com perturbação pós-deposicional, com destruição da estratigrafia, das evidências arqueológicas e da espacialidade intra-sítios (por exemplo, o efeito da ação do arado sobre a cerâmica, lítico, etc.).

5.2. Parâmetros do Modelo Locacional

Os Parâmetros dos Modelos de Análises Locacionais desenvolvidos por MORAIS (1999) durante o projeto de Salvamento Arqueológico do Rio Paranapanema, situado no Estado de São Paulo, são fixados com base em situações universais referentes aos padrões de estabelecimento humanos, por exemplo: proximidade de água, proximidade de matéria-prima para confecções de instrumentos, declividade do terreno para possíveis assentamentos, etc.

Esses modelos “mapeiam áreas potencialmente favoráveis ao encontro de sítios arqueológicos”, entre as quais se destacam as relacionadas à “função morar” (Terraços Fluviais, Vertentes, Patamares de Vertente, Cabeceiras de Nascente, Topo de Interflúvio, Escarpa) e as relacionadas às “atividades estrativas” (Cascalheiras, Diques Clásticos, Disjunções Colunares, Pavimentos Detríticos, Barreiros, Corredeiras, Cachoeiras, Saltos).

Assim, conforme MORAIS (2005):

“Os geoindicadores arqueológicos sustentam um modelo locacional preditivo, focado na análise e avaliação do potencial arqueológico de determinada área. Na sua caracterização são destacados alguns compartimentos topomorfológicos e situações geológicas, geomorfológicas e pedológicas, cuja convergência sugere parâmetros locacionais para assentamentos antigos, determinados por situações e funções socioeconômicas e culturais, tais como habitat, o extrativismo mineral e o extrativismo animal. A verificação dos geoindicadores arqueológicos acontece de forma mais completa no ambiente da geoarqueologia e da arqueologia da paisagem, com a análise das bases geográficas, geológicas, geomorfológicas, pedológicas e edáficas em meso ou microescala o que, além de subsidiar o modelo locacional

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

preditivo, reforça os procedimentos de reconhecimento do terreno em contexto de Prospecção Arqueológica.”¹

A seguir, algumas tipologias dos Parâmetros Locacionais:

✎ *Terraços fluviais*: acumulações fluviais com superfícies planas, levemente inclinadas, com diferentes graus de retrabalhamento, alçadas por ruptura de declive em alguns metros com relação ao nível da lâmina da água ou às várzeas recentes, suficientemente extensos para terem suportado, no passado, assentamentos de grupos indígenas (mais freqüentemente, caçadores-coletores e, excepcionalmente, horticultores).

✎ *Vertentes*: planos de declive que enquadram os vales, com morfologia e amplitude variadas. As de convexidade suave (menos de 10% de declividade), eventualmente, suportam assentamentos de grupos indígenas, mais freqüentemente, horticultores.

✎ *Patamares de vertentes*: ruptura do declive mais ou menos horizontal, geralmente situada na meia-encosta das vertentes. Eventualmente, suportam assentamentos de grupos indígenas caçadores-coletores ou horticultores.

✎ *Cabeceiras de nascentes*: planos de declive em anfiteatro, geralmente moldados por erosão remontante, que enquadram nichos de nascente mananciais. No passado, suportaram, com certa freqüência, assentamentos indígenas pré-coloniais.

✎ *Topos de interflúvio*: lineamentos (espigões) que separam bacias hidrográficas. Existem registros de sítios arqueológicos em alguns trechos mais rebaixados (colos) desses divisores de águas, confirmando serem locais de passagem entre ambientes localmente distintos, envolvendo diferentes bacias hidrográficas.

✎ *Escarpas*: desníveis abruptos, subverticais e verticais, de origem tectônica ou erosiva, podendo conter abrigos ou grutas resultantes de desmoronamentos ou de dissolução, eventualmente suportando ambientes favoráveis à ocupação de grupos indígenas, mais freqüentemente caçadores-coletores.

¹ MORAIS, José Luiz de. www.comitepcj.sp.gov.br/download/Tres-Pontes-Atibaia_EIA-Vol-II-2_Abr-06.pdf.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

5.3. Seqüência das operações

Tomando por referência MORAIS (2005):

“A avaliação potencial de indícios e evidências arqueológicas, mormente exige o reconhecimento de terreno, procedimento que propicia a leitura da gênese e composição da área afetada pelo empreendimento, com a máxima potencialização das observações espontâneas e induzidas. O roteiro a ser operacionalizado é segmentado em três momentos, assim entendidos:

- a) compreensão do processo pedogenético local para a avaliação da matriz pedológica, na expectativa da existência de registros arqueológicos inseridos, considerando a composição do terreno;
- b) observações espontâneas de superfície e subsuperfície, permitidas por agentes e processos naturais;
- c) observações induzidas de superfície e subsuperfície, permitidas por agentes e processos artificiais, decorrentes do uso e ocupação do solo e estudos técnicos correlatos.”²

As operações na etapa de prospecção serão concentradas na Área de Influência Direta e na Área de Influência Indireta, quando houver clara evidência da possibilidade sítios arqueológicos. Segundo DIAS (2007):

“O termo “indireto”, proveniente da sigla AII, não corresponde à realidade ambiental, sendo apenas uma designação humana criada para delimitar uma área de interesse, portanto, é necessário que se realize a prospecção e o salvamento de sítios descobertos que perspassam as Áreas de Influência Direta e continuam nas Áreas de Influência Indireta.”³

Será implementada a seguinte seqüência de operações:

- ¥ Delimitação antecipada das áreas a serem impactadas;
- ¥ Percorrimento da área a fim de reconhecer a região, buscando aplicar e adaptar o Modelo de Análises Locacionais;
- ¥ Vistoria nas áreas potenciais antes de qualquer intervenção na superfície ou subsuperfície,
- ¥ A metodologia explicitada exige que, primeiramente, seja identificada a unidade e, posteriormente, dentro de cada uma, seja verificada a existência ou não de sítios arqueológicos;

² *Idem.*

³ DIAS, Rogério Dias, **Ofício nº 021/07/GEPAN/DEPAM/IPHAN**. Assunto: Orientação quanto a procedimentos de Arqueologia Preventiva.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

¥ A localização das topomorfologias será realizada, em primeiro nível, por intermédio de fotos aéreas, cartas topográficas, mapas geológicos e geomorfológicos. Em segundo nível, torna-se necessária o percorrimto dentro de cada topomorfologia encontrada e delimitada com a finalidade de prospectar os sítios arqueológicos;

¥ Os sítios arqueológicos encontrados serão avaliados de acordo com os critérios anteriormente definidos (primários, secundários e terciários);

¥ O material evidenciado e os sítios identificados serão registrados no diário de campo e nas fotos;

¥ Os sítios serão cadastrados no Banco de Dados do IPHAN;

¥ As evidências encontradas serão delimitadas em relação à área de impacto do empreendimento;

¥ Serão realizados cortes experimentais a fim de evidenciar materiais arqueológicos, onde as condições litoestratigráficas permitirem, ou, forem apropriadas para a ocorrência de sítios arqueológicos, e colhidas amostras para análises laboratoriais, quando as bases sedimentares permitirem.

6. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

Este Projeto atende aos requisitos legais no tocante à legislação brasileira sobre os procedimentos arqueológicos em empreendimentos que causam impacto sobre o patrimônio arqueológico.

A Lei nº. 3.924 de 1961 garante a proteção aos monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional, colocando-o sob a guarda e proteção do Poder Público, e considerando os danos ao patrimônio arqueológico como crime contra o Patrimônio Nacional.

A Resolução do CONAMA, de 01/86, estabelece que os sítios e monumentos arqueológicos devem ser objeto de consideração para a emissão das Licenças Prévia, de Instalação e Operação do empreendimento.

A Portaria nº. 7 do IPHAN, de 01 de dezembro de 1988, estabelece as normas a serem seguidas para a execução de pesquisas arqueológicas.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

A Portaria nº. 230 do IPHAN, de 17 de dezembro de 2002 estabelece diretrizes a serem seguidas para a compatibilização da obtenção de licenças ambientais com a salvaguarda do patrimônio arqueológico.

A elaboração do Projeto foi embasada na legislação acima declinada, que normatiza a apresentação desse planejamento, indicando os procedimentos e a documentação necessária, adequando-se principalmente as Portarias nº. 7/1988 e nº. 230/2002, que estabelecem as diretrizes da pesquisa arqueológica e a concomitância e inserção dos Programas de Arqueologia Preventiva nos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e no processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento.

7. ARQUEÓLOGOS RESPONSÁVEIS PELAS PESQUISAS

Saul Eduardo Seiguer Milder, Arqueólogo, Professor Universitário, Doutor em Arqueologia pela USP/MAE, Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Juliana Rossato Santi, Arqueóloga, Licenciada em História pela UFSM, Especialista em História do Brasil pela UFSM, Mestre em Integração Latino Americana pela UFSM e Doutoranda em Arqueologia pelo MAE/USP.

Contatos:

Residencial: Rua Siqueira Couto, 168. CEP: 97195.000 Silveira Martins/RS.

Telefone: (55) 9972.8126 – 3224.1465.

E-mail: milderbr@yahoo.com.br; angelopohl@yahoo.com.br.

LEPA - UFSM: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº. 1184, Anexo Antiga Reitoria da UFSM. Centro. CEP: 97015-372. Santa Maria/RS.

Telefone: (55) 3220.9240

8. EQUIPE TÉCNICA

Josiane Roza de Oliveira, Licenciada em História pela UNOCHAPECÓ, Especialista em Geografia pela UNOCHAPECÓ, Mestre em História pela PUC/SP e Doutoranda em História pela FIOCRUZ/RJ.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Diele Ilha Thomasi; Licenciada em História (UFSM), Especialista em Arqueologia (URI/IPHAN/RS) e Mestranda em Patrimônio Cultural (UFSM).

Angelo Inácio Pohl; Licenciado em História pela UFSM, Especialista em História do Brasil pela UFSM, Especialista em Pensamento Político Brasileiro pela UFSM, Mestre em Integração Latino Americana pela UFSM e aluno do Curso de Especialização em Arqueologia da URI/IPHAN.

Jaime Eduardo Dotto Paim; funcionário técnico da UFSM.

9. IDONEIDADE FINANCEIRA

Em anexo.

10. ENDOSSO INSTITUCIONAL

Em anexo.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Abaixo encontra-se apresentado o Cronograma ideal de execução das atividades previstas para a Prospecção Arqueológica.

ATIVIDADES/DURAÇÃO	45 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	365 DIAS
ELABORAÇÃO E ENVIO DO PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA AO IPHAN.				
PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA.				
ORGANIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS COLETADOS.				
TRATATIVAS COM EMPREENDEDOR SOBRE ALTERNATIVAS NO TRACADO DA LT E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO.				
REDAÇÃO E ENVIO DO RELATÓRIO FINAL DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA AO IPHAN.				

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

12. PROPOSTA PRELIMINAR DE UTILIZAÇÃO FUTURA DO MATERIAL PRODUZIDO PARA FINS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS

As informações científicas obtidas durante o desenvolvimento do Projeto serão divulgadas por meio de resumos e artigos em revistas científicas, digitais ou impressas. Os dados poderão ser divulgados através de comunicações em seminários ou encontros acadêmicos, além de palestras e visitas às escolas e bairros comunitários, tendo por meta principal a apropriação, pela comunidade, do conhecimento científico elaborado.

Participarão das pesquisas estagiárias e bolsistas ligados ao LEPA/UFSM, os quais aproveitarão a realização do projeto para o melhoramento e aperfeiçoamento de métodos e técnicas arqueológicas de campo e laboratório.

13. BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, A. N. Redutos florestais, refúgios de fauna e refúgios de homens. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 8(2):1-35, 1994.
- ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Sociedade Capistrano de Abreu / Liv. Briguet, 1960.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil: aspectos físicos, humanos e econômicos**. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 1995.
- ADONIAS, Isa. **Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de – **Anais da Província de Goiás**, 2ª edição. Goiânia, Governo de Goiás, 1979.
- ÁLVARES, Joseph de Mello – **História de Santa Luzia** – Brasília, Gráfica e Editora Independência, 1979.
- ALVES, Marcia Angelina. As estruturas Arqueológicas do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro – Minas Gerais. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, 1992.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- AMERICANO DO BRASIL, Antônio – **Summula de História de Goyaz** – Goyaz, Imprensa Oficial, 1932.
- AMORIM, Maria Stella de. Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas. **Fundamentos**, São Raimundo Nonato, 1(1), 1996.
- ANCHIETA, Pe. Joseph de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões - Cartas Jesuíticas III**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.A, 1933.
- ANDREATTA, M. D. **Padrões de povoamento em pré-história goiana: análise de sítio tipo**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 1982.
- ANDREATTA, M. D. Projeto Anhangüera de Arqueologia de Goiás (1975-1985). **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, 33:143-156, 1985.
- ARAGÃO, Luiz Tarley de. Ocupação Humana no Cerrado de Brasília. In: **Cerrado Caracterização, Ocupação e Perspectivas**. Maria Nunes Pinto (org.). Brasília, Sematec, GDF, UnB, 1990
- ATAÍDES, J. **Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central**. EdUCG, Goiânia, 1998.
- BARBOSA, A. S. O período arqueológico Arcaico em Goiás. **Anuário de Divulgação Científica**, Goiânia, 10:85-97, 1981-1984.
- BARBOSA, Altair Sales. **Pré-História dos Cerrados: período paleo-índio** – Coleção Suma Arqueológica dos Cerrados, volume 5, mimeo. Goiânia, Instituto do Trópico Subúmido / Universidade Católica de Goiás, 1993.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais** – Belo Horizonte, Ed. Saterb, 1971.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas** – 3 volumes. Ed. Comunicação, Belo Horizonte, 1979.
- BASTIDE, R. **Brasil, terra de contrastes**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.
- BELCHER, Donald et alii – “**O Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República**” – 3ª edição, Brasília, Governo do Distrito Federal, 1984.
- BENVINDO, Francisco Martins. **Acumulação capitalista e Urbanização em Goiás (1920-1980)**. Brasília, DE/UNB, 1984 (Dissertação de Mestrado).
- BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás: “Modernização” e Crise (1920-1960)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1994 (Tese de Doutorado).

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- CALMON, Pedro – **História da Casa da Torre** – Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Questão Agrária: Bases Sociais da Política Goiana (1930-1964)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1985 (Tese Doutorado).
- CAPES. **Estudos de Desenvolvimento Regional (Goiás)**, Rio de Janeiro, 1959.
- CARDOSO, Juliana S; ZARONI, Lígia M; VELOSO, Tânia P. G.; GUIMARÃES, Carlos Magno. Breve estudo sobre estruturas de queima (fogões, fornalhas e fornos) em sítios do projeto de salvamento histórico-arqueológica na área atingida pela represa da usina de Serra da Mesa – Goiás. In: **Revista de Arqueologia**, vol. 10, 1997.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis – **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil** – São Paulo, ed. Comissão IV Centenário, 1954.
- CASAS, Raquel de las (org). **Povos Indígenas no Brasil – Somos Todos Parentes**. www.indio.org.br. Capturado em 25/02/02.
- CASTRO, Mário – **A Realidade Pioneira** – Brasília, ed. Thesaurus, 1986.
- CEDEFES. **A Luta dos Índios Pela Terra – Contribuição à História Indígena de Minas Gerais**. Contagem: 1987.
- CHAUL, Nasr Fayad e RIBEIRO, Paulo R. **Goiás: identidade, paisagem e tradição**.(orgs). Goiânia: Ed. UCG, 2001.
- CODEPLAN – Cia. de Desenvolvimento do Planalto Central – **Diagnóstico do Espaço Natural do Distrito Federal** – Brasília, ed. CODEPLAN, 1976.
- CORALINA, Cora – **Poemas dos Becos de Goiás e Histórias Mais** – Goiânia, ed. UFG, 1976.
- CORTESÃO, Jaime – **História do Brasil nos Velhos Mapas** – Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1957.
- COSTA PORTO – **O Sistema Sesmarial no Brasil** – Brasília, ed. UnB, 1979.
- CRULS, Luís – **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil** - Brasília, ed. Codeplan, 1984.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José. **Corografia Histórica da Província de Goiás**, 2ª edição – Goiânia, ed. Gov. de Goiás, 1979.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás** – Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1836.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CURADO, Ramir – "Memória do Planalto: a mineração em Corumbá no período colonial" In: **Suplemento Cultural da Câmara Legislativa do Distrito Federal – DF**. Letras, nº 3, janeiro de 1993
- DIAS, O. F. Pesquisas Arqueológicas no Sudeste Brasileiro – II. **Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, 2:1-22, 1981.
- DIAS, Rogério Dias, **Ofício nº. 021/07/GEPAN/DEPAM/IPHAN**. Assunto: Orientação quanto a procedimentos de Arqueologia Preventiva.
- FENSTERSEIFER, E.; Schmitz, P. I. Fase Iporá: uma fase Tupiguarani no sudoeste de Goiás. **Anuário de Divulgação Científica**, Goiânia, (2):19-7, 1975.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **As Bandeiras do Paraupava** – São Paulo, Ed. Prefeitura Municipal de São Paulo, 1977.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **O Mistério do Ouro dos Martírios** – São Paulo, Gráf. Biblos, 1960.
- FIEDEL, S. J. **Prehistoria de América**. Tradução de M. Ríos. 2ª ed. Crítica, Barcelona, 1996.
- FOGAÇA, E. A tradição Itaparica e as indústrias líticas pré-cerâmicas da Lapa do Boquete (MG-Brasil). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, (5):145-158, 1991.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE ARAGUARI, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Araguari - Cem Anos de Dados e Fatos. 1988.**
- GASPAR, M. **A Arte Rupetre no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GILBERTO, Joaquim – **Apologia de Brasília** – Brasília, ed. Prefeitura de Luziânia, 1960.
- GOMES, Horieste. **Geografia Sócio-Econômica de Goiás**. Goiânia: Livraria Brasil Central Editora, 1969.
- GOMES, Mércio Pereira. Políticas Indigenistas. In: **Os Índios e o Brasil – Ensaio Sobre um Holocausto e Sobre uma Nova Possibilidade de Convivência**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GONZÁLEZ, E. M. R. **A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: origens e desenvolvimento**. Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 1996a.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- GONZÁLEZ, E. M. R. Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 6: 83-121, 1996b.
- GUIMARÃES, C. M. O resgate de bens arqueológicos em áreas de implantação de empreendimentos hidrelétricos: o caso da UHE Serra da Mesa. In: **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia, 1996.
- HOSANNAH C. Guimarães. In: **Planaltina Relatos**. Governo do Distrito Federal. Administração Regional de Planaltina. Ana Cristina Pinheiro Campos. Brasília, 1995.
- ISA - Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil (1996-2000)**. São Paulo: 2000.
- JACINTHO, Olympio – **Esboço Histórico de Formosa** – 2ª edição, Brasília, Academia de Letras e Artes do Planalto, 1979.
- LA SALVIA, F.; Brochado, J. P. **Cerâmica Guarani**. 2ª ed. Posenato Arte e Cultura, Porto Alegre, 1989.
- LAHR, M. M.; NEVES, W. (Org). Dossiê “Surgimento do Homem na América”. **Revista USP**, São Paulo, 34:5-106.
- MARTINS, D. Materiais arqueológicos: indústrias líticas. **Projeto de Salvamento Arqueológico Pré-histórico da UHE – Serra da Mesa**. Museu Antropológico-UCG, Goiânia, v.2, 1998.
- MARTINS, D. **Relatórios de levantamento e Resgate de Serra da Mesa**, Museu Antropológico – UFG, Goiânia, 1996.
- MARTINS, Dilamar Cândida. **Análise dos testemunhos líticos do Sítio Arqueológico Córrego Pico em Planaltina de Goiás**, *Revista do ICHL*, volume 2 – nº., Jul/dez 1983 – Goiânia, Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.
- MEGGERS, B. J. Environment limitation on the development of culture. **American Anthropologist**, (56): 801-824, 1954.
- MELLO, P. et al. **Levantamento e resgate do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada pela Usina Hidrelétrica Corumbá (GO)**. Relatório Final. IG-PA-UCG, Goiânia, 1996.
- MILLER, E. T. Pesquisa arqueológica paleoindígena no Brasil Ocidental. **Estudios Atacameños**, San Pedro de Atacama, 8: 37-61, 1987.
- MILLER, Eurico Teófilo. **Relatório de Pesquisa (ENGEA)** – Arquivo da 14ª Coordenação do IBPC.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- MOOG, V. **Bandeirante e pioneiros: Paralelo entre duas culturas**. Porto Alegre, Globo, 1956.
- MORAIS, J. L. **Perspectivas Geoambientais**. Tese (Livre Docência em Arqueologia). São Paulo: USP, 1999. p. 14.
- _____. www.comitepcj.sp.gov.br/download/Tres-Pontes-Atibaia_EIA-Vol-II-2_Abr-06.pdf.
- MOREIRA, E. Análise dos restos de alimentos de origem animal – Programa Arqueológico de Goiás, recolhidos nas escavações do abrigo GO-JA-01. **Anuário de Divulgação Científica**, Goiânia, 10:98-112, 1981-1984.
- MORENO, César. **A Colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no Século XIX – A Guerra Justa Contra os Índios**. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2001.
- MOREYRA, Sérgio Paulo. “À Sombra do Ouro”. In: **Revista do ICHL/UFG**, nº 2, vol. II, Goiânia, 1982.
- NEVES, W. A. et al. Incidência de cáries na população de Santana do Riacho e o mito do paleoíndio caçador. **IV Congreso de La Asociación Latino Americana de Antropología Biológica**, Buenos Aires, 1996.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- NOYA PINTO, Virgílio – **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português** – coleção Brasileira, volume 371, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- NUNES, Jerônimo. **Brasil 500 Anos – Que Índios Viu Cabral?** www.webx.ca/portilus/Ed_398/Cronicas/cr01. Capturado em 06/08/02.
- OLIVEIRA, J. E. de. Levantamento arqueológico, para fins de diagnóstico de bens pré-históricos, em áreas de implantação de dutovias. In: Caldarelli, S. B. (Org.). **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**, pp.28-34. IGPA-UCG/Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia, Goiânia, 1997c.
- PACÓ, Domingos Ramos. Hámbric Anhamprán ti Maltâ Nhiñchopón? In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Lembranças da Terra – Histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEDEFES, s.d, 1918.
- PALACÍN, Luís e MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna**. História de Goiás (1722-1972). **6ed. Goiânia: Editora da UCG, 1999.**

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Identidade Étnica dos Xakriabá**. Brasília: FUNAI, 1987.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Krenak**. www.isa.org.br. 1998.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Maxakali – O Povo do Canto. In: **Campanha Internacional pela Regularização do Território Maxakali**. Belo Horizonte: CEDEFES, 1995.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e sua Trajetória Histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Relatório Antropológico Sobre os Índios Maxakali**. Salvador: FUNAI, 1992.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Maxakali**. www.isa.org.br. 1999.
- POHL, Johann Emanuel – **Viagem ao Interior do Brasil (1819)** – Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1976.
- POLONIAL, Juscelino Martins. Terra de Anhangüera: História de Goiás. 2ed. Goiânia: Editora Kelps, 2001.**
- PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização do Brasil Central**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.
- PROUS, A & MALTA, I. M. (coord). **Arquivos do Museu de História Natural da UFMG**. Belo Horizonte: UFMG, vol.12, 1991.
- PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. EdUnB, Brasília, 1992.
- PROUS, A. BRITO, Marcos E; LIMA, Márcio A. As ocupações ceramistas no Vale do Rio Peruaçu (MG). In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, 1994, 71-94.
- PROUS, A; SCHLOBACH, Mônica C. Sepultamentos pré-históricos do Vale do Peruaçu - MG. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, 1997, 3 -21.
- RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. Traducción de M. J. M. Rial. 2ª ed. Akal, Madrid, 1998.
- RIBEIRO, Loredana M. R. Tradição e Ruptura na arte rupestre da Lapa do Gigante – Montalvânia/MG. **Clio**. vol. 1, nº12, Recife, EFPE, 1997.
- RIBEIRO, M. et al. **Projeto de Levantamento do Potencial Arqueológico da UHE – Barra do Peixe**. IGPA-UCG, Goiânia, 1988.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras - Para o Conhecimento das Línguas Indígenas**. São Paulo: Loyola, 1994.
- ROOSEVELT, Ana. O Povoamento das Américas – O Panorama Brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de – **Economia e Escravidão em Goiás Colonial** – Goiânia, ed. UFG, 1983.
- SCHMIDT, M. Anotaciones sobre las plantas de cultivo y los metodos de agricultura de los indigenas sudamericanos. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, 5: 239-252, 1951.
- SCHMIDT, M. **Estudos de Etnologia Brasileira**. Tradução de C. B. Cannabrava, Cia Editora Nacional, São Paulo, 1942a.
- SCHMITZ, P. I. A evolução da cultura no Sudoeste de Goiás. **Pesquisas**, Série Antropologia, São Leopoldo, 31, 1980.
- SCHMITZ, P. I. A questão do Paleoíndio. In: Tenório, M. C. (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis**, pp. 55-59. EdUFRJ, Rio de Janeiro, 1999a.
- SCHMITZ, P. I. Arqueologia de Goiás: seqüência cultural e datações de C14. **Anuário de Divulgação Científica**, Goiânia, 1976-1977.
- SCHMITZ, P. I. **Caçadores e coletores antigos no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil**. IAP-UNISINOS, São Leopoldo, 1984.
- SCHMITZ, P. I. Caçadores-coletores do Brasil Central. In: Tenório, M. C. (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis**, pp.89-100. EdUFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- SCHMITZ, P. I. et al. Arqueologia do Centro-Sul de Goiás: uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. **Pesquisas**, Série Antropologia, São Leopoldo, 33, 1982.
- SCHMITZ, P. I. et al. Arqueologia nos cerrados do Brasil central. Serranópolis I. **Pesquisas**, Série Antropologia, 44, 1989.
- SCHMITZ, P. I. et al. **Caiaipônia**. IAP-UNISINOS, São Leopoldo, 1986.
- SCHMITZ, P. I. et al. O Paleoíndio em Goiás. **Anuário de Divulgação Científica**, Goiânia, 5: 22-24, 1978-1980.
- SCHMITZ, P. I. et al. Os horticultores do Centro-Sul de Goiás. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, 6-7: 221-234, 1981-1982.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- SCHMITZ, P. I. et al. **Serranópolis II. As pinturas e gravuras dos abrigos**. IAP-UNISINOS, São Leopoldo, 1997a.
- SCHMITZ, P. I. La evolución de la Cultura em el Centro y Nordeste de Brasil entre 14.000 y 4.000 años antes del Presente. In: **Estudos Leopoldenses**, Unisinos: São Leopoldo, vol 18, nº 64, 1982.
- SCHMITZ, P. I. La evolución de la Cultura em el Sudoeste de Goiás. In: **Estudos Leopoldenses**, Unisinos: São Leopoldo, vol 18, nº 64, 1982.
- SCHMITZ, P. I. Novos petroglifos em Goiás, Monte do Carmo, Caiapônia e Serranópolis. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, 6-7: 409-418, 1981-1982.
- SCHMITZ, P. I.; Barbosa, A. S. **Horticultores pré-históricos do Estado de Goiás**. IAP-UNISINOS, São Leopoldo, 1985.
- SCHMITZ, P. I., e al. **Arte Rupestre no Centro do Brasil - Pinturas e Gravuras da Pré-História de Goiás e Oeste da Bahia**. São Leopoldo: Unisinos, 1984.
- SCHMITZ, P. I., SALES BARBOSA, Altair. **Arte Rupestre no Centro do Brasil**. São Leopoldo-RS. Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1984.
- SCHMITZ, P. I. Como viviam os primeiros brasileiros: Adaptação do homem aos trópicos adotou um padrão original In: **Arqueologia**. <http://cienciahoje.uol.com.br/>
- SILVA, F. A. **Manifestações artísticas pré-históricas: um estudo descritivo-classificatório e interpretativo da arte rupestre de Serranópolis – Goiás**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- SILVA, Henrique – **A Informação Goiana (1917 – 1935)** – edição facsimilar – Goiânia: Diocesana, 1964.
- SILVA, R. et al. **Resgate arqueológico dos sítios Lourenço e Gengibre**. Nacional/IGPA-UCG, Goiânia, 1997.
- SIMONSEN, I. et al. Sítios cerâmicos da Bacia do Paranã Goiás. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, 8-9: 121-129, 1983-1984.
- SOARES, A. L. R. **Guarani: Organização Social e Arqueologia**. Edipucrs, Porto Alegre, 1997.
- SOARES, Geralda Chaves. **Relatório da Viagem aos Kaxixó**. CEDEFES, 1995.
- SOUZA, A. M. de. **Dicionário de Arqueologia**. ADESA, Rio de Janeiro, 1997.
- SOUZA, A. M. de. et al. **Projeto Bacia do Paraná II**. Museu Antropológico–UFG, Goiânia, 1979.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

- SOUZA, A. M. de. et al. Sequência Arqueológica da Bacia do Paranã – fases pré-cerâmicas: Cocal, Paranã e Terra Ronca. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, 6-7: 81-87, 1981-1982.
- SOUZA, Isaac Costa de. **De Todas as Tribos – A Missão da Igreja e a Questão Indígena**. Viçosa: Ultimato, 1996.
- TAUNAY, Afonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**, volumes I, II e III – São Paulo, ed. Melhoramentos/MEC, 1975.
- TELES, Gilberto Mendonça. **O conto brasileiro em Goiás**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1969.
- TELES, Gilberto Mendonça. **A mulher nas letras em Goiás**. Goiânia: Revista da UFG, ano 1, número1, 1965, pags. 25-33.
- TELES, Gilberto Mendonça. **A poesia em Goiás: estudo/antologia**. Goiânia: Editora da UFG, 1964.
- TENÓRIO, M. C. (Org.). 1999. **Pré-história da Terra Brasilis**. EdUFRJ, Rio de Janeiro.
- VASCONCELLOS, Salomão de. **Bandeirismo**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944. V. XV.
- VASCONCELOS, Adirson – **As Cidades Satélites de Brasília** – Brasília, CEGRAF, 1988.
- VILARINHO, Marcelo. **Povo Pataxó**. In: Revista Informativa da Qualificação Profissional. Belo Horizonte: SETASCAD, novembro de 2001.
- WILLEY, G. R. **An Introduction to American Archaeology**. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, v.2, 1971.
- WILLEY, G. R.; Phillips, P. 1958. **Method and Theory in American Archaeology**. University of Chicago Press, Chicago.
- WRIGHT, Robin M. (org). **Transformando os Deuses – Os Múltiplos Sentidos da Conversão Entre os Povos Indígenas no Brasil**. VI. 2. Campinas: UNICAMP, 2002 (no prelo).
- WÜST, I. A pesquisa etnoarqueológica entre os Bororo do Mato Grosso. **Arquivo do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, 8-9: 285-296, 1983b.
- WÜST, I. As aldeias dos agricultores ceramistas do Centro-Oeste brasileiro. In: Tenório, M. C. (Org.). **Pré-história da Terra Brasilis**, pp.321-337. EdUFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

WÜST, I. **Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás tentativa de análise espacial**. Dissertação de Mestrado. USP, São Paulo, 1983.

WÜST, I. Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área nuclear Bororo entre os Rios Vermelho e Garças, MT. **Dédalo**, Publicações Avulsas, São Paulo, 1: 61-171, 1989

WÜST, I. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil central: o caso Bororo. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 2: 13-26, 1992.

WÜST, I.; BARRETO, C. The ring villages of central Brazil: a challenge for amazonian archaeology. **Latin American Antiquity**, Washington, 10 (1):3-23, 1999.

WÜST, I.; CARVALHO, H. B. Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro: a análise espacial do sítio Guará 1 (GO-NI-100). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 6: 47-81, 1996.

WÜST, Irmhild. A Ocupação de Goiás antes da chegada do europeu (Goiás Pré-Colonial). In: Rocha, Leandro Mendes. **Atlas Histórico Goiás Pré-Colonial e Colonial**. Goiânia: Cecab Editora, 2001.

WÜST, Irmhild; CARVALHO, Hellen B. Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do centro-oeste brasileiro: a análise espacial do sítio Guará 1 (GO-NI-100), Goiás In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, 1996.

Páginas consultadas na Internet

www.ufmt.br/ichs/museu_rondon

<http://pt.wikipedia.org/wiki>

www.ufmt.br/ichs/museu_rondon

www.cultura.mt.gov.br

www.achetudoeregiao.com.br

www.mteseusmunicipios.com.br

www.jornalatribuna.com.br

www.images.google.com.br

www.viafanzine.jor.br

*PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)*

www.aparecaemfoco.com.br
www.coisasdemtblogspot.com
www.mochileiro.tur.br
www.revista.fapemig.br

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

ANEXOS

Relação de sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN
Idoneidade Financeira
Endosso Institucional
Mapa de localização do empreendimento
Currículos Arqueólogos responsáveis e equipe técnica

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 kV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 kV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Relação dos Sítios Arqueológicos registrados no CNSA/IPHAN, existentes na área de abrangência das LT's ⁴:

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Conjunto Arquitetônico	<i>Cuiabá/MT</i>	Sítio a céu aberto (histórico) Sítio habitação.
Engenho Bom Jardim	<i>Cuiabá/MT</i>	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações.
Nossa Senhora do Rosário	<i>Cuiabá/MT</i>	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações.
Lara Pinto	<i>Cuiabá/MT</i>	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações. Engenho
Letreiro do Bugre no Morro da Estiva	<i>Cuiabá/MT</i>	Gravuras Rupestres
Mamão	<i>Cuiabá/MT</i>	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Taperão do Aricá	<i>Cuiabá/MT</i>	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações. Engenho
Xavier II	<i>Cuiabá/MT</i>	Sítio sob Gruta e arte rupestre
São José Velho	<i>Campo Verde/MT</i>	Sítio histórico de habitação com presença de vestígios de edificações. Engenho
Lapa Escondida	<i>Jaciara/MT</i>	Sítio lito-cerâmico a céu

⁴ Sítios arqueológicos que estão listados no site do CNSA/IPHAN.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV
CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
		aberto / Sítio habitação
Local do Frade	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida B	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida D	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida E	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida F	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida G	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Perdida Principal	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha apresentando painel com motivos geométricos, zoomorfos e antropomorfos e cenas, pintados em vermelho, branco, amarelo; há amoladores e pilões fixos, além de lascas líticas e cacos cerâmicos em superfície.
São Lourenço de Fátima	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Serra Pintada	Jaciara/MT	Abrigo sob rocha
Abrigo Gomes Carneiro 1	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Abrigo Gomes Carneiro 2	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Areia	Juscimeira/MT	Sítio lítico
Brilhante	Juscimeira/MT	Sítio lítico
Loca da Cruz	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca da Estrela	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca da Panela	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca da Taboca	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Castelo	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Morro Sozinho	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Morro Vermelho	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Noel I	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Noel II	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação com-

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
		posto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca do Noel III	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Caminho Córrego do Motorista	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Colina	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca da Anta	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca da Centopéia	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca da Cobra	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca da Coragem	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto e sítio cerimonial.
Loca dos Macacos	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha
Loca do Parto	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca Tupi	Juscimeira/MT	Abrigo sob rocha com material cerâmico
Loca do Sapo	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Loca dos Veadinho	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Oficina da Palestina	Juscimeira/MT	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Oficina do Garimpo	Juscimeira/MT	sítio lítico a céu aberto
Oficina do Túlio	Juscimeira/MT	oficina lítica sobre um afloramento rochoso
Rancho do Pescador	Juscimeira/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Rancho Queimado I	Juscimeira/MT	abrigo sob rocha
Rancho Queimado II	Juscimeira/MT	abrigo sob rocha
Roca do Otacílio	Juscimeira/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
São Lourenço	Juscimeira/MT	Sítio lítico com média-

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
		baixa incidência de artefatos
Sítio da Bateria	Juscimeira/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Abelha	Rondonópolis/Mt	Sítio Cerimonial a céu aberto, com a existência de gravuras rupestres.
Abrigo da Onça	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Abrigos dos Anoes	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Abrigos dos Selos	Rondonópolis/Mt	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Abrigos Vermelhos I a XII	Rondonópolis/Mt	Abrigo sobre rocha com material cerâmico.
Acampamento Militar do Morro Solteiro	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Adubo	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Água Limpa	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Aldeia Bororo	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Aldeia Bororo de Pobo	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Aldeia de Tadarimana de 1983	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Aldeinha Bokodoro	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Alvorada	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Anta	Rondonópolis/Mt	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Antiquera	Rondonópolis/Mt	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Arareal	Rondonópolis/Mt	Sítio lítico situado no perímetro urbano de Rondonópolis.

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Arigao Bororo	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Bananeiras	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Boa Vista	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Campinho Três Pontes	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campinho Três Pontes (A)	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campinho Três Pontes (B)	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campo Limpo	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto
Capivara I	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Capivara II	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Carapicho	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Carapicho A	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Carapicho B	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Carimã 1	Rondonópolis/Mt	Sítio em abrigo com arte rupestre, com rara cerâmica na superfície
Carimã 2	Rondonópolis/Mt	Abrigo com arte rupestre
Caverna Coral	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Caverna do Homem Deitado	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Caverna Riscada	Rondonópolis/Mt	Sítio habitação pré-histórico e histórico.
Chico Mineiro	Rondonópolis/Mt	Sítio acampamento pré-cerâmico / Sítio habitação, exposto a céu aberto.
Chico Mineiro II	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Cogumelo	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Doutor Félix I	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Doutor Félix II	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Em frente de Poboré	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Falha	Rondonópolis/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Ferraz Igreja	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Ferraz Igreja	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Guarapa	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Igarapes	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Itaquatiara	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Kejare anterior ao contato	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto
Kejare recente	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto
Kuogo I Guru	Rondonópolis/MT	Sítio acampamento, exposto a céu aberto.
Laje dos Bonecos	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Leiteiro	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Lenha	Rondonópolis/MT	Sítio oficina cerâmica, exposto a céu aberto.
Magarinos 1	Rondonópolis/MT	Abrigo sobre rocha
Nicanor	Rondonópolis/MT	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Paulicéia	Rondonópolis/MT	Sítio oficina lítica, exposto a céu aberto.
Paulinho I	Rondonópolis/MT	Sítio oficina lítica, exposto a céu aberto.
Paulinho II	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Pobore de Rondon	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Pobore dos primeiros contatos	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio cerâmico a céu aberto (antiga aldeia Bororo)
Pobore Raireu	<i>Rondonópolis/MT</i>	Sítio acampamento pré-cerâmico (com reocupações), exposto a céu aberto.
Ponte de Pedra I	<i>Rondonópolis/MT</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Ponte de Pedra II	<i>Rondonópolis/MT</i>	abrigo sob rocha
Ponte de Pedra III	<i>Rondonópolis/MT</i>	abrigo sob rocha
Ponte de Pedra IV	<i>Rondonópolis/MT</i>	abrigo sob rocha
Portão Eletrônico	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Rancho Fundo	<i>Rondonópolis/MT</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Recanto Feliz	<i>Rondonópolis/MT</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Renda	<i>Rondonópolis/MT</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Rio Vermelho		
Roca Comunitário	<i>Rondonópolis/MT</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Roca Comunitário (Bororo)	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Roca do Kaiua	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio cerâmico a céu aberto/ Ativid. limit.
Roca do Waldomiro	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio cerâmico a céu aberto
Roca Pobore	<i>Rondonópolis/MT</i>	aldeia Bororo atual / Sítio habitação
Roca Pobore (SPI)	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Santa Cruz	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
São Jorge	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Serraria	<i>Rondonópolis/MT</i>	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sete Barras	<i>Rondonópolis/MT</i>	Abrigo sob rocha

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Sítio Abelha	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Sítio das Abelhas	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio do Bode	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Sítio do Caju	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio Duas Pedras	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Sítio Tucanos	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Tadarimana (1979 - 1983)	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tadarimana anterior a 1978	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tia Bila	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tocaia dos Morcegos	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Tori Paru da época de Baldus	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tori Paru dos anos 70	Rondonópolis/MT	antigo rancho do Manezinho e do Kasimiro
Tori Paru dos primeiros contatos	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Três Marimbondos	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Viaduto do Chá I	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Viaduto do Chá II	Rondonópolis/MT	Abrigo sob rocha
Vila Paulista	Rondonópolis/MT	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Abrigo das Abelhas	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo Dipetrol (Caretas)	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo Dipterol (Lagoinha)	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo do Deco	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo do Jarudore	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo do Morro das Arraras	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo Paraíso	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo Troale	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Ana Saraiva	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Barra do Areia	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Bate Caverna ou Caverna do Lambari ou Caverna do Fundão	Poxoréo/Mt	caverna subterrânea/ Ativid. limit.
Beira do Rio Poxoréu	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Campo da Dona Edite	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
		aberto / Sítio habitação
Casa do Hélio	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cemitério do Troale	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico que se encontra totalmente enterrado, sem nenhum material ocorrendo a superfície. O sítio foi cortado por duas estradas em cujos barrancos aparece algum material.
Cemitério Paraíso	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cerrado Caminho Jato	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Chiquinho da Roca	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Escolinha de Jarudore	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Fazenda Grotão	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Fazenda Hoshina	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Fazenda Hoshina Curral	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Igrejinha	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Jarudore Bororo (primeiros contatos)	Poxoréo/Mt	sítio cerâmico a céu aberto (antiga aldeia Bororo)
Jarudore Bororo dos anos 80	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Lote da Sobra	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Metro 1	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Metro 2	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Morro da Janela I	Poxoréo/Mt	Trata-se de um dentre muitos abrigos rochosos da área que apresentam gravuras rupestres sobre os paredões de arenito de morros testemunhos bastante altos e de forma tabulares.
Morro da Janela II	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Morro da Janela III	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Morro da Janela IV	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Morro da Mesa	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Morro das Araras (1a. Aldeia)	Poxoréo/Mt	sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Morro das Araras (2a. Aldeia)	Poxoréo/Mt	sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Morro do Bigode	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Pobojare - Fumaca II	Poxoréo/Mt	sítio lítico-cerâmico a céu aberto (antiga aldeia)
Pobojare recente	Poxoréo/Mt	sítio a céu aberto (duas casas abandonadas de índios)
Pobojare tradicional (primeiros contatos)	Poxoréo/Mt	sítio a céu aberto (antiga aldeia Bororo)
Roca da Dona Alice	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Roca da Dona Thomazia	Poxoréo/Mt	sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Roca do Waldemar	Poxoréo/Mt	sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Seringal do Barreirinho I	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico com material aflorando basicamente à superfície e concentrado em manchas concêntricas indicando ter sido este o local de uma antiga aldeia circular.
Seringal do Barreirinho II	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Seringal do Barreirinho III	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio Babaçu	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Sítio da Lagoa	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Sítio do Waldir	Poxoréo/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Talud da Igrejinha	Poxoréo/Mt	sítio lítico a céu aberto
Toboga	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Tombador margem direita	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico a céu aberto, sobre vertente de suave colina à margem direita do rio Tombador, com alta densidade de material lítico lascado à superfície e grandes lajes

PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA DA ÁREA ABRANGIDA PELA LT 500 KV CUIABÁ – RIBEIRÃOZINHO E LT 500 KV RIBEIRÃOZINHO – RIO VERDE NORTE (MT/GO)

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
		de arenito
Tombador margem esquerda	Poxoréo/Mt	Trata-se de um sítio cerâmico a céu aberto, a beira do rio Tombador, com uma densidade bastante grande de material lítico lascado e poucos fragmentos cerâmicos à superfície.
Topo do RN-011	Poxoréo/Mt	sítio lítico a céu aberto/ Ativid. limit.
Torre dos Macacos	Poxoréo/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo do Garca	Guiratinga/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo do Garimpo I	Guiratinga/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo do Garimpo II	Guiratinga/Mt	abrigo sob rocha
Abrigo do Nercio	Guiratinga/Mt	abrigo sob rocha
Aijere	Guiratinga/Mt	sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cascalheira dos Padres	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Doutor Auto I	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Doutor Auto II	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima (Lesma)	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima Morro I	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Fazenda Lima Morro II	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Itubore (anterior a 1946)	Guiratinga/Mt	sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Médio Areia	Guiratinga/Mt	sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Morro de Guiratinga I	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Morro de Guiratinga II	Guiratinga/Mt	sítio lítico a céu aberto
Sítio Cachoeira Mansa	Guiratinga/Mt	Abrigo sob rocha

